UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA
DEPARTAMENTO DE HISTORIA I

Tese de Doutoramento

O FENÓMENO TUMULAR E MEGALÍTICO NA REGIÃO GALAICO-PORTUGUESA DO MINHO

MEMORIA APRESENTADA POR
Maria Goreti Ferreira de Sousa
PARA OPTAR AO GRAU DE DOUTOR EM HITÓRIA
DIRECTOR:
Prof. Doutor Antón A. Rodríguez Casal

SANTIAGO DE COMPOSTELA
2012

Antón A. Rodríguez Casal, Profesor Titular de Prehistoria do Departamento de Historia I da Facultade de Xeografía e Historia da Universidade de Santiago de Compostela

CERTIFICA

Que o traballo “O fenómeno tumular e megalítico da região galaico-portuguesa do Miño”, para optar ó Grao de Doutor, que presenta Maria Goreti Ferreira de Sousa, foi realizado baixo a miña dirección e supervisión.

E para que así conste ós efectos oportunos, asino a presente en Santiago de Compostela a 18 de Outubro de 2012

Asdo. Antón A. Rodríguez Casal

Ao meu pai

"O que as grandes e puras afeições têm de bom é que depois da felicidade de as ter sentido, resta ainda a felicidade de recordá-las"

Alexandre Dumas (filho)

Índice geral:

Índice Geral..... 7
Índice de Imagens..... 13

TOMO I

PRÓLOGO..... 21
1. Introdução à problemática do megalitismo..... 23
2. Algumas considerações terminológicas..... 26
3. A problemática megalítica no quadro dos principais paradigmas epistemológicos da arqueologia..... 31
4. Justificação do tema proposto..... 36
5. Definição de objetivos..... 38
6. Algumas considerações metodológicas..... 40
7. Agradecimentos..... 51

PRIMEIRA PARTE: ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA..... 55
1. Das primeiras referências escritas ao antiquarismo científico..... 57
1.1. A documentação medieval..... 60
1.2. Os trabalhos dos primeiros antiquários..... 65
1.3. O antiquarismo científico..... 74
2. A meio caminho entre a geologia e a etnologia..... 85
2.1. Enquadramento teórico e metodológico..... 87
2.2. Acesso e aplicação de informação recíproca..... 101
2.3. Enquadramento Institucional..... 103
2.4. Enquadramento Editorial..... 113
2.5. Hipóteses em Debate..... 117
3. Da arqueologia como ciência autónoma à afirmação da arqueologia universitária 133
3.1. Enquadramento teórico e metodológico..... 135
3.2. Enquadramento Institucional..... 155
3.3. Enquadramento editorial..... 159
3.4. Hipóteses em debate..... 165
4. Ideias síntese..... 229

SEGUNDA PARTE: ANÁLISE DE UMA REALIDADE ARQUEOLÓGICA E PATRIMONIAL..... 235
1. Área de Estudo..... 237

1.1. Definição dos limites..... 241
1.2. Caracterização geomorfológica..... 243
1.3. Caraterização geológica..... 249
1.4. Caraterização da rede hidrográfica..... 251
1.5. Caraterização climática..... 253
1.6. Caraterização edafológica..... 255
1.7. Paleovegetação e Paleoambiente..... 259
2. Acerca da análise de uma realidade arqueológica..... 263
3. Distribuição e implantação..... 269
3.1. Distribuição em função da nuclearização..... 274
3.2. A implantação em função da altitude..... 290
3.3. Implantação em função da fisiografia..... 299
3.4. Implantação em função dos declives..... 304
3.5. Declives do meio envolvente..... 312
3.6. Implantação em função da geologia..... 313
3.7. Implantação em função da edafologia..... 319
3.8. Implantação em função da distância a recursos hídricos..... 322
3.9. Análise da capacidade de domínio visual..... 325
3.10. Mamoas e trânsito..... 329
3.11. Ideias síntese..... 332
4. As arquiteturas..... 343
4.1. Diâmetro..... 345
4.2. Índice de Alongamento..... 448
4.3. Orientação da massa tumular 349
4.4. Superfície tumular..... 351
4.5. Altura..... 352
4.6. O volume tumular..... 354
4.7. Composição da massa tumular..... 357
4.8. Tipologia das estruturas internas..... 361
4.9. Material de construção..... 372
4.10. Ideias síntese..... 380
5. Análise de uma realidade patrimonial..... 387
5.1. Estado de conservação..... 391
5.2. Ideias síntese..... 398
PROPOSTA INTERPRETATIVAS E PERSPETIVAS DE FUTURO..... 401

BIBLIOGRAFIA..... 433

TOMO II

CATÁLOGO 1

1. Galiza..... 2

1.1. A Cañiza..... 3

1.2. As Neves..... 8

1.3. Bande..... 9

1.4. Celanova..... 11

1.5. Crecente..... 12

1.6. Entrimo..... 13

1.7. Gondomar..... 14

1.8. Lobeira..... 16

1.9. Mondariz..... 20

1.10. Mos..... 21

1.11. Muiños..... 24

1.12. O Covelo..... 31

1.13. O Porriño..... 35

1.14. Oia..... 37

1.15. Padrende..... 38

1.1.6. Ponteareas..... 39

1.17. Quintela de Leirado..... 40

1.18. Tomiño..... 41

1.19. Tui..... 43

1.20. Verea..... 46

1.21. Vigo..... 53

2. Norte de Portugal..... 54

2.1. Arcos de Valdevez..... 55

2.2. Caminha..... 57

2.3. Melgaço..... 58

2.4. Monção..... 63

2.5. Paredes de Coura..... 64

2.6. Ponte da Barca..... 65

2.7. Ponte de Lima..... 72

2.8. Valença..... 73

2.9. Viana do Castelo…….. 75
2.10. Vila Nova de Cerveira…….. 76
ATLAS…… 77
Mamoas catalogadas…… 78
Distribuição de monumentos megalíticos…… 83
Distribuição de mamoas isoladas…….. 84
Distribuição de mamoas em pares…… 85
Distribuição de mamoas em triangulações…… 86
Distribuição de grupos de quatro ou mais monumentos…….. 87
Distribuição dos monumentos tumulares e megalíticos em função da rede hidrográfica…….. 88
Distribuição em função dos declives…….. 89
Distribuição dos monumentos tumulares e megalíticos em função da geologia……. 90
Distribuição dos monumentos tumulares e megalíticos em função dos solos…… 91
Mapa de visibilidades do grupo de Vilachán do Monte…….. 92
Alinhamentos de mamoas…… 101
Distribuição dos monumentos por concelho em função da tipologia…….. 102

Índice de imagens

Mapas:

Mapa 1: Área de estudo……..…… 240
Mapa 2: Modelo Digital da área de estudo com a representação da rede hidrográfica……. 244
Mapa 3: Mapa geológico da área de estudo……... 250
Mapa 4: Rede hidrográfica da área de estudo…… 252
Mapa 5: Mapa de exposição solar…… 254
Mapa 6: Carta de solos da área de estudo…… 256
Mapa 7: Distribuição das mamoas…… 272
Mapa 8: Distribuição de mamoas isoladas…….. 276
Mapa 9: Distribuição de mamoas em pares…… 283
Mapa 10: Distribuição de mamoas em triangulações…… 286
Mapa 11: Distribuição de grupos de quatro ou mais monumentos…….. 289
Mapa12: Distribuição em função da rede hidrográfica……... 301
Mapa 13: Distribuição em função do declive……... 310
Mapa 14: Distribuição em função da geologia…… 315
Mapa 15: Distribuição em função dos solos…… 321
Mapa 16: Mapa de visibilidades…… 328
Mapa 17: Mapa de alinhamentos de mamoas…… 330
Mapa 18: Distribuição de monumentos por concelho em função da tipologia…… 362

1.1.Gráficos:

Gráfico 1: Distribuição de mamoas……... 273
Gráfico 2: Distribuição de monumentos em função da altitude…… 291
Gráfico 3: Relação entre altitude e diâmetro maior do *tumulus*…… 293
Gráfico 4: Relação entre altitude e altura do *tumulus*…… 296
Gráfico 5: Relação entre altitude e tipologia…….. 298
Gráfico 6: Distribuição em função do meio envolvente…….. 300
Gráfico 7: Relação entre orografia e meio envolvente…… 302
Gráfico 8: Relação entre altitude e fisiografia …….. 303
Gráfico 9: Relação entre declive do meio nas mamoas situadas em portelas ou em balcão……... 306
Gráfico 10: Orientação do eixo de alongamento da massa tumular…… 349
Gráfico 11: Superfície tumular…… 351
Gráfico 12: Distribuição de monumentos em função da altura…….. 352
Gráfico 13: A distribuição em função do volume tumular……... 354

Gráfico 14: Distribuição de monumentos em função da composição da massa tumular…….. 357
Gráfico 15: Relação do ILT com a composição da massa tumular…….. 360
Gráfico 16: Distribuição de monumentos em função da tipologia…… 361
Gráfico 17: Relação entre tamanho do diâmetro maior do *tumulus* e tipologia…….. 365
Gráfico 18: Relação entre volume tumular e tipologia da anta…….. 371
Gráfico 19: Distribuição de monumentos em função do material de construção…… 372
Gráfico 20: Relação entre composição da massa tumular e conservação das estruturas internas…….. 373
Gráfico 21: Distribuição dos monumentos em função dos agentes de destruição…. 391
Gráfico 22: Distribuição dos monumentos tumulares e megalíticos em função da profundidade do solo…… 395
Gráfico 23: Conservação em função da capacidade de drenagem do solo…… 396
Gráfico 24: Distribuição de monumentos tumulares em função da dedicação do meio envolvente…….. 398

1.2.Tabelas:

Tabela 1: Relação entre altitude e dimensão do diâmetro maior do *tumulus*…….. 292
Tabela 2: Relação entre altitude e área do *tumulus*…….. 295
Tabela 3: Relação entre altitude e volume do *tumulus*…… 296
Tabela 4: Relação entre altitude e material de construção…….. 299
Tabela 5: Relação entre altitude e meio envolvente…… 304
Tabela 6: Classificação de solos consoante o declive, de acordo com a FAO…….. 304
Tabela 7: Relação entre declive e orografia…… 305
Tabela 8: Relação entre declive e meio envolvente…… 307
Tabela 9: Relação entre declive e altura da massa tumular…….. 308
Tabela 10: Relação entre declive e volume tumular…… 309
Tabela 11: Distribuição de monumentos tumulares em função da distância ao afloramento…….. 316
Tabela 12: Relação entre orografia e distância a recursos hídricos…… 323
Tabela 13: Classificação em função da dimensão do Diâmetro maior do *tumulus*…. 346
Tabela 14: Relação entre as medidas do diâmetro NS e EW…… 347
Tabela 15: Distribuição de monumentos tumulares e megalíticos em função do índice de alongamento e da orientação…….. 348
Tabela 16: Relação entre tamanho do diâmetro maior e orientação…… 350
Tabela 17: Relação entre tamanho e altura…… 353

Tabela 18: Relação de alturas em função da composição da massa tumular..... 359
Tabela 19: Relação entre tipologia e meio envolvente..... 363
Tabela 20: Relação entre tamanho do diâmetro maior, orientação e tipologia..... 366
Tabela 21: Relação entre tipologia e superfície tumular..... 368
Tabela 22: Relação entre altura da mamoa e tipologia da anta..... 369
Tabela 23: Relação entre tipologia e material de construção..... 379
Tabela 24: Relação entre composição da massa tumular e material de construção.. 380
Tabela 25: Relação entre estado de conservação e dedicação do meio..... 393
Tabela 26: Relação entre capacidade de drenagem do solo e volume conservado.. 397

1.3.Figuras:

Figura 1: Mamoa 1 de Touro Morto..... 23
Figura 2: Modelo difusionista segundo Glyn Daniel..... 32
Figura 3: Mapa de distribuição dos monumentos megalíticos da Península Ibérica de acordo com Philine Kalb..... 38
Figura 4: Ficha desenvolvida como base para o trabalho de campo..... 46
Figura 5: Mamoa 1 de Outeiro do Ferro..... 59
Figura 6: Documento do Processo Vázquez de Orjas..... 71
Figura 7: Pinturas do Cachão da Rapa, 1735..... 78
Figura 8: Mamoa 5 de O Castro..... 87
Figura 9: Mamoa 7 de Monte das Motas..... 95
Figura 10: Reprodução de desenhos de Pereira Costa..... 102
Figura 11: Fotografia dos participantes no Congresso de Lisboa de 1880..... 107
Figura 12: Pontas de Seta (desenhos de Ricardo Severo)..... 115
Figura 13: Planta geral do dólmen de Casiña da Moura1..... 123
Figura 14: Micrólitos geométricos provenientes da Mamoa d`Alagoa (Sanches, Nunes e Silva, 2004)..... 130
Figura 15: Mamoa 3 e 4 de Outeiro do Ferro..... 135
Figura 16: Principais conjuntos tumulares e dólmens da Galiza (Rodríguez Casal, 1999)..... 141
Figura 17: Escavações em túmulos galegos (Fábregas Valcarce e Vilaseco Vázquez, 2003)..... 148
Figura 18: Anta 7 do núcleo do Mezio..... 158
Figura 19: Planta e alçados de sepulturas megalíticas da costa atlântica (Leisner, 1945)..... 163

Figura 20: Cerâmica com decoração impressa do abrigo de Fraga d`Aia (desenho de Maria de Jesus Sanches) à esquerda e cerâmica decoradas dos abrigos de A Cunchosa (desenho de Suárez Otero) à direita..... 168
Figura 21: Datações C14 conhecidas para assentamentos tumulares galegos (Fábregas Valcarce e Vilaseco Vázquez, 2003) 173
Figura 22: Tipologia das câmaras megalíticas da Baixa Limia (Eguileta Franco, 1999)..... 175
Figura 23: Evolução da vegetação segundo dados de Pablo Ramil Rego (1993) e sobreposição de datações C14 de mamoas do Noroeste peninsular (Eguileta Franco, 1997) 181
Figura 24: Cista em M2 de Vale da Coelheira..... 187
Figura 25: Distribuição de maças, machados duplos, enchós duplas e lâminas no Sudoeste da Galiza (baseado em Criado Boado, 1990-91)..... 193
Figura 26: Abstração do padrão de implantação dos grupos de Fonte do Bido, Os Aceviñeiros, Outeiro de Augas e Penedos da Canteira..... 199
Figura 27: Mamoa 5 de Chão da Escusalha..... 205
Figura 28: Mamoa d`Alagoa em perspetiva Wireframe (Sanches, Nunes e Silva, 2004: 30)..... 210
Figura 29: Orientações de túmulos da Península Ibérica e da região francesa de Causses, excluindo Ardèches e Gard (Hoskin, 2008)..... 214
Figura 30: Gravuras na pedra de cabeceira da Mamoa 2 de Outeiro do Ferro..... 219
Figura 31: Alguns ídolos encontrados em Dombate (Bello Diéguez, 1994, 1995 e 1996).. 227
Figura 32: Mamoa 5 de Chão da Escusalha..... 231
Figura 33: Mamoa de Monte Medoña..... 239
Figura 34: Mamoas 5 e 6 do Alto do Buscal..... 265
Figura 35: Mamoa 2 de Chan de Prado..... 271
Figura 36: Mamoa de Arques..... 289
Figura 37: Mamoa 2 de Monte Aloia..... 403

TOMO I

PRÓLOGO



Figura 1: Mamoa 5 de Vilachán do Monte.

"Dead, but not gone"
Lewis-Williams e Pearce, 2005:192

1. Introdução à problemática do megalitismo:

Mortos, mas não desaparecidos! Assim se pode traduzir a expressão usada por David Lewis-Williams e Davis Pearce para introduzir um dos capítulos do seu livro *Inside the Neolithic Mind*. Não é nossa intenção discutir aqui a natureza dessa obra, nem tampouco as ideias aí defendidas. Apenas retivemos a expressão que nos parece pertinente como ponto de partida para uma reflexão sobre a problemática que agora nos ocupa: a do megalitismo. Haverá forma mais sintética de expressar uma questão tão complexa? Não será este o ponto central de todas as distintas manifestações do fenómeno megalítico na sua expressão funerária? Não é disso, em última análise, que se trata?

Que é o megalitismo senão um recurso encontrado para conferir visibilidade ao local de enterramento e, em última análise, à morte? Todos os símbolos, rituais, arquiteturas,

enxovais, tratam efetivamente de perpetuar a memória de uns antepassados, que apesar de mortos continuam presentes.

Mortos e contudo presentes! Seria uma outra forma de traduzir a expressão de Lewis-Williams e Pearce. Porém esta remete-nos já para um patamar superior em termos de complexidade. Porque continuam presentes? Se assim é, qual o seu papel na comunidade que lhes sobrevive? O que justifica esta estratégia de visibilização da morte? Porque se lhe confere um carácter de tal forma monumental?

Vistos sob uma outra perspetiva, estes *Mortos* não se limitam a perpetuar a sua memória, cristalizam de um modo muito particular a própria memória de toda uma comunidade. Que razão ou razões explicam essa necessidade de usar a imagem dos antepassados como forma de reiterar, reforçar, ou, quem sabe, mesmo impor uma memória coletiva?

Não é nossa intenção tratar aqui estas questões de forma exaustiva, uma vez que têm sido abordadas de forma sistemática na literatura arqueológica europeia e fazê-lo implicaria porventura uma tese completa. Tudo o que até aqui se expôs pretende apenas introduzir-nos, ainda que de forma superficial e truncada, na problemática associada ao megalitismo.

Duas ideias surgem-nos de forma clara ao refletir sobre as questões anteriormente enunciadas. Em primeiro lugar, nenhuma destas interrogações diz verdadeiramente respeito a estes *Mortos*, porque o que verdadeira nos move a estudá-los é o facto de continuarem presentes. Dito de outra forma, todas as questões associadas ao ritual funerário, são, como apontava Germán Delibes (1991) um mero recurso numa tentativa de aproximação ao mundo dos vivos. Ganha, assim, relevância uma segunda expressão - *Tombs for the living* – que surge como título de um artigo de Andrew Fleming (1973) no que se procura abordar o uso de sepulturas no quadro de práticas cerimoniais. Tal como a primeira, também esta parece expressar de forma magistral a intenção subjacente às sepulturas megalíticas, contudo a tónica transfere-se agora dos antepassados para a comunidade que lhes sobrevive e lhes ergue essas monumentais sepulturas, a qual deve ser, como enunciava já em 1991 Germán Delibes, o nosso objeto de estudo prioritário.

Em segundo lugar, parece ressaltar como ideia chave central em todas as questões acima enunciadas a incongruência de tentar condensar toda essa complexidade num único

conceito, o de megalitismo. Comecemos então por aprofundar um pouco mais esta última questão.

O adjetivo megalítico, na sua versão em inglês *megalithic* parece ter sido usado pela primeira vez por Algernon Herbert, em 1848, e, desde então, passou de cristalizar um conceito supostamente bem claro e definido a, como se o próprio conceito tivesse uma vida própria, evoluir com as mudanças de paradigma pelos quais foi atravessando a arqueologia em geral e a pré-história em particular. Assim, se inicialmente, se aplicava, como definição de "*mega" "lithos"*, à expressão arquitetónica que fazia uso de grandes blocos de pedra para erguer construções monumentais, passou, com o tempo, a ser associado também a uma grande civilização que supostamente os tinha construído. Um *povo dos dólmens* que passaria por sua vez por uma série de formulações, passando de conquistador, a comerciante e mais tarde a missionário, até que desaparece, sendo substituído, sempre sob o mesmo titulo de megalítico, por um fenómeno, conceito sintetizador de alguns traços que seriam comuns a comunidades distintas. Até que, por fim, se passou o foco de interesse dos pontos em comum para as especificidades, primeiro das comunidades e mais tarde da própria arquitetura.

Século e meio volvido desde que surgiu pela primeira vez, o conceito de megalitismo atravessou um longo caminho, evoluindo de forma a abranger, num momento inicial, manifestações relacionadas direta ou indiretamente relacionadas com essas construções *megalithicas,* e posteriormente incluir mesmo alguns traços divergentes entre estas, de tal forma que nos mais recentes paradigmas interpretativos são várias as vozes que se levantam para denunciar a incongruência de usar um conceito tão restrito para expressar uma realidade tão complexa e abrangente.

Passou então a falar-se de megalitismos, ou a complementar o vocábulo com novos conceitos considerados mais adequados para expressar toda a problemática a ele associado. Usamos agora o conceito de *fenómeno megalítico* para nos referirmos à sua complexidade ou de *processo megalítico* para expressar a sua diacronia. Contudo o hábito de sintetizar recorrendo ao velho conceito de *megalitismo,* apesar de aparentemente morto, continua, também ele bastante presente. Perpetuamos o seu uso, ainda que a interpretação que dele fazemos atualmente seja já completamente distinta da que pretendia expressar Herbert, entre outros. Para além de uma peculiar conceção arquitetónica, agrupamos nesse

conceito, a sua inclusão num ritual de enterramento coletivo, associado à presença de um espólio funerário característico e de particulares manifestações artísticas, mas também, ou mesmo acima de todas estas expressões, o megalitismo pode, numa visão sistémica, significar a forma como todos esses elementos se interligam e condicionam mutuamente. Mas também, se usa não raras vezes para expressar o quadro cronológico ou mesmo geográfico associado a este fenómeno.

2. Algumas considerações terminológicas:

Como vimos anteriormente, na sua versão original, enquanto expressão de uma arquitetura ciclópea, que integrava distintas manifestações, umas de cariz funerário e outras de interpretação funcional mais difícil, mas que partilhavam com as primeiras a utilização de grandes blocos monolíticos como expressão de monumentalidade e a sua interpretação no quadro das crenças e da ritualidade de comunidades na transição do Neolítico para o Calcolítico. Atualmente resulta claro que esta noção inicial é demasiado restritiva, mesmo quando aplicada apenas ao quadro arquitetónico. O panorama a arquitetura megalítica, ou devemos antes dizer das arquiteturas megalíticas, tem-se enriquecido com evidências de outros tipos arquitetónicos que não fazendo uso desses "*mega*" "*lithos*" se enquadram, bem cronológica, bem contextualmente no fenómeno dito megalítico[1].

Assim, e restringindo-nos apenas, às manifestações funerárias do fenómeno, o termo megalitismo passou também a dizer respeito a construções monumentais, que, ainda que fazendo uso da pedra, não utilizam os grandes blocos monolíticos que estiveram na base da definição original do conceito (estruturas de falsa cúpula), que não partilham idêntico carácter monumental, pelo menos em sentido restrito (cistas) e mesmo outras que parecem nem sequer se ter servido da pedra como material de construção (estruturas de enterramento em fossa). Assim para autores como Claude Masset (1997), ou Magdalena

1 Uma discussão bastante detalhada a propósito do debate de conceitos como o de megalitismo ou

Midgley (2008)[2] os grandes dólmens pétreos seriam mesmo uma exceção, face a construções de terra e madeira e, mesmo naqueles em que se recorria à pedra como material de construção, não se descarta a hipótese incluírem certos elementos de madeira (cf.: Delibes de Castro e Santonja, 1986 e Delibes de Castro, 2010).

Perante esta diversidade, à que se associa um novo conceito – *polimorfismo* – destaca-se um elemento uniformizador, o *tumulus,* já que todas estas estruturas se encontram habitualmente recobertas por uma massa tumular que simultaneamente as esconde da observação direta e as assinala e vinca na paisagem. Assim como assinalavam Vítor e Susana Oliveira Jorge, António Matinho Baptista e Eduardo Jorge Lopes da Silva *"nunca é demais acentuar que o verdadeiro monumento era a mamoa, e não o dólmen, que não só não se destinava a ser visto, como também, em muitos casos, era ritualmente ocultado por estruturas que davam tanto trabalho a fazer como uma boa parte do resto da construção"* (1997: 42). Porém também este outro elemento acabou por se demonstrar falsamente homogeneizador, já que são cada dia mais numerosas as evidências de que também ele partilha do polimorfismo que anteriormente se atribuía às estruturas internas, não se resumindo essa variedade ao esquema clássico de túmulos de terra, terra e pedra e pedras[3]. De tal forma que polimorfismo parece mesmo ser a palavra de ordem na literatura arqueológica dedicada ao tema das arquiteturas megalíticas.

Diz-se polimorfo algo que se encontra sujeito a variações de forma, mas também que se apresenta sob diversas formas. Entende-se assim que o mesmo conceito se aplica a duas realidades distintas, podendo expressar, no primeiro caso uma variação diacrónica e na segunda sincrónica. Qual das duas interpretações contidas nesta definição se aplica às

2 Esta autora, seguindo o que propusera uma década antes George Eogan (1997), defende uma evolução de estruturas em madeira para os dólmenes pétreos, associando esta evolução com a disponibilidade de material, mas também com uma possível necessidade de limpar a terra para o cultivo, uma vez que os primeiros exemplos em pedra parecem ser a tradução dos protótipos de madeira.

3 São vários os autores que, no âmbito do Noroeste Peninsular, têm expressado esta ideia, encontrando-se entre eles Miguel Angel Blas Cortina (1983-84), Vítor Oliveira Jorge (1987 a e b) ou Criado Boado e Fábregas Valcarce (1989).

nossas arquiteturas megalíticas? É este polimorfismo o resultado de uma evolução ou de práticas funerárias contemporâneas alternativas e/ou complementares. Uma vez mais, um conceito que inicialmente surge como solução para uma aparente desconexão terminológica acaba por *a posteriori* se revelar restritivo.

Possivelmente as duas interpretações, diacrónica e sincrónicas, se possam aplicar no contexto funerário que se convencionou designar de megalítico. Apenas uma análise à escala regional, possivelmente mesmo à escala da necrópole ou do conjunto funerário possa distinguir uma da outra. Pelo que não deveríamos usar um conceito que pretendia contrariar uma interpretação evolutiva linear de forma descontextualizada, acabando, em ultima análise por cair no mesmo simplismo que o uso original do conceito procurava superar. Tendo em atenção o anteriormente exposto, alusões a um suposto polimorfismo, não podem, sem mais inquietações, ser um recurso sistematicamente aplicado como explicação para todos os elementos arquitetónicos que não encaixam numa determinada visão do fenómeno megalítico.

Colocados perante essa imagem polimórfica da realidade arquitetónica associada ao megalitismo o que sobrevive como elemento unificador? A cultura material associada a estas expressões arquitetónicas? O seu enquadramento num conjunto de crenças e de rituais que expressam uma forma muito peculiar de afrontar o tema da morte? Analisemos pois ambas as possibilidades.

A primeira dificilmente poderia suportar esta noção homogeneizadora, já que o que na verdade revela são manifestas diferenças em termos de desenvolvimento técnico, social e económico. Quanto à segunda, devemos começar por ponderar o uso do conceito ritual, entendido como uma forma de cerimonial ou de culto, um conjunto de atos carregados de simbolismo e espiritualidade. Estaremos, atendendo ao estado atual dos nossos conhecimentos sobre o megalitismo em condições de aceitar de forma incontestável a presença desse ritual funerário? Parece claro que existe uma estratégia simbolicamente complexa e ritualizada de solucionar o problema do enterramento. Alguns elementos do espólio funerário, das manifestações artísticas e da própria conceção arquitetónica convertem-se em argumentos a favor deste conceito (cf.: *Jean-Pierre Mohen, 2003)*. Contudo há que ter cuidado com o uso que fazemos do conceito, pois seriam todos esses

elementos parte do mesmo ritual? Manteve-se esse ritual imutável ao longo de toda a cronologia megalítica?

Voltemo-nos agora para a complexa questão do coletivismo funerário[4]. São também cada vez mais numerosas as evidências de que o megalitismo não se resume a uma expressão de enterramento coletivo. Mesmo aceitando uma interpretação mais restritiva do conceito de polimorfismo como dizendo respeito a uma variação cronológica torna-se bem claro que, pelo menos em algumas regiões da fachada atlântica, como o Noroeste, em momentos iniciais e/ou finais do fenómeno, parecem estar presentes práticas de enterramento individual. E mesmo nos casos em que se comprova a existência de enterramento coletivo fica por explicar se esse é individual e sucessivo, simultâneo e conjuntural, etc… Quem era aí sepultado, todos os membros do grupo, apenas uma parte dele? Que critérios presidiriam a essa seleção[5]?

O que nos resta enfim como apoio para o uso de um conceito uniformizador como o de megalitismo? Existe verdadeiramente um megalitismo? Sabemos que não se resume a uma arquitetura megalítica no entendimento clássico da mesma; que não existe uma cultura megalítica uniforme; que não existe uma religião ou um culto megalítico único, que a sua caraterística relação com o meio decorre da interação das demais variantes. Tendo em conta estas noções gerais, deveríamos, assim como se propõe usar o conceito de megalitismo no plural, pontualizar cada um destes processos e destes fenómenos?

Pois o que nos resta como elemento unificador? Resta-nos no fundo a essência, a justificação para que em determinado período cronológico certas comunidades construam recursos, mais ou menos, monumentais para encerrar os restos mortais dos seus antepassados e dessa forma organizar a área destinada ao seu enterramento e a atitude de esconder o morto, mas conferir visibilidade à sua sepultura. Resta-nos pois, em síntese,

4 O conceito de coletivismo funerário tem sido analisado, entre outros por Eogan (1997), Maria Teresa Andrés Rupérez (1998) ou Gallay (2006).

5 São vários os autores que se têm debruçado sobre estas questões entre os quais destacamos por exemplo, para além dos anterior mencionados para o conceito de coletivismo funerário, Brown (1981), Delibes de Castro (1995), Masset (1997 e 1999) ou Scarre (1998 e 2008)

esse espaço bem delimitado e impregnado de conotações simbólicas em que se enterram os antepassados, que apesar de mortos continuam presentes.

Todos os conceitos anteriormente questionados continuam a ser usados de forma mais ou menos sistemática na bibliografia arqueológica. Nós próprios nos servimos deles, por familiaridade e talvez mesmo pelo peso de toda uma tradição epistemológica. Consideramos também que perante uma problemática tão complexa como a megalítica, qualquer termo que se propusesse como alternativa seria igualmente redutor, ultrapassar esta dificuldade suporia certamente que se encontrassem numerosos conceitos novos para traduzir cada uma destas variantes, variações, vertentes, elementos, expressões… Procurando na terminologia popular usada pelas comunidades da Galiza e do Norte de Portugal com os monumentos megalíticos encontramos uma riqueza de vocábulos próprios para designar o *tumulus* (*mamoas, mamoelas, mamunhas*) ou as estruturas internas (*antas, dólmens, antelas, cistas, arcas, corgas, covas*, às que se somam os vocábulos galegos *casota ou casola*), contudo, na raiz de cada um destes vocábulos, encontram-se essencialmente explicações de caráter etnológico associado às explicações que as comunidades tradicionais associavam à presença destes monumentos e não traduzem verdadeiramente uma distinção tipológica, com a exceção dos conceitos de *cista* ou *antela* que parecem designar uma tipologia distinta da dos grandes dólmens.

Assim optamos no decurso deste trabalho por aplicar preferencialmente vocábulos de aplicação mais generalizada como *mamoa, dólmen* ou *cista*, procurando restringir o uso de outros conceitos de abrangência mais de caráter regional, como *anta*, ou quase local como *antela*. Sabemos contudo que por vezes, pela comodidade e familiaridade de determinados conceitos o seu uso indiscriminado é quase automático ou inconsciente, contudo pretendemos com estas considerações terminológicas iniciais deixar claro que o seu emprego não é irrefletido, pelo que devem ser tomados de acordo com todas as implicações acima apontadas que escondem na sua essência sintética.

3. A problemática megalítica no quadro dos principais paradigmas epistemológicos da arqueologia:

Chegados a este ponto, gostaríamos de esclarecer que todas as questões e reflexões que expressam as nossas inquietudes perante a problemática que escolhemos estudar, não servem contudo para fragilizar a imagem deste fenómeno que se convencionou chamar de megalitismo, apenas expressam a sua complexidade. Passemos então a procurar respostas para algumas destas interrogantes, traçando um estado da questão do megalitismo. Também no que concerne à evolução das perspetivas teóricas sobre o megalitismo, a cada resposta que se foi propondo para uma questão investigadora, correspondem novas interrogações que a partir dela se traçam, desde as primeiras investigações em que se procurava caracterizar a arquitetura megalítica, até às atuais tentativas de avaliação integrada de todas as implicações desta expressão funerária.

Como teremos oportunidade de estudar com algum detalhe no âmbito da análise historiográfica do megalitismo do noroeste peninsular, centrar-nos-emos agora numa visão mais ampla tentando avaliar o estado da questão a nível da Europa Atlântica.

As primeiras tentativas de abordar de forma científica, ou pelo menos entendida como tal, o megalitismo europeu assumem um carácter essencialmente descritivo e cumulativo, ou seja vão formando um corpus documental, que pontualmente se tenta sintetizar, formulando algumas explicações, essencialmente centradas em torno da questão das origens. As primeiras inquietações intelectuais suscitadas pela presença dos grandes monumentos megalíticos surgem durante o século XVII, com as primeiras referências contextualizadas a Avebury e Stonehenge, pela mão de John Aubrey, de New Grange por Edward Lhwyd e com as primeiras tentativas de os interpretar no quadro do druidismo de William Stukley, para citar apenas alguns exemplos. Mas foi a partir do século XIX que, no quadro da afirmação da pré-história como ciência, o seu estudo se foi tornando uma realidade movida por interesses mais objetivos e doutos. Numa perspetiva evolucionista com profundas raízes nas ciências naturais, da que a pré-história não se havia, nesta fase inicial, desvinculado inteiramente, interessava estudar a evolução cultural numa sequência linear e ascendente de desenvolvimento. Dentro deste marco conceptual, os grandes monumentos passam a ser assinalados, como exemplos do desenvolvimento alcançado pelos povos europeus durante a pré-história. Um marco conceptual que facilitou a

identificação entre determinadas caraterística da cultura material e grupos étnicos, que por sua vez viria a ser a base de um novo paradigma arqueológico, o difusionismo.

Um dos expoentes máximos do difusionismo, corrente na que a questão das origens assumiu especial relevância, a par da definição das chamadas vias de penetração, foi Gordon Childe, responsável por uma renovação do quadro conceptual no que o megalitismo era interpretado. Childe (1925 e 1936) substitui a imagem de colonizações massivas dos territórios megalíticos por povos vindos de oriente pela igualmente forte visão de missionários megalíticos com o mesmo ponto de partida. Nesta perspetiva as sepulturas coletivas do Norte de África, Almería e Portugal seriam rudes versões dos sepulcros em adobe dos primeiros faraós egípcios, na linha do que defendera anos antes Elliot Smith (1923). Esta nova hipótese acabaria por suplantar as interpretações anteriores, como a dos irmãos Siret (1887), em que se destacava, para o caso de Almería, a importância de uma colonização fenícia, que, já no início do século XX autores como Obermaier ou Wilke viriam a substituir pela micénica.



Figura 2: Modelo difusionista segundo Glyn Daniel.

O interesse pela questão das origens ganha especial relevância no âmbito do megalitismo peninsular, quando, dentro do marco teórico difusionista, este território se vê catapultado para o centro das disputas entre as atrás citadas teses orientalistas e as teses ocidentalistas. Entre os últimos destacamos, pela sua antiguidade, a tese de Cartailhac (1886), de Aberg (1921) e muito em particular as de Bosh-Gimpera (1928, 1932 e 1966) que defendem uma origem do fenómeno megalítico na Península Ibérica. Esta discussão alargou-se até meados da década de sessenta do século passado, quando a possibilidade de obter datações absolutas colocou a perspetiva ocidentalista em clara soberania, ao demonstrar a remota antiguidade dos megálitos bretões e a anterioridade dos focos megalíticos da fachada atlântica em relação aos orientais.

Estas novas evidências, impondo a necessidade de rever velhas formulações teóricas, não foram apenas prejudiciais às posturas orientalistas, mas terminou por abalar os próprios fundamentos do paradigma difusionista. Lançadas as bases técnicas que com o tempo viriam a esclarecer as grandes questões cronológicas, esgotava-se o interesse pelas duas grandes questões que monopolizado o debate teórico em torno ao megalitismo. Era agora tempo de formular novas questões e de abordar novos problemas.

Na realidade, a arqueologia, vinha, desde inícios dos anos sessenta, a dar grande relevância à explicação do processo de transformação cultural, num quadro conceptual em que a perspetiva histórico-cultural, tradicionalmente de pendor descritivo, vai cedendo espaço a uma atitude mais explicativa e funcional. Perspetiva que poderíamos já perceber na alegação de Graham Clark (1939) de que o objetivo do pré-historiador deveria ser a reconstituição do modo de vida das comunidades, do seu sistema económico, das suas organizações político-sociais, e do seu sistema de crenças e de valores, tentando perceber como se relacionavam todos estes aspetos dentro do funcionamento dos sistemas. Mas foi verdadeiramente com os trabalhos de Lewis Binford que se assegura uma total renovação teórica da arqueologia, lançando o paradigma processualista.

Partindo da noção de que existem grandes regularidades no comportamento humano, Lewis Binford (1962) defendia que a atenção dos arqueólogos se deve focar não nas diferenças mas nas semelhanças culturais. A cultura era entendida, dentro deste paradigma, como parte de um sistema formado em estreita conjugação por aspetos tecnológicos,

económicos, sociais, políticos e ideológicos, sendo essas mesmas relações sistémicas a explicar a chave da evolução.

Ainda que se continue, dentro do marco processualista, a admitir a importância da difusão cultural como mecanismo de estímulo à introdução de alterações, esta deixou de ser encarada como principal, ou mesmo, única forma de mudança, passando a ponderar-se hipóteses poligenésicas. Um dos seus mais influentes defensores foi Colin Renfrew (1973), para quem, colocados perante desafios idênticos e com condições técnicas semelhantes, grupos autónomos poderiam chegar a uma mesma solução.

Neste novo quadro teórico teria sido o avanço da economia de produção, com um incremento da densidade populacional que teria levado a que essas comunidades neolíticas, chegadas à fachada atlântica, se tivessem visto forçadas a interagir com as prósperas comunidades mesolíticas locais levando à necessidade de demarcação territorial. Assim Renfrew (1981) acredita que o facto de muitos dos megálitos terem um uso funerário não implica necessariamente uma exclusividade funcional, ou até, que essa fosse a sua principal intenção. Por outro lado, a evidência de que nem todo o comportamento funerário tem uma expressão megalítica, parece reforçar o seu papel como marcadores territoriais.

Renfrew explica o processo de desenvolvimento das arquiteturas megalíticas numa interação dinâmica entre sentimentos de cooperação e rivalidade, lançando os alicerces para uma nova interpretação destes monumentos no quadro de sociedades segmentadas. Abriam-se assim novas linhas de investigação, uma vez que, partindo de uma perspetiva sistémica, interessava conhecer exaustivamente cada expressão material, as suas sequências crono-tipológicas e as suas mútuas conexões com outros aspetos da cultura material ou da realidade sociocultural na que se enquadram.

Neste sentido, questões como a distribuição espacial não foram menosprezadas. Partindo da importância dos megálitos como definição de identidade, tanto sociocultural como territorial, das comunidades que os constroem, esta análise chega mesmo a reforçar-se dentro deste novo quadro conceptual, procurando-se conhecer a interação entre comunidades e meio ambiente e entre grupos e territórios. As primeiras interpretações funcionalistas adotam o que Cámara Serrano (2008) classifica de estratégia determinista, apontando as causas da transformação a elementos exteriores à estrutura social, negando-

se a contemplar a possibilidade de contactos culturais. Neste sentido, na ausência de áreas habitacionais, os próprios monumentos foram o ponto de partida de estudos económicos.

Na década de setenta do século passado a arqueologia processual encontrava-se no seu auge, mas começavam também a tornar-se evidentes as suas fragilidades. *Reading the past* (1986) foi a obra na que Ian Hodder lança um novo paradigma teórico, o pós-processualismo. A partir deste novo enquadramento teórico, critica-se a importância excessiva dada, pelos arqueólogos processualistas, às estratégias metodológicas sem se prever a elaboração de modelos explicativos, ou o peso atribuído à etnoarqueologia em detrimento do contexto histórico. Por sua vez os pós-processualistas centram-se na busca de significados para a cultura material e, ao valorizarem o simbolismo, promovem um regresso à história. Assim pondera-se a carga simbólica do monumento mais do que a sua utilidade social. Abrem-se assim novas linhas de investigação onde se aborda a função da sepultura como expressão do domínio sobre a natureza, ou sobre outros homens, como forma de esconder as diferenciações sociais, etc..

Na última década as grandes contribuições teóricas têm sido colocadas de manifesto pela realização de congressos internacionais, momentos particularmente idóneos para a divulgação das distintas linhas de investigação seguidas a título regional, se partilhem experiências e pontos de vista, se debatam os principais temas em aberto e de onde normalmente saem as principais linhas de orientação teórica. Veja-se como exemplo o congresso que, em nossa opinião abriu o debate da última década, realizado em 2002 em Bougon, onde foram debatidas a origem e a evolução dos monumentos megalíticos da Europa Ocidental e o realizado em 2010 em Guipuzkoa, onde esteve em análise o megalitismo e as manifestações funerárias contemporâneas, no seu contexto social, económico e cultural. Podemos, apenas da análise do título proposto para ambos depreender toda a evolução teórica que o tema sofreu ao longo de uma década, com o segundo a dar um grande destaque ao enquadramento contextual, de acordo com a orientação pós-processualista da arqueologia atual.

Em jeito de síntese podemos resumir esta evolução teórica do megalitismo através de três visões centrais: a que se centra nos monumentos e no ritual, a que dá maior relevância aos seus construtores e finalmente a que procura explicar o significado que os primeiros tiveram para os segundos, através de uma revalorização dos elementos rituais e simbólicos.

Qual destas perspetivas é a mais acertada, talvez não seja uma questão que nos deva preocupar, porquanto não é cumulativa a essência de qualquer ciência? Ou seja cada um destes marcos teóricos tem um importante papel na evolução teórica da problemática megalítica, preparando o terreno para a abertura de novas perspetivas, que em última análise podem levar à formulação de um novo paradigma.

Por outro lado, como alegava Ian Hodder (1991) não existe um desenvolvimento uniforme da teoria arqueológica a nível europeu pois, em cada região, também o enquadramento teórico da arqueologia, se vê diretamente influenciado pela sua própria história, cultura ou filosofia. Pelo que nos propomos a iniciar a nossa análise do megalitismo da região galaico-portuguesa do Minho por uma investigação historiográfica que nos permita conhecer as condições particulares que balizaram a evolução do quadro conceptual sobre o megalitismo do Noroeste da Península Ibérica.

4. Justificação do tema proposto:

Quando em 1979 Antón Rodríguez Casal na primeira *Mesa-Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal* afirmava que os monumentos tumulares e megalíticos da Galiza formavam parte, juntamente com os do Norte de Portugal, um mesmo fenómeno e que como tal devem ser estudados, estaria longe de pensar que um objetivo tão pertinente seria tão difícil de alcançar e estaria certamente muito longe de imaginar que vinte e cinco anos mais tarde entraria no seu gabinete alguém disposto a pegar nessa afirmação e converte-la numa tese de doutoramento. Mas foi, efetivamente, esse o nosso ponto de partida.

Propomo-nos, partindo do conceito de identidade cultural, entendida como um conjunto de costumes, de instituições e de obras que constituem a herança cultural de uma comunidade ou grupo de comunidades, testar a sua aplicabilidade ao fenómeno tumular e megalítico de uma parte significativa do Norte de Portugal e do Sul da Galiza, a que nos referimos com a designação de galaico-portuguesa do Minho. Essa suposta identidade

cultural, é atualmente uma ideia, mais ou menos bem aceite pelos arqueólogos[6], contudo, continua verdadeiramente por testar a sua validade de forma prática e objetiva.

Existe efetivamente essa identidade cultural? Pode esta ser estendida a todas as manifestações do fenómeno, ou apenas a alguma das suas componentes? Da mesma forma, identificam-se traços dessa identidade ao longo de todas as suas fases ou é característica de algum momento concreto?

Questões como as que aqui introduzimos necessitam que, tal como se afirmava na reunião de final da década de 70, se estude este fenómeno de forma integrada e com uma metodologia idêntica de ambos os lados de uma *fronteira* que dificilmente aceitaríamos para as comunidades pré-históricas[7].

Tendo em conta estes objetivos, o trabalho assumiu, quase naturalmente, uma estrutura tripartida.

Arranca-se de um estudo historiográfico do Norte de Portugal e do Sul da Galiza, orientado para o objetivo de encontrar paralelos e discrepâncias nas abordagens e nos métodos de trabalho usados ao longo das distintas etapas de evolução das tradições arqueológicas de ambas as regiões. Esta análise deve igualmente determinar até que ponto os investigadores de uma ou de ambas as regiões procuravam conhecer o que se estava a fazer do outro lado da *fronteira*. Identificando em que momento surge o conceito de identidade cultural aplicada ao megalitismo.

6 Veja-se, a propósito, como Roger Joussaume (1985) na sua obra em que aborda o ambicioso tema do megalitismo através do mundo, trata o Norte de Portugal e a Galiza como uma unidade, o que não faz para outras regiões peninsulares. Ou como o viria a repetir, dez anos mais tarde, Jacques Briard, tratando em bloco o megalitismo do Norte de Portugal, da Galiza, das Astúrias e do País Basco. Note-se contudo, como este último separa, no que se refere à arte, o Norte de Portugal e associa, neste âmbito, a Galiza com as Astúrias.

7 Sobre o conceito de fronteira e limites territoriais têm-se debruçado autores diversos, entre os que destacaríamos Jones (1959), Alexander (1977), Green y Perlman (1985) ou Dennell (1985).

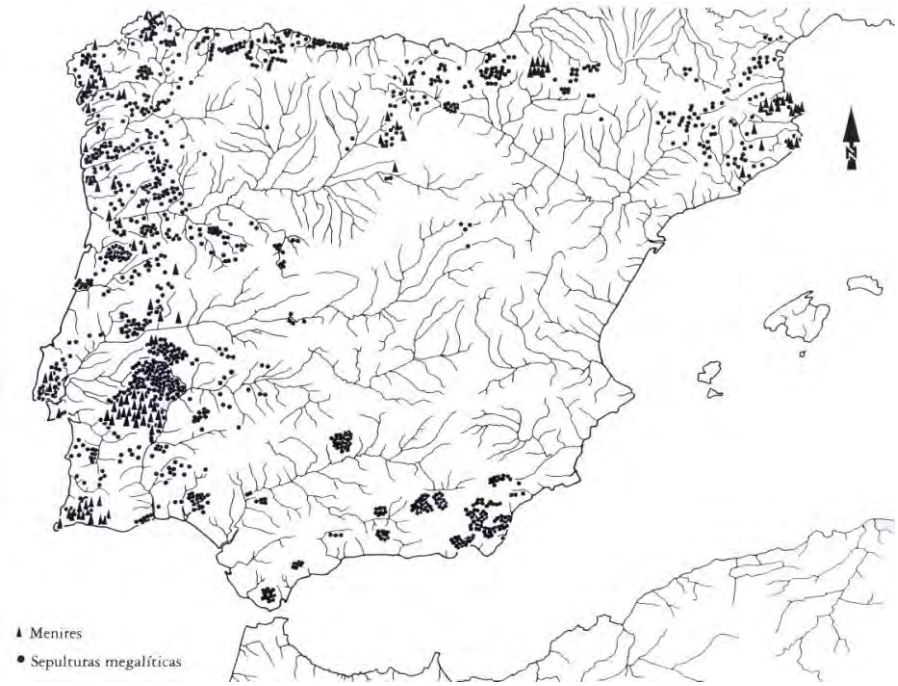


Figura 3: Mapa de distribuição dos monumentos megalíticos na Península Ibérica de acordó com Philine Kalb.

Analisadas as questões tratadas e os métodos aplicados ao longo do tempo, serão ponderadas aquelas que iremos tratar e a metodologia mais adequada para as abordar, pelo que a análise historiográfica, tem também como objetivo servir de base, a partir da qual se traçará a abordagem metodológica a aplicar no trabalho de campo.

Num segundo momento pretende-se, no terreno, aplicar uma metodologia de trabalho idêntica a uma área de estudo que abarque uma parte representativa do Norte de Portugal e do Sul da Galiza, reunindo um conjunto de dados que permita uma análise integrada das mamoas desta região.

5. Definição de objetivos:

De acordo com o esquema proposto a primeira parte prepara e, de alguma forma, justifica a proposta de trabalho de campo, apontando a orientação metodológica a seguir.

Nesta procurar-se-á realizar uma análise historiográfica objetiva e comparada entre duas tradições arqueológicas distintas, centrando a análise na questão da abordagem teórica e metodológica ao fenómeno tumular e megalítico através de uma análise comparada das obras publicadas desde a origem até aos inícios do século XXI. Serão privilegiadas nesta primeira parte questões como a contextualização socioeconómica, condicionalismos políticos e metodológicos, mas também será analisada a questão editorial ponderando o tipo de texto em que se aborda a megalítica, bem como a inclusão, ou a inexistência, de referências a idênticos trabalhos realizados a ambos os lados da *fronteira.*

Por fim serão comparadas, em cada momento, as principais interpretações, identificando o que mais despertava interesse entre uns e outros pré-historiadores, avaliando igualmente a metodologia utlizada por ambos nos seus estudos.

Traçada a evolução dos estudos acerca do fenómeno tumular e megalítico e identificadas as discrepâncias na sua abordagem procurar-se-á, através de um trabalho prático, ponderar algumas das ideias veiculadas por esses trabalhos.

Tendo em conta os condicionalismos de meios e de tempo, inerentes a todos os trabalhos académicos, a opção recaiu por selecionar entre os diversos aspetos que, em conjunto, configuram este complexo fenómeno, três que serão tratados de forma mais detalhada. A escolha incidiu sobre os dois elementos que, em nosso entender constituem a essência do fenómeno, a sua característica expressão arquitetónica e a intrínseca relação que a mesma estabelece com o meio natural. Sendo estes os dois elementos que melhor representam a principal característica do fenómeno em termos gerais: a sua monumentalidade.

Uma terceira questão a abordar será a da conservação, avaliando o estado em que se encontram os monumentos conhecidos na região galaico-portuguesa do Minho e assinalando dos agentes mais nocivos para a sua preservação. Uma análise que se considera pertinente quer do ponto de vista cientifico, permitindo pontualizar certas assunções que derivam de evidencias destorcidas por diferentes condições de conservação, mas também numa perspetiva patrimonial, já que apenas conhecendo a realidade que afeta os monumentos de forma negativa se podem definir propostas de salvaguarda eficazes.

A terceira e última parte, comum a todos os projetos desta natureza, é dedicada às reflexões finais em que se apresenta o somatório das sínteses parciais dos diferentes capítulos, se apontam hipóteses interpretativas e se definem estratégias de futuro, pois por muitas explicações que se propunham, também as interrogações suscitadas em torno destas sepulturas parecem permanecer eternamente presentes, mesmo aquelas que se consideravam encerradas.

6. Algumas considerações metodológicas:

Boa parte das decisões importantes que é necessário tomar durante a elaboração de qualquer projeto de investigação dizem respeito à metodologia a empregar. Neste aspeto uma tese de doutoramento não é exceção. Como abordar a questão que nos propomos tratar? Que tipo de trabalho de campo melhor se adequa aos objetivos propostos? Qual a melhor orientação metodológica para garantir o rigor e a objetividade das propostas que lançamos? Estas são apenas algumas das questões que se deparam a quem enfrenta esta tarefa.

Tendo em conta a natureza específica desta tese foi necessário ponderar algumas questões adicionais, tornando-se evidente que uma estrutura como a proposta e apresentada anteriormente, implica a definição de uma metodologia própria, com regras, exigência e abordagens distintas para cada parte deste trabalho.

Um estudo historiográfico implica uma análise mais profunda e detalhada que a habitual revisão bibliográfica ou estado da arte obrigatória em cada trabalho académico. Para este estudo partiu-se do *Traballo de Investigación Tutelado* (TIT), entregue em 2003 para obtenção do DEA em Prehistoria, nesta mesma universidade e departamento.

Este primeiro trabalho, com o título *Evolução do pensamento arqueológico sobre o megalitismo do Norte de Portugal,* tinha-se recolhido e analisado a bibliografia mais relevante sobre o fenómeno tumular e megalítico do Norte de Portugal. Ficara assim traçado o quadro evolutivo destes estudos para esta região, sendo necessário para realizar uma abordagem comparativa com o contexto galego, realizar o mesmo tipo de trabalho para os estudos sobre o fenómeno tumular e megalítico galego. Nesta fase optou-se por manter a

metodologia de pesquisa, análise e interpretação da informação utilizada para o Norte de Portugal.

O estudo historiográfico partiu de uma exaustiva pesquisa bibliográfica, determinando a informação disponível, a sua origem e a localização atual. Felizmente os investigadores contam hoje em dia com ferramentas *on-line* que, de forma cómoda e eficaz permitem aceder a motores de busca de diversas bibliotecas, transformando a tarefa de recolha de referências bibliográficas, que antes acompanhava a recolha da informação propriamente dita, uma vez que exigia a presença física na biblioteca em causa, num passo introdutório, em que o investigador pesquisa a informação a consultar, sabendo de antemão onde e quando pode ser consultada.

Ao iniciar-se o trabalho pela recolha de todas as referências, para além de se rentabilizar a deslocação às bibliotecas para consulta de informação, permite uma gestão mais racional e como tal mais eficiente e produtiva do processo de recolha, uma vez que permite antecipar e programar o tipo de consulta que mais nos interessa para cada fase do trabalho.

No decurso desta primeira parte do trabalho foram várias as bases consultadas. Para o Norte de Portugal consultou-se o catálogo Porbase (http://porbase.bnportugal.pt), um catálogo coletivo que inclui os catálogos bibliográficos de mais de 180 instituições, incluindo a própria Biblioteca Nacional, onde se encontram os registos da bibliografia publicada em Portugal desde 1935, ao abrigo de depósito legal e a biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que dispõe igualmente de um catálogo digital próprio (www.letras.up.pt).

Para o caso galego consultou-se o catálogo da biblioteca da Universidade de Santiago de Compostela (www.busc.usc.es), que reúne num motor de busca semelhante ao anteriormente descrito o acervo das bibliotecas dos distintos centros desta universidade, onde se encontra um importante *Fondo Galego.* Consultou-se como complemento a biblioteca do Instituto Padre Sarmiento onde se recolheram sobretudo publicações próprias.

Desde inicio começaram a surgir as diferenças no tratamento e na acessibilidade da informação bibliográfica. Enquanto a catalogação das publicações periódicas se efetuou, na biblioteca universitária de Santiago de Compostela por artigo, nos catálogos portugueses apenas se disponibilizam os títulos das publicações periódicas sem indicação do conteúdo

de cada um dos seus números. Idêntico tratamento têm as atas de reuniões científicas e as obras coletivas. O que implica que num trabalho como o que se realizou para esta tese, em que nos propúnhamos a compilar toda a informação publicada sobre um tema, tenha sido necessário consultar os índices de todos os números das publicações da especialidade em busca de artigos relevantes.

Da mesma forma, para o Norte de Portugal apenas estavam informatizados os títulos publicados a partir do século XX. Para os períodos anteriores foram consultados os ficheiros manuais e os catálogos dos fundos primitivos da Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Para todos os textos consultados foram elaboradas duas fichas, uma bibliográfica e outra de leitura, inseridas numa base de dados comum em formato Access e FileMaker.

Tal como havia sido decidido para o *Traballo de Investigación Tutelado*, para esta evolução historiográfica foi seguida uma abordagem cronológica, procurando integrar de forma comparada ambas as tradições historiográficas, o que não foi fácil para todas as épocas, uma vez que apenas nas mais recentes a informação parecia coincidir.

Logo no primeiro período abordado estas dificuldades foram colocadas em evidência, pois enquanto na Galiza existia uma, já bem consolidada prática de investigação centrada na análise de referências a monumentos tumulares e megalíticos inseridas em documentos medievais, para o caso português não se encontrou nenhum estudo deste género. Assim, para que a comparação entre as duas realidades fosse possível foi necessário, de forma experimental, analisar alguns fundos documentais representativos de distintas fases da Idade Média para tentar determinar se esta incluía, como tem vindo a ser observado na documentação relativa ao território galego referências a monumentos tumulares e megalíticos.

Para cada uma das épocas abordadas procurou dar-se uma panorâmica geral dos trabalhos realizados no âmbito do nosso estudo, incluindo o contexto em que foram desenvolvidos esses estudos, a nível nacional e internacional, o enquadramento teórico e metodológico nos que se foram desenvolvendo, para no final, se elaborar uma pequena síntese dos aspetos abordados nos mesmos.

Procurou-se, em todo o momento, manter a imparcialidade, evitando juízos de valor ou posturas criticas descontextualizadas.

Analisados de forma objetiva os trabalhos anteriores, definiu-se a metodologia a seguir para o trabalho de campo. Esta deveria ser aplicada de forma idêntica a uma área de estudo que integre uma área do extremo Norte de Portugal e de uma boa parte do Sul da Galiza.

Chegados a este ponto, dois caminhos se abriam diante de nós. Haveria que decidir entre os dois métodos de trabalho que têm sido usados na abordagem ao megalitismo do Noroeste Peninsular. Entre os arqueólogos portugueses, parece ter maior peso os trabalhos centrados na escavação e no tratamento dos materiais e de outros elementos recolhidos durante as mesmas, enquanto na Galiza, por um conjunto de condicionalismo que abordaremos mais adiante se tem mostrado preferência por trabalhos de prospeção e de análise espacial.

Foram vários os critérios que pesaram a favor desta segunda hipótese, sendo o primeiro o de ser esta tese desenvolvida no departamento de Historia I da Universidade de Santiago de Compostela, fazendo, em nosso entender, todo o sentido optar por uma abordagem que tem sido empregue com eficácia demonstrada em vários trabalhos anteriores pelo grupo de investigação dirigido pelo orientador desta tese.

Em segundo lugar consideramos que, sendo a escavação, um momento chave do trabalho arqueológico, não tem porque ser entendida como um ponto de partida, muito menos como o principal objetivo de um projeto de investigação. Na nossa perspetiva a escavação deve ser encarada como um meio de procurar respostas, pelo que não nos parece lógico partir para esta fase sem ter bem presente quais as questões que se procuram esclarecer.

A definição destas questões implica conhecer o que foi feito anteriormente, mas também um conhecimento o mais exaustivo possível do que se conserva. Os seja, ter-se-ia que partir sempre de uma prospeção para determinar o que se conserva, onde e em que estado. Uma vez elaborado o mapa dos monumentos seria então determinado o que escavar.

Tentando ser coerente com estes princípios os critérios expostos e os nossos interesses de investigação centrados na análise espacial, optou-se por um trabalho de prospeção e catalogação do património tumular e megalítico da região galaico-portuguesa do Minho e do Lima.

A partir deste ponto convencionou-se tratar o sul da Galiza e o Norte de Portugal como um território único, uma área de estudo unificada. Ao contrário, do princípio usado na análise historiográfica de um estudo comparativo, na análise dos dados de trabalho do campo tentou-se evitar esta abordagem. Somos contudo conscientes que apesar do esforço não se eliminaram todas as assimetrias. Pensar que assim fora seria não só errado como, de certa forma, utópico, pois partimos de patamares muito desiguais no que se refere ao estudo da integração do fenómeno tumular e megalítico no espaço, situação que se tornou bastante clara desde as primeiras fases do trabalho.

Tal como fora necessário para a análise historiográfica foi recolhido, previamente à preparação do trabalho de campo toda a informação disponível sobre os monumentos existentes. Da parte galega foi-nos disponibilizada, pelo grupo de investigação *Arqueohistoria* (GI-1520) uma base de dados elaborada no decurso do projeto XUGA21004B98: "*Arqueoloxía e ecoloxía do fenómeno tumular e megalítico no Sur de Galicia*", onde se encontravam os dados relativos aos monumentos da parte galega. Foram consultadas, igualmente, os catálogos de património da Xunta de Galicia das províncias de Pontevedra e de Ourense em busca de novas referências a monumentos. Embora destas poucas tenham efetivamente conduzido à identificação de monumentos tumulares.

Ficou assim patente o emprego de critérios distintos por parte das equipas de arqueólogos que, partindo de um interesse cientifico, em que, ante a dúvida, subtraem e o as que, movidas por preocupações de ordem patrimonial, colocadas perante a mesma situação, incluem. Esta conclusão revelou-nos um dos principais problemas que se nos depararam para a área portuguesa, uma vez que a base de dados da qual se partiu para este trabalho foram ambas de caráter patrimonial.

A preparação do trabalho de campo a realizar no Norte de Portugal partiu de uma base de dados cedida pelo Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR) e das referências recolhidas a partir das cartas patrimoniais dos Planos Diretores Municipais (PDM) dos concelhos da área de estudo.

Preparar as saídas de campo foi também uma tarefa muito distinta para um e outro território, uma vez que para a Galiza se encontra disponível um sistema integrado de informação geográfica (SIGPac) disponibilizado pelo *Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente*, onde é possível aceder a informação cartográfica e a fotografia aérea de qualquer ponto do território galego introduzindo as suas coordenadas geográficas. Já para o território português, esta mesma informação, estando disponível, encontra-se repartida por diversas instituições, cada uma das quais usa um sistema de coordenadas distinto.

As coordenadas recolhidas na base de dados do IGESPAR foram convertidas através da aplicação de transformação de coordenadas disponibilizada pelo Instituto Geográfico do Exército. Na mesma instituição o visualizador de informação geográfica IGeoE-SIG possibilitou o acesso a informação cartográfica tendo-se recorrido ao programa Google Earth para a obtenção de fotografia aéreas.

Uma vez mais estas dificuldades foram um alerta para a dificuldade que viríamos a enfrentar ao tratar a cartografia de duas regiões distintas em que se têm aplicado sistemas de coordenadas distintas. Tornando-se clara a necessidade de unificar a cartografia a partir da qual seria feita a análise espacial.

Ultrapassado mais uma etapa chegava finalmente o momento de partir para o terreno e fazer a inventariação dos monumentos. Durante estas campanhas manteve-se o método de trabalho que tem sido aplicado no projeto "A*rqueoloxía e ecoloxía do fenómeno tumular e megalítico no sur de Galicia".*

Da mesma forma partiu-se da ficha de campo usada por essa equipa de investigação para a elaboração de uma ficha própria em que alguns campos foram mantidos, outros adaptados e à que se acrescentou um campo relativo à conservação. Esta ficha foi convertida numa base de dados Access, também ela adaptada da usada no mesmo projeto, de acordo com as alterações efetuadas na ficha de campo.

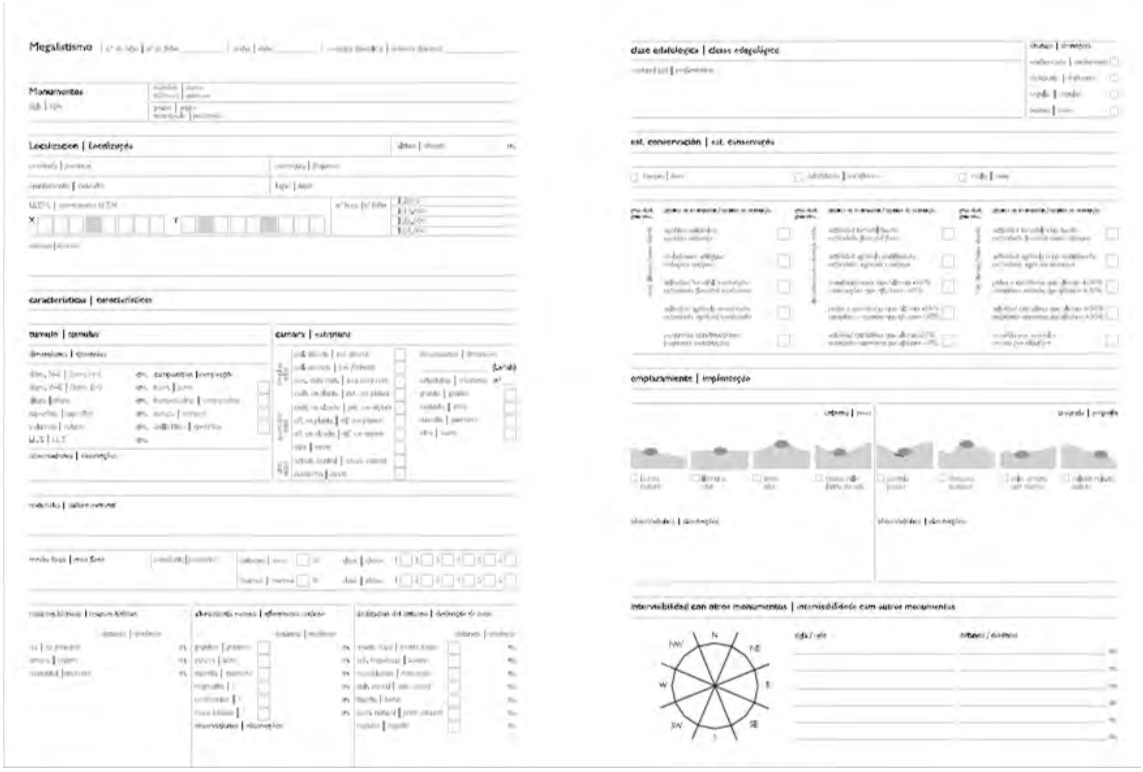


Figura 4: Ficha desenvolvida para o trabalho de campo.

Alguns campos incluídos na ficha de campo não foram, contudo, incuidos na base de dados, não porque se menospreze a sua importância mas porque, pela sua própria especificadade, poderiam desvirtuar a essência desta base de dados. Contam-se entre esses elementos a bibliografia associada a cada monumento, assim como a referência a eventuais materiais arqueológicos ou manifestações artísticas a este associados. Neste ultimo caso a probabilidade de identificar material arqueológico ou representações artísticas no decurso de um trabalho de prospeção é quase residual, tendo em conta, que, na sua grande maioria, se trata de estruturas recobertas por terra.

A ficha de campo usada no decurso deste trabalho conta com doze campos onde se registam em primeiro lugar os dados relativos á ficha (número, data de preenchimento e redator), à identificação do monumento, às suas caraterísticas, informação edafológica, estado de conservação, implantação, inter-visibilidade com outros monumentos, bibliografia e registo das fotos realizadas. Havendo ainda espaço para notas, observações e para desenhos (croquis).

A identificação da ficha inclui o número, a data de preenchimento e a identificação pelo responsável ou pelos responsáveis pelo seu preenchimento. Já a do monumento inclui uma sigla, em a primeira letra identifica o distrito/província onde se situa (V de Viana do Castelo, O de Ourense e P de Pontevedra), as três seguintes são a abreviatura do conjunto em que se insere, seguida pela letra M (monumento) seguida do número atribuído ao monumento dentro do conjunto assinalado. O nome ou número dos monumentos são indicados por extenso, assim como o nome do conjunto.

No campo dedicado à localização indica-se a provincia/distrito, o concelho, a parroquia/freguesia e o lugar onde se encontra o monumento. Adicionalmente registam-se as UTM ED-50 do monumento e o número das folhas em que se encontra na cartografia 1:2000, 1:10000, 1:25000 e 1:50000.

Nas caraterísticas do *tumulus* registam-se as medidas dos diâmetros NS e EW e a altura. A medida foi tomada a partir do ponto mais alto conservado, por norma junto ao cone de violação. A partir destes dados calculam-se a superfície ocupada, mediante a aplicação da fórmula s= $\pi * r^2$, sendo que s representa a superfície e r o raio médio. Por sua vez o raio médio calcula-se aplicando a fórmula r=*Ømaior+Ømenor/4*. Ou seja dividindo por quatro a soma do diâmetro maior com o diâmetro menor do *tumulus.*

Volume calcula-se de acordo com a formula $v=\pi h(r^2+h^2)/6$, sendo que nesta fórmula *v* representa o volume, *r* o raio médio da massa tumular e *h* representa a altura da mesma. O raio médio é calculado a partir da fórmula acima indicada.

Por sua vez o índice de alongamento (ILT) foi calculado a partir da fórmula ILT=*Ø EW/ØNS,* ou seja dividindo o valor apurado para o diâmetro EW pela medida apurada para o diâmetro NS.

Ainda no que se refere às caraterísticas do *tumulus,* regista-se a composição da massa tumular (terra, terra e pedra, couraça e anel lítico), e registam-se observações particulares.

Entre as caraterísticas da estrutura interna indica-se a tipologia, distinguindo-se entre as tipologias simples (poligonal aberta, poligonal fechada e cista), de corredor (indiferenciado em planta, indiferenciado em alçado, diferenciado em planta, diferenciado em alçado, outra) e outras tipologias (ortostato central e tipologia indeterminada). Registam-se ainda, nos

monumentos em que o estado de conservação assim o justifica, as dimensões dessa estrutura (altura, largura e comprimento). Assinala-se o número de ortostatos conservados e o material (granito, xisto, quartzite e outros materiais).

Eventuais materiais arqueológicos associados ao monumento são registados na ficha, bem como, a pendente do túmulo, a pendente do meio, a distância a recursos hídricos e a afloramentos rochosos (granito, xisto, migmatite, rochas básicas, rochas sedimentares), com espaço para observações. Por fim indica-se a dedicação do meio, distinguido entre monte baixo, bosque, reflorestação, cultivo de cereal, horta, prado natural e regadio, indicando a distância a que se encontram do monumento.

Da edafologia indicam-se a profundidade do solo e a drenagem do mesmo (encharcado, deficiente, regular e bom).

Relativamente ao estado de conservação distingue-se entre os monumentos considerados em bom estado, em estado satisfatório ou em mau estado. Entre os primeiros, no que se refere aos agentes de destruição, incluem-se os monumentos tumulares e megalíticos afetados apenas por agentes naturais, violações antigas, atividades florestal e agrícola moderada ou pequenas construções. Entre os monumentos em estado de conservação satisfatório contam-se os que se vêm afetados por atividade florestal forte, atividade agrícola continuada, construções, caminhos e estradas ou atividades extrativas que não alterem mais de 30% do monumento. Por fim os monumentos assinalados como em mau estado de conservação incluem os que se vêm alterados por atividades florestal ou agrícola intensa e por caminhos e estradas ou por construções que afetam mais de 30% dos monumento e os que se encontram afetados pela formação de albufeiras.

Relativamente à implantação distingue-se entre a posição do monumento nos grandes acidentes orográficos (portela, divisória, vale aberto ou balcão) do meio envolvente (ladeira, chã, cume ou fundo de vale).

Por fim registam-se a orientação da bacia visual abarcada desde o monumento e assinalam-se eventuais monumentos abarcados desde esse ponto e a distância a que se encontram.

Na parte final da ficha de campo indica-se bibliografia relativa ao monumento, fotos tiradas (com a orientação) e algumas notas que se considerem pertinentes, indicando por exemplo a presença de gravuras ou eventuais vestígios de pintura.

Recolhidos os dados começou-se a análise pela quantificação, usando diversas ferramentas. Do programa ArcMap 9.3., usaram-se ferramentas de análise estatística como o *Spatial Statistics Tools, Statistics* e *Select by atributs.* Foram desta forma analisados todos os parâmetros referentes a implantação, caraterísticas construtivas e estado de conservação dos monumentos catalogados.

Num segundo momento, realizaram-se análises multivariáveis, preenchendo tabelas de contingência, que permitem analisar a relação entre duas variáveis de tipo qualitativa e encontrar o seu grau de associação ou dependência. Contudo admite-se a possibilidade de que associações visíveis nas tabelas não possam ser comprovadas estatisticamente.

Algumas tabelas foram inconclusivas pois originaram um conjunto de dados, de tal forma detalhado e numeroso, em que muitos dos valores apurados não tinham expressão estatística. O que ocorria em especial com campos de natureza quantitativa, em que o intervalo de dispersão era muito acentuado. Assim procedeu-se á simplificação dos dados atribuindo classificações a intervalos de medidas. Simplificando assim os parâmetros a analisar.

Cruzaram-se diferentes elementos relativos a implantação, a construção e a conservação. Bem como se tentaram cruzar elementos relativos à implantação com propriedades construtivas dos monumentos e vice-versa. Por fim realizaram-se as mesmas análises multivariáveis mas para a questão de conservação.

Todos os valores obtidos foram arredondados para cima.

Foram considerados como tendo couraça os percentualmente inexpressivos cairns e as referências a potenciais anéis líticos, ainda que os mesmos tenham sido levados em conta noutro tipo de análise. No campo *Tipologia* unificaram-se sob a designação genérica cista os monumentos classificados como cista retangular e cistoide e o único caso classificado como de corredor indiferenciado em planta (M1 de Outeiro de Cavaladre) foi reclassificado como monumento de corredor indiferenciado.

No campo *Orografia* foram unificados sob a denominação *Portela* as mamoas situadas em portela de divisória e em *Balcão* as situadas em balcão em divisória, ainda que, tal como no caso acima referido noutro tipo de análise se tenham mantido estas classificações. Da mesma forma dados relativos a dedicação do meio, como reflorestação de pinheiros ou reflorestação de eucaliptos foram simplesmente classificados como *Reflorestação*.

Estas análises quantitativas lançaram algumas questões pertinentes e permitiram analisar padrões de implantação ou regularidades construtivas que foram posteriormente aprofundadas introduzindo a variável espacial. Ou seja foram analisadas em função de proximidade ou dispersão.

Tirando partido das funções *Spatial Analyst* do programa ArcMap 9.3., foram analisadas novas variáveis obtidas a partir do cruzamento (*join* e *intersect*) de elementos cartográficos com a base de dados resultante do trabalho de campo. Foram desta forma analisados parâmetros como geologia, edafologia, capacidade de uso do solo, declives e visibilidade.

Dar a forma a um texto claro e coerente a todas as observações registadas exigiu também algumas decisões que devem aqui ser justificadas. Uma vez mais, no que se refere à referenciação bibliográfica surgiu uma divergência entre a norma portuguesa, em que se citam os autores pelo último apelido e a espanhola em que se citam pelos dois apelidos. Optou-se por respeitar ambas a formas e indicar, para os autores que tenham o mesmo apelido a inicial do nome próprio.

Uma vez que se decidiu apresentar a informação mais relevante para cada monumento sob a forma de um catálogo a referência a monumentos catalogadas foi feita usando o número (Mx) do monumento seguido do conjunto indicado por extenso. Muitas vezes suprimiu-se a indicação do concelho ou mesmo da província em que este se localiza. Esta decisão pareceu-nos coerente com a abordagem de tratar o fenómeno tumular e megalítico da área de estudo como uma unidade, evitando uma comparação entre o Norte de Portugal e o Sul da Galiza. Desta forma, se um monumento é citado destaca-se a sua caraterística implantação, um determinado traço construtivo, considerando-se de pouca relevância a indicação do concelho ou da província a que pertence.

Como anexo ao presente volume apresenta-se um catálogo em que se apresenta a informação recolhida para cada monumento durante o trabalho de campo, bem como um

pequeno atlas em que se apresentam todos os mapas analisados num formato A3 para facilitar a leitura dos mesmos.

Em conclusão, na primeira parte, a análise historiográfica, utilizou-se uma metodologia que permitisse, para além de traçar a evolução historiográfica se encontrassem um conjunto de questões pertinentes para o desenvolvimento do trabalho de campo. No decurso do mesmo e sobretudo durante a análise dos seus resultados procuram-se possíveis respostas para essas questões.

Em todo o momento procurou-se manter uma postura de neutralidade e objetividade. Porém a análise efetuada não foi realizada sem sentido crítico, apenas se considerou apropriado reservar para um momento de reflexões finais todas as considerações críticas e as interpretações mais subjetivas ou pessoais.

7. Agradecimentos:

Elaborar uma tese de doutoramento pode ser um trabalho longo e solitário. Felizmente no nosso caso, pudemos contar, ao longo de todo o processo, com um bom número de amigos dispostos a ajudar e a quem muito temos que agradecer.

A primeira pessoa a quem nos sentimos compelidos a agradecer, ainda que postumamente, é a Arquiteta Delmira Correia. Não duvido de que este percurso teria sido muito mais fácil de percorrer, se pudéssemos ter contado, até ao final, com o suporte que representava para nós, não só os seus conselhos, mas em especial a sua companhia, a energia e a inspiração que dela emanavam.

Foi durante as nossas incontáveis viagens entre Santiago de Compostela e Vila Nova de Cerveira que, em animadas conservas, foram ganhando forma os nossos respetivos projetos de doutoramento, este que nos encontramos prestes a concluir e o seu, que tristemente não teve continuidade. Um agradecimento parece algo escasso para expressar o quanto lhe devemos, quer a nível profissional como pessoal.

Desde o primeiro dia em que juntas entramos pela primeira vez na Facultade de Xeografia e Historia tivemos a sorte e o privilégio de nos cruzarmos com o Prof. Antón

Rodríguez Casal, orientador deste trabalho de doutoramento. Muitas vezes comentamos entre nós a forma, verdadeiramente admirável como, naquelas primeiras conversas que mantivemos no seu gabinete, foi capaz de analisar e compreender a personalidade, as mais-valias e as debilidades de cada uma e de nos orientar para projetos, que embora partilhando um fundo comum, pois ambas nos inclinávamos para o estudo do megalitismo, em última análise, eram completamente distintos, pois refletiam os nossos interesses pessoais, as diferenças em termos de percurso profissional, de formação e até de maturidade. Não nos restam dúvidas que a Arquiteta Delmira partilharia o especial agradecimento que devemos ao Prof. Rodríguez Casal.

A título pessoal, reforçamos este sentimento de gratidão, pois foi ele quem, a partir do momento em que deixamos de contar com a companhia da Arquiteta Delmira, nos serviu de apoio através de etapas verdadeiramente complicadas e que nos manteve motivados e empenhados, mesmo naqueles períodos em que por diversas razões não nos foi possível dedicar a esta tesa todo o tempo e a energia que pretendíamos ou deveríamos ter dispensado. Sentimo-nos igualmente gratos pela forma como, ultrapassados esses obstáculos, orientou este trabalho de forma equilibrada, deixando-nos espaço para explorar por conta própria, mas chamando-nos à realidade, quando assim foi necessário. Graças à sua constante disponibilidade foi-nos possível ultrapassar impasses, dúvidas e dificuldades.

Temos ainda que agradecer ao Prof. Rodríguez Casal o nos ter colocado em contacto com tantos outros bons amigos que se demonstraram uma ajuda preciosa em momentos concretos deste trajeto. Em primeiro lugar a Emiliana, a quem nunca poderemos devidamente agradecer a ajuda e o incentivo que ao longo de todo a tese nos prestou. A ambos e a toda a sua família devemos enfim agradecer a amizade graças á qual as semanas que passamos em Santiago se tornaram bastante mais amenas e agradáveis.

Um agradecimento, muito especial, devemos, a Miguel Carrero por nos ter acompanhado durante os meses de trabalho de campo. Pela forma prestável e desinteressada com que sempre se mostrou pronto a nos acompanhar a todos os locais remotos e inacessíveis, independentemente das condições climatéricas ou do esforço que isso implicaria. É certo que esta foi a etapa mais dura e exigente de todo este trabalho, mas foi sem dúvida a mais gratificante, pois ao longo dessas jornadas conhecemos monumentos e paisagens únicas, pessoas interessantes, muitas das quais nem chegamos a conhecer o

nome mas que em momentos de hesitação ou de desorientação nos apontaram a direção correta e que ensinaram que mesmo nos lugares mais remotos e isolados há sempre alguém disposto a ajudar. Também ao Jacob, à Teresa, à pequena Andreia, ao Carlos, ao Ignacio, ao Júlio, ao Eguileta, à Isabel, à Elvira e a tantos outros amigos, que por falta de tempo e não de memória, ou gratidão, nos escusamos de mencionar, deixamos os nossos agradecimentos pela forma como dispensaram algum do seu tempo para nos acompanhar em algumas jornada de trabalho de campo, partilhando uma experiência enriquecedora para uns, radical para outros, mas em todo o momento interessante e divertida.

Também na hora de sistematizar toda a informação recolhida tivemos a sorte de contar com o auxílio, uma vez mais de Miguel Carrero, na parte de análise matemática, do Carlos Diaz e do Carlos Pereira na de análise cartográfica, a quem expressamos os nossos sinceros agradecimentos, que fazemos extensíveis aqueles que nos auxiliaram em outros pontos do trabalho, nomeadamente solucionando questões gráficas ou de outra natureza, como aconteceu com Teresa Correia e Marco Mourão.

A nível institucional não podemos deixar de reconhecer o importante papel que tiveram os diversos organismos que prontamente nos facilitaram o acesso a informação e agradecer-lhes na pessoa dos seus responsáveis ou colaboradores com os quais contactamos mais diretamente. A primeira instituição a quem devemos agradecimentos é a própria Facultade de Xeografia e Historia e em particular ao Departamento de Historia I. Em particular dirigimos este reconhecimento a todo o seu quadro docente, sem esquecer contudo todos os restantes funcionários que em qualquer momento deste trabalho nos ajudaram. Também não esquecemos os agradecimentos devidos a Carmen Gómez Nistal da Delegación de Ourense da Xunta de Galicia e a Xulio Carballo da de Pontevedra. Agradecimento ifualmente a Filipa Bragança do IGESPAR. Não podendo, ainda dentro do quadro institucional, de agradecer o apoio financeiro disponibilizado pela FCT, ao abrigo da Bolsa de Investigação financiada pelo Programa de Formação Avançada, comparticipada pelo Fundo Social Europeu e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, sem o qual este trabalho não teria sido possível. Deixando também um agradecimento particular à Escola Superior Gallaecia que nos acolheu e disponibilizou o seu equipamento e o seu espaço como ponto de apoio para este nosso trabalho, sendo que neste ultimo caso o agradecimento ultrapassa, de forma compreensível, o reconhecimento institucional pois abarca também o agradecimento que devemos, á direção, ao corpo docente, aos

funcionários e até a alguns estudantes pelo apoio e incentivo com que nos brindaram ao longo de todos estes anos.

Por fim, mas de nenhuma forma menos sentido é o agradecimento a toda a nossa família e aos nossos amigos, pelo inestimável apoio que nos prestaram em todos os momentos, pela confiança e pela compreensão com que sempre nos dedicaram.

Muito obrigada a todos! Aos amigos que já o eram, aos que passaram a sê-lo no decurso deste trajeto, e muito em especial, aos que já não estando fisicamente presentes continuarão a sê-lo, porque também eles permanecem *Dead, but not Gone!*

Por uma ou por outra razão, esta tese é também é um bocadinho de cada um de vós!

PRIMEIRA PARTE

Análise historiográfica

1. Das primeiras referências escritas ao antiquarismo científico



Figura 5: Mamoa 1 de Outeiro do Ferro.

O megalitismo é um fenómeno de reconhecida longevidade. Enquadrável cronologicamente fundamentalmente entre o Neolítico, o Calcolítico e o Bronze, é inegável que os seus vestígios, e em especial os de caraterísticas monumentais, prevalecem para além desses períodos, chamando à atenção de distintas culturas que, ao longo do tempo lhes foram atribuindo significados, valores e funções novas, muito após se ter esquecido a sua função e o seu significado original.

Durante a Idade Média surgem os primeiros registos escritos onde se faz referência aos monumentos megalíticos da área de estudo e só a partir dos séculos XVI e XVII estes começam a ser incluídos em obras literárias, onde se fazem as primeiras descrições arquitetónicas destas grandes construções que se destacam na paisagem. Esta curiosidade perante as arquiteturas mantém-se e até se intensifica ao longo do século XVIII com o movimento do antiquarismo científico.

1.1. A documentação medieval:

Durante a Idade Média os cronistas demonstram interesse pelo passado remoto das nações europeias, acerca do qual tecem uma versão imaginada com base em lendas, tradições populares e textos religiosos, visando cumprir um objetivo de caráter politico.

Estes relatos acompanham a consolidação das monarquias europeias (século XII e XIII), quando a uniformização politica e legislativa foi conjugada com um esforço para impor a noção de uma origem comum a populações por vezes muito distintas e para criar ou consolidar um sentimento de comunidade. Em geral recorre-se a duas possibilidades, ou se encontravam evidências de uma prestigiosa origem clássica ou se recorre a uma não menos dignificante origem bíblica, podendo até conjugar-se ambas as hipóteses.

Desta forma, não é nestas crónicas que o arqueólogo deve procurar informação para o estudo dos monumentos tumulares e megalíticos. As suas atenções devem centrar-se nos documentos arquivísticos, doações, cartas de fundação de mosteiros e disposições testamentárias, em especial a dos séculos XI a XIV, onde abundam referências a estes monumentos.

A consciência da utilidade de tais documentos para o estudo do fenómeno tumular e megalítico galego remonta à obra de Frei Martin Sarmiento, mas foi verdadeiramente no final do século XIX que autores como José Villaamil y Castro (1873) e Manuel Murguía (1888), destacavam a inclusão em documentos medievais de referências a monumentos como dólmenes, antas e menires e estudam essas referências como complemento das suas investigações de campo.

A partir desses inícios, o interesse pela análise de documentação medieval foi constante na historiografia galega. Na primeira metade do século XX, homens como Federico Maciñeira (1942) ou López Cuevillas (1949a e 1973) viam no estudo da documentação histórica uma das formas de contornar as dificuldades sentidas na reconstituição do mapa geral das mamoas galegas devido ao processo de destruição sistemática a que as mesmas têm estado sujeitas. Já mais recentemente, Ferro Couselo (1952), Filgueira Valverde e García Alén (1977), Criado Boado e Grajal Blanco (1981), Carneiro Rey (1995) ou Martinón-Torres (2001, 2006 e juntamente com Rodríguez Casal em 2000), contam-se entre os mais destacados que deram continuidade a este estudo.

No seu estudo do megalitismo a partir das fontes escritas Martinón-Torres recolhe 253 referências a monumentos megalíticos em documentação galega na qual se encontram como marcadores territoriais, aspeto para o qual Manuel Murguía (1888: 105) chamava já a atenção, ao reconhecê-los como *"objetos del culto para el campesino, son restos venerables de una antigua religión, bajo cuya salvaguardia se ponía aun la heredad acotada"*.

Ao assinalar onde existem ou existiram outrora monumentos megalíticos, estas são fontes de extrema relevância, bem como apoio a atividades de prospeção, bem como recurso para averiguar o grau de destruição e/ou conservação de monumentos e a evolução do sentido que lhes foi atribuído ao longo de diferentes períodos históricos. Sendo igualmente um recurso imprescindível para a definição de um mapa geral do megalitismo em que se incluam monumentos entretanto desaparecidos (Rodríguez Casal, 1993)[8].

Infelizmente, apesar das pesquisas efetuadas, não se encontrou nenhum trabalho do género para o caso português, onde o estudo da documentação medieval não tem despertado o mesmo interesse entre os investigadores.

Como termo de comparação consultaram-se alguns compêndios de documentação medieval para comprovar se no Norte de Portugal poderíamos traçar o mesmo percurso para os monumentos tumulares e megalíticos, que se tem vindo a propor para os monumentos galegos, ou se, por outro lado, como parece ser o caso da documentação relativa a Navarra e Guipúzcoa estas referências são menos significativas (cf.: Álvarez Vidaurre, 2011).

Na Galiza, as referências mais antigas remontam a documentação do século VI, que recolhe as decisões emanadas de um concilio realizado em Lugo, em 569, relativas à reorganização administrativa da província eclesiástica da Galiza, constituindo o que é hoje conhecido como *Parroquial Suevo* ou *División de Teodomiro.* Neste conjunto documental os elementos naturais, os caminhos antigos e os vestígios arqueológicos, entre os quais

8 Conferir, por exemplo o trabalho de Felipe Criado Boado e Mariano Grajal Blanco (1981), na região de Sobrado-Curtis, ou de Juan A. Carneiro Rey (1995), na de Narón.

abundam as referências a monumentos tumulares e megalíticos, são os principais marcos que assinalam no território os limites das dioceses (Martinón-Torres, 2001).

O hábito de usar estes monumentos como delimitação territorial mantém-se ao longo de todo o período medieval. Veja-se, por exemplo, o documento, dos Tombos do Mosteiro de San Estebo de Ribas de Sil, de Janeiro de 921, em que Marcos Martinón, encontrou referências a alguns monumentos megalíticos, que se repetem quase trezentos anos mais tarde, permitindo deduzir que os monumentos continuavam a existir, a ser conhecidos e aceites como marcadores territoriais. *"Apreciamos así unha posible continuidade funcional do megalito, polo menos nesa dimensión social-territorial"* (Martinón-Torres, 2001: 49).

A toponímia local e a própria onomástica pessoal podem fornecer indícios da função social e prática dos monumentos megalíticos (Martinón-Torres e Rodríguez Casal, 2000 e Martinón-Torres, 2001).

No que se refere à área de intervenção desta tese, a documentação medieval, em que aprecem mencionados alguns monumentos tumulares e megalíticos, encontra-se compilada em coleções diplomáticas como os Tumbos de Sobrado, ou as Coleções Diplomáticas de Oseira, Armenteira ou Melón[9].

Também para o Norte de Portugal, pelo que nos foi possível averiguar, as referências mais antigas encontradas são as que foram antes citadas para os monumentos galegos, ou seja o *Paroquial Suevo* ou *Divisão de Teodomiro*. Onde também se incluía a delimitação do bispado de Braga. Neste documento, datada de Janeiro de 572, como seria de esperar, não foi difícil encontrar referências a monumentos megalíticos como limites territoriais.

Por outra parte, quando, em 28 de Janeiro de 835 Afonso III das Astúrias manda delimitar o termo de Braga e confirma a posse dele a Flaviano Recaredo, refere *"terminis antiquis prima pars per illo Castro qui Maximo appellatur (…) et inde per illas archas qui divident cum Ferrarios et vadit pro ad ipsa arca qui dividet cum Rial et ind ad ille Castro Maximo"* (cf.: Costa, 1965: 3).

9 Para mais informação consultar Villaamil y Castro (1873), Filgueira Valverde e García Alén (1977), Carneiro Rey (1995), Gómez Nistal (2000) ou Martinón-Torres (2001).

A 28 de Setembro de 911, a pedido do Bispo Savarigo, Ordoño II manda delimitar a antiga diocese de Dume: *"(…) per agirem et petras fictas quosque in archa qui sedet sculta in petra et exinde ad alias congesta terrinea et inde per agirem et petras fictas qui sunt secus via vereda quos que in termino de Pittanes et inde per agirem et archas principias qui divident inter Dumio et Palmaria (…) et inde per alia via vereda qui discurrit de Bracara quosque inter tumeda qui fuit manum facta et exinde in archa petrinea principia ad antiquis constructa qui dividet inter Dumio et Villa Lesmiri et inde per agirem firmissimum qui dividet inter Dumio et Villa de Forozos usque ad illa archa petrinea qui dividet inter Dumio et parata Sumueli et Forozos et sic per agirem et per petras fictas usque (…) petra scripta ubi dicet Sancte Eolalie"* (cf.: Costa, 1965: 38).

O termo *petra ficta* aparece também muitas vezes mencionado, tendo sido identificado no *Paroquial Suevo* e num documento de 840, relativo à ordem de restauro e repovoação da cidade de Braga, em que se renova a delimitação do seu termo (Costa, 1965).

Outro conceito igualmente referido na documentação dos séculos IX e X é o de *petram cavallare*, que poderia também ser interpretada como uma referência a um monumento megalítico. Contudo, a partir do século XI, as demarcações territoriais parecem ser assinaladas por carreiros, rios, fontes, montes, portelas, etc., e sobretudo pela referência às propriedades vizinhas. Na documentação notarial portuguesa do período entre 1214-1234, conservada no Arquivo Distrital de Braga, parecem ser cada vez mais escassas as referências a monumentos como elementos de delimitação territorial. Apenas como exemplo veja-se um documento do século XIII, em que Maria Soares vende a Mestre Silvestre Godinho *"una larea quam habe o in illa Agra de Maximinis et jacet inter vestram laream et laream Martini Monizubi vocitant Archa. Do vobis at que concedo predictam laream sicut est marchata per suos marchos (…)"* (cf.: Sá-Nogueira, 2005:128) Ou o documento de enfiteuse em que Paio de Sande empraza uma herdade no concelho de Vila Real, entre os rios Catrie e Maagueiroos *"et ista hereditas est ita determinata incipit ab illo portu per quem vadunt ad locum qui volatur Pousada (…) et ferit in ascusam de Petra Fita (…)"* (cf.: Sá-Nogueira, 2005, pp. 19-20)[10].

10 No mesmo documento regista-se ainda o topónimo S. Martinho de Anta (Panoias).

Nas Inquisições de D. Afonso III, verifica-se a mesma ausência, surgindo apenas referências esporádicas como o topónimo Anta ou uma referência à Mamoa de S. Romão do Coronado (Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1988).

Na Galiza, na análise que faz da documentação do Catastro de Ensenada (1753), Martinón, assinala de novo a forma vaga como os marcadores territoriais passam a ser referidos, mencionando-se apenas a presença de marcos. Em Portugal da breve análise que se realizou no decurso deste trabalho parece que essa mesma tendência se verifica mais cedo. Por outro lado, como refere este investigador entre esses marcos os monumentos megalíticos continuam entre os que mais vezes são citados explicitamente, o que na documentação portuguesa não parece acontecer. Constatação que se deve, no entanto, assumir com alguma cautela tendo em conta a reduzida amostra analisada e que os uma vez que os objetivos do estudo da mesma se limitava a comprovar a existência ou não de referências a monumentos tumulares e megalíticos, não se prevendo um estudo aprofundado das mesmas.

Desta forma, todas as conclusões acerca da relação estabelecida entre as comunidades medievais galegas e os seus monumentos megalíticos, da sinalização de monumentos destruídos, da identificação de outros atualmente desconhecidos ou da avaliação de mecanismos de conservação/destruição destes monumentos, não têm termo de comparação na realidade portuguesa. Esta evidência suscita naturalmente algumas questões pertinentes. Em primeiro lugar fica por explicar o motivo do desinteresse dos investigadores portugueses pelo estudo da documentação medieval. Diferenças de método ou de orientação teórica, poderiam explicar esta aparente desvalorização de um campo potencialmente rico em informação arqueológica.

Na primeira hipótese o especial interesse que os pré-historiadores portugueses têm revelado pela escavação, tem levado a que a sua atenção se centre em centros monumentais muito específicos, não havendo grande investimento em ações de prospeção e de inventariação. Ora é nestas últimas que a análise da documentação medieval poderia efetivamente proporcionar resultados imediatos.

Em segundo lugar, e de certa forma decorrente a primeira observação, a investigação tem-se centrado no estudo das arquiteturas megalíticas e dos materiais arqueológicos a

elas associados, desvalorizando outros campos de ação como a análise espacial, uma vez mais esvaziando de interesse o esforço que pressupõe a análise documental.

Por fim poder-se-ia adiantar também uma explicação mais pragmática para que nenhum dos pré-historiadores portugueses se tivesse interessado seriamente por este tipo de análise. A linha de investigação tem vindo, no que diz respeito à pré-história do Norte de Portugal a desviar-se dos monumentos megalíticos. Os trabalhos centrados neste tipo de monumento têm vindo a diminuir em prol do aumento dos trabalhos em torno de outro tipo de monumento, como os povoados e os recintos pré-históricos.

1.2. Os trabalhos dos primeiros antiquários:

A partir do século XV difunde-se pela Europa um especial interesse pelo estudo das *antiquitates* ao ponto do conceito passar a designar uma nova disciplina intelectual, cujo objeto de estudo eram os vestígios materiais do mundo antigo. Mas foi só a partir da segunda metade do século XVI que o estudo das *antiquitates* alcançará o pleno desenvolvimento, para o qual, muito contribuiu a progressiva laicização da sociedade e, consequentemente, da produção intelectual.

Os *antiquari* utilizavam elementos desprezados pelos historiadores, como moedas, documentos epigráficos, monumentos e achados arqueológicos, tentando, através destes, colmatar as lacunas deixadas pelos documentos escritos. Algumas lendas medievais foram rejeitadas, contudo as referências a uma origem bíblica ou clássica continuam a ser uma constante. Por outro lado os relatos alargam-se para incluir os hábitos e a cultura desses antepassados remotos (Pereira González, 2007).

Tal como Leite de Vasconcelos sublinha, nestes primeiros tempos, *"a archeologia nem sempre constituía rigorosamente sciencia; era sobretudo um objecto de luxo e curiosidade, um meio de ostentar a glória da pátria"* ou *"um expediente para alardear erudição"* (Vasconcelos, 1890: 6), enquanto se limitam a fazer meras descrições sumárias de alguns monumentos, exagerando e distorcendo de forma evidente a importância de outros vestígios, artifício legitimado aos seus olhos, perante um objetivo mais moralizador que cientifico.

O campo de ação preferencial destes *antiquari* foi a Antiguidade Romana, mas também a Pré-História mereceu alguma atenção. Durante o século XVI Pedro Mártir de Anglería menciona pela primeira vez a hipótese de terem existido, na Europa, povos que não conheceram o trabalho dos metais, ideia prontamente rechaçada pelos seus contemporâneos. Foi necessário esperar um longo período para que esta mesma ideia fosse repescada e aceite de forma definitiva.

Não estranha pois, que os trabalhos destes primeiros antiquários, no domínio da pré-história, se limitem à coleção de objetos dispersos sem haver real consciência da sua antiguidade. Encarados como meras curiosidades, ou quando muito como *"uma consequência de actividades de seres mitológicos, de fenómenos naturais, mas não humanos"* (Martins, 1999: 18), só a partir de meados do século XVIII estes passam a ser olhados como potenciais fontes de informação.

Durante o século XVI, destaca-se, em Portugal, a obra de André de Resende, considerado, por muitos, o pai da arqueologia portuguesa. Em 1593 publica *De Antiquitatibus Lusitaniae,* no qual, pela primeira vez, se faz a descrição de algumas antas. Mas o principal interesse do seu trabalho advém sobretudo da tentativa de cruzar as fontes escritas, com documentos epigráficos e monumentos arqueológicos (Sousa, 1993). Atitude que só encontraremos em Espanha, quase dois séculos mais tarde, com a obra de Frei Martín Sarmiento.

Seguindo o exemplo de André de Resende outros autores, como Frei Martinho de São Paulo, interessam-se pelas antas. Este, numa carta dirigida ao rei D. Sebastião (1571), denuncia a destruição de um monumento megalítico que se localizaria dentro dos limites do convento da Serra de Ossa a mando do abade do dito convento para aproveitar a pedra de que estava feito. Frei Martinho, descreve como, aquando da sua demolição, fora possível observar, no seu interior, grande quantidade de carvões e cinzas. De onde retira a convicção de que esses monumentos seriam túmulos dos súbditos de Viriato.

Segundo Mendes Corrêa, apenas Frei Martinho de São Paulo e André de Resende demonstram, neste período, *"une certaine vision du véritable intérêt archéologique de quelques ruines et trouvailles"* (Correia, 1947: 199), mas não podemos deixar de destacar,

até porque diretamente relacionada com a nossa área de estudo, a obra de João de Barros, *Geographia d`entre Douro e Minho e Tras-os-Montes* (1549)[11].

Embora o relato histórico inicie com a chegada dos godos à Península Ibérica, não esquece completamente o passado pré-histórico da região, já que, numa dissertação sobre diversos costumes funerários, menciona que *"os trogloditas tinhão hu gracioso costume, que atauão os pé do defunto ao pescôsso, e assi o andauão arrastando pela terra, e depois o enterrauão em qualquer parte e lhe punhão hu grande monte de pedras e em cima e nella hu corno de cabra, e com isso se hião sem nenhua mais dor"* (Barros, 1549:108).

Noutra passagem da mesma obra, João de Barros, chama a atenção para *"(…)outras sepulturas antigas que não são dos romanos e estão no monte feitas hà maneira de moimento, com arco por sima, e estas não tem nenhuas letras, nem me sabem dar certa razão de quem serão, ou porque se fazião ali fora das Igreias"* (Barros, 1549:109) e que acredita serem sepulturas em honra de homens nobres que morreram em combate. *"Outro modo de sepulturas há na terra do Marão, que são grandes montes de pedras meudas, e há fama que iazem ali grandes ladroens",* já que era costume segundo o autor, cobrir os salteadores com pedras para incutir temor, *"mas este costume das pedras acho que ià se costumou em outro tempo",* sepulturas essas que se encontram na dita serra *"e no simo dela"* (Barros, 1549:110).

Aceitando a primeira descrição como uma referência às famosas antas, e a segunda a monumentos tumulares, este seria um dos textos mais antigos em que se faz alusão a megálitos do Norte de Portugal.

As primeiras obras de temática arqueológica na Galiza surgem também no século XVI, num contexto de legitimação da nobreza galega e de defesa da identidade galega face à literatura espanhola e à opinião popular, que menosprezava os galegos, contexto que acentua o carácter apologético das obras de temática histórica deste período. Os autores galegos do século XVI *"parecen ser conscientes de un sentimiento de inferioridad que derivaría de una situación injusta de opresión, o por lo menos de marginación con respecto a otros de los reinos peninsulares"* (Bermejo Barrera, 1989: 85), face à qual tentam

11 Apenas nos foi possível aceder à reedição desta obra, datada de 1919.

expressar a identidade e a unidade da comunidade galega, associando a noção de antiguidade às de prestígio e verdade, mediante o emprego de todos os meios, lícitos e ilícitos, desde o recurso a fontes greco-latinas até à mais pura imaginação literária, passando por adaptações bíblicas, manipulações etimológicas e o uso de crónicas falsas. Apenas os vestígios arqueológicos parecem completamente esquecidos, pelo que nestas obras não há lugar para os monumentos megalíticos (Martinón-Torres, 2001 e 2004). Porém, sabemos que esta ausência não se pode atribuir a um desconhecimento destes monumentos, mas possivelmente por estes se encontrarem ainda impregnados de carácter místico, eram afastados dos livros de história.

Num momento em que, em Portugal, os monumentos tumulares e megalíticos fazem o seu tímido aparecimento em textos, que ainda que essencialmente de caracter literário, se assumem como de cariz histórico, e, ainda surjam como simples curiosidades, tratados de forma superficial e genérica[12], na Espanha estes estão completamente ausentes da literatura histórica, apesar do interesse que desperta pelo estudo das antiguidades, durante o reinado de Felipe II. Entre 1575 e 157º ordenou a realização do inquérito *Relaciones Topográficas de los Pueblos de España,* na que se incluía uma questão sobre a existência de antiguidades, contudo a sua intenção de patrocinar uma História geral de Espanha não fez com que esta saísse do domínio da lenda e do mito[13]. Segundo, Ester Álvarez Vidaurre (2011), esta ausência poderia vincular-se a um maior interesse pelo passado greco-romano, ou à caráter modesto dos monumentos megalíticos peninsulares, se comparados com os que se começavam a estudar noutras regiões europeias.

Na primeira metade do século XVII, o clima de agitação política que se vivia em Portugal provocou um ligeiro atraso em quase todos os domínios científicos. Porém, não foi um século de todo estéril no que toca aos estudos pré-históricos. Embora o movimento dos *antiquari* se tenha mostrado, em Portugal, demasiado condicionado pela ideologia religiosa e pelo apego às teorias genésicas, não se pode negar que contribui decisivamente para o lançamento das bases da arqueologia e da pré-história em Portugal (Severo, 1888).

---

12 Apenas na carta de Frei Martinho de São Paulo os monumentos megalíticos são tratados de forma concreta, uma vez que está em causa a sua conservação.

13 Veja-se como exemplo a *Coronica General de España* de Florián de Ocampo (1574).

Neste século autores como Coelho Gasco, Gaspar Barreiros, Amador Arrais, Jorge Cardoso, Gaspar Estaço ou Manuel Severim de Faria, descrevem alguns monumentos pré-históricos espalhados pelo país, em textos que, no geral, não diferem muito dos do século anterior.

Relativamente ao fenómeno tumular e megalítico merece especial destaque Manuel Severim de Faria, que para além da sua obra *Noticias de Portugal* (1625)[14], teria, numa importante noticia manuscrita, datada de 1609, descrito alguns monumentos megalíticos das Beiras, que interpreta como estruturas destinadas a servir de palco a sacrifícios. Frente a este poder-se-ia enunciar uma extensa lista de textos de caráter conservador, mas apenas citamos como exemplo ilustrativo dessa atitude, a monumental obra *Monarquia Lusitana* (1596), de Frei Bernardo de Brito[15].

Por outro lado, este período foi também marcado por uma atuação de destaque no que concerne à recolha de objetos e materiais arqueológicos, ainda que apenas se demonstre interesse por objetos com valor estético e artístico, sem verdadeira consciência do seu valor arqueológico ou documental. Uma vez mais, Manuel Severim de Faria, mas também Jorge Cardoso muito contribuíram para a formação, em Portugal, das primeiras coleções arqueológicas (Vasconcelos, 1890). Contudo os megálitos do Norte do país parecem ter despertado pouco interesse durante deste século.

Também o panorama da historiografia galega, deste período, não é muito diferente, continuando os monumentos tumulares e megalíticos afastados dos textos históricos, situação que se mantém até meados do século XVIII, mas bem presentes na documentação galega do século XVII, na que surgem com um carácter completamente novo, deixando de

14 No decurso deste trabalho foi usada a reedição de 1750.

15 Parece-nos este exemplo suficiente para ilustrar o pendor conservador dos textos historiográficos deste século, tanto pela sua cronologia, que ilustra como esta mentalidade se arrasta por todo o século XVII, como pela defesa de uma origem genésica à qual se sucederia, no entender de Frei Bernardo de Brito, uma gloriosa etapa clássica.

parte a função que lhes havia sido atribuída como marcadores territoriais[16], para se revelarem envoltos num caracter mítico-simbólico (Martinón-Torres, 2001)[17] que os afasta dos textos históricos. *"El megalito sólo podrá entrar en la Historia, es decir, sólo verá potenciado su valor histórico-arqueológico, cuando se comience a censurar todo lo que engloba el término superstición: cuando la Razón supere al Mito, entonces el megalitismo estará en condiciones de ser considerado un fenómeno arqueológico"* (Martinón-Torres e Rodríguez Casal, 2000: 316).

Serão também inúmeros e bastante diversificados os relatos de personagens encantadas associadas a monumentos tumulares e megalíticos. Crenças que desencadearam, por parte da Igreja, iniciativas para os sacralizarem mediante a colocação de altares ou de cruzeiros no seu topo (cf. por exemplo: Alonso Romero, 1998 ou Martinón-Torres e Rodríguez Casal, 2000).

Mais nefasta foi, contudo, a crença na existência de tesouros escondidos no interior dos monumentos, dos quais toda a gente ouviu falar e que durante o século XVII muitos tentaram recuperar, numa verdadeira febre de ouro que colocou em causa a conservação dos próprios monumentos.

Manuel Murguía (1888) foi o primeiro a fazer referência ao chamado Processo Vázquez de Orjas e, alguns anos mais tarde, Andrés Martínez Salazar (1909) publica um artigo *Sobre*

16 Apenas a sua preservação na toponímia parece conservar algum indício da anterior função. Filgueira Valverde e García Alén (1977) citam ainda uma referência excecional à Mámoa de Abaixo (*parroquia* de Salcidos, A Guarda), encontrada num documento de 1676.

17 Estas construções míticas deixaram profundas raízes no imaginário popular, que sobrevivem, em alguns casos, até ao século XX. Na década de 30 desse século, Florentino López Cuevillas recolhe uma vasta panóplia de crenças, comprovando a sobrevivência deste tipo de fenómenos mentais que perpetuam a função simbólica e mítica dos monumentos tumulares e megalíticos. Mais recentemente Alonso Romero (1998) tem-se dedicado a estudar as lendas e tradições populares associadas aos monumentos megalíticos, salientando o que parece ser um vínculo entre a construção de dólmenes e certos personagens femininos que encerram uma alusão a antepassados longínquos.

a apertura de mámoas a principios del siglo XVII onde estuda este compêndio documental onde se documenta todo este processo de destruição dos túmulos galegos.

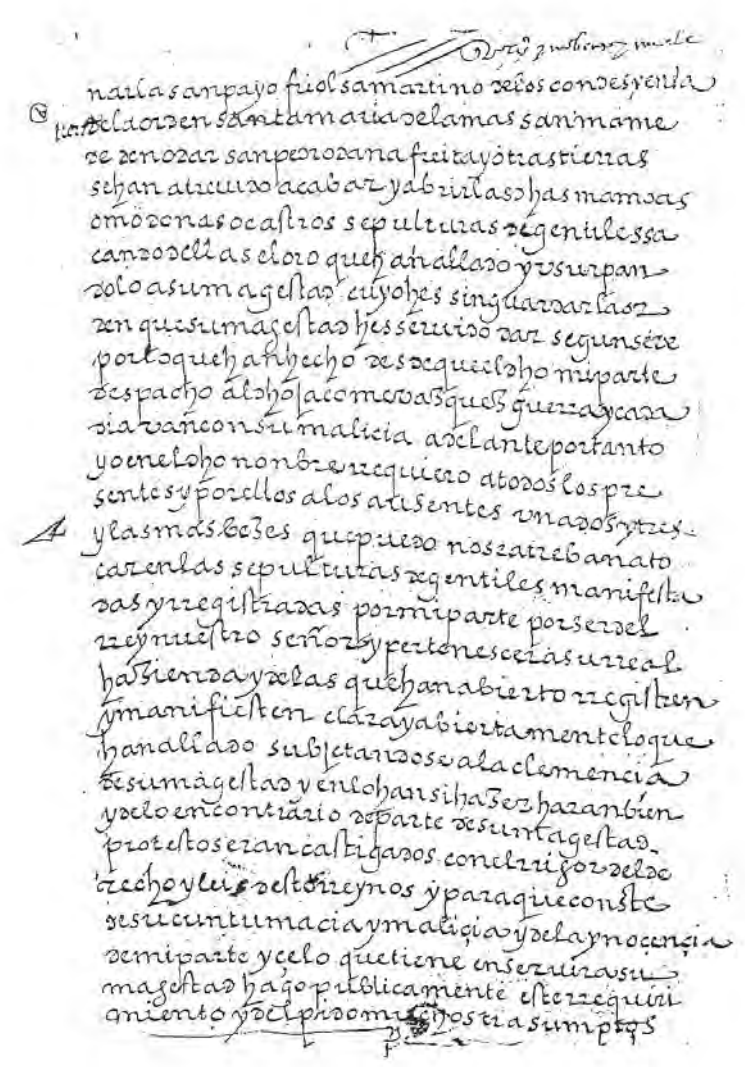


Figura 6: Documento do Processo Vázquez de Orjas (Archivo General del Reino de Galicia).

Este processo inicia-se em 1606, com um pedido de autorização de Pedro Vázquez de Orjas para explorar os túmulos pré-históricos e recuperar o ouro que, porventura, aí se escondesse, continuando com o relato de *"numerosos juicios por la destrucción furtiva de*

túmulos megalíticos a principios del siglo XVII, así como los relatos míticos que envuelven la búsqueda de tesoros" (Martinón-Torres e Rodríguez Casal, 2000: 304). De acordo com este compêndio documental, um pouco por toda a Galiza, os camponeses dedicam-se à abertura furtiva de monumentos, estimando-se que cerca de 3000 túmulos tenham sido abertos e remexidos (Martínez Salazar, 1910d)[18].

De toda a documentação gerada pelo processo judicial aberto em 1609 é possível extrair informação de grande interesse arqueológico, como a inexistência de termos específicos para designar os monumentos, que se deduz das mais variadas denominações usadas pelas testemunhas que a eles aludem, ou a noção de que seriam sepulturas de *"gentiles galigrecos"* (Martínez Salazar, 1909a), que Vázquez de Orjas acredita serem mesmo anteriores à ocupação romana.

Mas a informação mais relevante diz respeito ao estado de conservação de certos monumentos antes da sua destruição, sendo mesmo possível em alguns casos reconstituir, a partir dos relatos, a arquitetura do monumento ou ter uma vaga ideia do espólio que os mesmos continham[19].

Por fim, tal como a documentação medieval, este processo judicial permite, identificar monumentos atualmente destruídos, mas proporciona também conhecimento sobre o processo de destruição dos mesmos[20].

---

18 Inadvertidamente teria sido o próprio Vázquez de Orjas quem inicia este sucesso ao dar força à convicção da existência de tesouros escondidos nas mamoas galegas ao entregar o pedido para as explorar. Assim, com cada queixa que este entrega contra os camponeses que se dedicam a abrir furtivamente estes monumentos, crescia a crença popular na existência de ouro e proporcionalmente o desejo de recuperar parte dele.

19 Consulte-se a propósito Martinón-Torres (2001) para informação detalhada sobre o tipo de informação contida no processo Vázquez de Orjas.

20 A abertura de uma mamoa exigia um esforço considerável, implicando a presença de uma equipa para mover as grandes lajes monolíticas de outra forma. Se a mamoa contém no seu interior um dólmen usam-se barras de ferro para erguer a laje de cobertura, que era muitas vezes aproveitada

Dos relatos dos acusados e das testemunhas concluía-se que, finalizada a busca, o monumento pode ser simplesmente abandonado, ou eventualmente completamente destruído. Uma vez esquecido o interesse em manter os monumentos como elementos de delimitação espacial, este fica claramente exposto a um processo de destruição sistemática que parece ter atingido um pico em inícios do século XVII, mas que perdura muito para além dele.

Torna-se evidente que um processo de destruição sistemática, como o que é relatado no Processo Vázquez de Orjas, afeta de forma direta o estudo do megalitismo, sobretudo se tivermos em conta "*(…) por unha banda, a posibilidade de que as mamoas máis sistemáticamente devastadas teñan sido as máis grandes e atractivas a ollos do buscador de tesouros; por outra, o feito de que probablemente os monumentos máis coñecidos serían os das zonas baixas – onde se atopa meirande parte das terras cultivadas – e, por tanto, pudieran ser estas as primeiras en ser sondadas"* (Martinón-Torres, 2001:106-107). Estas constatações, a ser provadas, levariam à necessidade de rever algumas ideias comumente aceites, como a pequena dimensão dos túmulos galegos e a sua implantação centrada nas terras de média e elevada altura.

No Processo Vázquez de Orjas encontram-se referencias á abertura de monumentos na região do Baixo Miño e da Baixa Limia tendo estas sido recolhidas por Filgueira Valverde e García Alén (1977) e Martínez Salazar (1905).

Uma vez mais para o Norte de Portugal, não se encontrou ainda qualquer relato semelhante, porém, o Processo de Vázquez de Orjas é um documento verdadeiramente único. Mesmo na Galiza apenas se conhece um outro caso semelhante datado de 1710[21], relatando a destruição do que poderia ser um monumento megalítico. Para o Norte de Portugal, não se conhecem relatos semelhantes, o mais aproximado que encontraríamos seria a carta de Frei Martinho de São Paulo (1571), ainda que não diretamente relacionada

---

posteriormente para a construção. Uma vez removida a cobertura Lançam mão de instrumentos comuns para extrair toda a terra do interior da câmara.

21 Conservado no *Fondo Criminal* do Arquivo Histórico Provincial de Ourense e citado por Martinón-Torres (2001).

com o Norte de Portugal e que, neste caso, o objetivo que motiva a destruição do megálito, fosse conseguir pedra para a construção e não a busca de tesouros. Assim sendo, este relato pode efetivamente ser indicativo de um processo de destruição idêntico ao que se verifica para os monumentos galegos, mas não indica que estes estivessem, em Portugal, envoltos de uma aura mística. Deste processo de destruição podemos apenas deduzir que, também os monumentos portugueses, haviam perdido o seu papel como marcadores territoriais, o que, para Martinón-Torres (2001), marcaria o início de uma evolução em que se começa por valorizar os aspetos espaciais, a monumentalidade externa, para a partir do século XVII, pelo menos na Galiza, se centrar na monumentalidade interna, culminando com a afirmação do papel histórico-arqueológico do monumento em que se valoriza tanto a monumentalidade externa como a interna.

Por outro lado, se a destruição do monumento para utilização das pedras atesta a desvalorização da monumentalidade externa, por outro, o aparecimento das primeiras coleções arqueológicas seria um reflexo da valorização da monumentalidade interna, que, em Portugal, estaria associado ao despontar do interesse histórico-cultural.

Em conclusão, continuamos a assistir ao longo do século XVII a uma distinta atitude perante os monumentos megalíticos. Enquanto em Portugal se perpetua a curiosidade intelectual em relação aos monumentos pré-históricos e na Espanha Filipe II patrocina um primeiro inquérito patrimonial, na Galiza observa-se uma profunda transformação da relação das comunidades com os seus monumentos megalíticos. Se, em ambos territórios, ao longo deste século, os monumentos perdem a sua importância social-prática, enquanto elementos de delimitação territorial, *antiquari* portugueses mostram como estes passaram a ser encarados como curiosidades intelectuais, enquanto na Galiza são valorizados numa perspetiva mítico-simbólica, que contribui para os manter afastados dos textos históricos, mas em especial que fomenta a sua rápida destruição às mãos de caçadores de tesouros.

1.3. O antiquarismo científico:

O século XVIII foi o Século das Luzes, um século de progresso, tanto a nível material como intelectual, terreno fértil para a propagação das ideias de Newton, Voltaire, Condorcet, Hegel ou Kant, entre outros. A arqueologia, de forma geral, e a pré-história, em particular, beneficiaram deste contexto favorável ao desenvolvimento do conhecimento científico.

A Razão era o farol que iluminava o firme progresso das ciências de tal forma que "(…) *non pode aceptarse nada que non pase por ese baruto: nin a superstición, nin a credulidade, nin o milagreiro, nin tantos outros lastres para o progreso que viñan dados pola tradición*" (Martinón-Torres, 2001:125).

No plano teórico, a crescente crença na capacidade humana para o progresso e o desenvolvimento motivou um otimismo generalizado, lançando as bases do paradigma evolucionista, o qual, nas palavras de Guy Bourdé e Hervé Martin (1990), seria um pensamento *an-histórico*, que sem embargo contribuiu para estimular o interesse por distintas etapas do passado.

O Mediterrâneo e o Próximo Oriente deixam de monopolizar as atenções dos investigadores e são cada vez mais os que se dedicam ao estudo das origens dos seus próprios países. Se bem essa origem continue a ser procurada entre vestígios de um passado clássico, alguns começam também a interessar-se por um passado ainda mais remoto e é, entre estes últimos, que os monumentos megalíticos ganham especial relevo, enquanto vestígios de um passado celta que apaixona antiquários franceses e britânicos.

Entre os primeiros, o interesse por outras regiões onde se fizera sentir a presença celta leva-os a prestar maior atenção à Galiza, embora, este interesse pareça completamente dissociado da realidade arqueológica e dos monumentos em si, limitando-se ao estudo de textos clássicos ou eventualmente a análises etimológicas de topónimos galegos (Pereira González, 2004).

Este desinteresse pelos monumentos tumulares e megalíticos galegos, quando se assume esta região como parte integrante da *nação celta* talvez se possa explicar, pelo menos em parte, pela discreta monumentalidade dos megálitos galegos, em especial se comparados com os espetaculares monumentos descritos nas obras dos principais celtistas europeus (Martinón-Torres, 2001). Outra explicação pode surgir associada ao facto de serem estes considerados, pelos mais destacados antiquários galegos, como monumentos romanos.

Do ponto de vista metodológico o avanço das ciências traduziu-se, no campo da arqueologia, na descoberta da estratigrafia e da cronologia relativa (Trigger, B., 1992), o que motivou um maior rigor na recolha e na interpretação de vestígios arqueológicos com o

propósito de posteriormente os datar. Estas intervenções do que Trigger apelida de *antiquarismo científico* não passaram ao longo deste século de exemplos isolados, como a meticulosa escavação que William Stukeley leva a cabo no monumento tumular de Silbury Hill, ou as levadas a cabo por Erik Pontoppidan nos monumentos megalíticos na Dinamarca. Para que as escavações começassem verdadeiramente a consolidar-se na prática arqueológica havia que esperar o advento do romantismo.

Apesar dos evidentes avanços metodológicos que os exemplos acima citados bem ilustram, o trabalho arqueológico continuava extremamente dependente dos documentos escritos, sendo os dados arqueológicos encarados como meras ilustrações, num relato histórico construído a partir doutro tipo de fontes.

Em Portugal, Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas leva a cabo a escavação do *oppidum* de Cola. Este é, sem dúvida, um dos melhores testemunhos do momento propício ao desenvolvimento da arqueologia que se viveu em Portugal durante o século XVIII, em especial sob o reinado de D. João V e por ação direta das Academias[22].

No âmbito da atividade da Academia Real da História Portuguesa, fundada em 1720, foi levada a cabo uma primeira tentativa de inventariação dos monumentos arqueológicos portugueses. D. João V, autoriza o Padre Luís Cardoso a enviar um questionário aos curas de todo o país, no qual se incluíam algumas questões de grande relevância para o conhecimento do património arqueológico do país. Infelizmente esses inquéritos foram destruídos durante o terramoto de Lisboa (1755), conservando-se apenas os comentários sobre algumas antiguidades mencionadas nos inquéritos, que Luís Cardoso, compilou no seu *Diccionário Geographico*. Porém, também esta obra, acabaria por ser interrompida após a publicação do segundo volume.

Um segundo inquérito nacional foi lançado na sequência do terramoto de 1755. Desta feita para avaliar os danos causados pela catástrofe e, ao contrário, do primeiro, as

22 Veja-se, por exemplo, como sob influência direta da Academia Real da História Portuguesa (1720), foi publicado o primeiro decreto de proteção do património arqueológico em Portugal (Agosto de 1721 (cf.: Corte Real, 1965).

Memórias Parochiaes de 1758, conservam-se e constituem atualmente uma inestimável fonte de informação arqueológica.

Por seu lado, em Espanha, os Borbón recorrem ao passado como recurso de legitimação de poder, pelo que neste período se implementam medidas de incentivo e apoio aos estudos históricos. Neste contexto, Felipe V, patrocina as primeiras escavações arqueológicas e, em 1737, é fundada a Real Academia de la Historia, instituição que passou a controlar o estudo das antiguidades [23]e paralela à qual se vão formando as *Sociedades de Amigos del País,* onde se concentram os interessados na temática das antiguidades.

Da Galiza não nos chegam notícias de escavações arqueológicas levadas a cabo neste período mas, também se levam a cabo iniciativas de inventariação patrimonial. Em 1753, durante o reinado de Carlos III, foi compilado o *Catastro de Ensenada,* um inquérito destinado a conhecer o património de proprietários individuais e de instituições, mas, neste caso, com objetivos fiscais. Autores como Juan A. Carneiro Rey (1995) e Marcos Martinón-Torres (2001) estudaram este compêndio documental encontrando, tal como era hábito na documentação dos séculos anteriores, numerosas referências a monumentos megalíticos. Esta inclusão pode mesmo contrariar a imagem que ressalta da documentação do século XVII de que estes haviam deixado de ser usados como delimitadores territoriais.

Foi também durante o século XVIII que se abre finalmente espaço para que os monumentos tumulares e megalíticos sejam, por fim, vistos e estudados como documentos históricos, *"nos queda entonces un monumento desnudo, una construcción que no es más – ni menos – que vestigio del pasado"* (Martinón-Torres, 2004: 437).

Por outro lado, como salientar Ester Álvarez Vidaurre (2011) a Galiza constitui, face ao panorama espanhol em que os monumentos megalíticos continuam a despertar apenas o interesse de autores isolados, marca a diferença com as obras de homens como o Padre Sobreira ou de Frei Martin Sarmiento.

---

[23] Para melhor compreender o papel da Real Academia de la Historia no desenvolvimento da arqueologia espanhola pode-se consultar o artigo de Almagro-Gorbea (2004) sobre este tema.

Mas, continuavam a faltar, tando na Galiza como no Norte de Portugal, as obras de referência que poderiam ter enquadrado os vestígios arqueológicos numa teoria geral explicativa. Por outro lado, o movimento dos *antiquari* continuava, em ambos os casos, demasiado asfixiado pelo fanatismo religioso e pelo peso da Inquisição (Gil Merino, 1992). Basta ver como são escassos os autores que se dedicam ao estudo das antiguidades que não façam parte da classe clerical[24].

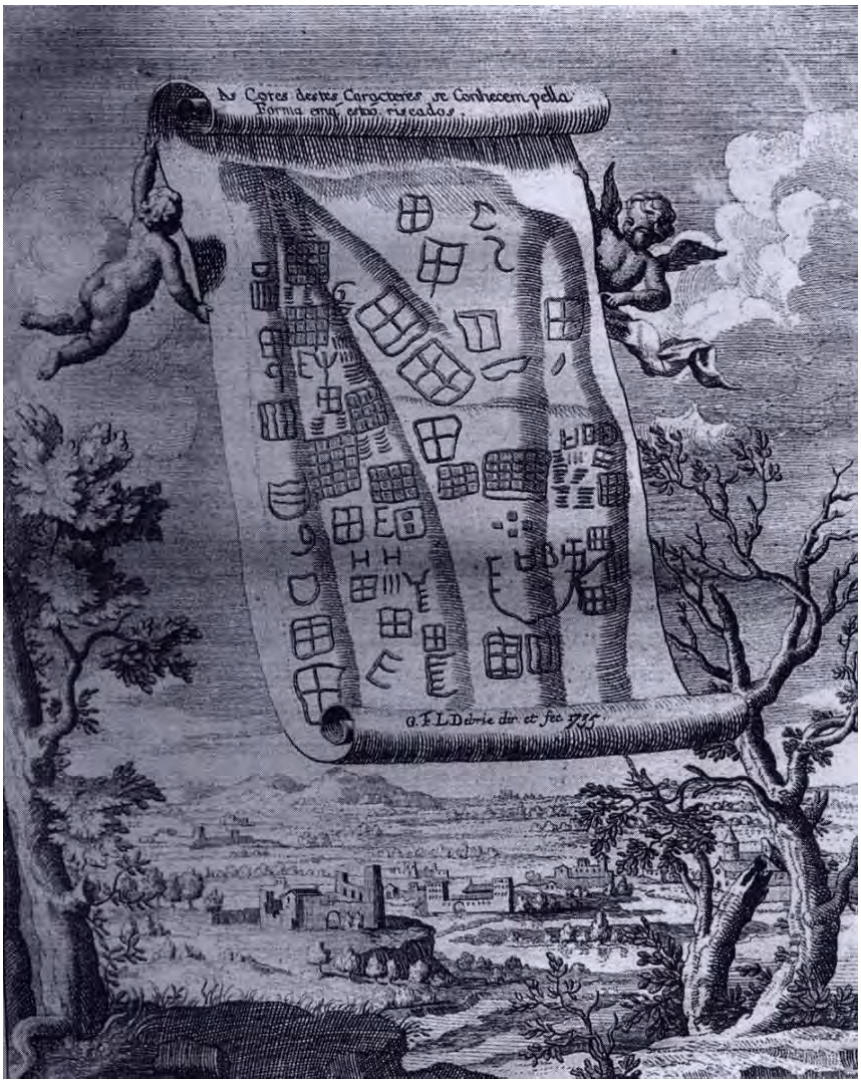


Figura 7: Representação das pinturas do Cachão da Rapa, 1735.

24 No caso português apenas se regista o de Martinho de Mendonça e Pina e na Galiza de José Andrés Cornide y Saavedra.

Logo no início do século, em 1706 é publicada, em Portugal, a obra do Padre António Carvalho da Costa *Corografia Portuguesa* na qual o autor faz referência a inúmeras ruínas e descreve, pela primeira vez, as famosas pinturas do Cachão da Rapa, as quais, sabemos hoje, pertencerem ao Calcolítico ou ao Bronze Inicial. No entanto, as suas descrições estão ainda sobrecarregadas pela imaginação e fantasia e muito longe de um estudo científico.

Mas este século, deixou-nos igualmente constância de uma postura mais objetiva acerca do passado em textos intimamente ligados aos monumentos megalíticos, como a comunicação apresentada, a 30 de Julho de 1733, á Academia Real das Ciências de Lisboa por Martinho de Mendonça e Pina, acerca de *Aquelles antiquissimos, e rudes Altares, que se achão em varias partes de Portugal, e que vulgarmente se chamão Antas*, no final da qual se apela a que "*se peção noticias, e descripçoens de todas as Antas, que houver em Portugal, e dos sitios, em que se achão*" (Pina, M., 1733: 22). Talvez como resultado desse apelo, no ano seguinte foi apresentada à mesma instituição pelo Padre Afonso de Madre de Deus Guerreiro uma lista de trezentos e quinze monumentos dolménicos conhecidos por todo o país (Corrêa, A., 1947), enquanto Mendonça e Pina enumerava apenas cinco. Desta lista não se conserva qualquer registo, impedindo-nos de avaliar quantos monumentos do Norte de Portugal eram conhecidos nesse momento.

Décadas mais tarde (1761) o Abade José Gaspar Simões, num manuscrito, conservado na Biblioteca de Évora, descreve algumas antas do Alentejo e das Beiras as quais interpreta como altares, tal como o fizera, anos antes, Martinho de Mendonça e Pina.

Na região Norte temos notícia da exploração, em 1782, de duas mamoas em Arcos de Valdevez por Fr. Lourenço onde encontrou *"(…) sepulcros, mobilados com tijelas cheias de carvões e de terra"* (Pereira, 1903: 75). A partir da qual podemos concluir que parece manter-se, no Norte de Portugal, o interesse pelos monumentos megalíticos. Enquanto, na Galiza, começam a surgir os primeiros sinais de interesse pelos monumentos megalíticos numa perspetiva histórico-arqueológica.

As elites intelectuais galegas estão sobretudo preocupadas com a defesa do seu estatuto perante Castela, revelando pouco interesse pelo estudo dos monumentos megalíticos, mesmo quando estes eram associados, pela historiografia europeia, ao

passado celta, uma das principais armas esgrimidas em defesa da dignidade galega. Este aparente desinteresse não significa necessariamente desconhecimento, já que os monumentos tumulares e megalíticos aparecem frequentemente mencionados na literatura de viagens.

Um bom exemplo constitui a obra do Padre Juan Sobreira, que num dos seus relatos de viagem, enumera os castros e as mamoas conhecidas na *parroquia* de Santa Maria de Capela (Martinón-Torres e Rodríguez Casal, 2000), no entanto, *"(..) será o Padre Sarmiento quien se encargue sistematicamente de filtrar los megalitos por lo tamiz de la razón*" (Martinón-Torres, 2004: 437).

Ainda que não nos tenha deixado nenhum trabalho especificamente dedicado aos celtas ou às antiguidades galegas, a obra de Frei Martin Sarmiento (1745)[25] constitui a referência mais importante da intelectualidade galega do século XVIII, tanto para o conhecimento das antiguidades em geral, como do megalitismo em particular. Sarmiento distancia-se da tradição livresca apostando num conhecimento mais experimental e direto[26]. "*Por eso mesmo é el quen poderá deterse a aplicar a súa razón a uns elementos da paisaxe tan particulares coma aparentemente inúteis: as mamoas*" (Martinón-Torres, 2001: 129).

Viajante frequente, Sarmiento não deixa de registar, entre outras curiosidades algumas observações históricas. Durante a viagem que realiza pela Galiza nos anos de 1754 e 1755 menciona, nos seus cadernos de viagem, vários monumentos megalíticos. E, como é típico da Ilustração, a sua análise começa com algumas conjeturas etimológicas acerca das

25 A vida e obra de Frei Martin Sarmiento têm sido estudadas por autores como Pereira González (2004).

26 A atitude de Sarmiento enquanto historiador é a de coligir informação e dados, renegando todo o tipo de fabulações. Neste sentido, uma das suas preocupações mais evidentes era a de libertar os monumentos tumulares de todas as fábulas e mitos que impediam a sua correta interpretação histórica. Paradoxalmente, dedica-se igualmente a recolher todas as crenças e usos populares relacionados com estes monumentos, numa atitude que se pode explicar pelo seu interesse pelo que atualmente designamos antropologia cultural (Filgueira Valverde, 1994).

mamoas, que são posteriormente observadas e descritas de forma objetiva e minuciosa[27], tendo, no entanto, escassas referências a materiais arqueológicos (Bouza Brey, 1927). Em geral centra as suas preocupações na tentativa de explicar a sua origem e a função, destes que considera sepulcros romanos, chegando mesmo a tentar descrever o ritual de enterramento a eles associados.

Assim, se por um lado, pudéssemos enquadrar as suas referências às mamoas no âmbito da literatura de viagem, por outro as suas observações destacam-se pela objetividade e pela atitude científica com que as regista.

Também José Andrés Cornide y Saavedra[28] demonstra interesse pelos primitivos habitantes da Galiza, dedicando alguma atenção aos vestígios arqueológicos (Pereira González, 2004), contudo, os monumentos megalíticos não lhe despertam grande interesse, limitando-se a seguir a Sarmiento, na sua interpretação como monumentos romanos.

Da obra de Cornide y Saavedra interessa-nos apenas destacar o interesse que demonstrou pela realidade portuguesa. Entre a numerosa obra de Cornide y Saavedra, onde o território galego tem natural destaque, surge uma extensa obra, em três volumes, dedicada ao *Estado de Portugal en el año de 1800*[29].

Cornide permanece em Portugal durante alguns anos, cimentando relações com os mais destacados intelectuais portugueses entre os quais Frei Manuel do Cenáculo Vilas

---

27 Chegando mesmo a apontar alguns dados relativos à orientação das mamoas.

28 Para conhecer melhor a vida e obra de Cornide y Saavedra consulte-se Gil Merino (1992) ou Ricón Virulegio (1969).

29 Esta obra publicada postumamente (1893-97) foi o resultado da deslocação de Cornide a Lisboa, em 1798, com o objetivo de transcrever, a pedido da Academia Real de la Historia um manuscrito guardado na Torre do Tombo. Terminada a tarefa, prolonga a sua estadia, levando a cabo uma viagem pelo país para, supostamente, ampliar os seus conhecimentos sobre a cultura e da história de Portugal. Sobre esta viagem recai porém a suspeita de poder esconder um eventual interesse político-militar (Ricón Virulegio, 1969).

Boas, com quem troca correspondência literária e algumas publicações periódicas (Ricón Virulegio, 1969).

Na verdade, com a devida exceção de Frei Martin Sarmiento, os restantes intelectuais que, durante este período demonstram algum interesse pelas antiguidades galegas, parecem ignorar os monumentos megalíticos, como bem se pode comprovar, por exemplo, na obra *Historia General del Reino de Galicia,* de Pascasio de Seguín (1750), na qual não se vai além da romanização e na qual não existe qualquer referência a estes monumentos (Martinón-Torres, 2001).

Também na historiografia portuguesa não faltam exemplos de obras em que os monumentos megalíticos são completamente ignorados. Um bom exemplo é o *Elucidário* de Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, publicado no final deste século, onde se explicam alguns termos então utilizados no estudo da pré-história. Ou, mais diretamente relacionado com o Norte de Portugal, o trabalho de D. António Contador de Argote, *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustanus* (1728), onde se volta a mencionar as pinturas do Cachão da Rapa e a demonstrar um claro desinteresse pelos monumentos megalíticos e, do mesmo autor as *Memórias para a Historia ecclesiastica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas* (1747).

Em conclusão, também em Portugal e Espanha, se foram paulatinamente enraizando os ideais da Ilustração. D. João V e Felipe V, respetivamente, levam a cabo uma série de reformas que deveriam colocar os seus reinos a par das nações europeias mais desenvolvidas. A nível científico e cultural os efeitos dessas reformas não tardaram em fazer-se sentir, com óbvios reflexos sobre os estudos históricos e sobre o que hoje em dia se apelida de ciências do património.

Porém a penetração dos ideais iluministas foi bastante limitada em regiões periféricas como o Norte de Portugal ou a Galiza. Nesta última, por exemplo, os ecos da ilustração não conseguem penetrar profundamente na sociedade, chegando apenas a um pequeno punhado de fidalgos intelectuais (Gil Merino, 1992).

Os monumentos megalíticos passam a ser encarados numa nova perspetiva, desligados da visão mística que os envolvera no período anterior, surgem nas mentes ilustradas como

vestígios de um passado que importa preservar, mas que, por outro lado, apenas a uma minoria interessa verdadeiramente conhecer.

Durante este período são várias as referências a monumentos megalíticos, tanto em textos dedicados especificamente ao tema, como parece ser o caso em Portugal, ou inseridos em relatos de viagem e misturados entre as mais diversas curiosidades históricas, no da Galiza. Conclui-se que estes são monumentos conhecidos, que chamam a atenção de viajantes e investigadores, mas que poucos vão além de uma breve descrição ou da mera notícia da sua existência.

No caso galego, onde o celtismo começa a dominar o discurso historiográfico é ainda mais intrigante a pouca relevância atribuída aos dados arqueológicos (Martinón-Torres, 2001) perpetuando argumentos baseados na análise de textos clássicos ou na linguística. Essa inaptidão para incluir os dados arqueológicos na argumentação teórica é tanto mais de estranhar em autores de grande erudição e que certamente conheceriam as obras de referência do celtismo europeu, onde não faltariam as referências a monumentos megalíticos (Pereira González, 2004).

Foram porém os ilustrados de setecentos que formularam as primeiras interpretações teóricas sobre os monumentos tumulares e megalíticos. Sendo estes encarados como altares por Martinho de Mendonça e Pina e pelo Abade José Gaspar Simões e como sepulturas por Frei Martinho Sarmento, Cornide y Saavedra e Frei Lourenço.

Relevante, parece ser o facto de Sarmiento, Cornide y Saavedra e Frei Lourenço se centrarem no estudo de mamoas, enquanto Mendonça e Pina e Gaspar Simões se referem a dólmenes. O que pode indiciar, não uma diferença de interpretação mas a atribuição de funções e significados distintos aos dois tipos de monumentos.

No que se refere às origens destes monumentos só os antiquários galegos se atrevem a conjeturar uma possível origem romana, enquanto os portugueses apenas se limitam a constatar a sua antiguidade, sem os atribuir a uma época concreta.

Grande parte dos textos produzidos neste período nunca foi publicada, o que, juntamente com a ausência de obras de referência que os enquadrassem numa teoria explicativa, parece justificar, pelo menos em parte a pouca repercussão que tiveram no

período seguinte. A exceção encontra-se novamente na obra de Frey Martin Sarmiento, que exerceu uma forte influência na etapa seguinte, em especial sobre autores galegos, como Verea y Aguiar, Martínez Padín ou Manuel Murguía, permanecendo uma referência para a moderna investigação arqueológica galega, na que *"(…) todos os escritores encalmaron a sede nunha única fonte constituída po los apuntes que nos papés deixou aquél inquedo camiñante Frey Martiño Sarmiento (…)"* (Bouza Brey, 1927: 24).

Por fim não podemos deixar de salientar os primeiros indícios de contactos culturais entre intelectuais de ambos os lados da fronteira, nomeadamente os de Cornide y Saavedra e Frei Manuel Cenáculo Vilas Boas, autor da primeira escavação arqueológica movida por objetivos científicos, em Portugal.

2. A meio caminho entre a geologia e a etnologia



Figura 8: Mamoa 5 de O Castro.

Durante o século XIX lançam-se definitivamente as bases da pré-história a nível europeu, com o reconhecimento da alta antiguidade da humanidade. Contudo esta afirmação de um conceito tão revolucionário para as mentalidades da época não se fez sem uma intensa disputa entre criacionistas e evolucionistas. Também ao Norte de Portugal e à Galiza chegam ecos deste debate intelectual. Contudo no estudo das antiguidades de ambas as regiões são as etapas mais recentes da pré-história que ganham protagonismo a partir de meados desse século.

2.1. Enquadramento teórico e metodológico:

O século XIX representa, para a arqueologia, uma fase de grande desenvolvimento em que se supera o âmbito da especulação e se entra no domínio do conhecimento científico. À

medida que se ganha consciência da antiguidade da humanidade torna-se necessário reconhecer o carácter recente da documentação escrita. Paulatinamente a arqueologia converte-se numa disciplina que implica uma escavação meticulosa e um estudo sistemático dos artefactos descobertos.

2.1.1. Novas propostas metodológicas:

Worsaae, na sua obra *On the Examination of Barrows and the Preservation of Antiquities* (1843), defende que a escavação deve ter como principal objetivo a recolha de informação, pelo que exige cuidado extremo no decurso dos trabalhos, mas também no registo detalhado da intervenção, preservando todos os vestígios, mesmo os que, á partida, possam parecer insignificantes.

Nesta fase a arqueologia pré-histórica estava ainda vinculada às ciências naturais e muito em especial à geologia e foi desta ultima que recebeu o principal contributo metodológico. Em inícios do século XIX, Charles Lyell, expunha os princípios da estratigrafia, abrindo caminho ao desenvolvimento do método estratigráfico.

Enquanto, no Reino Unido e na França, a pré-história continuou, até bem tarde, marcada pelo naturalismo e pelo positivismo, centrando todas as preocupações na procura dos nossos antepassados fósseis e na questão da antiguidade humana, na Escandinávia, os pré-historiadores vão-se progressivamente afastando dos métodos próprios das ciências naturais e aproximando-se à etnologia. Esta, passa a ser entendida como uma ferramenta útil para entender as características particulares do registo arqueológico e para enquadrar a cultura material de determinada sociedade com suas as tecnologias, a economia e o meio ambiente em que vivera.

O dinamarquês Christian Thomsen aplica o evolucionismo à cultura material das sociedades e desenvolve um método de datação relativa, baseado na seriação cultural. Com base nestes princípios estabelece uma cronologia da Pré-História dividida em cinco períodos, sendo os mais recentes da pré-história que assumem o protagonismo na corrente escandinava.

Se o método estratigráfico era emprestado da geologia, o de Thomsen era completamente inovador e especialmente adequado ao material arqueológico. A

arqueologia pré-histórica podia agora prescindir das técnicas tomadas de outras disciplinas. Mas esta autonomia não foi automática, na verdade não foi sequer fácil, uma vez que as novas práticas metodológicas demoraram a difundir-se. Por toda a Europa os arqueólogos continuavam a levar a cabo intervenções onde a preocupação com o rigor dos procedimentos não estava ao nível do que propunham Worssae e Thomsen. As escavações decorriam muitas vezes sem supervisão, não se tinham em conta os princípios da seriação cultural e demonstrava-se pouco cuidado no registo dos procedimentos.

Só no final do século XIX se começou, a adotar de forma mais generalizada uma rigorosa metodologia de escavação como o demonstram as escavações realizadas entre 1887 e 1898 pelo inglês Pitt Rivers em Cranborne Chase.

Tanto na Galiza, como no Norte de Portugal, os intelectuais encontravam-se mais próximos da corrente francesa e britânica, mais conservadora e positivista que da escandinava. Veja-se por exemplo a obra de Filipe Simões, ainda que não diretamente relacionada com o Norte de Portugal, na que este defende que *"as condições do archeologo que estuda as epocas prehistoricas são identicas ás do naturalista, e como naturalista há de proceder se quizer chegar ao conhecimento da verdade"* (Simões, 1878: II). Por outro lado, a influência de Charles Lyell é bastante evidente nos trabalhos arqueológicos levados a cabo por geólogos, como é o caso de Pereira da Costa (1868) e, em Portugal, foi efetivamente esta proximidade às ciências naturais que garantiu, na segunda metade do século o avanço e o prestígio deste domínio científico.

Nas escavações levadas a cabo no âmbito dos Serviços Geológicos aplicam-se métodos próprios da geologia, assegurando rigor nos procedimentos, no registo e na documentação dos trabalhos efetuados. Durante a escavação de um monumento megalítico registam-se, por exemplo, as medidas exatas de cada um dos esteios, a sua orientação, a forma como foram fixados no solo e a constituição geológica das rochas usadas na construção. Mas nem todas as escavações se pautariam pelo mesmo rigor metodológico, a maioria era realizada de maneira precipitada, numa verdadeira *febre de*

campo, que permitia explorar em poucos dias uma grande quantidade de monumentos[30]. Basta avaliar como, em Agosto de 1905, Leite de Vasconcelos (1909), de visita à Serra da Boulhosa, conseguiu identificar e escavar quatro antas situadas entre Monção e Paredes de Coura. Atendendo ao curto de espaço de tempo dedicado a cada uma das explorações, estas não poderiam, certamente, ser rigorosas. Nada se sabe do método utilizado e apenas registam as medidas dos blocos de pedra *in situ* de cada uma das antas exploradas, sem indicação da sua orientação, da forma como foram fixados ou da sua composição geológica.

O mesmo tipo de relato faz Henrique Botelho (1904a) das escavações que realiza nas mamoas do Alto da Caturina, descrevendo simplesmente a disposição dos esteios ainda *in situ,* as suas dimensões em termos de altura, largura e espessura. Também regista a orientação dos monumentos, mas não parece interessar-se pela sua implantação, limitando-se a registar a distância que os separa entre si. O espólio recuperado durante as intervenções é apenas mencionado sem grande detalhe e apenas as peças excecionais parecem merecer uma breve descrição.

A avaliar pela descrição superficial dos resultados e pela forma apressada com que foram escavados, depreende-se que os monumentos eram simplesmente abertos para permitir a observação da sua estrutura interna. Aliás parece-nos ser este interesse pelas estruturas arquitetónicas uma das razões do crescente interesse dos arqueólogos deste período pelo megalitismo do Norte de Portugal, já que a partir do momento em que o estudo da cultura material ganha protagonismo as atenções se voltam, quase automaticamente, para regiões como o Alentejo *"(…) onde as antas sempre ou quasi sempre contém objetos que satisfaçam a natural ansia de quem as explora*" (Vasconcelos, 1909: 296).

30 Era este o caso da maioria das escavações realizadas em monumentos do Norte de Portugal por Cunha Brito, Félix Alves Pereira, Martins Sarmento e Leite de Vasconcelos no Minho e Henrique Botelho, Rafael Rodrigues, Ricardo Severo, José Fortes e José Brenha em Trás-os-Montes.

Do acima exposto ressalta "*a diferença de métodos e de preocupações que separavam os arqueólogos de formação científica efectiva, de base naturalista, que se dedicavam aos estudos da Pré-História, no quadro do positivismo da época, dos arqueólogos-antiquários, seus contemporâneos, dados às mais eruditas especulações sobre o sentido estético-artístico das peças de coleção"* (Cardoso, [2002]: 27). Ainda que não tenham sido apenas os arqueólogos, com formação no âmbito das ciências naturais, que se pautaram pelo rigor metodológico. Martins Sarmento, apesar de não possuir qualquer formação científica, foi capaz de levar a cabo escavações sistemáticas de acordo com um plano de investigação previamente definido e "p*ara além da solidez da sua informação, destacou-se pelo uso pioneiro do registo fotográfico dos processos e rotinas de escavação"* (Fabião, 1999: 113).

Outro caso a destacar é o de Joaquim Possidónio da Silva, um arquiteto que colocou em curso um verdadeiro projeto de investigação a nível nacional[31].

Plenamente ciente da importância da prospeção e da inventariação para o estudo do património tumular megalítico, Possidónio escava alguns monumentos de Sintra, Colares, Tomar e do Alentejo e foi pioneiro na análise cartográfica do fenómeno tumular e megalítico mediante a qual pretendia identificar agrupamentos, estabelecer a sua evolução cronológica e, desta forma, determinar possíveis relações diacrónicas ou sincrónicas entre os seus construtores (Martins, 2001).

Reunindo todos estes contributos, ao longo da segunda metade do século XIX, geólogos, arquitetos e arqueólogos-antiquários, vão consolidando um corpus arqueológico suficiente para fundamentar uma teoria interpretativa.

A coleção arqueológica mais importante encontrava-se reunida no Museu Etnográfico[32], mas também a Real Associação dos Architectos e Archeologos Portugueses, contava com

31 Possidónio apela aos associados e colaboradores da Real *Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* para realizar um levantamento dos dólmenes conhecidos e dos topónimos que pudessem indiciar a sua existência em cada região, a partir da qual pretendia desenhar o mapa dos monumentos megalíticos conhecidos no país.

um museu onde, de acordo com Villaamil y Castro (1887) se exibiam, em 1876, mil cento e vinte e oito objetos arqueológicos.

Apesar da inegável disponibilidade de informação arqueológica, poucos pré-historiadores conseguiram ultrapassar o pendor descritivo, tentando enquadrar monumentos e artefactos num quadro conceptual mais abrangente. Ou seja, desenvolvem-se os trabalhos de campo, estuda-se a cultura material, mas é necessário esperar pelas últimas décadas de oitocentos para que comecem a surgir as primeiras interpretações no âmbito de obras de síntese.

Esta atitude contrasta com o panorama da pré-história galega onde, pelo contrário, se observa uma acentuada pressa na elaboração de obras de síntese, muitas delas completamente desvinculadas da realidade arqueológica galega e, como tal, de carácter meramente especulativo.

No contexto espanhol do século XIX o estudo das antiguidades continuava controlado pela Real Academia de la Historia, promovendo a elaboração de uma história na que a glorificação de um passado clássico retirava o interesse pela pré-história. Assim, embora se reconheça teoricamente a sua importância, não existe motivação para por em prática o seu estudo, deixando-o para o campo das ciências naturais. Esta mesma atitude seria, na opinião de Margarita Díaz-Andreu (2002), possível identificar em todo o Sul da Europa.

Segundo Pereira González (1998) nenhum pré-historiador galego de oitocentos se dedicou à investigação histórica de forma profissional e foram também raros os que praticaram a arqueologia, mesmo que de forma amadora inserindo-se no que apelida de pré-história sem arqueologia.

---

32 Na Secção de Pré-história exibia-se uma coleção de objetos, "*desenhos, photografias e plantas de estações archeologicas*" (Vasconcelos, J., 1915: 18), dispostos por épocas e dentro destas por regiões geográficas ilustrando a evolução geral, mas também as diferenças locais. O núcleo principal da coleção era formado pelo espólio de Estácio da Veiga, mas incluía também materiais que Leite de Vasconcelos recuperara através dos trabalhos arqueológicos que realizava ou que ía adquirindo através de contactos com outros investigadores.

A própria estrutura socioeconómica galega era desfavorável ao desenvolvimento da arqueologia, já que escasseavam os interessados, com capacidade financeira e formação cultural, suficientes para se converterem em mecenas da arqueologia (Barreiro Fernández, 1993; Martinón-Torres, 2000).

Em meados do século XIX, era ainda muito forte, entre os intelectuais galegos, a convicção de que era impossível o estudo de um passado remoto, desvinculado do documento escrito, com todas os reflexos negativos que esta noção acarreta para a pré-história galega, enquanto disciplina científica.

Pondere-se, por exemplo, a postura de Fernando Fulgosio, que apesar de reconhecer a importância da cultura material, admitindo que *"(…) tambien hablan las piedras, y acaso mas y mejor que muchos hombres (…)"* (1888: 194), continua a vincular a arqueologia ao estudo dos textos e dos objetos artísticos (Pereira González, 1998). Contrastando com Leite de Vasconcelos (1897) que apenas admite para a pré-história, fontes arqueológicas, antropológicas, geológicas, paleontológicas ou etnológicas.

Entre os galegos, homens como Leandro Saralegui y Medina, Manuel Murguía, Benito Vicetto ou Leopoldo Martínez Padín, concordam com a importância da arqueologia para conhecimento do passado remoto, sendo inclusive frequentes as reivindicações de apoio para realização de trabalhos arqueológicos no território galego, contudo poucos foram os que passaram do lamento à ação. Por outro lado, os que o fazem limitam-se, na maior parte dos casos a *"(…)unha mera excursión campestre na búsqueda dun xacemento ou a visita a unhas ruínas (…)"* (Armada Pita, 2003: 48). Recorrendo à arqueologia pré-histórica, apenas como forma de garantir legitimidade para as suas opiniões, revestindo-as de aparência científica ou *"(…) para refutar algunhas das afirmacións expresadas pólos escritores gregos e latinos acerca dos indíxenas da Gallaecia, refutación que tiñan sempre o obxectivo de liberar aos galaicos das acusacións de barbárie feitas por estes escritores"* (Pereira González, 1998: 30).

Mesmo Barros Sivelo e Villaamil y Castro[33], os primeiros a realizar escavações arqueológicas em monumentos galegos, servem-se da informação arqueológica para confirmar os dados recolhidos em textos, limitando-se, quase exclusivamente ao uso de epígrafes e ruinas e Barros Sivelo, que se interessa efetivamente por escavar monumentos, não parece ter aplicado uma metodologia rigorosa.

Já Manuel Murguía, apesar de não exercer diretamente a arqueologia, dá importância aos vestígios da vida quotidiana (cerâmica, machados de pedra ou de bronze, etc.), à implantação dos monumentos e ao tipo de terreno em que estes foram construídos. Por outro lado se não faz qualquer referência ao método estratigráfico, mostra-se bem familiarizado com o método tipológico (Pereira González, 1998), estabelecendo uma meticulosa classificação dos monumentos megalíticos e uma exaustiva sequência tipológica para a cerâmica como método de datação relativa (Martinón-Torres, 2000).

Tal como no caso do Norte de Portugal, as intervenções resumiam-se à remoção da terra do *tumulus* até deixar a descoberto a estrutura dolménica, que constituía o grande objetivo destes trabalhos. No caso de Barros Sivelo (1875), uma vez em condições de estudar a estrutura, suspendem-se os trabalhos demonstrando pouco interesse pela recuperação de material arqueológico, limitando-se a registar, com curiosidade, o aparecimento no seu interior de cinzas e amontoados de cascalho e terra.

Barros Sivelo escavou cerca de trinta mamoas. Na Baixa Limia, analisa a necrópole de Monte das Motas e as mamoas da meseta de Santa Cristina de Montelongo, das quais apenas se conhecem breves referências (Eguileta Franco, 1999). Já as intervenções de Villaamil y Castro caracterizam-se por um *"(…) carácter minimamente científico, seguindo métodos e ideas vixentes noutros países europeus"* (Pereira Gonzalez, 1997: 18). Entre 1870 e 1877 escavou algumas mamoas na região de Lugo, aplicando o método estratigráfico, mas, ao contrário de Murguía, nunca tentou estabelecer uma classificação ou uma cronologia destes monumentos (Pereira González, 1998), limitando-se a estabelecer

33 Villaamil y Castro foi o único que parece ter clara a distinção entre a arqueologia pré-histórica e arqueologia histórica.

uma periodização da pré-história galega dividida em etapa paleolítica, neolítica, da Idade do Bronze e do Ferro, esforçando-se por encontrar vestígios de cada uma delas.



Figura 9: Mamoa 7 de Monte das Motas.

A postura de Villaamil y Castro era, no contexto galego, excecional, já que a maioria dos seus contemporâneos parece mais interessados em demonstrar as suas próprias teorias que numa verdadeira atitude de investigação (Pereira González, 1998). Assim, num contexto onde a arqueologia parece não passar de um ideal que se defende mas que ninguém pratica, o estudo da pré-história continuava a basear-se nas fontes tradicionais, na utilização de conceitos e sistematizações importadas de autores estrangeiros. Por seu lado, Saralegui y Medina é bastante claro ao afirmar que *"(…) abundan en nuestro trabajo los datos relativos à las comarcas célticas de otras naciones, tomados de las obras de autores de más crédito y más modernas, no solo porque el estado en qué se halla entre nosotros esta clase de estudios seria imposible completar una publicación de este género con solo las escasas noticias adquiridas respecto á las antigüedades de Galicia"* (Saralegui y Medina, 1867: 218).

2.1.2. Enquadramento teórico à luz do contexto socioeconómico peninsular:

A nível europeu, ao longo de todo este período notamos duas grandes correntes metodológicas com profunda influência, embora a diferentes níveis e em diferentes alturas no estudo da pré-história portuguesa e galega. Estas diferenças correspondiam outras tantas diferenças na forma de encarar o papel da arqueologia e naturalmente dois enquadramentos teóricos distintos. Em termos teóricos, o evolucionismo vê-se reforçado pelos trabalhos de Boucher de Perthes no vale do Somme e pela publicação dos trabalhos de Lubbock e Mortillet.

No âmbito de uma pré-história ainda muito dependente das ciências da natureza conceitos como o de raça são retirados da biologia e aplicados a temas culturais. A arqueologia passava a estar ao serviço da validação da supremacia europeia e das suas ambições imperialistas, abrindo caminho á defesa de uma suposta superioridade da raça ária, da qual fariam parte os celtas.

No que diz respeito ao megalitismo as investigações a nível europeu foram marcadas pela publicação da obra *Essai sur les Dolmens*, de Charles Ferdinand de Bonstetten (1865)[34], que exerceu uma enorme influência sobre os pré-historiadores galegos e portugueses. A partir desta publicação difunde-se a imagem de um *povo megalítico,* condenado a uma viagem de proporções épicas[35] (Scarre, 2008).

Em contrapartida, Cartailhac (1886), sem negar a possibilidade de influências externas, encontra na Península ibérica vestígios de uma evolução da conceção funerária, desde o enterramento em cavernas naturais, grutas artificiais e monumentos megalíticos. Do ponto de vista teórico a tese de Cartailhac enquadra-se claramente na corrente evolucionista, enquanto a postura de Bonstetten se aproxima mais do difusionismo.

---

34 Esta obra constitui a primeira grande interpretação genérica sobre as sepulturas megalíticas europeias.

35 Veja-se por exemplo como Filipe Simões (1878) inclui na sua longa descrição dessa viagem, decalcada da obra de Bonstetten.

No final do século XIX a crescente preocupação dos arqueólogos com as questões historicistas fá-los centrar todo o esforço de investigação na seriação e dispersão geográfica dos artefactos e na sua relação com grupos étnicos. Este novo enfoque científico levou-os a preferir as épocas mais recentes da pré-história. Desta forma, o estudo do neolítico irá ganhar em finais do século XIX, e nas primeiras décadas do século XX um novo alento, impulsionado de igual forma por uma mudança de paradigma teórico, a nível internacional. E, também entre os autores portugueses e galegos, é possível encontrar, do ponto de vista teórico e metodológico a presença de correntes arqueológicas com objetivos e preocupações distintas. A primeira, mais ligada ao positivismo e marcada conceptualmente pelo evolucionismo e a segunda mais próxima do romantismo e marcada pelo historicismo e pelo difusionismo.

Em Portugal, os trabalhos da Comissão Geológica inserem-se numa linha de pesquisa mais ligada à postura evolucionista, que não é de estranhar pela grande importância que a componente geológica assume nestes trabalhos, em que a arqueologia aparece de forma complementar.

Dentro desta corrente, e no que se refere ao fenómeno megalítico destaca-se a obra de Augusto Filipe Simões que foi dos primeiros a defender uma evolução local dos monumentos megalíticos portugueses (Arnaud, 1978). Também Pereira Costa, levanta a hipótese de uma origem poligenésica, mas sem afastar completamente o difusionismo, ou seja de *"(…) um só povo, que peregrinando em massa percorresse toda a região occupada pela serie de Dolmins (…)"*(Costa, 1868: 55).

Também na España foram os geólogos os primeiros a dedicar-se de forma mais ou menos séria ao estudo da pré-história, destacando-se os nomes de Casiano de Prado y Vallo, Juan Villanueva y Pera, mas destacaríamos, no âmbito do megalitismo o trabalho de Louis Lartet e de Édouard de Verneuil que dão inicio à escavação de dólmens (cf.: Ayarzagüena Sanz, 1992 e 2004),

Por sua parte, na Galiza encontram-se ecos da corrente evolucionista, combinada com perspetivas invasicionistas e descontinuas do progresso cultural, ou com a ação da Divina Providência, na obra de Leandro Saralegui y Medina (Pereira González, 1996).

Contrariando a postura mais abrangente dos membros da Comissão Geológica, os investigadores portugueses que se moviam fora do seu âmbito, preocupam-se sobretudo com definição de fases evolutivas a nível local e regional, abrangendo um período cronológico mais amplo. Nesta se devem enquadra as obras de pré-historiadores como Martins Sarmento e em especial de Leite de Vasconcelos, que se interessam por conhecer os "*(…) usos, crenças, trajes, mobilias, utensilios, fórmas de arte, numa palavra, em mil particularidades em que o espirito se vae reflectindo e assignalando através dos tempos*" (Vasconcelos, 1915: 16), numa postura teórica mais próxima da etnografia.

Também para a pré-história espanhola, Ayarzagüena Sanz (1992 e 2004) destaca a forte presença, a par da corrente naturalista, de uma mais erudita, que desvaloriza o trabalho de campo e que, enquanto tal, estaria demasiado dependente das referências europeias. Na sociedade galega, onde o peso da Igreja era ainda muito forte, só *" a partir de 1860, e sobre todo em 1870, introdúcense en Galicia as novas ideas fornecidas pola arqueoloxía prehistorica e antropoloxía"* (Pereira González, 1997: 93). Neste contexto, se a ideia de que uma *"(…) relación directa entre pueblo gallego y su origen prehistórico y celta a través del campesino (…)"* (Díaz Santana, 2001: 188), podia, *à priori,* favorecer uma aproximação teórica à etnografia, acabou por abrir caminho à influência da historiografia romântica muito ligada à ideia de uma história com utilidade social assumida mesmo em detrimento do rigor científico. Nesta conceção prática e ideologicamente comprometida da história, procurava-se no presente traços que se mantinham imutáveis desde as origens (Bermejo Barrera, 1989).

Esta orientação poderia mesmo justificar o carácter apologético de obras como a de Leopoldo Martínez Padín (1849) ou Benito Vicetto (1865) e a ausência de rigor que a caracteriza. Assim, pode-se argumentar que Vicetto, podia ter *"enchido a súa «Historia de Galicia» de erros e fantasias, pero tivo o acerto de inventa-la Galicia que necesitaban os galeguistas"* (Cortelle Fernández, 1997: 199). E, tal como recorda Barreiro Fernández (2001: 22) "*Murguía, intelixentemente, non fai fincapé no elemento biolóxico da raza senón nos aspectos culturais ou sociais, para este xeito, dando por suposto que cada raza xera a súa propia cultura*" (Barreiro Fernández, 2001: 22).

Menos frequentes seriam as abordagens difusionistas que aparecem, por exemplo, na obra de Benito Vicetto[36], ou um positivismo documentalista, que se reflete na obra de José Villaamil y Castro.

Dois exemplos merecem destaque pela forma como combinam, nos seus trabalhos, o contributo de distintas correntes teóricas. Em Portugal, é Possidónio da Silva quem conjuga as duas correntes teóricas da arqueologia portuguesa de Oitocentos, uma vez que se baseia na análise da distribuição geográfica dos monumentos megalíticos para tentar estabelecer relações diacrónicas e sincrónicas entre os seus construtores o mesmo faz para o caso galego, Manuel Murguía, que deixa que a suas orientações políticas o levem a uma constante procura de particularidades históricas que comprovem a superioridade celta e, por conseguinte, galega (Martinón-Torres, 2000 e 2001).

Um fator determinante para o sucesso da historiografia romântica e para a força do celtismo entre os pré-historiadores galegos foi o reforço do centralismo espanhol, em que a história se converte em arma política[37]. Na Galiza esta ameaça era particularmente sentida com indignação, já que se fazia acompanhar de uma imagem depreciativa dos galegos.

Face a este contexto adverso a aristocracia galega, já de si insegura pela recente integração na corte castelhana, sentia a urgente necessidade de legitimação mediante a demonstração da sua antiguidade, da defesa do padroado de Santiago e da recuperação do voto em cortes (Barreiro Fernández, 1993), circunstâncias que justificam uma certa urgência na elaboração de uma História da Galiza. Os principais pré-historiadores galegos

---

36 Ao considerar que os *céltigos* evoluem a partir de um estado de vida primitivo, com a incorporação de inovações chegadas através de invasões e por difusão cultural (Pereira González, 1998a).

37 Ao longo do século XIX vão, surgindo várias *Historias Gerais de España* nas que se torna evidente a tentativa de legitimar com argumentos históricos uma suposta supremacia castelhana (Villares, R., 2000), ao qual as províncias respondem, contrapondo a sua própria visão de uma história recheada de argumentos favoráveis ao reforço da autonomia. Assim, paralelamente ao aparecimento das histórias gerais vão-se consolidando perspetivas regionalistas de marcado carácter apologético.

de oitocentos eram intelectuais ligados aos partidos progressistas liberais, orientando as suas obras para a definição da génese do povo galego. Neste contexto a história era encarada como uma obrigação moral ou mesmo um dever patriótico, pelo que se construía uma história que implicitamente defendia que a aristocracia galega era, não só, a mais antiga de Espanha[38] mas também o tronco comum de onde procediam outras linhagens castelhanas e mesmo portuguesas (Barreiro Fernández, 1993).

Uma vez atingida a plena integração na corte de Castela foi a divisão da Galiza em quatro províncias, que manteve o interesse pela história e levou os pré-historiadores galegos a continuar a insistir na tese celtista, desta vez para tentar justificar a unidade do reino com base numa unidade racial. *"Porque un pobo sen historia é un pobo morto, era preciso demostrar que Galicia tiña historia propia e, por iso, era un pobo cargado de futuro"* (Barreiro Fernández, 2001: 14).

Verea y Aguiar foi pioneiro na defesa do carácter céltico da Galiza, lançando as linhas básicas do celtismo, mas o seu principal contributo ligar-se-ia à superação de uma conceção historiográfica cujo interesse não ia além da romanização[39] (Martinón-Torres, 2001). Também a obra Martínez Padín, *Historia política, religiosa y descriptiva de Galicia* (1849), pouco trouxe de novo, mas destaca-se *"(…) por un análisis profundo del fenómeno megalítico. Para él, los monumentos tienen un claro valor documental, histórico-arqueológico. Su estudio abarca las dimensiones material, formal, geográfica y cultural, así como una pionera tipificación, tomada de los investigadores europeos"* (Martinón-Torres e Rodríguez Casal, 2000: 312).

38 Argumento que se baseava essencialmente na defesa de um suporte étnico e cultural celta.

39 Conferir, por exemplo, a obra de Nicolás Taboada y Leal, *Descripción topográfica-histórica de la ciudad de Vigo* (1840), em que se defende que este território tinha sido povoado pela primeira vez pelos Gregos, ainda que refira a existência, na zona de Roupeiro, de monumentos sepulcrais dos tempos gentios, onde se encontram pedras lavradas.

2.2. Acesso e aplicação de informação recíproca:

Nos textos galegos deste período abundam as referências a grandes nomes da pré-história europeia. Por exemplo Murguía, um dos mais ilustrados e eruditos, maneja não só a bibliografia galega e peninsular anterior ao século XIX, mas também um grande número de historiadores, filólogos e antropólogos estrangeiros e, em especial, pré-historiadores como Cartailhac, Mortillet, Boucher de Perthes, Thomsen, Worsaae ou Atkinson, entre outros.

Parece contudo existir uma preferência pela bibliografia francesa e em alguns casos, como no de Leandro Saralegui y Medina, também se demonstra conhecer os trabalhos que se desenvolviam na Galiza, ou no de Villaamil y Castro, os autores medievais e clássicos[40].

Também se podem, encontrar referências que nos mostram que investigadores galegos como Benito Vicetto (1865), Manuel Murguía (1901) ou Villaamil y Castro (1878) conheciam as obras de autores portugueses como Jerónimo Contador de Argote, Martinho de Mendonça e Pina ou Leite de Vasconcelos[41].

Murguía teria sido, um dos pré-historiadores galegos mais atentos á arqueologia portuguesa, com a qual contactara diretamente. Assim, se na primeira edição da sua *Historia de Galicia* (1865), apenas se refere pontualmente à realidade arqueológica portuguesa procurando paralelos para a Galiza noutras regiões da Europa, como a Bretanha e a Inglaterra, na segunda edição (1901) demonstra um conhecimento mais profundo das investigações que se estavam a realizar em Portugal nesse momento[42].

Mas a relação entre o megalitismo de ambos os estados ibéricos ganha especial interesse nas obras de Santiago y Gómez e Martínez Padín. Na sua *Historia de Vigo y su*

---

40 Entre os autores clássicos mais citados encontram-se Pomponio Mela, Plínio e Ptolomeu, ainda que alguns os citem apenas para denunciar algumas contradições e erros nas suas descrições geográficas e históricas, da Galiza, ou para, no caso de Villaamil y Castro, procurar possíveis referências aos povos primitivos que ocuparam este território.

41 Citado por Benito Vicetto (1865) para defender a identidade entre os cromeleques e as antas portuguesas e por Manuel Murguía para esclarecer esta confusão *"(…) nosotros creemos que las antas de Portugal no son otra cosa que nuestros dólmenes tumulares*" (Murguía, 1865: 516).

42 Também demonstra maior familiaridade com a bibliografia Lusa, em especial com *O Archeologo Português*.

Comarca (1896), o primeiro defende que do Norte de Portugal teria chegado a primeira ocupação da Galiza, ideia partilhada também por Benito Vicetto (1865).

No Norte de Portugal a disponibilidade de informação arqueológica em primeira mão terá decerto contribuído para diminuir o peso da autoridade estrangeira, sendo estes bem conhecidos, mas assimilados com uma atitude mais critica, fundamentada na informação arqueológica. No que se refere aos trabalhos desenvolvidos na Galiza apenas Joaquim Possidónio da Silva, tem em conta essa realidade onde a procura indícios que lhe permitam defender a anterioridade das construções e dos artefactos encontrados em território português em relação aos encontrados em Espanha (Martins, 2001). E em especial José Fortes (1901) que estende os seus estudos aos dólmenes de Sales. Eguileta Franco (1999) salienta, quase cem anos mais tarde, estes trabalhos onde se observa a orientação das entradas da câmara e a existência de pinturas numa das antas.



Figura 10: Reprodução de desenhos de Pereira Costa.

Se, do lado português, se possa justificar o pouco interesse demonstrado por uma realidade arqueológica ainda muito especulativa e amadorística, o inverso, talvez se possa

justificar pelo excessivo peso do *celtismo*, que levaria os arqueólogos-antiquários galegos a procurar paralelos e comparações com outras nações consideradas celtas, voltando as costas à realidade arqueológica portuguesa, onde o celtismo não teve o peso que lhe atribuem os intelectuais galegos[43].

Contudo parece claro que tanto no Norte de Portugal como na Galiza existia uma enorme permeabilidade face às teorias europeias sobre o megalitismo e o conhecimento dos trabalhos e das propostas de interpretação reciprocas era ainda limitado.

2.3. Enquadramento Institucional:

Se por um lado o celtismo contribuiu para incentivar as investigações arqueológicas, por outro *"actuou en ocasións como un marco explicativo excesivamente simplificador do rexistro arqueológico"* (Pereira Gonzalez, 1996b: 25), por outro lado, só no final do século surgem as primeiras instituições que promovem os trabalhos arqueológicos. Sob a alçada da *Comisión de Monumentos Histórico-Artístico de Ourense* (sob a direção de Marcelo Macías), da Comisión Provincial de Monumentos de Pontevedra, da Sociedad Arqueológica de Pontevedra (dirigida por Castro Sampedro y Folgar) e do Museo Provincial de Ourense iniciam-se trabalhos de prospeção e escavação, em especial centrados nos monumentos megalíticos e nos castros.

Ao longo do século XIX foi-se assim desenvolvendo um *corpus arqueolóxico* no qual os monumentos megalíticos surgem em grande destaque, que fundamenta uma visão bastante mais complexa do passado galego, dando corpo à ideia de um longo passado pré-histórico, que vai, gradualmente, substituindo uma pré-história plana, em que todos os vestígios eram atribuídos a um único povo, o celta.

Idêntica orientação apologética se observa no panorama historiográfico português, *"(…) onde grandes figuras do liberalismo político luso, como Herculano ou Almeida Garret,*

43 Da mesma forma se pode compreender melhor o interesse de Possidónio da Silva pelos trabalhos desenvolvidos em Espanha, uma vez que foi dos poucos portugueses a relacionar os celtas com o megalitismo português.

acometen a constitución dunha memoria histórica nacional" (Villares., 2000: 390). Também aqui o interesse pela elaboração desta história nacional se prende com um contexto político de grande instabilidade política e social. O século XIX português começa com uma declaração de guerra contra Portugal feita, em 1801, por tarde da Espanha e da França. A campanha militar ficaria resolvida em apenas três meses, mas as condições impostas a Portugal após a sua derrota arrastariam o país a uma situação de guerra intervalada até 1810. O país, em especial a região Norte, foi assolado por estas incursões e sai desta crise numa situação fragilizada politicamente.

"De 1808 a 1821 o País passou a ser, quer um protetorado inglês, quer uma colónia brasileira" (Marques, 1984:366) e, em 1820, a Revolução Liberal pôs fim a esta indefinição, mas não tardou a ter de se confrontar com as reações absolutistas que mergulham o país numa guerra civil que se alargou até 1834.

É neste contexto de agitação liberal que se deve entender uma obra como a *História de Portugal* de Alexandre Herculano (1846), na que se pretende reavivar *"(…)recordações formosas e puras para nos repreender com energia e glória de outros tempos, da degeneração e decadência presentes"* (Herculano, A., 1989: 18). Nesta obra o passado pré-histórico era estudado a partir dos documentos escritos, numa atitude de total descrédito pela informação arqueológica disponível e de desinteresse pelo passado longínquo de *iberos, celtas* e *celtiberos* no qual Herculano não encontra *"Nenhuma identidade nacional entre a sociedade portuguesa e algumas das antigas tribos que habitaram na Península antes da era cristã"* (Herculano, A., 1989: 27).

Este panorama de convulsão política pode também explicar o desinteresse pelo estudo da pré-história, que parece caraterizar a primeira metade do século XIX. Situação que contrasta com o dinamismo e a atualidade que estes alcançaram na segunda metade dessa centúria.

Foi porém na primeira metade do Século XIX que um grupo de geólogos europeus se desloca a Portugal para levar a cabo um estudo da *"natureza dos elementos que constituem os nossos terrenos, seus caracteres geologicos, petrographicos e paleontologicos"* (Severo, 1898: 7/8), contribuindo para despertar o interesse dos portugueses pela geologia e divulgando em Portugal os novos métodos de campo.

A partir deste exemplo a Academia Real das Ciências viria a dinamizar diversos projetos sobretudo no âmbito dos estudos geológicos inseridos na secção de *História e Arqueologia*.

Em Portugal a segunda metade do século trouxe a estabilidade que faltara no período anterior. Os reinados de D. Pedro V[44] e de D. Luís, proporcionaram um ambiente cultural favorável ao desenvolvimento da arqueologia portuguesa. Apesar das constantes queixas de falta de apoio das autoridades competentes aos trabalhos arqueológicos[45], ao longo da segunda metade da centúria vão-se desenvolvendo instituições e projetos que consolidam em Portugal a arqueologia pré-histórica.

É bem verdade que, no interior destas instituições, a atividade arqueológica depende, na grande maioria dos casos, do interesse e da iniciativa de personalidades destacadas que congregam em torno do seu entusiasmo o esforço de outros investigadores. Contudo, ao contrário dos historiadores espanhóis, que viam como, tanto a Real Academia da Historia, como a Escuela Superior de Diplomática, desvalorizam a pré-história, os portugueses encontraram um punhado de instituições tanto públicas como privadas recetivas às suas propostas e em condições de lhes proporcionar o apoio necessário.

O arranque desta nova etapa da arqueologia portuguesa vincula-se diretamente à criação, em 1848, da Comissão de Trabalhos Geológicos, sob a presidência do Engenheiro Francês Charles Bonnet. Assim, foram *"(...) os geólogos os primeiros pré-historiadores portugueses, contribuindo, aliás, para uma fase brilhante desta disciplina"* (Silva, AC; Marques, 1992: 32).

A 3 de Setembro de 1857 a Comissão foi reorganizada e a direção geral foi entregue a Carlos Ribeiro e Filipe Folque. Mas desavenças entre o primeiro e Pereira da Costa levaram à dissolução da Comissão em 1868, para reabrir um ano mais tarde, sob a direção de Carlos Ribeiro e Nery Delgado, com a designação de Serviços Geológicos de Portugal (Fabião, 1999).

---

44 D. Pedro V promoveu em 1858 uma reforma da Universidade que esteve na origem do Curso Superior de Letras, lançando assim as bases dos estudos de Filosofia e História.

45 Veja-se por exemplo Carlos Ribeiro (1874) ou Filipe Simões (1878), este ultimo acusando as autoridades espanholas, de igual desinteresse.

Entre 1865 e 1871, os Serviços Geológicos levam a cabo um trabalho de grande destaque, no domínio da arqueologia pré-histórica, que sob o seu impulso se desenvolveu de forma bastante rápida em Portugal. Os trabalhos da equipa dos Serviços Geológicos privilegiavam o Paleolítico e o Mesolítico, no entanto também abordaram outras épocas, tendo registado a existência de inúmeros monumentos megalíticos por todo o país, mas em especial nas regiões Centro e Sul, alguns dos quais foram escavados.

Por outro lado, o impulso dado pelos Serviços Geológicos ao desenvolvimento da arqueologia pré-histórica portuguesa dificultou a sua autonomia em relação à geologia, acentuando a ideia de disciplina auxiliar, contribuindo indiretamente para a extrema dependência desta face a outras disciplinas como a etnografia e a história.

"Apesar da importância dos trabalhos arqueológicos da «Comissão Geológica», estes tinham ficado a dever-se sobretudo ao empenho pessoal dos seus membros, mais do que a um plano objetivo gizado nesse sentido e quase sempre numa perspectiva de complementaridade da investigação geológica" (Silva, A., 1985:14). Desta forma, com a morte de Carlos Ribeiro, em 1882 e dos seus colaboradores mais chegados, diminui substancialmente o interesse dos Serviços Geológicos pelos trabalhos arqueológicos. Estes mantiveram-se ainda assim durante algum tempo, ajudando a atravessar uma fase de estagnação generalizada da arqueologia portuguesa.

Em 1880, sob o impulso dos Serviços Geológicos realizou-se, em Lisboa, o "*IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas*" que reuniu nomes importantes da arqueologia europeia[46] atraídos pelos trabalhos até aí se vinham a levar a cabo em Portugal.

A Comissão Organizadora integrava alguns nomes ilustres do meio intelectual português de finais de oitocentos, e, em especial da arqueologia (Carlos Ribeiro, Nery Delgado, Martins Sarmento, Pereira da Costa, Possidónio da Silva, Silva Leal, etc.). Entre os oitenta e sete

46 Assistiram ao Congresso noventa e oito congressistas franceses, setenta e nove Ingleses, vinte e três Alemães, vinte e dois Italianos. Mas também aí estiveram representados, alguns espanhóis e estiveram em Lisboa os mais destacados nomes da pré-história europeia da segunda metade do século XIX (Virchow, Worsaae, Cartailhac, Quatrefages, Gabriel de Mortillet, entre outros).

congressistas portugueses que assistiram ao congresso, para além dos acima mencionados, contava-se a presença de personalidades não menos ilustres como Ramalho Urtigão, Sousa Viterbo, ou Estácio da Veiga.



Figura 11: Foto dos participantes no Congresso de Lisboa de 1880 (campus.fct.unl.pt).

No programa de trabalhos incluíam-se as principais questões em debate na arqueologia europeia, como a existência de provas de uma humanidade da época terciária, ou a caracterização da idade paleolítica e neolítica em Portugal. Faziam ainda parte deste programa algumas visitas de carácter científico, mas a mais relevante acabaria por ter lugar após o encerramento do Congresso, quando alguns congressistas acompanharam Martins Sarmento numa visita á Citânia de Briteiros.

Este encontro acabaria por se tornar um momento emblemático da arqueologia portuguesa, quer por ser reflexo da aceitação internacional de que esta beneficiou da segunda metade do século XIX, quer pelo estímulo interno que esta reunião trouxe, pela influência que exerceu sobre uma geração de jovens arqueólogos, muitos deles amadores, que motivados pelo fulgor de tal acontecimento quiseram dar o seu contributo para o desenvolvimento da disciplina e contribuindo para despertar nas autoridades portuguesas

uma maior preocupação com o património arqueológico, promovendo a sua preservação e o seu estudo[47].

O Museu Ethnográfico Portuguez, fundado em 1893, constituiu também um importante centro de pesquisa, estabelecendo uma vasta rede de relações com inúmeros investigadores locais, destacando os seus funcionários para diversos pontos do país onde participavam ou organizavam escavações e outras intervenções arqueológicas. A abrangência nacional do Museu contrariava a tendência observada nos projetos desenvolvidos quer pelos Serviços Geológicos, quer pela Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes, centrados sobretudo nas regiões centro e sul.

No âmbito da atividade do museu destaca-se, no Norte do país, o trabalho de Félix Alves Pereira em Arcos de Valdevez onde escavou alguns dólmenes entre 1892 e 1893, da qual pouco se conhece a não a ser o que o próprio nos refere em dois pequenos artigos publicados no *Archeologo Português* (1902 e 1903).

Entre as instituições que contribuíram para o desenvolvimento da arqueologia portuguesa de oitocentos, cabe ainda destacar a *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes,* criada em 1863, embora, dentro destas, apenas Joaquim Possidónio da Silva parece interessar-se pela pré-história, em especial pelo fenómeno tumular e megalítico. Contrastando, neste sentido com a Sociedade Carlos Ribeiro, fundada em 1887, no Porto, por um grupo de estudantes, que pretendia: "*(…) consagrar o pouco trabalho de alguns obreiros-aprendizes, como uma offerenda sagrada, á memoria do homem que fôra entre nós um iniciador*" (Severo, 1898: 5). Nesta Sociedade integram-se nomes como Ricardo Severo, Rocha Peixoto, Fonseca Cardoso, José Fortes ou Manuel Monteiro. A sua revista contou no entanto com a colaboração de personalidades como Martins Sarmento, Santos Rocha, Vieira Natividade, etc.

47 Pouco tempo após a realização do Congresso de Lisboa, Estácio da Veiga realiza, com patrocínio estatal escavações em diversos monumentos megalíticos do Algarve (Fontes, 1955). Facto que o converte no primeiro arqueólogo profissional, uma posição verdadeiramente excecional no contexto da época.

A sociedade viria a desagregar-se por volta de 1908 devido á partida de Ricardo Severo para o Brasil e á morte dos seus três companheiros mais próximos: Fonseca Cardoso, Rocha Peixoto e José Fortes (Correia, 1947).

No entanto duas novas instituições vieram, no início do século XX colmatar o vazio deixado pelo seu desaparecimento. Em 1911 é criado o Instituto de Antropologia do Porto, em 1918 a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

Mas, a par destes investigadores que enquadram o seu trabalho no âmbito destas instituições direta ou indiretamente devotadas à arqueologia, muitos outros levavam a cabo os seus estudos de forma totalmente amadora e isolada. O caso mais destacado seria o de Martins Sarmento, um autodidata que se dedica à arqueologia por iniciativa pessoal e investindo os seus próprios recursos[48]. José Fortes define-o como *"um homem inteligente e rico (…) que desenterrava dos entulhos seculares as citanias de Sabroso e Briteiros"* (Fontes, 1955: 104), trabalho que constitui *"un des chapitres les plus importants de l`archéologie portugaise"* (Correia, 1947: 135).

Uma característica peculiar do seu trabalho é a forma isolada com que se empenha na sua missão, apenas solicitando o auxílio esporádico de um ou outro especialista, como quando, em 1876, convoca para a Citânia de Briteiros o Congresso e Antiquários Portugueses[49].

Apesar do seu amadorismo, Martins Sarmento, conseguiu tornar-se "*uma das figuras mais representativas da erudição portuguesa no último quartel do século XIX"* (Correia, 1933: 7) e pese embora o isolamento no qual leva a cabo a sua atividade de investigação, sem o apoio de qualquer instituição pública ou privada, no final da sua vida, toma a iniciativa de fundar a Sociedade Martins Sarmento (1882). Após a sua morte esta sociedade deu

48 Chegando mesmo, segundo Joaquim Fontes (1959), a adquirir alguns monumentos para os salvar de uma iminente destruição.

49 Segundo Carlos Fabião (1999) este evento teria inaugurado, em Portugal, a realização de Congressos, contando com a participação, entre outros de Possidónio da Silva, Teixeira de Aragão, Filipe Simões e Nery Delgado.

continuidade ao projeto de estudo e conservação das estações de Briteiros e Sabroso, mas foi gradualmente perdendo o interesse do fundador pelo fenómeno tumular e megalítico.

Mais comuns seriam os casos de arqueólogos amadores que, movidos simplesmente pela curiosidade pessoal, realizam pequenos trabalhos de prospeção e escavação de âmbito local, alguns dos quais podemos identificar em pequenos textos publicados em revistas de temática arqueológica, mas certamente muitas outros não terão deixado qualquer registo.

A arqueologia espanhola viu também aparecerem na segunda metade do século XIX um punhado de intuições que servem como plataforma de apoio aos estudos pré-históricos ainda afastados do mundo académico e das instituições oficiais. Contam-se entre estas a Sociedad Antropológica Española, o Museo Arqueológico Nacional e a Sociedad Española de Historia Natural (cf.: Ayarzagüena, 2004), o que não deixa de refletir a tendência para relegar a relegar a pré-história para o domínio da história natural, mantendo-a afastada de instituições que como a Real Academia de la História, vão dando apoio a outros projetos arqueológicos.

Também no contexto da pré-história espanhola o ano de 1880 representa uma data emblemática para os estudos pré-históricos, já que coincide com a chegada dos irmãos Siret a Almería e o início dos trabalhos em Los Millares. Após esta data, seguiu-se um momento bastante ativo no que concerne ao estudo do megalitismo a nível regional, que se fez sentir, com particular incidência na Galiza.

Neste mesmo período, na Galiza, com as exceções de Villaamil y Castro e López Ferreiro que tinham frequentado a Escuela Superior de Diplomática, onde se obtinha a formação o mais aproximada às ciências históricas que se conseguia nesse momento (Villares, 2000), a investigação pré-história estava também a cargo de autodidatas.

O caso mais paradigmático poderia ser o de Benito Vicetto, um historiador autodidata bastante polémico, associado a uma metodologia duvidosa, onde *"(…)combina la lectura de los textos clásicos con el uso de los recursos imaginarios(…)"* (Bermejo Barrera, 1989: 82), num método bastante particular ao qual deu o nome de *adivinación Histórica,* no qual o

investigador não se coíbe de personificar os povos e a sua história para preencher as lacunas bibliográficas ou arqueológicas[50].

No sentido oposto salienta-se a figura de Manuel Murguía, que apesar de ser um autodidata, maneja com certa facilidade um caudal de informação bibliográfica pouco comum neste contexto. Sem formação histórica e atuando de forma isolada e sem enquadramento institucional ou mesmo editorial, não surpreende que estes intelectuais se deixem condicionar pelos seus ideais políticos e sejam reféns de teorias importadas de obras de referência a nível europeu.

Na obra de Benito Vicetto são bem claros os seus objetivos políticos, *"(…) a construcción dun espiritu (conciencia ou ideoloxia) nacional que aglutinase os galegos en torno a un proxecto común (…)"* (Cortelle Fernández, 1997: 194). Mesmo Manuel Murguía, foi incapaz de evitar que o seu envolvimento na regeneração galega derivasse numa defesa do celtismo que implicitamente pretendia legitimar o direito a uma autonomia política, ao atribuir à identidade étnica galega uma origem própria (Iglesias Diéguez, 2001). Na sua obra os celtas são considerados os verdadeiros aborígenes da Galiza, quanto mais não seja porque *"(…) su raza prepondera por completo, ya porque las irrupciones que ha sufrido más tarde, no fueron ni tan numerosas que pudiesen sustituir la primitiva población, ni tan poderosas que lograsen imponerle el sello de su carácter"* (Murguía, 1865: 392)[51]. E, só Fernando Fulgosio (1867) e Villaamil y Castro (1873) questionam esta sobrevivência, defendendo que também o elemento celta se viria a diluir com a chegada de novos povos.

---

50 Num excelente exemplo do seu método de *adivinación histórica* descreve um ritual funerário "(…) *de tanta solemnidad, que lo tenían por el de más veneración, asistiendo a él todas as familias con ramas secas de árboles, que depositaban en la corona o borde de la mámoa, para formar la hoguera*" (Vicetto, B., 1939: 11).

51 Ideia seguida de perto por Saralegui y Medina (1867), ainda que este admita que a diversidade antropológica galega resulta das sucessivas invasões sofridas ao longo da sua história, estas não teriam conseguido diluir a profunda presença do elemento céltico. E partilhada por Vicetto (1865), que considera que se conservariam traços dos rituais e das crenças ancestrais bem enraizados nas comunidades montanhesas galegas.

Em resumo, pouco importa se teriam sido estes celtas os primeiros povoadores da Galiza (tese que neste momento apenas era defendida por Antolín Faraldo e Saralegui y Medina) ou se à sua chegada este território era já ocupado (Barros Sivelo, Benito Vicetto, Manuel Murguía, Fernando Fulgosio e Villaamil y Castro), já que a celtização teria lançado as bases da cultura galega, que resistia praticamente intacta até ao século XIX. A Galiza partilhava essa origem celta com outras nações europeias, como a Bretanha, Irlanda, Gales ou Escócia, facto que explicaria as semelhanças culturais, etnológicas e filológicas com esses países europeus. É pois inegável que, na Galiza, o trabalho arqueológico esteve bastante condicionado pelos ideais nacionalistas e que estes se encontravam intimamente ligados à defesa de um mítico passado celta.

No que se refere ao caso português, se o nacionalismo não teve o peso decisivo que alcançou na Galiza, também não deixou de se fazer sentir, em especial na obra de Joaquim Possidónio da Silva. Este critica veementemente a passividade do Estado português perante o interesse de alguns dos pré-historiadores que, após o congresso de 1880, tinham mostrado interesse em voltar a Portugal para realizar escavações, uma vez que considerava que esta iniciativa relegava os portugueses a um papel secundário, tornando-nos dependentes da vontade e da capacidade alheia no que concerne à sua arqueologia (Martins, 2001).

No plano teórico Possidónio bate-se contra o Iberismo, que também se insinuava no panorama político-social português[52], defendendo a especificidade portuguesa. Como os seus colegas galegos Possidónio estava consciente da importância que o conhecimento histórico tinha nesta questão e soube tirar partido dele como arma política. Ambicionava incutir no tecido social, tanto nacional como estrangeiro a consciência da singularidade histórica portuguesa, a qual justificaria a sua independência geográfica e política. Assim, advogando o carácter exógeno dos monumentos megalíticos, interessa-se por descobrir indícios da anterioridade das construções e dos artefactos encontrados em território português em relação aos encontrados em Espanha (Martins, 2001).

52 Em meados do século XIX as reflexões em torno de possíveis vantagens da união ibérica surgem em força com o movimento liberal dando lugar à chamada corrente federalista defendida por intelectuais como Teófilo Braga.

Mas no contexto português da segunda metade de oitocentos o principal interesse é a afirmação científica nacional. Assim se o conteúdo dos trabalhos não se vincula ao sentimento nacionalista, a perspetiva com que estes são incentivados e mesmo divulgados não estaria totalmente alheada dele. Pretende-se demonstrar o valor nacional através do avanço científico e cultural, demonstrando que Portugal se encontrava, neste âmbito, a par do que de melhor se fazia na Europa.

2.4. Enquadramento Editorial:

O interesse pela pré-história partia assim, na Galiza e, no Norte de Portugal de pressupostos completamente distintos, discrepância que se espelha nos textos produzidos, inclusive na sua orientação editorial. Em Portugal, de acordo com a importância concedida à arqueologia e à divulgação dos trabalhos em curso dá-se preferência à publicação de revistas e de obras monográficas, enquanto na Galiza prevalece o interesse por obras de síntese.

O carácter institucional da arqueologia portuguesa da segunda metade de Oitocentos contribuiu para o aparecimento de várias revistas especializadas em temas arqueológicos, onde pequenos artigos vão registando as iniciativas de investigação e divulgando as suas descobertas.

Em 1885 o Museu Ethnografico Portuguez promove a criação da revista *O Archeólogo Português*, que se pretende converter num "*(…) repositorio excellente de elementos para o conhecimento da nossa história*" (Vasconcelos, 1915: 88). Esta publicação veio quebrar o isolamento dos investigadores locais, já que nas suas páginas autores, como o Padre Cunha Brito, tiveram oportunidade de expor os trabalhos que desenvolveu em Ponte de Lima (1910), ou Albino Pereira Lopo (1908 e 1910), Rafael Rodrigues (1895), José Brenha e Henrique Botelho[53] na região de Trás-os-Montes. Certamente a aposta de dar visibilidade a

53 Ao longo de inúmeros artigos publicados nesta revista entre 1896 e 1907, Henrique Botelho vai dando notícia de grande quantidade de monumentos tumulares e megalíticos dos Concelhos de Vila Pouca de Aguiar, Alijó, Vila Real, Murça, Ribeira de Pena e Sabrosa.

uma atividade que desenvolvida, na maior parte dos casos, de forma quase anónima, também contribuiu para incentivar entre estes arqueólogos-amadores o apego às explorações arqueológicas e à história local. Volvido o século, o Museu Ethnológico continua a sua linha editorial, incentivando e divulgando os trabalhos arqueológicos, até á retirada de Leite de Vasconcelos da direção do Museu, a qual só se viria a efetuar em 1929.

A par d`*O Archeólogo Portuguez*, outra revista dominava o panorama arqueológico deste final de século, sendo esta publicada pela Sociedade Carlos Ribeiro. Inicialmente (1890-1898) lançada com o título *Revista de Sciencias Naturais e Sociais* passa a partir de 1899 a sair com o *Portugália*. Esta revista deu também visibilidade a um grupo de jovens entusiastas que iniciam os seus trabalhos no rescaldo do *Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas*. Mas, ainda que de forma mais discreta que *O Archeólogo Portuguez,* deu também a oportunidade a investigadores não diretamente relacionados com a Sociedade Carlos Ribeiro (Belchior da Cruz, Henrique Botelho, José de Pinho, Santos Rocha, etc.) de tornar visíveis os seus esforços em prol do conhecimento sobre as mamoas do Norte de Portugal.

Apesar de ambas as publicações seguirem uma linha editorial "*nacionalista, positivista, globalizante*" (Fabião, 1999: 117), a orientação dada à *Revista Portugália* cedo se mostrou contrária á d`O Arqueólogo Português, tendo gerado um conflito entre os dois grupos e "*tornou inimigas pessoas a quem o país muito ficou devendo*" (Fontes, 1955: 107). Para Carlos Fabião a tenção latente entre *O Archéologo Português,* de Leite de Vasconcelos, e a revista *Portugália,* da Sociedade Carlos Ribeiro, pode ter ficado a dever-se ao facto de o primeiro ser "*um projeto modesto e vocacionado para um pequeno contributo; os segundos, abalançaram-se a um projeto editorial mais ambicioso, em todas as perspectivas, incluindo a gráfica*" (Fabião, 1999: 117).

Em 1886 a Sociedade Martins Sarmento inicia igualmente a publicação da sua *Revista Guimarães* que viria a tornar-se, na primeira metade do século XX, uma das principais revistas de arqueologia em Portugal, responsável pela divulgação do património megalítico da região Norte. Esta aposta na divulgação dos resultados de todos os trabalhos efetuados, junto do público em geral, era partilhada por Joaquim Possidónio da Silva, que promove a publicação do *Boletim de Architectura e Archeologia*, onde procurava divulgar notícias nacionais e internacionais relacionadas com os mais diversos ramos da arqueologia e do

património. Pretendia assim suprir a dificuldade da maior parte dos interessados por estes assuntos em aceder a bibliografia especializada. Possidónio não ignorava que este não seria acessível a uma larga fatia da população portuguesa caraterizada por elevados índices de analfabetismo. Assim os seus esforços de divulgação dirigem-se em especial aos párocos locais em quem delegava a missão de fazer chegar a sua mensagem aos que não tinham meios de aceder às notícias escritas.

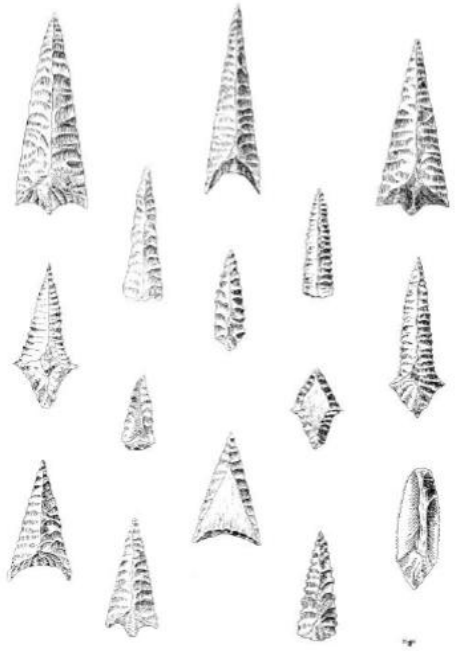


Figura 12: Pontas de Seta (desenhos de Ricardo Severo).

A estas publicações periódicas somam-se três importantes obras de síntese em que o megalitismo merece grande destaque. A já mencionada obra de Émile Cartailhac (1886), a publicada por Augusto Filipe Simões (1878) e a de Leite de Vasconcelos (1897)[54]. Mendes Correia (1947) considera que, embora estas sínteses demonstrassem já alguns fundamentos

54 Leite de Vasconcelos havia já, enquanto estudante publicado uma pequena brochura, destinada ao público em geral e marcada por um forte carácter didático, intitulada Portugal Pré-Histórico (1885).

científicos, foram prematuras, pois apesar do trabalho arqueológico já realizado, havia ainda que melhorar as intervenções e classificar todo o espólio recolhido (Correia, 1947).

Também no contexto espanhol, começam a surgir, a partir de meados do século XIX, as primeiras publicações especializadas, entre as quais se destacam a *Revista de Bellas Artes e Histórico-Arqueológicas* (1866), a *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos* (1871) e o *Museo Español de Antigüedades* (1872).

Na Galiza, onde "*El concepto de Historia de los autores del s. XIX imponía la necesidad práctica de la divulgación de ciertas «verdades históricas», entre ellas la veracidad prehistórica de la identidad gallega"* (Díaz Santana, 2001: 188) de que o povo galego devia estar consciente exigia que as obras chegassem a todos os grupos sociais. O exemplo mais paradigmático é talvez o de Vicetto (1865), que, com a sua história profundamente romanceada, pretendia alcançar uma narrativa simultaneamente instrutiva e recreativa, que chegasse ao maior número de leitores possível (López García, 1997), tentando consciencializar os galegos da sua essência, eterna, indestrutível e imutável, que se mantinha de forma latente, desde umas origens bíblicas, até à *"(…) pedra angular, e inalterable da galeguidade"* (Cortelle Fernández, 1997: 194) que fora a ocupação celta.

Verea y Aguiar (1838) inaugura, uma série de histórias gerais da Galiza, de temática celtista, seguido de perto por Martínez Padín que publica a sua em 1849, enquanto Manuel Murguía e Benito Vicetto publicam as respetivas *Historia de Galicia* quase em simultâneo (1865) e na década seguinte é a vez de Villaamil y Castro publicar as suas *Antigüedades Prehistóricas y Célticas de Galicia* (1873), enquanto Barros Sivelo encerra esta sequência com as *Antigüidades de Galicia* (1875).Por outro lado, o século XX inicia com a publicação da segunda edição da história de Murguía (1901).

Mas no final do século XIX, também aqui, se faz sentir a necessidade de criar uma publicação periódica que deixasse espaço à divulgação das pequenas intervenções arqueológicas. No âmbito da *Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense* iniciou-se a publicação de um *Boletín* (1898). "*Se trata, salvo excepciones puntuales, de una producción bibliográfica abundante pero de muy baja calidad y excesivamente repetitiva e imaginativa,* (…)" (Peña Santos e Rey García, 1997: 307).

Ou seja, com uma orientação muito semelhante à das obras de carácter geral, previamente lembradas, que sob distintos títulos se outorgam a distinção historiográfica de *Historia de Galicia*.

Neste clima geral e, por motivação política no caso galego e científica no português, os monumentos megalíticos despertaram grande interesse e foram estudados, como se frisou previamente, numa perspetiva quer prática quer teórica distinta, contudo as principais questões suscitadas pelo fenómeno tumular e megalítico, foram contudo idênticas, centrando-se no debate em torno da origem, função e tipologia destes monumentos. De forma mais esporádica, surge ainda algum interesse por temas como o espólio, ou as representações artísticas associadas aos mesmos.

2.5. Hipóteses em Debate:

Durante o século XIX diferentes temas associados á problemática do megalitismo ateavam acesos debates entre arqueólogos galegos e do Norte de Portugal. Evidentemente alguns desses temas suscitavam mais interesse e centravam os estudos que se desenvolviam em torno deste fenómeno. Durante a segunda metade desse século, momento em que os estudos sobre o megalitismo alcançam grande protagonismo, debatia-se sobretudo em torno de três grandes questões. A origem do megalitismo, a tipologia dos monumentos megalíticos e a função dos mesmos eram os temas mais tratados. Mas começava igualmente a despertar algum interesse o estudo a cultura material e das manifestações artísticas a estes associados.

2.5.1. Origens do megalitismo:

Um dos temas mais debatidos entre aqueles que, em meados do século XIX, se interessam pelo fenómeno tumular megalítico foi o das suas origens. Esta é também a questão onde se nota maior discrepância de opiniões entre os pré-historiadores galegos e do Norte de Portugal.

Na Galiza, a maioria dos autores coloca esta origem numa etapa pré-romana, que não era propriamente pré-histórica (Pereira González, 1998) e uma antiguidade que não ultrapassava os 6000 anos[55]. Nesta etapa teria origem o fenómeno megalítico, umas vezes trazido pelos celtas, outras por um povo que o antecedera na ocupação do território galego, mas sempre associado ao primeiro. Estas ideias dominantes estavam perfeitamente enquadradas no panorama espanhol, pautado por um excessivo peso do criacionismo dentro do qual se fazia inclusive sentir um certo pendor imobilista (cf.: Ayarzagüena Sanz, 1992). Veja-se a propósito como os Lartet e Verneuil interpretam os dólmens no quadro da cultura celta.

Na Galiza, Manuel Murguía (1865 e 1881), ainda que aceite a existência de uma povoação galega anterior aos celtas, considerada uma raça inferior (*fineses* ou *tártaros*), á qual negava qualquer importância histórica ao considerar que pouco se poderia saber dessa etapa, por não existirem na Galiza estudos desse período, enquadra os monumentos megalíticos na cultura celta[56]. A presença de dólmenes e de espólio metálico no interior de algumas mamoas bastaria juntamente com a coincidência das regiões mais ricas em monumentos megalíticos com as que, de acordo com os geógrafos antigos, teriam sido ocupadas pelos celtas, para lhes atribuir a sua construção. Porém, na segunda edição da sua *Historia de Galicia,* Murguía parece já admitir que muitos dos monumentos tumulares e megalíticos galegos poderiam ter sido construídos por fineses e iberos, no entanto continuam, na sua grande maioria, monumentos celtas, *"(…) si no les pertenecieron por entero, los usaron tanto, que es como si les fuesen propios"* (Murguía, 1901:576). Por outro

55 Apenas na obra de Saralegui y Medina (1888a), a humanidade recuava consideravelmente, admitindo uma idade de cerca de 100000 anos, recuando a primeira ocupação da Galiza para um período entre os 4700 e os 7000 anos.

56 Os celtas seriam uma raça de origem asiática, pertencente à grande família ária, com a qual partilharam num primeiro momento a língua e a religião. Ao separarem-se desse tronco comum, os celtas teriam iniciado uma lenta e longa marcha, na que a Espanha teria sido uma das últimas regiões a ser ocupada, não chegando a determinar em que época tivera lugar esta ocupação. Os monumentos megalíticos constituíam as provas mais eloquentes da presença celta, mas não as únicas já que em seu entender esta cultura deixara vestígios claros na toponímia e na própria cultura popular galega.

lado *"(…) puede asegurarse razonablemente, que existen en nuestro país túmulos posteriores á la época céltica, (…)*" (Murguía, 1865: 523).

Da mesma forma, Saralegui y Medina (1867) começa por defender que *"(…) no es posible, al menos sin aventurarse mucho, asignar á Galicia una población más antigua que los celtas …"* (Saralegui y Medina, 1867: 6), em textos posteriores (1888a), defende uma ocupação neolítica, na qual define dois momentos fundamentais. Uma ocupação mais antiga e obscura, seguida pelo *Povo dos Dólmenes,* proveniente da Ásia e chegado à Galiza através do Norte e Centro da Europa.

A ocupação neolítica da Galiza terminaria por volta de 1700 ou 1600 a.C., precisamente com a chegada dos celtas, portadores da tecnologia do bronze e de novos costumes. Contudo estes teriam continuado a usar menires, cromeleques e dólmenes, aos quais teriam acrescentado a tipologia dos *tumulus*. Com a definição de um período neolítico e de uma idade do bronze, Saralegui y Medina deu profundidade ao passado pré-histórico galego. *"Xa non era unha prehistória curta, «plana» e ocupada por un povo histórico ou pseudo-histórico, como acontecía en 1867"* (Pereira González, 1998: 109). Também Benito Vicetto (1865), Barros Sivelo (1875), Fernando Fulgosio (1867), Santiago y Gómez (1896) e Villaamil y Castro concordam que *"(…) los dólmenes en general, fueron construídos en una muchisimo mas lejana época, de ellos dicha época de los dólmenes, que forma como un episodio de la titulada edad de la piedra pulimentada ó neolítica, extendiéndose algo á la del bronce"* (Vilaamil y Castro, 1873: 64). No entanto, a ausência de referências aos mesmos nos textos clássicos, levam Villaamil y Castro a supor que estes monumentos tinham perdido a sua importância social ou religiosa, aquando da chegada dos romanos.

Em Portugal o fenómeno megalítico era, na segunda metade do século XIX, perfeitamente enquadrado numa etapa pré-histórica que ninguém parecia questionar[57]. Assim, Leite de Vasconcelos (1897), para além de estudar os monumentos megalíticos, aborda, de forma sintética, os conhecimentos acerca da vida do homem neolítico,

57 Veja-se o exemplo de Leite de Vasconcelos (1885 e 1897), em particular a forma como aborda o período pré-histórico, que divide em etapa paleolítica, mesolítica, neolítica, calcolítica e idade dos metais.

descrevendo desde utensílios a locais de habitação e lançando-se em longas divagações acerca da constituição antropológica dos construtores destes monumentos, ou sobre temas como o culto da natureza, trepanação e culto dos mortos.

Apenas Possidónio da Silva, se refere às mamoas como monumentos celtas, ainda que enquadre os dólmenes na idade da pedra, parecendo consciente da longa duração da sua construção e utilização, acreditando que distintas tipologias de dólmenes seriam indicativas de diversos grupos populacionais e que a introdução de monumentos megalíticos na Península Ibérica se fizera por intermédio do território francês, contudo, os monumentos portugueses seriam mais antigos que os espanhóis. Teoria na que poderia estar implícita a convicção que a introdução do fenómeno na Península Ibérica se fizera por via marítima[58] (Martins, 2001).

José Caldas (1887) discorda de uma possível origem druídica dos monumentos megalíticos, aceitando contudo que estes sacerdotes os tenham utilizado para os seus rituais, enquanto Pereira Costa (1868) e Filipe Simões (1878) negam por completo essa associação, atendendo a que existem dólmenes em regiões onde a presença celta não se fizera sentir. Por outro lado, para Pereira Costa o tipo antropológico associado a estas construções relaciona-as com a raça branca e tatuada que habitava o litoral da Líbia no reinado de Ramsés. Enquanto Filipe Simões defende que, atendendo às características do espólio neles exumados, os dólmenes teriam sido construídos durante a época neolítica e nas Idades do Cobre e do Bronze, enquanto os Celtas seriam uma sociedade bastante posterior.

Augusto Filipe Simões foi um dos primeiros investigadores portugueses a defender a teoria de evolução endógena dos megálitos, mais tarde defendida por Cartailhac. O carácter litoral da distribuição de monumentos megalíticos parece explicar-se pela sua ligação por um povo de navegadores, possivelmente de origem escandinava, que percorreria os mares

58 O curso dos rios teria um papel decisivo, já que os monumentos se iriam construindo ao longo das suas margens como marco da sua passagem.

da Europa, dando a conhecer as suas técnicas aos diferentes povos com os quais estabeleciam contactos[59].

Em termos diacrónicos supõe a existência de duas culturas diferentes, ambas trazidas por navegadores do Atlântico, à primeira atribuía a construção dos dólmenes mais rudes e, á segunda, a dos menires, pedras baloiçantes e dólmenes mais evoluídos (Simões, 1878). Perante a maior dimensão e o carácter mais evoluído dos monumentos andaluzes Filipe Simões defende a maior antiguidade dos monumentos portugueses.

No plano teórico Martins Sarmento acredita que, "*Se por um lado há razões para acreditar na existência duma antiga colonização, composta de gente que construía palafitas e dólmenes e apenas conhecia a pedra polida, por outro lado há razões ainda mais seguras para acreditar noutra colonização que também construía palafitas e dólmenes, conhecia a pedra polida e ao mesmo tempo o bronze"* (Sarmento, 1885: 7).

José Fortes enquadra os monumentos megalíticos da região transmontana, pela pequena dimensão que os caracteriza, "*no segundo periodo da edade lithica*" (Fortes, 1901: 677), atribuindo-lhe uma cronologia de cerca de III a IV mil anos a.C., ou seja, enquadra-os na tipologia mais antiga e original do fenómeno. Neste período a população da região transmontana mostra alguns sinais de ter sido numerosa, desenvolvida e sedentária. Por outro lado "*a natureza lithologica d`alguns instrumentos, o silex da faca, por exemplo, denuncia relações com outras tribus*" (Fortes, 1901: 678). Também Ricardo Severo considera que os monumentos megalíticos comprovam "*a indole sedentaria d`estas primitivas povoações, sobre um regime pastoril preexistente*" (1903: 4). Sendo, por sua vez, "*(…) o dolmen abandonado como typo de sepultura, quando nos castros surgia uma outra phase civilisadora com o bronze e depois o ferro*" (1903: 11).

Em conclusão, na Galiza, acreditava-se que os primeiros povoadores teriam sido os celtas, ou alguma das suas variantes como os galaicos, ou mesmo os filhos de Noé, enquanto isso no Norte de Portugal definia-se uma ocupação pré-histórica que ninguém parecia contestar e que na Galiza se impõe de forma lenta e gradual ao longo deste período.

59 Nesta perspetiva seria a tradição construtiva e não o povo a difundir-se.

As posições diferenciadas que se encontram neste momento no que diz respeito à questão da origem do fenómeno megalítico podem explicar-se pelos também diferentes momentos que uns e outros viviam no desenvolvimento da arqueologia e da definição de pré-história, anteriormente expostos.

2.5.2. Tipologia dos monumentos:

No que se refere aos tipos de monumentos os pré-historiadores galegos dividem-nos em mamoas, dólmenes, menires, alinhamentos, cromeleques e alguns tipos mais excêntricos como as pedras balouçantes, os Lubres, os sarrou[60] ou até mesmo os castros, que Vicetto inclui nas tipologias de monumentos megalíticos (Vicetto, 1865). Já Martínez Padín (1849) esforça-se por distinguir entre ambos, considerando que os túmulos grandes eram castros, enquanto os pequenos eram mamoas. Os primeiros seriam construções celtas, possivelmente povoados, enquanto as mamoas seriam construções romanas. Destacando a monumentalidade dos vestígios celtas perante as pequenas mamoas romanas.

Relativamente às mamoas, Murguía considera-as os monumentos celtas mais abundantes na Galiza, "*apenas hay campo inculto en Galicia en donde los ojos acostumbrados no perciban al momento la grande ó pequeña mámoa"* (1865: 508). Estas seriam também os monumentos mais interessantes para o estudo da pré-história, devido aos inúmeros e variados objetos que se encontram no seu interior. As suas dimensões variam, sendo, no entanto, as galegas menores que as de outras regiões da Europa. No que se refere à sua constituição, umas são apenas de terra, outras de terra e pequenas pedras[61]. Da mesma forma umas são simples e outras escondem no seu interior dólmenes tumulares, atribuindo às últimas a tipologia de compostas. Na Galiza estariam representadas muitas das tipologias de *tumuli* descritas pelos antiquários ingleses, desde túmulos

60 Os primeiros seriam recintos circulares de árvores ou bosques sagrados, enquanto os segundos seriam pedras vitoriais, constituídas por fiadas de pedras para criar uma pirâmide retangular.

61 Considerando-as semelhantes aos cairns ingleses.

compridos, altos, em forma de pera, agrupados, em pares ou formando alinhamentos, *"(…) sin embargo no son tan altos como los ingleses, y si como la mitad de estos, aunque hay que tener en cuenta que han desaparecido muchos, que los más grandes han sido registrados y por lo mismo deshechos hacia el centro (…)"* (Murguía, 1865: 511).

Enquanto na primeira edição parece cético quanto à existência de druidismo na Galiza, nesta interpreta os petroglifos, ou altares naturais, como monumentos druídicos, *"(…) dando así lugar á la sospecha de que aquí se conoció también el druidismo"* (Murguía, 1901: 587). Também pouco comuns na Galiza seriam os menires, que seriam os monumentos que mais se destacariam pela sua simplicidade.

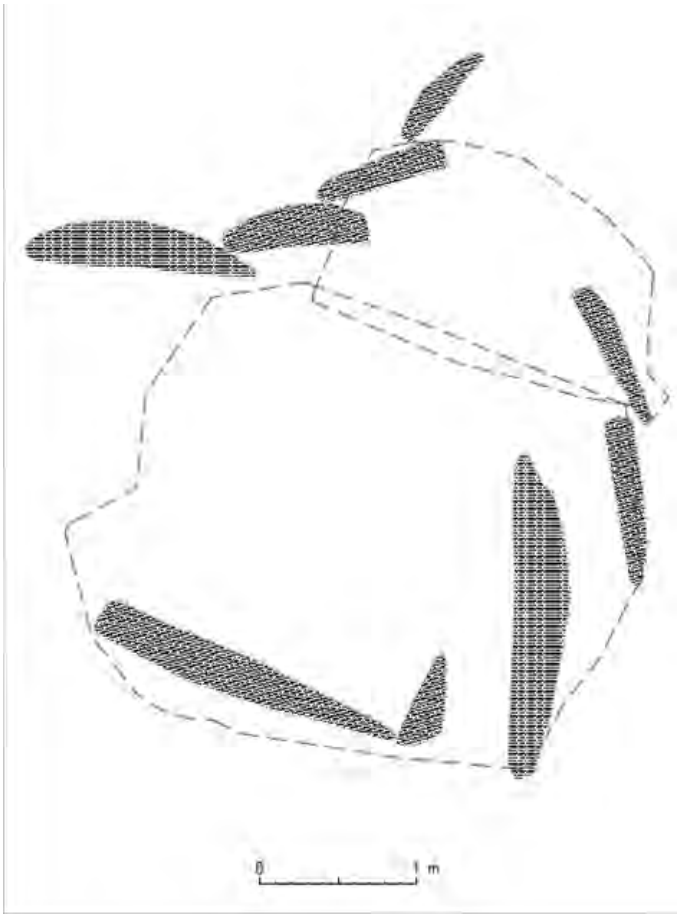


Figura 13: Planta geral do dólmen da Casiña da Moura.

Por seu lado, Saralegui y Medina (1867) divide os monumentos megalíticos, em dois grandes grupos: os dólmenes e os menires (ou *peulvan*), podendo, estes, surgir isolados ou

agrupados em alinhamentos, cromeleque ou em agrupamentos sem qualquer ordenação aparente, os quais interpreta como cemitérios celtas. No caso dos dólmenes, distingue entre o *Medio dolmen,* que seriam monumentos em que, faltando um dos apoios verticais, *"(…) el monumento queda reducido a la reunión de dos rocas, apoyadas la una contra la otra, de modo que forman una pendiente rápida (…)"* (Saralegui y Medina, 1867: 187); os dólmenes que têm mais que duas pedras na vertical, designados *arae* ou altares; os *lichaven* e as galerias cobertas, que considera serem bastante frequentes na Galiza, se bem que no interior dos *tumuli* (Saralegui y Medina, 1867). O *tumulus* propriamente dito seria uma colina artificial de terra ou pedra de pequena dimensão, recobrindo dólmenes, galerias, ou mesmo grutas artificiais. Também Martínez Padín, admitia a existência de diversos tipos de dólmenes: dólmenes simples, meios-dólmenes ou *thrilites,* dólmenes complexos, altares e *tumullos* (dólmenes cobertos de terra).

Manuel Murguía (1865) e Barros Sivelo (1888) partilham a distinção entre dólmens tumulares, os mais abundantes na Galiza, e descobertos, aos quais, este último chama *pedras cabalgadas*, que seriam altares sacrificiais, atribuindo aos primeiros a designação de mamoas.

Precisamente esta distinção entre dólmens cobertos e descobertos foi a questão tipológica mais debatida entre os pré-historiadores do lado português. Assim, enquanto Pereira da Costa distingue, na tipologia dos dólmenes, os que se encontram desprovidos de recobrimento (antas), das mamoas que *"são construídos sobre um montículo artificial (tumulus)"* (Costa, 1868: 6), Filipe Simões (1878) argumenta em defesa desta postura com a presença de objetos de valor em alguns dolmens descobertos, a coexistência dos dois tipos em algumas áreas e a existência de dolmens construídos sobre montículos de terra, o que não faria sentido se a intenção fosse cobri-los na totalidade. Por outro lado, constata que os dólmenes descobertos são mais abundantes no Alentejo e a nível europeu nas regiões meridionais, pelo que esta diferença poderia explicar-se por fatores climáticos, sendo o frio o elemento que incentiva á colocação da grossa camada de terra sobre o monumento.

Frente a esta tese surgem outros autores, como Cartailhac (1886) ou Leite de Vasconcelos (1897) que seguem a Martins Sarmento na sua defesa de que "*não há dólmen sem mamoa*" (Sarmento, 1880: 2). Por seu lado, Leite de Vasconcelos vai mais longe ao

considerar "*que só a mamôa, servindo de plano inclinado, explica que o enorme chapeu da anta pudesse ser alevantado para o seu logar*" (Vasconcelos, 1897: 263).

Em 1896, num artigo intitulado *Materiaes para a archeologia do districto de Vianna*, Martins Sarmento aprofunda a análise tipológica dos monumentos minhotos. Para além de separar entre os dólmenes com e sem corredor[62], distingue entre estes e cistas, ao qual dá o nome de *antellas* ou *antinhas*[63]. E, Leite de Vasconcelos, seguindo, uma vez mais, as teorias do arqueológo vimaranense distingue as antas que seriam "*um pequeno monumento formado por tosca lagea postada sobre uma serie de pedra a pino*" (Vasconcelos, 1885: 47 e 48), das antelas, que seriam sepulturas quadrangulares fechadas nos quatro lados e tapadas com pedras atravessadas, distinguindo-se das antas pela entrada por cima e pela forma de cobertura.

Assim em Portugal a principal distinção tipológica faz-se entre dolmens cobertos e descobertos, multiplicando-se depois numa série de particularidades no número e na forma de colocação dos esteios e no tipo de planta, ou de acordo com as suas dimensões.

Para não fugir á tradição aborda-se, ainda que de forma mais breve, outros monumentos megalíticos como menires, cromeleques[64], alinhamentos, galerias (também elas cobertas ou descobertas) e as famosas pedras balouçantes (Vasconcelos, 1885).

2.5.3. Funções dos monumentos:

Benito Vicetto (1865) parece fazer uma clara distinção entre as mamoas (monumentos com funções funerárias), os *barrows* (memoriais em honra de guerreiros ilustres) e os

62 Ver a propósito desta distinção Leite de Vasconcelos (1885).

63 Ainda que, em artigos posteriores, retomando esta temática parece atribuir-lhes também a denominação de túmulos.

64 Alguns dos quais, como o famoso cromeleque de A Mourela, foram dementidos por investigações recentes (cf.: Bonilla Rodríguez e Fébregas Valcarce, 2009).

dólmenes que serviam de abrigo[65]. A constatação de terem sido usados, em épocas históricas, como delimitadores territoriais poderia igualmente fazer supor uma dupla função original, como sepultura e marcador do território, em que "*la sombra de los finados velaba constantemente por los que había dejado en la tierra*" (Murguía, 1888: 104).

No caso das mamoas, a função funerária era quase consensual (cf. por exemplo: Verea y Aguiar (1838), Murguía (1865) e Saralegui y Medina (1867)) debatendo-se sobretudo a sua associação a um ritual de incineração defendida por Verea y Aguiar e Murguía. Por outro lado, este ultimo relaciona-a com "*la costumbre que aun hoy se conserva en las aldeas, de echar las personas que asisten á un entierro, un puñado de tierra sobre el féretro, viene indudablemente de aquella otra antiquísima, en que cada uno echaba su piedra al cairn ó su puñado de tierra á la mámoa, (...)"* (Murguía, 1865: 445). Também Saralegui y Medina (1867), apesar de admitir uma função funerária para as mamoas galegas, adverte que podiam igualmente ter uma finalidade militar.

Mais difíceis de interpretar, devido à sua simplicidade seriam os menires. Autores como Manuel Murguía (1865 e 1888) ou Saralegui y Medina (1867) revelam essa dificuldade ao apontarem para estes monumentos diferentes explicações funcionais, segundo quem os menires poderiam ter servido de estelas funerárias, símbolo religioso, ídolo, obelisco comemorativo, pedra de termo, etc..

A mesma diversidade funcional se atribui aos alinhamentos e aos círculos, que para alguns, como defende Verea y Aguiar (1838), seriam cemitérios e, para outros, santuários. Na opinião de Saralegui y Medina (1867), os cemitérios celtas seria um terceiro tipo de agrupamento, em que os menires não aparentam qualquer ordenação, dando como exemplo o recinto de Chamorro (Ferrol) (Saralegui y Medina, 1867).

---

65 Villaamil y Castro (1873) discorda abertamente desta interpretação, bem como dos autores que os interpretam como locais de reunião ou altares, relacionando-os exclusivamente com rituais fúnebres. Manuel Murguía (1865 e 1888) também nega a que os dólmenes tivessem uma utilização doméstica, ainda que possam ter servido de habitação em épocas posteriores. Aceita no entanto, ainda que com certa reserva que pudessem ter servido de aras, sobretudo nos casos em que a laje de cobertura era visível acima do tumulus.

Relativamente ás pedras balouçantes a ideia mais difundida era a de que serviriam para averiguar a culpabilidade ou inocência de criminosos[66], ou de mulheres acusadas de adultério. Outra hipótese, defendida por Murguía (1901), seria a de que serviam como monumentos adivinhatórios. Apenas Barros Sivelo não concorda com a hipótese de terem sido usadas para determinar a inocência ou culpabilidade de um acusado e atribui alguns destes exemplares, entre os quais a famosa Pedra da Barca, na costa de Muxía, a fenómenos naturais (Barros Sivelo, 1875). Por fim os altares naturais, associados a um culto primitivo, anterior mesmo à construção dos dólmenes, seriam destinados a recolher o sangue de vítimas de violentos sacrifícios, fogo, incenso ofertas votivas, ou simplesmente águas pluviais (Villaamil Y Castro, 1873).

Nos autores portugueses surgem ideias bastante semelhantes às propostas para o caso galego, mas, como se viu no debate sobre a origem dos monumentos tumulares e megalíticos, sem a insistência na associação ao culto celta. Apenas Joaquim Possidónio da Silva acreditava que os dólmenes eram sepulcros de sacerdotes ou de chefes celtas, negando, contudo a hipótese de serem altares druídicos (Martins, 2001).

Augusto Filipe Simões (1878: 86-87) considera que "*nem todas as mamunhas são verdadeiros túmulos na accepção archeologica d`esta palavra. Faltam em muitas o dolmen interior*". Quanto aos dólmenes, não duvida que serviam de sepultura aos restos mortais dos antepassados dessas sociedades. Também, na opinião de Pereira Costa (1868), enterramentos em gruta e em monumentos megalíticos corresponderiam à mesma sociedade, sendo a disponibilidade de recursos de construção de grandes monumentos funerários, o que explica a coexistência das duas soluções[67].

Outra possibilidade seria, para José Caldas (1887), a de se tratar de monumentos erguidos em tempos de guerra no centro do acampamento militar para proporcionar aos guerreiros uma maior proximidade com as suas divindades. E a particularidade de não se

66 Ver a propósito Vicetto (1865) ou Saralegui y Medina (1867).

67 O enterramento dentro do mesmo dólmen e separado por lajes verticais explica-o pela necessidade de transportar os restos ósseos dos antepassados em cada deslocação do grupo, depondo-os em novos monumentos, no local onde iriam permanecer (Costa, F., 1868).

encontrarem ossadas no seu interior, mais do que por em causa a sua interpretação como monumentos funerários levanta em Portugal a questão do ritual a estes associados. Mas o principal debate em torno da funcionalidade destes monumentos prende-se com a atribuição ou não de funções distintas aos dólmenes cobertos.

Autores como Pereira Costa (1868) ou Leite de Vasconcelos (1897) acreditam na coexistência entre rituais de inumação e de incineração: "*numa das antas do grupo chamado do «Frieiro», no concelho de Villa-Pouca-de-Aguiar, apparecêrão tambem ossos humanos queimados, que pelas circunstâncias do seu apparecimento provão claramente, creio eu, que alli se praticou o rito de incineração*"(Vasconcelos, 1897: 209).

Também no que concerne á sua utilização posterior as opiniões divergem, para Martins Sarmento teriam sido reutilizados em épocas posteriores, mantendo a sua função funerária, o que explicaria o espólio aí encontrado que inclui muitas vezes objetos romanos[68].

Santos Rocha (1908) refere que certos dólmenes mantinham ainda, no final do século XIX, uma utilização prática, como abrigos de animais e pessoas. No entanto, na maior parte dos casos, eram venerados como locais de superstições e lendas (Vasconcelos, 1897).

No que se refere aos menires, também do lado português, se manifesta a dificuldade de determinar a função dos menires devido à inexistência de ossadas ou cinzas que pudessem indicar um uso funerário. Atendendo à forma antropomórfica de alguns monumentos. Filipe Simões (1878) defende a hipótese de se tratar de representações de ídolos, ou de monumentos erguidos para comemorar um acontecimento importante.

Em relação às pedras balouçantes (*loghan*), apenas se menciona a possibilidade de se tratar de uma forma de avaliar a culpabilidade dos acusados, sendo estas interpretadas como possíveis símbolos de uma divindade ou representações do mundo suspenso no espaço (Simões, 1878).

68 Pretende que Santos Rocha (1908) explica como indícios de violações em busca de utensílios líticos utilizados como amuletos.

2.5.4. Cultura material:

Origem, tipologia e função dos monumentos tumulares e megalíticos estão claramente no centro das preocupações de pré-historiadores portugueses e galegos, mas alguns vão além delas abordando temas como o espólio, as representações artísticas, a implantação ou particularidades construtivas dos monumentos.

No caso do espólio as atenções dos galegos parecem centrar-se em torno da introdução da metalurgia. Mas, á medida que as descrições minuciosas de utensílios e monumentos vão diminuindo, o relato torna-se muito mais interpretativo (Martinón-Torres, 2000).

Manuel Murguía, no que se refere ao material arqueológico limita-se a registar o aparecimento frequente de *"(…) hachas pulimentadas y de bronce, granos de collar, puños de espadas, vasijas de cristal y objetos de oro (…)"* (Murguía, 1901: 611). Possivelmente induzido em erro pela coexistência de materiais líticos e metálicos no registo arqueológico, ou pela convicção de que sem o recurso a utensílios metálicos seria impossível erguer os monumentos megalíticos, considera a metalurgia, tão antiga como o trabalho da pedra. Por outro apela ao estudo da cerâmica encontrada nas mamoas galegas, para que se possam traçar paralelos com outras regiões europeias, o que acredita acabaria por corroborar a tese de uma origem celta comum (Pereira González, 1998).

Já para Saralegui y Medina (1888b) os celtas teriam sido os primeiros a trabalhar o bronze[69], fator determinante para a sua superioridade, em relação à população neolítica.

No caso português a coexistência de artefactos líticos e metálicos no mesmo contexto arqueológico é também bastante salientada. Martins Sarmento chama a atenção para a coexistência de utensílios líticos, com armas de ferro e até com objetos de época romana, interpretando-os como indício da reutilização destes monumentos em épocas posteriores, questionando-se sobre *"que população era essa outra que ainda depois da conquista*

69 A tecnologia do bronze explicaria também a sua instalação na Galiza, território rico em estanho (Saralegui y Medina, 1888b).

romana continuava a viver a-par da população das cidades, e sepultava os seus mortos, não nos túmulos, mas nos dólmenes?" (Sarmento, 1880: 3).

Pereira Costa (1868) partilha esta tese, mas acrescenta que o espólio encontrado em monumentos tumulares e megalíticos também varia de região para região, destacando sobretudo a presença de objetos metálicos em alguns dólmenes e a total ausência noutros. Leite de Vasconcelos (1885) encontra particularmente interessante as diferenças entre o espólio encontrado nos monumentos do centro e sul do país e nos do Norte. Mas se inicialmente admite que esta diferença se pode dever a que "*(…) no Sul os estudos estão em certo sentido mais adeantados, não só por ser maior o número dos investigadores, mas porque as investigações hão sido feitas em parte com caracter official e portanto n`outras circumstancias*" (Vasconcelos, 1885: 37/38), acaba por se tornar claro que "*na província de Entre-Douro-e-Minho, muito menos rica, no que toca aos tempos neolithicos, do que, por exemplo, a do Alentejo, onde as antas sempre ou quasi sempre contém objectos que satisfaçam a natural ansia de quem as explora*" (Vasconcelos, 1909: 296).

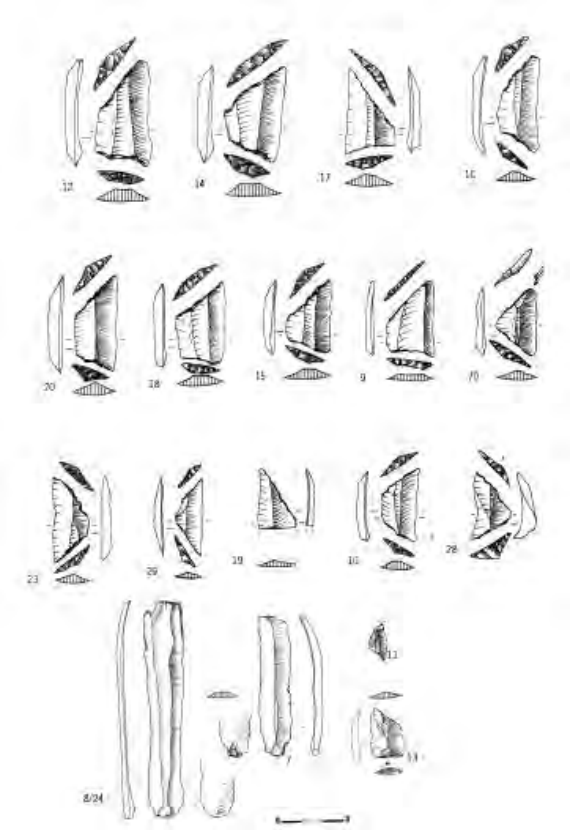


Figura 14: Micrólitos Geométricos da Mamoa d`Alagoa (Sanches, Nunes e Silva, 2004: 37).

José Fortes (1901) divulga o pouco espólio recolhido nos dólmenes de Sales onde encontrou objetos de quartzite, material que se poderia encontrar facilmente nas redondezas, mas também de sílex, material inexistente na região. Ricardo Severo (1903) deixou-nos também um importante artigo sobre *As necrópoles 131olménicas de Traz-os-Montes*, em que este comenta as tão discutidas descobertas de José Brenha e Rafael Rodrigues na necrópole da Serra do Alvão. Este destaca-se pela presença de um espólio muito particular em que se incluíam: amuletos, esculturas zoomorfas e antropomorfas, insculturas e covinhas, bem como os polémicos signos interpretados como alfabéticos.

2.5.5. Representações Artísticas:

Ainda na segunda metade do século XIX publica-se a primeira referência à presença de arte num monumento megalítico. Mais concretamente num artigo de Moreno López publicado no *Heraldo Gallego,* no ano de 1874, no qual se dá a conhecer a presença de pinturas no monumento de Codesás, em Ourense, das quais Murguía (1901) publica um desenho[70].

Pouco tempo depois José Fortes documenta, por sua vez, as pinturas de uma mamoa na Veiga de Maus de Salas (Ourense), entretanto destruída (Fortes, 1901).

Para Murguía (1888) a presença de arte nestes monumentos, para além de individualizar as sepulturas de sacerdotes, indicam também uma profunda ligação entre a Galiza e a Bretanha, pela semelhança das representações encontradas e, dentro da ideologia nacionalista, que se estende para incluir o Norte de Portugal, a arte megalítica e a arte rupestre são entendidas como um único fenómeno, sendo, para a maior parte dos investigadores, entre os quais Barros Sivelo e Manuel Murguía, obra dos celtas.

---

70 A propósito do mesmo monumento acrescenta que as pedras usadas na construção do dólmen tiveram que ser transportadas de outro local, uma vez que não se encontram nas proximidades do monumento (Murguía, 1901).

3. Da arqueologia como ciência autónoma à afirmação da arqueologia universitária



Figura 15: Mamoas 3 e 4 de Outeiro do Ferro.

A história do século XX não pode, em nenhum âmbito, ser tomada como um todo. As profundas alterações, que a todos os níveis se fizeram sentir, marcam fases com contextos próprios que devem ser ponderadas especificamente. O estudo da pré-história não foge à regra, sendo este um século de profundas transformações tanto a nível teórico como metodológico.

Assim, no que há Península Ibérica diz respeito partimos de uma etapa de continuidade da situação anterior para progressivamente irmos incorporando as inovações que nos chegavam da europa. Como não podia deixar de ser, este desenvolvimento ficou pautado por avanços, recuos e períodos de estagnação ao sabor do contexto sociopolítico de cada região peninsular.

3.1. Enquadramento teórico e metodológico:

O século XX foi um período de grandes transformações a diversos níveis no campo da arqueologia. O descrédito generalizado nos benefícios do progresso contribuiu para a ruína do paradigma evolucionista, dando lugar ao relativismo cultural e, consequentemente, à

afirmação do difusionismo como mecanismo de expansão de inovações. Dentro desta corrente considerava-se que certas descobertas apenas poderiam ter ocorrido uma única vez, pelo que se procurava conhecer os mecanismos pelos quais se expandem, aceitando-se dois processo: a migração[71] e a transmissão.

Nesta perspetiva, embora se continuasse a estudar numa perspetiva diacrónica, própria do historicismo, o esforço de investigação desvia-se, agora, para a seriação, a distribuição geográfica e a relação entre cultura material e grupos étnicos: "*El Neolítico dejó de ser visto como un estadio de desarrollo cultural para pasar a ser un mosaico de grupos culturales delineados de manera precisa*" (Trigger, B., 1992: 165). Impulsionados pelo crescente nacionalismo os arqueólogos do início do século procuravam chegar às origens da nacionalidade, privilegiando o estudo das épocas mais recentes da pré-história, em detrimento do Paleolítico.

O difusionismo atingiu o seu auge na década de trinta, começando a dar lugar a uma visão mais funcionalista da diversidade observada no registo arqueológico. A arqueologia soviética, impulsionada pela orientação marxista, foi a primeira a seguir esta via.

Após a II Guerra Mundial o materialismo marxista foi adotado por muitos arqueólogos do Ocidente, lançando os fundamentos do paradigma funcionalista. Mas foi realmente com a introdução de métodos de datação absoluta, que se começam a desmoronar velhas ideias feitas[72], abrindo caminho a novos pontos de vista, sem contudo destruir por completo os fundamentos difusionistas. H.N. Savory (1969) defende uma origem peninsular para o ritual de enterramento coletivo, a partir da qual este se difundia, pelo corredor atlântico até à Armórica, enquanto H. Case defende precisamente uma relação inversa e, mais recentemente, J.D. Evans defende um difusionismo mais lento, enquanto transmissão de ideias entre grupos vizinhos (Delibes e Fernández Miranda, 1981).

---

71 Sob a forma de uma deslocação em massa de uma comunidade, registada na constituição antropológica das populações, ou de movimentos de pequenos grupos, facilmente absorvidos, em termos antropológicos, pelas comunidades autóctones.

72 As primeiras datações C14 contradizem a antiguidade dos monumentos mediterrânicos em relação aos monumentos dos diferentes núcleos atlânticos.

Por sua vez Trigger (1992), entre outros, critica o conceito de difusão a larga escala, por considerar que semelhanças formais não implicam necessariamente identidade cultural. Seriam assim normais as invenções independentes e os elementos de convergência.

Autores, como Colin Renfrew (1973), começam, então, a sugerir que o fenómeno tumular e megalítico poderia ter origem em várias regiões da Europa Ocidental, aproximadamente ao mesmo tempo. O próprio Glyn Daniel que, em 1941, defendera a ideia de uma dupla colonização neolítica da Europa, aparece, em 1973, a defender uma origem policêntrica, na qual a Península Ibérica representaria um núcleo destacado[73].

A explicação do fenómeno tumular e megalítico deveria ser associada ao aparecimento, mais ou menos sincrónicos de estímulos semelhantes em todos esses centros, como o facto de que em todos eles se tivessem estabelecido comunidades de caçadores-recolectores mesolíticos numerosas e prósperas. Pelo que, *"este patrón del desarrollo convergente podía ser explicado por la presión demográfica resultante de la extensión de la agricultura en Europa"* (Scarre, 2008: 18), da qual resultou a necessidade de ocupar novos territórios. Perante a incapacidade de cruzar o oceano aumenta a pressão sobre o território e surge a necessidade de construir os monumentos tumulares e megalíticos, como marca de territorialidade, como expressão da sua organização social e do reforço da solidariedade entre comunidades vizinhas (cf. por exemplo: Renfrew, 1973). Enquanto, por sua vez Chapman (1981) defende que o megalitismo surgiria num momento de desequilíbrio entre sociedade e recursos, fator que explicaria a invenção de novos mecanismos para regular precisamente o acesso a esses escassos recursos. Assim defende uma perspetiva do ritual funerário como regulador das relações materiais dentro de um sistema ecológico.

Com a *Nova Arqueologia* o megalitismo passa a ser entendido como um processo dinâmico resultante da interação entre os monumentos e a sociedade que os construiu. Nesta nova perspetiva o monumento é encarado como um mecanismo de afirmação e

73 Contrariando também de certa forma a postura assumida em 1938 ao defender que os dólmenes teriam a sua origem nas galerias cobertas do Norte da Europa e que a antiguidade dos dólmenes seria apenas um mito.

legitimação territorial. Os matizes regionais e cronológicos são ressaltados e a investigação passa a centrar-se na procura de uma explicação social para as construções megalíticas.

Em termos metodológicos, tal como enunciava Trigger (1992: 186) o desenvolvimento da corrente histórico-cultural incentivou um significativo desenvolvimento dos métodos de trabalho, sobretudo no domínio da estratigrafia, da seriação e da classificação. Nesta fase, marcada por uma maior confiança na informação arqueológica e pela adoção da arqueologia como disciplina fundamental, o registo foi uma das fases do trabalho arqueológico que mais evoluiu, mas a possibilidade de datação absoluta exigiu também um maior rigor na recolha do material arqueológico.

3.1.1. Enquadramento teórico à luz do contexto sociocultural peninsular:

Neste marco, o enquadramento teórico dos arqueólogos da Galiza e do Norte de Portugal, do início do século XX, é bastante complexo, oscilando entre os últimos ecos de uma postura evolucionista e explicações de carácter difusionista[74]. Assim, nos primeiros trabalhos de Maciñeira encontra-se ainda uma postura conceptual evolucionista, embora a partir da década de vinte se note um maior peso do positivismo e do difusionismo[75]. Este último vai-se impondo, com maior força, a partir de então, em obras como as de Obermaier (1923) ou de Fernández Alonso (1908-09). Um caso à parte foi a obra do casal Leisner que, numa primeira fase (décadas de trinta e quarenta), se insere nas correntes difusionistas, mas à medida que avançam no estudo dos monumentos megalíticos da região de Reguengos de Monsaraz, admitem uma coexistência de correntes culturais diversas e o desenvolvimento independente dos sepulcros ortostáticos portugueses e dos *tholoi* do mediterrâneo oriental (Leisner, 1943).

74 Exemplos desta ambiguidade podem ser encontrados em Vázquez Núñez (1901), Maciñeira (1893), ou Mendes Correia (1928).

75 Do primeiro na descrição de materiais arqueológicos e na análise de fontes documentais e do segundo ao estudar a cerâmica campaniforme galega em paralelo com a de outras regiões.

O decisivo contributo que a obra dos Leisner representou para o desenvolvimento da arqueologia peninsular poderia ser assumido como um dos melhores exemplos da influência da arqueologia alemã, frente à qual o positivismo que a dominava não deixa de fazer sentir também na península. No Norte de Portugal perpetuam-se as perspetivas *"(…) marcadas por um estreito empirismo e descritivismo, quase sempre impressionista"* (Jorge, S. e V., 1998: 20), enquanto metodologicamente a presença desses pré-historiadores alemães, mas também franceses em Portugal, contribuiu para a introdução de avanços significativos. Também na Galiza, os investigadores do Seminario de Estudios Gallegos, ao rejeitarem todas as conotações subjetivas se aproximam, pelo menos teoricamente do positivismo. A História concebe-se teoricamente como uma verdade objetiva, desprovida de intenções sociais ou políticas, ainda que, na prática poucos se consigam verdadeiramente desprender dessas intenções.

Durante os primeiros anos do século XX a arqueologia de campo ganha terreno da Estanha. Hugo Obermeier, não foi só uma figura importante da pré-história galega, marcando também a arqueologia espanhola, pelo menos até ao início da Guerra Civil. Mas sem dúvida que a figura de maior destaque, não só a nível espanhol, mas também peninsular foi a de Pere Bosh-Gimpera, o fundador da *Escuela Catalana de Arqueología,* simbolizando, neste inicio de século, a institucionalização da arqueologia espanhola e o seu controlo pelos profissionais. (cf.: Díáz-Andreu, 2002). A influência externa é ainda acentuada, em especial em relação à arqueologia alemã.

O movimento de institucionalização a que anteriormente se aludiu justifica a criação, nas primeiras década do século XX de um conjunto de organismos como a *Junta Superior de Exacavaciones y Antigüedades* (1912), a *Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistoricas* (1912), que muito contribuiu para perpetuar a tradicional ligação da pré-história com as ciências naturais. Com a chegada do franquismo procedeu-se a uma reorganização centralista com a criação da *Comisaría General de Exacavaciones Arqueológicas,* dirigida por Martínez Santa-Olalla[76]. Nesta fase o recuo do papel das universidades proporcionou, na opinião de Margarita Diáz-Andreu (2002), um regresso da

76 Para conhecer mais aprofundadamente o desenvolvimento da arqueologia espanhola deste período consulte-se a obra de Gracia Alonso (2009).

arqueologia amadora. A partir de 1978 efetua-se nova reforma institucional, desta vez descentralizando os organismos de controlo e financiamento. Com esta descentralização acabou por se verificar uma redução dos fundos disponíveis, sendo estes canalizados para monumentos emblemáticos para a identidade regional. As décadas de setenta e oitenta do século passado foram de renovação para a arqueologia, uma vez que entram para os escalões mais baixos da carreira universitária investigadores de corte liberal que vão ganhando peso académico com a saída dos grandes nomes da fase anterior[77].

No que à arqueologia galega diz respeito, *"o inicio do século comeza coincidindo coa 2.ª edición da Historia de Galicia de M. Murguía, plenamente decimonónica nos plantexamento históricos"* (Rodríguez Casal, 1993: 59), mas também no Norte de Portugal as primeiras décadas do século foram de continuidade e só em meados de década de vinte se começam a sentir mudanças, numa e noutra região. Assim, na arqueologia galega, o ano de 1923 marca o momento de viragem na investigação arqueológica, coincidindo com a viagem de Hugo Obermaier à Galiza[78], com a publicação do seu influente artigo e com a criação do Seminario de Estudios Gallegos.

O entusiasmo científico gerado em torno da visita de Obermaier incentivou os trabalhos da chamada *Xeneración Nós,* constituída em torno do Seminario de Estudios Gallegos e de outras instituições como a Sociedad Arqueológica de Pontevedra, o Museo Arqueológico de Ourense e a Comisión de Monumentos de Ourense e de Pontevedra. No âmbito desta última, levam-se a cabo uma série de trabalhos de prospeção, escavação e conservação de monumentos pré-históricos, das quais apenas temos escassas notícias. Em 1927 foi criado o Museo de Pontevedra tendo em vista a recolha e exposição de objetos artísticos, arqueológicos e históricos galegos, mas em especial da Província de Pontevedra, da qual resultou a publicação de um catálogo de achados líticos e de monumentos megalíticos.

---

77 Também a esta fase se têm dedicado estudos historiográficos específicos, entre os que destacamos o de Alcina Franch (1991).

78 Nesta viagem de cinco semanas Obermaier, acompanhado dos mais importantes arqueólogos galegos, visita os principais monumentos e locais de interesse arqueológico, os museus e as coleções particulares. Após esta estadia manteve-se em contacto com vários arqueólogos galegos, entre os quais López Cuevillas (Fernández Ibáñez; Fábregas Valcarce, 1996).

Por seu lado, o Seminario de Estudios Gallegos, pode ser considerado a instituição que contribuiu decisivamente para o impulso dado à arqueologia galega, já que *"(...) lo que antes eran aportaciones individuales de eruditos y aficionados, se canalizan a través de un Seminario cuya voz pública e medio de divulgación es una publicación cuyas orientaciones regionalistas eran evidentes"* (Díaz Santana, 2001: 189).

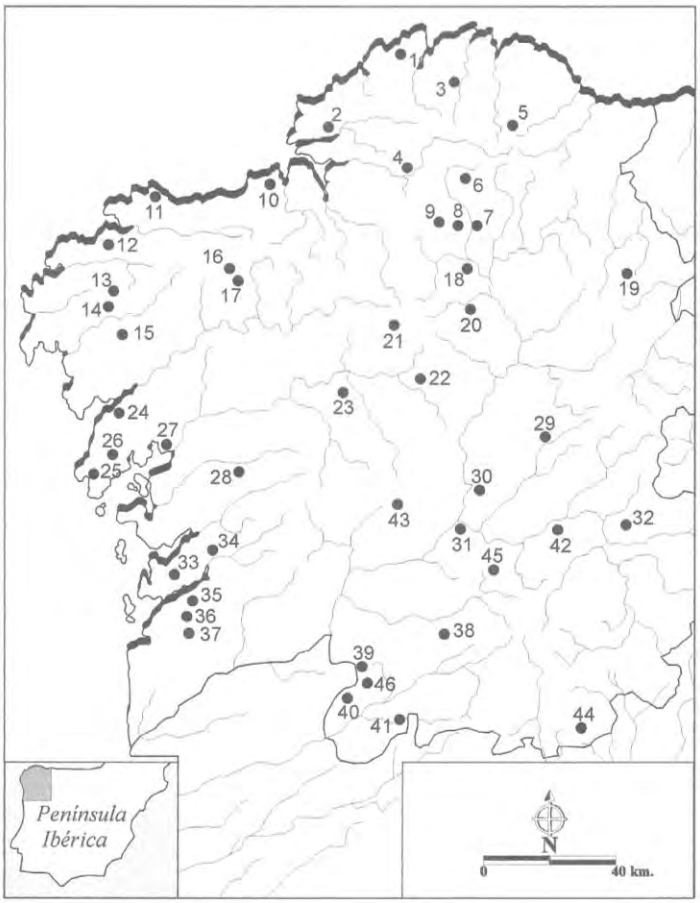


Figura 16: Principais conjuntos tumulares e dólmens da Galiza (Rodríguez Casal, 1999 a).

1. Serra da Capelada. 2. Narón. 3. Serra Faladoira. 4. As Pontes de García Rodríguez. 5. Santo Tomé. 6. Lousada. 7. Roza das Modias. 8. Buriz. 9. Serra da Loba-Cordal de Montouto. 10. A Zapateira. 11. Pedra de Arca. 12. Dombate. 13. Pedra Cuberta. 14. Casa dos Mouros. 15. Parxubeira. 16. Rechaba. 17. Cabaleiros. 18. Monte Campelos. 19. Hospital. 20. A Moruxosa. 21. Forno dos Mouros. 22. A Carballoa. 23. Marco do Camballón. 24. Argalo. 25. Axeitos. 26. Arca de Barbanza. 27. Os Campiños. 28. As Rozas. 29. Santa Mariña. 30. Monte da Morá. 31. A Moura. 32. Valdecebes. 33. Chan de Arquiña-Chan de Armada. 34. Chan da Cruz. 35. Monte Penide-A Madroa. 36. Cotogrande. 37. Meixueiro. 38. San Cibrao. 39. A Mota Grande. 40. Casa da Moura. 41. As Maus de Salas. 42. Serra da Moá. 43. Serra Martiñá-Alto Barbantiño. 44. Penas Libres. 45. Veigachá. 46. Serra das Motas-Monte das Motas.

López Cuevillas e Bouza Brey, assumem a liderança do Seminario e a principal responsabilidade científica, desta instituição que contava com a colaboração de outros nomes importantes como Federico Maciñeira, Vicente Risco, Filgueira Valverde, entre tantos outros a que se devem trabalhos considerados hoje em dia como clássicos da arqueologia galega.

Sob a alçada do Seminario catalogam-se, escavam-se e estudam-se monumentos e material arqueológico, complementados com estudos etnográficos e procura-se definir um vocabulário arqueológico galego, "(…) *aínda que neste último aspecto a proposta é claramente subxugada do portugués*" (Arce Méndez e Ramil Rego, 2007: 19).Contudo, no plano teórico, o Seminario manteve uma orientação galeguista e os seus principais membros utilizam a história como argumento ideológico decisivo para a definição de uma cultura própria. Contrariando a ideia de uma historiografia politicamente asséptica defendida por Beatriz Díaz Santana (2001) é evidente que *"o Seminario xurde cuña moi clara vocación de servicio pêro tamén de poder. Eran conscientes de que un día gobernarían este pobo, porque indudablemente eran os mellores"* (Barreiro Fernández, 1993: 192).

Esta politização da historiografia era partilhada por outras instituições como a Real Academia Gallega, sobretudo a partir de que Manuel Murguía assume a direção, excluindo todos os que se mostram contrários ao celtismo[79], convertendo a instituição numa "*Cova Céltica*" (Barreiro Fernández, 1993: 194).

A subordinação política marca também a primeira etapa dos trabalhos realizados sob a alçada do Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos, desta feita com uma postura mais institucionalizada e, por conseguinte, mais reivindicativa, ainda que esta surja dissimulada por um carácter mais moderno e científico. Por exemplo, ainda que se continuasse a acreditar que as raízes coletivas da sociedade galega se encontram na sua pré-história. Ideia que prevalece até à década de setenta na noção de que *"Al ponernos en contacto con la huella que los monumentos megalíticos tienen todavía en la mentalidad*

79 Foi também nesta fase que começam a surgir, de forma discreta, as primeiras reações contra o celtismo, encabeçadas por García de la Riega. Ainda que a principal oposição seja mais de natureza política que intelectual.

popular, nos reafirmamos en la idea de que la etapa a que pertenecen no es un estadio aislado en el proceso de la cultura gallega sino un eslabón que puede dar claves para la interpretación de todo su devenir" (Filgueira Valverde e García Alén, 1977: 69). Abandona-se, assim, a intenção prática de elaborar uma identidade nacional a partir da narrativa histórica.

O celtismo e o sentimento regionalista continuam vigentes na arqueologia galega até ao início da década de 70, embora o conceito de Galiza seja progressivamente abandonado em favor do de Noroeste hispânico ou peninsular. Na obra de Florentino López Cuevillas, a necessidade de apoiar cientificamente a definição de uma cultura especificamente galega deu lugar a uma postura intelectual em que a conceção historiográfica tradicional, se combina com o fator genético, tal como em Vicente Risco se combinava com o fator racial. Por seu lado, Fermín Bouza Brey esteve também associado ao partido galeguista, como membro bastante ativo nos seus principais instrumentos culturais[80].

Esta vinculação ao nacionalismo levou a que a arqueologia galega fosse, durante muito tempo considerada pouco científica, preconceito que na década de setenta "*(…) aún pervivía en algunos autores desde una nueva perspectiva antropológica se sustituyó por un autoctonismo más que exacerbado, con un interés desmedido por establecer unos límites geográficos*" (Díaz Santana, 2001: 195).

Contudo, o auge cultural que se vivia na Galiza com a *Xeración Nós,* foi interrompido em 1936 pela Guerra Civil, que determinou o encerramento do *Seminario de Estudios Galegos*, ainda que em 1944, os objetivos do Seminario tenham sido de certa forma, retomados com a criação do Instituto Padre Sarmiento de Estudios Galegos, no qual a Secção de Prehistoria e Arqueoloxía, dirigida por Fermín Bouza-Brey, tentará dar continuidade aos trabalhos iniciados antes da Guerra, reagrupando os investigadores do Seminario de

80 Veja-se por exemplo como, a partir de 1922 se empenha na Revista Nós, depois no Seminario de Estudios Gallegos e por fim para o Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos, onde dirigiu a secção de Arqueoloxía.

Estudios Galegos que se mantinham ativos[81] a par de uma nova geração de investigadores [82] (Barreiro Fernández, 1993). À morte de Fermín Bouza Brey, o Instituto foi colocado sob a alçada do *Centro Superior de Investigaciones Cientificas*, anulando os últimos vínculos com a filosofia original herdada do *Seminario de Estudios Galegos* (Arce Méndez e Ramil Rego, 2007).

Outros impulsos importantes para o desenvolvimento da pré-história galega de meados do século XX foram, por um lado, a realização do III Congreso Nacional de Arqueologia (1953), na Galiza e, por outro, a criação do *Seminario de Arqueoloxía na Universidade de Santiago de Compostela*[83]. *"Galicia comeza por entón a aparecer nas síntesis da prehistoria ibérica e mesmo, aínda que ben timidamente, da europea"* (Peña Santos, 2003: 23)

A complexificação tanto metodológica como teórica dos projetos de investigação a partir de meados dos setenta favorece o aparecimento de grupos de investigação como Grupo de Investigación Alfredo García Alén, que se dedica à continuação dos trabalhos de catalogação e inventariação do património arqueológico da província de Pontevedra, dando-lhe, contudo, uma orientação metodológica inovadora, no âmbito da *Nova Arqueologia* (Gómez Nistal e Rodríguez Casal, 2000), procurando ultrapassar os aspetos descritivo. O mesmo tipo de trabalho, mas orientado para a Comarca de Vigo, foi levado a cabo pelo Museo Quiñones de León.

Já em 1993 forma-se o grupo de investigação *Arqueohistoria*, dirigido por Antón Rodríguez Casal, integrado no Departamento de Historia I da Facultade de Xeografia e Historia da Universidade de Santiago de Compostela, a partir do qual se procura desenvolver quatro grandes linhas de investigação: valorização da documentação

81 Como López Cuevillas que continuou as suas investigações na província de Ourense, ou Bouza Brey em Pontevedra.

82 Luís Monteagudo García, Carlos Alonso del Real, José María Álvarez Blázquez, Alfredo García Alén, Jesus Ferro Couselo, Ramón Sobrino, Xesús Taboada Chivite, Fernando Acuña Castroviejo, entre outros, encontravam-se entre os que se integram no Instituto.

83 Onde, sob a orientação de Balil Illana e Alonso del Real uma nova geração de arqueólogos realizam a sua formação.

disponível, prospeção intensiva, escavação dos monumentos mais importantes e gestão do património megalítico.

Dentro do mesmo departamento há ainda que salientar o trabalho do *Grupo de Estudios para a Prehistoria do NW Ibérico,* que desenvolve atividades de investigação no âmbito do estudo dos materiais (líticos e cerâmicos), das manifestações simbólicas (arte megalítica e rupestre) e da economia das sociedades da pré-história recente.

Em Portugal, na segunda metade do século XIX tinham surgido um punhado de grandes personalidades que com o seu empenho pessoal conseguiram levar a cabo projetos arqueológicos de grande envergadura e incentivar projetos mais modestos a nível local. Mas, com o desaparecimento dos grandes vultos dessa *geração de ouro* o ritmo dos trabalhos quebrou-se, acabando por se extinguir com o desaparecimento dos seus discípulos mais diretos.

Para João Luís Cardoso [2002], Leite de Vasconcelos foi a figura que personalizou a viragem do século, pelo que teria sido a sua jubilação, no ano de 1929, a dar inicio à fase de estagnação da arqueologia portuguesa. *"Ao longo das primeiras décadas do século todo o programa paleoetnológico parece literalmente esvair-se"* (Fabião, 1999: 117), assim como o interesse pela arqueologia[84]. Os avanços tanto metodológicos como teóricos da pré-história europeia foram pouco divulgados entre os investigadores portugueses, perpetuando uma atuação *"dominada por preocupações descritivas, empiristas, por uma metodologia improvisada, intuitiva e por um individualismo amadorístico"* (Jorge, S. e V., 1998: 14). Também a realização em 1930, do XV Congresso de Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas em Portugal, acaba por refletir esse momento menos feliz da arqueologia, por comparação com o contexto em que se realizara o de 1880. O final da década de vinte fica assim assinalado como o momento em que a arqueologia portuguesa entra em decadência, coincidindo com a consolidação do Estado

84 Veja-se a propósito, como poucas obras de referência da arqueologia europeia de inícios do século foram traduzidas para português.

Novo[85], colocando em evidência as profundas ligações entre investigação arqueológica e política, que se fazem sentir também no contexto português.

Embora se deva reconhecer que a ação da Primeira Republica nos domínios da cultura e da educação favoreceram se forma indireta a arqueologia portuguesa[86], o mesmo não se pode dizer do regime que se instaurou em Portugal depois da Revolução de 28 de Maio de 1926. Ao contrário do que aconteceu noutras nações europeias que se encontravam sob regimes políticos de idêntica orientação, o Estado Novo demonstrou pouco interesse pelas Ciências Sociais e Humanas. O mesmo ocorreu em Espanha com o Franquismo, no que a pré-história foi negligenciada, segundo Margarita Diáz-Andreu (2002), por ser o somatório de diferentes culturas regionais, situação que não encaixava na ideologia nacionalista do regime de Franco.

Em Portugal prevalecia a ideia de que o substrato pré-histórico não tinha qualquer correspondência com a sociedade portuguesa, identificando-se as origens desta com a formação do estado português (Século XII D.C.). Desta forma privilegia-se a Idade Média como época de estudo, esvaziando o interesse social de períodos como a pré-história, por não lhe reconhecerem a capacidade de estimular sentimentos nacionalistas.

Por outro lado, se este desinteresse privou a arqueologia portuguesa de apoio financeiro, por outro não a sujeitou, como noutros países, a condicionalismos ideológicos. Porém os arqueólogos portugueses de inícios do século, não souberam ou não foram capazes de explorar devidamente essa *independência*, ficando reféns de teorias importadas de outros contextos europeus[87]. Desta forma, *"Vigorou durante todo o regime ditatorial – e mesmo depois dele – não só um elementar empirismo, como um amadorismo anacrónico,*

85 Assim como o fim deste parece marcar o arranque de uma nova etapa de grande desenvolvimento da arqueologia portuguesa.

86 Criação de novas universidades e de cadeiras de Arqueologia, Etnologia e Antropologia, inauguração de laboratórios e museus. Em 1911 promove-se a reorganização legislativa da atividade arqueológica, que, dificuldades financeiras, impedem seja colocada em prática.

87 Veja-se, por exemplo, como Mendes Correia se cola, por vezes, a teorias de pré-historiadores estrangeiros, deixando de lado os dados arqueológicos disponíveis em Portugal.

em que a falta de meios e de enquadramento institucional se conjugava com a improvisação das intervenções e com a tibieza da imaginação explicativa" (Jorge, V., 2000a: 206).

3.1.2. Enquadramento metodológico à luz do contexto peninsular:

Na Galiza, "[Federico Maciñeira] *personifica mellor que ningún outro autor o tránsito entre o celtismo romântico do século XIX e as investigacións do Seminario de Estudios Gallegos"* (Armada Pita, 2003: 30). Na sua obra o trabalho arqueológico passa a ser a principal ferramenta para a reconstrução de um passado pré-histórico em que cada vestígio correspondia a um período concreto e a uma sociedade específica.

A arqueologia era, agora, considerada uma *"(…) ciencia nueva que prescindiendo de la tradición, de la leyenda nebulosa y de lucubraciones de la filosofía abstracta, camina bajo la influencia de una crítica independiente que todo lo depura y escudriña"* (Fernández Alonso, 1908-09: 292). O número de trabalhos de campo aumenta, assim como o rigor com o qual são levados a cabo e estudados os seus resultados. Assim, ao longo das primeiras décadas do século XX multiplica-se o número de escavações. Díez Sanjurjo (1901-1902) escavou algumas mamoas nos concelhos de Cea e Vilamarín (Ourense), Alfredo Alvarez na Bisbarra de Melide (A Coruña), mas as escavações mais importantes foram sem dúvida as levadas a cabo por Federico Maciñeira, pautadas por um intenso ritmo de trabalho, pela qualidade dos resultados, mas também pelo cuidado demonstrado no registo dos trabalhos, nos quais incluía já elementos gráficos. Atitude verdadeiramente excecional, era também a preocupação que Maciñeira demonstrava pela divulgação dos resultados desses trabalhos, que nem sempre era partilhada pelos seus colegas, pelo que a informação arqueológica disponível continuava a ser escassa, apesar do aumento dos trabalhos de campo.

Não obstante, o acima exposto, a escavação continuava a ser levada a cabo nestas primeiras décadas isoladamente, em pequenas incursões realizadas nas horas livre, em que se procedia à abertura de valas desde a periferia até ao centro da massa tumular para identificar as estruturas funerárias internas (Armada Pita, 2003).

As décadas de 40 e 50 viram novas escavações de monumentos tumulares. Em 1944 José Maria Luengo (1952) escava três túmulos no concelho de Aranga (Coruña), dois na necrópole de Galiñeiro e o monumento de Fraga do Vello. Ramón Sobrino Lorenzo-Ruza escava oito túmulos no Morrazo: seis mamoas em Chan de Castiñeira (1955), o dólmen de Chan de Arquiña (1953) e o de Chan de Armada (1957). Nestas, Lorenzo-Ruza (1956a) utiliza um método de escavação por intermédio de valas perpendiculares que começando pelo centro da sepultura atingiam o limite da massa tumular. O interior da câmara e do corredor eram escavados até atingir o solo natural continuando a escavação para tentar encontrar as fossas de implantação originais. Durante a escavação recolhia material para análise palinológica. Todas as fases da escavação e posterior reconstrução do monumento eram registadas mediante uma descrição detalhada e um registo gráfico pormenorizado.

Na década seguinte regista-se a intervenção de García-Alén em A Lanzada (1965). Uma década mais tarde voltamos a encontrar referências a escavações arqueológicas, desta feita em Chan da Cruz, onde Peña Santos (1979) leva a cabo uma intervenção de urgência, em 1975, que viria a ser ampliada já na década de oitenta por Patiño Gómez (1984).

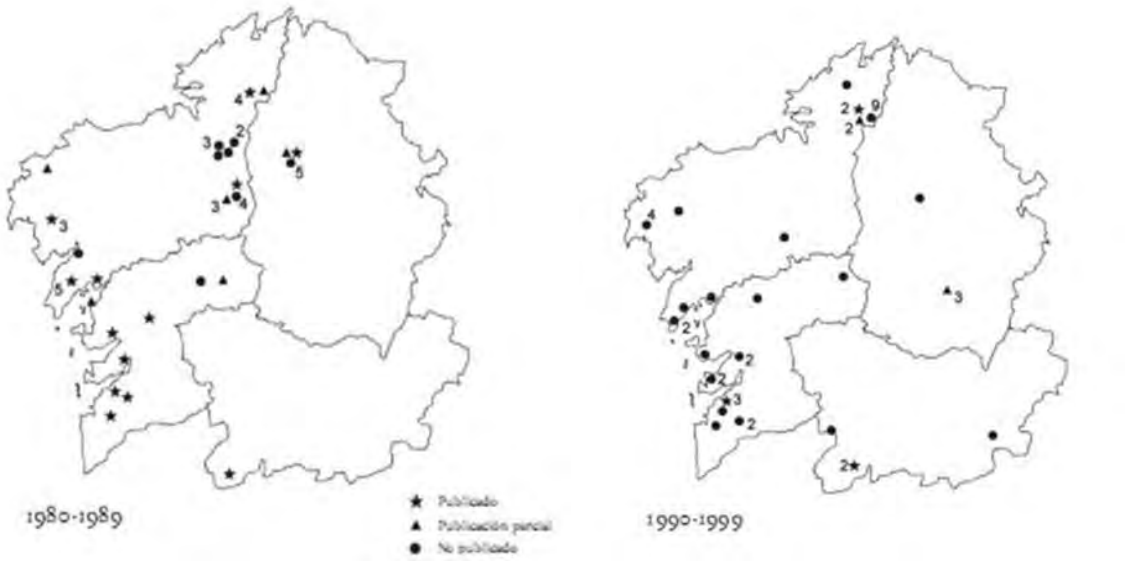


Figura 17: Escavações em túmulos galegos (Fábregas Valcarce e Vilaseco Vázquez, 2003: 295).

No âmbito dos trabalhos de prospeção destaca-se o trabalho que desenvolve López Cuevillas em parceria com Bouza Brey, com o objetivo de reconstituir o mapa de distribuição dos monumentos megalíticos do Noroeste (Rodríguez Casal, 2006b), ou com X.

Lorenzo Fernández nas necrópoles da Serra do Leboreiro, Bande, Rairiz da Veiga, Vale do Salas, Melón, Gándaras de Budiño, etc. (cf.: Lorenzo López e López Cuevillas, 1958). Na Baixa Limia López Cuevillas escavou as mamoas de San Cibrao, Mota Grande, Mota Pequena de Monte Albán, assim como alguns monumentos do Vale do Salas (Eguileta Franco, 1999). Fermín Bouza Brey, centra-se na catalogação e escavação de monumentos e locais arqueológicos, no estudo dos materiais a eles associados e no registo etnográfico (Arce Méndez e Ramil Rego, 2007).

O método de trabalho de Cuevillas e Bouza Brey demonstra uma atitude multidisciplinar, combinando a arqueologia, as fontes literárias, a toponímia e os paralelismos etnográficos. Trabalharam "*sempre com crítica rigorosa e segura, sin adiantar una afirmación que non puidera apoiar com datos certos"* (Risco, 1980:161 e 1959: 130).

Também, a partir de década de trinta, "*a obra dos Leisner gravitará arredor dun labor de prospección exhaustiva, unha magnífica planimetría, o estudio en profundidade de materiais arqueolóxicos e un corpus documental de grande valor*" (Rodríguez Casal, 1993: 63). O casal Leisner foi responsável pelo mais importante corpus documental sobre o megalitismo da Península Ibérica, destacando-se igualmente pelo "*tratamento sistemático utilizado, o esboço de uma tipologia arquitetónica, e a apresentação das primeiras plantas rigorosas de monumentos megalíticos* (…)" (Jorge, V.O., 1982: 385). Contudo, a partir do final dessa década as suas pesquisas concentram-se na região alentejana e só na década de cinquenta se voltam novamente para o Noroeste Peninsular.

Apesar das melhorias e dos avanços no trabalho de campo, o sistema de escavação estratigráfica em quadrícula, apenas foi introduzido, na Galiza, durante a década de setenta e só na de oitenta se tornam comuns as análises C14, paleoambientais e tecnológicas. Até à década de setenta o método mais divulgado era escavar o centro do monumento, generalizando-se a escavação mediante valas na segunda metade dessa década. Nos inícios da década de 80 surgem as escavações em área, mas apenas na década seguinte estas se generalizam. A década de 90 pressupôs a consolidação das intervenções de emergência.

Desta progressão, Vilaseco Vázquez (2001), infere uma evolução na postura do arqueólogo perante o monumento. No primeiro caso o monumento é encarado como uma

sepultura rodeada por um montículo de terra, no segundo a massa tumular passa a ser encarada como um elemento arquitetónico que reforça a monumentalidade da sepultura. Na última, procura-se informação quanto à utilização do monumento e eventuais transformações.

A década de setenta foi também marcada, na Galiza, por uma maior coordenação entre o Departamento de Prehistoria y Arqueología da Universidade de Santiago, o Instituto Padre Sarmiento de Estudos Galegos e os museus regionais.

Na área de estudo merece certamente destaque a inventariação dos monumentos megalíticos da província de Pontevedra, levada a cabo por José Filgueira Valverde e Alfredo García Alén[88]. A qual deve ser considerada o primeiro catálogo arqueológico sistemático da Galiza, registando quatrocentos e vinte monumentos megalíticos na província de Pontevedra.

O desenvolvimento da arqueologia galega ao longo da década de oitenta foi notável. Nesta os arqueólogos incorporam na prática arqueológica as mais avançadas técnicas de trabalho de campo, multiplicando a informação arqueológica de tal forma que ainda atualmente o corpo documental coligido neste período constitui, em linhas gerais, os alicerces das principais linhas de investigação e hipóteses interpretativas. Contudo, a distribuição espacial das intervenções é desigual, concentrando-se fundamentalmente na parte ocidental e em especial na província da Coruña (Vilaseco Vázquez, 2001). Ainda assim, registam-se algumas intervenções no sul da província de Ourense e na zona central de Lugo.

Para além de intensas campanhas de prospeção realizam-se importantes escavações,[89] onde se coloca em evidência *"(…) una profunda diversidad que rompe con la idea de*

88 Os trabalhos desenvolveram-se ao longo de cerca de vinte anos, durante os quais os autores vão publicando sucessivas atualizações e adições (Filgueira Valverde, 1953 e 1955b e Filgueira Valverde e García Alén, 1977).

89 Vejam-se, por exemplo, os trabalhos realizados por Antón Rodríguez Casal na Necrópole de Parxubeira, com inicio em 1977, mas prolongando-se até 1984, pelo mesmo autor em Monte

evolución lineal, de lo más complejo, que anteriormente se tenía para la arquitectura, y de una cultura unitaria con escasos matices donde el arcaísmo y la pobreza eran comunes denominadores" (Ramil Rego e Fernández Rodríguez, 1996: 8).

As intervenções mais usuais eram, nesta fase, as de necrópoles, ainda que a partir da segunda metade da década de noventa a escavação de monumentos isolados se tenha imposto, devido ao corte de subsídios estatais, o que implica também uma alteração na orientação teórica das intervenções. Até aos anos oitenta as intervenções obedeciam a projetos de investigação, passando na década seguinte a prevalecer as escavações de urgência e preventivas[90], ou intervenções vocacionadas para a revalorização e a exploração como recurso turístico do monumento (Vilaseco Vázquez, 2001), o que obstaculizou a continuidade de projetos de carácter puramente científico. Assim sendo, nos primeiros anos da década de oitenta levam-se a cabo importantes atividades de prospeção sistemática como os de Ramón Fábregas Valcarce e A. Fuente em Os Campiños, de Abad Gallego em Peinador-Galiñeiro, de J. Vaquero na Dorsal Meridiana Galega e em As Pontes, ou os de Eguileta Franco na Baixa Limia publicando-se muitos trabalhos na linha da arqueologia processual mais clássica. A realização de análises paleoambientais em monumentos megalíticos galegos será bastante frequente e avança-se significativamente no campo da arte megalítica.

Campelos (1983) por Peña Santos em Lavapés (1981-82), por García-Lastra Merino em O Fixón (1982) e em Chan de Armada (1983), por Fábregas Valcarce e Fuente Andrés em Os Campiños (1984), por Patiño Gómez em M1 de as Rozas (1985) e de Bello Diéguez em Dombate (1987). Os últimos anos da década de oitenta são de grande atividade com os trabalhos de Criado Boado e Vaquero Lastres na Serra do Bocelo (1988), deste último em As Pontes (de Abad Gallego em Cotogrande (1989 e 1990) ou de Penedo Romero em M14 de A Cruz em 1989.

90 Citando como exemplo as intervenções de Chao Álvarez (2000) em Mota Grande, de Vázquez Collazo (2000) em Entrepiñeiros ou os trabalhos realizados ao abrigo do projeto de acompanhamento de obra, como no caso de M3 do Alto de San Cosme (cf.: Parcero Oubiña, 1997) ou na Mámoa de Chousa Nova (cf.: Bóveda Fernández, 2009). O único projeto de vulto que teve continuidade ao longo dos primeiros anos desta década foi o de As Pontes, ao abrigo de um protocolo realizado com a empresa Endesa, que assumiu o seu financiamento.

Na década de noventa, com o desenvolvimento da arqueologia profissional regressa a tendência para descuidar a divulgação dos resultados das intervenções realizadas (Fábregas Valcarce e Vilaseco Vázquez, 2003). Situação insólita já que a redução do número de projetos de investigação parece ter sido acompanhada por um aumento do número de publicações dedicadas a temas relacionados com o fenómeno tumular e megalítico galego.

No Norte de Portugal onde a prática arqueológica estava já perfeitamente consolidada desde finais do século anterior, a presença de personalidades destacadas da arqueologia europeia contribuiu de forma decisiva para a divulgação, das inovações metodológicas, contribuindo para um maior rigor científico na forma como eram levados a cabo os trabalhos de campo[91]. Mas, como se viu anteriormente, eram esses arqueólogos estrangeiros que lideravam o processo de renovação, enquanto os arqueólogos portugueses parecem tomados de uma apatia generalizada, fosse esta imposta pelos condicionalismos gerais ou por um desinteresse pelas questões arqueológicas.

Segundo Vítor Oliveira Jorge (1986) estas intervenções são marcadas pela opção de estudar monumentos de forma isolada, selecionados essencialmente pelas características arquitetónicas já observadas ou intuídas. Desta forma a escavação centrava-se essencialmente na câmara funerária. Contrastando com as opções que caracterizavam as intervenções posteriores, em especial, a partir da década de setenta e em especial após o marco que constitui o projeto do campo Arqueológico da Serra da Aboboreira, dirigido por Vítor Oliveira Jorge.

Este projeto marca um corte tanto em termos metodológicos como teóricos com a investigação que se vinha desenvolvendo até finais da década de 70. Em primeiro lugar destaca-se pela opção de estudo de conjunto, inserido na correspondente envolvente, pela opção de escavação de estruturas relevantes para a compreensão de uma possível evolução diacrónica, pela atenção dispensada á escavação da massa tumular, privilegiando sempre a escavação sistemática e metodologicamente rigorosa. Destaca-se igualmente

91 Um dos mais significativos avanços em termos metodológico dá-se ao nível da cartografia arqueológica, sob o impulso de Mendes Correia e Serpa Pinto.

pelo estudo integrado de sepulcros megalíticos e de povoados, que ainda que não imediatamente contemporâneos, se relacionam numa perspetiva diacrónica[92].

Ficava contudo por fazer um trabalho de prospeção sistemática do extremo Norte do país. Abel Viana chega a propor a elaboração de uma carta arqueológica do Alto Minho, mas acaba por abandonar este projeto, concentrando os seus interesses no Sul do país.

Também no que diz respeito às escavações, apenas na década de cinquenta se voltam a encontrar notícias de escavações de monumentos megalíticos no Norte de Portugal. Começando com a escavação do dólmen da Barrosa por Castro Nunes (1951 e 1955), Abel Viana (1955) escava a mamoa da Cova da Moura e Elísero Pinto (1961) a de Guilhabreu. Uma intensificação dos trabalhos de campo acompanhou o relançamento do interesse pelo megalitismo do Norte de Portugal, após o início da década de oitenta.

Assim, também em Portugal, as ultimas três décadas representaram um grande avanço no domínio da arqueologia e a pré-história foi um dos principais campos em que este avanço se fez sentir. "*Neste momento encontramo-nos numa fase de aquisição de dados, segundo uma metodologia muito mais rigorosa do que a que genericamente se praticava nos anos 60 ou 70; os projetos mais promissores têm um âmbito regional, necessariamente circunscrito*" (Jorge, V., 1990b*:* 9).

Nesta mesma perspetiva se deve entender o projeto que Eduardo Jorge Lopes da Silva elaborou para o litoral minhoto, denominado *Estudo do Megalitismo Minhoto e sua*

92 Durante a década de oitenta foram escavadas no Norte de Portugal várias mamoas largamente divulgadas na Serra da Aboboreira (cf.:), mas também foram escavadas na distrito de Viana do Castelo das mamoas de Eireira, S. Romão do Neiva e Chafé (Silva, E., 1988). Mas ao contrário do que se viria a observar na Galiza as escavações continuam ao longa da década de noventa, quando são escavadas mas Mamoas 1,2,3 e 6 do Alto da Portela do Pau em Castro Laboreiro (Jorge, V., Baptista, Silva, E. e Jorge, S., 1997), M1 da Pedreira em Mirandela (Sanches, Botelho e Silva, M., 1990-91) e nos primeiros anos do século XXI., com intervenções mais centradas na região transmontana como as da Mamoa D`Alago e M1 do Castelo (Sanches, Nunes e Silva, M., 2004 e 2005), mas em especial centradas agora nos grandes recintos murados, como o de Castanheiro do Vento (Muralha; Jorge, V.; Pereira e Velho, 2005).

correlação com o do Douro Litoral e Beiras, prevendo a realização de prospeções sistemáticas no Litoral Minhoto, com vista á realização de uma base de dados e posterior tratamento estatístico dos resultados. Em 1992 a base de dados contava com cerca de quinhentos monumentos dispersos pela região de entre Douro e Minho, no entanto, prevê-se apenas a escavação de três monumentos em Viana do Castelo (Silva, E., 1994)[93]. Paralelamente Eduardo Jorge Lopes da Silva desenvolve, em conjunto com António Martinho Baptista[94] e Susana Oliveira Jorge uma tentativa de estudo sistemática da necrópole do Alto da Portela do Pau, em Castro Laboreiro.

Susana Oliveira Jorge tem-se concentrado, desde inícios da década de oitenta, na região transmontana, com uma importante atividade ligada á escavação e estudo de importantes povoados da pré-história recente dessa região. Também Maria de Jesus Sanches tem vindo a desenvolver, também em Trás-os-Montes, um projeto que incluía a escavação de algumas mamoas e o estudo integrado das principais necrópoles da região, dentro de uma perspetiva espacial. Os dados obtidos foram coordenados com o estudo de outro tipo de estações[95],numa tentativa de se chegar a um conhecimento integrado da evolução das sociedades que ocuparam o planalto mirandês durante a pré-história recente.

Domingos Cruz começa igualmente por participar no projeto de *Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira*, mas realiza também um importante trabalho de prospeção na

93 Fora já do âmbito geográfico do nosso trabalho, a sua atividade estende-se para a margem sul do Douro, especialmente nas regiões de Cinfães, Castelo de Paiva e Rezende, com especial incidência nas Serras de Montemuro e Leomil. Ainda na região minhota, não podemos deixar de mencionar um outro projeto que pretende também estudar o grupo do Mezio, em Arcos de Valdevez, encabeçado por Nuno Miguel S.R. Soares (2000), desconhecendo-se até ao momento os resultados do mesmo.

94 António Martinho Baptista esteve também associado a projetos arqueológicos do Parque Nacional Peneda-Gerês.

95 Entre os quais se conta a importante estação arqueológica do Buraco da Pala.

região transmontana[96], para mais recentemente se focar na margem sul do Douro e nas Beiras.

3.2. Enquadramento Institucional:

Inseridas nesta conjuntura desfavorável, as instituições, tanto públicas como privadas, que tinham, até aí, apoiado iniciativas de investigação no âmbito da pré-história, acabam elas próprias por desaparecer ou entrar em declínio.

Com a morte de Carlos Ribeiro e dos seus colaboradores mais chegados, os Serviços Geológicos vão diminuindo o número de escavações arqueológicas, ficando, uma vez mais, claro como estas tinham sempre dependido do interesse pessoal dos seus membros. Por outro lado, no início do século XX a arqueologia aproxima-se definitivamente da etnografia e da história, descantando-se da geologia, afastando os investigadores dos Serviços Geológicos da prática arqueológica e impondo a sua especialização em questões específicas da geologia.

Os Serviços continuaram contudo a enquadrar projetos de investigação no âmbito da pré-história, mas levados a cabo por grandes figuras da Pré-História europeia como H. Breuil, J. Roche, H. Schubart, E. Sangmeister e G. Zbyszewski, que dispunham de meios metodológicos e financeiros que não estavam disponíveis entre nós. Portugal converte-se numa *"(…) periferia atrasada, observada do exterior como local para o exercício de actos de "colonização" cientifica, considerada como tendo um potencial enorme, mas largamente abandonado pelos «indigenas»"* (Jorge, V., 2000a: 206). Mas também estas iniciativas acabam por ficar aquém do esperado devido á falta de instituições que, à exceção dos Serviços Geológicos, permitissem uma real interdisciplinaridade e o lançamento de projetos de investigação sistemática e integrada.

96 Veja-se a propósito Cruz (1985).

Por sua vez o fenómeno tumular e megalítico do Norte de Portugal esteve completamente esquecido, uma vez que estes pré-historiadores se voltam *"(…) para o Sul e Centro do país, onde os espólios mais ricos compensavam mais os pesquisadores, esquecendo-se o interesse que continuava a ser dado no estrangeiro aos dólmenes do Norte de Portugal, no contexto de teorias gerais interpretativas do fenómeno à escala europeia"* (Jorge, V., 1982: 386).

Mais a Norte, a Sociedade Martins Sarmento deu continuidade á tradição de registo e inventariação do património megalítico da região, através, sobretudo, da *Revista de Guimarães* que se afirmou, na primeira metade do século, como uma das principais Revistas de Arqueologia em Portugal, enquanto o Museu Etnológico continua a sua linha de orientação, incentivando e divulgando os trabalhos que se iam desenvolvendo, até á retirada de Leite de Vasconcelos. Com a sua jubilação a direção foi entregue a Manuel Heleno, um dos seus discípulos mais próximos.

Provavelmente devido à sua juventude, Manuel Heleno *"(…) desenvolveu um conjunto de ações que visavam, por um lado, valorizar a sua investigação pessoal, com notícias de grande impacto; e por outro, criar um grupo de apoio que constituísse, simultaneamente um espaço de projeção e afirmação, no contexto da cultura nacional"* (Fabião, 1999: 121). O Museu deixou de apoiar projetos de investigação externos, fechando-se num punhado de projetos próprios, *"de duvidosa metodologia"* (Jorge, V., 1982: 386), muitos dos quais não foram sequer convenientemente divulgados[97].

Os trabalhos dirigidos por Manuel Heleno centraram-se nas regiões do Alentejo e da Estremadura, mas este acabou por se converter, ao longo da sua carreira, numa figura bastante polémica, tendo cultivado inúmeras contendas. Pelo que, neste clima de animosidade, a reforma legislativa de 1932[98] acabou por ser diretamente prejudicial ao estudo do megalitismo do Norte do País. Nesse mesmo ano Heleno criou o Instituto

97 Apenas a análise dos cadernos de campo de Manuel Heleno permitiu conhecer melhor o seu contributo para o estudo do megalitismo português (Cardoso, [2002]).

98 Em que se concedia ao diretor do Museu Etnológico um papel decisivo na autorização e controlo dos trabalhos arqueológicos.

Português de Arqueologia, História e Etnografia, a funcionar no Museu Etnológico, com o objetivo de fazer frente aos seus mais diretos adversários[99].

As duas instituições, tuteladas por Mendes Correia, primeiro o *Instituto de Antropologia da Universidade do Porto* (1911) e mais tarde a *Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia* (1918), parecem ter colmatado o vazio deixado pela extinção da Sociedade Carlos Ribeiro, enquanto promotoras dos trabalhos arqueológicos centrados na região Norte do país. Mas a animosidade entre Mendes Correia e o diretor do Museu Etnológico privava-os de outros apoios institucionais ou financeiros. No âmbito do *Instituto de Antropologia do Porto* organizaram-se os principais estudos relacionados com a pré-história da região Norte.

O seu diretor, Mendes Correia, foi uma das três figuras mais destacadas da arqueologia portuguesa de inícios do século XX e certamente o mais importante no domínio da pré-história do Norte de Portugal. "*Numa época em que se observava a tendência em Portugal para um certo isolamento cientifico e cultural, cultivado provincianamente, a atitude de Mendes Correia contrata pela diferença*"(Cardoso, 1999: 139), pela projeção internacional que o seu trabalho conseguiu e acima de tudo pelo apoio e incentivo a um conjunto muito diversificado de trabalhos de outros investigadores. Outra figura de proa do Instituto foi Joaquim Santos Júnior, que escavou alguns dólmenes na região transmontana e nos arredores do Porto, descobriu a importante estação de Mairos (Chaves) e identificou as pinturas megalíticas de Carrazeda de Anciães, do abrigo da Pala Pinta e do Cachão da Rapa (cf.: 1930 e 1939).

Ao lado destas figuras maiores "(…) *existiu todo um grupo de homens, que poderemos definir como voluntaristas e práticos, que constituíram o grupo mais fecundo e produtivo, se preferirmos, a «verdadeira face» da arqueologia portuguesa do 2º e 3º quartéis do século XX, quase sempre sob a proteção do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular*" (Fabião, 1999: 126). É este o caso de Alves Pereira, que se dedica ao estudo dos dólmenes e dos castros do Alto Minho, de Luís de Pina que se centra na região de Guimarães, mas que irá

99 Afonso do Passo, que presidia à Associação Portuguesa dos Arqueólogos e Mendes Correia, que dirigia a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

igualmente estudar os dólmenes de Ranhados na região do Douro. Neste enquadramento, José de Pinho, publica, na *Revista Portugália,* os seus estudos sobre dólmens e Pedro Vitorino publica, na *Revista de Estudos Históricos,* uma descrição do Dólmen de Zedes (1924) em Carrazeda de Anciões.

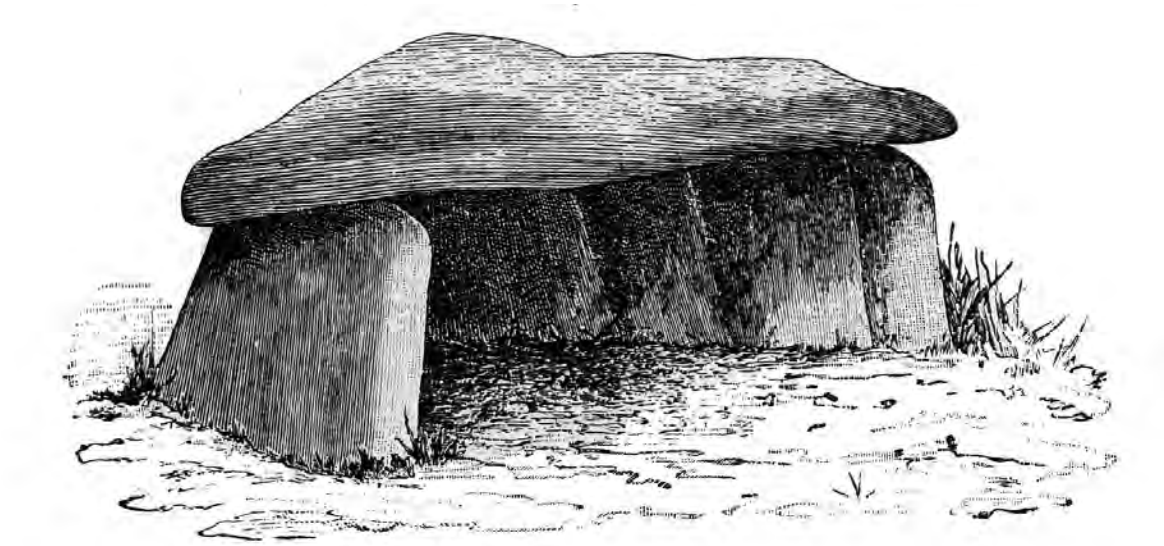


Figura 18: Anta 7 do núcleo do Mezio.

Por seu lado, a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia tem conseguido manter-se como um polo aglutinador das pesquisas arqueológicas, com um papel de destaque na sua divulgação, através da publicação dos *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. E, ainda no que se refere às iniciativas institucionais, não se pode esquecer a *Associação dos Architectos e Archeologos Portugueses* que assume definitivamente, em 1909, a vertente arqueológica e mencionar a atuação legislativa da Junta de Educação Nacional, tendente a proteger o património e a regulamentar as pesquisas arqueológicas, lançando-se a primeira classificação sistemática de bens e imóveis de interesse cultural (Marques, 1991), incentiva-se a realização de novas sínteses e a reavaliação das classificações já existentes.

Nas últimas décadas foram as Universidades que tomam a dianteira no domínio da investigação arqueológica. No domínio do estudo do megalitismo do Norte de Portugal destacam-se a Universidade do Minho, ainda que este não seja uma das suas principais áreas de intervenção, também o abordam no âmbito da evolução do povoamento da região

de Braga[100]. Na Universidade do Porto, desenvolvem os seus projetos dezenas de investigadores especializados nos mais diversos períodos. No *Centro de Estudos Arqueológicos das Universidade de Coimbra e Porto*, cabe ao grupo *Prehistoric Territories and Spaces,* onde se integram os investigadores anteriormente associados ao *Instituto de Arqueologia da FLUP*[101], o estudo do fenómeno tumular e megalítico. Infelizmente após a reestruturação, a atenção do grupo centrou-se definitivamente na região de Tás-os-Monte e das Beiras.

3.3. Enquadramento editorial:

Só no início do século XX parecem ter realmente chegado à Galiza os ecos dos trabalhos realizados em Portugal na fase anterior, pelo que a perceção que, no início do século XX, tinham os arqueólogos galegos em relação à arqueologia portuguesa não se corresponde com a realidade, sendo frequentes as referências a um grande contraste entre *"(…) la perseverante y continua labor de los arqueólogos lusitanos en el descubrimiento y estudio de sus antigüedades, y nuestra indolencia y apatía, que nos aleja de análogas investigaciones, sin que nos ocupemos siquiera de registrar los descubrimientos casuales que se realizan (…)"* (Vázquez Núñez, 1904: 265), nas obras de autores galegos do primeiro quartel do século XX.

A Biblioteca do Museu da Comisión de Monumentos de Orense colocava à disposição dos interessados as principais revistas arqueológicas portuguesas (Risco, 1980 e 1959). Pelo que não são incomuns as referências a textos de Pereira da Costa, Nery Delgado, Estácio da Veiga, Carlos Ribeiro, Augusto Filipe Simões, bem como de autores em que a

100 Recentemente foi criado o *Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória*, que engloba cinco grupos de investigação das Universidades do Minho e do Porto, cabendo a área de estudo do fenómeno tumular e megalítico ao grupo Paisagens, Fronteiras e Poderes, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

101 Do qual partiram as mais significativas iniciativas de estudo do megalitismo da região a norte do Douro durante as décadas de oitenta e noventa.

realidade megalítica do Norte de Portugal estava presente de forma mais assinalável o caso de Leite de Vasconcelos, Henrique Botelho, Martins Sarmento ou Félix Alves Pereira. Também começam a surgir referência a trabalhos mais recentes, de Ricardo Severo, Rocha Peixoto, Rui de Serpa Pinto, ou mais diretamente relacionados com o megalitismo da região Norte como os trabalhos de José Fortes ou José Brenha, em autores galegos como Federico Maciñeira, Benito Fernández Alonso, Florentino López Cuevillas ou Vázquez Núñez. Também "*a investigación do Seminario de Estudios Gallegos realizase en intercambio vivo e permanente con Portugal, especialmente co Norte portugués*" (Barreiro Fernández, 1993: 192).

Especial relevo neste apartado, merece a relação intelectual entre Federico Maciñeira e Leite de Vasconcelos. Após a viagem que o primeiro realiza a Portugal em 1898, seguiu-se uma visita de Leite de Vasconcelos à Galiza, onde, na companhia de Maciñeira, visitou vários monumentos arqueológicos[102] (Maciñeira, 1947 e Armada Pita, 2003). Estão também documentados contactos entre Federico Maciñeira e José Fortes[103] e entre Fermín Bouza Brey e Leite de Vasconcelos, Mendes Correia e Serpa Pinto, ou com estrangeiros que, neste período, se encontravam em Portugal[104].

Mas o pré-historiador galego mais atento à realidade arqueológica portuguesa e em particular ao fenómeno tumular e megalítico da região norte foi López Cuevillas. Mais do que fazer paralelismo recorrendo ao trabalho dos investigadores portugueses, utiliza esses dados de forma integrada com as suas próprias investigações e interpreta-os como elementos de uma mesma realidade, que enquanto unidade, não deve ser separada artificialmente por questões metodológicas ou conceptuais.

Em Portugal, também se nota uma forte influência das obras publicadas pelos principais pré-historiadores espanhóis, tal como Bosch-Gimpera, L. Pericot, Alberto del Castillo ou

---

102 Porém Leite de Vasconcelos dedicou-se essencialmente a registar notas para Hübner e a estudar a filologia galega.

103 Conferir com Armada Pita, 2003.

104 Bouza Brey foi inclusive membro da Associação de Antropólogos Portugueses e da Sociedade Martins Sarmento (Arce Méndez e Ramil Rego, 2007).

Martínez Santa Olalla, relativamente fáceis de adquirir e de consultar. Mas este interesse não parece estender-se às obras de arqueólogos galegos, já que a referência a autores galegos é praticamente inexistente, se excluirmos a referência à obra de López Cuevillas e Bouza Brey num artigo de Serpa Pinto, de 1931, ou o paralelo estabelecido por Castro Nunes (1951) entre o dólmen da Barrosa e os de Gándara, Argalo e Dombate.

Uma pesquisa rápida nos catálogos das principais bibliotecas portuguesas é suficiente para comprovar que este aparente desconhecimento não se explica por dificuldades em aceder a informação bibliográfica, já que estariam disponíveis para consulta as obras dos principais pré-historiadores galegos. Assim a explicação mais plausível para esta atitude era muito simplesmente um desinteresse pelo fenómeno tumular e megalítico galego, que como o do Norte de Portugal, seria considerado pobre e pouco aliciante.

Neste início de século verifica-se uma inversão na política editorial galega, sendo cada vez mais escassas as grandes obras de síntese e mais frequente a publicação de artigos em revistas da especialidade.

Paradigmaticamente, foi a publicação de dois pequenos artigos por Hugo Obermaier (1923), sob o título *Impresiones de un viaje prehistórico por Galicia,* que apesar de considerados pelo próprio como notas pessoais, sem qualquer intenção de estudo de conjunto, são hoje considerados a primeira síntese da pré-história galega e, pelo seu método rigoroso e científico, o ponto de arranque da Pré-história moderna na Galiza (Fernández Ibáñez e Fábregas Valcarce, 1996).

O pré-historiador alemão conseguiu, muito graças a uma surpreendente intuição e a uma destacada capacidade de síntese *"(…) entrever con gran acierto algunas de las grandes líneas por las que habría de desenvolverse la investigación en los años siguientes"* (Fernández Ibáñez e Fábregas Valcarce, 1996: 121)[105]. Se atendermos à escassa disponibilidade de dados arqueológicos e à inexistência de datações, resulta ainda mais

105 Por exemplo Maciñeira, López Cuevillas e os Leisner irão retomar a sua ideia de possíveis contactos entre o Noroeste e o Sul da Península em épocas pré-históricas (Rodríguez Casal, 1993).

meritório o trabalho de Obermaier, que organiza todos os dados disponíveis coligindo-os de notas, publicações, descrições e catálogos previamente publicados por diversos autores (Rodríguez Casal, 2006b).

Outra obra de grande destaque foi *Os Oestrimnios, os Saefes e a ofiolatria en Galicia,* publicada por Florentino López Cuevillas e Fermín Bouza Brey conjuga uma minuciosa recompilação de achados com uma tese interpretativa respaldada por um profundo conhecimento das mais recentes teorias da pré-história europeia. Assim como a obra de Federico Maciñeira *Bares, puerto hispánico de la primitiva navegación occidental.*

Não deixa de ser sintomático que, no início do século XX, e tal como no caso galego, as principais sínteses onde se aborda o megalitismo do Norte de Portugal tenham partido de iniciativas estrangeiras e tenham uma perspetiva mais ibérica que nacional[106]. Mas também como se destacou antes para o território galego, também no Norte de Portugal, se publicam dois trabalhos de síntese, neste caso, ambos da autoria de Mendes Correia: *Os povos primitivos da Lusitânia* (1924) e *A Lusitânia Pré-romana* (1928), integrada na *História de Portugal* de Damião Peres. Porém nenhuma conseguiu, como a de Obermaier, para o caso galego, estimular o interesse pela pré-história. Por outro lado, pode-se considerar que estas sínteses fecham um ciclo bastante produtivo e inauguram um período de estagnação da pré-história portuguesa.

106 Citaremos apenas aqui, a titulo de exemplo algumas destas sínteses da pré-história peninsular, Louis Siret inaugura esta série de sínteses ao publicar *Orientaux e Occidentaux en Espagne aux temps préhistoriques* (1907), Déchelette publica o *Essai sur la chronologie préhistorique de la Peninsule Ibérique* (1908/09), G. Wilke publica *Südwesteuropäische Megalith-Kultur und ihre Beziehungen zum Oriente* (1912). Nils Aberg dá-lhes continuidade, já na década seguinte, com a obra *La civilisation Enéolithique en la Péninsule Ibérique*, mas a grande referência, em termos de megalitismo, a obra de Georg e Vera Leisner (1943), *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel (der Westen)*, pelo rigor metodológico, mas também pela perspicácia das interpretações no âmbito da arquitetura megalítica e da seriação do material arqueológico. Por fim é publicada postumamente a síntese de pré-história Europeia de Bosch Gimpera (1975), que corresponde ao somatório dos trabalhos desenvolvidos por este ao longo das décadas anteriores.

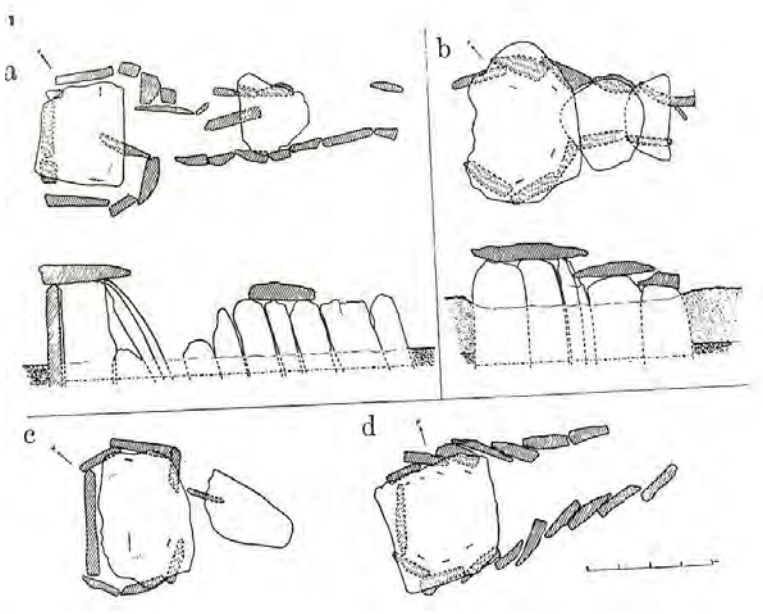


Figura 19: Planta e alçados de sepulturas megalíticas da costa atlântica (Leisner, 1945) 1. a) Orca da Cunha Baixa; b) Dólmen de Erbellido; c) Dólmen de Dombate; d) Dólmen da Barrosa.

Por seu lado Georg Leisner inaugura o que Luís Raposo (1992: 38) vê como um *"processo de afirmação disciplinar da arqueologia universitária"*. Uma vez que a sua tese de doutoramento, *Verbreitung und Typologie der Galizisch Nordportugieseischen Megalithgräber* (1938), é, ainda atualmente, considerada um dos melhores trabalhos sobre os monumentos megalíticos da região. Mas foi sobretudo a partir da década de setenta que os grandes momentos de síntese e as principais contribuições teóricas para o estudo do megalitismo passam a estar associadas a teses de doutoramento. Contudo estas teses, com algumas exceções não têm sido publicadas ou convenientemente divulgados.

No âmbito das publicações periódicas, se, por um lado, o abandono do ideal romântico marcado pelo carácter prático da história, facilitou uma atitude mais científica em relação ao passado, por outro afastou das obras historiográficas o carácter divulgativo e popular que caracterizara os trabalhos do período anterior, iniciando um processo de cisão entre a comunidade investigadora e os estratos sociais com menor acesso à educação. *"La especialización científica de la Arqueología y la Prehistoria empiezan a resultar en un cuerpo*

profesional que demanda una literatura específica, especializada, e inaccesible tanto física como intelectualmente a la gran masa de la población" (Díaz Santana, 2001: 189).

O elevado índice de analfabetismo da população portuguesa força as revistas especializadas a seguirem linhas editoriais mais eruditas, perdendo o evidente carácter de divulgação que as suas congéneres do século XIX tinham. Alguns investigadores amadores continuam no inicio do século, a desenvolver os seus estudos de prospeção e inventariação do património arqueológico local, mas perdem visibilidade. Assim, *"o isolamento dos investigadores, a iniciativa meramente pessoal sem apoios oficiais, a falta de meios quer teóricos quer sobretudo práticos, condicionaram, naturalmente, os resultados"* (Silva, A., 1985: 16).

No que concerne ao megalitismo do Norte de Portugal encontram-se alguns artigos no *Arqueólogo Português*, mas em especial nas revistas, que como a *Portugália*, a *Revista de Guimarães*[107] *e* os *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia,* eram publicadas na região Norte. Por outro lado, estes textos continuam a evidenciar um claro pendor descritivo, relegando as teorias interpretativas para grandes trabalhos de síntese que tardam em aparecer. No entanto, assinalam-se alguns avanços. Em primeiro lugar denotam uma maior preocupação com a integração geológica dos monumentos, uma maior atenção aos pormenores arquitetónicos e construtivos e começam a surgir algumas tentativas de enquadramento cronológico. Em termos conceptuais a análise dos dados arqueológicos, faz-se numa perspetiva geográfica mais alargada, a nível peninsular, ou pelo menos nacional e o debate parece ainda centrar-se em perspetivas difusionistas e neo-evolucionistas. As ideias essenciais são em larga medida tributárias de textos estrangeiros, deixando de lado os dados arqueológicos disponíveis em Portugal, nos quais se baseia, por exemplo H.N Savory (1969) para negar o evolucionismo linear, ou López Cuevillas para defender o seu *neo-difusionismo*.

107 Nesta revista Castro Nunes (1951 e 1955) publica os resultados da escavação do dólmen da Barrosa e Carlos Teixeira (1948) publica um artigo sobre os monumentos megalíticos dos concelhos de Fafe e Vieira do Minho.

Na Galiza, para além dos *Arquivos do Seminario de Estudios Gallegos*, merecem destaque pela sua importância na divulgação da pré-história galega do início do século, o *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos Orense* (1898), o *Boletín de la Real Academia Gallega*, ou numa fase mais adiantada, a *Revista Nós*. Nestas revistas, a exemplo do que acontecia em Portugal no século precedente, para além de artigos de pré-historiadores de referência, como López Cuevillas ou Federico Maciñeira, havia ainda espaço para que os pequenos investigadores locais fossem deixando indicação do aparecimento de muitos túmulos, de algum menir ou de manifestações artísticas associadas a estes. Foi, por exemplo, através destas pequenas noticias que se divulgou o importante contributo de Vázquez Núñez ou Díez Sanjurjo para o conhecimento das mamoas da região de Ourense.

Tal como acontecia em décadas anteriores, estas notícias são extremamente descritivas, centrando todas as atenções na arquitetura e apenas em raras ocasiões se refere a presença de algum material arqueológico.

A partir da década de quarenta o panorama editorial enriquece-se com o surgimento da revista *El Museo de Pontevedra* e, mais recentemente, com a adição de um punhado de novas revistas da especialidade, entre as que salientamos a revista *Gallaecia,* a *Brigantium* ou a *Castrelos.*

3.4. Hipóteses em debate:

Frente a uma desaceleração do interesse pelo estudo do megalitismo em termos gerais, verificada nas primeiras décadas do século XX, agravada porventura com a instauração dos regimes fascistas como anteriormente se referiu, a década de setenta coincide em ambos os contextos com uma renovação teórica e metodológica da arqueologia cujos frutos se começariam a tornar visíveis durante a década seguinte.

Assim, em termos teóricos a década de oitenta ficou então marcada, tanto na arqueologia galega, como na do Norte de Portugal, pela abertura de novas linhas de investigação como os estudos de paleobotânica, de arqueologia espacial, etc., que

traduzem uma reorientação dos estudos, centrados agora no duplo sistema de relações do fenómeno tumular e megalítico com a ecologia e o seu enquadramento cultural, passando o fenómeno tumular e megalítico a ser enquadrado numa série de "*(…) níveis sucessivamente mais abrangentes: o monumento (camada eventualmente anterior, fases da sua construção, reutilização e saqueio), o do núcleo (grupo de monumentos muito próximos uns dos outros, às vezes enquadrados por acidentes naturais do terreno), o do conjunto ou necrópole (série de núcleos e de eventuais monumentos isolados dispostos numa área com certa homogeneidade geomorfológica), o da região (conjunto de necrópoles com certas afinidades entre si, num espaço geográfico mais amplo, mais ou menos contínuo)* " (Jorge, V., 1991: 10).

3.4.1. Despontar do conceito de identidade cultural:

Partilhando a mesma condição de pobreza e marginalidade, começa a afirmar-se nas primeiras décadas do século XX, muito graças aos arqueólogos galegos, a noção de que o fenómeno tumular e megalítico galego forma uma unidade cultural com o do Norte de Portugal.

Do lado português, logo no início do século, José Fortes (1901) estuda a necrópole dolménica de Sales, destacando a coincidência em termos de dimensões, predomínio da câmara poligonal, de *tumuli* de pouca elevação e formas próximas à circunferência, bem como a pobreza da cultura material, etc., com os monumentos do Norte de Portugal. Enquanto Vázquez Núñez foi, por sua vez, um dos primeiros galegos a defender que *"(…) no puede admitirse que las fronteras exclusivamente políticas que nos separan de algunos siglos á esta parte, tuvieran la menor influencia en lo que, en los remotos tiempos que nos ocupan, constituía un mismo territorio habitado por la misma raza,(…)*" (Vázquez Núñez, 1904: 265). Benito Fernández Alonso (1908-09) reforça esta imagem de unidade ao ver a presença de gravuras presente nos monumentos tanto portugueses como galegos do Lima, um claro indício dessa unidade. Esta postura convergente ganha força à medida que o século avança.

Em meados do século, López Cuevillas (1952a) afirma ter explorado alguns monumentos portugueses, junto à aldeia de Portos, comprovando o mesmo tipo de

arquitetura e um espólio arqueológico caracterizado pela pobreza, pelo que, "*la primera cosa que salta a la vista al comparar la cultura neo-eneolítica gallega con la de la provincia portuguesa del Miño, es la casi completa identidad que las une*" (López Cuevillas e Bouza Brey, 1931:16). Esta unidade seria resultado de uma cultura comum a todo o ocidente peninsular, quebrada por contatos externos que proporcionaram um extraordinário desenvolvimento da cultura megalítica do estuário do Tejo, continuando a região a Norte apegada às suas arcaicas tradições (López Cuevillas, 1948b, 1959 e 1973). Apenas no momento em que se desenvolve a cerâmica campaniforme de "tipo III" parecem existir contactos marítimos entre o Centro e Sul Peninsular e o Noroeste (López Cuevillas, 1948b).

Na década de setenta Filgueira Valverde e García Alén, apoiam-se nesta noção de unidade, para "*en tanto no existan estudios propios sobre el megalítico galego, con dataciones absolutas, utilizar como cronologia las establecidas para la zona portuguesa*" (Filgueira Valverde e García Alén, 1977: 56). Recurso que continua a verificar-se nas décadas seguintes, apesar de começarem a surgir as primeiras datações para monumentos galegos[108].

Do cruzamento das datações com os tipos arquitetónicos resulta clara a coerência cronológica entre os distintos tipos de megálitos galegos e do Norte de Portugal[109].

Nas últimas décadas tem-se tornado cada vez mais clara a continuidade dos traços regionais do fenómeno tumular e megalítico pelas regiões espanholas contíguas. Pelo que "*é vital que os nossos investigadores estejam em maior diálogo com os seus colegas peninsulares e extra-peninsulares, trocando dados e ideias, e que nunca percam de vista que o megalitismo é um fenómeno europeu*" (Jorge, V., 1991: 11), porém esse diálogo

108 Na década de noventa Bello Diéguez (1996b) recolhem setenta e duas datações válidas para a região da Galiza/Norte de Portugal, correspondentes a trinta e um monumentos, dos quais apenas dez são galegos.

109 Sendo recorrentes as referências a estas semelhanças em autores como Fábregas Valcarce (1988a e 1990-91), Rodríguez Casal (1990c), Carneiro Rey (1995), (Bello Diéguez, 1996b) ou José Maria Eguileta Franco (1997b), para mencionar apenas alguns exemplos.

parece algo dificultados pela diversidade de métodos utilizados no seu estudo, desde os mais antigos aos mais recentes (Fábregas Valcarce, 1991).

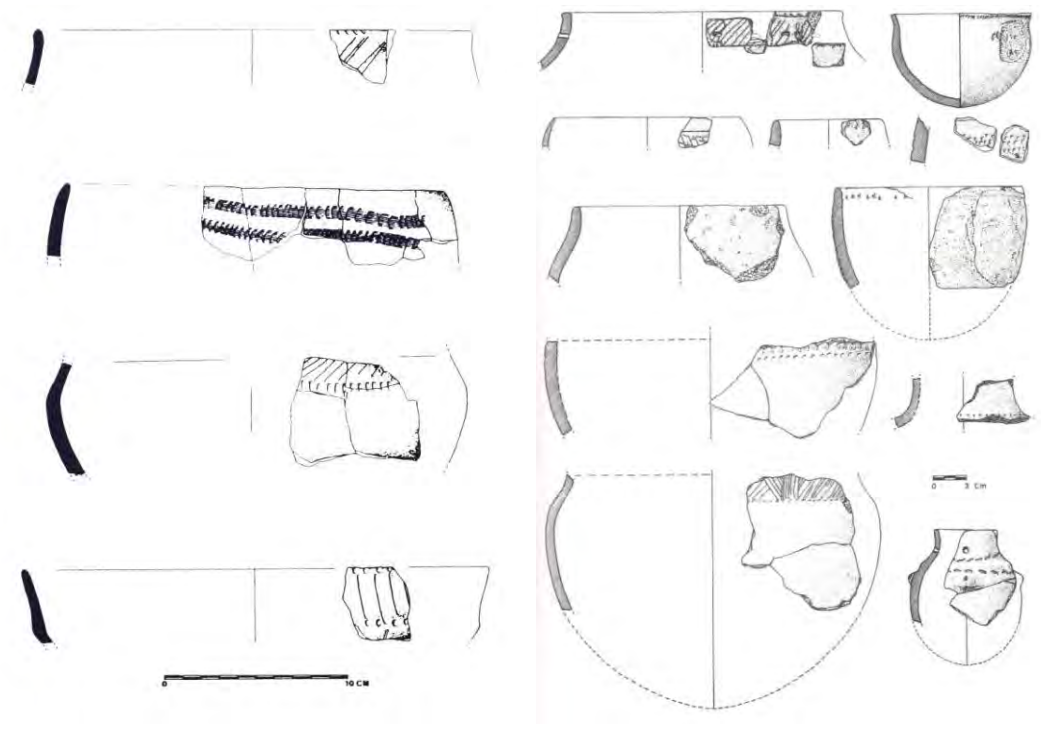


Figura 20: Cerâmica com decoração impressa do abrigo de Fraga d`Aia (desenho de Maria de Jesus Sanches) à esquerda e cerâmicas decoradas dos abrigos de A Cunchosa (desenho de Suárez Otero) à direita.

Outra questão que, desde início do século, desperta o interesse dos pré-historiadores portugueses e galegos é a das possíveis relações marítimas entre o Noroeste Peninsular com o Centro-Norte da Europa, a Irlanda, ou mesmo o Oriente Mediterrânico. Entre os autores do Norte de Portugal, tanto José Fortes (1901) como Mendes Correia (1928) defendem esta possibilidade de contactos, os quais, juntamente com a riqueza em estanho justificariam um maior desenvolvimento da região Norte de Portugal durante a Idade do Bronze.

Na Galiza, o tema das relações atlânticas surge pela primeira vez, com algum peso, na obra de Federico Maciñeira (1924c) que assinala as relações marítimas entre a Península Ibérica e o círculo atlântico da Bretanha e Irlanda desde o Calcolítico. López Cuevillas

(1948b, 1952, 1958, 1959 e 1973) assinala essa possibilidade para a Idade do Bronze (2300-2100 a.C.) e Bosch Gimpera (1975) associa o apogeu da cultura megalítica portuguesa (2700-2200 a.C.), com o estabelecimento de relações com a Bretanha e com as Ilhas Britânicas, através do eixo Atlântico.

Para Antón A. Rodríguez Casal (1997 e 2000), a posição geográfica da Galiza, num dos *finisterres* atlânticos, seria um dos motivos para que se tivesse assumido a possibilidade de contactos marítimos com a Bretanha e as Ilhas Britânicas, ainda que atualmente não seja possível comprovar esta hipótese para períodos anteriores ao início da metalurgia e do fenómeno campaniforme.

3.4.2. As origens do fenómeno:

A questão da origem do megalitismo e do seu enquadramento cronológico continuavam, em inícios do século XX, no centro das pesquisas arqueológicas. E, se, entre os autores galegos, como Benito Fernández Alonso (1908-09), é ainda possível encontrar defensores de uma origem bíblica, a origem celta dos monumentos megalíticos parece ter sido praticamente posta de parte. Ainda assim, a maioria dos autores continua a interpretá-los no quadro cronológico-contextual desta cultura[110], ainda que poucos se arriscam a avançar com dados muito concretos[111].

Maciñeira (1893b), começa por atribuir os monumentos megalíticos a um povo de origem asiática, anterior aos celtas, para mais tarde (1947) os associar ao início das explorações mineiras e à possibilidade de desenvolvimento autóctone e regional. Também López Cuevillas, nesta fase (1925a), começa por enquadrar o megalitismo galego, bem como o do Norte de Portugal, no final do Eneolítico e início do Bronze.

---

110 Ideia que se encontra, por exemplo, em Vázquez Núñez (1901), Manuel Saralegui y Medina (1918) e Ramón Castro López (1920).

111 Vejam-se as considerações sobre o tema de Manuel Saralegui y Medina (1918) ou Vázquez Núñez (1901).

Apenas Obermaier (1923) aposta dados mais concretos, ao defender que as mais antigas manifestações do fenómeno megalítico no noroeste peninsular situar-se-iam em torno ao último terço do IV milénio a.C. e as finais remontariam ao início da Idade do Bronze.

José Fortes (1901) defende, para o Norte de Portugal, uma origem associada a comunidades neolíticas, de carácter sedentário, enquanto Mendes Correia defende que *"(…) uma enorme parcela de cultura que durante muito tempo se supôs ser puramente neolítica, como a dos dolmens, mostrava ser coeva ou quási coeva das primeiras idades dos metais"* (Correia, 1928: 116). O território português seria para José Fortes e Serpa Pinto (1931) um importante centro de origem, desenvolvimento e difusão desta cultura.

Georg Leisner (1945) coloca em causa a atribuição das sepulturas megalíticas ao momento final do Neolítico ou ao início da Idade do Bronze, associando a cultura megalítica com o Neolítico e com o Mesolítico. Contrapondo à cronologia clássica uma cronologia tripartida, articulada com um esquema tipológico, que se veio a tornar clássico e que voltou a colocar a questão cronológica na ordem do dia.

A partir da segunda década do século XX, com o reforço do difusionismo parece transferir-se o interesse pelas origens transfere-se da questão cronológica para a geográfica.

Na sua obra *La civilisation Enéolithique dans la Péninsule Ibérique* (1921), N. Aberg defendera, para o megalitismo peninsular, duas fases. A primeira seria o reflexo de uma vaga de influência oriental e a segunda corresponderia a uma vaga de influência micénica[112]. Em meados do século, Cuevillas (1959), embora aceite uma origem oriental para o Neolítico Peninsular, acredita que, no que diz respeito ao Noroeste, o megalitismo teria sido introduzido, numa fase tardia que muitos consideram já da Idade dos Metais.

No Norte de Portugal a questão das origens foi, durante muito tempo, condicionada pela postura difusionista de Mendes Correia (1928), para quem as inovações neolíticas

112 Esta ultima, evidenciaria, por sua vez, uma forte capacidade de expansão para a Provença, a Bretanha e a Irlanda.

teriam sido introduzidas em Portugal por uma vaga migradora vinda dos Pirenéus, possivelmente por via marítima. Admite, contudo, que após um primeiro período de adaptação, a Península Ibérica tenha sido palco de processos de diferenciação regional. E pelas teses, como a de Nils Aberg (1921), Bosh-Gimpera (1932 e 1966) ou Savory (1969), que defendem um papel central da Península Ibérica na difusão do fenómeno megalítico.

Para o caso mais concreto do megalitismo galego, Sobrino Lorenzo-Ruza (1953) defende uma origem a partir da zona atlântica do Sul, propagando-se possivelmente por via fluvial. Enquanto Filgueira Valverde e García Alén (1977: 54) aceitam serem *"(…) tres los poderosos influjos que se ejercen sobre la Galicia de los megalíticos: el que había provenido a través del duriense superior (cultura de Alcalar), el que había de venir de la Meseta superior y por vía marítima (almeriense) y el atlántico (armoricano) con el Finisterre nos devuelve los influjos que ejercíamos sobre él"*.

O debate cronológico sofre novo incentivo com a obtenção das primeiras datações absolutas, que definiram o enterramento tumular como um fenómeno dilatado no tempo estendendo-se, desde momentos antigos do Neolíticos local, até à Idade do Bronze. A partir do momento em que as datações vão sendo mais numerosas a questão cronológica confunde-se com a tipológica[113] e complementa-se com a seriação cultural.

Atualmente aceita-se que sobre uma ocupação pré-megalítica esporádica nas regiões litorais, associada com cerâmica lisa, impressa e incisa, surgem as primeiras influências megalíticas, ao longo do V° milénio (Rodríguez Casal, 1988a e 2010 e López Saéz, López Merino e Pérez Díaz, 2010). A partir de 4400-4000a.C. estabelece-se um fenómeno caracterizado por túmulos de pequenas dimensões, com câmaras de planta poligonal simples associadas a espólio formado por geométricos, folhas de sílex, pontas de seta de base triangular em sílex, machados polidos, contas de colar em variscite e fragmentos

113 Conferir a respeito Rodríguez Casal (1988a e 1992b), Susana Oliveira Jorge (1989, 1991 e 2000), Vítor Oliveira Jorge (1992), Bello Diéguez e Peña Santos (1995), Bello Diéguez (1996a), Santos Estévez, Parcero Oubiña e Criado Boado (1997), Maria de Jesus Sanches (1997), Costas Goberna, Hidalgo Cuñarro e Pereira García (1998), Villoch Vázquez (2000), Gómez Nistal (2001), Fábregas Valcarce e Vilaseco Vázquez (2003) ou Peña Santos (2003).

cerâmicos lisos ou decorados (Bello Diéguez, 1996a). O fenómeno tumular e megalítico galego parece surgir de processos sociais e económicos, entre grupos segmentários nos quais o túmulo funciona como ponto de delimitação ou definição territorial, entre os quais, o túmulo, podia também funcionar como elemento legitimador de posse territorial.

Durante a primeira metade do IV milénio (4000-3500a.C.) torna-se evidente a diversificação de estruturas arquitetónicas, com o aparecimento dos primeiros dólmenes de corredor[114], mas também de *túmulos* sem evidência de câmara e de outros que recobrem enterramentos em fossa. Em Cotogrande 1, Abad Gallego, identificou um monumento de cronologia antiga e possível utilização individual (Abad Gallego e Hidalgo Cuñarro, 1995). Este polimorfismo poderia corresponder a uma evolução diacrónica ou a diferentes tradições locais[115] ou a um desenvolvimento diferenciado das comunidades construtoras de monumentos megalíticos. Parece também identificar-se uma tentativa de adaptar monumentos antigos às novas exigências volumétricas. Os espólios não diferem consideravelmente do momento anterior, mas incluem agora pontas de seta mais evoluídas e uma maior incidência de material cerâmico decorado, em especial tipo Penha e campaniforme.

Em meados do IV milénio o panorama passa a ser monopolizado pelos grandes monumentos de corredor, mais como continuidade de utilização, que pela construção, enquanto o final desse milénio e o primeiro terço do III milénio (Neolítico Final e Calcolítico) representam um notável vazio de informação de tipo funerário, que coincide com um desenvolvimento do âmbito doméstico (Fábregas Valcarce, 1995b, 1988a e 1991).

114 As cronologias absolutas parecem indicar um desfasamento de cerca de cinco séculos entre os dólmenes simples mais antigos e os sepulcros de corredor (Fábregas Valcarce, 1995b, 1988a e 1991).

115 Conferir com Fábregas Valcarce (1988a, 1991 e 1995b).

Yacimiento	Pro	Tip	Materia	Laboratorio	Años BP	Cal BC (2 σ)	Procedencia	D	Bibliografía
Chan de Prado 6	PO	CP	Carbón	GrN-19620	6575±35	5615-5475	Masa tumular	*	Abad et al., 1995
Chan da Cruz 1	PO	A?	Carbón	GaK-11395	5890±120	5030-4460	Hogar sobre paleosuelo	▲	Fábregas, 1988a
			Carbón	CSIC-642	5210±50	4220-3935	Hogar sobre paleosuelo		
Alto da Barreira	AC	NP	Carbón	CSIC-1039	6030±30	4958-4800	Masa tumular	*	Alonso y Bello, 1997
			Carbón	CSIC-1038	2840±40	1185-900	(Desconocida)		
Outeiro 2	PO	NE	Carbón	CSIC-983	5580±35	4358-4405	Masa tumular	*	Alonso y Bello, 1997
			Carbón	CSIC-984	5470±35	4359-4248	Superficie de paleosuelo		Filgueiras, 1992
As Rozas 1	PO	CP	Carbón	GaK-11189	5150±140	4326-3650	Hogar bajo túmulo	▲	Fábregas, 1988a
Ventín 4	AC	NP	Carbón	CSIC-1108	5320±40	4319-3959	Masa tumular	*	Alonso y Bello, 1997
Cotogrande 1	PO	FL	Carbón	GrN-17698	5239±80	4318-3815	Superficie de paleosuelo		Abad, 1992/93
			Carbón	GrN-18420	4940±80	3945-3539	Base de coraza		
As Pereiras	PO	SC	Carbón	GaK-11821	4850±210	4215-3032	Masa tumular	▲	Fábregas, 1988a
San Bieito 2	OU	A?	Carbón	ICEN-762	4717±270	4042-2708	Superficie de paleosuelo	●	Figueira, 1999
Ponte da Pedra	AC	FL	Carbón	GrN-19217	5020±70	3968-3653	(Desconocida)		Vaquero, 1995a
		FE	Carbón	GrN-19216	2970±90	1427-920	(Desconocida)		
Dombate	AC	SC	Carbón	CSIC-890	4932±70	3938-3541	Superficie de paleosuelo		Alonso y Bello, 1995
			Carbón	CSIC-891	4910±60	3889-3541	Superficie de paleosuelo		
				Momento 1	4918±46	3788-3640	(Media ponderada)		
			Carbón	CSIC-893	4430±70	3351-2905	Exterior del túmulo		
			Carbón	CSIC-939	4410±25	3236-2920	Exterior del túmulo		
			Carbón	CSIC-940	4450±25	3329-2974	Exterior del túmulo		
			Carbón	CSIC-941	4430±25	3307-2924	Exterior del túmulo		
			Carbón	CSIC-942	4480±25	3342-3031	Exterior del túmulo		
			Carbón	CSIC-963	4380±35	3096-2904	Exterior del túmulo		
			Carbón	CSIC-964	4470±30	3341-3023	Exterior del túmulo		
				Momento 2	4439±12	3258-3022	(Media ponderada)		
			Carbón	CSIC-892	4230±70	3027-2584	Bloqueo de la entrada		
			Carbón	CSIC-948	4200±30	2886-2674	Exterior del túmulo		
				Momento 3	4205±29	2887-2696	(Media ponderada)		
			Carbón	CSIC-962	4020±30	2619-2467	Exterior del túmulo		
			Carbón	CSIC-1066	4090±60	2878-2469	Exterior del túmulo		
				Momento 4	4035±28	2636-2470	(Media ponderada)		
			Carbón	UtC-3200	4780±60	3660-3375	Suelo del corredor		Bello, 1995
			Carbón	UtC-3201	3950±60	2617-2233	Interior de la cámara		
			Carbón	UtC-3202	4430±50	3341-2915	Interior de la cámara		
			Carbón	UtC-3203	4950±70	3942-3638	Suelo de la cámara		
Cotogrande 2	PO	CP	Carbón	GrN-19374	4875±40	3710-3542	Superficie de paleosuelo		Abad, 1992/93
Monte de Dorna	AC	NE	Carbón	CSIC-1037	4820±50	3699-3518	(Desconocida)		Alonso y Bello, 1997
Cotogrande 5	PO	CP	Carbón	GrN-19566	4390±50	3312-2896	Masa tumular	*	Abad, 1992/93
			Carbón	GrN-19565	4065±45	2860-2470	Masa tumular	*	
Campiños 6	AC	SC	Carbón	GrN-14328	4300±60	3082-2709	Bloqueo de la entrada		Fábregas y Fuente, 1991/92
Illade 3	AC	FE	Carbón	GrN-19213	3855±60	2471-2139	(Desconocida)		Vaquero, 1995b
Reboredo 1	AC	FE	Carbón	GrN-19214	3820±70	2468-2035	Hogar junto a cámara		Vaquero, 1995b
Mourela 7	AC	CP	Carbón	CSIC-977	3820±35	2402-2142	Suelo de la cámara		Fábregas, 1990/91

Figura 21: Datações C14 conhecidas para assentamentos tumulares da Galiza (Fábregas Valcarce e Vilaseco Vázquez, 2003: 293-294).

Logo após, em meados do III milénio, verifica-se, no âmbito funerário, um novo incremento do polimorfismo passando agora a incluir estruturas cistóides[116], lajes com

116 A cista clássica, presumivelmente de inumação, outras de pequenas dimensões e definidas por pequenas lajes fincadas de incineração e sem espólio e por último uma série de fossas pouco profundas também de carácter individual (Fábregas Valcarce, 1995b).

função de estela, fossas ou simples solos preparados[117], coexistindo com a utilização de dólmenes simples e de corredor. Esta pluralidade de soluções pode ser o reflexo do polimorfismo cultural que seria por sua vez consequência de influências externas, bem representadas pelo aparecimento de novos tipos de artefactos (Fábregas Valcarce, 1988 e 1995a).

O enterramento coletivo dá lugar ao enterramento individual, acompanhando o desenvolvimento da metalurgia, o advento do enterramento individual relaciona a emergência de elites, através de um tratamento diferenciado e, possivelmente, individualizado, ante a morte, associado a um espólio de simbologia guerreira (Fábregas Valcarce, 1995b).

É também a partir do IIIº milénio que se assiste a fenómenos de fixação da população em determinado território, com o aparecimento dos primeiros povoados sedentários do Norte de Portugal.

As datações C14 parecem comprovar a sobrevivência do enterramento tumular ao longo do II milénio e, ainda que de forma mais duvidosa, até ao início do I milénio (Fábregas Valcarce, 1993a e Villoch Vázquez, 2000).

3.4.3. Tipologia dos monumentos:

Nas palavras de Hugo Obermaier os monumentos megalíticos galegos *"(…) comprenden los Dólmenes (mámoas), Menhires, Cromlechs y Alineaciones, Murallas «Ciclópeas» y otras obras semejantes"* (Obermaier, H, 1923: 7).

No que se refere aos primeiros considera, como antes fizera Vázquez Núñez (1901) e mais tarde viria a defender Federico Maciñeira (1941), que embora grande parte das

117 Questionando-se sobre um possível ressurgimento num marco socioeconómico distinto, ou sobre a existência da forma tradicional de enterramento colético de uma corrente de enterramento individual, mais abundante ou mais documentada em certas épocas.

mamoas abrigue no seu interior dólmenes, não se devem confundir ambos os monumentos, que corresponderiam a épocas distintas, atribuindo maior antiguidade às mamoas que não têm câmara interior. Entre os *tumuli* Maciñeira destaca os que não apresentam vestígios de dólmen e têm a massa tumular revestida por uma couraça pétrea, que classifica de semi *gals-gals* (Maciñeira, 1942), sendo os *gals-gals* os cairns.

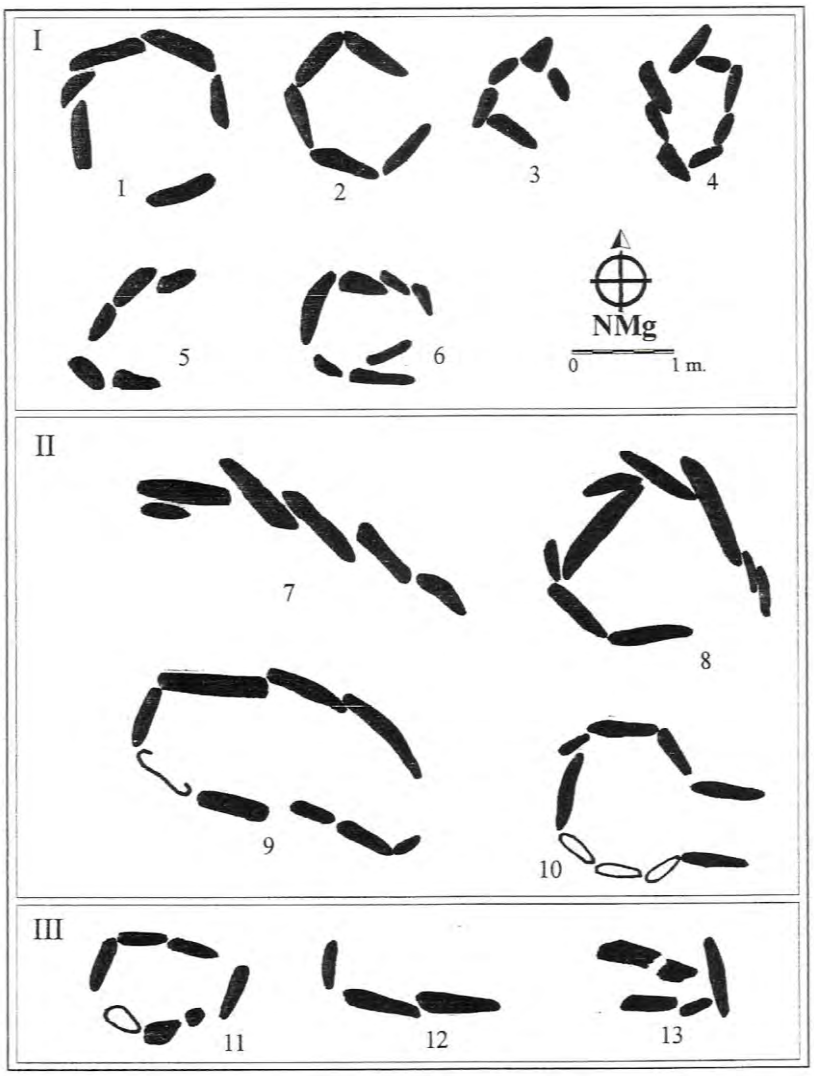


Figura 22: Tipologia das câmaras megalíticas da Baixa Limia (Eguileta Franco, 1999)
I: câmaras poligonais simples; II: câmaras com de corridor; III: pequenas cistas retangulares.

Em relação aos *tumuli*, López Cuevillas (1959) distingue na Galiza e no Norte de Portugal, os compostos de terra, os de terra e pedras e os exclusivamente de pedras. Por

seu lado, as mamoas que recobrem os dólmenes escavados na província do Minho inserem-se, de maneira geral, nas tipologias mais conhecidas, mas a presença de sedimentos de tipo barrento permite uma maior compactação das terras, dispensando o acréscimo da couraça lítica. Enquanto, no que se refere, à planta Filgueira Valverde e García Alén (1977) referem, na província de Pontevedra, a predominância das formas esféricas, ovoides, alongadas, com uma depressão lateral, etc…

Embora durante as primeiras décadas do século XX estas diferenças em termos de composição e de forma seriam pouco destacadas, uma vez que as maiores diferenças se encontrariam no seu interior. "*Carecen unas de la piedra horizontal ó mesa del dolmen, formando una pequeña cavidad rectangular constituida por tres ó más losas en posición vertical; otras están construidas á manera de pirámides, por la inclinación dada á las piedras. Las hay de planta circular, elíptica y rectangular; dentro de algunas mámoas existen varias cámaras en vez de una sola; en otras hay estrechos pasadizos que conducen á la cámara sepulcral"* (Vázquez Núñez, 1901:348).

É nestas primeiras décadas que se difunde a ideia de que predominam na Galiza os dólmenes simples, de pequenas dimensões ou com um corredor pequeno, mas também estão representadas as cistas trapezoidais ou quadrangulares e os enterramentos sob tumulus sem estrutura pétrea (Obermaier, 1923 e Maciñeira, 1929 e 1947).

Maciñeira (1942), completa este esquema tipológico, chamando a atenção para formas pouco usuais como o dólmen retangular do monumento n.º 6 do Cabo Ortegal, ou a estrutura que encontra ao escavar uma mamoa, junto do Santuário de San Andrés de Teixido, formada por lajes de pequenas dimensões e enterrada no subsolo, classificando-a de *semi-dólmen* e interpretando-a como uma forma degenerativa do verdadeiro dólmen.

Uma figura central na definição tipológica dos monumentos megalíticos da Galiza e do Norte de Portugal foi Florentino López Cuevillas, que em 1931, juntamente com Bouza Brey, apontava quatro tipos de antas na Galiza: pequenos monumentos poligonais sem porta; antas poligonais com porta e sem corredor; monumentos de planta poligonal com tendência à circularidade e de corredor curto e cistas retangulares. Em trabalhos posteriores, Cuevillas (1955a, 1959 e 1973), defende que estes tipos definiriam, duas fases sucessivas. A primeira estaria representada pelas câmaras poligonais sem entrada ou com corredor incipiente e espólio de tipo indígena e arcaico; a segunda pelas cistas, as mamoas

sem câmara e as sepulturas planas, com cerâmica campaniforme ou de tipo Penha, pontas de seta de base reta e côncava, machados grandes, maças, punhais, alabardas, machados de combate e punhais.

Partindo da análise tipológica elaborada por Maciñeira e sobretudo da de Cuevillas, o casal Leisner (1938 e 1943) assinala apenas três grupos: sepulturas de corredor (com câmara e corredor diferenciados em planta e alçado; apenas em planta ou tanto em planta como com alçado), sepulturas simples (distinguindo as câmaras poligonais (regulares; irregulares; abertas lateralmente; completamente fechadas ou de forma indeterminada) das câmaras retangulares (com as lajes ligeiramente curvadas; arcas megalíticas e formas intermédias) e câmaras semicirculares.

Por sua vez, com base nos dados coligidos pelos Leisner, Savory (1969) põe de parte a teoria de uma evolução do fenómeno tumular e megalítico do simples para o complexo, considerando que na expansão para Norte do fenómeno, há formas que se vão especializando e novas tipologias que vão surgindo.

Com o avanço das escavações em monumentos tumulares o panorama tipológico enriquecesse de forma significativa, consolidando-se o conceito de polimorfismo que se encontra atualmente no centro das principais teorias interpretativas. "*Agora, a variabilidade do «registo» é a palavra de ordem*" (Jorge, V., 1990b: 11). No início da década de oitenta Vítor Oliveira Jorge propôs um esquema evolutivo para os monumentos do Norte de Portugal, com uma origem nos pequenos dólmenes simples, a partir dos quais se teria evoluído de forma polimórfica e multilinear. Assim, num segundo momento, coexistem dólmenes simples de pequenas dimensões com outros monumentos de grandes dimensões e mesmo com dólmenes de corredor. Estes últimos continuam a evoluir para estruturas com o corredor indiferenciado ou para outros tipos de enterramento (fossas sob *tumulus,* ou *tumulus* sem estrutura megalítica). Numa fase final (finais do IIIº milénio e inícios do IIº milénio a.C.) ter-se-ia evoluído para tumuli mais pequenos, com estruturas internas em forma de cistas megalíticas (Jorge, S., 1986).

No extremo norte de Portugal predominam as câmaras de médias dimensões, com corredor bem diferenciado, no entanto, assinalam-se outros tipos de estruturas, como de tradição megalítica, ainda que desprovidas de estruturas dolménicas, de

monumentos com corredor indiferenciado, seja em planta, seja também em alçado (Silva, E., 1994 e 2003). Também as tipologias identificadas por José Maria Eguileta (1993-94) na Baixa Limia mostram uma grande variedade construtiva, que contudo se podem enquadrar nas classificações oferecidas para o Noroeste Peninsular[118].

O facto de não existir uma associação entre os grandes dólmenes e as câmaras poligonais simples pode simultaneamente indicar distintas fases cronológicas e diferenças culturais (Rodríguez Casal, 1988). Também para Xoán Carlos Abad Gallego (1993), o fator cronológico não é suficiente para explicar este polimorfismo. Condicionamentos litológicos, topográficos, disponibilidade de material lítico, importância e número de membros do clã ou a existência de preferências estéticas têm que ser também ponderadas. A disparidade entre monumentos parece assim ser o reflexo de profundas diferenças económicas, sociais, rituais e mesmo cronológicas.

Entre os monumentos megalíticos mais escassos na Galiza contar-se-iam os menires, cujas reduzidas dimensões dificilmente encaixariam na definição tradicional de monumento megalítico (Obermaier, H, 1923). Contudo a sua localização topográfica e a proximidade a núcleos megalíticos, relacionam-nos com as antas, incluindo-os na época megalítica (López Cuevillas, 1973). Também em Portugal, as notícias de menires a norte do Douro são realmente escassas e apenas o de Luzim apresenta dimensões consideráveis, todos os restantes são bastante menores. Os recintos megalíticos são ainda mais escassos, apenas se assinalando os de S. Cristóvão I e II, na Serra de Montemuro (Resende) (Silva, E., 2003).

Partindo de todas as contribuições acima expostas, é hoje possível sintetizar a evolução do fenómeno tumular e megalítico cruzando os dados cronológicos com os tipológicos. Tendo em atenção que *"o megalitismo foi um fenómeno de exceção mesmo nos períodos de mais intensa construção. Não tem portanto sentido organizá-lo em termos de esquema evolutivo simples"* (Jorge, V., 2000a*:* 207).

---

118 Sobre o polimorfismo quer do fenómeno tumular e megalítico do Norte de Portugal como da Galiza podem ser consultados os trabalhos de Silva (2003), Fábregas Valcarce (1988a, 1990-91, 1991 e 1995b), Vaquero Lastres (1993b) ou Rodríguez Casal (1990).

3.4.4. A função dos monumentos:

No início do século XX, o carácter funerário dos monumentos tumulares não parece merecer já contestação, centrando-se agora o debate funcional no tipo de ritual ao qual estariam associados. Assim, enquanto Hugo Obermaier (1923), Vázquez Núñez (1901) e Maciñeira (1947) associam os monumentos megalíticos galegos à prática da incineração, Cuevillas relaciona-os com um ritual de inumação. Porém, tendo em conta o dilatado período de tempo do fenómeno tumular e megalítico não seria estranho supor a existência de alterações no ritual funerário, representados, por exemplo, na transformação das estruturas de acesso a que anteriormente se aludiu. Ou tendo, em conta essa mesma longevidade, aceitar a possibilidade de que terem exercido funções diferentes ao longo do tempo.

Já em 1904, Diéz Sanjurjo, mais tarde Maciñeira (1947), ao analisarem os monumentos em relação com o meio natural defendem que poderiam também ser utilizados como marcos divisórios, lançando as bases da ideia da construção cultural da paisagem. Enquanto, no que se refere aos círculos líticos, este último (1929) defende que seriam locais onde a comunidade realizaria as suas assembleias e os seus rituais

No início do século XX, o debate tipológico parecia, no Norte de Portugal, estar encerrado, renascendo décadas mais tarde, centrado no papel da massa tumular. Assim, a partir da década de setenta é a função operativa e ritual do *tumulus* que se coloca em evidência. Maria de Jesus Sanches interpreta-os como *"(…)a marca de posse e usufruto, por parte de comunidades agro-pastoris, de zonas excecionalmente ricas"* (1999: 54). Parecendo, reforçar-se, o seu papel como um dos elementos básicos de um fenómeno marcado por um profundo polimorfismo, do qual ele participa[119].

119 Fernando Pereia da Silva (1997) distingue entre as mamoas do centro-norte de Portugal um certo polimorfismo, com a presença de mamoas revestidas de couraça, tumuli sem revestimento pétreo e com anel perimetral, tumuli sem revestimento e sem anel perimetral, cairns.

3.4.5. Contexto socioeconómico:

Dentro do debate acerca do contexto socioeconómico do fenómeno megalítico distinguiram-se duas linhas de investigação. A primeira centrada em torno de questões económicas, tratando temas como as estratégias de subsistência e sobretudo a introdução da economia de produção e a segunda procurando uma abordagem mais focada em questões de ordem social, como o caráter igualitário ou hierarquizado destas comunidades ou ensaios de demografia megalítica.

3.4.5.1. Os inícios da economia produtora:

No Norte de Portugal, foi identificada uma ocupação datada do Neolítico Antigo, no abrigo de Buraco da Pala, com indícios diretos de práticas agrícolas, numa fase bastante antiga provavelmente de finais do VIº milénio ou início do Vº (cf.: Sanches, 1987 ou Jorge, S., 2000), podendo mesmo colocar-se a hipótese de um neolítico pré-megalítico[120]. Porém, Susana Oliveira Jorge, apontou recentemente (2000) a possibilidade de que os primeiros sepulcros megalíticos tenham sido levantados por comunidades ainda fora do esquema produtivo neolítico. Pelo que a paisagem manipulada pelas primeiras comunidades produtoras integra não apenas os enterramentos mas também os recintos megalíticos e os santuários de arte rupestre.

No caso galego, os diagramas polínicos de sítios arqueológicos e solos naturais coincidem na evidência de atividade agrícola desde o período Atlântico tardio (IV milénio a.C.), com uma intensificação ao longo das fases seguintes (Aira Rodríguez e Vázquez Varela, 1985).

120 Sobre o tema podem ser consultadas as obras de Maria de Jesus Sanches (1995) e de López Sáez e Domingos Cruz (2002).

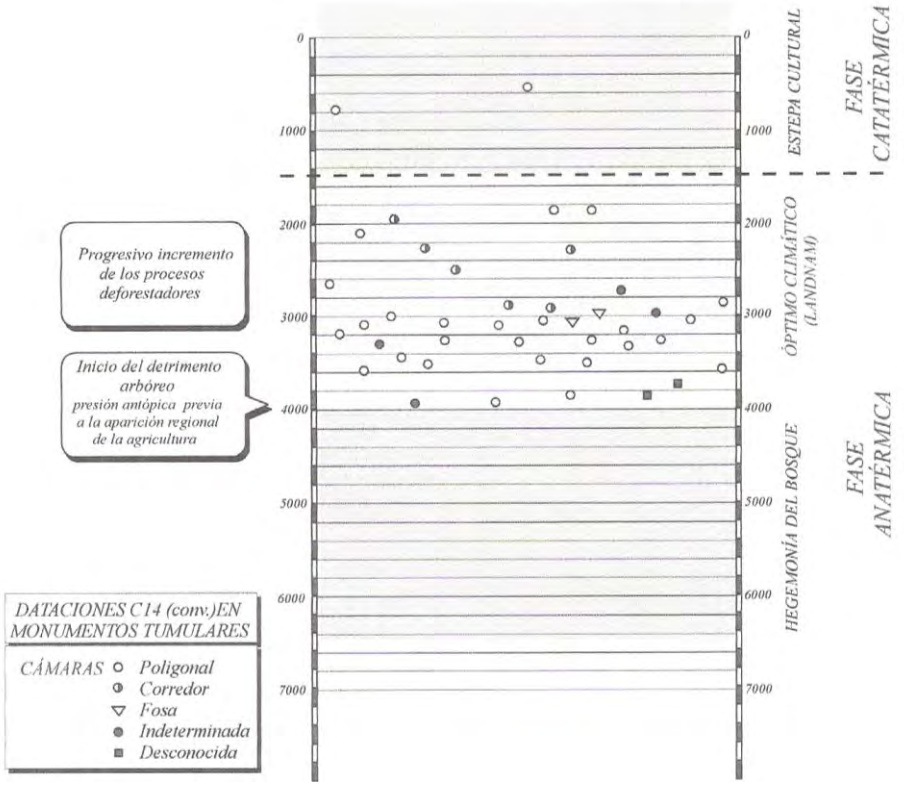


Figura 23: Evolução da vegetação segundo dados de Pablo Ramil Rego (1993) e sobreposição de datações C14 de mamoas do Noroeste peninsular (Eguileta Franco, 1997).

As evidências mais antigas de agricultura provêm da turbeira de *Chan de Lamoso* com o aparecimento de pólen de cereal num momento entre os 4400 e os 4300 a.C., momento muito próximo na construção dos primeiros monumentos funerários[121]. Em sítios arqueológicos, os vestígios mais antigos desta etapa, foram identificados em O Reiro, Rebordiños III e A Cunchosa, onde foi identificado um tipo de cerâmica lisa, incisa ou impressa, semelhante à que aparece nos monumentos megalíticos mais antigos, ainda que sem contexto claro (cf.: Suárez Otero, 1983). Ainda assim, estes indícios abrem a

121 Conferir também a propósito desta questão os trabalhos de Fábregas Valcarce (1988b, 1989 e 1991); Vázquez Varela (1989a); Fábregas Valcarce, Fernández Rodríguez e Ramil Rego (1997) e Fábregas Valcarce e Vilaseco Vázquez (2003).

possibilidade de sincronismos entre os dois fenómenos, ou pelo menos de sobreposição nos momentos iniciais do fenómeno tumular e megalítico (Rodríguez Casal, 2000). O neolítico galego seria assim o resultado de um possível episódio terminal de um neolítico antigo que chega ao Noroeste, por duas vias, a partir de grupos do Centro e Sul de Portugal e de grupos ou influências do atlântico Norte (Suárez Otero, 1997).

De forma indireta, tendo em conta os utensílios que integram o espólio dos monumentos escavados[122] e as condições geográficas dos terrenos onde estes se implantam[123], vários autores defendem a implementação de um sistema de queimada, em que as primeiras comunidades produtivas praticariam uma agricultura incipiente baseada na desflorestação e posterior fertilização do terreno mediante a queima de vegetação. Este sistema, ao favorecer a erosão, contribui para um rápido esgotamento da capacidade produtiva do solo[124], levando à repetição deste mesmo processo noutro lugar. Por conseguinte implicaria ainda uma certa mobilidade e consequentemente a pouca estabilidade do habitat.

Esta hipótese não é, contudo, consensual. Vázquez Varela começa por defender o cultivo de cereais por meio de roças, para mais tarde (1991), admitir que o número e as características de assentamentos e túmulos, são compatíveis com um sistema agrícola assente na queimada. Também Ramil Rego (1997b), coloca em questão o sistema de queima, defendendo que, numa paisagem dominada pelos grandes carvalhos, difíceis de cortar, seria mais lógico limpar o mato, deixando as grandes árvores e queimando o resto da vegetação. Por outro lado, antes da descoberta do arado a roturação das terras seria praticamente impossível, tendo em conta a dureza do solo e a tecnologia de que dispunham estas comunidades. Coincidindo nesta questão com Vítor Oliveira Jorge (1980),

---

122 Onde surgem, em grande número, artefactos utilizados na atividade desflorestadora e no trabalho da madeira.

123 A maior densidade de monumentos vincula-se com as terras de maior potencialidade agrícola, ocupando o túmulo uma situação dominante em relação a essas terras (Fábregas Valcarce, 1988b, 1989 e 1991).

124 Segundo Fábregas Valcarce, Fernández Rodríguez e Ramil Rego (1997) este esgotamento ocorreria após três a seis colheitas consecutivas.

para quem a primeira agricultura, praticada com sacho ou com uma forma primitiva de arado, levaria à preferência por solos pouco profundos.

Por sua vez, Eguileta Franco (1997a), baseando-se nas evidências que encontra na Baixa Limia, coloca algumas reticências à ideia de uma agricultura itinerante e, tendo em conta o contexto espacial dos monumentos analisados, propõe uma análise de questões económicas em função de cada nicho ocupado.

Independentemente da postura de cada um relativamente ao sistema de cultivo empregue pelas primeiras comunidades agrícolas é mais ou menos óbvio que, este sistema não seria incompatível com outras práticas agrícolas ou com outras atividades como a criação de gado, a caça, a pesca, a recoleção, etc., ideia que defendia já, em seu momento López Cuevillas (1955a e 1973). Nestes primeiros momentos a produtividade das colheitas estaria ainda muito dependente das condições climáticas e as condições de armazenamento seriam deficientes, pelo que as atividades complementares conservariam certa importância. Entre estas, a pastorícia teria um papel essencial, pois para além de alimento, fornecia adubo e garantiam a limpeza dos campos.

Um segundo momento desflorestador marca a chamada segunda revolução agrária ou revolução dos produtos secundários (3350-2450 a.C.), coincidindo com o arranque do Calcolítico. Um momento de rutura da ordem social megalítica, como a modificação do ritual funerário, do aparecimento dos primeiros povoados, da introdução dos primeiros elementos metálicos e o aparecimento da cerâmica campaniforme. Surgem também indícios de uma economia mais complexa em que a produção de alimentos parece assumir um papel mais relevante. Da mesma forma parecem ampliar-se as redes de trocas, tanto a nível local como inter-regional atestada por exemplo pela presença de objetos rituais ou sumptuários[125].

125 No monumento de Dombate, Bello Diéguez (1993) encontra tanto matéria-prima de origem local como de regiões que podem distar do monumento mais de 100km. Curiosamente são os objetos mais antigos que se associam a materiais de procedência mais longínqua, pelo que se deduz que o sistema de trocas entre a Galiza, as Astúrias, o Norte de Portugal e as Beiras, estaria já formado

Partindo das análises petrográficas da necrópole de Parxubeira identificam-se dois tipos de circuitos de trocas: um raio de ação mais curto e outro com um raio de ação maior que pode superar os 200Km (Vázquez Varela e Doval Galan, 1991 e Vázquez Varela, 1991).

No que diz respeito à economia destaca-se ainda a intensificação da exploração do substrato geológico, já que se usam rochas de diversos tipos para fabricar utensílios. Também teriam iniciado a exploração das argilas para fabrico cerâmico. As rochas seriam exploradas de acordo com as suas propriedades físicas e químicas para a construção ou o fabrico de utensílios de pedra polida, talhada e de uso sumptuário (Vázquez Varela, 1991).

Nos primeiros tempos da metalurgia a necessidade de metal seria ainda limitada, pois eram destinadas, do ponto de vista social, apenas a uma pequena minoria e seriam peças de carácter ritual ou funerário (Costas Goberna, Hidalgo Cuñarro e Pereira García, 1998). Assim, a aquisição dos primeiros utensílios metálicos parece relacionar-se com um reforço da complexidade social, em que as elites os exibem como prova da capacidade de aceder a bens exclusivos, ao passo que a vulgarização desses elementos levaria inevitavelmente à diminuição do seu valor simbólico.

Os indícios mais antigos de atividade metalúrgica no Noroeste peninsular remontam a meados do III milénio a.C. e encontram-se no Norte de Portugal (Vinha da Soutilha, Buraco da Pala, Crasto de Palheiros), onde teriam sido introduzidos através de influxos provenientes do centro-sul de Portugal[126]. Já na Galiza não se identificou ainda esta fase pré-campaniforme. Por outro lado, na opinião de Beatriz Comendador Rey (1998), também não é possível caracterizar uma metalurgia campaniforme galega, uma vez que esta se carateriza por uma indiferenciação técnica, apenas se distinguindo pela adoção de formas características, vinculadas ao espaço funerário.

---

no momento da construção de Dombate Recente, podendo mesmo supor-se que acompanha a implantação do fenómeno megalítico e as primeiras fases de desenvolvimento do mesmo.

126 Conferir, para os trabalhos realizados no Buraco da Pala, Sanches (1987, 1995), os da mesma autora no Crasto de Palheiros (2000-2001) e para os de Vinha da Soutilha, Jorge, S. e Soeiro (1981-82).

3.4.5.2. Demografia e Sociedade:

O elevado número de monumentos funerários, a sua reduzida dimensão e a sua distribuição homogénea por todo o Norte de Portugal e pela Galiza são argumentos usados por diversos autores[127], na defesa da existência de uma população densa, ocupando o território de forma dispersa, com uma estrutura algo arcaizante, que não permitiria por falta de uma estrutura mais organizada, a construção de grandes monumentos coletivos. Porém para Vázquez Varela e Pombo Mosquera (1992) essa elevada densidade de mamoas somada ao fator temporal permite concluir que se construiria uma mamoa a cada cinco anos, o que aponta para uma população muito mais reduzida do que à partida a sua densidade, vista isoladamente poderia fazer pensar.

O espólio arqueológico parece, por sua vez, apontar para a existência de uma sociedade igualitária sem grandes indícios de estratificação social ou de tensões bélicas (Bello Diéguez, Criado Boado e Vázquez Varela, 1982a), ainda que atualmente se admita a necessidade de rever esta perspetiva, tendo em conta que o carácter coletivo das primeiras construções com fossas ou simples inumações sob *tumulus* não se encontra devidamente comprovada. Por outro lado, do ponto de vista teórico, como salienta James A. Brown (1981), tem-se demonstrado que mesmo as sociedades igualitárias encerram um potencial para a formação de hierarquias e se tem vindo a encontrar indícios de um caráter seletivo do enterramento megalítico (cf.: Delibes de Castro, 1995 e Masset, 1997).

Vázquez Varela e Pombo Mosquera (1992) haviam calculado que para construir um monumento tumular seria necessário um grupo entre 32 a 45 pessoas (Vázquez Varela e Pombo Mosquera, 1992). A coincidência entre arquitetura, escultura e espólio entre monumentos da mesma época próximos entre si, aponta para a existência de uma "escola

127 É extensa a bibliografia onde se aborda a questão, podendo citar-se como exemplos López Cuevillas (1955a, 1959 e 1973), Bello Diéguez, Criado Boado e Vázquez Varela (1982a), Peña Santos [1999], Rodríguez Casal (1983-84), Vítor Oliveira Jorge (1992), Vítor e Susana Oliveira Jorge (1990) e Susana Oliveira Jorge (2000).

local" e a formulação desta aponta, por sua vez, à existência de um mestre que dirigia as obras na mesma comarca (Vázquez Varela, 1991-92 e Abad Gallego, 1995)[128].

Se é lógico pensar que os trabalhos de extração, deslocação e colocação das pedras de grandes dimensões exigem a presença simultânea dum grupo numeroso, sob uma direção que planifique e coordene os trabalhos[129]. Esta não tem, necessariamente, que implicar a existência de uma sociedade hierarquizada ou estratificada de forma rígida (Vázquez Varela, 1991 e 1991-92). Por outro lado, soluções como o emprego de animais nas tarefas de transporte ou a sua realização durante o Inverno[130] poderiam reduzir o investimento implicado neste processo.

A monumentalidade e a complexidade das construções funerárias de finais do IV milénio e de inícios do III milénio a.C. apontam, á partida, para a necessidade de uma elite capaz de conciliar os esforços e as tarefas construtivas. Esta nova tipologia arquitetónica evidencia também a criação de espaços cénicos em consonância com a necessidade de afirmação dessas elites[131]. Por outro lado, estes monumentos mais complexos parecem relacionar-se com um tipo de sociedade mais sedentária, pelo que os monumentos isolados poderiam corresponder à colonização de novos espaços (Sanches, 1995).

---

128 Também Claude Masset (1997) concorda com a necessidade do envolvimento de especialistas na construção destas sepulturas e de uma hierarquia capaz de coordenar as tarefas construtivas. Uma vez que a construção não seria uma atividade intensa, ou continuada, estes poderiam exercer outras funções (Vázquez Varela e Pombo Mosquera, 1992), podendo mesmo estar vinculados à esfera religiosa (Vázquez Varela, 1997), contrariamente ao que propõe George Eogan (1997) para o Noroeste da Europa. Independentemente desta hipotética vinculação à esfera religiosa, a construção deveria, como sugere Magdalena Midgley (2008), ser uma atividade de prestígio, já que além suporia um contacto privilegiado com o mundo espiritual.

129 Um excelente estudo de arqueologia experimental, voltado para o transporte e manuseação de ortostatos com sistemas de rolos e alavancas foi realizado em Bougon por Jean Pierre Mohen e Chris Scarre (2002).

130 Aumentando a disponibilidade de mão-de-obra e facilitando o arraste dos blocos, sobre um solo endurecido pelas baixas temperaturas (cf.: Masset, 1997).

131 Consultar sobre o tema Susana Oliveira Jorge (2000), Bello Diéguez e Peña Santos (1995) ou Vítor Oliveira Jorge (1992).

Mas foi em finais do III milénio a.C., que se tornam evidentes indícios claros de estruturação social, vinculados à introdução da metalurgia[132], de novos cultivos e à exploração de novos territórios, ao mesmo tempo que se estabelecem relações comerciais a grande distância.



Figura 24: Cista em M2 de Vale da Coelheira.

A mudança do ritual coletivo para o individual seria o reflexo de um processo de individualização fruto do controle dos excedentes produtivos e humanos por uma elite emergente em que os espólios que acompanham os defuntos mostram o seu poder económico.

Atualmente a defesa de que o fenómeno tumular e megalítico implica uma forte vinculação a um território, seja ele permanente ou temporário, relança a questão do habitat que após os primeiros indícios surgidos na década de oitenta tem sido muito debatida.

132 Beatriz Comendador (1998) tem-se debruçado sobre questões associadas à introdução e ao desenvolvimento metalurgia no Noroeste da Península Ibérica.

Perante as vagas considerações traçadas acerca da questão por autores como López Cuevillas (1955 e 1973), que defende que as comunidades megalíticas residiriam em povoados abertos, de pequena envergadura, situados em locais baixos ou nos montes, ou bem em aldeias mais ou menos palafiticas situadas junto a lagoas como a da Antelas ou de Doniños. A partir dos poucos dados que têm vindo a ser coligidos nas últimas décadas parecem poder já traçar-se algumas conclusões interessantes.

Comparando a distribuição dos assentamentos de A Cunchosa e O Fixón com a de um conjunto de assentamentos de menor dimensão com a do fenómeno tumular e megalítico da região, Suárez Otero (1997) chega à conclusão que essas realidades parecem mutuamente excludentes. Porém os tipos cerâmicos associados a ambos seria um aparente ponto de contacto. Por seu lado, em Trás-os-Montes, num quadro de populações essencialmente nómadas, praticando uma agricultura itinerante, aparecem indícios da coexistência de povoados abertos com povoados semipermanentes (Sanches, 1995). Pelo que uma possibilidade a ter em conta é a do espaço megalítico representar uma rutura, ou a coexistência de comunidades étnico-culturais distintas.

Algo mais numerosa é a informação sobre possíveis locais de habitat da fase final do fenómeno. Até ao III milénio identificaram-se vestígios de habitat em Barrocal Alto, O Fixón (Cangas) e nos paleosolos de Mina do Simão e Igrejinhas. Em Trás-os-Montes, o sistema de povoamento, da segunda metade do III milénio a.C., mostra-se bastante flexível, englobando povoados de montanha, abertos ou providos de estruturas defensivas, povoados abertos de planície, abrigos sobre rocha, etc. (Jorge, S., 1986 e 1991). Enquanto na Galiza, Antonio de la Peña Santos (1982, 1984a, b e c) identificou pequenos acampamentos abertos, possivelmente de caráter temporal, em Lavapés, O Regueiriño e A Fontela. E, em Chan da Seca, onde já se tinha assinalado a existência de monumentos tumulares, Abad Gallego (1997) regista o aparecimento de diversos fragmentos cerâmicos

com decoração campaniforme, o que permitiu identificar um provável assentamento calcolítico (datas sem calibrar entre 2100 e 1800 a.C.)[133].

Os assentamentos de O Regueiriño e de A Fontela foram objeto de um estudo polínico e edafológico a cargo de M.J. Aira Rodríguez e F. Guitián Ojea (1984), confirmando um aumento da pressão antrópica sobre o meio e o complemento da cultura cerealífera, com a introdução de novos cultivos. Por sua vez o estudo polínico de Lavapés, onde foi identificado pólen de cereal, acompanhado de plantas também indicativas de cultivo (*Plantago* e *Rumex)* ficou a cargo de Pilar López (1984a), que estudou também os assentamentos de o Fixón (1984b), com resultado indicativos da mesma tendência.

Porém, a relação entre estes povoados e as sepulturas megalíticas não é de todo clara, já que nesta fase são os tipos cerâmicos que se distinguem. Mas neste caso, a dissociação pode explicar-se por uma diferenciação funcional ou pela existência de comunidades com tradições distintas que se sobrepõem cronologicamente (Fábregas Valcarce, 1988 e 1991).

Na Baixa Limia José Maria Eguileta Franco (1996, 1997b e 1999) assinala vestígios de um povoamento anterior ao Calcolítico, que coincide quase por completo com a distribuição tumular. A partir de meados do III milénio deteta-se a eclosão de assentamentos calcolíticos pré-campaniformes de tipo Penha ao ar livre, que ocupam as margens do rio Limia. Nesta etapa assiste-se igualmente a alterações na arquitetura megalítica, que convive temporal mas não espacialmente com estes assentamentos[134]. Mas em finais do III milénio, ou no início do II, surgem os campaniformes antigos, mostrando

133 Paralelamente foram identificados, na região da Ria de Vigo, dezoito sítios arqueológicos não tumulares, cuja cronologia coincide total ou parcialmente com o desenvolvimento do fenómeno megalítico.

134 O mesmo ocorre, segundo Maria de Jesus Sanches (1986, 1999), na região transmontana, podendo resultar da materialização de diferentes vocações socioeconómicas ou de distintas tradições culturais.

uma clara relação com o megalitismo e dissociando-se dos assentamentos calcolíticos pré-campaniformes. Situação que se observa igualmente na região transmontana[135].

Como hipótese de trabalho Eguileta Franco (1999) propõe um marco geográfico passível de ser explorado sincrónica ou diacronicamente por distintos grupos humanos com atividade agropecuária, com atividade depredadora complementar ou residual mas que se distinguem claramente em termos tecnológicos. Os primeiros (Neolítico) seriam detentores tecnologia lítica, os segundos (Calcolítico) com tecnologia lítica e metalurgia embrionária e os terceiros (Bronze Antigo) com tecnologia lítica e metalurgia desenvolvida.

No Norte de Portugal, os primeiros povoados de caráter sedentário aparecem já no Neolítico Final[136] e marcam um corte com a tradição megalítica, passando a ser o polo fixo que aglutina toda a comunidade também nestes encontra evidência desta disparidade no espólio justificando-a pela assimilação de inovações por duas vias distintas (Jorge, S., 1991). Assim, enquanto algumas comunidades adotariam as arquiteturas megalíticas, mostrando uma influência litoral, sobreviveriam outras, mais arcaizantes, em que a decoração cerâmica, evidencia uma influência meridional, através dos grandes vales fluviais, como o do Douro.

Ainda que não esteja totalmente clara a relação entre os monumentos tumulares e megalíticos e os possíveis assentamentos ocupados pelos seus construtores, é inegável que a utilização de uma sepultura monumental num determinado ponto do território teria que desencadear em seu redor atividades, ou ocupações temporais do terreno circundante[137]. Mas também se pode entender que a construção do túmulo implicaria uma espécie de sacralização do espaço circundante, impossibilitando ritualmente a frequência desse espaço para outros usos que não relacionados com a morte ou os mortos (Vilaseco Vázquez, 2006).

---

135 Susana Oliveira Jorge tem-se debruçado sobre a questão em diversos artigos (1986, 1989 e 1991).

136 Maria de Jesus Sanches (1999) situa o aparecimento dos primeiros povoados sedentários ao longo do III milénio a.C..

137 Podendo mesmo pensar-se na existência de acampamentos temporários ou de povoados.

Na escavação de urgência de Entrepiñeiros, Vázquez Collazo (1993 e 2000), confirma que no espaço adjacente aos monumentos funerários foram realizadas várias atividades por grupos anteriores, contemporâneos e posteriores aos seus construtores.

3.4.6. Cultura Material:

Nas primeiras décadas do século XX, prevalece, no que diz respeito à cultura material, uma imagem de "pobreza", que a maioria dos autores justifica com os contínuos saques a que estiveram sujeitos os monumentos da região[138]. Enquanto tal, o seu estudo não despertava grande interesse nestes historiadores, uma vez que não se esperavam retirar dele grandes conclusões[139]. Muito recentemente, Eduardo Jorge Lopes da Silva (2003), volta a sublinhar a "*crónica pobreza*" artefactual do megalitismo nortenho, o qual, em sua opinião não se poderia explicar, exclusivamente, pela abertura sistemática de mamoas ao longo dos tempos, podendo ter uma leitura cultural. Porém, as tendências mais recentes vão no sentido de relativizar esta noção de "pobreza" do espólio, tendo em conta que certos materiais como a madeira e o osso não se conservam.

Henrique Botelho (1901) e Mendes Correia (1928) são alguns dos autores do Norte de Portugal que dedicam, em momentos primitivos, alguma atenção ao estudo do material arqueológico. Ainda assim limitam-se a registar a matéria-prima, as dimensões e as formas dos objetos recuperados durante as escavações de monumentos tumulares. Também na Galiza a maior parte dos investigadores recorre ao material arqueológico, de forma genérica, para o esclarecimento de questões cronológicas (cf. por exemplo: Vázquez Núñez, 1901, Obermaier, 1923) e apenas Maciñeira (1947) marca a diferença, ao estudar aspetos concretos da cultura material associada às mamoas galegas.

---

138 Ao qual, López Cuevillas (1973), acrescenta a descontextualização de grande parte desse espólio, como um dos principais entraves ao estudo da cultura material.

139 Como exemplo podem salientar-se os textos José Fortes (1901), Obermaier (1923), Maciñeira (1947) ou López Cuevillas (1973).

Ainda assim, o valor documental do material arqueológico é já inquestionável e torna-se patente, em obras como a de Obermaier, que o número e a diversidade do material arqueológico conhecido fora largamente ampliada.

A cultura material ganha nova relevância na obra de López Cuevillas (1925b, 1948b e 1973). Com base no seu estudo Cuevillas procura esclarecer três questões: a das relações entre o megalitismo do Noroeste Peninsular com o círculo megalítico a Sul do Douro, a das relações com a civilização campaniforme e o das relações com o ocidente de França. Destacando os paralelos com o sul do Douro, sobretudo nos elementos mais arcaicos e primitivos, de onde se deduz que os elementos inovadores chegariam por essa via. No que se refere à cerâmica, justifica o surgimento de outros tipos cerâmicos associados ao campaniforme pela sobrevivência de muitas formas sobrevivem até ao do período do Cobre. Por sua vez Mendes Correia (1928), defendia que o campaniforme proviria da Andaluzia e a partir de Portugal teria passado à Bretanha e à Irlanda.

Uma vez mais a atividade do casal Leisner representa um enorme salto qualitativo no estudo do material arqueológico, tanto no que se refere ao estabelecimento de uma seriação como à sua interpretação. Para Vera Leisner (1983) a ligação que a cultura megalítica manteve, ao longo de toda a sua existência, com o micrólito geométrico constituiria mais uma prova da sua origem indígena, enriquecida, por volta de 3000 a.C., nos grandes dólmenes da Beira Alta, com espólio pertencente ao Neolítico e no sudeste alentejano com formas primitivas de sepulcros de corredor com um espólio lítico plenamente neolítico. Quanto à ponta de seta de base concava que aparece, no Sul, por volta de 2200 e 2330 a.C., sendo coetânea do retoque invasor bifacial e das armas de silex de grande porte que, no Norte, se sobrepõem a uma base étnica neolítica. Nesta região aparece, neste período, o vaso de fundo plano, praticamente ausente do sudoeste.

Na década de setenta o estudo do material arqueológico associa-se ao do ritual funerário, do qual os únicos vestígios que sobrevivem seriam a arquitectura megalítica e o espólio a ela associado. Neste sentido, um achado paradigmático foi o da Mámoa de Monte Campelos (Rodríguez Casal, 1983) onde um conjunto de artefactos pareciam estar intencionalmente colocados, rodeando uma área, situado no eixo E-O, que poderia corresponder ao local onde estaria a cabeça do inumado. A sepultura foi preenchida com

camadas sucessivas de terra cuidadosamente colocada de forma a manter estes objetos na posição original.

Enquanto na década de oitenta, destacam-se os estudos de Ramón Fábregas sobre as indústrias líticas e de Fuente Andrés e Eguileta Franco sobre a cerâmica[140]. Para o primeiro (1990-91) variáveis como a natureza coletiva da sepultura, o tempo de utilização o volume da câmara e mesmo a disponibilidade de recursos ou o desejo de os investir na monumentalidade do ritual funerário, poderiam explicar diferenças dentro de uma mesma tipologia arquitetónica, quanto ao número e à variedade de artefactos líticos.

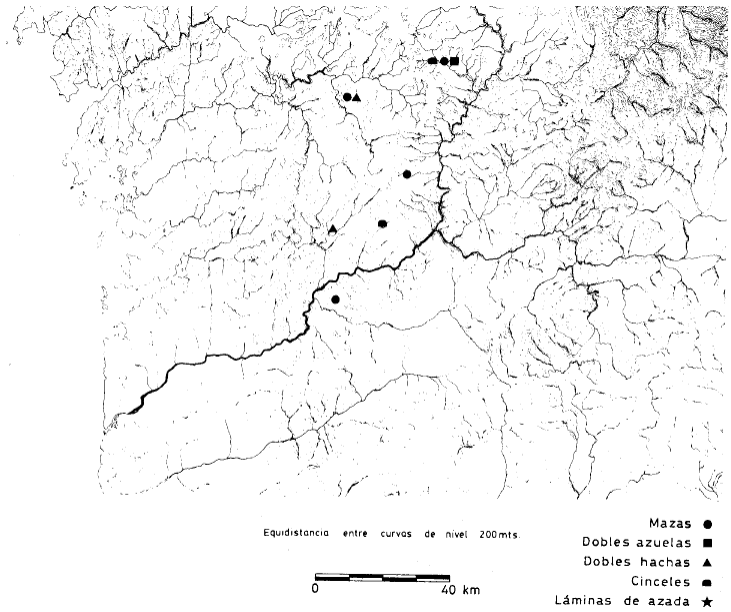


Figura 25: Distribuição de maças, machados duplos, enchós duplas e lâminas no Sudoeste da Galiza (baseado em Criado Boado, Fábregas Valcarce e Vaquero Lastres, 1990-91: 32).

Relativamente à quantidade e à diversidade artefactual verifica-se uma distinção entre *tumulus* de corredor complexo e as restantes tipologias arquitetónicas, mas também a menor representatividade dos *tumulus* sem câmaras o que se pode explicar pela maior

140 Os primeiros expostos numa publicação conjunta (Fábregas Valcarce e Fuente Andrés, 1988) e por parte de Fábregas Valcarce em diversos outros textos (1984 e 1991) publicados individualmente. Por sua parte Eguileta Franco publica também os seus estudos sobre materiais cerâmicos em vários artigos (cf.: Eguileta Franco, 1987, Eguileta Franco e Fernández Ibañez, 1993-94).

sobrevivência temporal dos primeiros. Pelo que, nas estruturas sem câmara, de carácter individual a variabilidade seria inclusive de realçar (Fábregas Valcarce, 1991).

Os túmulos "*para megalíticos*" têm uma abundância especial de peças de moinhos, lascas, prismas de quartzo, raspadores e cinzéis, enquanto os monumentos com câmara retangular registam uma frequência maior de machados, pontas de seta, seixos, cinzéis, maças e lâminas de enxada. Verificando-se uma clara diferenciação entre as antelas, onde surgem as pontas de seta e as cistas galegas onde surgem os outros utensílios. As sepulturas com câmara poligonal simples caracterizam-se pela maior presença de micrólitos, moinhos, lascas, seixos, enquanto nos sepulcros de corredor prevalecem setas, lascas, prismas de quartzo, machados, bolas, discos. Por sua vez os de corredor complexo distinguem-se pela presença de ídolos, contas de colar e pontas de seta (Fábregas Valcarce, 1991).

A dicotomia entre monumentos do litoral e do interior, remontando aos inícios do fenómeno megalítico acentua-se durante o III milénio, tanto na Galiza como no Norte de Portugal, podendo, de acordo com Fábregas Valcarce (1991), indicar uma dicotomia ritual mas também uma maior capacidade de mobilização de recursos em particular de matérias-primas, escassas no Noroeste que podem ser consideradas um testemunho de intercâmbios com outras áreas exteriores.

Relativamente à matéria-prima, Xoán Carlos Abad Gallego (1996), salienta que, enquanto os materiais utilizados na construção dos monumentos são os mais abundantes nas imediações, entre o espolio surgem peças e materiais provenientes de largas distancias, pelo que se poderia supor que seriam de grande valor, aumentando o significado de serem enterradas com o defunto. Alguns objectos evidenciam sinais de uso, enquanto outros parecem destinados a ser enterrados. Também no Norte de Portugal se encontram matérias-primas de origem local, regional e extrarregional, que, apesar de poderem ter sido usadas nas actividades quotidianas, foram como que desviados do seu uso tradicional ao ser incluídas no espólio funerário.

Nas últimas décadas, o estudo do material arqueológico tem sido sobretudo associado à reconstrução da vida económica[141]. Assim, entre os utensílios de natureza funcional que fazem parte do espólio tumular, uma boa parte poderia relacionar-se com atividades agrícolas, ainda que a abundância de pontas de seta aponte igualmente para a importância da caça e os utensílios de pedra polida poderiam relacionar-se com o trabalho da madeira e a desflorestação.

Entre o espólio de pedra talhada abundam as lâminas de sílex, os micrólitos geométricos[142] e as pontas de seta de base triangular[143] também em sílex, quartzo e xisto (Fábregas Valcarce, 1988 e 1991). Já entre os utensílios de pedra polida destacam claramente dois tipos de machados: um de forma geral aproximadamente retangular, grande espessura, pouca largura e secção transversal quadrada e o outro de forma trapezoidal, ou aproximadamente triangular, maior largura, menor espessura e uma secção transversal retangular ou oval (cf. do mesmo autor também os artigos de 1984); as enxós, agrupadas também em dois tipos, um de forma geral retangular, grande espessura, secção transversal em *forme de bottier* e escassa largura e outro de forma trapezoidal, ou tendendo a triangular, pouco espessa e mais larga, com secção biconvexa ou retangular; estando ainda representadas goivas, lâminas de enxada e cinzéis. Entre o espólio funerário

141 Tema tratado nos trabalhos de Peña Santos [1973], Eguileta Franco (1987) e Vázquez Varela e Pombo Mosquera (1992). Especificamente sobre utensílios de pedra talhada podem ainda ser consultados os trabalhos de Vítor Oliveira Jorge (1983-84), Fábregas Valcarce (1984, 1998b e 1991), Rodríguez Casal (1991b) ou de Eduardo Silva (2003).

142 Os micrólitos geométricos têm sido considerados indicadores da fase mais antiga do megalitismo, contudo há que levar em conta a sua sobrevivência até momentos posteriores (Rodríguez Casal, 1991b).

143 Sendo de destacar a associação ponta de seta de base triangular com os sepulcros de corredor. As pontas de seta de base reta, côncava e pedunculada são mais raras no Noroeste e mais tardias que as de base triangular e trapezoidal, pelo que se devem associar a um novo ritual de enterramento (Eguileta Franco, 1987). A sua associação com pontas de seta de grandes dimensões poderia justificar-se por uma coexistência ou pela substituição dos primeiros pelas segundas (Jorge, V., 1985).

encontram-se ainda utensílios duplos, em especial as enxós[144], os machados duplos, as maças[145] e as esferas[146], bem como outros elementos mais raros como moinhos manuais, percutores, cristais de quartzo e outros objetos que poderíamos considerar como rituais.

Já no caso da cerâmica predomina a lisa, com escassa decoração incisa, ou então com simples linhas e mamelões, de má pasta, elaborada á mão e de deficiente cocção. As formas variam desde as cilíndricas às globulares e troncocónicas, ovoides, semi-ovoides e semiesféricas. No que toca à cerâmica campaniforme estão presentes dois tipos: internacional e Palmela, com pequenas variantes e subtipos locais, enquanto a de tipo Penha perece ser de inspiração local. O primeiro tipo destaca-se por uma elaboração particularmente cuidada e pela delicada decoração geométrica com bandas pontilhadas e incisas que cobrem todo o vaso, enquanto no segundo predominam as formas curvas, numa grande diversidade de formas e a profusão decorativa com linhas bem incisas sobre a metade superior dos vasos e temática geométrica também variada[147].

Na análise que faz ao material ergológico recolhido em túmulos pré-históricos e depositado na Museo de Ourense, Eguileta Franco (1987) evidencia uma unidade técnica e formal pré-campaniforme, representada por um grupo de cerâmicas lisas de tradição autóctone, que, pelo menos em certos momentos, convivem com cerâmicas incisas, relacionada claramente com as sepulturas coletivas.

A cerâmica campaniforme tem sido assinalada tanto em monumentos ortostáticos, como em cistas e túmulos sem câmara, pelo que é difícil determinar se constitui um fenómeno de intrusão, inserção, aculturação ou continuidade das tradições propriamente

144 Que, na Galiza, surgem associadas a túmulos cistóides.

145 Com uma distribuição centrada no Norte da Galiza, estas são de interpretação bastante difícil, podendo ser objetos votivos ou de prestígios.

146 A sua associação com formas arquitetónicas mais tardias, parece situa-las cronologicamente em momentos mais avançados, sendo a sua função ainda bastante questionada, sobretudo tendo em conta a sua regularidade.

147 Sobre a cerâmica associada ao fenómeno tumular e megalítico consultar por exemplo Rodríguez Casal (1979 e 1991b), Eguileta Franco (1987) ou Vítor Oliveira Jorge (1992).

megalíticas. Parece, no entanto, claro que não representa uma rutura ou uma substituição de culturas, antes uma continuidade de utilização (Rodríguez Casal, 1991b). A presença desta cerâmica em reutilizações de monumentos parece indiciar uma nova tendência funerária que distingue o inumado, não por estruturas monumentais mas por um espólio funerário dignificante (Jorge, V., 1992). Sendo de supor que tenha surgido como objeto de prestígio e troca entre elites locais, perdendo o seu prestígio simbólico a partir do momento em que se copia.

O mesmo processo de poderia assinalar para a introdução da metalurgia, em concreto a do cobre[148]. Tendo em conta a escassez de utensílios de uso quotidiano entre estas primeiras peças metálicas e a sua parca presença em contextos domésticos, poderia deduzir-se o seu carácter sumptuário.

3.4.7. A implantação:

Partindo, uma vez mais, da noção de uma forte conexão territorial tem-se dado, na Galiza, grande destaque à questão espacial e à relação dos monumentos com o meio natural. No Norte de Portugal, ainda que se aborde com algum interesse a relação do fenómeno tumular e megalítico com o meio natural, não se tem dado o mesmo destaque à questão espacial, ainda que, na primeira metade do século XX, de forma, até então, não muito usual Cotelo Neiva (1938) demonstra interessar-se pela integração dos monumentos estudados, na região de Vila Chã, com o meio natural, traçando uma detalhada caracterização geológica da região e mais tarde Carlos Teixeira (1948) demonstre o mesmo interesse pela implantação dos monumentos de Fafe e Vieira do Minho. Nas últimas décadas a questão não tem merecido a atenção que se lhe tem dedicado na Galiza. Já que, apesar do que poderia indiciar esse interesse precoce, em finais do mesmo século continuamos a encontrar essencialmente algumas considerações vagas sobre o tema em que se destaca, a forma os monumentos megalíticos do Norte de Portugal são claramente

148 Sobre a produção metalúrgica consultar, por exemplo, Rodríguez Casal (1979, 1983 e 1991b), Fábregas Valcarce (1991 e 1995b), Beatriz Comendador (1998) ou Eduardo Lopes da Silva (2003),

dominantes na faixa litoral[149], observando-se uma rarefação gradual do seu número para o interior transmontano (Jorge, V., [s.d]), ou a sua distribuição, no Minho, tanto pelo litoral, como por zonas de maiores altitudes. Sendo no entanto veiculada a ideia de que, nesta região, os megálitos situados a baixa altitude se distinguem dos restantes pela arquitetura, pelo espólio e pelas manifestações artísticas.

No caso galego, autores como Vázquez Núñez (1901), Diéz Sanjurjo (1904) ou Federico Maciñeira (1924c) são já, nas primeiras décadas do século XX, bastante cuidadosos ao analisar a localização e a implantação destes monumentos, impulsionados, neste caso, pelo interesse que demonstram pela associação entre monumentos tumulares e caminhos antigos. Uma linha de pesquisa que após López Cuevillas (1959) ter considerado prematura essa associação a caminhos antigos foi posta de parte, para mais tarde ser retomada, deixando de parte o conceito de "caminho", logicamente difícil de comprovar para fases tão remotas e substituindo-o pelos de vias de trânsito natural ou simplesmente de mobilidade.

Os trabalhos mais recentes têm revelado inúmeras evidências de relação entre mamoas e mobilidade, parecendo haver, no megalitismo galego, uma relação entre a implantação destes monumentos e locais chave para a organização do trânsito[150]. A uma escala menor observa-se que a distribuição de monumentos obedece a linhas de transito especificas que atravessam um território e, numa escala ainda mais reduzida, que a rota assinalada pelas mamoas é a melhor para o atravessar. Por fim, quando se está perante uma mudança de direção ou um ponto onde a trajetória a seguir pode ser ambígua, a distribuição dos monumentos parece indicar a melhor opção a seguir. Pelo menos é esta a interpretação que defendem (Villoch Vázquez, Santos Estévez e Criado Boado (1997), observando que,

149 Onde se encontram as grandes necrópoles de Castro Laboreiro; Arcos de Valdevez; Monte Mozinho; Serra dos Campelos e Serra da Aboboreira.

150 Informação sobre a relação entre monumentos e vias naturais de trânsito pode ser consultada nos trabalhos de Vázquez Varela, Bello Diéguez e Criado Boado (1982b, 1982c e 1983), Vaquero Lastres (1990 e 1991-92), Criado Boado, Fábregas Valcarce e Vaquero Lastres (1990-91), Eguileta Franco (1993-94 e 1999), Bello Diéguez e Peña Santos (1995), Bello Diéguez (1996a), Criado Boado e Villoch Vázquez (1998) ou Rodríguez Casal, Gómez Nistal e Romani Fariña (1998).

neste ultimo caso, junto da mamoa que indica a trajetória que se vem seguindo um segundo monumento, marca supostamente a direção correta, pelo que o movimento poderia também explicar a relação dos monumentos dentro de um núcleo.

A associação dos monumentos com a mobilidade indica que estes constituem uma referência artificial, um complexo código de símbolos, em que está presente uma evidente função prática, mas também uma importante dimensão simbólica. Por um lado existe uma associação entre o mundo dos mortos com o caminho representando o vinculo entre a vida e a morte, baseada numa metáfora de movimento. Por outro, criam uma dramática cenografia de acesso e aproximação às mamoas como um dos recursos da construção da monumentalidade. Da mesma forma a perceção circular do espaço pode ser interpretado como uma metáfora da domesticação das imediações (cf.: Villoch Vázquez, Santos Estévez e Criado Boado, 1997 e Villoch Vázquez, 2000).

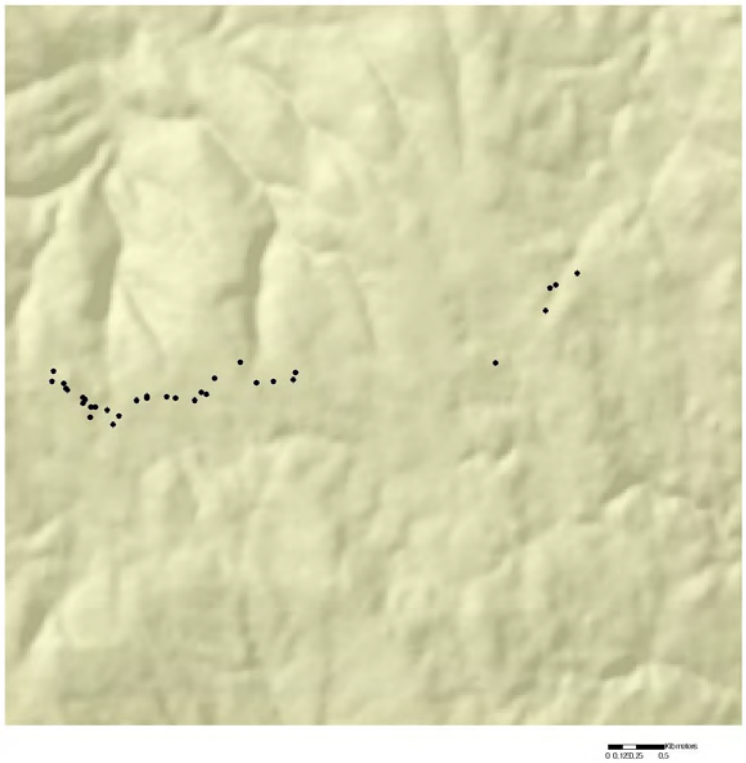


Figura 26: Abstração do padrão de implantação dos grupos de Fonte do Bido, Os Aceviñeiros, Outeiro de Augas e Penedos da Canteira.

Como bem observa Eguileta Franco (1999), na Baixa Limia, as rotas assinaladas pelos alinhamentos de mamoas comunicam nichos ecológicos diferenciados e complementários, podendo corresponder, como sugere o mesmo autor (1997a), à apropriação da rota de trânsito por meio da edificação de monumentos tumulares, ou representar, simplesmente, uma função de sinalização. Pelo contrário, para Bello Diéguez e Peña Santos (1995: 93), a vinculação das mamoas a zonas de transito, poderia indicar que se procuraram para os túmulos *"terras que por non seren de ninguén son de todos".*

Caso se corrobore o facto de todas as mamoas ou de pelo menos boa parte delas terem sido construídas junto de linhas de trânsito esta seria a principal determinante de implantação, podendo ter um importante significado religioso e cultural, podendo representar para as comunidades megalíticas uma função de intercâmbio possivelmente a nível comarcal (Bello Diéguez, Criado Boado e Vázquez Varela, 1982c), ou fazer parte de um emaranhado mais amplo que se abre em várias direções por meio do progressivo escalonamento de conexões, como propõe Eguileta Franco (1999). Contudo a interpretação de Criado Boado (1984-85) vai no sentido da existência de uma lógica comum, que designa de *tercer fator,* que impõe que todos respondam a determinadas condicionantes, mas que pode aplicar-se sobre a paisagem com soluções muito distintas. Nesta perspetiva a questão da implantação, é analisada em função de quatro ordens de fatores: geografia da mobilidade, signos naturais, referências sociais e signos culturais[151].

A relação com os elementos naturais pode ver-se em primeiro lugar com os afloramentos rochosos. Georg Leisner (1938) foi dos primeiros a apontar com a condicionante geológica, relacionada com a utilização do granito como material de construção, ou com a formação de solos erosionados, férteis e propícios para o cultivo de cereais, como um fator relevante para a implantação dos megálitos. Cerca de uma década mais tarde, López Cuevillas (1949a, 1959 e 1973) ao observar algumas caraterísticas gerais de implantação das mamoas da Galiza e Norte de Portugal no meio natural, como a preferência por locais elevados, não aproveitados para os cultivos agrícolas,

151 Conferir a propósito Criado Boado, Aira Rodríguez e Díaz-Fierros Viqueira (1986), Criado Boado e Vaquero Lastres (1993), Criado Boado (1993), Criado Boado e Fábregas Valcarce (1994) e Villoch Vázquez (2001).

independentemente de alguns casos, como o do dólmen da Barrosa, em locais junto da costa e rodeado de campos de cultivo, explica-as pela proximidade de canteiras, a facilidade de transporte, ou a necessidade de conferir visibilidade ao túmulo.

A partir desses primeiros contributos o determinismo geológico foi aceite, sem reservas, durante décadas[152], contudo, na atualidade passou a assumir-se a geologia como uma condicionante, mas não como determinante da implantação[153]. Assim a preferência pelo granito, mais que condicionar parece facilitar a escolha do local para a construção.

Por outro lado, se as investigações mais recentes têm demonstrado que as possíveis canteiras ficam geralmente nas imediações dos monumentos e apenas em casos excecionais se rejeita o material local para conseguir outro de melhor qualidade[154]. Porém, essas mesmas exceções, parecem indiciar que outros critérios de implantação deveriam ter mais peso (Eguileta Franco, 1993-94) que a proximidade dos locais de extração do material de construção. Ainda assim, mesmo nestes casos o transporte nunca foi de grande envergadura, pelo que a proximidade de fontes de extração de matéria-prima só deveria afetar a escolha do local para as grandes construções megalíticas, pelo que Bello Diéguez,

152 No final da década de setenta Filgueira Valverde e García Alén (1977) continuam a fazer referência à associação entre a implantação das mamoas com caminhos antigos ou com o uso do granítico como material de construção. Para explicar as preferências que as mesmas parecem mostrar por zonas planálticas acrescentam uma possível explicação ritual ou uma disposição ao longo dos limites territoriais. Também Vítor Oliveira Jorge [s.d] relaciona a implantação com o material de construção.

153 Vários autores têm sublinhado esta perspetiva, entre os quais Criado Boado e Rodríguez Casal (1983), Eguileta Franco (1993-94 e 1999) e Criado Boado e Grajal Blanco (1981), voltando o primeiro a abordar a questão da relação entre monumentos e geologia no trabalho desenvolvido na Sierra de Barbanza (cf.: Criado Boado, Aira Rodríguez e Díaz-Fierros Viqueira, 1986).

154 Num estudo efetuado para o megalitismo da Costa da Morte, Benita Silva Hermo, Beatriz Prieto Lamas e Teresa Rivas Brea (2010) salientam dois critérios presentes na eleição do material de construção: a tendência à separação de grandes blocos e a topografia do terreno favorável ao seu transporte desde a canteira. Este ultimo havia sido anteriormente proposto por Gérard Colmont (2002) para a necrópole de Charente-Maritime.

Criado Boado e Vázquez Varela (1985) entendem que a relação entre implantação e geologia deve entender-se numa perspetiva restritiva, em que a existência de tais condições geológicas não é sinónimo de monumento mas a sua ausência parece motivar a sua inexistência. Por outro lado, o uso de diversos tipos de material, sugere uma grande capacidade de adaptação ao meio.

Parece concluir-se que os fatores geológicos condicionam a eleição de áreas onde se podiam construir mamoas, e outro tipo de fatores religioso-culturais determinavam a eleição do local exato (Criado Boado, 1984-85). Por seu lado, Ramil Rego (1997a) nega por completo a existência de qualquer condicionante geológica ou geomorfológica baseando-se numa suposta coincidência entre superfície das áreas geológicas e a presença de túmulos. Enquanto Vaquero Lastres (1991-92) alerta para a existência de sepulturas não ortostáticas que seguem pautas de implantação semelhantes, enquanto a variedade de afloramentos forneceria um amplo espectro onde escolher o material de construção. Recentemente os trabalhos de prospeção ganharam uma crescente importância, parecendo acompanhar a diminuição do número de escavações, levando a se começassem a identificar também alguns monumentos em áreas de xisto.

O segundo fator apontado por Georg Leisner prendia-se com a constituição de solos propícios para o cultivo de cereais, associando a implantação dos monumentos com os padrões de subsistência das comunidades agro-pastoris. Ainda que relação com o meio edafológico seria mais lógica se pensada a partir de assentamentos, a maior densidade de monumentos em terras em que as condições são favoráveis à atividade agrícola poderia indiciar respaldar a posição deste autor e por outro se indicativa da proximidade desses mesmos assentamentos já que nas terras totalmente estéreis não se registam monumentos.

No Planalto Mirandês, Maria de Jesus Sanches (1986 e 1995), calcula que a distância que separa as necrópoles dos povoados, seus contemporâneos, é de cerca de 3 a 4 horas de caminhada e observa como se carateriza por uma clara contradição em termos de implantação, os monumentos *sob tumuli* a situarem-se acima dos 700m de altitude e os povoados abertos, a ocupar preferencialmente as encostas de pequenos montes entre os 500 e os 700m de altitude, onde se localizam também a maioria dos abrigos sob rocha e abrigos gravados. Contudo o *território visual* que traça para ambos coincide ao abarcar, por

norma, uma paisagem bastante diversificada. Para Vítor Oliveira Jorge (1992) esse domínio visual de um território ecologicamente diversificado poderia ser mesmo um dos fatores que leva a que estas necrópoles se implantem preferencialmente em locais elevados de grande destaque na paisagem.

Por sua vez, Eguileta Franco (1993-94, 1997a e 1999) observa, na Baixa Limia, a tendência para a concentração de monumentos sobre dois tipos de solos com potenciais económicos antagónicos: terras pardas, amplamente cultivadas, e solos ácidos, idóneos para a formação de prados naturais. Assim, no Megalitismo Inicial a implantação das sepulturas está relacionada com meios onde se conjugam boas condições para ambas práticas económicas, enquanto, no Megalitismo Pleno os monumentos se relacionam com terras agrícolas e no Megalitismo Final mostram novamente uma dualidade de opção. Observa igualmente a presença de mamoas sobre solos pobres para ambas as atividades.

O surgimento em zonas de vale de monumentos mais desenvolvidos e com espólio mais completo, poderia assinalar uma intensificação agrária, possivelmente acompanhada da difusão de um arado ligeiro e praticas iniciais de fertilização (Criado Boado, 1988). Caberia ainda supor a existência de distintos modelos de assentamento, mediante a capacidade produtiva do território, o grau de desenvolvimento técnico e de estruturação social de cada comunidade e, por outro lado, ponderar se é a presença do habitat que condiciona a implantação das construções funerárias ou vice-versa.

Independentemente da forma como se estabelece, a relação entre espaço funerário e espaço doméstico tem sido defendida, com base em distintos indícios, sendo apenas um deles, o que se acaba de expor. Entre os indícios que suportam uma possível proximidade entre ambos os espaços e mesmo da existência de uma relação visual direta com os túmulos, encontram-se as evidências de atividade de tipo económico ou doméstico nas proximidades de monumentos tumulares, a presença de dormentes de moinhos manuais e pólen de cereal nesses mesmos monumentos. Aceitando estes argumentos poder-se-ia explicar, a localização das mamoas em terrenos elevados em que a massa tumular se recorta sobre a paisagem com uma função de demarcação territorial.

O diálogo que esta arquitetura estabelece com a paisagem parece indicar que o túmulo era um importante ponto de referência da comunidade que o construiu (Criado Boado,

1984-85). A implantação das mamoas da margem direita da ria de Pontevedra, em divisórias de águas, que atuam como limites territoriais, parece relacionar-se, na perspetiva de Aparício Casado (1988), com a necessidade de demarcar territórios por parte de sociedades nómadas[155].

Em ultima análise tanto como suporte da delimitação territorial ou da condicionante edafológica aponta-se um outro fator chave para explicar a implantação dos monumentos megalíticos: a visibilidade[156]. No primeiro caso aludindo-se à visibilidade reforçada que estes apresentam tirando partido da sua caraterística relação com a paisagem e no segundo à forma como, devido, uma vez mais a essa relação, a partir dos monumentos se abarca uma ampla bacia visual. A visibilidade pode mesmo ser um dos fatores que justificam, como defende Antón Rodríguez Casal (1990c e 1991b) a sua construção em locais afastados das canteiras.

Pode ainda, como defende Vaquero Lastres (1993c) relacionar-se com as possíveis vias de trânsito acima abordadas, já que uma das condicionantes da perceção é que exista um sujeito que as perceba, podendo este assumir uma postura estática, associada aos locais de habitação, ou dinâmica, associada às áreas de deslocação. As arquiteturas tumulares ou a elas associadas parecem, em seu entender, participar de estímulos visuais em que a mobilidade está subjacente.

A relevância da visibilidade estaria assim associada não só a questões de implantação, mas poderia igualmente justificar algumas particularidades arquitetónicas. Assim, os monumentos situados em locais de visibilidade atenuada apresentariam volumes que lhes conferem monumentalidade realçada, indiciando que esses locais deveriam ser obrigatórios ou pré-determinados segundo os critérios de seleção espacial dos seus construtores (Eguileta Franco, 1993-94 e 1999). É esse o caso, por exemplo das mamoas situadas em cumes, que gozando *a priori* de uma posição privilegiada não necessitam de volumes muito potentes. Por outro lado, as mamoas situadas em zonas planálticas são as que oferecem,

155 Coincidindo neste ponto com a postura de Xoán Carlos Abad Gallego (1996).

156 Conferir para o Norte de Portugal, os trabalhos de Ana Bettencourt e Teresa Rebelo (1988-89), ou de Maria de Jesus Sanches (1986 e 1995).

na Baixa Limia, maior variedade volumétrica, já que esta posição se carateriza por uma neutralidade monumental, sendo o volume e a altura dos monumentos os elementos chave para que este se destaque visualmente. Neste caso as diferenças construtivas associar-se-iam com uma hierarquização ou distinta importância das mamoas para o trânsito, ou com a proeminência das comunidades que as constroem no controle simbólico e real desses lugares de passagem fundamentais.



Figura 27: Mamoa 5 de Chão da Escusalha.

A visibilidade traduz, assim, a lógica monumental do túmulo. A sua construção num determinado local cristaliza os valores simbólicos vigentes. A implantação é a forma concreta de dotar um monumento de valor simbólico pela sua associação com valores naturais ou antrópicos da zona. Mas, como alertam Vázquez Varela e Pombo Mosquera, (1992), tomar a visibilidade como um elemento simbólico implica forçosamente a necessidade de trabalhos de limpeza e manutenção os *tumuli* que impedissem que os mesmos fossem invadidos pela vegetação.

O monumento megalítico pressupõe uma inter-relação inovadora entre um grupo social e o conceito espaço-tempo, já que não são simplesmente túmulos mas são acima de tudo monumentos, são pensados para serem vistos, o que supõe que a sua presença se impõe sobre o espaço envolvente (Criado Boado, 1988).

Uma análise detalhada dos padrões de implantação de monumentos megalíticos, expressão duma paisagem neolítica e dos petroglifos (paisagem da Idade do Bronze), em especial das suas condições de visibilidade e visibilização permitem identificar regularidades que mostram a intencionalidade na organização do território (Villoch Vázquez, Santos Estévez e Criado Boado, 1997, Fábregas Valcarce, Carballo Arceo e Villoch Vázquez (1999) e Fábregas Valcarce, 2012).

O peso que a visibilidade parece ter na implantação das mamoas indicia, por outro lado, condicionantes que vão além da simples influência do meio físico. Certamente entrariam em consideração nesta implantação fatores rituais e culturais. Estes monumentos não são construídos exclusivamente como um espaço para os mortos, mas são também um elemento que limita e define o território dos vivos.

Por fim é necessário ter em conta que a presença de monumentos constitui referência para a construção de novos monumentos, levando à formação de necrópoles (Vaquero Lastres, 1990 e 1991-92). Estas têm sido uma das tendências mais assinaladas para os monumentos do Norte de Portugal, com interessantes relações entre monumentos do mesmo grupo: como alguns alinhamentos ou a existência, nas grandes necrópoles, de um monumento de grandes dimensões, numa zona privilegiada em termos de visibilidade em relação aos restantes, parecendo indicar a existência de relações hierarquizadas entre os diferentes monumentos.

As necrópoles são o eixo de tradições de enterramento que perduram durante um período de tempo muito vasto. Normalmente aí foram realizados enterramentos, em novos monumentos ou reutilizados os já construídos. Partindo do princípio que o enterramento nestes monumentos era apanágio de uma elite social, os processos de monumentalização ligar-se-iam intimamente com uma tentativa de valorização desse mesmo grupo social, através de "*toda uma complexa teatralização da morte*" (Jorge, V., 1991: 9).

Não estão, porém, completamente ausentes, os monumentos isolados, sendo estes mais frequentes no litoral minhoto, sendo também observada, na região transmontana, uma certa tendência para concentrações mais pequenas, na ordem dos dois a cinco monumentos por núcleo.

Em jeito de conclusão, observa-se como com o avanço dos estudos razões de distinta natureza foram sendo apontadas como explicação para a distribuição diferenciada das necrópoles e mesmo para a sua organização espacial. Condicionantes de índole geológica, edafológica, topográfica, económica, social ou ritual, podê-la-iam, na ótica de distintos autores, mas possivelmente a explicação mais razoável se encontre na interação entre todas estas condicionantes, sem por de parte que umas possam ter maior peso que outras. A sociedade construtora de monumentos tumulares seria diversificada, pelo que não tem muito sentido procurar um critério de implantação único e definitivo.

3.4.8. Arquitetura Megalítica:

Até à década de trinta do século XX a questão construtiva não foi devidamente explorada. Foi necessário esperar que as escavações se tornassem mais frequentes e integrassem métodos rigorosos, colocando à disposição dos arqueólogos um corpo de dados suficiente, para permitir hipóteses interpretativas no âmbito construtivo. Até esse momento, sobre temas construtivos apenas se tecem esporádicas conjeturas e se registam dados relativos a medidas dos esteios, forma como estes são colocados, sistema de cobertura e materiais de construção utilizados[157].

A partir das décadas de quarenta e cinquenta o interesse pela questão construtiva torna-se mais evidente, abarcando temas como o processo de construção considerando-se que passaria pela abertura de um buraco circular no local de construção, formando, com a terra resultante da preparação do terreno, um terrapleno que ajudaria à colocação das

157 José Fortes (1901), Vázquez Núñez (1901), Henrique Botelho (1901) e López Cuevillas (1926) são alguns dos autores que demonstraram interesse pela questão construtiva, no primeiro quartel do século XX.

lajes da câmara[158]. Outras soluções passariam, como destaca López Cuevillas (1959 e 1973), pela abertura de uma vala para esse efeito, pela elevação da mamoa, deixando um espaço vazio no centro onde colocariam posteriormente os esteios da câmara, pela colocação dos mesmos apenas fincados no solo natural e não enterrados nele.

Estes esteios, apresentam muitas vezes fossas de implantação pequenas demais para o tamanho dos blocos, mesmo quando cunhados com pedra de pequenas dimensões. A chave da sua estabilidade encontra-se, assim, numa estrutura em jeito de contraforte formando uma cintura de pedras em volta da base dos esteios, ou numa estrutura idêntica de pedras imbricadas mas de grandes proporções. Estas conjuntamente com a pressão exercida pela cobertura mantinham-nos em posição. De seguida completar-se-ia a construção da mamoa, à que se seguia a colocação da laje de cobertura.

Vítor Oliveira Jorge (1983-84) identifica em algumas mamoas do Norte de Portugal um nível escuro e humoso, selado por uma fina camada de saibro calcado, sobre a qual assentam os contrafortes da estrutura ortostática, mas não consegue decifrar o seu significado, associando ao processo construtivo. O mesmo tipo de estrutura foi identificada por Antón Rodríguez Casal (1988, 1998 e 1991b) na necrópole megalítica de Parxubeira, interpretando-a simultaneamente como pavimento e como isolante das humidades.

Neste sentido, Xoán Carlos Abad Gallego (1992-93 e 1996) defende que, durante preparação do terreno, a terra superficial era removida até atingir a rocha base que se trabalha para conseguir uma superfície horizontal. Por cima desta seria então colocado esse pavimento, que em alguns casos seria mesmo reforçado por um enlousado de pequenas pedras.

Atualmente o que se conhece sobre o processo construtivo ressalta a imagem de complexidade associada ao próprio monumento. A escavação das mamoas D`Alagoa e M1

158 Nas proximidades de Chan da Arquiña Sobrino Lorenzo-Ruza (1956b) identifica três recintos circulares com uma ligeira convexidade, que interpreta como preparações ou consagrações do terreno para a construção de novos tumuli.

do Castelo (Jou, Murça)[159] permitiu a identificação de distintas fases construtivas. Para além destas fases de preparação, de colocação dos esteios e das terras que compõe a massa tumular. Em ambos os casos antes da colocação da couraça a massa tumular foi coberta de lenha a que se ateou fogo, tendo ficado em combustão durante vários dias. Sobre as brasas ainda vivas teriam sido colocadas as primeiras pedras da couraça, sobre as quais se continuou a realizar fogo até que a estrutura pétrea ficou concluída. Neste casos, além da ação ritual o fogo proporcionaria uma rápida consolidação do solo argiloso do *tumulus.*

Em M1 do Castelo a presença de fogo foi identificada desde o primeiro momento, podendo explicar-se como parte do processo de limpeza do terreno, ou como uma ação ritual, que poderia justificar a presença de artefactos entre a terra enegrecida (Sanches, Nunes, e Silva, M., 2005). Mais de meio século antes, já Maciñeira (1929), ao escavar a Mamoa da Mourela, encontrara grande quantidade de carvão vegetal, que supõe resultar de uma das fogueiras acesas após a colocação das lajes da câmara, uma prática da qual encontra vestígios noutros monumentos da bacia superior do Eume, associado a sepulturas de distintas tipologias. Esta evidência, comprovada noutros sepulcros[160], em estruturas bem delimitadas ou em "*(…) queimadas mais extensas, denunciadas por camadas de carvões, e até pedras carbonizadas, na base de alguns dos tumuli*" (Jorge, V., 1983-84*:* 38), poderia reforçar uma ou mesmo ambas as hipóteses apontadas para M1 do Castelo.

3.4.8.1. A massa tumular

Federico Maciñeira foi dos primeiros investigadores a dar importância à composição da massa tumular, descrevendo, por exemplo, a disposição em capas alternadas de terra e pedra, as distintas colorações das terras que a compõem, em geral bastante humosas e

159 Conferir com Sanches, M.J.; Nunes, S. e Silva, M., 2004 e Sanches, M.J.; Nunes, S. e Silva, M., 2005.

160 Em M1 de Chan da Cruz (1984) e M1 de As Rozas (1985b) Patiño Gómez identifica fogueiras, com uma função operativa, mas também outras de caráter ritual.

finas supondo-se que seriam deliberadamente escolhidas. Em consonância com o que viria a ser observado em escavações posteriores.

No que se refere à sua composição, as mamoas minhotas e galegas inserem-se nas tipologias mais conhecidas, sendo essencialmente constituídas por terras ou por terra e pedras, sendo excecionais os monumentos de tipo cairn[161]. Em casos específicos, como no da Mamoa de Aspra, os sedimentos de tipo argiloso, favorecendo a compactação das terras, dispensaria a colocação da couraça lítica[162]. Esta particularidade prova, no entender de Eduardo Jorge Lopes da Silva (2003), a existência de um saber consolidado pela experiência, associado a um saber consolidado pela experiência, associado a uma natural economia de esforço.

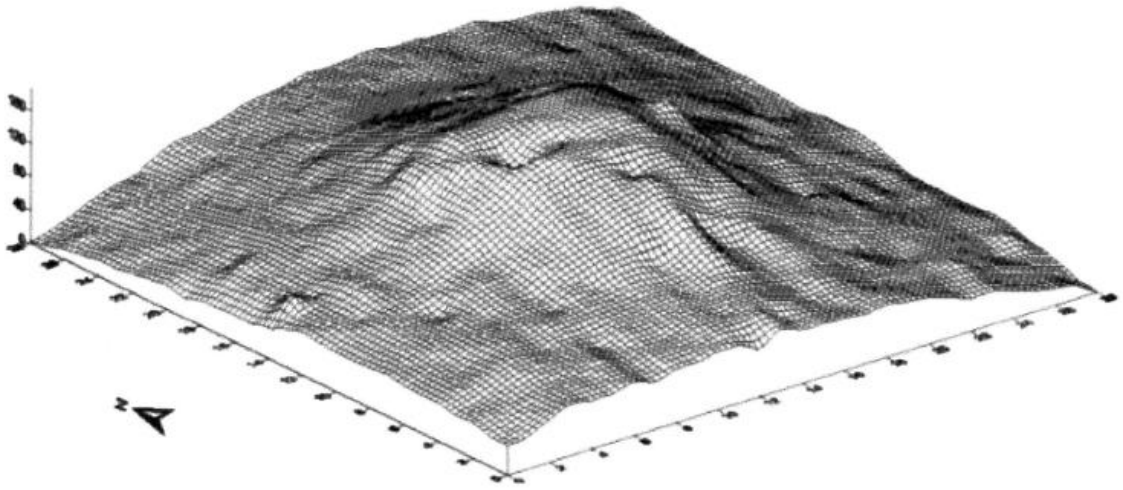


Figura 28: Mamoa d`Alagoa, vista em perspetiva Wireframe (Sanches, Nunes e Silva, 2004: 30).

Relativamente aos elementos térreos, têm-se debatido duas teorias contrárias. De um lado encontram-se os arqueólogos que, como defendia Maciñeira, defendem que as terras eram efetivamente selecionadas e do outros os que acreditam que recorria às terras disponíveis na envolvente do local de construção. Veja-se como, por exemplo, Ramón

161 Consultar para o caso galego López Cuevillas (1973).

162 Conferir igualmente em Bettencourt, Lemos e Araújo (2003).

Sobrino Lorenzo-Ruza (1956a) defende que a utilização de terra vegetal, que no interior da sepultura escavada em Chan de Arquiña, se trataria efetivamente terra de cultivo, seria um costume ritual, implicando a seleção de terras procedentes das parcelas cultivadas. Por sua vez, os *tumuli* da necrópole de Peinador-Galiñeiro que foram objeto de escavação por parte de Xoan Carlos Abad Gallego (1993 e 1995), compõem-se de terras que não parecem corresponder ao terreno envolvente. Estas terras teriam sido, selecionadas e transportadas possivelmente por se revestirem de significado especial, devido à sua coloração ou acentuada acidez, que potenciaria o processo de decomposição dos restos mortais. Por sua parte, Vítor Oliveira Jorge (1983-84 e 1984b) salienta para os monumentos tumulares da Serra da Aboboreira a utilização de terras de origem local.

O revestimento pétreo, quando ocorre, pode revestir todo o monumento, formando uma couraça lítica ou pode apenas rodeá-la perifericamente (coroa circular) (Jorge, V., 1987). Nalguns destes monumentos, aparece na sua parte média um "*círculo lítico, constituído por blocos ou lajes de média e grande dimensão e, por vezes, de granito de tipo diferente do utilizado na cobertura superficial das terras que o constituem*" (Cruz, 1988:20), que Maciñeira (1947) interpretara, anos antes, como indicativos da condição social do inumado e aos que Antón Rodríguez Casal (1988 e 1991b) atribui uma dupla função, enquanto elemento estrutural e delimitador do espaço funerário.

Na Baixa Limia Eguileta Franco (1999) regista a presença de couraças em cerca de 50% dos casos, podendo, também aqui, apresentar distintas morfologias: cobrindo parcialmente a massa tumular, sendo em geral mais densas e reforçadas no sector setentrional; cobertura total da massa tumular, com uma morfologia semelhante à dos *cairns.* Um sistema menos frequente seria formado por um amontoado gradual de pedras de grande tamanho com relação ao volume da massa tumular até formar um conjunto escalonado.

A colocação de um revestimento lítico sobre a massa tumular, obedece a uma necessidade de ordem funcional, cumprindo uma função de revestimento, proteção e suporte da massa tumular, suportando as forças centrífugas do sepulcro e assegurando a sua estabilidade (Rodríguez Casal, 1988, 1991b e 1997). Porém não se resume a uma função mecânica, já que, atendendo a que simultaneamente esconde e, ao mesmo tempo, assinala a presença da câmara funerária (cf.: Patiño Gómez e Peña Santos, 1984), ainda que em sentido contrário Abad Gallego (1992-93 e 1996a), alegue que apesar de algumas

couraças compostas maioritariamente de quartzo branco pareçam confirmar este último aspeto, a abundancia na envolvente de grandes quantidades de pedras relativizaria esta função.

Em termos formais as mamoas apresentam forma de um casco esférico ou semiesférico, podendo encontrar-se, com carácter excecional, formas ovais, mais alargadas[163], ou apresentando numa das suas extremidades uma concavidade pronunciada que Cuevillas (1959 e 1973) relacionava com enterramentos sem estrutura pétrea interna.

Nas últimas décadas, a ideia do *tumulus* como elemento unificador foi posta de parte, pois cada vez são mais as evidências de que, também este, partilha do polimorfismo que antes se identificava exclusivamente com as estruturas ortostáticas, afirmando-se a complexidade construtiva e ritual da massa tumular.

3.4.8.2. Estruturas internas:

No que se refere às estruturas pétreas tem-se verificado que as rochas empregues na construção dos monumentos megalíticos galegos são sempre de boa esfoliação natural. Característica que poderia condicionar as dimensões das lajes, formadas por blocos naturais ou lajes extraídas com recurso a uma arcaica técnica de corte através de cunhas de madeira (Bello Diéguez, Criado Boado e Vázquez Varela, 1984). Como bem observava Cuevillas (1973) uma vez extraídas não se emprega grande esforço tendente a contrariar as propriedades naturais da rocha, podendo eventualmente casos afeiçoar-se a superfície para facilitar a união.

No estado atual dos conhecimentos é impossível determinar, de forma segura, o método de transporte empregue para salvar as distâncias entre a canteira e o lugar de construção, discutindo-se a viabilidade de sistemas de arraste ou de rolos, o emprego de animais no processo de transporte ou o recurso sistemas de cooperação inter-grupal. Por

163 As investigações mais recentes confirmam a forma semiesférica, com diâmetros que oscilam entre os 15 e os 25-30m (Rodríguez Casal, 1991b).

outra parte, atendendo às dimensões médias dos monumentos e ao recurso a material de origem local parece perceber-se uma lógica de minimização de esforços.

No ponto dedica à tipologia foram já abordadas questões relativas às distintas soluções formais adotadas para as estruturas internas no que se refere à planta e alçado das mesmas e ao polimorfismo que estas evidenciam pelo que seria contraproducente reiterar estas questões. Devemos contudo abordar alguns elementos e características arquitetónicas não diretamente associadas a questões tipológicas.

Em primeiro lugar cabe destacar o grande interesse que as investigações das últimas décadas têm dedicado às estruturas de acesso. Já José Fortes, no estudo que faz no início do século XX, à necrópole de Sales, salientava a variável orientação dos monumentos tumulares, enquanto Virgílio Correia (1913) e Serpa Pinto (1931) registavam a preferencial orientação nos monumentos megalíticos do corredor para nascente. Nos trabalhos mais recentes têm-se identificado sepulturas de corredor com estruturas de acesso bastante complexas, situadas por norma no ângulo E-SE do monumento.

A interrupção da massa tumular em frente da entrada da câmara dá, nalguns casos, lugar a um espaço horizontal pavimentado que, Vítor Oliveira Jorge (1983-84) insere num novo tipo, presente na região norte, a que deu o nome de *dólmen com vestíbulo*. Nestes casos a entrada encontra-se marcada não por uma galeria mas por duas lajes baixas, uma de cada lado da entrada.

A associação de filas de pequenos ídolos a essas estruturas de acesso, prolongam a linha imaginária que assinala o exterior da couraça e parecem evidenciar um maior peso ritual desta área, onde Fábregas Valcarce e Vilaseco Vázquez (2004) assinalam frequentes remodelações.

A presença destas estruturas de acesso, incorporam às três dimensões arquitetónicas básicas (altura, largura e comprimento) a dimensão tempo, mediante a passagem da entrada exterior ao corredor e deste à câmara funerária. O espaço interior pode considerar-se esteroforme, ainda que hierarquicamente a direção definida pelo eixo do corredor seja a mais importante. É nesta dialética dentro-fora que radica uma das especificidades do fenómeno megalítico, com uma segmentação do espaço e uma utilização diferenciada do mesmo, desde os rituais de entrada e passagem, até à inumação propriamente dita na

câmara mortuária. Devido à aspiração da humanidade à eternidade a morte é vista como um ritual de passagem, uma viagem que deve ser preparada com uma série de atos rituais que, na opinião de Antón Rodríguez Casal (2002) propiciam o contacto com as divindades, asseguram a sobrevivência dos vivos e garantem a ordem social.

Por outro lado, após os trabalhos de Michael Hoskin (2001 e 2008), fica provada uma orientação solar destas estruturas de acesso, coincidindo com a orientação nascente ou ligeiramente a sul desse ponto[164], facto que dá corpo á hipótese de uma orientação determinada pelo nascer do sol no dia em que se inicia a sua construção.

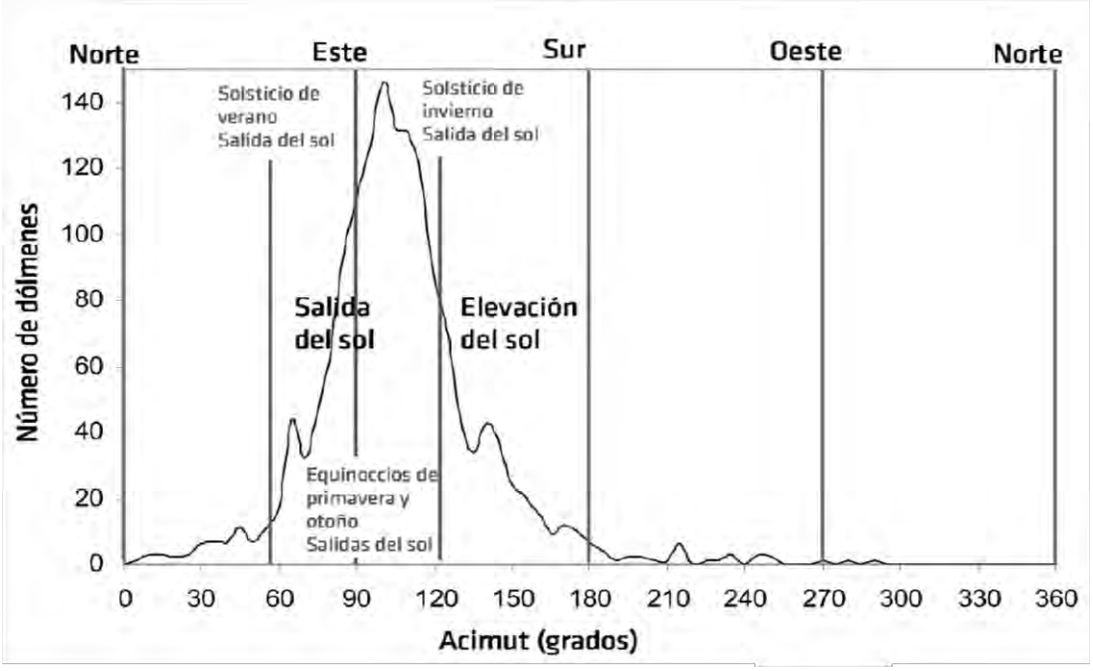


Figura 29: Orientações de 1542 tumulos da Peninsula Ibérica e da região francesa de Causses, excluindo Ardèche e Gard (Hoskin, 2008: 89).

Outra perspetiva que tem vindo a ser estudada é da possibilidade de uma relação mais intrínseca entre as estruturas internas e as caraterísticas da massa tumular. Perante o polimorfismo das estruturas ortostáticas, Vítor Oliveira Jorge (1980) encara o *tumulus* como

164 No decurso dos seus trabalhos na Península Ibérica, Hoskin, apenas encontra uma exceção a esta regra nos megálitos catalães, onde se propôs recentemente (cf.: Tarrús I Galter, 2010) que a orientação poderia variar com a tipologia.

um elemento estruturalmente solidário com as estruturas internas, variando em função da arquitetura geral dos monumentos, dos rituais funerários e do próprio significado simbólico das sepulturas. Por outro lado esta relação não se limita, como se acreditava no século XIX, a uma conexão direta entre os volumes dos *tumuli* e as tipologias das câmaras. Eguileta Franco (1995) apenas encontra, na Baixa Limia, relação direta entre alturas baixas e volumes pequenos nas mamoas que encerram pequenas cistas retangulares.

Por sua vez, Criado e Fábregas (1989)[165] destacam a forma como a dialética entre câmara e massa tumular (espaço interno/espaço externo) varia com o tempo. Num primeiro momento esta é favorável à monumentalidade do *tumulus*, para, em finais do IV milénio, começar notar-se uma tendência para a redução da massa tumular face a um aumento de dimensões da própria câmara. O espaço começa a abrir-se à envolvente, com o gradual desenvolvimento de estruturas de acesso. A partir de meados do III milénio a lógica altera-se novamente com a perda de monumentalidade de ambos elementos em termos de dimensões e complexidade. O monumento volta a transformar-se num espaço fechado.

A possibilidade de remodelações, adições ou modernizações, é outra interessante perspetiva que tem vindo a ganhar destaque, nas últimas décadas, indicando-nos *"(…) la presencia de una arquitetura viva y en transformación, que rompe bastante con a imagen inmovilista que nos solemos hacer de las sociedades primitivas"* (Fábregas Valcarce e Vilaseco Vázquez, 2004:84). Exemplos, ainda que não tão evidentes como os apontados para outras regiões atlânticas (cf.: Laporte, 2010), têm também sido identificados entre nós.

Exemplos como o de M5 de Cotogrande, permitem pensar num processo sequencial bastante dinâmico, em que o monumento está em constante evolução (Abad Gallego,1992-93 e 1995). Mesmo naqueles, em que estas adaptações não se assinalam, há que ter em conta alterações construtivas, associadas ao momento final de utilização do sepulcro, conhecidas como estruturas de condenação[166] (Cruz, 1988).

---

165 Criado Boado volta ao tema num outro artigo publicado no mesmo ano (1989).

166 Em alguns dólmenes de corredor, do Norte de Portugal, a entrada era selada com uma laje de pequenas dimensões, surgindo, nalguns casos, no exterior do corredor, estruturas de pedras

Estes processos de ampliação, remodelação ou adaptação parecem demonstrar que o mesmo monumento desperta o interesse de comunidades em constante evolução, tal circunstância pode interpretar-se com o peso de uma tradição secular que é reelaborada e manipulada na qualidade de superestrutura ideológica a fim de perpetuar uma imagem de estabilidade (Fábregas Valcarce, 1995b). Assim, haveria que levar em conta o lapso de tempo de pelo menos 2000 anos em que se constroem sepulturas tumulares e a utilização das mesmas por um período de mais 1000 anos.

O túmulo não deve ser interpretado como algo espontâneo (Vaquero Lastres, 1993b), sendo necessário levar em linha de conta possíveis variações regionais ou mesmo soluções de grupo, bem como ponderar a possibilidade de que as estruturas internas fossem construídas com diversos materiais[167], dos quais apenas a pedra é atualmente percetível, e que a ausência de algum desses elementos pode alterar drasticamente a perceção formal de uma estrutura. "*Algumas mamoas têm revelado, nas* proximidades da câmara funerária, buracos abertos no saibro" (Cruz, 1988: 23), que poderiam indiciar construções feitas com materiais perecíveis, integradas sobre os próprios dólmenes, ou nas suas imediações.

3.4.9. Representações Artísticas:

Resulta claro que os megálitos constituem um conjunto que não pode ser lido apenas na perspetiva construtiva, uma vez que todos os seus elementos se revestem de um importante carácter ritual e simbólico. Um dos elementos onde é possível inferir esse carácter ritual e simbólico de forma mais direta é a arte. Hugo Obermaier, em 1923, foi dos primeiros a atribuir à arte megalítica galega uma maior antiguidade, face à arte rupestre. Na sua perspetiva, esta ultima poderia mesmo ter usado a primeira como fonte de inspiração,

---

mais complexas, como no de M1 do Castelo em que o vestíbulo e a base do corredor intratumular foram selados com cristais, enquanto era realizado fogo. Os esteios do vestíbulo foram tombados para o interior e procedeu-se à colmatação total do espaço (Sanches, M.J.; Nunes, S. e Silva, M., 2005). O mesmo tipo de estrutura tem sido identificado noutras regiões da península, vaja-se por exemplo, os casos estudados por Maria Teresa Andrés Rupérez (2000).

167 Conferir com segundo Jacobo Vaquero Lastres (1993b) e Domingos Cruz (1988).

conservando alguns dos seus motivos. Ao mesmo tempo desvincula ambas as manifestações artísticas do mito celta. Outro passo importante foi dado por López Cuevillas e Bouza Brey (1929) ao, apesar de defenderem, também no campo da arte, a existência de relações atlânticas, destacam algumas características específicas que revelam a unidade do grupo galaico-português. Também Mendes Correia chamara, em 1928, a atenção para os paralelismos com a Galiza no que se refere á arte megalítica do Norte de Portugal.

Também neste campo os Leisner constituem uma referência incontornável. Em 1934 Georg publica *Die Malereien des Dolmen Pedra Coberta,* um relatório de escavação que pode ser considerado o primeiro estudo sério sobre estas manifestações artísticas na Galiza. Mas o seu principal contributo foi, também neste caso, metodológico, com a realização das primeiras análises de composição de pintura megalítica.

A partir dos anos setenta o estudo da arte megalítica conheceu um grande desenvolvimento, descobrindo-se novos monumentos com manifestações artísticas, revendo-se os dados anteriores e, já no final da década, publicam-se de importantes obras de síntese. Enquanto a década seguinte arranca, com a publicação, em 1981, da obra de Elizabeth Shee Twohig, que estabelece a pauta sobre a qual o tema tem sido interpretado ao longo de quase duas décadas. Em primeiro lugar a de que existe uma dicotomia entre pintura e gravura, sendo a primeira uma manifestação quase exclusiva da Península Ibérica sendo mais comum no Norte de Portugal, também mais naturalista e antiga, enquanto a gravura com um nível de esquematização maior, seria mais recente[168].

Outra ideia, já presente na obra de Serpa Pinto (1931), retomada por Shee (1981) é a de que este seria um fenómeno exclusivo do Noroeste Peninsular e associado à tipologia dos dólmenes de corredor. Porém, as investigações mais recentes, com datações de vestígios

168 Nos monumentos, a Norte do Douro, em que as duas técnicas se combinam, é evidente que a gravura antecede a pintura. Em Dombate a identificação de gravura numa lousa tapada pela imbricação da laje seguinte parece apontar para a realização das mesmas ou de uma parte delas foram antes da sua colocação in situ (cf.: Shee e García Martínez, 1973).

orgânicos de pintura[169] revelam que se, em geral, as datações obtidas são consistentes com as apontadas para o surgimento dos dólmenes de corredor, embora algumas apontem para momentos mais tardios, as primeiras manifestações de arte parietal acompanham no Noroeste da Península Ibérica o surgimento das primeiras estruturas arquitetónicas, pelo que se encontra intimamente ligado com o fenómeno megalítico (Bello Diéguez, 1996c) e não exclusivamente com a tipologia de dólmen de corredor.

Na Península Ibérica, Elizabeth Shee (1981) regista um total de 42 dólmenes onde haviam sido identificadas pinturas e gravuras[170], concentrando-se na região Centro e Noroeste, os quais organiza em dois grandes grupos: o de Viseu e o Miscelâneo.

No primeiro os motivos mais importantes são: figuras humanas, esqueomorfos, filas de triângulos ou *V*, motivos serrados, linhas radiais ou entrecruzadas, anéis com remates curvados para o exterior e serpentiformes verticais. Neste grupo situa-se a principal concentração de pintura.

O aparecimento de manifestações artísticas em monumentos estudados após a publicação da obra de Shee colocam em causa as fronteiras definidas para o Grupo de Viseu, ao demonstrar que a pintura seria frequente nos dólmenes galegos (Bello Diéguez 1996c e 2005; Carrera Ramírez, 2002 e 2006). No Alto Minho, Eduardo Jorge Lopes da Silva (2003) assinala a presença de um zoomorfo gravado em S. romão do Neiva 1 e de um antropomorfo, na mesma anta e de outro na mamoa de Eireira.

Na maioria dos casos os vestígios de pintura consistem apenas em pequenos traços pouco significativos. No entanto, é evidente que parece haver tanto técnicas de preparação prévia do suporte, como aplicações diretas de pintura sobre a pedra, mediante processos

169 Carrera Ramírez e Fábregas Valcarce (2002 e 2006) destacam a datação de vestígios orgânicos de pintura em quatro monumentos galegos, nomeadamente a Mámoa do Monte dos Marxos (4340-3970 a.C.), a de Pedra da Moura (3960-3640a.C.), Pedra Cuberta (3960-3655a.C.) e Casota do Paramo (3765-3105 a.C.).

170 Trinta e quatro seriam dólmenes de corredor, os restantes oito seriam vestígios não comprovados devidamente (Shee, 1981).

repetidos ao longo de séculos, que parecem ser tão complexos e envoltos de caracter ritual que poderiam, segundo Carrera Ramírez e Fábregas Valcarce (2003)[171] obedecer a uma série de atos cerimoniais ou simbólicos.

Num âmbito mais técnico, parece concluir-se, que a distribuição geográfica de determinadas técnicas se relaciona com o tipo de pedra existente na região e as análises de pigmentos mostram a sua homogeneidade e a proveniência autóctone dos seus componentes. Ainda que surgiram alguns, cuja obtenção pressupõe o transporte/troca de bens a longa distância.

No segundo grupo, em concreto nos monumentos galegos, Cuevillas e Bouza Brey (1929) haviam identificado seis tipos de motivos: signos que interpretam como representações de machados, à qual Elizabeth Shee viria a chamar *The Thing*; círculos simples ou concêntricos; linhas sinuosas, círculos raiados (helioformes); figuras antropomorfas esquemáticas; figuras antropomorfas estilizadas, sendo dominantes os traços ondulados (serpentiformes) e semicírculos, triângulos e ziguezagues, com a divisão da superfície decorada em zonas (López Cuevillas, 1948a). Elizabeth Shee acrescenta para o *Grupo Miscelâneo* os motivos em U, cruzes e facas.



Figura 30: Gravuras na pedra de cabeceira da Mamoa 2 de Outeiro do Ferro.

171 Este tema foi recentemente retomado por Carrera Ramírez (2006b).

Também no que se refere à noção de que os motivos aparecem, no grupo miscelâneo, dispostos sem ordenação aparente, se tem vindo a verificar combinações de motivos gravados, como os ondulados paralelos recobrindo toda a laje, em disposição vertical, horizontal ou mista. E na pintura a tendência para apresentar composições de conjunto, com rebordos laterais e compartimentação em vários frisos sobrepostos na vertical dentro de cada uma das lousas. Se não surge em todas as lajes do monumento, a pintura concentra-se na pedra de cabeceira e nas lajes contíguas, sendo, a primeira, a que apresenta uma maior complexidade decorativa, tal como aponta Bello Diéguez (2003 e 2005).

Segundo este autor, identificam-se duas tendências, que podem, no entanto estar presentes, inclusive, na mesma laje, a mais importante expressa a tendência para a geometrização do espaço pictórico e motivos planos que se organizam em painéis e por vezes em composições complexas que abarcam a totalidade do monumento. A segunda tendência, ainda que minoritária, e centrada na área de Viseu, diz respeito ao surgimento de motivos figurativos e composições dinâmicas.

No que concerne á interpretação, López Cuevillas via nestes motivos representações dos indivíduos aí sepultadas e uma forma de idolificação das pedras dos monumentos com objetivos de proteção. Sendo notória a relação entre as figuras pintadas ou gravadas e os ídolos de tipo cilíndrico ou de placa[172], que se encontram entre o espólio funerário destes monumentos.

Por sua vez Elizabeth Shee divide os motivos em três grupos: naturalistas (animados[173] e inanimados[174]), ídolos e motivos geométricos[175].

---

172 As chamadas estátuas-menir deveriam também desempenhar uma função comemorativa ou religiosa, possivelmente de proteção do sepulcro ou dos mortos.

173 Neste subgrupo aparecem as representações da figura humana e de animais.

174 Incluem os esqueomorfos, o pente, a possível representação de facas, bastões e *The Thing*.

175 Neste grupo inclui os serpentiformes, apesar destes serem muitas vezes interpretados como representações de serpentes, bem como os motivos radiais, identificados como representações solares.

Numa explicação de conjunto Vázquez Varela (1997) defende que as manifestações artísticas, realizadas no interior dos monumentos tumulares não foram pensadas para ser vistas. Estas permanecem junto dos mortos, numa perpétua escuridão e num lugar normalmente de difícil acesso. Ainda que esta intenção não seja de todo clara, não parece duvidar-se de que as figuras realizadas sobre os ortostatos seriam imagens para os mortos.

Os ortostatos poderiam, neste contexto, representar a figura humana funcionando como guardiães. Esta ilusão seria reforçada, segundo Bueno Ramírez e Balbín Berhmann (1999) pela representação de certos atributos como vestimentas (ziguezagues e outros motivos geométricos) ou animais funerários protetores (serpente) e motivos cósmicos (círculos e heliomorfos). No mesmo sentido, para Vázquez Varela (1997) as representações de objetos elaborados pelo homem, mesmo que de forma isolada são um reflexo da atividade deste, de modo que reiteram a presença do homem de forma indireta. A caça aparece por vezes representada de forma direta ou indireta através da representação de animais, do motivo de pele esticada, ou de armas[176]. Na grande maioria das sociedades a caça é relacionada com o mundo masculino e costuma ser indicativa de *status* e prestigio. Os temas representados podem então ser um mecanismo de legitimação ou reprodução do sistema social vigente, mediante a sua exposição no interior do espaço ritual. As imagens tendem a reforçar a importância do humano frente ao natural e do mundo masculino vinculado com a caça e eventualmente a guerra.

O surgimento de vultos redondos nas áreas de entrada dos sepulcros pode estar, pelo menos no Noroeste, relacionado com alterações socioeconómicas que levam a sublinhar o carácter coletivo das sepulturas, aumentando em muitos casos a sua monumentalidade e a complexidade do cerimonial associado (Fábregas Valcarce, 1993b). A designação de ídolo-seixo relaciona-se com a forma mais simples destas peças antropomorfas do Noroeste, que se apresenta sob a forma de seixos com poucas modificações (Bueno Ramírez, Fábregas Valcarce e Barciela Garrido, 2003), podendo ser organizada em três tipos: ídolos-

176 Vázquez Varela (1997) considera a representação de armas uma manifestação do mesmo nundo masculino, uma vez que independentemente de poderem ter distintas aplicações, todas implicariam uma certa referência à violência.

pelouro (cantos rodados, aplanados, sem manipulação humana), ídolos de tipo Argalo (cantos rodados marcados por sulcos) e Ídolos Antropomorfos (realizados sobre lajes de contorno regularizado).

Na Galiza vai aumentando o seu número em monumentos mais para o interior, o que as relacionaria com as figurações antropomórficas das Astúrias e do País Vasco (Bueno Ramírez, Fábregas Valcarce e Barciela Garrido, 2003). No monumento da Mina de Parxubeira foram identificadas estelas antropomorfas sobre pedra granítica e de ídolos sobre cantos rodados, implantados verticalmente em frente do corredor. Que o autor interpreta-os como marcadores do espaço interno e externo do monumento, podendo simbolizar uma referência mitológica à vida e à morte. Enquanto para o Norte de Portugal Eduardo Jorge Lopes da Silva (2003) assinala a presença de várias pedras de reduzidas dimensões, com motivos antropomórficos em Chão de Brinco 1, onde foi igualmente recuperada uma estela antropomórfica, de figuração esquemática. Também na câmara de Alagoa estão presentes pequenas "estelas" e de esteios antropomorfizados, que apontam para a existência de seres ou divindades que corporizam este espaço de segredo onde residem os antepassados (Sanches, Nunes e M. Silva, 2004 e 2005), podendo também representar entidades de carácter genealógico. Contudo, a situação destas representações reveste-as de um significado distinto ao das oferendas, já que o seu significado, dentro do cerimonial funerário, poderia estar orientado tanto para os indivíduos inumados como para a comunidade, sobretudo se essas representações se mantivessem expostas.

No caso de Parxubeira Rodríguez Casal interpreta-as como artefactos ideo-técnicos, de carácter sagrado e/ou apotropaico, intimamente relacionado com o espaço funerário, ou seja com a sepultura, as liturgias e os ritos praticados (cf.: 1992a e 2002). Mas pode também dirigir-se a potências hostis, tendo como objetivo afastá-las do local onde descansam os antepassados. Por sua vez, Vázquez Varela (1997), interpreta os elementos apotropaicos como suporte das almas dos antepassados que periodicamente recebem algum tipo de cuidado ou veneração por parte dos seus descendentes, sem que esta implique a divinização das suas figuras. Ou como representações de seres míticos com a função de proteger o espaço funerário no ponto mais exposto, sendo ainda possíveis outras interpretações que vão desde depósitos de espíritos auxiliares, passando por objetos usados em rituais curativos).

Para Bello Diéguez (1994, 1995 e 1996a), estes ídolos devem ser entendidos, dentro do ritual megalítico, em paralelo com as pinturas e as gravuras. No caso de Dombate o aparecimento de uma fileira destes elementos, dentro de uma complexa estrutura de acesso, remetendo para finais do IV milénio, aponta para a modificação ritual na que o espaço interior da câmara e corredor parecem perder importância face ao espaço exterior que se modifica e no que se implanta. Convertendo, assim, o megálito-tumulo num megálito-templo, pressupondo a realização de rituais ao ar livre.

Face a uma representação simbólica para os mortos no interior do monumento funerário encontraríamos uma arte para ser vista e respeitada pelos vivos, convertendo-se ao mesmo tempo em guardiães da sepultura (Rodríguez Casal, 2002). Estes elementos, associados às restantes manifestações artísticas no interior da câmara e do corredor, parecem evidenciar que o espaço funerário megalítico se organiza de fora para dentro, através de um eixo marcado na periferia pela especial disposição de estelas antropomorfas e bétilos e no interior, através do corredor e da câmara decorada. Ou seja estaríamos perante a existência de uma hierarquização espacial onde diferentes grafias explicam um espaço simbolicamente dividido.

Em conclusão, a arte parietal megalítica do extremo Noroeste da Península Ibérica oferece um conjunto de características originais que levaram á identificação do chamado *Grupo ocidental de arte megalítica* no qual se deve integrar os chamados ídolos, que parecem ser uma reelaboração local de programas iconográficos de carácter funerário procedentes do Sul, tal como tem vindo a ser sucessivamente assinalado.

3.4.10. Significado do fenómeno tumular e megalítico:

Como se colocou de manifesto no prólogo deste trabalho o significado atribuído ao fenómeno megalítico tem sofrido uma evolução, que decorre das alterações dos próprios paradigmas teóricos da arqueologia. Da mesma forma se comentava como estas interpretações e vêm, por vezes de forma inconsciente, influenciadas pelas particularidades dos contextos socioculturais de cada região. Propomo-nos agora traçar um ponto da situação sobre o significado que se atribui atualmente ao fenómeno tumular e megalítico do Noroeste peninsular.

As necrópoles megalíticas corporizam, no quadro do Noroeste Peninsular, as primeiras manifestações de uma arquitetura monumental, evidenciando uma manifesta intenção de se destacar na paisagem. Combinando elementos de carácter arquitetónico, técnico, económico, geográfico, cultural, social e simbólico, o monumento surge pleno de significados. Em primeiro lugar é o símbolo de uma comunidade implantada num território específico, funcionando como referência da sua apropriação (Jorge, V., [s.d.]). *"Interpretamos estas mamoas como «marcadores» e zonas ecologicamente ricas (para o pastoreio, caça e recoleção) adentro de territórios comunitários. (...) são a marca de posse e usufruto, por parte de comunidades agro-pastoris, de zonas excecionalmente ricas"* (Sanches,1999: 54). Por sua vez Vítor Oliveira Jorge (2000a: 207) ressalta que *"o que chamamos «megalitismo» é apenas uma das múltiplas formas de arquitetura pré-histórica, de monumentalização do espaço, da «ancoragem» das comunidades a um dado território"*.

Os monumentos megalíticos ao serem as primeiras construções com clara intenção de durabilidade e de reutilização, supõem também a primeira apropriação consciente do espaço. Impõem uma modificação intencional do meio natural e a humanização dessa paisagem. O interesse em criar um volume artificial que se destaque no território, converte-as em fomentadoras da coesão grupal e em símbolos dessa[177]. Também Vázquez Varela e Pombo Mosquera (1992) aceitam, para o Noroeste da Terra Cha, a relação entre túmulo e território, embora rejeitem a noção de delimitação, uma vez que poderiam também funcionar como referência centralizadora.

A importância dos monumentos mais antigos reforça-se com a construção de novos sepulcros na sua proximidade, formando necrópoles, locais em que a antropização da paisagem é assinalada pela presença dos antepassados (Fábregas Valcarce e Vilaseco Vázquez, 2003). A formação de necrópoles poderia dever-se à utilização de um território comum, uma terra de ninguém concedida aos defuntos pelas comunidades mais próximas que poderiam estar relacionados geográfica, religiosamente ou por parentesco.

Na tentativa de recuperar o tempo os mortos, os antepassados reafirmam a continuidade do grupo, convertendo-se na condição que torna possível a sociedade, uma

177 Conferir igualmente Rodríguez Casal (1990C).

vez que são quem representa a tradição. Assim o megalitismo ao supor uma estratégia de exibição da morte, utiliza-os para destacar o domínio do grupo social sobre a paisagem e simultaneamente utiliza o espaço para afirmar a presença do grupo no tempo. O ritual de enterramento coletivo associa-se a uma estratégia de desindividualização da morte. Assim seria uma estratégia de visualização da morte em si mesma ao mesmo tempo que esconde o defunto individual. Por outro lado, os indivíduos que aí são sepultados, ao adquirirem um carácter de representante do todo junto dos antepassados, podem ter também uma função protetora do ponto de vista espiritual. O monumento megalítico, pode assim funcionar como um sinal da importância do mundo dos mortos, vigilante e omnipresente no mundo dos vivos (Vázquez Varela, 1997).

Bello Diéguez questiona o carácter coletivo das inumações defendendo que este apenas surge num momento adiantado do fenómeno e é acompanhado da deposição de materiais que integram peças de grande beleza e qualidade que certamente não estariam ao alcance de toda a sociedade. Pelo que se pode supor que nem todos teriam a possibilidade de serem enterrados num megálito, mas apenas os que por qualquer motivo simbolizavam a totalidade do grupo. *"Así, además de garantía de la posesión territorial, de incentivador de la competencia intergrupal y de elemento dinamizador de la producción y de la solidaridad social, el megalito sería un creador de desigualdades, que se incrementarían al compás de la evolución arquitectónica, y, al mismo tiempo, un elemento legitimador de la desigualdad mediante la ideología que se esconde detrás del fenómeno megalítico mismo"* (Bello Diéguez, 1996b: 110).

Também Vítor Oliveira Jorge encontra argumentos para defender que apenas uma parte dos membros de uma determinada comunidade eram enterrados em estruturas monumentais significaria por um lado que estes monumentos seriam um enterramento excecional, que os restos aí depositados eram relíquias e logo, "*autênticos produtos culturais, com uma significação simbólica, cujo papel social e mental teria sido enorme para justificar tão grande investimento de energia*" (Jorge, V., [s.d.]: 21).

No final do fenómeno megalítico, a substituição do ancestral ritual coletivo em favor de práticas de enterramento individual, acompanhados de espólios muito mais ricos, parece indicar o surgimento de uma elite. As transformações do monumento refletem profundas alterações nas conceções funerárias e religiosas, na linha de um aprofundamento das

desigualdades e da utilização de um ritual que as legitime. A transformação do ritual em publico concede um papel fundamental ao(s) oficializante(s), a população perde a vinculação direta com o monumento, obtida antes pelo próprio processo construtivo. Antepassados e população perdem o seu papel para a ceder ao oficiante.

Cruzando a análise das mamoas que conservam vestígios da câmara com o marco geográfico Eguileta Franco (1999) conclui estar ante uma arquitetura monumental em maior ou menor medida necessitaram de um esforço coletivo notável, contudo no caso das sepulturas coletivas tal esforço está orientado para a própria comunidade ou uma parte dela, ao que se soma o significado sócio-sombólico do monumento, como memória de um *Nós* coletivo que durante a construção da sepultura organiza os membros do grupo e que pode estender-se a outras atividades, mesmo produtivas. O mesmo já não acontece no caso de sepulturas individuais.

Mas o elemento que se tem vindo a revelar impregnado de significado é o *tumulus*, não se devendo resumi-lo a uma função estrutural. *"No fundo, o facto de haver ou não estruturas internas, ou destas serem aéreas (pequenos dólmenes, eventualmente cistas) ou subterrâneas (fossas ou poços) seria menos importante do que a circunstância de se tratar de enterramentos selados, eventualmente individuais ou de poucas pessoas, evidenciados no solo por uma mamoa"* (Jorge, V., 1992: 469, verificar também Domingos, 1988). O polimorfismo destas estruturas bem como das câmaras por elas recobertas veio realçar o tumulus do ponto de vista simbólico, como um fator de unidade dentro de diferentes tradições funerárias.

Em conclusão, os túmulos não são meros enterramentos, têm um carácter sagrado onde se efetuam rituais. Assim mesmo quando a câmara perde a função sepulcral, parece que o *tumulus* conserva a sacral, como o indicam a s deposições secundárias em épocas posteriores. O *tumulus* é o espaço monumental exterior, símbolo de identificação territorial do grupo construtor; o dólmen seria o espaço funerário e o adro o espaço sagrado, cerimonial e comemorativo.

A construção dos monumentos megalíticos demonstra um elevado cuidado no culto dos mortos, que se reforça com a colocação de oferendas funerárias e a realização de pinturas e gravuras que contrasta nitidamente com o pouco investimento arquitetónico dispensado ao mundo dos vivos.



Figura 31: Alguns ídolos encontrados em Dombate (Bello Diéguez, 1994, 1995 e 1996).

Assim, o megalitismo expressa também um pensamento específico, dentro do que surge uma nova forma de entender o homem e a sociedade no seio da natureza e de pensar o espaço social (Criado Boado, 1989). O facto de que estes monumentos predominem sobre a envolvente e que, dessa forma, supunham uma imposição de um efeito humano permanente sobre o espaço, humanizando a paisagem; o facto de mostrarem uma clara vocação de permanência no tempo; de terem como principal função a exibição, ou visibilidade da morte e, por fim, a expropriação do trabalho. Enquanto os anteriores são sobretudo de carácter simbólico, este último possui um claro significado sociológico, assinalando um poder dividido ou em vias de divisão.

Da mesma forma a presença do espólio implica a ideia de um além-vida, em que se levariam a cabo tarefas muito semelhantes às que se realizariam quotidianamente, podendo o conjunto de crenças associadas aos mortos funcionar como um estímulo da economia e das trocas, atendendo especialmente á presença no espólio funerário de objetos raros e exóticos, alguns dos quais sem indícios de uso.

Atualmente tem-se matizado o papel de demarcação territorial, acentuando-se o significado do monumento tumular e megalítico dentro de uma função legitimadora de novas estruturas sociais e de novos quadros rituais e mentais.

O esforço envolvido na sua construção expressa a importância dos mortos que são sacralizados, o que faria do monumento um local de enterramento e simultaneamente um santuário. Esta ideia da importância social dos mortos reforça-se com a deposição de oferendas fúnebres e com a decoração de alguns ortostatos. Para além de albergarem os mortos os túmulos são uma testemunha dos vivos. Os túmulos, em lugares de boa visibilidade, reforçam a imagem de ordem social aos presentes, aos futuros e aos estranhos (Vázquez Varela e Pombo Mosquera, 1992).

No que se refere às estruturas internas, um dos estudos mais interessantes, para a sua explicação, foi o da orientação dos corredores de alguns sepulcros megalíticos, assinalando a importância do nascimento do sol durante o solstício de inverno na sua orientação. Esta relação parece sugerir, para López Plaza, Alonso Romero, Cornide Castro e Álvarez Santos (1991-92) uma ligação direta entre solstício de verão, a luz e o calor e entre o de inverno, a escuridão e o frio, mas também com a promessa de renascimento a partir dessa data.

Hoje em dia tem-se consciência de que o fenómeno tumular e megalítico se assume como *"uma verdadeira «linguagem» simbólica, articulando monumentos e topografia da área envolvente, cuja «sintaxe» é por ora de difícil descodificação"* (Jorge, V., 1987b: 273). Em ultima análise, uma série de fatores que vão desde o esforço coletivo que pressupõe a construção de um monumento megalítico à colocação de figuras antropomórficas diante das mesmas, documentam uma auto-canonização ou sacralização dos humanos mediante os ritos de morte, mediante os quais os vivos atribuem poderes aos mortos, transcendendo as suas limitações biológicas. Vencem a natureza através da cultura: sacralizam o humano e dão forma antropológica ao universo religioso, simbólico e social da comunidade

A humanidade marginalizada até então ou subordinada, na mitologia e no panteão, à figura animal ou às potências sobrenaturais passa a ocupar um lugar de destaque dentro do imaginário, do simbolismo e da religião. Dentro deste sistema de crenças, o monumento, assume-se como um microcosmos, onde parecem cruzar-se múltiplos significados, cuja abrangência social, económica, territorial e cosmológica está longe de se conhecer de forma concreta.

4. Ideias Síntese



Figura 32: Mamoa 5 de Chão da Escusalha.

Da análise historiográfica deduz-se, que, tendo em conta o tratamento do tema em ambas as regiões desde a documentação medieval até ao final do século XX:

1. A primeira ilação que se retira deste estudo é a de que pouco se sabe sobre a forma como durante a Idade Média as populações do Norte de Portugal se relacionaram com os monumentos tumulares e megalíticos, uma vez que está por fazer o estudo da documentação medieval portuguesa.

2. Da experiência efetuada, durante a qual se analisaram alguns documentos desta época, nos quais se encontraram referências a monumentos permite abrir uma linha de investigação sobre o fenómeno tumular e megalítico do Norte de Portugal.

3. Pelo contrário a documentação medieval referente ao território galego oferece grande quantidade de referências a estes monumentos, constituindo uma inestimável fonte

de informação arqueológica que tem sido estudada sistematicamente pelos arqueólogos galegos.

4. Na fase seguinte o panorama inverte-se, sendo precisamente nas obras dos antiquários portugueses que começam a surgir as primeiras descrições de monumentos da região Norte. Entre estes, João de Barros centra-se precisamente na região de Entre-Douro-e-Minho, oferecendo esporádicas referências a dólmens e mamoas, interpretando os primeiros como sepulturas de homens nobres falecidos em combate e os segundos como sepulturas de ladrões.

5. Esta obra contraria a opinião de Ayarzagüena Sanz (1992) de que teriam sido Afonso de Madre de Deus Guerreiro e Martinho de Mendonça e Pina os primeiros intelectuais a prestar atenção ao megalitismo da Península Ibérica.

6. Na Galiza continuam ausentes as referências às mamoas nas obras de cariz histórico dos séculos XV e XVI, continuando, contudo presente na documentação. Através da qual, se deduz algumas diferenças na relação que a sociedade galega estabelece com estes monumentos. A partir deste período é o valor mítico-simbólico que se evidencia e, associado a este, inicia-se um processo de destruição sistemática dos mesmos, como fica bem patente no denominado processo Vázquez de Orjas.

7. Por sua parte não se encontram vestígios desta função mítico-simbólica na relação que a sociedade do Norte de Portugal estabelece com ditos monumentos. Ainda que se documentem relatos de destruição, estes surgem associados ao aproveitamento da pedra para a construção e não à procura de tesouros escondidos.

8. Ao longo do século XVIII os ideais iluministas vão chegando a Portugal e Espanha, levando a uma consciência patrimonial, que parece ter servido de incentivo às primeiras iniciativas de inventariação do património. Os monumentos desprendem-se gradualmente do seu significado mítico e simbólico, que se impusera no século anterior, e vão sendo, também na Galiza, introduzidos em textos de cariz histórico.

9. Os megálitos são agora encarados como vestígios de um passado que importa preservar, mas que apenas a um punhado de intelectuais interessa verdadeiramente

conhecer. A estes se devem as primeiras formulações teóricas sobre o fenómeno tumular e megalítico.

10. A partir do século XIX, na Galiza, por motivos políticos e, em Portugal, devido ao contexto favorável ao desenvolvimento da arqueologia, cresce o interesse pelo fenómeno tumular e megalítico. Regista-se o aparecimento de inúmeros monumentos, escavam-se alguns exemplares e lançam-se as primeiras hipóteses interpretativas no que diz respeito à origem, função, tipologia, assim como à cultura material e às representações artísticas associadas ao fenómeno tumular e megalítico.

11. Foi também a partir do século XIX que se começam a encontrar indícios fortes de uma ligação entre os investigadores das duas regiões, com contatos pessoais, trocas de publicações e inclusões de referências a obras realizadas, que comprovam estes contatos.

12. Mas foi, verdadeiramente, no século XX que a arqueologia em geral e a pré-história em particular ganha estatuto de ciência. A primeira metade do século viu despontar a noção de uma identidade cultural entre o Norte de Portugal e a Galiza, no que ao fenómeno tumular e megalítico diz respeito.

13. Contudo a arqueologia de ambas as regiões estava, nesse momento a atravessar um momento diferenciado. Enquanto a partir de 1923 a pré-história galega entra num processo de desenvolvimento e de afirmação que se manteve até ao final da década de oitenta, a portuguesa entra, a partir de 1929, num momento de recessão, que se estende até meados da década de setenta.

14. Também no que se refere ao contato entre os pré-historiadores do Norte de Portugal e da Galiza, foi a partir deste momento que esta se torna mais forte e estável. Contudo existe uma maior evidência de interesse por parte dos investigadores galegos acerca do que se ia fazendo no Norte de Portugal. Facto que se pode explicar por um maior desinteresse pelo fenómeno tumular e megalítico do Norte de Portugal e um maior destaque da região Centro e Sul, onde os estudos continuam a evoluir, pelo que mesmo na região Norte parece haver maior interesse em comparações com esta realidade do que com a galega entendida como mais pobre e limitada.

15. Ficam assim claros os paralelos, mas sobretudo, as discrepâncias nas abordagens ao fenómeno tumular e megalítico das duas regiões, bem como nos métodos de trabalho aplicados ao longo das distintas fases de evolução destes estudos. Sendo notório o peso do contexto sociopolítico na evolução de ambas as tradições historiográficas.

16. A arte megalítica tem sido um dos campos onde a identidade do megalitismo do Noroeste Peninsular, contudo, como salienta Chris Scarre (1998), sugere a partilha de ideias ou de uma ideologia, contudo estes contactos não implicariam necessariamente uma religião ou divindade comum.

SEGUNDA PARTE

Análise de uma realidade arqueológica e patrimonial

1. Área de Estudo



Figura 33: Mamoa de Monte Medoña.

O Noroeste Peninsular tem-se interpretado ao longo das últimas décadas como uma unidade geográfica que, em termos arqueológicos, tem sido sistematicamente apontada como tendo traços comuns, em especial no que diz respeito à sua pré e proto-história. A identidade e coincidência entre o fenómeno tumular e megalítico do Norte de Portugal e da Galiza tem sido ressaltada por muitos historiadores. Na realidade esta ideia parece ter-se convertido num tópico de tal forma enraizado no discurso arqueológico que ninguém parece contestar, mas também que nunca foi convenientemente posta à prova.

A noção de um fenómeno tumular e megalítico com características comuns deriva mais da mútua extrapolação de evidências recolhidas do "outro lado da fronteira". O acordo de Schengen parece ainda não ter chegado à arqueologia. Esta atitude leva, por exemplo, a uma tendência para identificar o megalitismo do Norte de Portugal com a Serra da Aboboreira, devido a um significativo avanço do estudo deste fenómeno na zona e ao relativo atraso desses estudos na restante região Norte. Mas a existir uma coincidência de características não deveriam estas expressar-se com mais veemência nas áreas de fronteira?



Mapa 1: Área de estudo.

Estas reflexões serviram como ponto de partida para a elaboração deste estudo e como tal forneceram a linha de orientação para a definição da área de estudo, que, na realidade parece ter sido entendida como uma entidade com caraterísticas próprias por geógrafos e geólogos. Muito antes de que os arqueólogos tenham proposto a realização de estudos integrados, no que à pré-história da Galiza e do Norte de Portugal diz respeito, já os geólogos trabalhavam em conjunto abordando este território de forma unificada[178].

178 Basta lembrar a respeito que, em 1965, se realiza a 1.ª reunião sobre a geologia da Galiza e do Norte de Portugal e que dois anos mais tarde Parga Pondal dirige a elaboração da Carta Geológica do Noroeste Peninsular, editada pelo LNEG.

1.1. Definição dos limites:

O rio Minho, principal eixo definidor da "fronteira" entre parte do Norte de Portugal e o Sul da Galiza, passou a ser assumido como elemento central de uma área de estudo que se estende equitativamente para Norte e para Sul do mesmo. O rio, durante tantos séculos olhado como linha de separação e como limite é aqui assumido como um elemento central e um eixo de articulação de paisagens e gentes.

Esta perspetiva convergente parece a mais correta, sobretudo quando se trata do estudo de um fenómeno arqueológico muito anterior à definição das fronteiras atuais. Por outro lado esta perspetiva acabou por se demonstrar igualmente coerente do ponto de vista paisagístico e geográfico, uma vez que, na realidade, os territórios das margens do rio Minho, não deixam de fazer parte da mesma unidade geográfica (bacia hidrográfica do Minho), partilhando características morfológicas e climáticas, que não se diluem apenas porque se convencionou usar este rio como delimitador de entidades político-administrativas.

Assim, a partir do rio Minho, foi delineada uma área de estudo que engloba um sector sul no território minhoto (2 255 km^2) e um sector norte (2005 km^2), em território galego.

A definição dos limites foi relativamente fácil para sul, uma vez que encontramos um segundo eixo natural (Rio Lima), cuja bacia hidrográfica foi assumida como limite da área de estudo. Estes limites naturais coincidem igualmente com a divisão administrativa que engloba o território compreendido entre as duas bacias hidrográficas. Foram englobados na área de estudo os dez municípios da unidade administrativa Minho-Lima, que, por sua vez, coincide com o distrito de Viana do Castelo: Melgaço, Monção, Valença, Vila Nova de Cerveira, Caminha, Paredes de Coura, Viana do Castelo, Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez[179].

Em termos naturais esta área enquadra, a Este, uma parte da região natural do Alto Portugal (Peneda, Laboreiro e Serra Amarela) e outra, a Ocidente, que pertence ao Noroeste Cismontano (Riba-Minho, Coura, Âncora, Ribeira Lima, Neiva, Valdevez e Anobrega).

[179] Coincide, grosso modo com o distrito de Viana do Castelo.

A definição dos limites ocidentais foi também imediata, uma vez que coincidem integralmente com o Oceano Atlântico desde Castelo do Neiva, a Sul, até Cabo Silleiro, a Norte.

Mais problemática resultou ser a definição dos limites Norte e Este. Tomando novamente o Minho como eixo de articulação procurou-se desenhar uma área equivalente, em superfície, à definida para o Norte de Portugal, que encaixasse de forma natural na mesma. Assim desenharam-se os limites Norte da área de estudo, coincidindo, grosso modo com a bacia hidrográfica do Miñor.

Assim a área de estudo, abarca, para Norte as regiões limítrofes, do Minho e do Lima, que correspondem à região sul das províncias de Pontevedra e de Ourense. Da primeira inclui as comarcas do Baixo Miño (concellos de A Guarda, O Rosal, Oia, Tomiño e Tui), O Condado (As Neves, Mondariz, Ponteareas e Salvaterra de Miño), A Paradanta (A Cañiza, Arbo, Crecente e O Covelo) e a parte sul da comarca de Vigo (integrando os concellos de Baiona, Gondomar, Mos, Porriño e Salceda de Caselas). Consideradas, estas últimas, por Río Barja e Rodríguez Lestegás (1992) como uma continuação do Baixo Miño, pelas semelhanças geográficas.

Para Este são novamente as bacias hidrográficas do Minho e do Lima que servem de limite natural à área de estudo, abarcando a comarca da Baixa Limia (Concellos de Bande, Entrimo, Lobeira, Lobios e Muiños) e a parte Sudoeste da comarca de Terras de Celanova (Padrenda, Pontedeva, Quintela de Leirado e Verea), pertencentes à província de Ourense.

Apesar da definição de limites da área de estudo coincidir, em termos gerais com divisões administrativas atuais, estas não foram um critério importante na sua determinação. Contudo, e uma vez que, o território definido como área de estudo no Norte de Portugal coincide com os limites administrativos do distrito de Viana do Castelo, seguiu-se o mesmo critério na definição dos limites Norte e Este, onde os limites naturais não estão tão marcados.

Em conclusão a definição da área a estudar coincide com um território que apresenta características geográficas muito semelhantes, mas que num momento concreto da sua história se dividiu, tendo sido inseridas em duas entidades políticas distintas. Enquanto tal os limites da área a estudar poderiam certamente alargar-se para Norte, Para Sul ou para

Oriente, mas tendo em conta os objetivos do estudo a realizar não seria pertinente alargar a área de estudo, afastando-a da linha de "fronteira". Da mesma forma para Oriente haveria que alargar o estudo a um território com uma paisagem distinta.

Efetivamente, se compararmos, em termos geográficos, climáticos, geológicos ou hidrográficos, a Galiza com o resto de Espanha, vemos como esta se individualiza do restante território. Também, no caso português, se forem analisadas as caraterísticas geográficas de todo o território, percebem-se duas grandes regiões, separadas pelo rio Tejo. O Norte caracteriza-se por um relevo mais acidentado, com terrenos escarpados e vales profundos. Orograficamente a área de estudo de levantamento recente, com vales profundos e entalhados, caracterizando-se por um relevo com uma energia extremamente forte (Ribeiro, 1945; Lautensach, 1967 e Daveau, 1995).

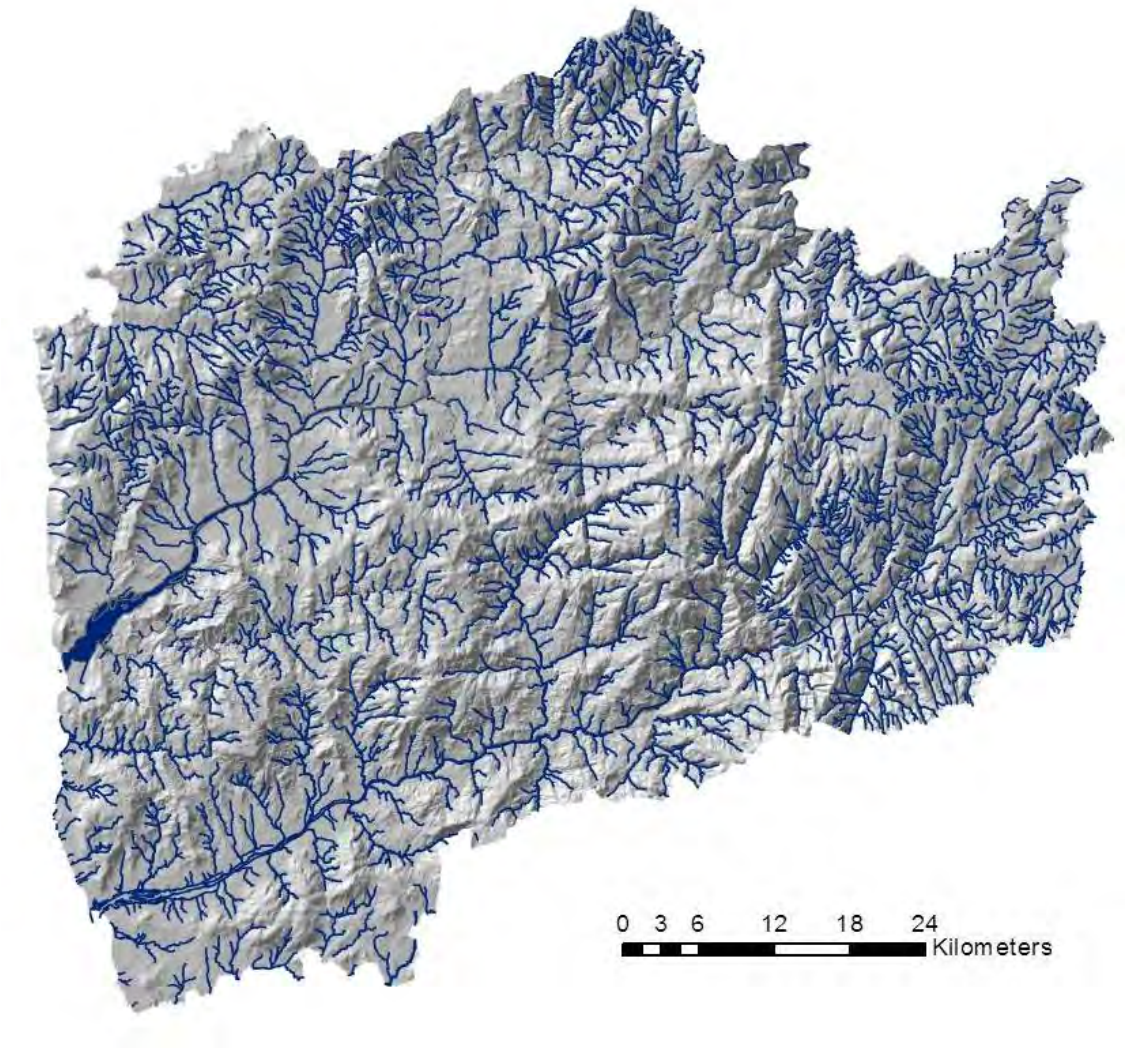
Geograficamente o Maciço galaico-duriense prolonga, em Portugal, as elevações naturais da Galiza (Sá, 1928). Ao mesmo tempo, as principais linhas sismo-tectónicas (a de Bragança - Ponte de Lima - Porriño - Pontevedra e a de Monção – Pontеareas - Mondariz), perpendiculares ao eixo de culminação principal do maciço, definindo o alinhamento de grande parte dos vales fluviais (Minho, Lima e Cávado) (Ribeiro, 1945; Lautensach, 1967 e Daveau,1995).

Os vales, com um alinhamento ENE-WSW, ficam encaixados entre serras com 700 a 800m, mas que no setor Este pode ultrapassar os 1000m de elevação, e recebem o caudal de numerosos cursos de água que correm perpendicularmente aos rios principais (direção N-S). Por seu lado as elevações montanhosas orientam-se numa linha NE-SW, tanto mais para W quanto mais próximas da costa, enquanto os rios principais definem uma rede de vales separa as montanhas como numa quadrícula. Portelas relativamente baixas ligam entre si os diversos elementos destes alinhamentos e definem os lugares de passagem.

1.2. Caraterização geomorfológica:

O Noroeste da Península Ibérica faz parte do designado Maciço Hespérico. Constitui uma região de levantamento persistente onde aparecem fendas no Maciço tanto paralela como perpendicularmente à cumeada do empolamento. Estas falhas definem uma rede de vales fluviais bastante encaixados, com uma característica forma em V (Ribeiro, 1945;

Lautensach, 1967 e Daveau,1995). A erosão e os movimentos tectónicos modelaram as serras e cavaram os vales, imprimindo uma vitalidade muito forte ao relevo que caracteriza a região, com blocos deprimidos e levantados.



Mapa 2: Modelo digital do terreno da área de estudo com a representação da rede hidrográfica.

Para além do característico escalonamento do relevo, a morfologia do Noroeste é também caracterizada por uma forte dicotomia horizontalidade/verticalidade, já que o relevo

se configura através de peças afundadas e soerguidas[180]. Dividindo-se em numerosas subunidades, maciços montanhosos de pouca extensão, planaltos às vezes mais vastos, vales e depressões, cuja complexa disposição resulta de interferências de dois princípios fundamentais de organização:

- a separação, pelos grandes acidentes tardo-hercínios de Bragança-Manteigas e Verin-Penacova, de três grandes faixas NNE-SSW desigualmente levantadas e balançadas;

- o encaixe da rede hidrográfica, de orientação fortemente obliqua e às vezes quase perpendicular aos acidentes anteriores.

De Este a Oeste o relevo mostra uma sucessão de interflúvios montanhosos e vales fluviais. Os primeiros atuam como pontos de dispersão e distribuição de águas, enquanto os segundos atuam como áreas de recolha e concentração das mesmas. Topograficamente marcada por uma sucessão de vales e cadeias montanhosas de Este a Oeste, a dorsal galega alcança na parte mais oriental do Baixo Miño uma largura e uma altitude consideráveis, caracterizada pela diversidade de formas (cf.: Castillo Rodríguez, Pérez Alberti e Rodríguez Calo, 1999).

Na faixa interior, a nordeste da área de estudo, o relevo é acidentado, com elevações que superam 1000m de altitude (O Leboreiro (1300m), Montes de O Quinxo (1166m), Serra do Xurês-Gerês (1500m), Santa Eufemia (1110m), Serra da Peneda (1373m) e Serra Amarela (1361m),e apresenta pendentes fortes para os vales do rio Lima e dos seus afluentes. Vales estreitos que se abrem em certos pontos como o município de Muiños ou o Vale do Grou. Uma das características mais notáveis desta área é, segundo Souto González (1999), a presença de recortes planálticos a coroar o topo dos principais relevos, sobretudo no granito, onde os aplanamentos se conservam melhor que nos xistos.

180 A altitude, nos vales, passa dos 600m de Ponte Liñares (Bande) aos 300m junto da fronteira (Gómez Nieto, 2000).

No tramo central destaca-se, a Norte do rio Minho, a serra do Faro de Avión, que ocupa parte do município de O Covelo[181], alcançando as cotas mais elevadas a Noroeste deste município (1151m). A serra tem uma direção NNE-SSW, atuando como ponto de distribuição de águas na qual nascem vários rios e regatos. O relevo está modelado por rochas graníticas e metamórficas de tipo xistoso e permite observar os vestígios de fraturas tectónicas e do seu posterior basculamento. Pelo que se verificam vários níveis de aplanação que descem de forma gradual em direção ao Minho. O primeiro nível situa-se a cotas superiores a 1000m, numa zona ainda de alta montanha (monte de A Cruz, Pedroso e Laxa Moura). O segundo situa-se entre os 640m de A Picoña e Coutada e os 400m na zona ribeirinha. A transição do segundo para o terceiro degrau é por vezes brusca, criando fortes pendentes.

Os vales do Tea e do Ave separam a Serra de Faro de Avión da de Suído (1032m). Esta última constitui a parte final do Maciço Galaico. Composta de materiais graníticos de duas micas, com a exceção do tramo NE onde dominam os xistos. Vai-se alongando desde Barciademera, no vale do Tea, até aos altos vales dos rios Barbeita e Castro. Tem características idênticas à anterior, mas com mais vitalidade entre os 700-800m devido à ação fluvial (cf.: Pérez Alberti, 1982). Esta área central é ainda delimitada por vales retilíneos como o do Avia e Miño a Oeste e Sul, do Deva no sector central, contando com numerosos regatos que correm na direção NNE-SSW, em vales encaixados, formando em alguns tramos pequenas gargantas. Entre o vale do Tea e o do Deva forma-se um sector montanhoso, que, em certos pontos[182], ultrapassa os 900m de altitude.

Para sul do Minho este tramo central é dominado, em termos geomorfológicos pelas Serras do Soajo e de Corno do Bico. A primeira é uma das mais altas do território português, atingindo 1415 no Alto da Pedrada. Estas elevações são contudo excecionais, já predominam de cotas entre os 800m na periferia da faixa interior, mais montanhosa e numa pequena mancha que coincide com o ponto de intersecção entre as regiões naturais de

[181] O mais montanhoso da comarca. A serra é limitada pelos altos vales do Tea a NE, do Avia a N e E, pelo vale do Miño a SE, S e W. A W é ainda limitada por um conjunto de pequenos vales dos afluentes do Miño (Tea e Uma) (Pérez Alberti, 1982).

[182] Chan do Rei (954m) e Alto de Montouto (948m), monte de A Paradanta (936m).

Valdevez, Ribeira-Lima e Coura. Nestas as cotas em redor dos 700m são mais frequentes, podendo também encontrar-se numa pequena mancha entre as regiões naturais de Coura, Ribeira-Lima e Âncora, onde não se excede os 833m de Corno do Bico. Nos grandes vales fluviais, como o do Rio Vez, encontram-se mesmo cotas abaixo dos 200m.

Entre o Tea e o Louro, entramos já na faixa litoral. O espaço apresenta um relevo semelhante ao dos tramos anteriores, em que as montanhas vão perdendo altitude à medida que se aproximam do rio Minho. Descendo bruscamente de altitudes próximas aos 500m para relevos de forma suave e altitudes que quase não superam os 200m. Os pontos mais elevados do tramo entre o Louro e o Tamuxe encontram-se na serra de O Galiñeiro (709m)[183], com o Monte Aloia (629m) como derrame meridional e a serra do Argallo.

A serra do Galiñeiro discorre em direção NW-SE, com numerosos picos. Neste tramo, a fossa alarga-se devido aos materiais depositados. A Serra do Argallo estende-se em direção N-S e que não ultrapassa os 500m de altitude. A partir do Monte Aloia a divisória principal, que define a bacia do Miñor, gira para Oeste e estende-se pelos altos de San Martiño (592m), As Pereiras (483m), A Portela (348m), Alto do Cereixo (449m) e une-se às cotas de Boca da Groba (502m) e Alto da Groba (634m) na serra com o mesmo nome.

O último tramo e também o mais pequeno está entre o Tamuxe e a costa. Apesar da ampla desembocadura do Minho esta continua uma área bastante montanhosa, pois as primeiras elevações encontram-se muito próximas da costa. A morfologia desta faixa é dominada a norte pela serra de A Groba (652m) que cai fortemente em direção ao mar através de fortes pendentes. Nesta serra identificam-se dois níveis de aplanação. O mais próximo do mar, dá a sensação de uma parede rochosa que cai sobre o mar. A Sudeste a serra da Groba perde o carácter abrupto, formando pequenos vales. Na área mais meridional está o Tegra com uma vertente Este é suave e uma Oeste mais escarpada. Por sua vez o rio Minho corre num relevo aberto, formando diferentes níveis de terraços nas margens.

Para Norte, linha de costa estende-se na direção NNW-SSE e apesar da forma geral ser retilínea sem vestígios de ingressões, com a exceção das pequenas reentrâncias onde se

[183] É a mais compacta.

encontram Oia e A Guarda[184]. O litoral é abrupto, rochoso e os acantilados, ainda que de pouca altitude são uma constante (montes de A Grova, 652m).

A sul do rio Minho, a faixa litoral encontra-se geomorfologicamente marcada pelas Serras de Arga e de Santa Luzia. A primeira coincide com um afloramento de granito alcalino. Mas o carácter retilíneo das vertentes e a sua coincidência com direções estruturais representativas da área (N-S, NNW-SSE) aponta para que se deva tratar de um bloco soerguido, limitado por falhas que atuam ao longo da faixa de contacto entre o granito e o xisto. Tal como no caso de A Grova, também na Serra de Santa Luzia se observa esse mesmo efeito de parede rochosa atingindo cotas máximas de 550m a poucos metros da linha de costa.

A costa é caracterizada pela formação de praias ou cordões de seixos que separam a linha de costa das arribas e promontórios que ficam apenas a alguns quilómetros. Os rios encaixam nesta faixa litoral por meio de estuários amplos e pouco profundos. O carácter mais ou menos elevado do relevo envolvente, bem como a resistência do *bed-rock* influenciam a menor ou maior extensão da área coberta por formações quaternárias (cf.; Souto González, 1999). A zona do pinhal do Camarido, junto á foz do Minho é uma extensa área arenosa coberta de dunas bem desenvolvidas, que sofre atualmente alguns problemas devido à ocupação excessiva. O troço Caminha-Vila Praia de Âncora apresenta um carácter mais retilíneo, a plataforma litoral é mais estreita e a arriba fóssil que a limita para o interior é mais alta. O rio Âncora desagua numa área deprimida, delimitada a sul pelo maciço granítico de Forte do Cão. A partir daqui desenvolve-se uma praia em forma de crescente com 4km. Para sul de Montedor e até Viana do Castelo desenvolve-se uma planície litoral de cota muito baixa e com uma largura de cerca de 1km, limitada para interior pela serra de Santa Luzia. Para sul do Lima a faixa litoral sofre um alargamento substancial, mas torna-se também mais irregular (1-3km).

Em resumo, a gradação geomorfológica marca a paisagem da região, com as cotas mais elevadas, entre os 900 e os 1300, a coincidir com uma paisagem de montanha, de vocação florestal. Seguida de manchas de paisagem de montanha, mas de vocação pastoril

[184] Este relevo costeiro deriva de uma fratura paralela á que forma o vale do Tamuxe.

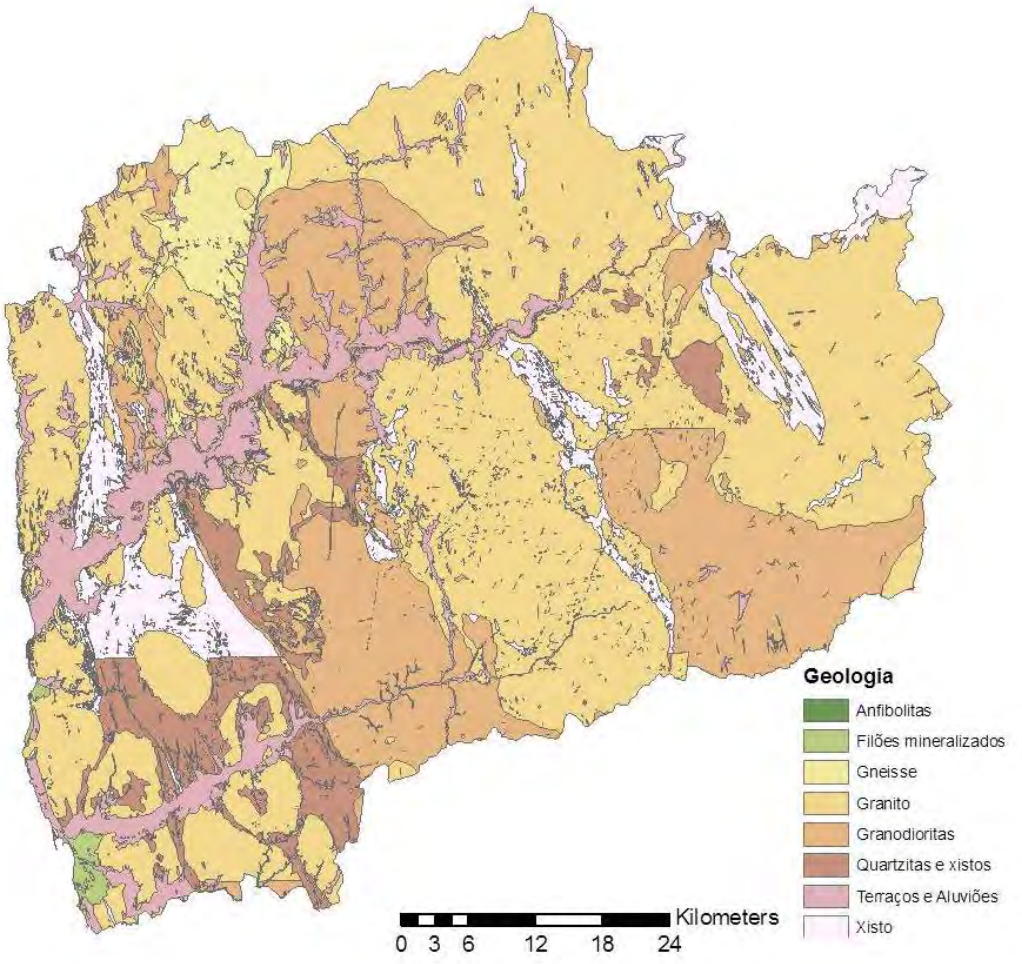
em torno a cotas entre 600 e os 800 e de gândara (tojal) que se desenvolve entre os 300 e os 600m. Predomina contudo, em área (até aos 300m) uma paisagem de ribeira atlântica (regadio).

1.3. Caraterização geológica:

A região galaico-portuguesa do Minho insere-se geologicamente no granítico e granodioritico, designado maciço hespérico ou ibérico. Extensa área constituída por rochas consolidadas essencialmente durante a orogenia Hercínia. Neste distinguem-se cinco zonas com caraterísticas paleogeográficas, tectónicas, magmáticas e metamórficas distintas. A área de estudo situa-se na zona centro-ibérica, gerada pela existência de rochas deformadas e afetadas por um elevado grau de metamorfismo e pelo predomínio de rochas graníticas. A bacia do Minho segue esta tendência geral com o predomínio de rochas graníticas, em especial os granitos de duas micas, entre eles, o granito cataclástico e o admelítido, ainda que em menor quantidade. Também se encontra uma mancha de rochas metamórficas, que seguindo o curso do rio Groba se prolonga pelo setor costeiro, onde se incluem os xistos, quartzitos e grauvaques.

No Baixo Miño predominam também as rochas graníticas, distinguindo-se dois tipos: o granito anti-hercínio (que cobre o designado maciço antigo) que se estende desde Malpica até Tui. Está composto por rochas meta sedimentarias poli metamórficas relacionadas espacialmente com rochas intrusivas (gneisses de Plegioclasa e de Biotite). O segundo tipo são os granitos hercínios, onde destaca um granito de duas micas, que aparece ligado a processos de metamorfismo regional e anatexia, compreendendo diversos tipos de material. Também o sector norte da Baixa Limia galega está ocupado, na sua maior parte, por rochas migmáticas nebulíticas, que voltam a aparecer no limite Sul, nas serras que limitam o alto e o médio vale do Salas e no limite norte do mesmo, já em contacto com a Limia Alta.

Uma mancha de xistos e grauvaques ocupa grande parte dos municípios de Caminha e Vila Nova de Cerveira e pequenas áreas dos de Viana do Castelo, Ponte de Lima e Paredes de Coura. Numa pequena secção do sector Noroeste da Baixa Limia (Serra do Leboreiro) é também possível encontrar xistos biotíticos.



Mapa 3: Mapa geológico da área de estudo.

Na plataforma litoral, na bacia dos rios Lima e do Minho surgem cascalheiras, areias e argilas. È ainda possível encontrar pequenas manchas de formações sedimentares do período Holocénico, sob a forma de aluviões nas margens do Minho e do Lima e de aluviões ou dunas e areias eólicas junto da costa. É também frequente encontrar depósitos de sedimentos não consolidados (areia, argila, gravas, etc.) sobretudo em bacias sedimentárias como as de Budiño ou Tui, tratando-se, neste caso, de sedimentos acumulados fundamentalmente a partir do mioceno, na cabeceira do rio Salas, em pequenas extensões do rio Caldo e na veiga Aceredo-Buscalque.

1.4. Caraterização da rede hidrográfica:

Como nos ensina o excelente trabalho de Río Barja e Rodríguez Lestegás sobre os rios galegos (1992), a presença de serras formando uma orla quase contínua proporciona a formação de rios com um percurso curto, com a exceção do Miño, que se vê protegido por uma morfologia que favorece a acumulação de água num único leito.

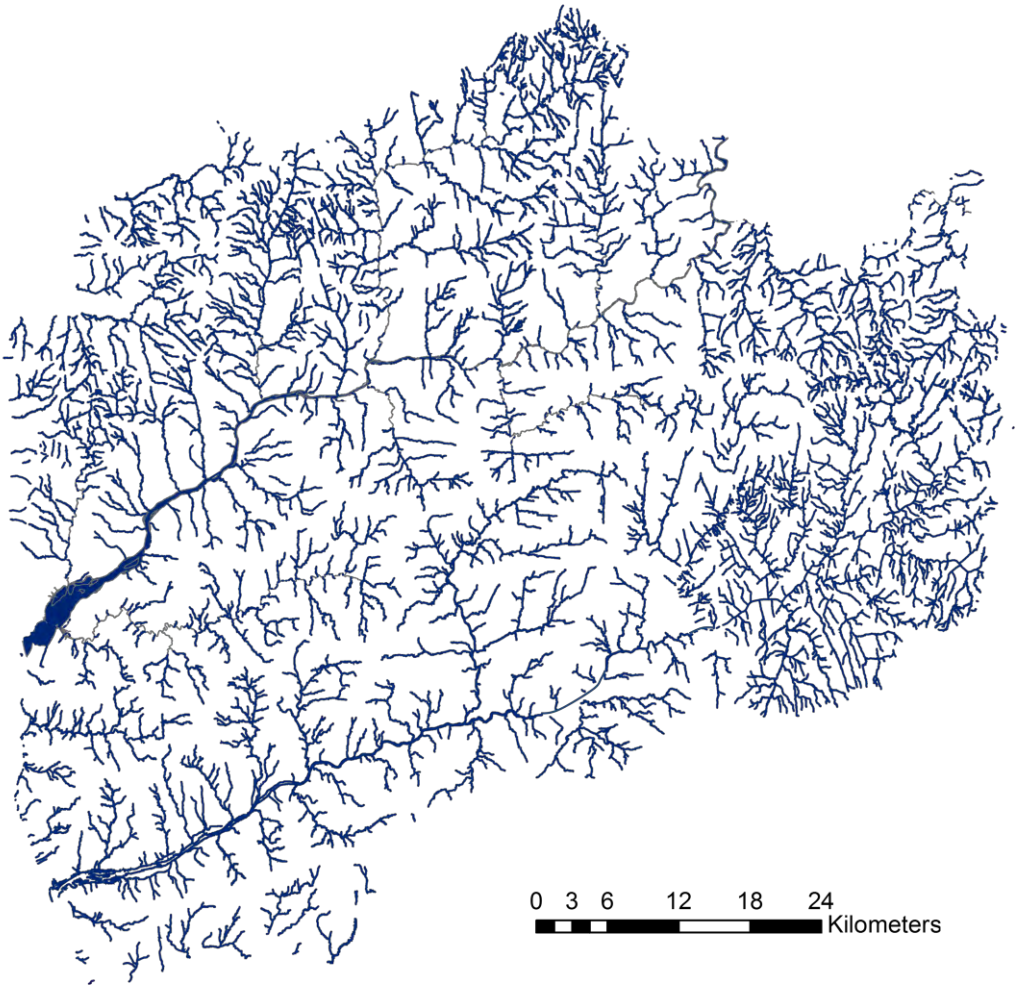
Os vales do Minho e do Lima separam interflúvios com altitudes diversas. No interflúvio Minho-Lima a cota 200 aparece a 2km da linha de costa, na serra de Santa Luzia encontra-se uma cota de 549m a apenas 6km do mar. Os vales dos principais rios encontram-se geralmente encaixados, mas tanto o Minho como o Lima apresentam-se como vales amplos com o fundo plano e paredes abruptas que seguem as linhas de fratura de direção bética. Para leste os vales tornam-se mais apertados e entramos na zona de montanha. Esta mudança dá-se de forma relativamente abrupta. O elemento mais característico desta zona é o rio Minho, sendo a partir deste e dos seus principais afluentes que se organiza a rede hidrográfica da região.

Este rio, nasce na Serra de Meira (750m de altitude) e percorre cerca de 300 km até à sua foz entre A Guarda e Caminha. Corre perpendicular às principais unidades topográficas, recebendo o caudal dos seus afluentes. Ao aproximar-se da foz o relevo perde altitude e dá lugar a um amplo vale.

A área de estudo coincide com o tramo final do rio Minho. Este, desde a comarca ourensana de O Ribeiro até à desembocadura apresenta uma direção inicial N-S, passando neste tramo a orientar-se E-W. O seu caudal é muito superior ao dos tramos anteriores, recebendo o caudal do Avia, do Arnoia e do Deva. O leito vai-se alargando a partir dos municípios de Arbo-Melgaço e sobretudo a partir de Salvaterra-Monção. A partir de As Neves o vale, antes de morfologia fechada, começa a abrir-se, formando, junto a A Guarda um amplo estuário, onde os sedimentos arrastados dão origem a pequenas ilhas.

A bacia hidrográfica do Miño, no seu tramo inferior, vai recebendo, na margem norte, as águas do Sil, do Avia, Arnoia, Tea, Deva, Louro e do Tamuxe, até desembocar no mar. Outros afluentes de menor envergadura são os Ribadil, Termes e Caselas. Na margem sul recolhe o caudal dos rios Mouro, Gadanha e Coura, tendo como afluentes menos

importantes os rios Manco e Trancoso, as ribeiras Campos, Insuas, Veiga do Mira e Arão e os ribeiros Real, Lara, Ameal, S. Lourenço e Porto.



Mapa 4: Rede hidrográfica da área de estudo.

A bacia do Minho contrasta com a dos vales dos seus afluentes, em muitos casos de fundo plano e os seus interflúvios, com vertentes raiadas e cumes aplanados.

Por seu lado o Lima nasce na paróquia de Sarreaus, pela união dos riachos de Valdelobos e Sas de Pedroso e dos rios Lodoselo e Freixo. Corre em direção E-SW até Ponte Liñares (Bande) e a partir daí assume a direção NE-SW. No seu percurso este rio apresenta dois segmentos diferenciados. O primeiro desde a nascente até Lobios-Ponte da Barca e segundo a partir desse ponto até à foz. O primeiro constitui um vale apertado de margens altas em que o rio tem um carácter torrencial. O segundo é mais largo, com terras

altas distantes das margens. Perto da costa quase todos os rios vão encaixados, mesmo os rios mais pequenos se encaixam com frequência. Assim os vales convertem-se em nexos de união entre as serras e as terras chãs, entre as serras e as depressões, entre a costa e o interior.

No tramo em que percorre a Baixa Limia recebe o caudal dos rios Salas, Cadós, Grou, Cabal, Lobios e Caldo, procedentes da Serra do Xurês e em especial do Salas e no tramo inferior recebe o caudal de vários pequenos rios e ribeiros. Na margem norte recebe o caudal dos rios Castro Laboreiro, Peneda, Adrão, Tora, Vez, Cabrão, Labruja, Estorão e Seixo; das ribeiras Silvareira, Nogueira e Portuzelo e dos ribeiros Lapa, Castro e Cangeira. Na margem esquerda são seus afluentes os rios Pontido, Trovela, Vade, Tamente, Froufe e Cabril; as ribeiras Reis Magos e São Simão e os ribeiros Lourinhal, Serdelo e Couto.

Na faixa litoral para além dos dois grandes rios (Minho e Lima), desaguam diretamente no oceano o Miñor, rio que se abre na parte mais ocidental da ria de Vigo e que nasce na albufeira de Zamáns, bem como os rios Neiva, Cabanas e Âncora, bem como as ribeiras de Anha e Rego. O Neiva é, entre estes, o único que segue uma direção idêntica à do Minho e do Lima (NE-SW), enquanto o Âncora apresenta uma orientação SE-NW. Todos os afluentes dos rios principais têm uma orientação N-S, com a exceção do Coura que tem uma orientação NW-SE e que tem a sua própria rede de afluentes.

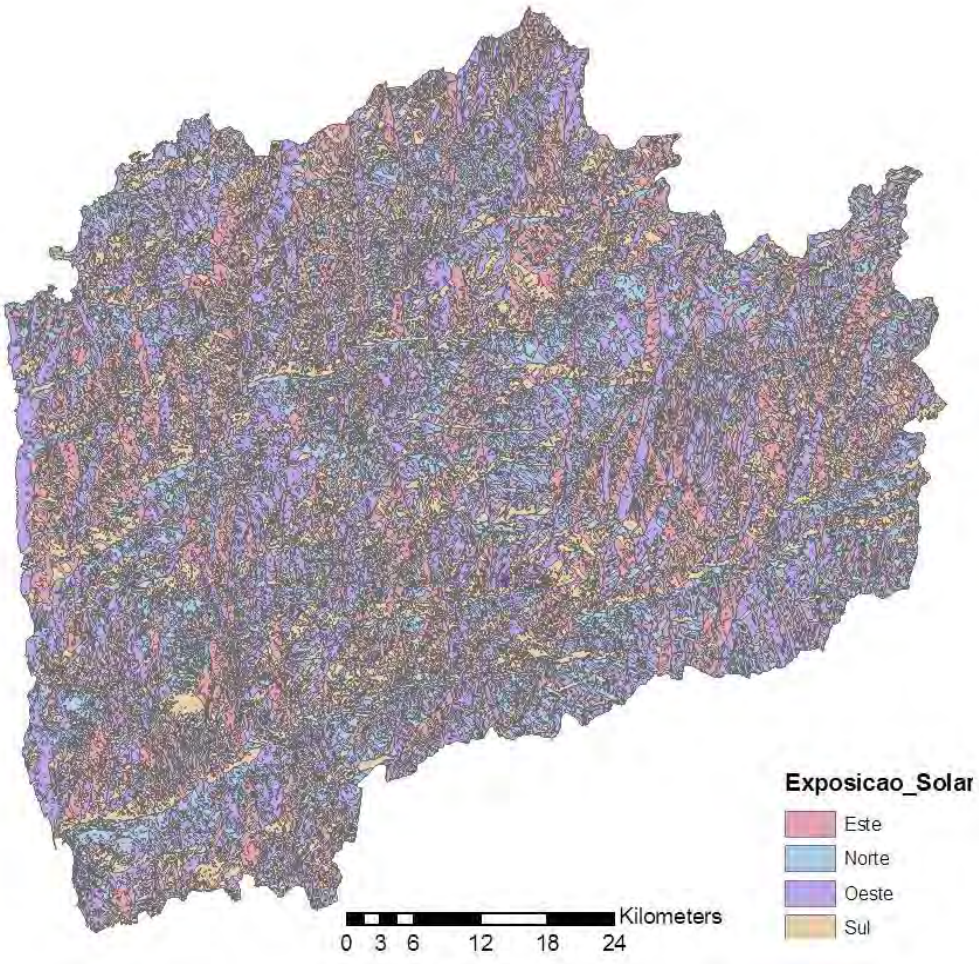
1.5. Caraterização climática:

O clima de uma região vê-se diretamente condicionado pela geomorfologia da mesma. Assim, no nosso caso é a dorsal galega ao aumentando de amplitude, até atingir a sua máxima extensão na Serra do Faro de Avión, serve de barreira permeável entre as chãs interiores e as terras da fachada atlântica (cf. Castillo Rodríguez, Pérez Alberti e Rodríguez Cao, 1999). Pelo que, também do ponto e vista climático existe um marcado contraste entre o território mais próximo da costa e o território interior. O primeiro faz parte, do ponto de vista climático, da região Oceânica-Húmida enquanto o segundo faz parte da Oceânica-Continental. No sector litoral, as temperaturas médias são, assim, suaves (entre os 13 e os 15º), com invernos moderados e a presença esporádica de geada e uma oscilação térmica anual baixa (10-12º). O regime pluviométrico apresenta um máximo absoluto no Inverno e

mínimo no Verão. É elevado o número de dias com chuva (120 dias/ano). A seca concentra-se no Verão, variando entre os 200mm de deficit hídrico nas zonas mais regadas e 400mm nas mais secas. A humidade atmosférica é contudo elevada (70-80%).

Na região Oceânica-Continental o afastamento do mar e o relevo montanhoso condicionam um clima com temperaturas médias anuais entre os 10,6º e os 13,1º, com uma amplitude térmica em torno aos 13-14º. Assim, as temperaturas mínimas podem chegar aos -3º durante o inverno e, no verão, a temperatura máxima pode atingir os 30º.

Numa análise mais pormenorizada verifica-se que as temperaturas médias aumentam de litoral para interior, variando entre os 12,5 e os 15º no sector litoral, descendo para valores entre os 10 e os 12,5º na zona central e ainda mais na interior, onde se encontra entre os 7,5 e os 10º.



Mapa 5: Mapa de exposição solar.

O total de precipitação anual pode chegar aos 1419mm na região galega e 1500 mm na portuguesa. Chove cerca de 93 dias por ano, com mais abundância e persistência nas zonas altas de montanha. As geadas são fortes durante o inverno e a primavera (Gómez Nieto, 2000), podendo ocorrer quedas de neve durante o Inverno. Neste quadro, as terras altas da Serra do Gerês/Xurês ficam também marcadas por um intenso glaciarismo, com uma superfície total de 60km^2 (cf.: Martínez Cortiza, et al., 1999).

Ao contrário do que se verificava com a temperatura, as precipitações mais elevadas se encontram no sector montanhoso oriental, onde a precipitação total se encontra entre os 2400 e os 2800, podendo ser inclusive superior na Serra Amarela. No Litoral e no vale do Minho as precipitações oscilam entre os 1000 e os 1600mm.

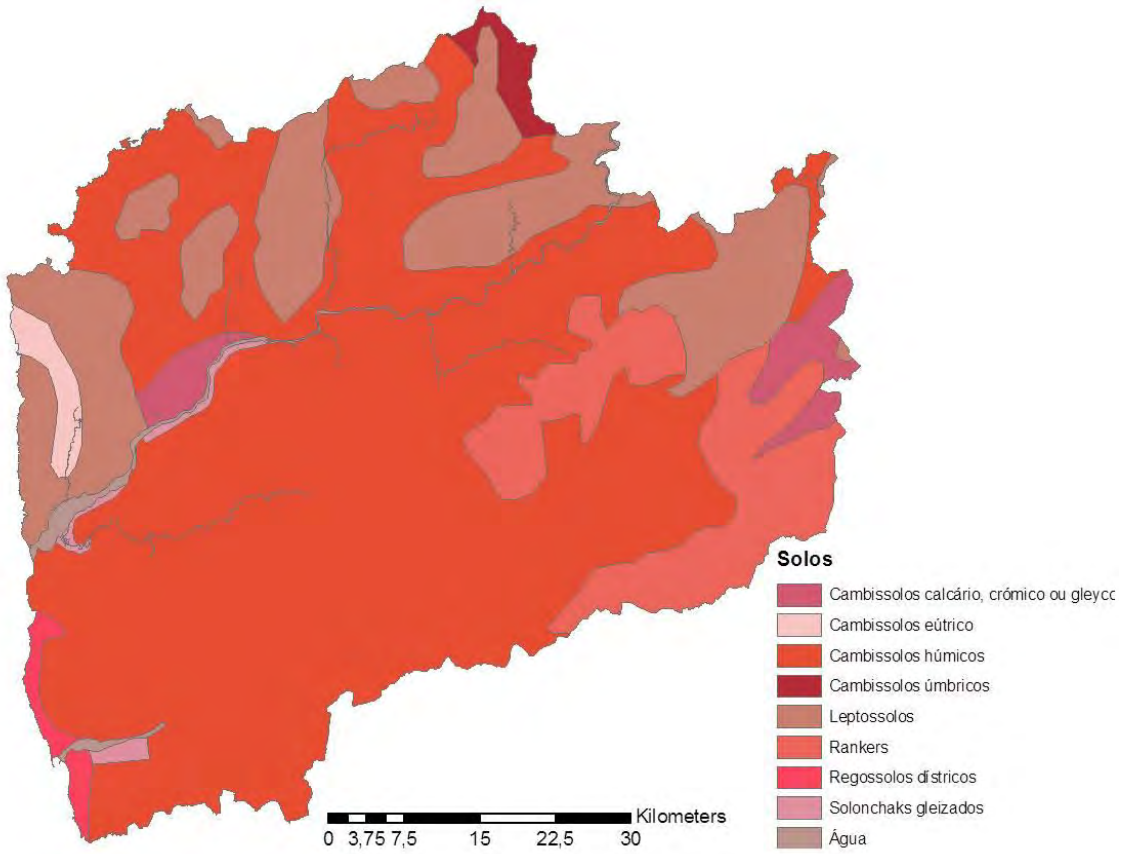
1.6. Caraterização edafológica:

Analisando o mapa litológico verifica-se que predominam os solos cambissoles, ou seja, as chamadas "*tierras pardas",* com abundância de matéria orgânica que permitem o cultivo agrícola regular. Encontra-se igualmente uma faixa de solo *ranker* que vai alargando à medida que entramos nas regiões mais orientais. Trata-se de um solo pouco volumoso e ácido.

Na Baixa, Limia Eguileta Franco identifica catorze tipos de solos. Os rochedos de silicatos distribuem-se pelos altos de Raposeiras e Celme e junto às escarpas montanhosas das grandes serras, uma vez que este tipo de solo se associa a zonas de forte pendente. Nas proximidades destes aparecem solos protoránker[185] (Serra do Xurês, O Quinxo, Parada de Ventosa, Serra de Pena, Montes de Bande, divisória Norte do Salas, Serra de Larouco e Altos de Monterrei e As Estivadas). *Ranker* Gris Distrófico, ocupam as altitudes intermédias,

[185] Sobre a rocha mais ou menos consolidada aparece um fino horizonte de pedras com pouca matéria orgânica. Surge nas zonas mais elevadas e nas de maior pendente.

com pendentes não muito pronunciadas. Os Ránker Pardo[186] distribuem-se pelas altas chãs que rodeiam o curso alto do rio Salas.



Mapa 6: Carta de solos da área de estudo.

No que diz respeito às *"terras pardas"*[187], a Oligotrófica localiza-se a norte da chãs de Lobeira, pelo caule do rio Cadós e pela veiga do curso superior do rio Salas (Eguileta

[186] Horizonte A rico em matéria orgânica, sobre rocha base consolidada ou alterada. A escassa profundidade e as pendentes onde se localiza dificultam o cultivo pelo que se encontra geralmente coberto de mato e nas zonas mais húmidas de prados naturais. Á medida que desce a pendente da ladeira aumenta o horizonte B. Ambos com cor parda.

[187] Formam-se tanto em rocha ígnea como metamórfica ou sedimentos quaternários, em zonas onde se impõe o hidromorfismo. O horizonte A, orgânico e ácido e um horizonte B pardo com boa estrutura e arejamento. Dedica-se a terras de cultivo e pasto.

Franco, 1999). As Terras Pardas eutróficas distribuem-se pelas abas norocidentais dos Montes de Bande. As mesotróficas na desembocadura dos afluentes do Limia entre Muiños e Bande, Lobios e Entrimo e nas chãs e ladeiras suaves do sector Este de Lobeira. Por fim as Gley[188] situam-se nas alti-planícies Norte do vale do Salas e nas chãs superiores dos Montes de Bande. É ainda possível encontrar solos de tipo Anmoor ácido[189] nas chãs elevadas estendendo-se pela plataforma superior e pelas abas orientais da Serra do Leboreiro e uma zona de turbeira no limite norte da baixa Limia, no Alto do Vieiro.

Para Sul, na região montanhosa do Planalto de Castro Laboreiro, da Serra da Peneda e da Serra Amarela encontram-se solos de tipo *Rankers*[190]. Estão ainda representados, ainda que em pequenas manchas Regossolos dístricos (numa pequena mancha litoral do concelho de Viana do Castelo) e Solonchaks gleizados (no mesmo concelho, mas na desembocadura do Lima).

Na região Minho-Lima predomina claramente os *Cambissolos húmicos* associados, na sua grande maioria a rochas eruptivas, aparecem igualmente numa importante mancha associada a xistos (Luvissolos de forte influência atlântica) a coincidir com a mancha de xistos e grauvaques do período Silúrico e Ordovícico.

Numa pequena área do Vale do Minho encontra-se uma mancha de rochas sedimentares post-paleozoicas.

No vale do Fragoso as condições edáficas dependem da textura franco arenosa que domina a quase totalidade do vale, com a exceção da zona de Cabral-Candeán, onde se encontram solos de tipo franco-limoso. No Vale Miñor os solos são ácidos, devido ao substrato predominantemente granítico.

---

[188] Caracterizam-se por um horizonte de cerca 30 a 40cm rico em matéria orgânica sobre horizonte arenoso ou argiloso. Localizam-se na antiga lagoa de Antelas.

[189] Trata-se de um solo que mantém um elevado grau de humidade, encontrando-se por vezes saturado de água. Caracteriza-se pela formação de uma camada de húmus misturada com material mineral.

[190] Solos muito ácidos (PH <5), ricos em ferro e alumínio.

Na Serra do Faro predominam os solos de tipo *Ranker* gris distrófico, nos cumes e nas ladeiras, com uma pequena mancha de solo Anmoor ácido no Monte Faro de Chantada.

Nos Montes del Testeiro, na A Paradanta e na serra do Suído predominam os solos *Ranker* Pardo[191], com áreas de solos proto*ranker*[192] nos cumes e nas ladeiras mais abruptas.

2.6.1. Sobre a capacidade de uso dos solos:

O território Norte de Portugal ocupado essencialmente por solos de tipo F, de uso florestal. Contudo nas margens do Minho, do Lima e dos seus principais afluentes encontram-se solos de classe A e aproveitamento agrícola, bem como pequenas áreas de solo de classe C e utilização agrícola condicionada. Encontram-se ainda solos de tipo complexo C+F e A+C, bem como formações de salinas e sapais na desembocadura do Minho e do Lima.

Na dorsal galega, desde A Paradanta à Serra do Faro os solos com boas qualidades agrícolas apenas se encontram em pequenas manchas de solo de tipo B, de pouca extensão (Bearíz, Boborás e O Carballiño). Os solos de capacidade média (C e D) são mais frequentes (O Carballiño, Bearíz, Boborás e na área Covelo-A Cañiza), sendo mais escassas nas terras altas da Dorsal. Os solos de potencialidade E são também numerosos, sobretudo nas áreas limítrofes com os anteriores. São também bastante numerosos os solos praticamente improdutivos, concentrados especialmente nas zonas altas da Dorsal, em zonas de cumes ou em ladeiras de forte pendente.

[191] Solos permeáveis, arenosos ou arenosos limosos, bem drenados e com uma camada de húmus.

[192] O seu perfil consta de um horizonte orgânico com pouco espessura onde se encontram principalmente musgos e líquenes.

2.6.2. Acerca da análise de usos dos solos atual:

Na região galega podemos distinguir em linhas gerais a região interior marcada pela escassez de terrenos agrícolas e por uma utilização florestal, onde predominam os matos e as zonas de prado. Na faixa central os terrenos agrícolas abundam, no sector ocidental, enquanto no oriental se perpetuam as condições do território montanhoso. Na faixa litoral distinguem-se duas realidades. Junto ao rio Minho concentram-se boa parte dos terrenos agrícolas enquanto na faixa litoral propriamente dita são mais frequentes os terrenos de utilização florestal, o monte e os prados.

2.7. Paleovegetação e paleoambiente:

Nas últimas décadas os investigadores galegos têm demonstrado grande interesse pelas análises polínicas e edafológicas, contudo a informação paleoecológica determinada a partir de escavações continua a ser bastante escassa e centrada essencialmente à área litoral e sub-litoral Atlântica, ou seja no extremo Norocidental (Gómez-Orellana Rodríguez, Ramil Rego e Muñoz Sobrino, 2010). Para o megalitismo acresce a dificuldade inerente à própria atividade construtiva, que desde o transporte dos ortostatos à elevação da massa tumular, implicaria uma remoção e possível destruição da sequência edáfica pré-existente, destruindo o registo polínico coevo.

Não obstante a escassez a que anteriormente se aludiu, somos hoje capazes de traçar um quadro paleo-ambiental mais ou menos genérico para o Noroeste peninsular. Sabe-se, por exemplo que em termos climáticos o Noroeste da Península Ibérica esteve sujeito, durante o Holoceno, a intensas flutuações climáticas, distinguindo-se dois grandes períodos: durante o período Atlântico (6000-2500 a.C.) o clima seria mais quente e húmido do que o atual (Vidal Romani, 1977-78 e 1989).

Desde inícios do Holoceno, esta região se carateriza por um desenvolvimento das florestas e que, durante a fase do *Óptimo Climático* (6.000-3.000 BP.), se mantém esse caracter florestado, diversificando-se as formações boscosas com a presença de distintos elementos de caráter eurosiberiano (*Fagus*, *Carpinus*, etc.) e mediterrâneo (*Quercus ilex*, *Pinus pinaster*, etc.) (Ramil Rego e Fernández Rodríguez, 1996). A ação das frentes

marinhas numa topografia aplanada favorecia a formação de ecossistemas turbosos e higroturbosos, havendo ainda que ponderar a ação do vento.

A partir da introdução do sistema agrícola, que, grosso modo, se relaciona com o início do megalitismo, mantém-se esse mesmo caráter arborizado, mas começam a aparecer pólen de cereal. Esta nova configuração da paisagem é denominada *Landman,* marcada por uma ação antrópica sujeita a fortes variações temporais e espaciais.

Análises polínicos realizados em diversos assentamentos como podem ser Chan de Prado, ou As Pereiras, assinalam a presença de espécies arbóreas como o *Alnus*, *Quercus*, *Corylus*, *Betula* ou *Salix*. No que se refere às herbáceas, foram identificadas em Chan de Prado elevadas concentrações Gramíneas, Compostas e Brezal, Plantas Nitrófilas (*Plantago*, *Urticaceas*, *Cruciferas*) e outras que poderiam ser indicativas de queimadas (*Asphodelus*) (Aira Rodríguez; Saa Otero e Taboada Castro, 1989). Em As Pereiras foram igualmente identificados elevados índices de Gramíneas, Filicaceas e outras espécies como *Asphodelus* e *Plantago*, intimamente relacionadas com a atividade humana. Estudos como estes parecem colocar os monumentos tumulares e megalíticos numa paisagem essencialmente aberta, apesar do predomínio do pólen arbóreo.

As análises realizadas em assentamentos não tumulares parecem consistentes com este contexto, a não ser uma maior relevância do pólen não arbóreo, em geral as herbáceas (Gramineas, *Asphodelus*, *Plantago* o *Urtica*) que se relacionam diretamente com a ação antrópica.

No que se refere às parcelas cultivadas no Noroeste Ibérico, Ramil Rego e Fernández Rodríguez (1996) apontam três hipóteses: cultivo das áreas boscosas, limpando a vegetação ou aproveitando clareiras; cultivo de áreas em que a cobertura arbórea não era permanente, como leitos de inundação ou áreas de transição entre meios hidromorfos e terrestres, fáceis de trabalhar e de elevada fertilidade ou o aproveitamento de áreas culminantes, onde o bosque não chegaria a desenvolver-se plenamente, adquirindo um carater mais aberto. Por outro lado estão largamente documentadas atividades desflorestadores, visando a abertura de clareiras, que poderiam favorecer a formação de pastos ou facilitar a atividade agrícola. Abrindo caminho á possibilidade de emprego de outros sistemas de cultivo como a roça e a queimada.

Em conclusão a introdução do sistema produtivo e o surgimento do fenómeno tumular e megalítico inauguram um período de enorme pressão sobre o meio, em que se leva a cabo uma profunda antropização da paisagem.

2. Acerca da análise de uma realidade arqueológica



Figura 34: Mamoas 5 e 6 do Alto do Buscal.

Se, por razões óbvias que nos escusamos aqui de enunciar, a primeira parte do presente trabalho, em que se realizou uma abordagem historiográfica do megalitismo do Noroeste da Península Ibérica, se segui uma orientação diacrónica e cronológica, na análise arqueológica que se apresenta nos próximos capítulos a orientação parte de uma base espacial e territorial. Partilhando objetivos e métodos da chamada arqueologia espacial, definida por Ian Hodder (1988: 9) como o estudo das relações humanas no espaço, através dos seus vestígios materiais.

No caso que agora nos ocupa trata-se antes de mais de analisar relações humanas, através de um tipo muito concreto de vestígio material (as sepulturas) através de uma leitura espacial ou territorial, colocada de manifesto pelas implicações da leitura processualista do fenómeno megalítico a que já anteriormente se aludiu. Contudo não pretendemos aqui partir de uma postura funcionalista pura, pois como enunciava Ian Hodder no artigo anteriormente citado através da análise espacial é possível acercarmo-nos a quatro ordens de temáticas: económicas, sociais e ideológicas, sendo ainda possível ponderar as interconexões entre todas estas questões.

De forma genérica é a primeira componente que tem sido mais explorada nos estudos de arqueologia espacial realizados para o megalitismo do Noroeste da Península Ibérica, em

especial para o caso galego, enquanto no Norte de Portugal a perspetiva espacial centra-se sobretudo na análise de relações espaciais entre os monumentos de uma mesma necrópole. Uma aproximação a uma abordagem social[193] ou ideológica[194] à questão espacial foi testada por um número mais restrito de arqueólogos galegos, colocando-se alguns dos seus princípios em prática no projeto da Serra de O Bocelo-Forelos (cf.: Criado Boado, 1991). Torna-se assim patente que não se tem explorado, para o megalitismo do Noroeste, de forma plena as potencialidades da arqueologia espacial, que conta já com um largo trajeto desde que despontou em meados dos anos sessenta.

As primeiras preocupações espaciais despontam, como se referiu na primeira parte deste trabalho, com a eclosão do paradigma difusionista e a questão da distribuição espacial das culturas materiais e ganham um peso ainda maior, no estudo do fenómeno megalítico no quadro do processualismo e das associações que se traçam entre o fenómeno megalítico e a questão territorial. A explicação sistémica proposta por Renfrew (1979 e 1981) enquadra o surgimento do megalitismo dentro de um conjunto complexo de fatores, entre os quais o ecossistema tem um papel central, na sua génese, expansão e evolução.

Em síntese o que a análise que nos propomos agora iniciar parte deste entendimento do megalitismo dentro de um sistema de relações na que o espaço (natural e cultural) tem um peso decisivo. Importa, em nosso entender antes de partirmos para a análise fria e matemática dos dados deixar aqui algumas reflexões sobre as questões espaciais, os seus conceitos e os seus métodos, pois são estes que nos servirão de fio condutor às ilações que adiante se expõe acerca da nossa perceção da relação que se estabelece entre as mamoas da região galaico-portuguesa do Minho e o espaço natural, a paisagem e o território, clarificando de que forma através dessa análise se pretende conseguir uma aproximação a fatores de ordem social e ideológica.

---

193 Conferir a este propósito Bello Diéguez, Criado Boado e Vázquez Varela (1984ª), Criado Boado (1984-85 e 1997) ou Villoch Vázquez (2000 e 2001).

194 Uma abordagem deste tipo à questão espacial pode ser encontrada em diversos textos da autoria de Felipe Criado (1984-85, 1988, 1989c, 1993 e 1997), Criado Boado e Vaquero Lastres (1993) e Villoch Vázquez, Santos Estévez e Criado Boado (1997).

Partimos pois de um meio natural, composto por uma série de elementos que importa caracterizar (topografia, solos, recursos hídricos, cobertura vegetal, cobertura faunística, etc.), que não deve ser confundido com o conceito de paisagem, pois representa aqui um papel passivo. É a base sobre a que se desenvolve a paisagem, entendida como uma antropização desse espaço natural. No caso do megalitismo haverá igualmente que ponderar a sua participação na configuração de uma paisagem cultural.

A alusão ao caráter passivo do espaço natural não deve contudo ser encarada como sinónimo de estático ou imóvel, já que o espaço natural tem também a sua história e como tal deve ser perspetivado numa perspetiva diacrónica. Escrevia López Romero (2005: 163) que *"el paisaje cultural se crea, por un grupo cultural, a partir de un paisaje natural. La cultura es el agente, el área natural el medio, y el paisaje cultural el resultado".*

Infelizmente os estudos paleoambientais para esta área não são ainda o suficiente claros que permitam afrontar a análise espacial inteiramente a partir dos dados que estes aportam. De momento contamos apenas com a caraterização geral que introduzimos no capitulo anterior, dedicado à definição da área de estudo e de análises antracológicas realizadas para as Mamoas do Alto da Portela do Pau (Outeiro do Ferro) por Isabel Figueiral (cf.: 1995 e 1997). Nestas analises regista-se a forte presença de Ericáceas e Leguminosas, caraterizadas pela elevada capacidade de ocupar terrenos agrícolas abandonados ou terrenos recentemente desflorestados. Estão também presentes os carvalhos (*Quercus róbur* e *Quercus pyrenaica,* duas espécies de se desenvolvem normalmente em altitudes distintas, pelo que, atendendo à altitude a que se situa o núcleo megalítico do Alto da Portela do Pau, a autora defende que o *Quercus róbur* estaria presente no momento devido ao transporte de leva recolhida em altitudes inferiores. Foi ainda registada a presença de vidoeiro na amostra proveniente de M2. Torna-se assim necessário, com todas as limitações que daí derivam, perspetivar este tipo de estudo a partir dos elementos geográficos atuais.

Em termos metodológicos o espaço natural converte-se em elementos cartográficos recolhidos e elaborados sobre os quais sobrepomos uma outra realidade, a cultural, sendo esta traduzida, operacionalmente sob a forma de dados. São estas as duas ferramentas que manejamos na nossa aproximação ao fenómeno megalítico a partir de uma perspetiva espacial. Os dados recolhidos na ficha de campo foram transpostos para uma base de

dados, que foi posteriormente analisada e cruzada com informação cartográfica por intermédio de uma ferramenta SIG.

Esta ferramenta permite a simulação de hipóteses e a sua posterior avaliação, ou seja permite uma recriação virtual de uma determinada realidade espacial e a sua análise a partir dos dados cartográficos e estatísticos disponíveis. Tirando partido destas possibilidades passaremos então a recriar virtualmente o mapa de distribuição das mamoas da região galaico-portuguesa do Minho, tentando perceber as relações que as mesmas estabelecem com o espaço natural, com a paisagem cultural e avaliando as interpelações mutuas entre estas duas realidades, para no final nos aproximarmos do seu significado em termos ideológicos.

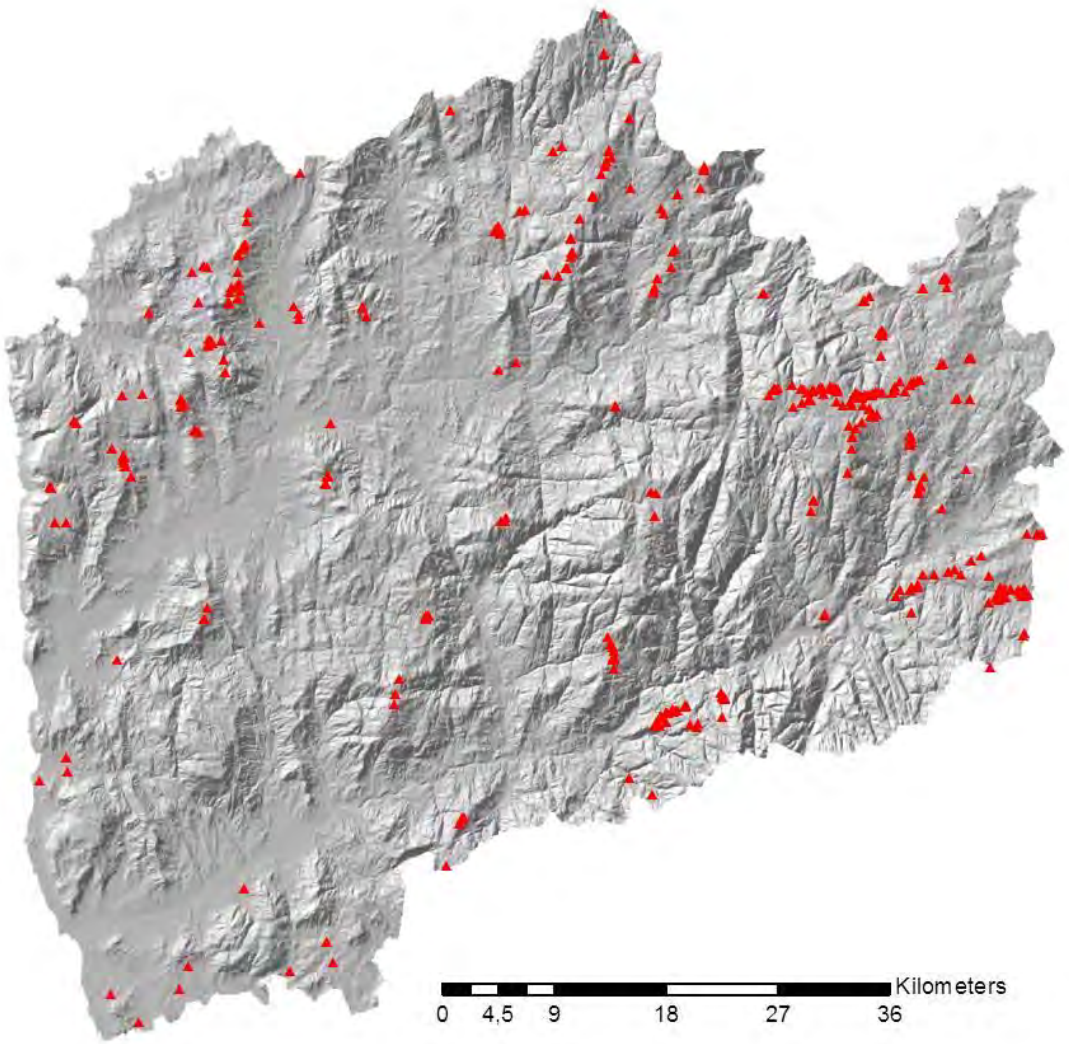
3. Distribuição e implantação



Figura 35: Mamoa 2 de Chan de Prado.

Tal como foi anteriormente exposto, no capítulo dedicado às questões metodológicas o ponto de partida para a elaboração do trabalho de campo foram duas bases de dados de origem distinta. Para a parte galega partiu-se uma base de dados disponibilizada pelo grupo de estudos Arqueohistoria, onde se incluem os resultados de campanhas de prospeção que se têm vindo a desenvolver há mais de uma década, de tal forma completa que no decurso do trabalho de prospeção e fruto da pesquisa elaborada nos catálogos de património da Xunta de Galicia apenas se acrescentaram dezoito monumentos. Dos restantes foram revistos os mais relevantes e atualizados os seus dados de acordo com os objetivos e a metodologia definida para o presente estudo.

Para a parte portuguesa partiu-se igualmente de uma base de dados disponibilizada pelo IGESPAR na que constam os monumentos catalogados do distrito de Viana do Castelo. Esta inclui registos com um grau de fiabilidade bastante variável, que varia entre monumentos georreferenciados e identificados durante trabalhos arqueológicos da mais diversa índole até vagas noticias recolhidas em textos, também eles das mais variadas origens.



Mapa 7: Distribuição das mamoas.

Com os dados recolhidos nesses inventários procedeu-se à elaboração de um catálogo próprio, localizando os monumentos e catalogando-os de acordo com os critérios expostos no ponto relativo à metodologia deste trabalho. Os resultados que em seguida se expõem resultam da análise dos dados contidos nesse catálogo, do qual se inclui uma síntese como anexo ao presente volume, cruzando toda essa informação numa perspetiva espacial, de forma a aproximar-nos às possíveis inter-relações entre as mamoas e meio natural.

No catálogo resultante de todo este trabalho registam-se 476 monumentos tumulares, 30% dos quais se encontram na parte portuguesa e 70% na galega. Esta diferença parece traduzir a diferença anteriormente aludida. A continuação de trabalhos de prospeção certamente irá completar, como tem vindo a acontecer para o caso galego este catálogo.

Contudo o objetivo que nos propúnhamos não era a realização de uma prospeção intensiva de uma área ou a catalogação de todo o património megalítico da mesma, o que bem se demonstra no caso galego, deve ser encarado como um objetivo a longo prazo, fruto de um trabalho gradual e continuado.

Trata-se aqui de aplicar uma mesma metodologia de trabalho aos monumentos conhecidos em ambas as regiões, reunindo assim uma amostra suficiente para que dela seja possível definir algumas questões relativas á implantação, à arquitetura e ao estado de conservação.

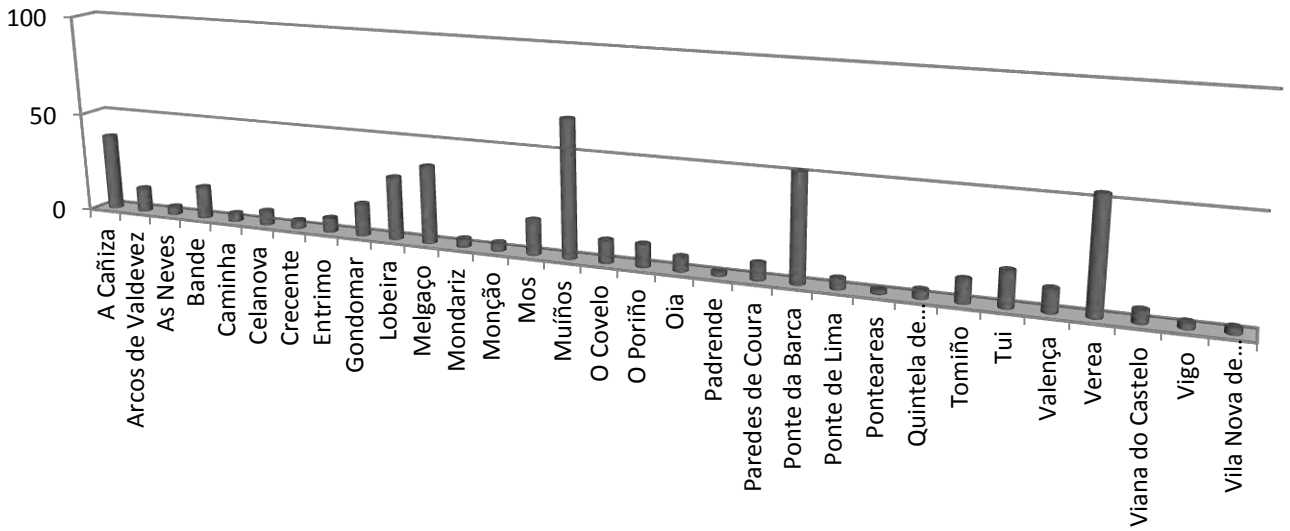


Gráfico 1: Distribuição de mamoas.

A desproporção apontada anteriormente parece diluir-se ao analisarmos a distribuição por província. O resultado surge-nos bastante mais equilibrado 143 encontram-se em Viana do Castelo (30%), 145 em Pontevedra (30%) e 188 em Ourense (40%).

Relativamente à distribuição por concelhos é em Muiños, que se encontra maior número de mamoas, representando 14% do total. Seguem-se Verea com 11% e Ponte da Barca igualmente com 11%. Por sua vez, em Padrende e Ponteareas é onde se regista menos

número de monumento, representando apenas 0.42% do total, logo seguidos de Vila Nova de Cerveira, com um peso de 0.69%[195].

Esta distribuição parece coincidir com o mapa geral de distribuição de mamoas do Noroeste Peninsular em que se verifica uma maior concentração de monumentos em zonas de montanha. Também na região galaico-portuguesa do Minho, o setor oriental totaliza 226 monumentos, correspondendo a 47% do total de monumentos catalogados, enquanto na região central contabilizam-se 139 monumentos, correspondendo a 30% do total de monumentos e, na litoral, registam-se 111 monumentos (23%).

3.1. Distribuição em função da nuclearização:

Também se verifica, como tem vindo a ser apontado para o megalitismo do Norte de Portugal[196], a tendência geral para uma maior concentração de monumentos, nas regiões interiores, e para uma maior dispersão dos monumentos situados na faixa litoral. Partindo desta noção geral fazemos de seguida uma análise às principais formas de distribuição destas mamoas no território, separando-se as que se encontram isoladas, das que mostram tendência para formarem núcleos, desde pequenos grupos de duas ou três mamoas até conjuntos maiores em que se ultrapassa a dezena de túmulos, podendo estes, por sua vez, ser interconectados formando verdadeiras necrópoles.

---

195 O mesmo valor, representam os monumentos tumulares e megalíticos catalogados no concelho de Vigo, no entanto, devemos ter em conta que, deste concelho, apenas se incluiu, uma pequena parte, a sul concelho, devido à presença de monumentos situados no limite com Baiona e sobretudo Gondomar e como tal foram incluídos no catálogo.

196 Conferir a propósito do Norte de Portugal Vítor Oliveira Jorge (1991) ou Eduardo Jorge Lopes da Silva (2003), mas também noutras regiões se evidencia a mesma tendência. É este o caso da região de Salamanca e Zamora, estudada por Socorro López Plaza (1982). Por seu lado Fernández Eraso e Mujika Alustiza (2006 e 2010) salientam para o megalitismo do País Basco uma tendência à dispersão, sendo pouco usuais os monumentos formando núcleos com mais de dois túmulos.

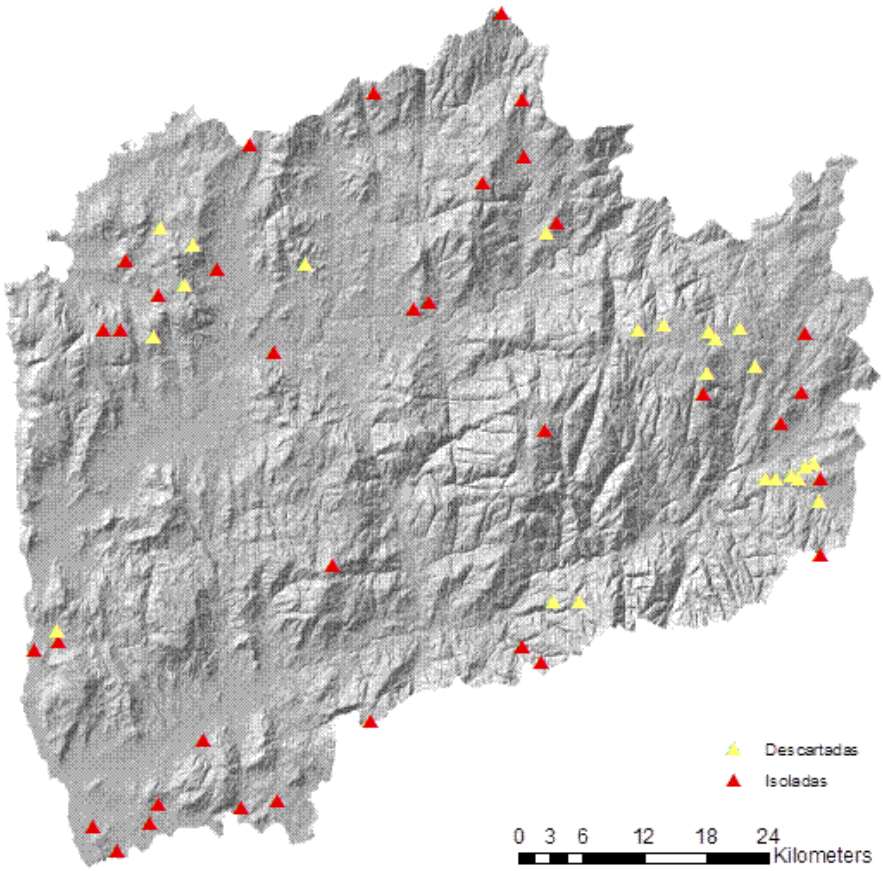
3.1.1. Mamoas isoladas:

Num total de 476 monumentos tumulares e megalíticos analisados, 35 encontram-se isolados[197] enquanto os restantes se encontram agrupados em conjuntos que podem ir de pequenos grupos de dois monumentos (pares) a grandes concentrações com mais de uma dezena de monumentos.

A presença de mamoas isoladas tem vindo a ser assinalada como uma das caraterísticas distintivas do megalitismo do litoral minhoto. Do estudo efetuado destaca que, sendo efetivamente relevante o número de monumentos isolados nesta região (Mamoa de Felgueiras, Mamoa de Eireira, Mamoa de Aspra, Cista de Lordelo, Mamoa de Arques, Mamoa de Poiares, Mamoa de Gaião, Chã do Outeiro, Golo de Areia, Mamoa da Gândara, Mamoa da Chasqueira, Mamoa do Adro Velho, Porrinhoso, Poça dos Ramos e Vazeiro), é também significativo o seu número na província de Pontevedra (As Madorras, Boucigos, Cachadiñas, Chan do Portugués, Coto do Facho, Dólmen da Cavada Santa, Mamoa de Marco Pardo, Mourelle, O Coturro, Monte Medoña, Portela de Deva, Porto da Arca, Plainada de Arriba e Os Cotareles), assim como na de Ourense (A Cañota, Catro Camiños, Mámoa do Vieiro, Mourisca de Arriba, Nogueirós e Portela de Pitões).

Ficaram de fora deste grupo os monumentos, que não tendo sido integrados num conjunto, no decurso do trabalho de campo, se verificou através da análise cartográfica não cumprirem os critérios assumidos como definindo uma posição isolada. Contam-se entre estes casos: A Anta, A Mota, A Pasaxe, Agrochao, Alto da Picota, Cerqueira, Cruce de Xermeade, Dantas, Dólmen da Barrosa, Dólmen de Vile, Dólmen de Herville, Mamoa de Arrazis, Mámoa de Devesa, Monte de Reparade, Mota Cabreira, Munixeito, O Nicho, Penedo da Cruz, Penedos do Chan, Pazos, Antela da Cruz Vermelha, A Pereira, Chão dos Galos, As Aradas, Mamoa da Portela de Aldir, Salgueiro Seco, Mamoa de Outeiro das Mos, A Roza, Porqueirós, Serra de Prado, Santo Cristo de Miranda e Sanomedio.

197 Convencionou-se considerar como mamoas isoladas aquelas que se encontram a pelo menos 1km de qualquer outro monumento, identificado no decurso deste trabalho.



Mapa 8: Distribuição das mamoas isoladas.

Em relação às mamoas isoladas, verifica-se que 60% se implantam em altitudes baixas, 31% ocupam altitudes médias e apenas 9% ocupam posições elevadas, concordando com a tendência assinalada para o Norte de Portugal de surgimento de monumentos isolados em altitudes baixas, sobretudo na faixa litoral (cf.: Jorge, V., 1991).

No que diz respeito à orografia 71% destes monumentos situam-se em divisórias, 29% situam-se num vale aberto, 26% ocupam portelas, em balcão apenas se registam dois casos de monumentos isolados (Cachadiñas e Monte Medoña). Do que se depreende também uma concordância com a ideia que tem vindo a ser generalizada de associação destes monumentos com posições de vale e geralmente junto ao litoral. Os monumentos identificados como monumentos isolados que se incluem nos concelhos da faixa litoral representam 49% do total.

Já na implantação no meio envolvente dominam os monumentos em chãs, verificada em 54% dos casos. Já as mamoas em cume representam 29%, enquanto as mamoas em ladeira correspondem apenas a 17%.

Como se pode comprovar na análise historiográfica realizada o surgimento destes monumentos em situação isolada tem sido associada a uma intensificação da atividade agrícola e uma possível expansão territorial. Assim sendo, seria de esperar que neste grupo se destacassem as tipologias mais evoluída. Contudo, dentro deste grupo, identificou-se uma cista (Cista de Lordelo), um monumento de câmara e corredor indiferenciados (Mamoa de Eireira), duas câmaras poligonais abertas (Dólmen da Cavada Santa e Portela de Pitões), sendo as restantes de tipologia indeterminada. Foram, no entanto, descartados os dólmenes da Barrosa e de Vile. Ambos implantados em altitudes baixas, ocupando um vale e, no primeiro caso, enquadrável na tipologia de dólmen de corredor indiferenciado, que tem sido sistematicamente apontado como um dos melhores exemplos desta suposta expansão territorial para as regiões mais aptas à atividade agrícola.

Continuando a análise das caraterísticas construtivas das mamoas isoladas verifica-se que 40% apresentam massa tumular composta de terra e pedras, 34% exclusivamente de terra e 20% conservam indícios de couraça. Dois monumentos (Cista de Lordelo e Dólmen da Cavada Santa) não apresentam indícios de massa tumular. Os tamanhos são médios em 51% destes monumentos, 14% são grandes e apenas 1% são pequenos. A altura é média em 40% dos casos, baixa em 29% e 14% são altas. Também no que se refere aos volumes imperam os volumes médios e reduzidos, que se registam em 31% dos casos, respetivamente. Apenas O Coturro apresenta um volume elevado e a Mamoa de Poiares apresenta um volume alto.

A superfície média ocorre em 54% destes monumentos, sendo pequena em 9% destes. Mamoas isoladas com superfícies grandes apenas se registam os casos da Mamoa de Poiares e de Chan do Portugués, enquanto apenas O Coturro regista uma superfície muito grande. O índice de alongamento é pequeno em 60% dos casos, orientado claramente no sentido N-S em 67% dos casos e E-W em 33%. Registam-se plantas circulares em 9% dos casos e apenas a Mamoa do Adro velho apresenta um ILT médio.

3.1.1.1. Mamoas isoladas em divisória:

Das que se encontram em divisórias, seis ocupam uma posição chã (Chan do Portugués, Mourelle, Catro Camiños, As Madorras, Portela de Deva e Boucigos), outras seis encontram-se em cumes (Porriñoso, Chã do Outeiro, Poça dos Ramos, Vazeiro, Coto do Facho e Mourisca de Arriba) e apenas duas se encontram em ladeira (O Coturro e Os Cotareles)

Todos os monumentos situados em divisória mas em posição chã se encontram em altitudes baixas, com a exceção de Portela de Deva (827m) e Catro Camiños (940m). Seis dos monumentos isolados em divisória que ocupam posições chãs apresentam massa tumular composta exclusivamente de terra e apenas em Portela de Deva e Chan do Portugués são de terra e pedras. Todos os monumentos são de tamanho médio (com um diâmetro maior entre 11,6 e 15m), uma vez mais com a exceção de Chan Portugués que apresenta um diâmetro de 26,6m, o mesmo no que diz respeito à superfície que neste monumento é grande, destacando-se dos restantes que apresentam superfícies médias. O volume é reduzido, com a exceção de Portela de Deva e Chan do Portugués em que este é médio. A altura destes monumentos é também pequena ou média. O índice de alongamento é pequeno novamente com a exceção de Chan do Portugués que apresenta uma planta circular. Apenas Catro Camiños conserva um ortostato de granito, mas nem neste caso foi possível identificar a tipologia da câmara.

Cinco das nove mamoas isoladas em divisória, mas com uma situação de cume apresentam a massa tumular composta de terra e pedras e em quatro encontra-se recoberta por uma couraça. Seis destas mamoas conservam ortostatos de granito, mas em nenhum dos monumentos foi possível identificar a tipologia da câmara. Apenas dois destes monumentos tumulares (Chã do Outeiro e Vazeiro) são de pequena dimensão, sendo as restantes consideradas de tamanho médio, apresentando um diâmetro maior entre os 12 e os 21m. As alturas destes monumentos são igualmente médias, com a exceção de Coto do Facho que apresenta uma massa tumular com apenas 0,7m de altura, sendo que as restantes apresentam alturas entre 1 e 1,9m. Por fim a superfície é média com as exceções de chã do Outeiro e Vazeiro que têm uma superfície pequena. Também no que se refere ao ILT, todas apresentam um índice de alongamento pequeno, com a exceção de Mourisca de Arriba em que este é nulo, uma vez que o monumento apresenta uma planta circular. Nos

restantes casos o ILT varia entre 0,89 e 1,05m, sendo dominante a orientação E-W. Apenas nos casos de Chã do Outeiro e Porrinhoso a orientação é N-S.

Ambas as mamoas isoladas em divisória, que ocupam ladeiras, se situam em altitudes baixas, são compostas de terra e pedras e apresentam um índice de alongamento pequeno, divergindo em todas as outras características, inclusive na orientação. Apenas um destes monumentos (Os Cotareles) conserva dois ortostatos, de granito, sem que tenha sido possível identificar a tipologia da câmara.

Onze mamoas descartadas por estarem a menos de 1km de outro monumento encontram-se em divisórias e todas ocupam posições chãs (A Anta, A Pasaxe, Agrochao, Alto da Picota, Mamoa de Arrazis, Mámoa de Devesa do Rei, Mota da Cabreira, O Nicho, Penedo da Cruz, Pazos e Antela da Cruz Vermelha). Dois destes monumentos (Antela da Cruz Vermelha e Mámoa da Devesa do Rei) não apresentam atualmente vestígios da massa tumular e num terceiro o estado de conservação impede a correta medição da massa tumular. Entre as restantes seis apresentam um *tumulus* composto de terra e pedras, em O Nicho a composição é exclusivamente de terra e no de Mota da Cabreira foi identificada uma couraça. Três conservam ortostatos de granito mas apenas no caso da Antela da Cruz Vermelha se identificou uma câmara poligonal fechada. Nos casos em que foi possível medir a massa tumular dominam os tamanhos médios, com a exceção da Mamoa de Arrazis que é de grande tamanho. Também a altura predominante é média, com a exceção da mamoa do Alto da Picota que é alta e de A Anta e Agrochao que são pequenas. O índice de alongamento é pequeno em todas, exceto em A Anta e Mámoa de Devesa do Rei que apresentam plantas circulares. Os volumes são médios ou reduzidos, com a exceção da Mamoa de Arrazis que apresenta um volume elevado.

Já as mamoas descartadas como mamoas isoladas situadas em divisória mas em cumes (Cruce de Xermeade, A Pereira, Chão dos Galos e Santo Cristo de Miranda) apresentam massas tumulares com composição diversificada, sendo em dois casos (Santo Cristo de Miranda e Chão dos Galos) de terra e pedras, na mamoa de Cruce de Xermeade exclusivamente de terras e na de A Pereira conserva vestígios de uma couraça. Apenas em Chão dos Galos não foi possível verificar a existência de ortostatos, nos restantes conservam-se esteios de granito mas num estado que não permitiu a identificação de tipologias. Todas as mamoas são de tamanho médio, com uma altura pequena em Chão

dos Galos e Santo Cristo de Miranda e média em A Pereira e Cruce de Xermeade. O índice de alongamento é pequeno em todos os casos com a exceção de Chão dos Galos em que este pode ser considerado grande. Também no que se refere à superfície o mesmo monumento constitui exceção ao ocupar uma pequena superfície quando os restantes ocupam superfícies médias. O volume é reduzido em Cruce de Xermeade e Chão dos Galos e Médio em A Pereira e Santo Cristo de Miranda. Curiosa parece ser a constatação de que neste subgrupo as mamoas de volume reduzido ocupam altitudes médias e as que apresentam volumes médios ocupam altitudes baixas.

Dentro deste grupo, quatro monumentos situados em divisória, ocupam ladeiras (Dólmen de Herville, Monte de Reparade, Salgueiro Seco e Porqueirós). Apenas o Dólmen de Herville se encontra atualmente desprovido de massa tumular, mas é também este o único que conserva ortostatos de granito, mas num estado que impossibilita a definição tipológica. Nos restantes casos a massa tumular é de terra em Monte de Reparade, de terra e pedras em Porqueirós e protegida por couraça em Porqueirós. Em dois deles não foi possível apurar convenientemente a medida da massa tumular. Nos que esta foi corretamente medida o tamanho é médio, a altura pequena, com um índice de alongamento pequeno, um volume reduzido e superfície média.

3.1.1.2. Mamoas isoladas em balcão:

Entre as mamoas isoladas apenas duas (Monte Medoña e Cachadiñas) se situam em balcões. Ambas se encontram em altitudes baixas, uma apresenta a massa tumular composta de terra e a outra de terra e pedras, ambas são de tamanho médio, de altura igualmente média e alta, volume reduzido ou médio, superfície média, índice de alongamento pequeno. Apenas Cachadiñas conserva um ortostato de granito, sem que seja possível determinar a tipologia da câmara.

3.1.1.3. Mamoas isoladas em portela:

Das mamoas isoladas em Portela (Dólmen da Cavada Santa, Plainada de Arriba, Portela de Pitões, Nogueirós, A Cañota, Golo de Areia, Porto da Arca, Mámoa do Vieiro e Mámoa do Marco Pardo), apenas o Dólmen da cavada Santa não conserva vestígios da massa tumular. As restantes apresentam *tumuli* com composição variável (três são de terra e pedras, outras tantas apresentam uma couraça e duas são de terra). O tamanho é médio[198] e a altura baixa ou média. O volume é médio ou reduzido e a superfície pequena ou média. O índice de alongamento é pequeno em todos os casos em que foi possível calcular o ILT.

Três destas conservam ortostatos de granito mas em nenhuma foi possível identificar a tipologia da câmara.

São onze as mamoas descartadas como monumentos isolados que ocupam portelas (A Mota, Cerqueira, Dantas, Munixeito, Penedos do Chan, As Aradas, Mamoa da Portela de Aldir, Mamoa de Outeiro de Mos, A Roza, Serra de Prado e Sanomedio). Três apresentam *tumuli* compostos de terra e pedras, três de terra e em cinco foi identificada uma couraça. Cinco conservam ortostatos de granito, mas apenas no caso de Munixeito foi possível identificar uma câmara poligonal aberta. Mais de metade, são de tamanho médio, três são pequenas (Sanomedio, Cerqueira e Dantas) e duas (Mamoa da Portela de Aldir e A Mota) são grandes.

Os volumes são variáveis indo desde o reduzido ao elevado, mas no que se refere à superfície seis são médias, quatro são pequenas e apenas uma (A Mota) apresenta uma superfície muito grande.

Apenas A Mota, As Aradas e Penedos do Chan apresentam uma planta circular, todas as outras apresentam um índice de alongamento pequeno.

3.1.1.4. Mamoas isoladas em vale:

198 As condições de conservação da massa tumular não possibilitaram a correta medição em três destes casos.

Já as que se encontram isoladas em vales (Mamoa de Felgueiras, Cista de Lordelo, Mamoa da Gândara, Mamoa das Chasqueira, Mamoa de Arques, Mamoa de Poiares, Mamoa de Gaião, Mamoa de Aspra, Mamoa de Eireira e Mamoa do Adro Velho) situam-se em altitudes baixas, entre os 18 e os 173m. Apresentam na sua maioria *tumuli* compostos exclusivamente de terra, com a exceção da Cista de Lordelo em que este elemento não se conserva, da Mamoa de Eireira que apresenta um recobrimento pétreo e das mamoas de Aspra, Arques e do Adro Velho em que este elemento contém terra e pedras. Entre estes monumentos identificou-se uma cista e um monumento de câmara e corredor indiferenciados, sendo as restantes de tipologia indeterminada.

A superfície é média com a exceção da Mamoa de Poiares que apresenta uma grande superfície. Estes monumentos apresentam um tamanho médio ou grande, o índice de alongamento é, na maioria deles, pequeno. Verificando-se no caso da Mamoa da Gândara uma planta circular e no da Mamoa do Adro Velho um índice de alongamento médio[199].

3.1.2. Conjuntos de mamoas:

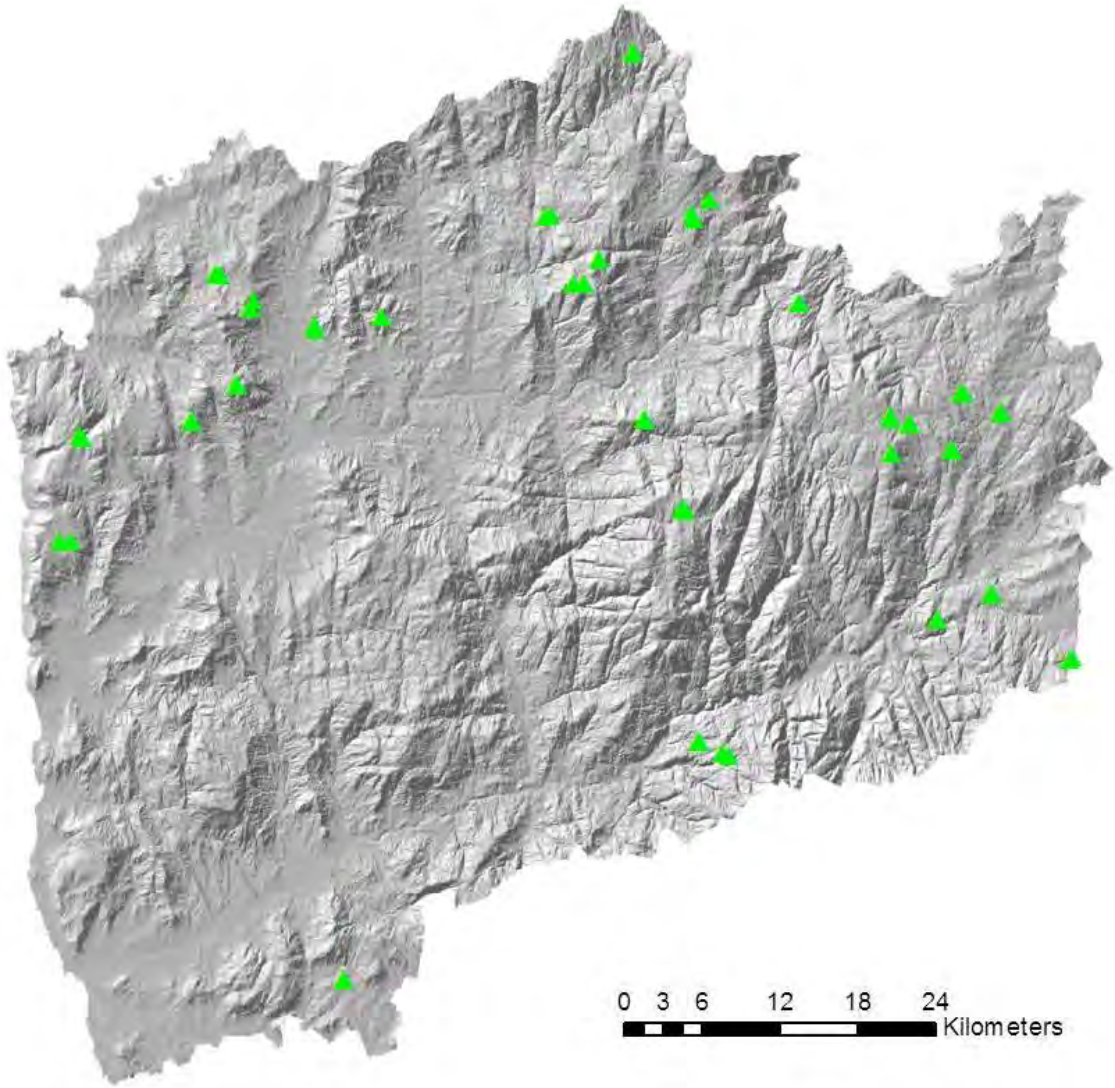
Entre os monumentos que se associam em grupos distinguimos aqueles conjuntos que contam com apenas dois monumentos (pares)[200], os que integram três monumentos[201].

199 Registe-se ainda que, neste grupo de monumentos, dois não conservam vestígios de massa tumular.

200 A Lampaza, A Moa, Alto da Cota, Areia, Becerreiras, Chan da Carreira, Corga de Arcas, Cousso, Grama do Corno Dourado, Mámoas de Seoane, Mamoas do Batateiro, Monte Aloia, Monte de Calvos, Monte Uceira, Navio, O Areeiro, O Castelo, O Picolo, O Tetón, Outeiro das Cordas, Outeiro de Mos, Padín, Pedrouzos, Pozo da Moura, Rebordechá, Touro Morto, Couto Vello, Coto da Cruz de O Porriño e Coto da Cruz de A Cañiza.

201 A Portela de Oia, A Portela de Verea, A Rochiña, Alto de Montouto, Alto de S. Paio, As Catro Cruces, Casa da Moura, Chã de Volide, Chan do Marco, Chão dos Cabanos, Coto da Atalaya, Os Bermús, Outeiro de Cachofás, Outeiro Ferro-Penagache, Pedra Aguda, San Cosme e Telle. O conjunto de Chan de Bidueiro apesar de constar de três monumentos dificilmente se enquadraria

Estes distribuem-se, na maior parte dos casos em formas aproximadamente triangulares (triangulações), ainda que também se registem, excecionalmente, casos de pequenos alinhamentos, como nos casos de Chan de Bidueiro, Coto da Atalaya, Os Bermús e Telle. Por fim, os monumentos de Outeiro Ferro-Penagache apesar de listados como um conjunto independente podem considerar-se como fazendo parte de um conjunto maior.



Mapa 9: Distribuição das mamoas em pares.

neste grupo, uma vez que M2 dista 1397m de M1 e 1485m de M2. Pelo que poderia ser considerada uma mamoa isolada, caso em que M1 e M2 passariam a ser um par.

Entre conjuntos que contam com quatro ou mais monumentos tumulares e megalíticos inclui-se a A Chán (4), A Formiga (4), A Moura (5), Alto da Mansão do Guerreiro (6), Alto do Buscal (10), antas do Mezio (12), As Pereiras (8), Boivães (5), Campos dos Mouros (6), Cerraque (4), Chan de André (4), Chan de Prado (5), Chão da Escusalha (7), Chão de Lamas (5), Fonte da Pegada (4), Fonte do Bido (5), Fontefría (7), Gontim (7), Lameiras (4), M de Cotil (4), Marco do Pedroso (8), Monte Mosteiro (10), Monte das Motas (9), Monte de Pazó (4), Monte do Faro (7), O Castro (8), Os Aceviñeiros (9), Outeiro de Augas (5), Outeiro de Cavaladre (15), Outeiro do Ferro (8), Pedra Pita (6), Penedos da Canteira (15), Penedos das Antas (4), Porto Chão (15), Serra das Motas (11), Tombaril (5), Veiga de Maus de Salas (8), Vale da Coelheira (5), Veiga de Requiás (17), Vilachán do Monte (11).

Tal como reitera a literatura arqueológica galega das últimas décadas, razões de ordem geológica, edafológica, económica, topográfica ou ritual, podiam ser apontadas para explicar a distribuição diferenciada das necrópoles, bem como a sua organização espacial. Também Vítor Oliveira Jorge (1991) destaca a especial organização destes conjuntos, sugerindo uma hierarquização de monumentos dentro dos mesmos.

3.1.2.1. Mamoas em pares:

Entre os sessenta monumentos que se encontram agrupados em pares e no que se refere à implantação, vinte e oito ocupam uma altitude média, dezoito encontram-se em altitude baixa e catorze em altitudes elevadas. No que diz respeito à orografia, cinquenta e seis encontram-se em divisórias e apenas duas em vale aberto. Já em relação ao meio trinta ocupam portelas e apenas duas ocupam balcões. No terreno em volvente volta a ser as chãs a localização preferencial, contabilizando-se treze monumentos nesta posição, face aos oito que ocupam ladeiras e aos cinco que se encontram em cumes.

Comparando estes dados com os relativos às mamoas isoladas verifica-se que, relativamente à altitude, passam a ser as altitudes médias as mais frequentes. Também no que se refere à posição orográfica se verifica uma divergência, uma vez que as portelas assumem posição de destaque. O que se poderia relacionar com a associação para a qual Criado Boado (1984-85) alerta, entre os pares de monumentos tumulares e megalíticos e lugares chave para o trânsito. Segundo este autor os pares de monumentos estariam

associados a pontos onde a direção a seguir pode ser ambígua ou onde se apresenta uma mudança de direção. No que se refere à relação com o meio envolvente, embora continuem a predominar as mamoas em chãs, as situadas em ladeira suplantam as se encontram em cumes.

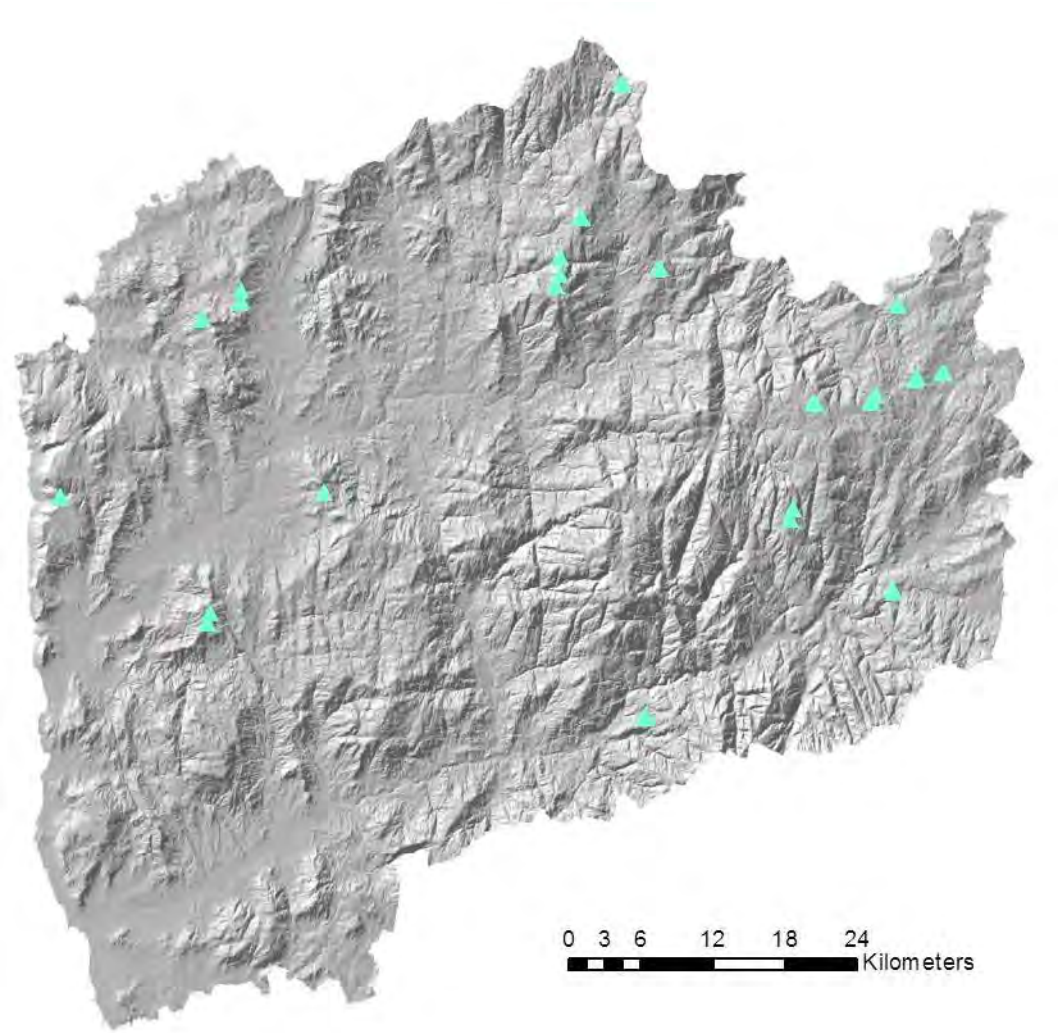
Passando a analisar os aspetos construtivos, verifica-se que vinte e dois destes monumentos apresentam uma massa tumular composta exclusivamente de terra, vinte encontram-se protegidas por couraça e catorze são de terra e pedras. Os tamanhos mais comuns são os médios, encontrando-se neste caso quarenta e nove monumentos, quatro são de grande tamanho e apenas duas são pequenas. As alturas médias verificam-se em trinta e dois casos, baixas em vinte e dois casos e quatro são altas. Os volumes reduzidos são os mais frequentes, ocorrendo em trinta destes casos, vinte e três monumentos apresentam volumes médios e dois volumes elevados. Já no que se refere à superfície, quarenta e seis monumentos têm uma superfície média, oito têm superfície pequena e apenas um apresenta uma superfície grande. O índice de alongamento é pequeno em quarenta e nove destes monumentos, vinte e seis dos quais se orientam no sentido N-S e vinte e cinco no sentido oposto, sendo a planta dos restantes circular. Foram identificados entre estes monumentos uma cista, uma câmara poligonal aberta, uma poligonal fechada, uma poligonal de corredor, sendo as restantes de tipologia indeterminada.

Ao compararmos estas características com as das mamoas isoladas encontramos que são mais frequentes entre as mamoas agrupadas em pares as que apresentam uma massa tumular de terra, com uma boa percentagem das que apresentam couraça, enquanto nas isoladas estes elementos apenas aparece em 20% dos casos, sendo mais comuns as de terra e pedras. Não se registando grandes diferenças no que se refere a dimensões.

Também as tipologias identificadas são variadas em ambos os casos, estando, no entanto, identificado um monumento de câmara e corredor indiferenciados entre as mamoas isoladas, uma tipologia que não se encontra representada entre as mamoas associadas em pares. Por seu lado entre estes grupos foram identificadas tipologias que não foram identificadas entre as mamoas isoladas (câmara poligonal fechada e câmara poligonal de corredor).

3.1.2.2. Triangulações:

Entre os monumentos agrupados em conjuntos de três os monumentos em altitudes médias representam metade destes casos, uma boa percentagem (33%) situam-se em altitudes baixas e 17% estão em altitudes altas. Relativamente à orografia prevalecem os monumentos em divisórias, não se tendo identificado este tipo de núcleo em posição de vale. Também no que se refere à relação entre implantação das mamoas e os grandes acidentes orográficos se mostram preponderantes os que se situam em portelas, já que apenas M1 de Os Bermús e M3 de As Catro Cruces se encontram em balcão. Relativamente à implantação no meio uma grande maioria (77%) situa-se em chãs, ficando em 17% dos casos em ladeiras e apenas se registam monumentos em cumes nos casos de M3 de Chão dos Cabanos, M2 de San Cosme e M1 de Outeiro de Cachofás.



Mapa 10: Distribuição das mamoas em triangulação.

No que se refere às caraterísticas construtivas os monumentos com uma massa tumular de terra e de terra e pedras representam em ambos os casos 37% e os de couraça em 26%. Entre os tamanhos prevalecem os monumentos médios (82%), num patamar muito inferior surgem os monumentos grandes (16%) e apenas M1 de Chã de Volide é pequeno. Já entre as alturas prevalecem as mamoas baixas (50%) e médias (39%). As altas representam 10% e regista-se ainda uma mamoa muito alta (M1 de Outeiro Ferro-Penagache). Já no que se refere às superfícies, prevalecem as superfícies médias (82%), representando os monumentos com uma superfície pequena (10%) e apenas nos casos de M1 de Casa da Moura, M2 de A Portela e M2 de Telle se verificam superfícies grandes e em M1 de Outeiro Ferro-Penagache muito grande. Por sua vez no que se refere aos volumes imperam os volumes reduzidos (55%) e médios (39%). Em M1 de Casa da Moura e M2 de Telle apresentam volume alto e em M1 de Outeiro Ferro-Penagache elevado.

O índice de alongamento é circular em M3 de Outeiro Ferro-Penagache, M2 de Chan de Bidueiro e em M2 de Outeiro de Cachofás e nas restantes observa-se uma ligeiro alongamento dos eixos no sentido NS em 53% dos casos e EW em 39%.

Foram identificados dois monumentos de planta poligonal de corredor (M1 de Casa da Moura e M1 de Chão de Cabanos), uma câmara poligonal aberta em M1 de Outeiro Ferro-Penagache e um monumento de câmara e corredor indiferenciados em M2 de Chão dos Cabanos.

Comparando esta caraterísticas com as dos monumentos agrupados em triangulações vemos que, regra geral coincidem, no que diz respeito a altitudes e implantação no meio, mas diferem, no que se refere à posição que ocupam em relação aos grandes acidentes orográficos. Entre os grupos maiores são mais frequentes as mamoas em divisórias, o que reforça um pouco mais a associação que antes destacávamos entre pares e portelas. Já em termos arquitetónicos coincidem no que se refere a superfície, volume e orientações, mas diferem no que se refere à composição da massa tumular, uma vez que, no caso das triangulações, os monumentos com terra e pedras e apenas de terra partilham o primeiro lugar, enquanto nos pares as de terra eram as mais numerosas, seguindo-se as mamoas com couraças e só depois as de terra e pedras. Também no que se refere às alturas entre as triangulações prevalecem as baixas e entre os pares as médias. Por fim, no que se refere às tipologias encontram-se em ambos os conjuntos os monumentos de câmara e corredor

indiferenciados e as câmaras poligonais fechadas, mas não se verificam entre as triangulações as cistas.

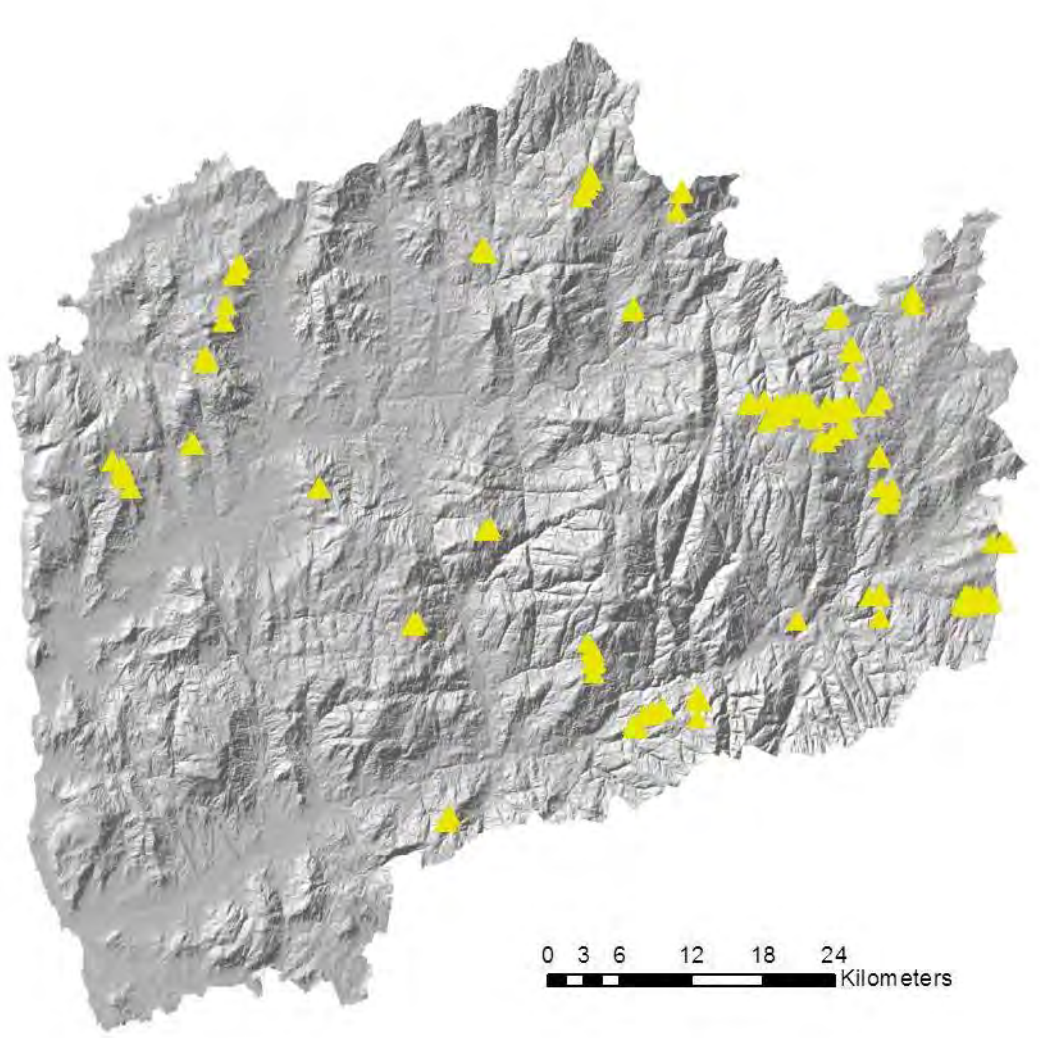
3.1.2.3. Conjuntos de quatro ou mais monumentos:

Entre os conjuntos maiores, prevalecem as altitudes médias (53%), com as mamoas situadas em altitudes altas bem representadas (28%). Menos frequentes são as mamoas situadas em altitudes baixas (19%). Podemos mesmo considerar que os grandes grupos ocupam as grandes divisórias, já que estas correspondem a 88% destes casos. Na sua relação com os grandes acidentes fisiográficos situam-se em portelas 136 das 290 mamoas que se incluem nestes conjuntos de maior dimensão. 194 destes monumentos ocupam chãs, enquanto 78 ficam em ladeiras e apenas 18 se situam em cumes. Os números menos expressivos dizem respeito aos que se encontram sobre balcões, o que ocorre apenas em dois casos.

No que se refere às caraterísticas arquitetónicas prevalecem entre os monumentos agrupados em grandes núcleos prevalecem os monumentos com a massa tumular protegida por couraça (42%), representando as que têm a massa tumular de terra e pedras 31% e as de terra 27%. Entre estas prevalecem os tamanhos médios (77%), logo seguidas das mamoas pequenas (16%) e das grandes (7%). No que se refere às alturas prevalecem as baixas e as médias (46%), com uma grande diferença em relação ás altas (7%) e muito altas (1%). Também entre as superfícies prevalecem as dimensões médias (70%), seguidas das de tamanhos pequenos (25%) e são menos frequentes as superfícies grandes (5%) e apenas M1 de Cerraque apresenta uma superfície muito alta. Já entre os volumes são as dimensões reduzidas que prevalecem (55%), ocupando os volumes médios o segundo lugar (41%) e os altos (3%), apenas se verificando volumes elevados em M1 de Cerraque e em M3 de Serra das Motas.

No que se refere ao índice de alongamento prevalecem os monumentos com um alongamento pequeno (85%) e as mamoas circulares (12%) mas, ao contrário dos anteriores, também se registam índices de alongamento médio (3%). Em relação às orientações prevalecem as orientações EW (55%), com a orientação NS a representar (34%) e as circulares (11%).

Entre os grandes grupos foram identificados oito cistas, onze câmaras poligonais abertas e cinco câmaras poligonais fechadas (M5 de Vale da Coelheira, M4 e M5 de Chão de Lamas, M5 de Outeiro de Cavaladre e M8 de Outeiro Ferro-Penagache), quatro monumentos de câmara poligonal e corredor (M1 de Chão de Escusalha, M5 e M8 das Antas do Mezio e M5 de Veiga de Maus de Salas) e três (M9 de Antas do Mezio, M1 de Outeiro de Cavaladre e M6 de Outeiro Ferro-Penagache).



Mapa 11: Distribuição de grupos de quatro ou mais monumentos.

Em relação ao observado para os monumentos anteriores nos grandes conjuntos a portela volta a ganhar destaque em relação aos monumentos situados em divisória, como acontecia entre os monumentos situados em pares. Em relação às altitudes continuam a prevalecer os monumentos em altitudes médias mas os monumentos em altitudes baixas passam para ultimo lugar. Em relação ás caraterísticas arquitetónicas prevalecem entre os

monumentos situados em grandes núcleos os monumentos com couraça, em relação aos tamanhos os pequenos passam para segundo lugar.

Também em relação à orientação prevalecem os monumentos orientados em direção EW e estão representadas todas as tipologias.

3.2. A implantação em função da altitude:

A relação dos monumentos tumulares e megalíticos com o meio natural tem despertado o interesse dos investigadores a partir de inícios do século XX, embora tenha sido verdadeiramente nas últimas décadas que a questão ganhou maior destaque, dando azo a distintas linhas de investigação relacionadas com a implantação destes monumentos.

Um dos traços, que primeiro, despertou a atenção dos arqueólogos foi a distribuição preferencial destes monumentos em locais elevados, onde os monumentos se distribuem pelas superfícies aplanadas dos grandes acidentes orográficos. A construção de monumentos em altitudes elevadas, em que o volume se recorta na paisagem continua a ser destacada por autores que colocam a tónica da implantação das mamoas numa lógica de visibilidade[202]. Por outro lado, a disposição, ao longo das grandes divisórias de águas tem sido associada a uma possível função de delimitação de territorial, marcando limites ou a centralidade.

Os fatores de implantação são importantes para esclarecer questões concretas sobre questões como territorialidade, visibilidade, mobilidade, mas também podem complementar a análise das arquiteturas, do ritual e inclusive, como sugere Teresa Andrés Rupérez (1987) poderia traduzir o regime de vida e distintas formas de subsistência condicionadas pelo clima e pela vegetação.

As altitudes onde foram registados monumentos tumulares na nossa área de estudo variam entre os 18m acima do nível do mar da Mamoa de Felgueiras e os 1365m de M1 da Serra das Motas. A altitude média é de 722m, sendo 805m a altitude mais vezes repetida, correspondendo a 4% do total.

Classificou-se a altitude em três categorias agrupando as altitudes inferiores a 500m sob a classificação *baixa,* as que se situam entre 500 e 1000m como *médias* e as que estão acima desta altitude como *altas.* O quadro resultante da distribuição de monumentos tumulares em função desta classificação mostra uma propensão para a implantação de monumentos tumulares e megalíticos em altitudes médias, entre 500 e 1000m, onde se agrupam 48% dos monumentos catalogados. As percentagens de monumentos em baixas altitudes, bem como em altas são, ainda assim, significativas, verificando-se a particularidade de se encontrarem bastante próximas entre si (29% situam-se em zonas baixas e 23% em zonas altas).

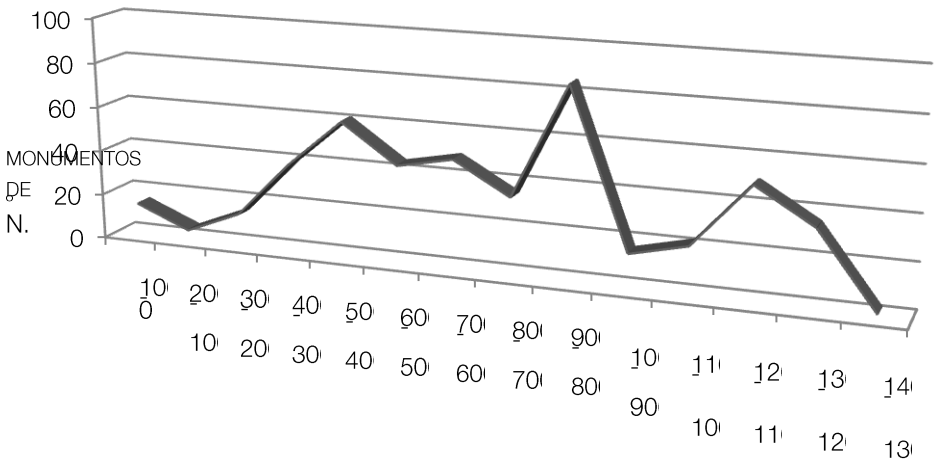


Gráfico 2: Distribuição de monumentos tumulares em função da altitude.

Analisando a distribuição em função do fator altitude com um pouco mais de pormenor, reforçam-se as conclusões expostas na análise do quadro anterior. Apenas 15 túmulos se situam em altitudes inferiores a 100m e 20 encontram-se entre os 100m e os 300m de altitude. Entre os 300m e os 500m regista-se um significativo aumento do número de mamoas (101 monumentos, correspondendo a 21% do total). Entre os 500m e os 700m

registam-se 93 monumentos tumulares (20%). No intervalo seguinte, entre os 700 e os 900 encontram-se 121 mamoas (26%). O número baixa para 38 (8%) entre os 900 e os 1100m, para voltar a subir para 86 (18%) entre os 1100 e os 1300m. Acima dos 1300 m apenas se registam dois monumentos tumulares (0,42%): o já citado M1 da Serra das Motas e a Mota da Cabreira (1333m).

3.2.1. Altitude e tamanho:

	Tamanho Ø Maior		
Altitude	Pequeno	Médio	Grande
Baixa	12	97	12
Média	30	172	11
Alta	9	82	14

Tabela 1: Relação entre altitude e dimensão do diâmetro maior do tumulus.

Com a intenção de analisar a relação entre altitudes e tamanho cruzaram-se os dados relativos à altitude e tamanho do diâmetro maior dos monumentos catalogados verificando-se que em todas as altitudes cerca de 80%[203] das mamoas são de tamanho médio. Contudo da análise das mamoas situadas em altitudes mais baixas e mais altas ressalta uma curiosa diversidade de tamanhos.

Entre os túmulos situados em altitudes baixas os tamanhos pequenos e grandes representam valores idênticos (10%). Nos que ocupam altitudes médias os de pequeno tamanho são mais frequentes (14%) que os grandes (5%), enquanto nos que ocupam

[203] No caso dos monumentos tumulares situados a baixa altitude a percentagem é precisamente de 80%, já nos que ocupam altitudes médias é de 81%, descendo para 78% no caso dos monumentos tumulares situados em altitudes elevadas.

altitudes acima dos 1000m a tendência parece ser inversa (os grandes representam 12%, enquanto os pequenos equivalem a 9%).

Da análise do Gráfico 3 parece difícil estabelecer uma relação clara entre o fator altitude e o tamanho dos monumentos. Contudo, analisando esta relação com um pouco mais de detalhe verifica-se que em altitudes baixas prevalecem os monumentos tumulares cujo diâmetro maior se situa entre os 10 e os 20m[204]. Estes destacam-se em relação aos monumentos cuja medida do diâmetro maior se situa no intervalo imediatamente acima (16%) ou imediatamente abaixo (12%) e menos expressiva (2%) é a representatividade dos monumentos cujo diâmetro maior se situa acima dos 30m. Não se registam monumentos com diâmetros inferiores a 5m em altitudes baixas.

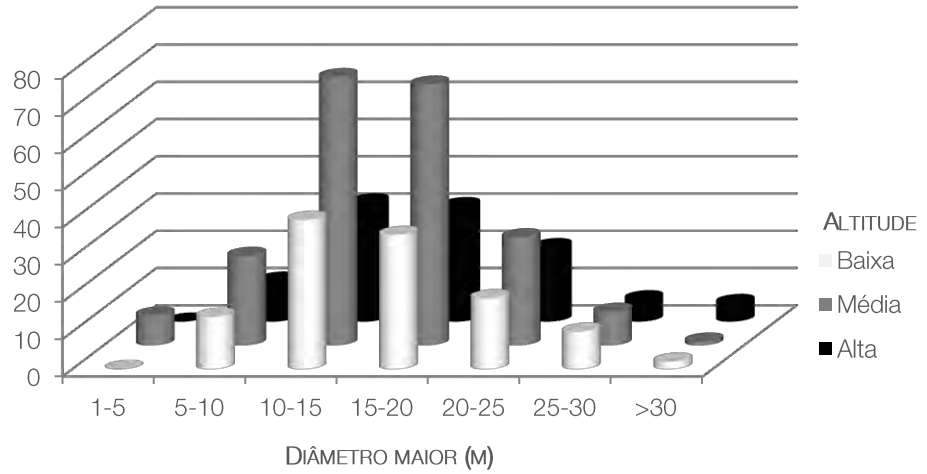


Gráfico 3: Relação entre altitude e diâmetro maior do tumulus.

A mesma relação parece observar-se entre os monumentos situados em altitudes médias. Continuam a ser percentualmente dominantes as mamoas com diâmetros maiores

204 As mamoas em que o diâmetro maior se situa entre os 10 e os 15m representam 33% das que ocupam altitudes baixas, enquanto as que se apresentam este diâmetro entre os 15 e 20m representam 30%.

entre os 10 e os 20m, sendo que 34% medem entre 10 e 15m e uma percentagem muito semelhante (33%) é representada pelas que medem entre 15 e 20m. Também os valores dos intervalos imediatamente acima (14%) e abaixo (11%) mostram a mesma tendência. Mas em relação aos tamanhos menos expressivos verifica-se uma ligeira alteração, uma vez que surgem monumentos com um diâmetro maior entre 1 e 5m, com um peso percentual (4%) idêntico ao dos monumentos em que essa medida se situa entre os 25 e os 30m, passando os monumentos com um diâmetro maior superior a 30m para ultimo lugar com uns escassos 0.46% (M1 de Chão de Lamas).

As mamoas situadas em altitudes mais elevadas continuam a evidenciar esta regularidade, com 30% registadas entre os 10 e os 15m e outros 30% entre os 15 e os 20m, as mamoas entre 20 e 25m de diâmetro maior representam 19%, enquanto as que medem dentre 5 e 10m equivalem a 11%. Entre as menos representativas encontram-se novamente os tamanhos grandes (6% apresentam um diâmetro entre 25 e 30m e 5% acima desse valor), não se encontrando monumentos em que a medida do diâmetro maior se encontre entre 1 e 5m.

3.2.2. Relação entre altitude e superfície:

A análise cruzada de dados relativos à altitude e às medidas em área dos monumentos catalogados reforça a mesma imagem de regularidade que antes se observava analisando as medidas dos diâmetros maiores.

Em todas as classes de altitudes são as superfícies médias a dominar, com um interessante equilíbrio proporcional entre todas (entre as altitudes baixas e médias as superfícies médias representam 75%, enquanto entre os monumentos tumulares implantados acima dos 1000m representam 76%). O mesmo equilíbrio parece ressaltar da análise das restantes categorias de superfície ocupada. As reduzidas representam 22% das mamoas situadas a altitudes médias, 19% das implantadas abaixo dos 500m e 16% das que se implantam em altitudes elevadas.

	Superfície (m^2)		
Altitude	Reduzida	Média	Grande
Baixa	23	90	7
Média	48	159	6
Alta	16	78	10

Tabela 2: Relação entre altitude e área do tumulus.

Também entre os valores de superfície grandes se verifica um equilíbrio, representando 10% das mamoas acima dos 1000m de altitude, 6% das que ocupam territórios baixos e 3% das implantadas em altitudes médias. As mamoas com uma superfície superior a $10m^2$ estão ausentes em altitudes médias.

3.2.3. Relação altitude e altura

Entre as mamoas situadas a baixas altitudes predominam (53%) as alturas médias, mas também é bastante frequente encontrar mamoas baixas (37%), mais incomum será a presença de mamoas altas (10%). A mesma relação parece observar-se entre os monumentos tumulares implantados acima dos 1000m de altitude.

Neste caso as mamoas com uma altura média representam 56%, as baixas 32% e as altas 14%. Já entre as mamoas implantadas em altitudes médias prevalecem as alturas baixas (52%) diminuindo o peso percentual proporcionalmente ao aumento de altura dos monumentos, com alturas médias a representar 41% e os que têm altura média 7%.

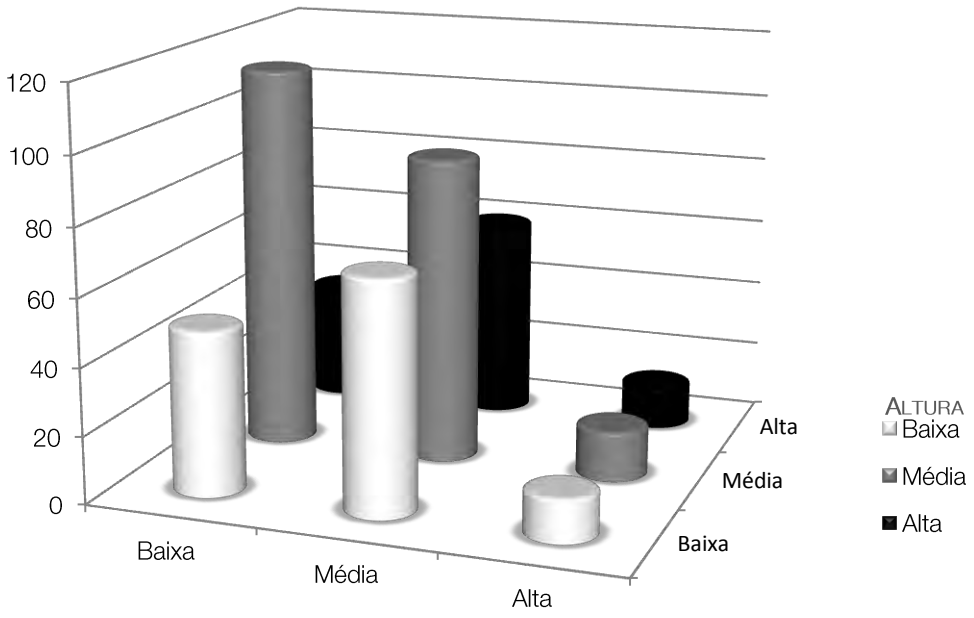


Gráfico 4: Relação entre altitude e altura do tumulus.

3.2.4. Relação altitude e volume

Ao contrário do que defende Eguileta Franco (1993-94, 1999 e 2000) acerca da associação entre monumentos situados em locais de visibilidade atenuada e uma tendência para uma monumentalidade acentuada, na Tabela 3 observa-se que os monumentos com volumes reduzidos prevalecem em todas as altitudes, com a exceção dos monumentos situados acima dos 1000m.

	Volume		
Altitude	Reduzido	Médio	Alto
Baixa	60	56	4
Média	127	80	6
Alta	46	48	10

Tabela 3: Relação entre altitude e volume do tumulus.

A frequência vai diminuindo em proporção com o aumento dos volumes. Contudo observa-se duas pequenas exceções. Relativamente aos implantados acima dos 1000m, observam-se valores muito próximos entre os que apresentam volumes reduzidos (44%) e médios (46%).

3.2.5. Relação altitude e tipologia:

Entre as altitudes inferiores a 500m registam-se duas cistas (Cista de Lordelo e M2 de Vale da Coelheira), duas câmaras poligonais abertas (M6 de As pereiras e M1 de Vale da Coelheira), duas câmaras poligonais fechadas (M5 de Vale da Coelheira e M1 de Touro Morto), duas câmaras poligonais de corredor (M1 de Chão dos Cabanos e M1 de Chão da Escusalha) e três monumentos de câmara e corredor indiferenciados (M2 de Chão dos Cabanos, Mamoa de Eireira e Dólmen da Barrosa). Mais numerosos são os monumentos situados em altitudes médias em que foi possível identificar a tipologia. Entre estes identificaram-se quatro cistas, sete câmaras poligonais abertas, cinco câmaras poligonais fechadas, três câmaras poligonais de corredor e dois monumentos de câmara e corredor indiferenciados. Por fim entre os monumentos situados acima dos 1000m registam-se quatro cistas, sete câmaras poligonais abertas, uma câmara poligonal de corredor (M1 da Casa da Moura) e um monumento de câmara e corredor indiferenciados (M6 de Outeiro do Ferro).

Fazendo uma leitura horizontal do gráfico, conclui-se que existe uma propensão nos monumentos de tipo cista e nos de câmara poligonal aberta para procurarem uma implantação em altitudes médias e altas, enquanto os de câmara poligonal fechada ou com corredor procuram sobretudo altitudes médias e baixas, registando-se contudo um monumento de câmara poligonal e corredor (M6 de Outeiro do Ferro) acima dos 1000m. Por sua vez os de corredor indiferenciado diminuem de número em função do aumento de altitude.

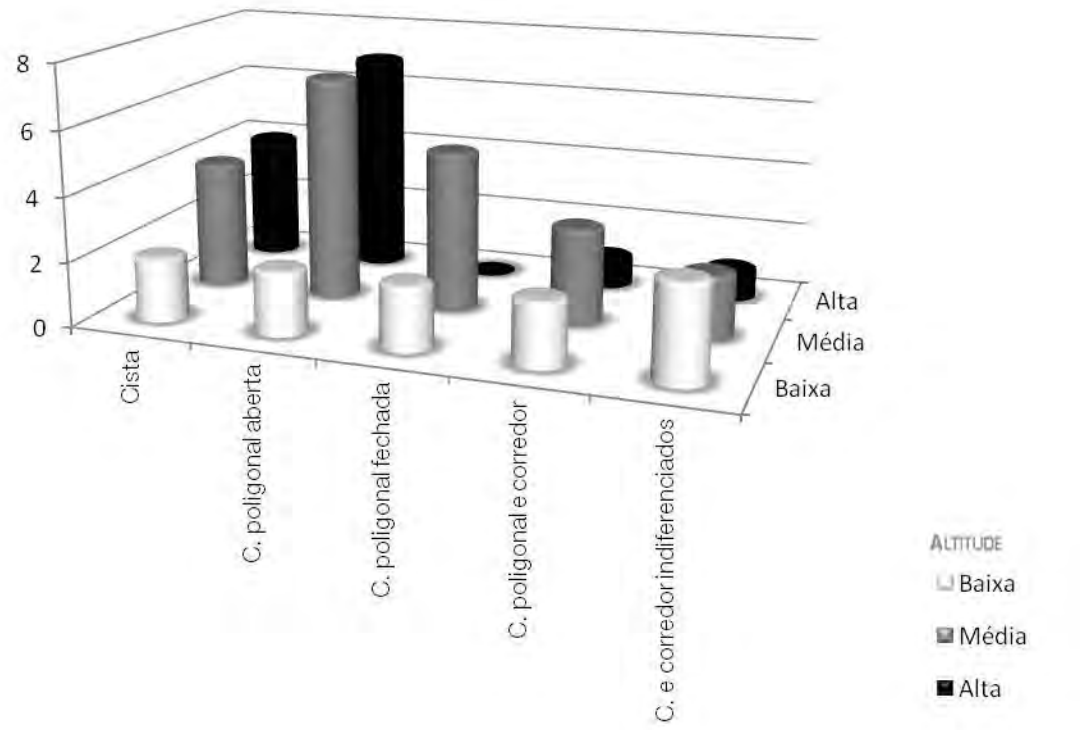


Gráfico 5: Relação entre altitude e tipologia.

O que se corresponde com o que tem sido observado por vários autores que relacionam a ocupação de zonas mais baixas com um período de intensificação da exploração agrícola que teria levado à ocupação de novos territórios. Os monumentos de tipologia mais evoluída e complexa poderiam ser uma marca dessa ocupação.

3.2.6. Relação altitude e material de construção:

Entre os monumentos situados abaixo dos 500m apenas se identificaram monumentos em granito, já entre os monumentos situados entre os 500 e os 1000m para além do granito identificou-se um monumento (M2 de Chão de Lamas) e um de migmatite (M3 de Monte das Motas). Mas é entre as mamoas implantadas acima dos 1000m que se encontra maior variedade de materiais de construção.

	Material de Construção				
Altitude	Granito	Xisto	Migmatite	Granito e Xisto	Granito e Migmatite
Baixa	53	0	0	0	0
Média	98	1	1	0	0
Alta	44	3	1	2	3

Tabela 4: Relação entre altitude e material de construção.

O granito continua a ser o material mais utilizado entre estas mamoas de altitudes elevadas, mas estão também presentes três monumentos de xisto (M3 e M5 de Fonte do Bido e M2 de Pedrouzos), um monumento de migmatite (M1 de As Catro Cruces). Mas o mais interessante é que é aqui que se situam todos os monumentos em que foram identificados dois materiais de construção, dois de granito e xisto (M3 de Os Aceviñeiros e M1 de Fonte do Bido) e três de granito e migmatite (M2 e M4 de Os Aceviñeiros e M1 de Pedrouzos).

3.3. Implantação em função da fisiografia:

Relativamente ao relevo tem sido salientada para o Noroeste Peninsular a coincidência de túmulos em divisórias de águas que, na opinião de alguns autores, poderiam funcionar como limites territoriais. Esta implantação típica poderia estar associada à necessidade de marcar território por parte de sociedades que conservam um certo grau de mobilidade.

Analisando a distribuição das mamoas em função da sua relação com a fisiografia a primeira grande divisão encontrada separa a esmagadora maioria (89%) das que ocupam as divisórias fluviais, dos escassos 11% que ocupam posições de vale aberto. Sendo contudo necessário destacar a forte presença tumular no Vale do Salas, onde, como salienta Eguileta

Franco (2003), a conjugação de diversos fatores, concorreriam para explicar esta implantação nas áreas mais abertas e mais próximas do leito dos rios. Estes fatores deveriam, de acordo com o mesmo autor, relacionar-se com um sistema produtivo a larga escala em torno de solos aptos para a agricultura em que o arado estaria ainda ausente.

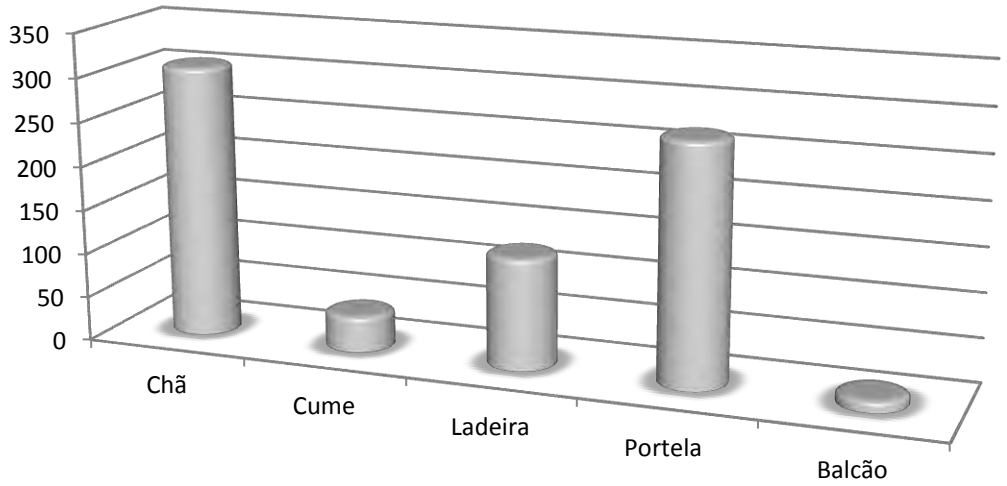
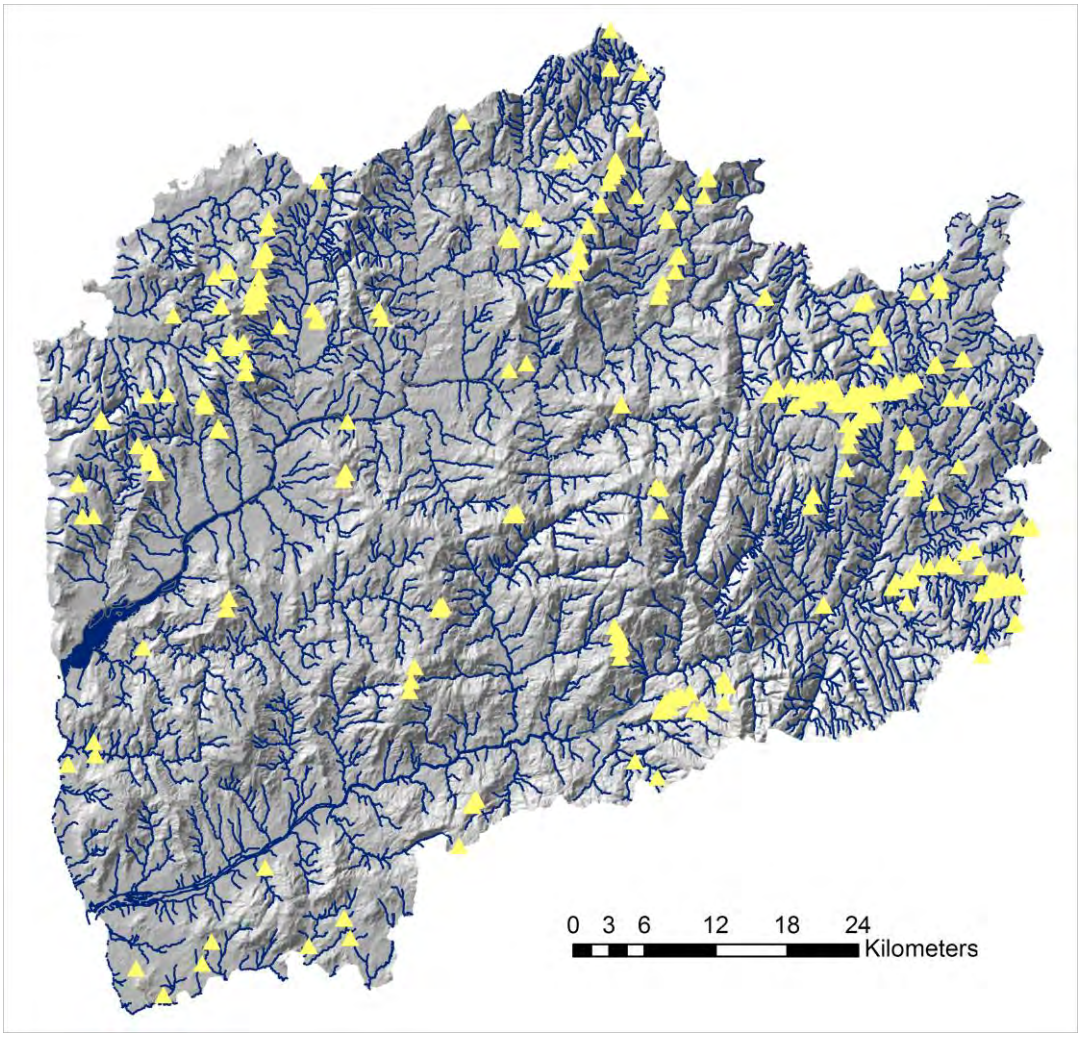


Gráfico 6: Distribuição de mamoas em função do meio envolvente.

E dentro das grandes divisórias analisam-se também as diferentes opções de implantação no relevo envolvente ao local de construção. Comparando as mamoas que ocupam portelas (308) com as que ocupam balcões (13) a diferença é evidente, indicando a importância que representam os elementos chave para o trânsito na escolha da implantação. De tal forma que parece mesmo sobrepor-se à necessidade de conferir visibilidade à sepultura, situação em que a presença em balcões seria um fator adicional a ter em conta.

Relativamente à implantação no meio parece confirmar-se a, tantas vezes destacada preferência por locais planos, surgindo estes em zonas chãs em 318 das mamoas, com um número igualmente significativo (126) de monumentos situados em ladeira. Menos significativa parece ser a presença em cume (41) e verdadeiramente excecional a presença de monumentos em fundo de vale, registando-se apenas no caso da Mamoa de Outeiro das Mos. Sem esquecer que tanto as mamoas que se encontram em chã, como as que estão

em cumes ou em ladeira, podem encontrar-se, simultaneamente em portela ou em balcão. Passemos então a analisar as diferentes soluções de implantação em função do relevo.



Mapa 12: Distribuição dos monumentos tumulares e megalíticos em função da rede hidrográfica.

Os monumentos megalíticos situados em zonas chãs ocupam, em 44% dos casos, portelas, enquanto 41% ocupam divisórias. Também de destacar seriam os casos de monumentos tumulares situados em vale aberto (12%), enquanto menos significativos seriam os monumentos situados em balcões (2%).

No caso das mamoas que se situam em cumes a percentagem dos que ocupam uma divisória sobe para 76%, enquanto os situados em portelas representam 20%, regista-se um único caso em balcão (Mamoa de Monte da Medoña) e em vale aberto (Mamoa de

Poiares). No caso das que estão em ladeiras, mais de metade (53%) situam-se em portelas[205], representando as que estão em divisórias (37%). Os monumentos situados em vale aberto (6%) e em balcão (4%) continuam com valores pouco expressivos. Por fim, Mamoa de Outeiro de Mos, o único monumento situados em fundos de vale situa-se numa portela, mais concretamente numa portela de divisória.

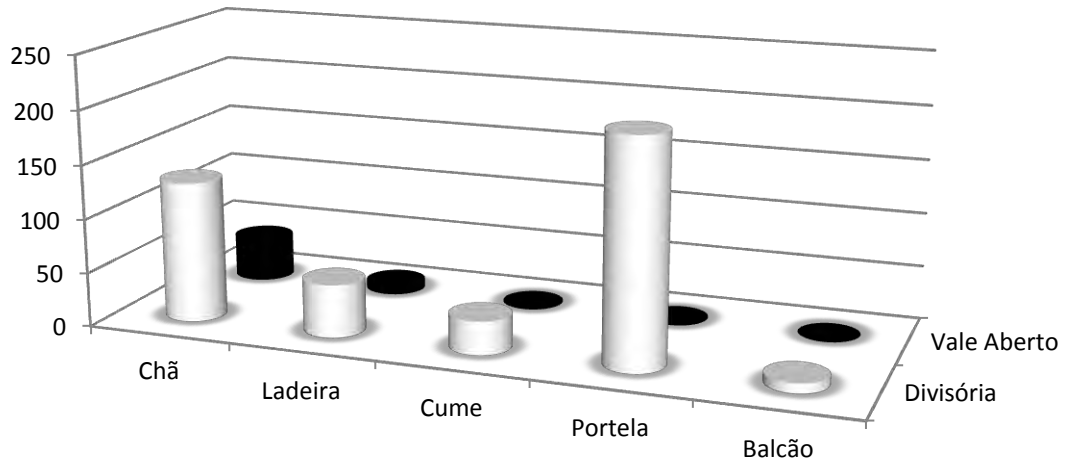


Gráfico 7: Relação entre orografia e meio.

3.3.1. Fisiografia e altitude:

Cruzando os dados relativos à posição fisiográfica e a altitude destaca em primeiro lugar a quase inexistência de monumentos em vale a altitudes superiores a 1000m, registando-se apenas duas exceções (M4 de Fonte do Bido e a Mamoa de Outeiro das Mos).

Em todas as altitudes são claramente as mamoas em divisória que representam a esmagadora maioria (85% no caso das altitudes médias e 90% das baixas), contudo os monumentos em vale são mais significativos percentualmente entre os monumentos implantados entre os 500 e os 1000m de altitude (15%) e entre os que se encontram abaixo da mesma (10%). Resulta interessante a observação de que, contrariamente à lógica

205 32% do total situam-se em portelas de divisória.

comum a quantidade de mamoas em vale em altitudes médias (34) suplanta o número dos que se encontram a baixa altitude (14).

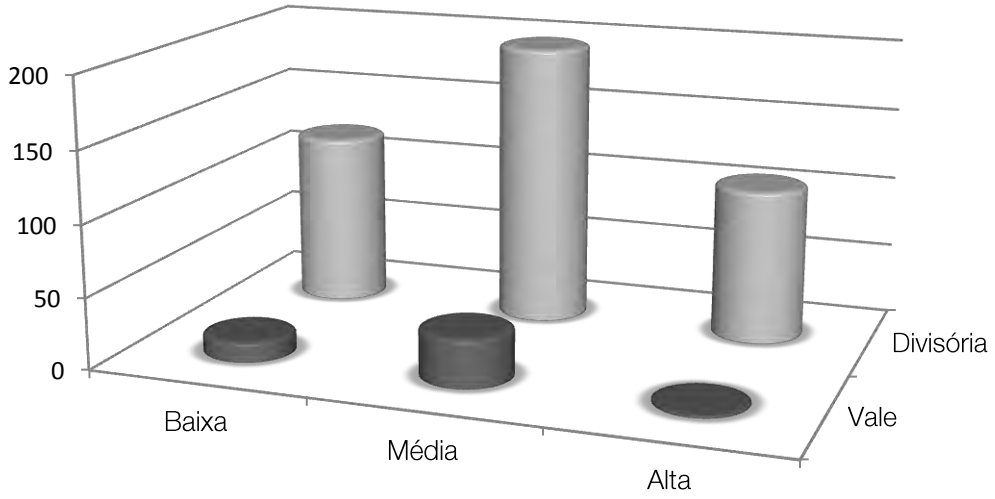


Gráfico 8: Relação entre altitude e fisiografia.

No Gráfico 8 analisa-se a relação entre altitude e a posição da mamoa no meio envolvente. Da sua análise ressalta a aparente inexistência de ligação entre o fator altitude e a implantação no meio já que se observou, independentemente da implantação, uma preferência por altitudes médias, surgindo em segundo lugar os monumentos em altitudes baixas e por último as altas. A única exceção verifica-se entre as mamoas situadas em balcão, entre as quais, ao não estarem representas mamoas em altitudes médias as que se encontram a baixas altitudes passam a ser as mais numerosas.

Observam-se ainda duas outras exceções, a do monumento Mamoa de Outeiro de Mos, que apesar de estar implantada no fundo de um vale, ocupa uma altitude de 1134m. Por outro lado entre as mamoas em ladeira, as que se encontram abaixo dos 500m e acima dos 1000m mostram valores muito semelhantes, representando 31 e 30% respetivamente. De resto, nestes casos, as percentagens distribuem-se equilibradamente, com os restantes a representam 39%.

	Altitude		
Meio	Baixa	Média	Alta
Portela	58	86	64
Balcão	7	0	2
Chã	81	160	66
Ladeira	39	49	38
Cume	15	20	6
Fundo de Vale	0	0	1

Tabela 5: Relação entre altitude e meio envolvente.

3.4. Implantação em função dos declives:

Os declives onde se implanta os monumentos tumulares e megalíticos foram organizados de acordo com os critérios de classificação da FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*) de acordo com a qual as Declives são distribuídas em seis categorias de acordo com o exposto na Tabela 5:

Declives	Classificação	Descrição
0-2%	1	Plano ou muito plano
2-6%	2	Suavemente inclinado
6-13%	3	Inclinado
13-25%	4	Moderadamente escarpado
25-55%	5	Escarpado
>55%	6	Muito escarpado

Tabela 6: Classificação de solos consoante o declive de acordo com a FAO.

Os declives dos monumentos catalogados foram medidos de duas formas distintas. Primeiro mediu-se o declive com um clinómetro digital no próprio local, onde se mediu a

inclinação do terreno procurando o local menos alterado e respeitando a inclinação natural do solo natural. Num segundo momento e utilizando as ferramentas SIG, encontrou-se a pendente do ponto que representa a localização do monumento. Pelo mesmo método foi analisado o declive de toda a superfície ocupada pelo monumento, bem como a do meio onde este se implanta.

3.4.1. Declives do monumento:

Da análise dos resultados obtidos para a relação entre o monumento e o declive do terreno sobre o que se ergue emerge a noção de que entre os monumentos catalogas predominam os monumentos em terrenos inclinados. Também expressivos são os monumentos situados em terrenos suavemente inclinados e moderadamente escarpado. Também têm um peso idêntico (9%) os monumentos situados em terreno plano ou muito plano e escarpado. Por fim apenas o monumento de Monte Medoña se encontra num terreno muito escarpado, tratando-se de um monumento situado sobre um balcão implantado num cume.

4.4.1.1. Declive e fisiografia:

Entre os monumentos situados sobre solos planos ou muito planos, são os que ocupam vales abertos que predominam (51%). Nos restantes casos são os monumentos em divisória que prevalecem, sendo estes os únicos representados em solos de classe 5.

Classe do declive	Divisória	Vale aberto
1	22	23
2	106	14
3	145	6
4	115	3
5	41	0

Tabela 7: Relação entre declive e orografia.

No que se refere à relação entre as mamoas situadas em portela e os declives, são as que se implantam em solos de classe 3 as mais numerosas, sendo em seguida frequentes as que se encontram em solos de classe 4 e logo depois solos mais planos, de classe 2. Contudo 17 monumentos situados em portelas encontram-se em solos escarpados e apenas 3 estão em solos planos.

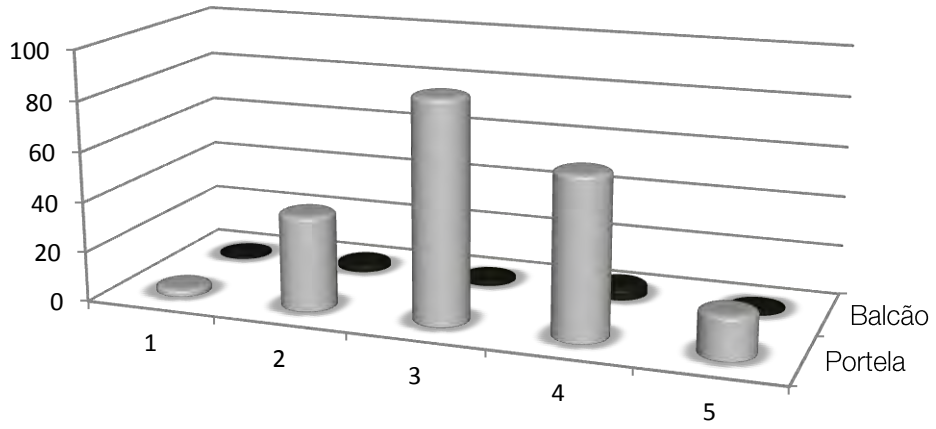


Gráfico 9: Relação entre declive do meio nas mamoas situadas em portelas ou em balcão.

Já no que se refere aos monumentos situados em balcão, passam a ser os que se encontram em solos de classe 4 os mais frequentes, seguindo-se os de classe 2 e 3, registando-se um único caso (M2 de O Tetón) em solos de classe 1 e outro (M3 de A Formiga) num solo de classe 5.

3.4.1.2. Declive e meio envolvente:

Centremo-nos agora na análise do declive do meio envolvente às mamoas. Independentemente do declive sobre o que se implanta verifica-se sempre a tendência, mais ou menos acentuada para os monumentos ocupados em posições chãs, surgindo em segundo lugar as mamoas em ladeiras e por último as que se encontram em cumes.

Classe do declive	Chã	Cume	Ladeira	Fundo de vale
1	41	1	3	0
2	79	11	29	1
3	87	22	53	0
4	72	15	31	0
5	29	2	10	0

Tabela 8: Relação entre declive e meio envolvente.

Mamoa de Outeiro de Mos é o único monumento situado no fundo de um vale, implantando-se sobre um terreno de suavemente inclinado.

3.4.1.3. Declive e tamanho da massa tumular:

Analisando a relação entre o tamanho da massa tumular e o declive do terreno no que se implantam, verifica-se que em todos as classes de declives são os monumentos de tamanho médio que representam a maioria.

Já os de tamanho grande surgem com o segundo peso percentual mais relevante entre os monumentos implantados em terrenos suavemente inclinados, não estando representados entre os monumentos situados em terrenos escarpados. Por sua vez ocupam esta posição os túmulos pequenos em terrenos planos, moderadamente escarpados e escarpados.

3.4.1.4. Declive e altura:

Os monumentos situados em terrenos planos são, em 67% dos casos, baixos, 20% são de altura média e apenas num monumento se regista uma mamoa alta (Poiares) e, noutro, uma muito alta (A Mota). Já entre os monumentos situados em declives de classe 2 as alturas médias representa metade dos casos, as baixas representam 38%, as altas 6% e as muito altas apenas 1%.

Classe do declive	Pequena	Média	Alta	Muito Alta
1	30	9	1	1
2	46	60	7	1
3	57	66	16	3
4	43	59	6	1
5	17	18	3	0

Tabela 9: Relação entre declive e altura da massa tumular.

No que se refere às alturas, entre os monumentos enquadrados da classe 3, voltam a ganhar destaque as alturas médias (44%), mas também estão bem representados os monumentos baixos (38%). Menos frequentes são os monumentos altos (11%) e muito altos (2%).

Entre os monumentos implantados em declives de classe 4 os monumentos de altura média representam novamente metade dos casos, os monumentos baixos representam 36%, os altos representam apenas 5% e, os muito altos, uns pouco expressivos 1%.

Os monumentos situados em declives mais acentuados (classe 5) são de altura média (44%) ou baixa (41%), sendo que os monumentos altos representam ainda assim 7% dos casos.

3.4.1.5. Declive e volume:

Entre os monumentos situados em declives de classe 1 predominam os volumes reduzidos (62%), os de volumes médios representam 22% e tal como observado na relação com as alturas, os monumentos de volume alto e muito alto apenas estão representados num monumento (Mamoa de Poiares).

No que se refere ao volume, entre os monumentos implantados sobre declives de classe 2 predominam os volumes médios, logo seguidos dos reduzidos (33%). Menos expressivos são os volumes altos (3%) e os elevados que apenas representam 1%.

Classe do declive	Reduzido	Médio	Alto	Elevado
1	28	10	1	1
2	40	63	4	1
3	75	56	7	2
4	66	43	2	1
5	24	12	0	0

Tabela 10: Relação entre declive e volume tumular.

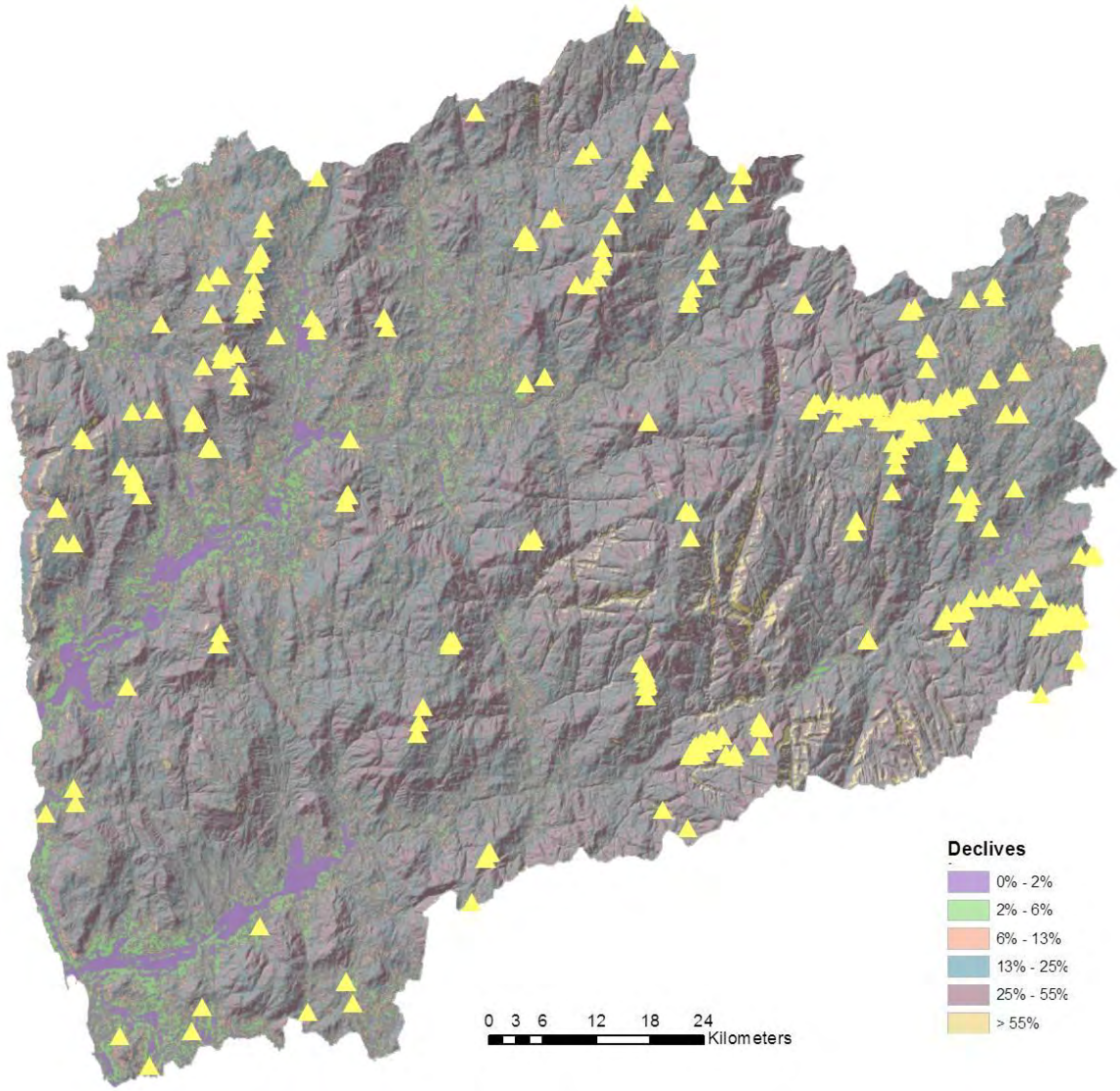
Metade dos monumentos situados em declives de classe 3, apresentam volumes reduzidos (50%), logo seguidos pelos de volume médio (37%). Pouca expressão percentual têm os volumes grandes (5%) e elevados (1%).

Entre os monumentos situados em terrenos de classe 4 são também os monumentos de volume reduzido que prevalecem (56%), os de volume médio representam 36%, os altos representam apenas 2% e os elevados 1%.

Também em relação ao volume não deixa de ser de assinalar a ausência de monumentos de volume grande ou muito grande em terrenos de classe 5, onde os monumentos de volumes reduzidos representam 59% e os de volume médio 29%.

3.4.2. Declives da superficie ocupada pelo monumento:

A área ocupada pela massa tumular sobre o terreno foi desenhado traçando um *buffer* a partir do ponto que representa cartograficamente o monumento, a partir do raio do mesmo. Para reduzir as margens de erro o raio foi calculado em função do diâmetro menor do monumento.



Mapa 13: Distribuição em função do declive.

A superfície ocupada pela massa tumular abarca declives entre de classe 1 e 2 em doze monumentos: A Cañota, M12 de Outeiro de Cavaladre, M2 de Outeiro Ferro-Penagache, M2 de A Portela, M3 de Fontefría, M2 e M4 de Marco Pedroso, M4 de Chan de Prado, M2 de O Tetón, M10 de Vilachán do Monte, M1 de Cousso, M1 e M2 de Gontim.

Em declives de classe 2 e 3 registam-se trinta e três monumentos: M1 de Os Aceviñeiros, M1 de Coto da Atalaia, M2 de Corga das Arcas, M2 de O Castelo, M1 de A Chán, M1 de Monte das Motas, M6 de Monte Mosteiro, M6 de As Pereiras, M2 e M3 de O Castro, Santo Cristo de Miranda, M3 de Campo dos Mouros, Mámoa de Devesa do Rei, M3 de Marco Pedroso, M de A Pereira, M1 de O Picolo, M7 de Vilachán do Monte, M5, M6, M7 e M8 de Vilachán do Monte, M3 e M4 de Alto da Mansão do Guerreiro, M2 e M3 de chão de Lamas, M1 de Dantas, Mamoa de Gaião, Mamoa da Gândara, M1 de Navio, M3 de Outeiro do Ferro, M5 de Outeiro do Ferro, M1 e M4 de Tombaril.

A área ocupada pela massa tumular sobre o terreno foi desenhado traçando um *buffer*

Vinte e sete monumentos situam-se entre declives de classe 3 e 4: M4 de A Chán, M5 e M8 de Monte das Motas, Mourisca de Arriba, M4 de Monte Pazó, M1 e M2 de Outeiro do Cachofás, M2 de Pedrouzos, M3 de A Portela, M1 e M3 de Chan de Bidueiro, M2 de Chan do Marco, M1 e M2 de Coto da Cruz, M1 de Fonte da Pegada, M5 de Marco Pedroso, M3 de A Rochiña, M2 e M3 de San Cosme, M2 de Mámoas de Seoane, M6 de Vilachán do Monte, M1 do Alto do Buscal, M3 de Boivães, M1 e M3 de Chão dos Cabanos, M5 de Chão de Lamas, M1 de Lameiras.

Com a massa tumular sobre declives de classe 4 e 5 registam-se oito monumentos: M3 de A Formiga, M3 de Outeiro de Augas, M10 de Penedos da Canteira, M1 de Areia, M2 de Chão da Escusalha, M1 e M5 de Vale da Coelheira e M1 de Chan de Marco.

Entre declives entre 0 e 13% registam-se apenas três monumentos: M1 de Corga das Arcas, M1 de As Catro Cruces e M2 de Rebordechá. Em declives entre 2 e 25% situam-se M1 de Outeiro das Augas, M11 das Antas do Mezio, Alto da Picota e M1 de Monte Aloia. Monte Medoña situa-se em declives entre declives de classe 5 e 6 e Mourelle em declives de classe 1 e 3.

3.5. Declives do meio envolvente:

Traçando um círculo de 500m em torno do ponto que assinala o monumento na carta de declives foi encontrada a pendente mínima e máxima do meio envolvente ao monumento. Verificando-se que seis monumentos, situados num vale aberto apenas ocupam declives de classe 1.

Entre os de classe 1 e 2 encontraram-se doze monumentos, implantados em vale aberto com a exceção de M6 de Outeiro de Cavaladre, situado numa divisória. Em relação ao meio envolvente, dez monumentos situam-se em chãs e apenas M4 e M5 de Veiga de Maus de Salas se situam em ladeira. Em terrenos de entre 0 e 13% de declive contam-se 32 monumentos. A maioria ocupa posições chãs, M2 de A Moura e M2 de Vilachán do Monte estão em ladeira e a Mamoa de Poiares está num cume. No que se refere à posição orográfica, 17 estão em divisória, 10 em vale aberto e 5 em portela.

Contam-se 110 monumentos situados sobre declives entre 0 e 25%. Estes distribuem-se, em função da orografia, sobretudo em divisórias (52), sendo também numerosos os monumentos em portela (40) e ainda assim 17 estão em vale aberto. Apenas 1 se situa num balcão. No que se refere à posição no meio são os monumentos em chã que predominam (64), sendo também numerosos os monumentos em ladeira (40) e apenas 6 estão num cume.

Mais de metade (252), situam-se em declives entre os 0 e os 55%. Destes 137 estão em portelas, 107 em divisórias, 9 em balcões e 1 em vale aberto. Relativamente ao meio, 159 ocupam chãs,68 estão em ladeira e 26 em cumes. Apenas um monumento se encontra no fundo de um vale.

Por outro lado apenas sete monumentos se encontram sobre todas as classes de declives. Todos, com a exceção de M1 de Os Bermús, estão em chãs, sendo que este se encontra sobre um balcão. Orograficamente distribuem-se equitativamente em portelas (M8 das Antas do Mezio, M2 de O Areeiro e M14 de Porto Chão) e em divisória (M1 e M2 de Gontim e Mamoa de Penedo da Cruz).

Entre os monumentos situados sobre declives de entre 2 a 25%, 2 ocupam chãs (As Madorras e M3 de Fonte da Pegada), M1 de As Pereiras está num cume e M9 de Os Aceviñeiros em ladeira. Orograficamente apenas este último se encontra sobre uma portela, todos os outros estão em divisórias.

Entre os 2 e os 55% contam-se 36 monumentos. 22 estão em posição chã, 11 em ladeira e apenas 2 num cume. Em termos de posição orográfica 19 estão em divisórias, 16 em portelas e 1 num balcão. Por fim entre os 6 e os 55% registam-se 10 mamoas. A maioria está em chãs e apenas 2 estão em ladeira (M3 de Chão da Escusalha e M6 de Veiga de Maus de Salas). 3 estão em divisória (M2 das Antas do Mezio, M2 de Chan da Carreira e M5 de Chão da Escusalha), M6 de Veiga de Maus de Salas está num vale aberto e as restantes ocupam portelas.

3.6. Implantação em função da geologia:

As condicionantes geológicas foi uma das que tradicionalmente foi apontada como determinante da implantação, desde finais da década de vinte do século passado[206], reforçando-se a partir da década seguinte com os trabalhos do casal Leisner. Mais recentemente Bello Diéguez, Criado Boado e Vázquez Varela (1985) entendem esta relação como restritiva e apenas Ramil Rego (1997a) nega esta relação para os monumentos de Villalba (Lugo) alegando para tal a coincidência entre áreas geológicas e a presença de túmulos e na presença de monumentos não ortostáticos que seguem o mesmo padrão de implantação.

Na zona de estudo, com uma área total de 441.196ha, predominam os granitos (228175ha) e granodioríticos (92014ha). Os terraços e aluviões ocupam 42347ha, os xistos 34180ha e manchas de quartzitos e xistos 28625ha. Apesar de bastante menores, é ainda possível encontrar manchas de gneisse (12452ha), filões mineralizados (3393ha) e um pequeno filão de anfibolito (7ha).

Mais de metade dos monumentos (57%) encontram-se sobre granitos, 15% sobre mancha grano dioríticas, 14% sobre xisto e 6% encontram-se sobre quartzitos e xisto ou de gneisse. Apenas 1% dos monumentos catalogados se encontram sobre terraços e aluviões (Mamoa da Chasqueira, Mamoa da Gândara, Mamoa de Felgueiras e Mamoa de Poiares) ou filões mineralizados (Cista de Lordelo, Mamoa de Eireira, M5 e M6 de Os Aceviñeiros).

206 Conferir com Cotelo Neiva (1928).

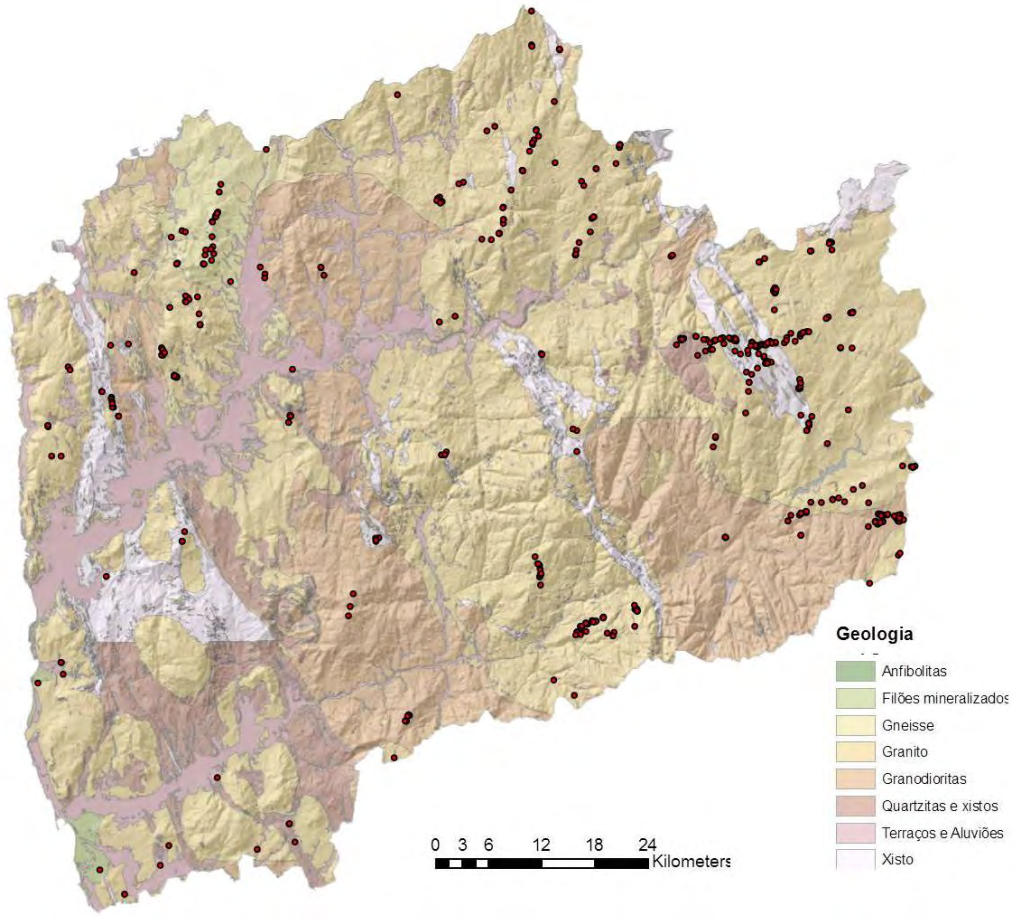
Efetivamente verifica-se que o substrato granítico coincide com 52% da área total, as manchas grano dioríticas correspondem a 21% desta área e as de xisto 7%. Idêntico peso têm na área total os quartzitos e xistos e os gneisses. Entre os menos representativos em termos de implantação dos monumentos verifica-se que os terraços e aluviões representam uns expressivos 10% da área total enquanto os filões mineralizados correspondem a apenas 1%. Pelo que as reservas de Ramil Rego parece aplicar-se, para a área de estudo, apenas no caso do granito.

Procedeu-se à análise da implantação do monumento em função do substrato geológico a partir da superfície calculada traçando um buffer de 500m. Chegando-se á conclusão que algumas massas tumulares se encontram na confluência de duas manchas geológicas. È este o caso de M8 e M10 de Outeiro de Cavaladre, que se situam sobre manchas de Granodioritos e quartzitos e xistos. Monte de Pazó M3 e M4 situam-se entre manchas de granito e granodioritos. Outeiro Ferro-Penagache M1 e M2, Outeiro de Ferro M1 e M8 estão sobre manchas de granito e xisto, Fonte do Bido M2 sobre xisto e quartzites e xisto, Padín M2, Portela de Pitões e Antas do Mezio M8 de quartzites e xisto e granito, Pozo da Moura M2 de Xisto e Filões mineralizados e Cousso M1 de xisto e quartzites e xisto.

Muitos dos autores que aceitam o determinismo geológico relacionam-no com o material de construção, contudo num estudo recentemente publicado (Vidal Romani et al., 2010), chamava-se a atenção para as diversas vantagens de incluir geólogos nas equipas de investigação, entre as quais se destacava a necessidade de estudos geológicos muito específicos para, face á geodiversidade galega, determinar a proveniência de determinados materiais, mas também a possibilidade de avaliar os conhecimentos concretos que tinham os homens pré-históricos do meio geológico imediato. Um bom exemplo desta preocupação é o estudo realizado para o megalitismo da Costa da Morte por Benita Silva Hermo, Beatriz Prieto Lamas e Teresa Rivas Brea (2010).

Na ausência de trabalhos idênticos para a nossa área de estudo abordaremos a relação das comunidades construtoras de megálitos com o meio geológico a partir de duas perspetivas distintas, uma das quais centrada na análise cartográfica e a outra tendo em conta a relação com os afloramentos rochosos observada diretamente no terreno, já que o anteriormente comentado conhecimento geológico imediato do homem pré-histórico se

deveria basear na existência de afloramento, como, de resto, parece concluir-se do estudo efetuado para a Costa de Morte, onde se justifica a escassa utilização do xisto por uma maior tendência à meteorização, formando solos profundos com poucos afloramentos.



Mapa 14: Distribuição de monumentos tumulares e megalíticos em função da geologia.

Tendo em atenção os dados recolhidos durante o trabalho de campo verifica-se que desde o local de construção dos monumentos tumulares se tem uma relação visual direta com um ou vários afloramentos rochosos em 85% dos casos.

	Afloramento						
Distância (m)	Granito	Granito e Quartzito	Granito e Xisto	Granito e Migmatite	Xisto	Migmatite	Ardósia
0	65	0	1	1	0	15	1
< 100	199	1	4	2	3	0	1
< 500	88	0	4	3	1	3	0
< 1000	15	0	1	0	0	0	0
> 1000	1	0	0	0	0	0	0

Tabela 11: Distribuição de monumentos tumulares em função da distância ao afloramento.

Em 90% dos casos esta relação estabelece-se com afloramentos graníticos. Sendo praticamente pontual os casos em que esta se estabelece com outro tipo de afloramento.

Também significativa pode ser a análise da distância entre o monumento e o afloramento rochoso mais próximo. Assim, em 72% dos casos o afloramento situa-se a menos de 100m do monumento, em 25% este encontra-se entre os 100 e os 500m e em 4% a uma distância superior a 500m e inferior a 1000m. Tendo em conta que apenas se tiveram em conta os dados observados diretamente durante o preenchimento da ficha, não se registaram distâncias superiores a 1000m.

Em todos os casos em que a relação visual se estabelece entre um monumento e um afloramento de xisto a distância é inferior a 100m. Já no caso em que esta se estabelece com afloramentos de migmatite ou mistos (granito e quartzito, granito e xisto ou granito e migmatite) a distância situa-se entre os 100m e os 500m.

M3 do Alto de S. Paio e M5 de Vale da Coelheira esta relação estabelece-se com afloramento de ardósia. No primeiro caso o afloramento situa-se a uma distância de 50m e no segundo a 100m.

Sempre que o monumento se situa a mais de 500m de distância do afloramento, este é de tipo granítico. Contudo, em apenas 4% dos casos em que existe uma relação visual entre um monumento tumular e um afloramento granítico a distância ultrapassa os 500m. O mais usual é que esta seja bastante mais próxima. Entre os 100m e os 500m em 18% dos casos e abaixo dos 100m na maioria (78%).

3.6.1. Distância ao afloramento e envolvente:

A relação entre o meio envolvente e a existência de afloramentos rochosos à superfície demonstra que apenas 15% dos monumentos situados em chãs não têm afloramentos percetíveis visualmente a partir do local onde foram construídos. Dos restantes, 79% encontram-se nas proximidades de afloramentos graníticos e 3% de afloramentos de migmatite. Apenas 1% destes se encontram nas proximidades de afloramentos de granito e xisto, sendo inferior a 1% a percentagem de monumentos que se encontram junta a afloramentos de granito e migmatite, de ardósia ou de granito e quartzito (Mamoa do Alto da Picota).

No caso dos monumentos tumulares situados nas proximidades de afloramentos graníticos, 39% encontram-se a uma distância igual ou inferior a 50m desses afloramentos, sendo que em 11% dos casos o afloramento se encontra no próprio local. Em distâncias relativamente maiores vai diminuindo o número de monumentos tumulares, assim, 10% encontram-se a cerca de 100m, 9% a 250m, 7% a cerca de 500m, 3% a 750m, enquanto apenas 0,32% se encontram a cerca de 1000m de um afloramento granítico.

Os afloramentos de granito e xisto apenas se encontram percetíveis visualmente a partir de uma reduzida percentagem dos monumentos tumulares implantados em chãs. Destes, apenas no caso de M2 de Serra das Motas o afloramento se encontra no próprio local de construção, nos restantes casos a distancia não ultrapassa os 250m. A mesma observação se regista para os monumentos em chãs em que nas proximidades se encontram afloramentos de granito e migmatite.

Os monumentos tumulares situados em chãs parecem ter também relação com afloramentos de migmatite, situando-se o afloramento no próprio local em 3% dos casos.

Percentagem inferior a 1% representa os monumentos tumulares que se situam a menos de 100m e a cerca de 250m de um afloramento de migmatite. Em todos os monumentos implantados em chãs que se encontram em locais próximos de afloramentos de ardósia, estes estão a menos de 50m dos mesmos.

Uma relação idêntica com os afloramentos se pode estabelecer para os monumentos tumulares de ladeira. Nestes, avistam-se afloramentos graníticos em 77% dos casos, enquanto em 5% o afloramento avistado é de migmatite, em 4% de granito e xisto. Em 3% dos casos o afloramento pode ser de xisto ou de granito e migmatite[207], não sendo possível estabelecer relação com nenhum afloramento em 8% dos casos.

Também no que se refere às distâncias entre o local de construção dos monumentos, em ladeira, e o afloramento granítico, mais próximo, a relação parece ser semelhante, com 27% dos monumentos tumulares a menos de 50m do afloramento, sendo que em 19% destes o afloramento se encontra no próprio local de construção. A partir dos 50m o número de monumentos tumulares diminui à medida que a distancia a um afloramento granítico se torna maior (21% dos casos encontram-se a cerca de 100m de um afloramento granítico, 8% a cerca de 250m e 3% a cerca de 500m).

Para as mamoas situadas em cumes não foi possível estabelecer relação visual com afloramentos em 22% dos casos. 71% estabelecem essa relação com afloramentos graníticos, 5% com afloramentos de migmatite (todos no próprio local de construção) e 2%

207 Os afloramentos de migmatite encontra-se no próprio local de implantação em 4% dos casos e a cerca de 100m em 1%. Já no caso dos afloramentos de granito e xisto os monumentos tumulares que se encontram a menos de 50m representam 2%. Percentagem idêntica à dos que se encontram a cerca de 100m, enquanto os que se encontram a uma distância superior, não ultrapassando em qualquer caso os 250m a percentagem é de apenas 1%. No caso de afloramentos de xisto os monumentos tumulares em ladeira que se encontram a menos de 50m de um destes afloramentos representam 2% dos casos e 1% encontram-se a cerca de 100m ou de 250m destes afloramentos. Proporções idênticas às dos monumentos tumulares que se encontram nas proximidades de afloramentos de granito e migmatite, em que a menos de 50m se encontram 2% dos monumentos tumulares em ladeira, enquanto 0,79% destes se encontram a cerca de 250 ou 500m do mesmo tipo de afloramento rochoso.

de granito e xisto, o que corresponde a apenas um caso (M1 de Serra das Motas), situado a cerca de 500m de um destes afloramentos.

No caso dos afloramentos graníticos, em 34% dos casos o monumento situa-se a uma distância inferior a 50m, ficando no próprio local em 20% dos casos analisados. 7% situam-se a cerca de 500m, 5% a menos de 100m e 2% a cerca de 250m, num dos casos, e a cerca de 1000m, noutro. Finalmente o monumento Mamoa de Outeiro de Mos, situado no fundo de um vale, encontra-se a menos de 50m de um afloramento granítico.

Verificou-se que apesar da tendência geral para volumes reduzidos, os monumentos de maior volume estão em substrato de granito e xisto.

3.7. Implantação em função da edafologia:

Apesar das limitações que uma distância de milhares de anos, com todas as alterações que implicam na composição dos solos e na noção de que ilações sobre questões económicas seriam idealmente traçadas a partir de assentamentos de cariz não tumular e na atual situação das investigações em que à falta de povoados se associa a escassez de análises paleoambientais detalhadas, realizou-se uma pequena análise da relação entre a implantação dos monumentos tumulares e megalíticos catalogados e o mapa edafológico.

Procurou-se com esta análise ponderar algumas ideias que têm sido adiantadas sobre estas questões. Em primeiro lugar a tradicional associação a solos com boas condições para a exploração agrícola, que para autores alguns autores poderia sugerir a proximidade dos povoados e a ausência de monumentos em solos estéreis.

Contudo tem-se também identificado monumentos em solos mais pobres, ou não tão adequados para a exploração agrícola.

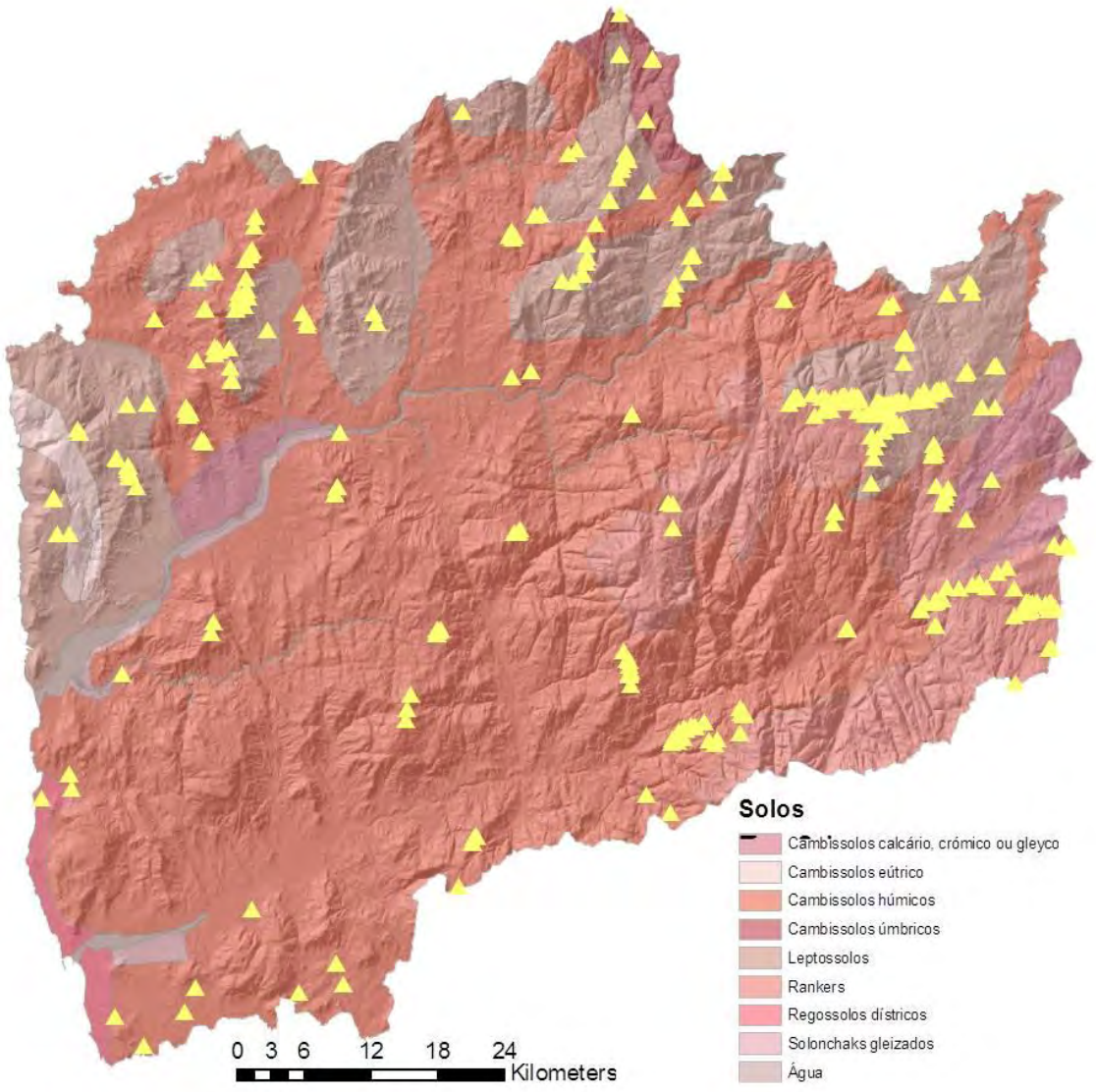
Eguileta Franco (1993-94 e 1999) destaca a coincidência das mamoas da Baixa Limia com dois tipos de solo, com potencialidades económicas antagónicas, ou complementares. As terras pardas de bom rendimento agrícola e os solos ácidos propícios á formação de prados naturais.

Os monumentos coincidem maioritariamente (181) em *cambissolos húmicos*. Estes são solos que resultam de uma meteorização do substrato granítico, grano diorítico ou quartzo diorítico, constituídos por um horizonte A úmbrico e um horizonte b não crómico. São por regra solos ligeiros e fáceis de trabalhar, aptos para o cultivo de regadio.

Cento e setenta e três monumentos situam-se sobre *leptossolos,* cento e dez estão sobre solos *Ranker*. A Mámoa do Veiro e A Cañota estão sobre *cambissolos calcário, crómico ou gleyco* e a Mamoa de Aspra e a Mamoa de Eireira estão sobre *regossolos dístricos*. Mais interessante parece ser a análise desta relação a partir da mancha que representa a superfície das mamoas. Esta revela que sete grupos abarcam dois tipos de solo.

É este o caso da Mamoa da Portela de Aldir que se encontra sobre uma área de *cambissolos húmicos* de 267m^2 e de *leptossolos* com cerca de 112 m^2. No grupo de Cerraque, M1 ocupa *leptossolos* e M2 *cambissolos húmicos*, também o grupo de Fonte da Pegada inclui três monumentos em *leptossolos* e um em *cambissolos húmicos*. Nas Mamoas do Batateiro, M1 situa-se sobre solos *rankers* e M2 sobre *cambissolos húmicos*. O mesmo sucedendo nas Mámoas de Seoane e de Touro Morto com M1 sobre *cambissolos húmicos* e M2 sobre *leptossolos*. Em Outeiro do Ferro, oito monumentos estão sobre *leptossolos* e apenas M7 está em solos *ranker*.

Traçando um buffer de 500m em torno ao monumento verifica-se que A Roza se situa sobre *leptossolos* com *cambissolos húmicos* na periferia; M2 de Alto da Cota situa-se em *cambissolos húmicos* com *leptossolos* na periferia; M1 de Cerraque situa-se sobre *leptossolos* e as restantes sobre *cambissolos húmicos* e *leptossolos*. Em Chan de Bidueiro M2 está em *leptossolos* e M1 e M3 em *leptossolos* com *cambissolos húmicos*. M1, M2 e M4 de Fonte da Pegada situam-se sobre *leptossolos* e M3 neste tipo de solo e em *cambissolos húmicos*. A Mamoa de Aspra encontra-se sobre regossolos *dístricos* e *cambissolos húmicos*. Já a Mamoa da Portela de Aldir situa-se em *leptossolos* e *cambissolos húmicos*, na Mamoa do Adro Velho em *cambissolos húmicos* e solonchacks gleizados.



Mapa 15: Distribuição de monumentos tumulares e megalíticos em função dos solos.

Em Monte das Motas M6 e M7 estão sobre solos *ranker* como as demais mas com uma pequena mancha de *cambissolos húmicos*. As Mámoas de Seoane estão sobre *leptossolos* e *cambissolos húmicos* e em O Picolo, M1 situa-se sobre *leptossolos* e M2 sobre *leptossolos* e *cambissolos húmicos*. Os monumentos de Outeiro do Ferro, Pedrouzos,

Penedos do Chan e M14 de Porto Chão estão sobre *leptossolos* e solos *ranker*. Por fim na Serra do Prado encontram-se monumentos sobre *cambissolos húmicos* e *leptossolos*.

Com todas as cautelas e as limitações que este tipo de análise impõe considerou-se pertinente abordar a distribuição espacial das mamoas em função da capacidade produtiva do solo. Verificando-se que mais de metade (52%) se situa sobre solos de utilização não agrícola (florestal) e 31% em solos de utilização não agrícola (prado), apenas 8% estão em terrenos de utilização agrícola, sendo que, metade destes, são considerados de utilização agrícola condicionada.

3.8. Implantação em função da distância a recursos hídricos:

A relação entre os cursos de água e a implantação das mamoas tem vindo a ser destacada na literatura arqueológica peninsular, assumindo-se que o curso dos rios seria a principal via de penetração da tradição megalítica desde a região litoral até ao interior[208].

Dos dados analisados observa-se uma proximidade entre o local de construção das mamoas e os recursos hídricos. Assim, 63% destes monumentos situam-se a uma distância inferior a 500m de um regato, rio ou nascente. Mais de metade (54%) destes monumentos situam-se a menos de 500m de um regato, 8% de um rio e apenas 1% de uma nascente.

Por sua vez, em 25% dos casos situam-se a menos de 100m destes recursos. Entre esses 20% estão a menos de 100m de um regato e 5% de um rio. Num grupo menos significativo ficam os tumuli situados entre os 500m e os 1000m (11%) de um leito de água, sendo que entre eles 7% ficam a uma distância de entre 500 e 1000m de um regato e 3% de um rio. Ainda menos expressivos são os que se situam a uma distância superior a 1000m (2%) de um leito de água.

[208] Veja-se por exemplo López Plaza (1982) ou Kalb (1989).

3.8.1. Distância a recursos hídricos e orografia:

Entre as mamoas situadas em balcões, 92% encontram-se a cerca de 500m de um recurso hídrico e 8% a mais de 1000m. Entre as que se situam em portelas 59% estão a cerca de 500m, 33% encontram-se mesmo a menos de 100m, sendo menos frequentes os monumentos em portelas que se situam a grandes distâncias de uma corrente de água. 7% encontram-se a cerca de 1000m e apenas na Mamoa de Cachadiñas se encontra a uma distância superior.

	Distância Recursos Hídricos (m)			
	< 100	< 500	< 1000	> 1000
Balcão	0	12	0	1
Portela	70	124	15	1
Divisória	25	143	36	3
Vale aberto	25	18	0	3

Tabela 12: Relação entre orografia e distância a recursos hídricos.

Também entre as mamoas situadas em divisórias, o mais frequente é que se encontrem a cerca de 500m de um recurso hídrico (69%), mas o segundo grupo percentualmente mais representativo (17%encontra-se a cerca de 1000m), com apenas 12% a menos de 100m e 1% a mais de 1000m. Por sua vez os situados em vales ficam, mais de metade das vezes (54%) a menos de 100m de um recurso hídrico, com 39% a cerca de 500m do mesmo e 7% a mais de 1000m. Esta relação pode explicar-se pela sua própria relação geomorfológica.

Analisando a Tabela 12 verifica-se, uma vez mais, a excecionalidade dos casos em que os monumentos tumulares se encontram mais de 1000m de um recurso hídrico. No caso dos situados em balcão apenas se verifica esta distância na Mamoa de Cachadiñas, no dos que se situam em portela corresponde ao caso da Mamoa de Aradas. Entre as que se situam em divisórias encontram-se a essa distância de um recurso hídrico a mamoa de

Catro Camiños, M2 de Penedos das Antas e M1 de A Lampaza, sendo também três os monumentos nesta circunstância mas situados em vales (M2, M3 e M4 de A Moura).

3.8.2. Distância a recursos hídricos e meio envolvente:

No que se refere à relação entre os monumentos tumulares situados em chãs e os recursos hídricos, mais de metade (54%) situa-se a menos de 500m e 21% a menos de 100m de um regato, 8% situam-se a menos de 500m de um rio e 7% a menos de 1000m de um regato, descendo para 3% os que se encontram a menos de 1000m de um rio e para 6% no caso dos que se encontram a menos de 100m de um rio. Menos expressivos são os que se encontram a mais de 1000m de um recurso hídrico[209]. Apenas M6 e M7 de Monte das Motas se situam a menos de 500m de uma nascente .

A maioria (54%) dos monumentos situados em ladeiras encontram-se a menos de 500m de um regato e 20% a menos de 100m do mesmo. Aqueles que se situam a menos de 1000m de um regato representam 7% dos casos, que é o mesmo valor que o representado pelos situados a menos de 500m de um rio.

Situação idêntica se verifica no caso dos monumentos situados em cumes, em que 56% se encontram a menos de 500m de um regato e 17% a menos de 100m do mesmo. 10% é a percentagem representada pelos que se encontram a menos de 1000m de um regato ou a menos de 500m de um rio, 5% pelos que se encontram a menos de 1000m de um rio e 2% dos que se encontram a menos de 500m de uma nascente.

Relativamente aos recursos hídricos o monumento de Mamoa de Outeiro de Mos situa-se a menos de 500m de um regato.

209 0,98% no caso de se tratar de um regato e 0,32% no dos rios.

3.9. Análise de capacidade de domínio visual:

Uma das caraterísticas mais destacadas das estruturas externas dos monumentos megalíticos é a sua monumentalidade. Os túmulos não são meras sepulturas, são uma referência para toda a uma comunidade, concebidos como uma referência, possivelmente a vários níveis para esses grupos, tal como tem vindo a ser reiterado na literatura arqueológica europeia.

O complexo significado, deste ritual funerário, parte de construções concebidas para se destacarem no tempo e no espaço, enquanto tal, boa parte das suas caraterísticas de implantação e mesmo arquitetónicas devem ser lidas de acordo com a necessidade ou a vontade de os tornar visíveis[210].

Tentando aproximar-nos destas questões analisamos cartograficamente as bacias visuais dos monumentos mais altos, dos mais baixos, bem como dos que se encontram a altitudes mais baixas e mais altas.

3.9.1. Mamoas Isoladas:

Entre as mamoas isoladas a que se encontra a maior altitude é Mourisca de Arriba (1275m), um monumento de tamanho médio situado num cume em divisória. Abarca uma bacia visual de 75919m^2 para E, avistando onze dos monumentos catalogados (M1 e M4 de A Formiga, Mamoa de Penedos do Chan, Mámoa do Vieiro, M1, M2, M3, M4 e M5 de Monte das Motas, Nogueirós e M1 de A Moura). Por sua vez a Mamoa de Felgueiras é a que ocupa uma altitude menor (18m). Trata-se de uma mamoa de tamanho médio, situada num vale aberto, em posição chã. O arco visual que se abarca desde a mamoa é bastante mais reduzido 56439m^2 de NW para SW, em direção ao mar. Não se avistando outros monumentos. O monumento mais alto é a Mamoa de Gaião, com 2,15m. Esta mamoa situa-se numa chã, em vale aberto a apenas 173m de altitude. Abarca uma bacia visual de apenas 708m^2 de NE para SE, sem que abarque outro monumento. Por outro lado a Cista de Lordelo, com apenas 0,40m, situada num vale aberto, em posição chã a 84m de altitude.

[210] Veja-se a propósito Fleming (1973).

Abarca uma bacia visual de apenas 353m^2 para NNE, marcando em linha, sem que se abarquem outros monumentos.

3.9.2. Pares:

Entre os pares a mamoa situada a maior altitude é M1 da Grama do Corno Dourado, uma mamoa de altura média, situada numa zona chã de uma portela a 1276m de altitude. A partir do monumento abre-se uma bacia visual de 3156m^2 de S para NNE. Nesta bacia estão visíveis, quatro outros monumentos (M5, M6 e M10 de Serra das Motas e Mota da Cabreira). A que se encontra a uma altitude menor (30m) é M1 de Couto Velho, uma mamoa de tamanho médio, situada numa chã, em divisória. A bacia visual abarca 5771m2 aberta para SSW que cobre uma linha de 29Km e um arco visual para W. Não se avistam outros monumentos a partir desta mamoa.

A mamoa mais alta, com 2,5m, é a de M1 de Mámoas de Seoane, situada numa ladeira e a 309m de altitude. A sua bacia visual abarca 794m^2, de S para NNE, sem que se avistem deste ponto outros monumentos. Por seu lado a mamoa mais baixa é M1 de Chão da Carreira, com apenas 0,30m de altura, ocupando um cume, situado sobre uma divisória a 525m de altitude. Desde esta implantação abarca 22.030m^2 num arco de SSW para NNE no qual é possível ver M2 de Couto Vello e a Mamoa de Serra do Prado.

3.9.3. Triangulações:

Entre as mamoas agrupadas em conjuntos de três foi calculada a bacia visual de M3 de Outeiro do Ferro, situado a 1269m de altitude. Trata-se de um monumento de altura média, situado sobre uma chã em divisória. A bacia visual é de uns meros 92m^2, mas circular, onde se incluem M1 e M2 de Outeiro do Ferro. Segundo Villoch Vázquez, Santo Estévez e Criado

Boado (1997) para o caso da Península Ibérica [211], a perceção circular do espaço pode estar associada a uma metáfora de domesticação da paisagem.

M2 de Chão dos Cabanos, situada a apenas 373m de altitude é um monumento de altura média, situado numa portela e em ladeira. Abarca uma bacia visual mais ampla que a anterior, podendo também considerar-se que é circular, já que abarca manchas em linha mais ou menos reta para SSW, NNW, NNE, NE e SSE. Neste arco de visibilidade abarca-se M2, M4 e M5 de Vale da Coelheira e M1 de Chão dos Cabanos.

A mamoa 1 de Outeiro Ferro-Penagache, com os seus 4,8m, é a mais alta das que se encontram em grupos de três. Situa-se numa portela em terreno chão, a 1262m de altitude. Abarca uma bacia visual circular com apenas 134m^2, sem que se avistem outros monumentos. Por outro lado M3 de Os Bermús, com apenas 0,30m de altura, é a mais baixa. Ocupa uma chã, numa portela situada a 473m de altitude. A bacia visual abre-se de SSE para W e abarca uma área de 1118m^2.

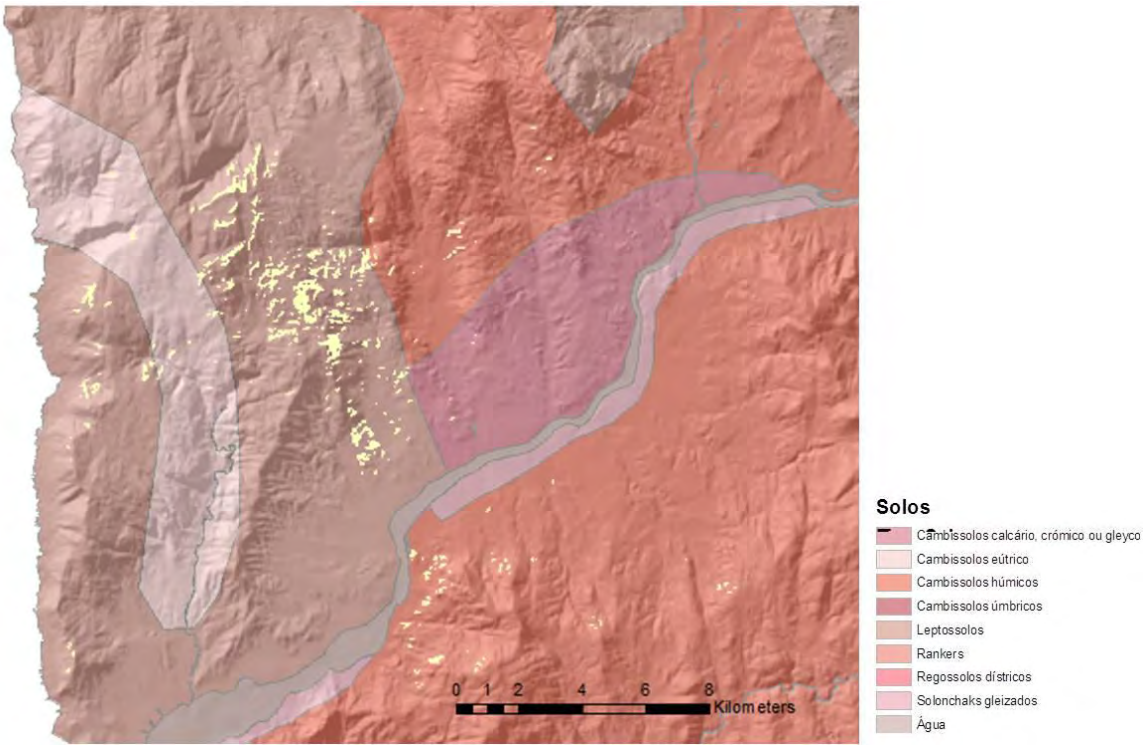
3.9.4. Grupos de quatro ou mais monumentos:

Os grupos maiores funcionam como unidades, as quais a visibilidade entre os diferentes monumentos tem um grande peso. As bacias visuais traçadas para os monumentos agrupados em conjuntos de quatro ou mais mamoas variam entre os 279m^2 das Mamoas de Tombaril e 16051m^2 de Monte das Motas.

Verifica-se que em todos os grupos assinalados durante o trabalho de campo se estabelecem relações visuais entre os monumentos do grupo. Esta é a única relação visual que estabelecem os monumentos do grupo de Veiga de Requiás, Veiga de Maus de Salas, Vilachán do Monte, Tombaril, Porto Chão, Penedos da Antas, Outeiro de Cavaladre, Monte Mosteiro, Monte do Faro, Monte de Pazó, Monte das Motas, Marco do Pedroso, Gontim, Fonte da Pegada, Chão de Lamas, Chão da Escusalha, Chan de André, Campo dos Mouros, Boivães, Antas do Mezio, As Lameiras, A Moura e A Chán.

211 Conferir igualmente em Villoch Vázquez (2000).

Maria de Jesus Sanches (1986 e 1995) traçou o território visual para os monumentos do planalto mirandês, observando como abarcam uma paisagem diversificada. Testamos esta hipótese cruzando as bacias visuais calculadas com o mapa das características edafológicas, verificando-se a aplicabilidade da mesma para a região galaico-portuguesa do Minho.



Mapa 16: Mapa de visibilidades dp grupo de Vilachán do Monte.

Apenas em Tombaril, assinalado como o grupo com o arco visual mais apertado, e em Chão dos Cabanos se abarcam paisagens de exclusivamente compostas por *cambissolos húmicos*. Já nos restantes grupos a bacia visual abarca distintos tipos de solo, com vocações igualmente distintas. Em Monte das Motas abarcam-se desde cambissolos calcário, crómico ou gleyco, a *rankers*, passando por *leptossolos*. Em Mourisca de Arriba abarcam-se *cambissolos calcário*, *crómico* ou *gleyco, cambissolos éutricos*, *cambissolos húmicos*, *leptossolos* e *rankers*.

A partir do grupo de Outeiro do Ferro abarcam-se solos cambissolos calcário, crómico ou gleyco, cambissolos húmicos, leptossolos e rankers. Desde A Moa, Grama do Corno Dourado se abarcam cambissolos calcário, crómico ou gleyco, leptossolos e rankers e a partir de Chan da Carreira abarcam-se cambissolos húmicos, leptossolos e solonchaks gleizados.

3.10. Mamoas e trânsito:

Mas uma das condicionantes da visibilidade é, logicamente, a existência de um sujeito que os veja, podendo esta lógica ser, de acordo com o que Vaquero Lastres para a Cubeta de As Pontes (1993c) pode ser estática ou móvel.

Uma lógica de mobilidade estática pressupõe a existência de assentamentos de tipo não tumular. Não fazem parte dos objetivos deste trabalho estudar possíveis assentamentos associados ao fenómeno tumular e megalítico da região, mas destaca-se a possibilidade de partir da definição destas bacias visuais para, em futuros projetos prospetar essas áreas em busca de indícios dos mesmos.

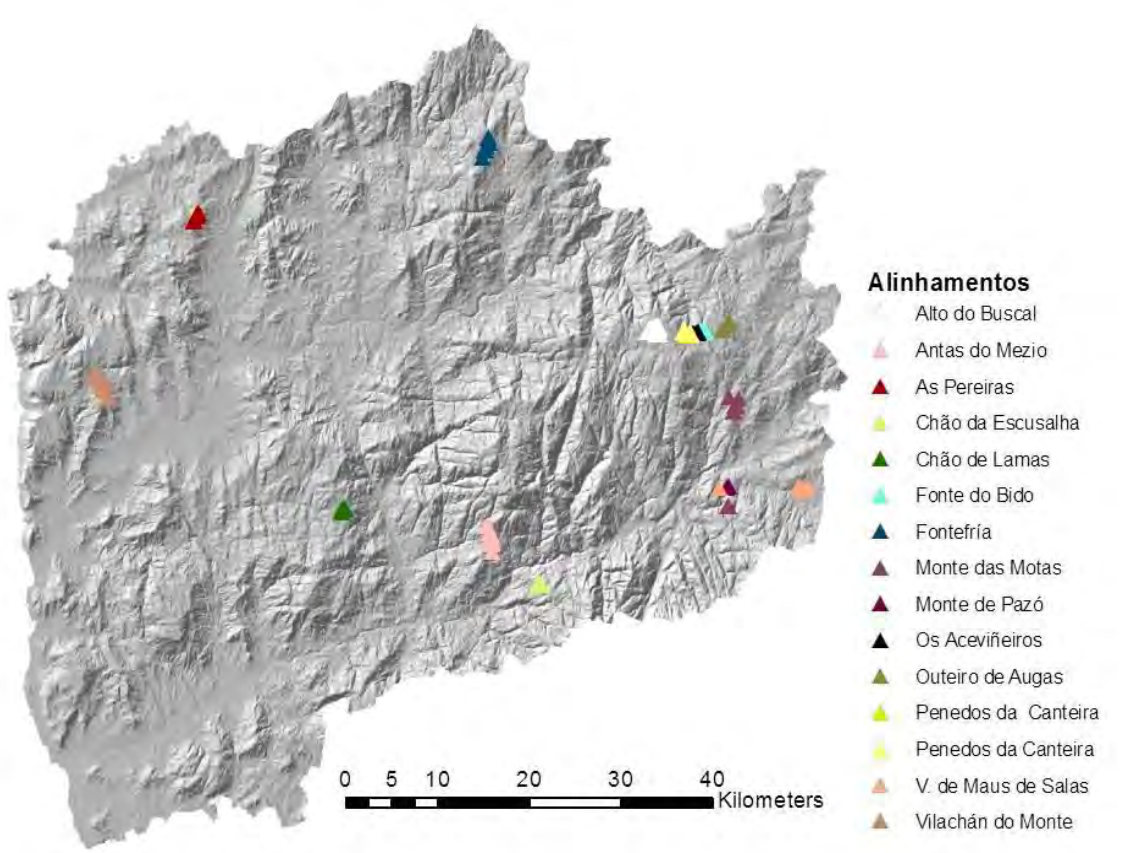
Por outro lado a existência de uma lógica de visibilidade associada a um sujeito móvel associa-se a um tema, que como se deduz da análise historiográfica, tem sido bastante debatido, no que se refere ao fenómeno tumular e megalítico, o da sua relação com vias naturais de trânsito. A associação das mamoas com o movimento coloca-as em relação com um complexo código de símbolos, em que para além de uma, bem provada, função de caráter prático, mas também um, tantas vezes, intuído papel simbólico. Na área de estudo foram identificados alinhamentos que poderiam ser associados a essa lógica de mobilidade.

No conjunto do Alto do Buscal, um conjunto de dez monumentos situados em portela, distribuem-se num alinhamento no sentido SSW-NNE. Outros alinhamentos, no mesmo sentido, foram identificados em As Pereira e Chão da Escusalha. Outros alinhamentos, mas em sentido, NS, foram identificados em Antas do Mezio, As Pereiras, Chão de Lamas e Vilachán do Monte.

Neste último, o grupo formado por M7 e M8 dista 897m a NW das restantes. Para SE encontra-se um segundo par (M10 e M11) que dá inicio a um alinhamento no sentido NS, num percurso de cerca de 3Km, que culmina com um terceiro par (M1 e M2).

Em Os Aceviñeiros identifica-se um alinhamento no sentido EW, com uma inversão para NE em M3. O primeiro tramo inicia-se com um par (M7 e M8) e mede 435m e o segundo inicia-se com outro par (M1 e M2) e mede 262m. Numa perspetiva mais ampla o alinhamento formado pelos monumentos tumulares e megalíticos de Os Aceviñeiros parece associar-se, para E com o conjunto de Fonte do Bido e para W com Penedos da Canteira. Também foi identificado um alinhamento no sentido NS em Veiga de Maus de Salas.

Já no sentido SW-NE foram identificados alinhamentos em Chão da Escusalha, Fontefría, Monte das Motas e Outeiro de Augas (neste, M4, encontra-se afastadas das restantes 631m) e Serra das Motas (onde os pares M1 e M2 e M7 e M9 marcam o inicio e o fim do mesmo alinhamento).



Mapa 17: Alinhamentos de mamoas.

Por fim identificam-se alinhamentos no sentido SE-NW em Monte de Pazó, com M2 a 216m das restantes e Penedos da Canteira, onde se observa uma inversão para NE, marcada pelo par M13 e M14, onde interliga com Os Aceviñeiros. O alinhamento estende-se por 929m, sendo pontuado por pares (M8 e M10, M7 e M11 e M1 e M2)

A associação proposta por Maria de Jesus Sanches (1986 e 1995), entre as visibilidades a partir das mamoas e territórios com potencialidades económicas diversificadas, com base no estudo realizado no Planalto Mirandês, foi reiterada por Eguileta Franco (1999) para a Baixa Limia. Este autor sugere que também as vias naturais de transito poderiam associar-se a territórios com um aproveitamento diferenciado de vários recursos.

Analisando esta possibilidade a partir do grande alinhamento formado pelos grupos de Os Aceviñeiros, Fonte do Bido e Penedos da Canteira, mas também os grupos de Serra das Motas e Outeiro de Augas, verifica-se que todos estão sobre *leptossolos*, mas encontram nas imediações *rankers, cambissolos húmicos e* relativamente próximos encontram *cambissolos calcário, crómico ou gleyco.* Por sua vez os monumentos de Vilachán do Monte, também situados sobre *leptossolos*, mas encontra nas proximidades solos *cambissolos calcário, crómico ou gleyco, cambissolos húmicos* e *cambissolos éutricos.*

Também o conjunto de Monte das Motas, situado sobre solos *rankers,* encontra, em zonas próximas, *cambissolos húmicos, cambissolos calcário, crómico ou gleyco* e *leptossolos.* Fontefría, apesar de se encontrar em *leptossolos,* encontra nas proximidades *cambissolos húmicos e rankers* e em Alto do Buscal coincidem com solos de tipo *rankers,* mas relativamente próximos de *leptossolos e cambissolos húmicos.*

Os monumentos de As Pereiras coincidem com *cambissolos húmicos* mas a uma distância de 1 a 2 Km encontra grandes manchas de *leptossolos.* Chão da Escusalha e Antas do Mezio situam-se sobre *cambissolos húmicos,* mas encontram a pouca distancia solos de tipo *rankers.* O inverso verifica-se em Veiga de Maus de Salas e apenas Chão de Lamas parece relacionar-se exclusivamente com *cambissolos húmicos.*

Não se verifica contudo a coincidência destes pares com portelas, ainda que estas surjam em pares que marcam inversão no sentido do alinhamento, como em M13 e M14 de Penedos da Canteira, ou em pares que marcam o inico e o final do alinhamento de os Aceviñeiros e que numa perspetiva mais ampla poderiam ser também considerados como mudanças de sentido, se tomarmos este alinhamento como parte de uma mais vasto onde se incluem os grupos de Alto da Mansão do Guerreiro, Alto do Buscal, Fonte do Bido, Gontim, Outeiro de Augas, Outeiro do Ferro e Penedos da Canteira.

3.11. Ideias síntese:

Após a exposição da análise efetuada aos dados relativos à distribuição e implantação dos monumentos catalogados, verifica-se que:

2. As mamoas isoladas ocupam preferencialmente altitudes baixas ou médias, com números pouco expressivos a altitudes mais elevadas.

3. Observam-se algumas regularidades construtivas nas mamoas isoladas que ocupam as grandes divisórias e dentro destas se implantam em balcão ou em portela, sendo mais difíceis de definir nas que ocupam posições chãs. Mas sobretudo destacam-se as que ocupam vales pelas grandes dimensões que as caraterizam. Comparando os dados relativos às mamoas que se agrupam em pares, face às isoladas verifica-se que, relativamente à altitude, passam a ser as altitudes médias as mais frequentes.

4. Também no que se refere à posição orográfica se verifica uma divergência, uma vez que as portelas assumem posição de destaque. O que se poderia relacionar com a associação para a qual Criado Boado (1984-85) alerta, entre os pares de monumentos tumulares e megalíticos e lugares chave para o trânsito. Segundo este autor os pares de monumentos estariam associados a pontos onde a direção a seguir pode ser ambígua ou onde se apresenta uma mudança de direção. No que se refere à relação com o meio envolvente, embora continuem a predominar as mamoas em chãs, as situadas em ladeira suplantam as se encontram em cumes.

4. Comparando as características construtivas das mamoas que se agrupam em pares com as que se encontram isoladas encontramos que são mais frequentes entre as mamoas agrupadas em pares as que apresentam uma massa tumular de terra, com uma boa percentagem das que apresentam couraça, enquanto nas isoladas estes elementos apenas aparece em 20% dos casos, sendo mais comuns as de terra e pedras. Não se registando grandes diferenças no que se refere a dimensões. Também as tipologias identificadas são variadas em ambos os casos, estando, no entanto, identificado um monumento de câmara e corredor indiferenciados entre as mamoas isoladas, uma tipologia que não se encontra representada entre as mamoas associadas em pares. Por seu lado entre estes grupos foram identificadas

tipologias que não foram identificadas entre as mamoas isoladas (câmara poligonal fechada e câmara poligonal de corredor).

5. Comparando o anteriormente observado com os monumentos agrupados em triangulações vemos que, regra geral coincidem, no que diz respeito a altitudes e implantação no meio, com as mamoas situadas em pares, mas diferem, no que se refere à posição que ocupam em relação aos grandes acidentes orográficos, já que não se verifica entre estes uma tão intensa vinculação com as portelas, como se aludiu para o caso anterior. Em termos arquitetónicos coincidem no que se refere a superfície, volume e orientações, mas diferem no que se refere à composição da massa tumular, uma vez que, no caso das triangulações, os monumentos com terra e pedras e apenas de terra partilham o primeiro lugar, enquanto nos pares as de terra eram as mais numerosas, seguindo-se as mamoas com couraças e só depois as de terra e pedras. Também no que se refere às alturas, entre as triangulações, prevalecem as baixas e entre os pares as médias. Por fim, no que se refere às tipologias encontram-se em ambos os conjuntos os monumentos de câmara e corredor indiferenciados e as câmaras poligonais fechadas, mas não se verificam entre as triangulações as cistas.

6. Em relação ao observado para os monumentos anteriores nos grandes conjuntos volta a evidenciar-se uma clara preferência pelas divisórias. Em relação às altitudes continuam a prevalecer os monumentos em altitudes médias mas os monumentos em altitudes baixas passam para ultimo lugar.

7. Em relação ás caraterísticas arquitetónicas prevalecem entre os monumentos situados em grandes núcleos os monumentos com couraça, em relação aos tamanhos os pequenos passam para segundo lugar. Também em relação à orientação prevalecem os monumentos orientados em direção EW e estão representadas todas as tipologias.

Relativamente à implantação dos monumentos tumulares e megalíticos com a altitude verifica-se:

1. Implantação preferencial em altitudes médias, em redor dos 700m.

2. Regularidade entre a altitude a que se encontra o monumento e a dimensão do mesmo, quer no que se refere ao diâmetro quer à superfície. Prevalecendo em todas as altitudes as superfícies medias com um interessante equilíbrio proporcional entre o peso percentual da superfície do monumento e o do representado pela altitude em que se implantam.

3. Entre altitudes até aos 500m e nas que se encontram acima dos 1000m predominam monumentos com alturas médias. Já entre as mamoas implantadas em altitudes médias prevalecem as de altura baixa, diminuindo o peso percentual proporcionalmente ao aumento de altura dos monumentos.

4. Os volumes reduzidos prevalecem em todas as altitudes, com a exceção dos monumentos situados acimas dos 1000m de altitude. A frequência de monumentos vai diminuindo proporcionalmente ao aumento do volume.

5. Entre os monumentos tumulares e megalíticos implantados acima dos 1000m de altitude existe um equilíbrio entre os volumes reduzidos e médios e nos que se situam abaixo dos 500m existe igualmente um equilíbrio, mas entre os volumes altos e muito altos.

6. Em altitudes médias não se registam volumes muito altos.

7. Verifica-se a propensão das cistas e das câmaras poligonais abertas para se implantarem em altitudes médias e altas, enquanto as de câmara poligonal fechadas e os monumentos de câmara poligonal e corredor procuram sobretudo altitudes médias e baixas. Por sua vez o número de monumentos de câmara e corredor indiferenciados diminui em função da altitude.

8. Esta preferência dos monumentos de câmara e corredor indiferenciados por altitudes baixas parece adequar-se à sua associação a um processo de ocupação de terras mais férteis e, enquanto tal, a um momento de consolidação de sistema agrícola.

9. Relativamente ao material de construção, os monumentos de granito estão representados em todas as altitudes, sendo mesmo os únicos em altitudes inferiores aos 500m. Enquanto a diversidade de material parece aumentar em função da

altitude. O que se pode entender por prevalecerem nas altitudes mais elevadas as paisagens rochosas, onde o material à disposição, no próprio local de construção seria também mais frequente.

Já da análise da implantação em relação com a orografia, destaca-se:

1. Confirma-se a significativa relação entre a implantação das mamoas e as grandes divisórias de águas e, dentro destas, dos monumentos situados em portelas.

2. A demarcada preferência pela implantação em portelas parece relacionar-se com o seu papel enquanto elementos chave para o trânsito. De tal forma que parece mesmo sobrepor-se à necessidade de conferir visibilidade à sepultura, situação em que a presença em balcões seria um fator adicional a ter em conta.

3. Confirma-se também a clara preferência de monumentos em chã

4. Cruzando os dados relativos à posição fisiográfica e a altitude destaca em primeiro lugar a quase inexistência de monumentos em vale a altitudes superiores a 1000m e a natural prevalência das mamoas em divisória em todas as altitudes;

5. Parece interessante a análise a observação que nem todos os vales parecem ser atrativos para os construtores de mamoas. Assim são mais numerosas as mamoas em vales situados em altitudes médias do que em altitudes baixas.

6. Não parece haver relação significativa entre altitude e posição fisiográfica, já que todos parecem tender a altitudes médias, surgindo em segundo lugar os monumentos em altitudes baixas e por último as altas. A única exceção verifica-se entre as mamoas situadas em balcão, entre as quais, ao não estarem representas mamoas em altitudes médias as que se encontram a baixas altitudes passam a ser as mais numerosas. E o cado da Mamoa de Outeiro de Mos, implantada no fundo de um vale, mas a uma altitude de 1134m. Por outro lado destaca a distribuição muito equilibrada das mamoas em ladeira em todas as altitudes.

7. A altitude *per se* não tem valor, mas deve sempre ser lida em função da orografia. Ainda que possam encontrar-se divisórias a pouca altitude.

8. No meio envolvente parece também comprovar-se uma clara preferência por zonas chãs, sendo também importante a percentagem de monumentos que se encontram em ladeira.

9. Os monumentos em cume estão representados com um peso percentual muito baixo e apenas se regista um monumento no fundo de um vale (Mamoa de Outeiro de Mos), dando-se, no entanto, a particularidade de se encontrar acima dos 1000m de altitude.

10. Relativamente á posição orográfica, tanto os monumentos em chãs como os que se encontram em ladeira ocupam, na maior parte dos casos, portelas, ainda que os monumentos em divisória tenham um peso percentual bastante aproximado no caso dos monumentos em chãs e inferior no das ladeiras, nos que os monumentos em portela representam metade dos casos registados.

11. Pelo contrário, entre os monumentos situados em cume, os que ocupam divisórias representam uns expressivos 76%, enquanto os que ocupam portelas registam apenas 20%.

A partir da análise dos declives do terreno onde se localizam as mamoas e da sua envolvente foi possível delinear as seguintes conclusões:

1. No que se refere aos declives, os monumentos encontram-se preferencialmente em terrenos de classe 3, logo seguidos dos de classe 2 e de classe 4, representando estes últimos um peso menor. Os terrenos com declives classificados como de classe 1 e de classe 5 têm um peso percentual idêntico.

2. Cruzando a informação sobre os declives com a orografia do território verifica-se que os monumentos em divisória associam-se com mais frequência a terrenos de classe 2 e de classe 5, enquanto os situados em portelas se associam com terrenos de classe 3 e de classe 4. Já os monumentos situados em vale aberto tendem a associar-se com terrenos de classe 1.

3. Independentemente do declive os monumentos de tamanho médio são sempre os mais numerosos. Os de tamanho grande surgem em segundo lugar em terrenos de

classe 2 e classe 3, enquanto os pequenos surgem nesta posição no que se refere a terrenos de classe 1, classe 4 e classe 5.

4. Entre os monumentos situados em terrenos de classe 5 não se encontram monumentos de tamanho grande e o único monumento situado em terreno se classe C6 (Monte Medoña) é de tamanho médio.

5. Entre os monumentos implantados em terrenos de classe 2 e de classe 4 os de alturas médias representam metade dos casos registados, sendo também muito próximos os valores dos monumentos baixos, altos e muito altos. A mesma tendência se verifica em terrenos de classe 3 e de classe 5, sem que as percentagens coincidam, já que em terrenos de classe 5 se encontram os monumentos mais altos e nos de classe 3 não se registam monumentos altos ou muito altos.

6. Já entre os monumentos implantados em terrenos de classe 1, a maioria são baixos, verificando-se um grande desfasamento em relação aos monumentos de altura média, registando-se apenas um caso de altura grande ou muito grande.

7. Relativamente ao volume, são os reduzidos que prevalecem entre os terrenos de classe 1, 3, 4 e 5, diminuindo a frequência de monumentos proporcionalmente ao aumento de volume. Entre terrenos de classe 2 prevalecem os volumes médios.

8. Analisando o declive do terreno em função da superfície verifica-se a tendência para os monumentos abrangerem mais do que uma classe de declives.

9. O intervalo de declives alarga-se para o meio, sendo de salientar que cerca de metade dos monumentos encontra num raio de 500m a partir do local de construção terrenos com declives entre o 0 e os 55%.

Das análises relativas, quer à geologia, quer aos afloramentos rochosos, ressalta a grande ligação entre os monumentos tumulares e megalíticos e o granito. Sendo este o substrato geológico onde se encontram mais monumentos e também o tipo de afloramento rochoso mais próximo da maioria dos monumentos tumulares e megalíticos estudados. Observando-se que:

1. Esta relação verifica-se também noutras regiões da Península Ibérica, como a salmantino-zamorana (cf.: López Plaza, 1982).

2. O substrato granítico predomina também em termos totais na área de estudo, o que, em nosso entender, não invalida a força da sua associação com os monumentos tumulares e megalíticos, uma vez que se observa como em apenas 4% dos casos em que os monumentos se encontram nas proximidades de um afloramento granítico este se encontra a mais de 500m do local de construção.

3. Por outro lado é significativo que, apenas no caso dos afloramentos graníticos, se registam relações com monumentos situados a distâncias superiores, embora o mais usual, seja que o afloramento se encontre a uma distância inferior a 100m do local de construção.

4. Cruzando os dados relativos ao material de construção e ao substrato geológico verifica-se que, sempre que se conservam ortostatos de um material distinto ao do substrato geológico sobre o que se construiu o monumento, este encontra nas imediações, a uma distância inferior a 1000m, manchas de outro substrato. O que coincide também com o apontado para a região de Salamanca e Zamora por Socorro López Plaza (1982), onde as distancias entre o local de construção e as possíveis canteiras se encontram entre os 300 e os 1500m.

5. A exceção verifica-se apenas nos casos de M1 de Fonte da Pegada, M1, M5 e M6 de As Pereiras, em que se conservam ortostatos de granito, sendo que a mancha granítica mais próxima se encontra a cerca de 2Km do local de construção, bem como nos casos de M2 de Chan de Carreira e do Dólmen de Herville, em que este se encontra a cerca de 3Km.

6. A propósito desta relação cita-se o caso de Vale de Rodrigo 2, onde apesar de ser preponderante o material de origem local se integra blocos de granodiorita porfírica cuja canteira se situaria a cerca de 8Km do local de construção (Kalb, 1996 e Larsson, 1998). Do estudo efetuado não se deduzem particularidades construtivas que justifiquem o seu uso, inclusive uma delas, incorporada na cobertura, acabou mesmo por se fraturar com o peso. Assim sendo Philine Kalb (1996) justifica o seu uso com uma importância potencial do local de onde foram trazidos os blocos,

hipótese idêntica à defendida por Wheatley e Murrieta Flores (2008), para quem estes blocos não podem ser encarados como simples materiais de construção, uma vez que corresponderiam a uma apropriação de paisagens com importância prévia.

7. Por outro lado os mesmos autores salientam que este processo construtivo transformaria a própria paisagem com o desaparecimento dessas pedras, que uma vez reunidas num único lugar é possível interagir em simultâneo com todas elas, sendo possível conectar-se com história e lugares distintos.

Por sua vez da análise da relação entre mamoas e edafologia destaca-se as seguintes observações:

1. Os monumentos tumulares e megalíticos estudados implantam-se preferencialmente sobre *cambissolos húmicos*, solos ligeiros e aptos para o cultivo. Sendo também frequentes os monumentos que se encontram sobre *leptossolos* e solos *ranker*. Sendo verdadeiramente excecionais os monumentos construídos sobre *cambissolos calcário, crómico ou gleyco* e *regossolos dístricos*.

2. Analisando a relação entre o local de construção e o tipo de solo numa perspetiva mais vasta, verifica-se que vários grupos abarcam dois tipos de solo, alargando-se a diversidade em termos de disponibilidade de solos com propriedades distintas se traçarmos um raio de 500m a partir dos monumentos.

3. Da análise da distribuição espacial dos monumentos tumulares e megalíticos em função da capacidade produtiva do solo, verificou-se que mais de metade (52%) se situa sobre solos de utilização não agrícola (florestal) e 31% em solos de utilização não agrícola (prado), apenas 8% estão em terrenos de utilização agrícola, sendo que, metade destes, são considerados de utilização agrícola condicionada.

4. Esta mesma coincidência entre a implantação das sepulturas megalíticas com solos de vocação pastoril mas igualmente aptos para os cultivos tem sido apontada para a região salmantino-zamorana (cf.: López Plaza, 1982).

A proximidade aos recursos hídricos é outra das regularidades observadas no que se refere à implantação dos monumentos tumulares e megalíticos da área de estudo, destacando-se que:

1. Na maioria dos casos a uma distância inferior a 500m do local de construção encontra-se uma fonte de abastecimento de água, seja ela um regato, um rio ou uma nascente.

2. Esta proximidade parece ser independente quer da posição orográfica, quer da implantação no meio envolvente.

Da análise da capacidade de domínio visual, salientam-se algumas observações bastante pertinentes:

1. No que se refere ao papel da visibilidade na implantação dos monumentos tumulares e megalíticos verifica-se a importância da mesma quer no estabelecimento de relações visuais entre os monumentos do mesmo grupo, quer na escolha de locais a partir de onde se abarca uma bacia visual abrangente.

2. Esta relação parece ser importante, num e noutro caso, quer *desde* como *para* o monumento ou grupo de monumentos.

3. Verifica-se igualmente que a partir dos grupos principais de monumentos estudados se abarca, dentro desse arco visual paisagens diversificadas e com vocações económicas complementares.

4. Esta importância pode reforçar a leitura do fenómeno tumular e megalítico como estabelecendo um papel de marcador territorial, seja ele delimitador ou centralizador.

5. A análise de visibilidades fica em todo o caso condicionada à inexistência de estudos de paleobotânica que permitam reconstituir a paleovegetão dos territórios analisados (cf.: Chapman e Benjamin, 2000).

6. Por outro lado como sugere John Barnatt (1998) não se pode deixar de fora desta análise a própria arquitetura do monumento, já que esta determina o que é visto, o que permanece escondido e o que a revelado apenas a determinadas distancias.

7. O mesmo autor sugere que a visibilidade a partir do monumento é sem duvida uma questão importante mas deveríamos ainda colocar em questão a natureza dessa importância. Para quem é importante, para os vivos ou para os próprios antepassados.

8. Em nosso entender a lógica de visibilidade de e para as mamoas poderia responder a esta questão. Sendo a visibilidade para o monumento de extrema importância para a comunidade dos vivos que aí teria uma referência importante, independentemente do contexto e da forma como esta se proporciona (fixa ou móvel) e a visibilidade a partir do monumento deveria ser lida num enquadramento ritual e simbólico em que a comunidade dos antepassados vela pelo território ocupado e/ou atravessado pelos seus descendentes.

9. É lógico pensar que a mesma implica necessariamente algum grau de importância para a comunidade dos vivos que ao estabelecer a relação visual para o monumento teriam essa perceção de que os seus antepassados velariam por eles.

10. Em Carnac (Roughley, 2004) encontra diferenças ao nível da implantação entre dólmens de corredor e galerias cobertas. A uma escala reduzida parece que os dólmens de corredor foram pensados para potenciar a sua a visibilidade na paisagem, mas a uma escala mais alargada, puramente local, parecem ter uma visibilidade atenuada. Conforme o observador se aproxima, este deixa de ser visível, para reaparecer de forma bastante repentina a curta distancia. Este efeito poderia otimizar o impacto da arquitetura. Também tendem a estar orientados a horizontes mais próximos, marca contra o céu a silhueta do lado da entrada, quando nos aproximamos. Enquanto as galerias parecem menos visíveis a larga distancia e não tem os mesmo efeitos a curta distância, existe contudo um elevado nível de intervisibilidade dentro do grupo, mas escassa entre os distintos grupos. A sua implantação parece ter sido pensada, como grupo, à escala local, enquanto as câmaras de corredor foram pensadas para serem mais proeminentes no contexto paisagístico geral.

E no que se refere á relação entre mamoas e trãnsito:

1. Também se parece confirmar a relação das mamoas com o trânsito, que se depreende quer da presença de alinhamentos, mais ou menos extensos, quer da implantação em pontos-chave para o trânsito.

2. Se no caso dos alinhamentos poderíamos retirar uma dupla leitura, uma vez que estes se poderiam relacionar com um papel delimitador do território, coincidindo essencialmente com as grandes divisórias naturais, no caso da associação dos pares com as portelas essa leitura apenas se pode relacionar com questões de trânsito.

3. Permanece, contudo por determinar se esta associação entre a implantação dos monumentos tumulares e megalíticos com as vias de trânsito natural se estabelece direta ou indiretamente.

4. Isto é a existência de uma relação entre determinadas caraterísticas da implantação dos monumentos tumulares e megalíticos com as vias de trânsito, não implica necessariamente que a rota passa-se efetivamente junto destes monumentos, uma vez que a relação poderia ser apenas visual, com os monumentos a assinalar o sentido e não o local por onde se transitava.

4. As Arquiteturas

Como se viu anteriormente a arquitetura foi o elemento que primeiro chamou a atenção dos intelectuais para o fenómeno megalítico e foi também um dos temas mais debatidos em toda a literatura arqueológica dedicada a esta temática. Atualmente assume novamente um lugar de destaque com a ideia de um polimorfismo inerente a todos os elementos tumulares e não apenas às estruturas internas. Esta evidência tem aberto novas questões e levantar novas hipóteses interpretativas, nas quais a massa tumular tem ganho também novo realce, já que na realidade não devemos esquecer que como lembra Philine Kalb (1996: 685) após esta estar concluída o polimorfismo interno não seria percetível. Ultrapassada a fase em que a arquitetura se estudava exclusivamente do ponto de vista construtivo, esta assume-se hoje em dia de forma plena, procurando-se agora o significado económico, social e simbólico inerente a estas construções.

No presente capítulo pretende-se abordar estas questões, começando por analisar as caraterísticas construtivas dos elementos externos, tentando perceber a sua relação com o meio natural no qual se implantam. No que se refere às estruturas internas, ainda que se tente cruzar os dados relativos a tipologia com as caraterísticas do meio envolvente, procurou-se sobretudo dar maior relevância às relações estabelecidas com a massa tumular.

4.1. Diâmetro:

Analisando o diâmetro maior dos monumentos catalogados a primeira evidencia que se observa é a elevada percentagem (45%) de monumentos em que as condições de conservação não permitiram medir convenientemente ambos os diâmetros[212], sendo que em quatro destes casos (Dólmen de Herville, Dólmen da Cavada Santa, Antela da Cruz Vermelha e Cista de Lordelo) a massa tumular encontra-se completamente destruída.

Entre os que conservam a massa tumular num estado de conservação passível de ser corretamente medida, verifica-se uma especial tendência para diâmetros entre os 10 e os

212 Nos casos em que apenas foi possível apurar a medida de um dos diâmetros assumiu-se esse valor como medida do diâmetro maior.

20m (273), com um número igualmente significativo com diâmetros entre os 20 e os 25m (71) e entre os 5 e os 10m registam-se 43 mamoas. As medidas muito reduzidas, com diâmetro maior inferior a 5m correspondem apenas a 2% e dizem respeito a monumentos do grupo de Porto Chão (M2, M4, M5, M6, M8, M10, M11 e M13 de Porto Chão).

Entre aqueles que apresentam o diâmetro maior igual ou superior a 25m (8%) a grande maioria apresenta medidas entre os 25 e os 30m (27), em cinco casos[213] apresenta o diâmetro maior entre os 30 e os 35m e em cinco[214] acima desse valor, duas das quais correspondem a monumentos isolados (A Mota e O Coturro).

Tomando como ponto de partida estas evidências, organizaram-se os dados em função do tamanho do monumento considerando-se pequenos os que exibem um diâmetro maior inferior a 10m, médios os que apresentam este diâmetro entre os 10 e os 25m e grandes os que ultrapassam esse valor.

Tamanho (m)	% Mamoas
< 10 (pequeno)	11
10-25 (médio)	81
>25 (grande)	8

Tabela 13: Classificação em função da dimensão do diâmetro maior do tumulus.

Observando a Tabela 13 torna-se ainda mais evidente a grande concentração de monumentos de tamanho médio, correspondendo a uns expressivos 81%, face aos 11% dos monumentos de pequenos e aos 8% dos grandes. Do que se conclui uma nítida tendência para monumentos de pequena e média dimensão.

213 M2 de A Portela, M1 e M3 de Serra das Motas, M2 de Telle e M1 de Chão de Lamas.

214 M1 de Outeiro do Ferro-Penagache, M1 de Cerraque, A Mota e O Coturro.

No que se refere às medidas tomadas para o diâmetro NS verifica-se que os diâmetros inferiores a 5m correspondem apenas a 3%, da mesma forma os diâmetros superiores a 25m são também pouco frequentes[215].

As medidas mais frequentes situam-se entre os 10 e os 15m (35%), mas os que apresentam um diâmetro NS entre os 15 e os 20m aproximam-se bastante deste valor (32%). 12% é o valor representado que pelos que apresentam este diâmetro entre os 5 e os 10m, quer pelos que se situam entre os 20 e os 25m.

Entre as medidas apuradas para o diâmetro EW, 34% dos monumentos apresentam-se entre os 10 e os 15m e 30% entre os 15 e os 20m. 15% destes diâmetros situam-se entre os 20 e os 25m, enquanto 11% estão entre os 5 e os 10m. Menos significativos percentualmente seriam, também para os diâmetros EW valores entre os 25 e os 30m (5%) e inferiores a 5m (2%) e acima dos 30m (2%).

	Diâmetro NS (m)						
Diâmetro EW (m)	1-5	5-10	10-15	15-20	20-25	25-30	> 30
1-5	8	1	0	0	0	0	0
5-10	4	38	9	0	0	0	0
10-15	0	12	117	23	0	0	0
15-20	0	0	23	98	9	1	0
20-25	0	0	0	21	38	8	0
25-30	0	0	1	1	6	11	1
> 30	0	0	0	0	1	1	5

Tabela 14: Relação das medidas de diâmetro NS e EW.

215 Com um diâmetro NS entre 25 e 30m contam-se 5% dos monumentos catalogados e com medidas superiores a 30m apenas 1% dos mesmos.

Cruzando as medidas obtidas para ambos os eixos assinala-se que numa grande maioria (entre 55% a 88%) dos monumentos tumulares catalogados as medidas obtidas para os diâmetros NS e EW encaixam no mesmo intervalo de medidas. Apontando para a forma característica, dos monumentos da área de estudo, tendencialmente circular e com um ligeiro alongamento demarcando formas elípticas com uma propensão de alargamento no sentido EW. O que se confirma pela análise dos índices de alongamento.

4.2. Índice de Alongamento:

O ILT representa o índice de alongamento da massa tumular, sendo calculado aplicando a fórmula *ILT= Ø EW/ØNS.* Assim resultados negativos serão indicativos de uma orientação NS, enquanto resultados positivos indicam uma orientação contrária, sendo o valor 1 indicativo de uma planta circular.

Os valores de ILT apurados para os monumentos tumulares em análise variam entre os quase nulos, calculados para M5 de A Moura e os 2,17 da Mamoa de Chão dos Galos. Considerando-se como indicando um índice de alongamento baixo valores entre 1 e 1,49 ou, em sentido contrário, entre 0,5 e 0,99, um índice de alongamento médio seria representado por valores entre 1,5 e 1,99 ou entre 0,01 e 0,49 e considerou-se um índice de alongamento alto a partir de 2, inclusive.

ILT	Orientação	% Mamoas
<0,5 (Médio)	NS	0,48
0,5-1 (Pequeno)	NS	39
1 (Circular)	-	10
1-1,5 (Pequeno)	EW	48
1,5-2 (Médio)	EW	2
>2 (Grande)	EW	0,24

Tabela 15: Distribuição dos monumentos tumulares e megalíticos em função do índice de alongamento e da orientação.

Da análise do ILT dos monumentos tumulares e megalíticos catalogados ressalta a predominância de índices de alongamento baixos (87%), que confirma morfologias tendentes a circulares, já que mesmo no caso dos monumentos de planta elíptica o alongamento é pouco pronunciado. Entre estes prevalecem os monumentos orientados no eixo EW (48%) face aos que se orientam no eixo NS (39%). Os monumentos de planta circular representam 10% dos monumentos catalogados em que o estado de conservação permite calcular o ILT[216]. Pouco expressivos, quantitativamente são os monumentos com um índice de alongamento médio (2% com orientação EW e 0.48% com orientação NS) e apenas Mamoa de Chão dos Galos apresenta um elevado índice de alongamento.

4.3. Orientação da massa tumular:

De acordo com o proposto por Bruno Zevi (1948) acerca das dimensões do espaço arquitetónico, teríamos que considerar o espaço interior dos monumentos megalíticos estereoforme, ainda que hierarquicamente a direção definida pelo eixo do corredor seja a mais importante, sendo este nos megálitos do Noroeste Peninsular aberto na grande maioria dos casos EW (cf.: Hoskin, 1998, 2001 e 2008).

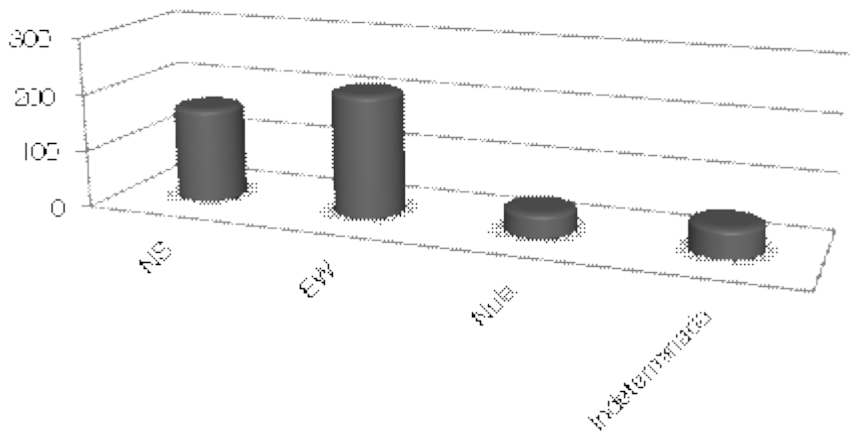


Gráfico 10: Orientação do eixo de alongamento da massa tumular.

216 Em 65 dos monumentos catalogados não foi possível calcular o índice de alongamento da massa tumular por se encontrarem num estado de conservação que impede tomar medidas de um ou de ambos os diâmetros.

Também nos monumentos catalogados o eixo EW é o maior em 45% dos casos, face aos 35% que apresentam o eixo NS maior e aos 9% que têm a mesma medida em ambos os diâmetros. Desta observação ressalta, uma vez mais, a tendência dos *tumuli* para morfologias entre o círculo e a elipse. Dentro das formas elípticas é notória a preferência por um alongamento do eixo EW.

4.3.1. Tamanho e Orientação tumular:

Em todos os tamanhos a orientação predominante é no sentido EW, correspondendo no caso dos monumentos pequenos a 61% dos casos e a 49% nos monumentos médios e 50% dos grandes. Os menos representativos, em todos os tamanhos, são os de morfologia circular[217].

	Orientação		
Tamanho	Nula	EW	NS
Pequeno	2	31	18
Médio	35	167	136
Grande	5	18	13

Tabela 16: Relação entre tamanho do diâmetro maior e orientação.

Fazendo uma leitura vertical desta tabela observa-se que independentemente da morfologia da planta e da orientação do eixo de alongamento da massa tumular prevalecem os tamanhos médios. Mas também destaca o facto de entre os monumentos de planta circular estes serem seguidos pelos monumentos de tamanho grande, enquanto nos

217 Os monumentos com uma planta circular representam 14% dos monumentos grandes, 10% dos de tamanho médio e apenas 4% dos pequenos.

monumentos de planta elíptica são os monumentos de tamanho pequeno a ocupar essa posição.

4.4. Superfície tumular:

Passemos agora a analisar a questão da superfície ocupada pela massa tumular, considerando-se para o efeito que se convencionou classificar este parâmetro em três categorias: Superfície reduzida, os que ocupem menos de 100m^2; Superfície Média a que se situe entre os 100 e os 500m^2 e grande a que se encontre acima desse valor

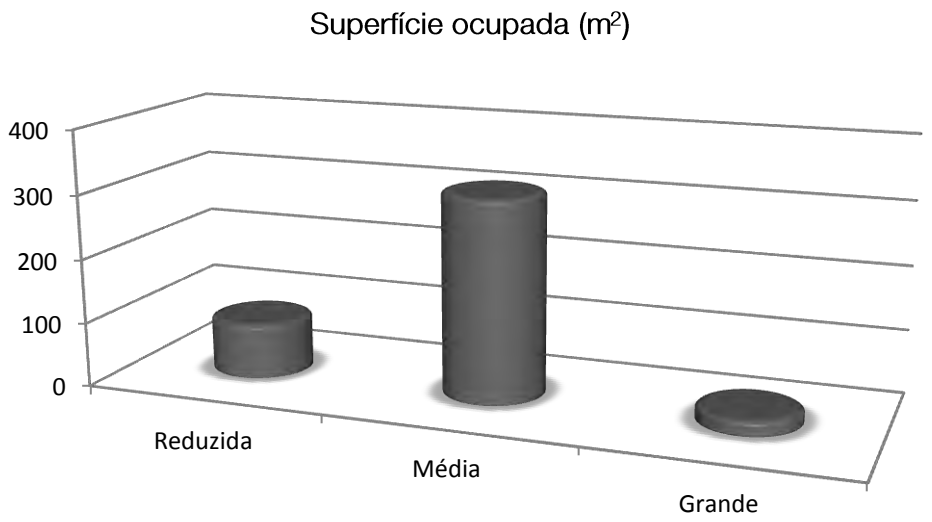


Gráfico 11: Superfície tumular.

Analisando a tabela resultante observa-se que, também no que diz respeito às superfícies tumulares imperam as consideradas médias (75%) ou reduzidas (20%), podendo considerar-se pontuais as classificadas como grande (5%). Sendo ainda de salientar que as mas mamoas que ocupam uma superfície tumular superior a 1000m^2 representam menos de 1% do total.

4.5. Altura da massa tumular:

As análise das alturas da massa tumular mostra-se coerente com as restantes medidas relativas à massa tumular anteriormente analisadas, sendo igualmente compatível com a tradicional noção de reduzida monumentalidade das mamoas do Noroeste Peninsular. Observemos, pois, o quadro de dispersão dos monumentos em função da altura.

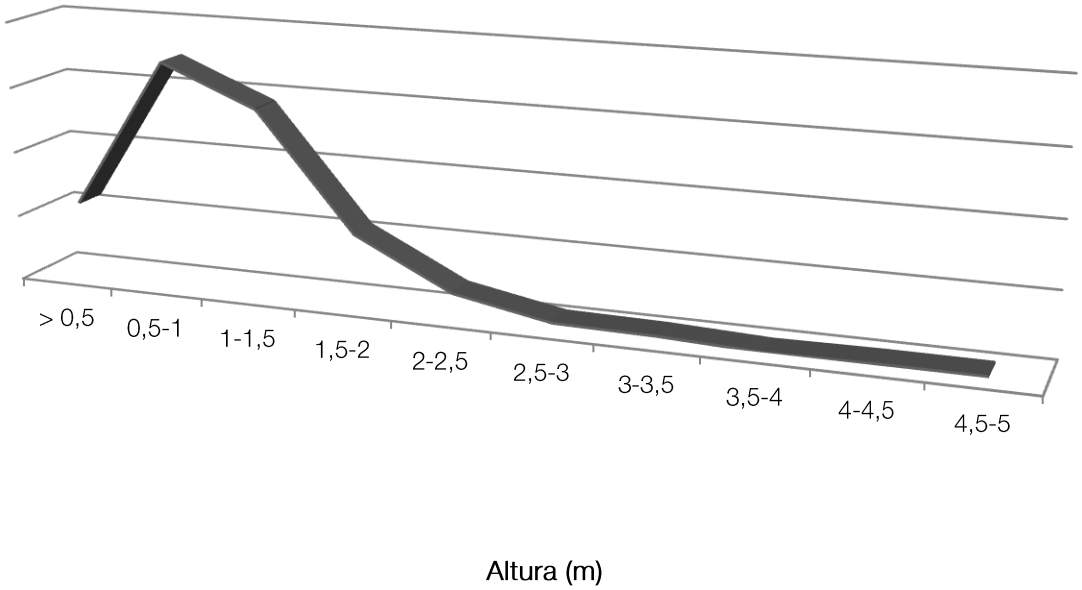


Gráfico 12: Distribuição de monumentos em função da altura.

Verifica-se uma clara incidência de monumentos com alturas entre 0,5m e 1,5m. 48% dos monumentos analisados apresentam alturas entre 1 e 2m, enquanto 44% apresentam alturas inferiores a 1m. Sendo mais escassos a partir dos 2m de altura. Verifica-se ainda um número expressivo de monumentos com alturas inferiores a 0,5m, indicativo do mau estado de conservação da massa tumular.

4.5.1. Altura e Tamanho do diâmetro maior da mamoa:

As alturas apuradas variam entre menos de 0,5m de Veiga de Maus de Salas e 4,8m de Outeiro de Ferro-Penagache e foram organizadas em quatro categorias. As massas tumulares com uma altura inferior a 1m são, para efeitos do presente estudo, consideradas *baixas;* as que têm uma altura entre 1 e 2m são consideradas *médias,* alturas entre os 2 e os 3m são consideradas *altas* e as superiores a 3m *muito altas.*

Analisando o tamanho dos monumentos em função da altura observa-se que entre os mais baixos predominam (70%) os monumentos também baixos, ou com alturas médias (15%), estando completamente ausentes os monumentos altos. Entre os monumentos de tamanho médio mais de metade (51%) apresentam também alturas médias, ou baixas (43%), sendo menos frequentes os monumentos altos (5,5%).

	Altura		
Tamanho	Baixa	Média	Alta
Pequeno	35	15	0
Médio	158	187	21
Grande	2	17	18

Tabela 17: Relação entre tamanho e altura.

Entre os monumentos grandes, parece confirmar-se a reciprocidade entre as medidas dos diâmetros maiores e a altura dos monumentos, já que os altos representam 49% dos mesmo, enquanto os de altura média representam , uns ainda assim significativos 46%. Os monumentos baixos continuam pouco expressivos (5%), correspondendo apenas a dois casos, sendo que num deles (Dólmen da Barrosa) a pouca altura da massa tumular resulta claramente da sua má conservação e no outro (M1 de Campo dos Mouros) sendo considerado baixo apresenta uma altura máxima de 0,87m.

4.6. O volume tumular:

Num estudo realizado sobre os volumes das mamoas da Baixa Limia, Eguileta Franco (1995), salienta uma tendência ao aumento do volume tumular em função da altitude e rejeita, por outro lado uma ligação entre o volume da mamoa e a tipologia da câmara interna. Seguindo este exemplo calculamos o volume dos *tumuli* catalogados da região Galaico-Portuguesa do Minho.

Os volumes calculados para os monumentos catalogados oscilam entre menos de 0,5m^3 de M6, M7 e M13 de Porto Chão e os 47.7m^3 M1 de Outeiro do Ferro-Penagache. Sendo estes valores extremos dividiu-se os valores apurados em quatro categorias: volumes inferiores a 1m^3 foram considerados reduzidos, volumes entre 1 e 5m^3 foram considerados médios e acima deste valor, alto.

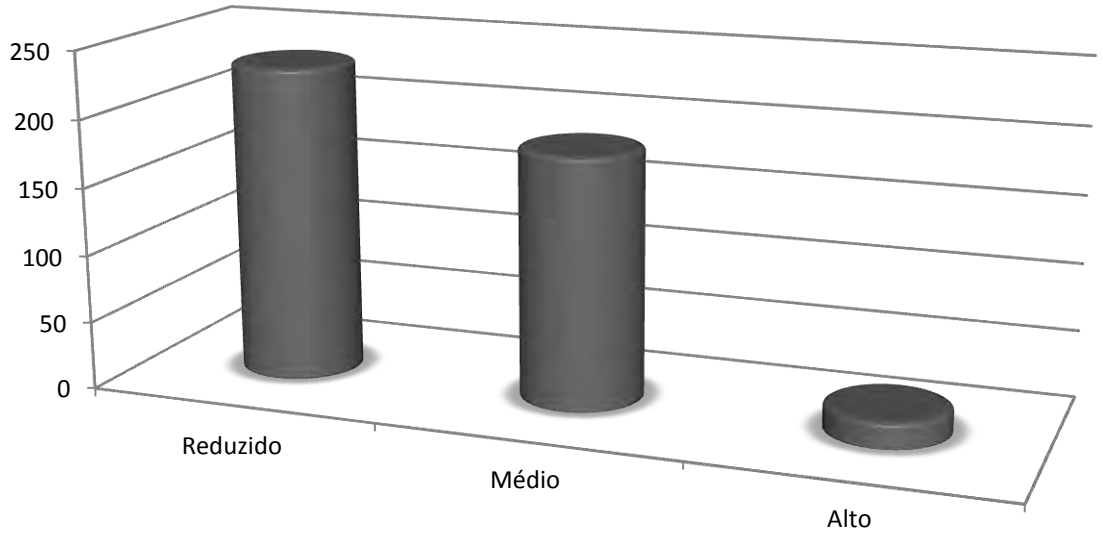


Gráfico 13: A distribuição em função do volume tumular.

No Gráfico 13 observa-se claramente uma tendência dos monumentos catalogados218 para apresentarem volumes reduzidos (54%) diminuindo o número de monumentos em função do aumento deste volume. É significativa a diferença percentual entre monumentos com volumes reduzidos e baixos 96% face aos 4% representados pelos monumentos com volumes altos. De tal forma que podem mesmo ser considerados excecionais os que volumes que ultrapassam os 1000 m3, como os de Mota Grande e M1 de Cerraque.

No caso dos monumentos com volumes inferiores a 50m^3, devem ser ponderadas com bastante cautela devido à possibilidade de alteração antrópica ou natural. Sendo esta uma possibilidade bastante evidente nestes casos, deve contudo ser ponderada essa possibilidade, mesmo para os que conservam um volume superior.

4.6.1. Relação entre volume tumular e implantação:

Em relação à posição fisiográfica dominante regista-se uma preferência pelas divisórias independentemente dos volumes, situando-se estatisticamente sempre em torno aos 90%. Verificam-se contudo duas exceções, que correspondem precisamente aos monumentos que apresentam um volume reduzido e aos que apresentam um volume maior.

Da mesma forma, analisando a opção de implantação em portela ou balcão se encontra a mesma prevalência pela portela, independentemente do volume da massa tumular. Igualmente se observa que todos os valores percentuais representados pelas mamoas implantadas em portela se situam, entre os 87% no caso das que apresentam volumes altos e os 97% no das que têm volumes reduzidos.

A relação entre o volume da massa tumular e a implantação no meio parece comprovar para a região galaico-portuguesa do Minho o que havia sido observado por Eguileta Franco para a Baixa Limia (1993-94, 1999 e 2000) entre a relação que parecem estabelecer os monumentos em portela com volumes semelhantes entre si, o que explica pela posição

218 Não foi possível calcular o volume para 40 monumentos, por faltarem os valores de medida de um ou de ambos os diâmetros ou da altura máxima necessárias para o cálculo do volume de acordo com a fórmula descrita nas considerações metodológicas.

orográfica das portelas em locais chave para o trânsito ou em pontos proeminentes do território, onde os monumentos seriam a marca do controlo real ou simbólico sobre esses locais de passagem.

Verificamos uma tendência das mamoas situadas em portela para apresentarem volumes reduzidos, o que ocorre em 59% destes casos, dado que poderíamos também relacionar com a monumentalidade adicional que garantiria, pelo menos em termos de visibilização esta implantação, tendo em conta obviamente a possibilidade desta posição potenciar algum desgaste da massa tumular por agentes naturais que afetem esta análise. Igualmente relevante parece ser a associação de monumentos com volumes acima dos 1600m^3 com as grandes portelas de divisória, uma posição chave para o transito que poderia justificar esta monumentalidade acrescida.

4.6.1.1. Volume e meio envolvente:

Também no que se refere ao volume parece ser independente da posição que ocupa no meio envolvente, sendo igualmente verificada a maior percentagem de casos em zonas chãs, logo seguida das ladeiras e dos cumes. A única exceção verifica-se no grupo de mamoas com um volume entre os 250 e 300m^3, em que apesar de se continuar a mesma preferência por zonas chãs, ao incluir os que se situam em fundo de vale, se inverte a relação das implantações no meio menos significativas do ponto de vista quantitativo. Nestes casos o segundo grupo mais representativo são os cumes (15%) e só depois se situam as ladeiras que representam o mesmo peso percentual que os de fundo de vale (8%).

Uma vez mais parece alargar-se para toda a região galaico-portuguesa do Minho as considerações traçadas por Eguileta Franco a propósito da Baixa Limia. Neste caso confirma-se a grande dispersão das medidas apuradas para os volumes dos monumentos situados em chãs e uma associação entre os monumentos em cumes e volumes entre os 250 e os 300m^3.

4.7. Composição da massa tumular:

No relativo à composição da massa tumular, uma das ideias veiculadas na literatura arqueológica que foi possível comprovar durante o trabalho de campo, foi a escassez de cairns. Apenas se identificaram possíveis cairns em M2 de Pozo da Moura e M13 de Penedos da Canteira. Assim, face a esta observação, as mamoas da região galaico-portuguesa do Minho enquadrar-se-iam nas tipologias mais comuns (terra e pedras ou apenas de terra), podendo ou não estar revestidas por couraças pétreas.

Para a província do Minho tem sido destacado a presença de monumentos em que a utilização de sedimentos de tipo argiloso dispensa a colocação da couraça pétrea[219]. Por outro lado este revestimento pétreo quando ocorre pode cobrir toda massa tumular ou apenas uma parte dela. Existindo casos em que este se reforça com a colocação de anéis basais ou periféricos. Entre os monumentos estudados contam com estas estrutura de reforço M1 de Outeiro de Mos, M3 de Casa da Moura e a Mamoa de A Pereira.

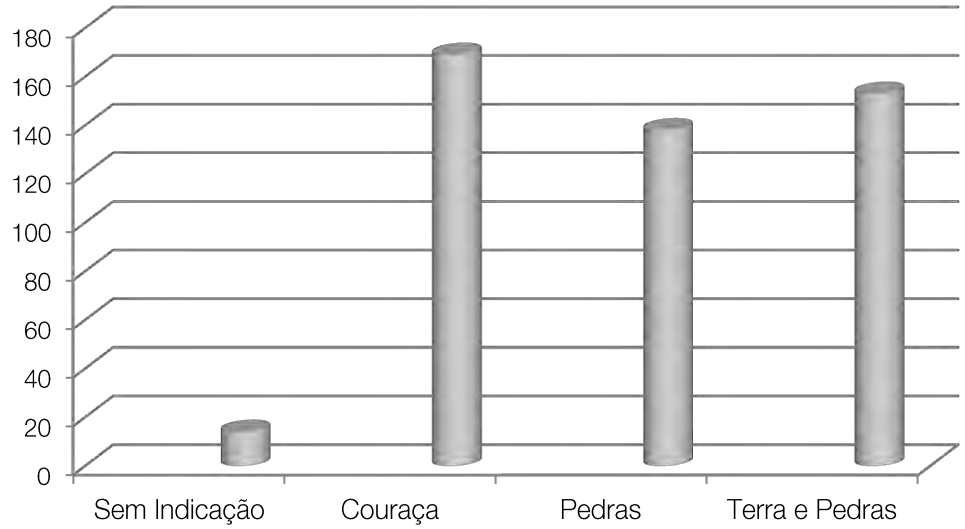


Gráfico 14: Distribuição de monumentos em função da composição da massa tumular.

219 Conferir com Eduardo Jorge Lopes da Silva, 2003.

Destaca-se a dificuldade de analisar a composição da massa tumular de forma mais detalhada devido à falta de escavação e á cobertura vegetal, que impediu a leitura correta da sua composição em cerca de 3% dos casos estudados.

Entre os restantes, 36% apresentavam evidências de couraça, 34% de uma estrutura composta de terra e pedras e 30% apenas de terra. Esta prevalência de *tumuli* revestidos de couraça foi apontada para a Baixa Limia por Eguileta Franco, sendo que nesse caso estes monumentos correspondiam a uns expressivos 53%.

Esta distribuição mais equilibrada, percentualmente, entre todos os tipos de composição poderia, por sua vez, relacionar-se com o anteriormente apontado por Eduardo Lopes da Silva para o litoral minhoto, contudo as mamoas com couraça são ainda assim mais frequentes que as restantes no distrito de Viana do Castelo.

4.7.1. Relação entre composição e altura da massa tumular:

Analisando a relação entre composição da massa tumular e altura dos monumentos parece confirmar-se a relação entre o perfil baixo das mamoas e o estado de conservação, já que se verifica que quase metade (46%) dos monumentos com uma altura inferior a 0,5m, apresentam uma massa tumular composta exclusivamente de terra, teoricamente mais exposta à erosão atmosférica. Apenas 25% destas mamoas mais baixas são de terra e pedra e iguais 25% apresentam uma couraça. Em todos os outros intervalos é a presença de couraça que prevalece.

No conjunto de monumentos com uma altura entre 0,5 e 1m 39% apresentam uma couraça, 31% apresenta uma massa tumular composta de terra e pedras e 29% são de terra. Com uma altura entre 1 e 1,5m de altura registam-se couraças em 34% dos casos, 33% são de terra e pedras e 31% são de terra. Já no conjunto de monumentos com alturas entre 1,5 e 2m, 44% são de terra e pedras e registam-se couraças em 37% dos casos inventariados. Menos representativas são as que apresentam a massa tumular apenas composta de terra, que representam 18% destes casos.

Entre os monumentos com uma altura entre 2 e 2,5m registam-se em 56% dos casos massas tumulares compostas de terra e pedras, foram assinaladas couraças em 28% dos monumentos e 17% apresentam uma composição apenas de terra. Com alturas entre 2,5 e 3m registam-se couraças em 50% dos casos, são compostos de terra em 25% e de terra e pedras nos restantes 25%. Enquanto nos monumentos com uma altura entre 3 e 3,5m a percentagem dos que têm couraça sobe para 67%, enquanto 33% são de terra. Excecionais parecem ser os casos do monumento de M1 de Cerraque (4,4m) com uma altura que é de terra e o de M1 de Outeiro de Ferro-Penagache (4,8m) que é de terra e pedras.

	Altura (m)									
Composição do Túmulo	<0,5	0,5-1	1-1,5	1,5-2	2-2,5	2,5-3	3-3,5	3,5-4	4-4,5	4,5-5
Couraça	14	67	49	21	5	2	2	0	0	0
Sem Informação	3	2	2	1	0	0	0	0	0	0
Terra	26	49	45	10	3	1	1	0	1	0
Terra e Pedras	14	53	48	25	10	1	0	0	0	1

Tabela 18: Relação de alturas em função da composição da massa tumular.

Nos casos em que a presença de couraça ou de pedras protege a massa tumular o monumentos continua ainda exposto a outros fatores que podem incidir sobre a altura, como a compactação das terras ou mesmo a sua deslocação motivada por remoções de terras ou de elementos da câmara interna. Mas a altura pode também relacionar-se com outros fatores, como determinadas soluções construtivas, sendo a mais evidente a que relacionaria a morfologia e as dimensões da massa tumular com a das estruturas internas.

4.7.2. Composição e índice de alongamento da massa tumular:

Relacionando os valores de ILT com a composição da massa tumular permite descartar a possibilidade de questões de conservação poderem influenciar a perceção de monumentos tumulares com morfologia elíptica e circular.

Com um ILT inferior a 0,80 regista-se couraça em 50 % dos casos, terra e pedras em 29% e terra, em 21%. Já entre os monumentos com ILT entre 1 e 1,5 regista-se a presença de couraça em 38% dos casos, terra e pedras em 32% e terra em 30% não tendo sido apurada a composição para 1% dos casos.

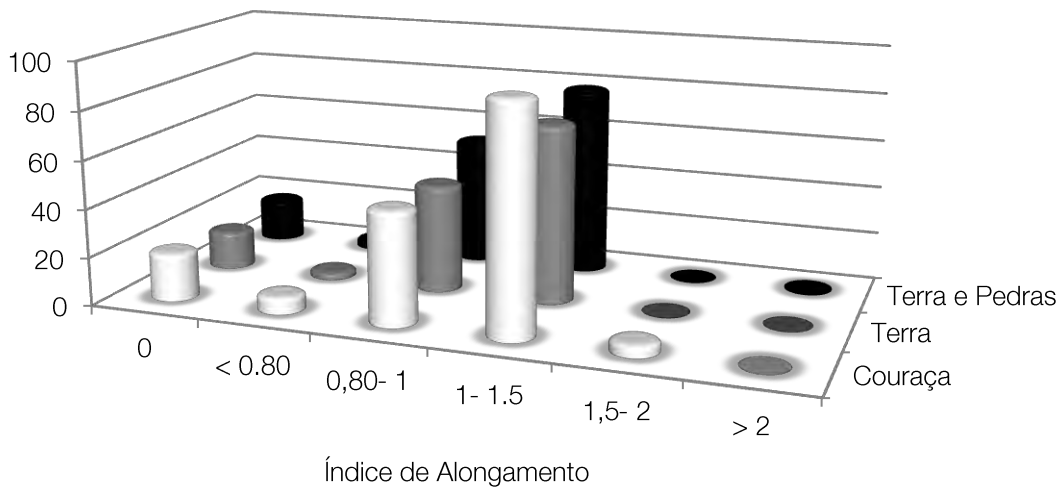


Gráfico 15: Relação do ILT com a composição da massa tumular.

Entre os monumentos com um ILT entre 1,5 e 2 todos os monumentos apresentam indícios de couraça. A mamoa de Chão dos Galos, a única com ILT superior a 2 é de terra e pedras. Por fim entre os monumentos que apresentam uma massa tumular de forma circular, 37% são compostas de terra e pedras, 32% apresentam couraça e 31% são de terra.

4.8. Tipologia das estruturas internas:

Relativamente á tipologia das câmaras o primeiro dado a salientar é o de que apenas 10% dos monumentos analisados conservam a câmara sepulcral em condições que permitem a identificação da tipologia. Nos casos em que esta foi identificada, observa-se uma percentagem muito expressiva de formas simples (72%). Dentro destas as de câmaras poligonais abertas 36%, as cistas (22%) e as câmaras poligonais fechadas 16%. O monumentos de corredor representam 26%, metade dos quais de corredor indiferenciado.

Entre as cistas encontram-se em Viana do Castelo a Cista de Lordelo, M2 de Vale da Coelheira e M7 de Chão da Escusalha. Em Ourense contam-se os monumentos M4, M6 e M9 de Penedos da Canteira, M1 de Pedrouzos e M10 e M15 de Outeiro de Cavaladre.

Os monumentos de câmara poligonal aberta encontram-se em Viana do Castelo em M3 de Outeiro do Ferro, em M1 de Vale da Coelheira e M6 de Chão da Escusalha. Em Ourense registam-se câmaras poligonais abertas em M3 de Outeiro das Águas, M1 de Outeiro de Ferro-Penagache, M7 de Penedos da Canteira, M6 e M10 de Serra das Motas, M11 de Veiga de Requiás, Portela de Pitões, M11 de Outeiro de Cavaladre, Munixeito e M8 de Veiga de Maus de Salas. Entre os monumentos tumulares e megalíticos de Pontevedra identificaram-se câmaras poligonais abertas em M6 de As Pereiras, Dólmen da Cavada Santa e M2 de Rebordechá.

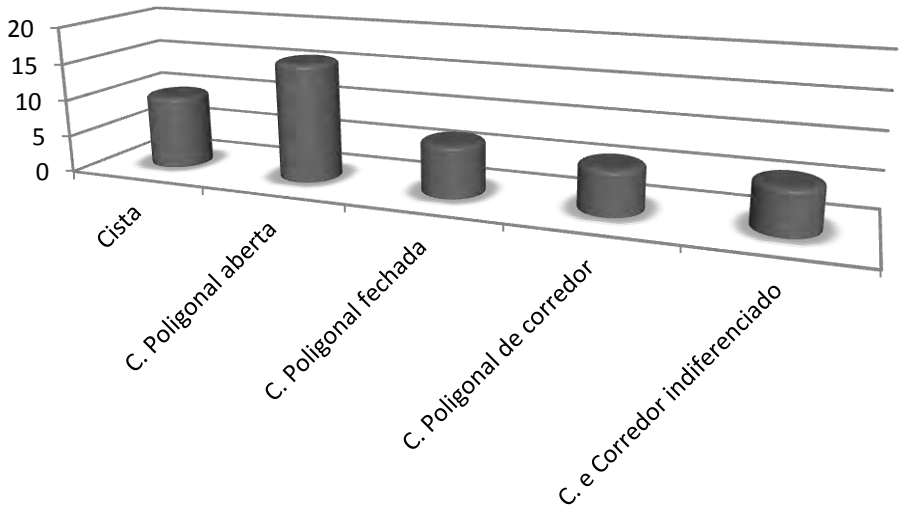
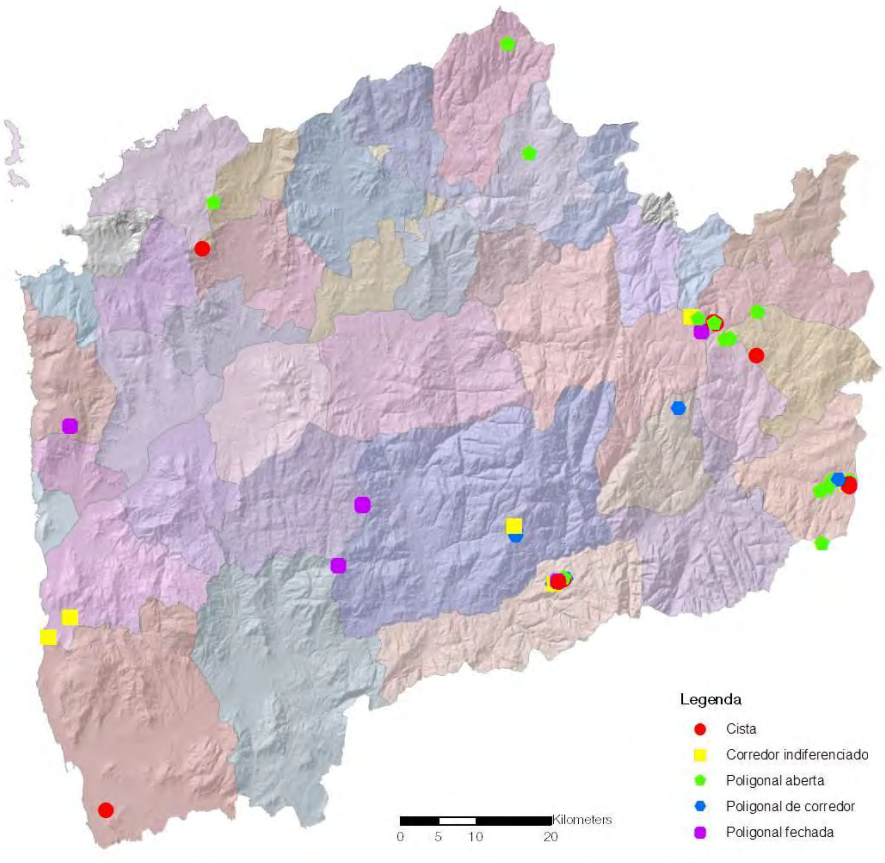


Gráfico 16: Distribuição de monumentos em função da tipologia.

Os monumentos de câmara poligonal fechada são mais frequentes em Viana do Castelo onde se identificaram cinco monumentos: M8 de Outeiro do Ferro, M5 de Vale da Coelheira, M4 e M5 de Chão de Lamas e na chamada Antela da Cruz Vermelha, enquanto em Ourense apenas se identificou em M5 de Outeiro de Cavaladre e em Pontevedra em M1 de Touro Morto).



Mapa 18: Distribuição dos monumentos por concelho em função da tipologia.

Já no que se refere a dólmens de corredor, destacam-se os monumentos de câmara e corredor indiferenciados, identificados em M6 de Outeiro do Ferro, M2 de Chão dos Cabanos, M9 das Antas do Mezio, no Dólmen da Barrosa e na Mamoa de Eireira, em Viana do Castelo. Mas também em M1 de Outeiro do Cavaladre, em Ourense; dos de câmara poligonal e corredor identificados em Viana do Castelo em M5 e M8 das Antas do Mezio,

M1 de Chão dos Cabanos, M1 de Chão da Escusalha e em Ourense M1 de Casa da Moura, M1 de Casa da Moura e M5 de Veiga de Maus de Salas.

Duas interessantes observações merecem ser devidamente destacadas, por um lado a inexistência de cistas ou monumentos de corredor na província de Pontevedra e, por outro, a clara associação entre os monumentos de câmara e corredor indiferenciados e o distrito de Viana do Castelo, onde têm sido associadas as tipologias mais evoluídas com fenómeno de expansão económica.

4.8.1. Tipologia e implantação:

Passando agora a analisar as tipologias de monumentos tumulares e megalíticos em função da sua implantação verifica-se que, em relação à posição orográfica, 80% das cistas se situam em divisória e as restantes em vale aberto. Da mesma forma ocupam divisórias 67% dos megálitos de câmara e corredor indiferenciados, 83% dos dólmens de câmara poligonal e corredor e 88% dos de câmara poligonal aberto, enquanto as antas de câmara poligonal fechada apenas se encontram nestes locais.

Apenas no caso dos dólmens de câmara poligonal aberta se encontrou um monumento em balcão (M2 de Rebordechá), estando todas outras tipologias apenas representadas em portelas. Dentro destas, destaca a posição de M6 de Outeiro do Ferro, por ser a única entre as que foi possível a identificação tipológica situada num cume.

	Meio		
Tipologia	Cume	Ladeira	Chã
Cista	0	4	6
C. Poligonal aberta	0	8	8
C. Poligonal fechada	0	1	6
C. Poligonal de corredor	0	1	5
C. e Corredor indiferenciado	1	1	4

Tabela 19: Relação entre tipologia e meio envolvente.

Relativamente à posição em ladeira e em chã, verifica-se que em ambas estão representadas todas as tipologias, sendo a mais representada a de câmara poligonal aberta. Este tipo de estrutura representa 53% dos monumentos situados em ladeira, cuja tipologia foi possível identificar, e 28% dos situados em chãs.

Os monumentos identificados como cistas ocupam preferencialmente (60%) posições chãs, mas também foram identificados em ladeiras (M1 Pedrouzos e M4, M6 e M9 de Penedos da Canteira). As cistas identificadas em chãs surgem isoladas, como no caso da cista de Lordelo ou inseridas em grupos (M10 e M15 de Outeiro de Cavaladre, M1 de Fonte da Pegada, M7 de Chão da Escusalha e M2 de Vale da Coelheira).

As antas de câmara poligonal aberta distribuem-se de forma muito equilibrada entre posições em ladeira (50%) e em chã (50%), sendo esta a única tipologia em que os monumentos em ladeira aparecem em número equivalente aos que ocupam posições chãs[220]. Já os dólmens de câmara e corredor indiferenciado ocupam também preferencialmente uma posição chã (67%), ocupando num outro caso um cume (M6 de Outeiro do Ferro) e noutro uma ladeira (M2 de Chão dos Cabanos).

As câmaras poligonais fechadas ocupam as chãs de forma clara (86%) enquanto 14% se encontra em ladeiras. Estas percentagens são muito semelhantes às que se verificam para os monumentos tumulares de câmara poligonal com corredor, em que as chãs representam 83% dos casos e as ladeiras 17%.

4.8.2. Tamanho da massa tumular e tipologia das estruturas internas:

Entre as mamoas de pequena dimensão a tipologia mais frequente é a cista, sendo esta igualmente identificada entre as de tamanho médio, com um peso (16%) idêntico ao das

220 No caso dos monumentos de câmara poligonal fechada os monumentos em chãs representam um claro 86% face aos 14% dos situados em ladeira; a mesma distância se verifica no caso dos monumentos de câmara poligonal com corredor, em que 83% se situam em zonas chã e apenas 17% em ladeiras; já no caso dos monumentos de câmara e corredor indiferenciados os monumentos em chãs continuam a representar 67% sendo que os restantes 33% se dividem entre posições de ladeira e de cume.

câmaras poligonais fechadas, das câmaras poligonais com corredor e dos dólmens com câmara e corredor indiferenciados, mas completamente ausente nos monumentos de grande tamanho.

Por sua vez, nos monumentos de tamanho médio são as câmaras poligonais abertas as mais representativas (38%), ocupando também esta posição entre as grandes, desta feita, a par com as câmaras poligonais fechadas. Este último conjunto integra ainda o dólmen da Barrosa, um monumento de câmara e corredor indiferenciados e M1 da Casa da Moura, de câmara poligonal com corredor.

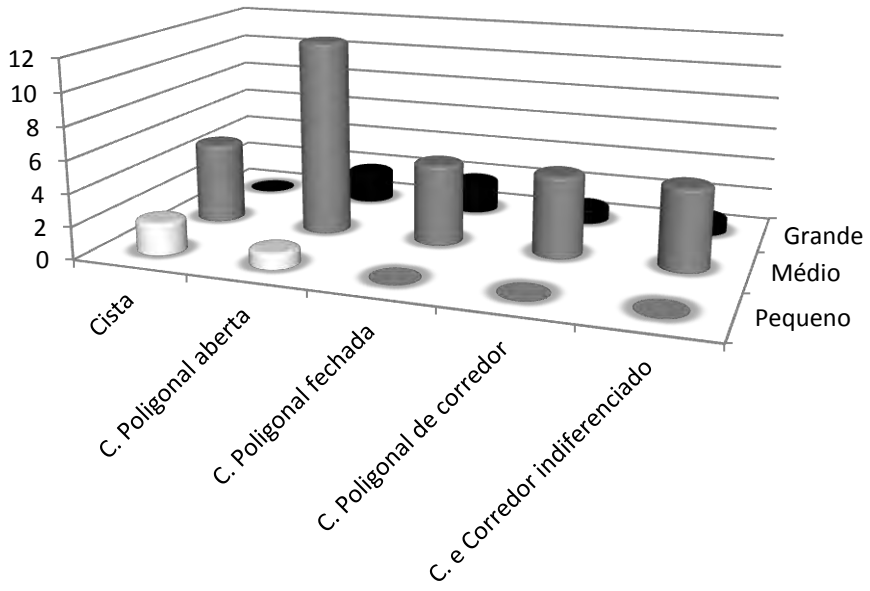


Gráfico 17: Relação entre tamanho do diâmetro maior do tumulus e tipologia.

4.8.3. Tipologia e orientação da massa tumular:

O alongamento do eixo maior da massa tumular no sentido EW verifica-se claramente entre as cistas (50%), os dólmens de corredor, representando 67% dos de câmara e corredor indiferenciados e 50% dos de câmara poligonal com corredor, contudo é menos definida nas antas com câmara poligonal aberta, em que 47% apresentam o diâmetro EW maior, sendo maior o eixo NS em 38% dos casos. Em 13% dos monumentos desta tipologia os eixos são idênticos. A situação inverte-se nas antas de câmara poligonal

fechada. Nestes casos, 57% apresentam o diâmetro NS mais longo, sendo que esse alongamento ocorre no eixo EW em apenas 29% destes monumentos[221]. Note-se que entre as mamoas que têm uma planta circular apenas se identificam câmaras poligonais abertas.

Entre as massas tumulares pequenas apenas se identificam duas cistas e ambas apresentam uma forma elíptica e com orientação EW. Nos de tamanho médio identificam-se cinco cistas, três apresentam um alongamento no sentido EW e duas no sentido inverso. Para além das cistas identificam-se entre os monumentos de tamanho médio doze câmaras poligonais abertas, duas com uma forma circular e dez elípticas, sendo que destas cinco se alongam no sentido EW e as restantes no inverso. Nas restantes tipologias todas as plantas são elípticas. Enquanto os dólmens de planta poligonal aberta e de câmara e corredor indiferenciados apresentam uma orientação EW, os de câmara poligonal fechada apresentam uma orientação NS.

No caso dos monumentos grandes, não foi possível identificar a tipologia em nenhum de planta circular, com uma orientação EW foram identificadas duas câmaras poligonais abertas e uma anta de câmara e corredor indiferenciados e com orientação inversa uma câmara poligonal fechada e um dólmen de corredor.

	Tamanho / Orientação								
	Pequeno			Médio			Grande		
Tipologia	Circular	EW	NS	Circular	EW	NS	Circular	EW	NS
Cista	0	2	0	0	3	2	0	0	0
Poligonal aberta	0	0	0	2	5	5	0	2	0
Poligonal fechada	0	0	0	0	2	3	0	0	1
Poligonal de corredor	0	0	0	0	3	2	0	0	1
C. e Corredor indiferenciado	0	0	0	0	3	2	0	1	0

Tabela 20: Relação entre tamanho do diâmetro maior, orientação e tipologia.

Assim se deduz que não se encontram elementos que possam solidamente apoiar a existência de uma relação entre um alongamento da massa tumular no sentido EW e a

221 Não foi possível medir o diâmetro de um destes monumentos.

presença de corredores abertos nesse eixo. Note-se que a variação estatística dos eixos de alongamento em função das tipologias arquitetónicas internas é bastante próxima, sendo verdade que o número de monumentos de câmara poligonal com corredor associado a um eixo de alongamento EW é idêntico ao dos que apresentam esse eixo no sentido NS, estatisticamente, ambos, representam 1% do total. No caso dos monumentos que apresentam o corredor indiferenciado a diferença é superior duplicando o peso estatístico desta tipologia nos respetivos conjuntos, sendo o mesmo observado para as cistas. Pelo contrário no caso das câmaras simples, aberta e fechada a relação é inversa sendo em ambos os casos mais frequentes as associações entre estas tipologias e um alongamento do *tumulus* faz-se no sentido NS. Por fim desta relação entre orientação e tipologia é possível inferir um ultimo dado interessante na constatação de que apenas os monumentos de câmara poligonal aberta surgem associados a diâmetros NS, EW equivalentes.

Observa-se, pois, uma associação destas tipologias de câmara com massas tumulares com um perfil circular, enquanto nas restantes este tende para formas mais elípticas, que podem privilegiar um ou outro eixo de acordo com o acima exposto. Sem esquecer, porém, que em todos os casos o maior peso percentual continua a recair nos monumentos em que não foi possível identificar a tipologia[222], situação que logicamente se prende com as questões da conservação.

4.8.4. Tipologia e índice de alongamento da massa tumular:

Entre os monumentos com um *tumulus* de planta circular apenas foi possível identificar a tipologia das estruturas internas em dois casos (M10 de Serra das Motas e M8 de Veiga de Maus de Salas), ambas com câmara poligonal aberta. Com um ILT médio apenas foi possível esta identificação no caso do Dólmen da Barrosa, sendo este de corredor indiferenciado e entre os monumentos com um grande índice de alongamento não foi mesmo possível identificar as tipologias em nenhum dos casos.

222 27% no caso dos monumentos com uma orientação NS, 31% no dos que a orientação é Este-Oeste e 33% nos que apresentam ambos os eixos idênticos.

Nos casos em que a massa tumular apresenta um índice de alongamento pequeno foram identificadas todas as tipologias. A maioria (36%) corresponde a câmaras poligonais abertas, logo seguidas das cistas (19%) e das câmaras poligonais fechadas (17%), sendo os monumentos de corredor os menos representativos, com os monumentos de câmaras poligonais com corredor a representarem 16% e os de corredor indiferenciado 14% do total.

4.8.5. Tipologia e superfície tumular:

	Superfície		
Tipologia	Pequena	Média	Grande
Cista	3	4	0
C. poligonal aberta	3	11	1
C. poligonal fechada	2	4	0
C. poligonal de corredor	0	5	1
C. e corredor indiferenciado	1	4	0

Tabela 21: Relação entre tipologia e superfície tumular.

Independentemente das tipologias prevalecem sempre as superfícies médias e pequenas. Entre as cistas, câmaras poligonais fechadas e dólmens de câmara e corredor indiferenciado são mesmo as únicas representadas, enquanto nos dólmens de corredor apenas estão representadas superfícies médias e um com superfície grande (M1 de Casa de Moura). Entre as câmaras poligonais abertas, encontra-se o caso de M1 de Outeiro de Ferro-Penagache, com uma superfície que poderíamos considerara verdadeiramente excecional, alcançando 1963m^2.

4.8.6. Tipologia e altura tumular:

As massas tumulares com uma altura baixa estão representadas em todas as tipologias, exceto na de câmara poligonal e corredor. Entre as outras tipologias registam-se quatro cistas (Cista de Lordelo, M6 de Penedos da Canteira, M1 de Fonte da Pegada e M10 de Outeiro de Cavaladre), seis antas de câmara poligonal aberta (M6 de Chão da Escusalha, M2 de Rebordechá, M8 de Veiga de Maus de Salas, M11 de Veiga de Requiás, M11 de Outeiro de Cavaladre e M3 de Outeiro de Augas), uma de câmara poligonal fechada (M5 de Outeiro de Cavaladre) e duas de câmara e corredor indiferenciados (M1 de Outeiro de Cavaladre e Dólmen da Barrosa) em que a massa tumular é baixa.

	Altura		
Tipologia	Baixa	Média	Alta
Cista	4	4	0
C. poligonal aberta	6	6	3
C. poligonal fechada	1	3	2
C. poligonal de corredor	0	2	4
C. e corredor indiferenciados	2	3	0

Tabela 22: Relação entre altura da mamoa e tipologia da anta.

Por sua vez registam-se quatro cistas (M4 e M9 de Penedos da Canteira, M2 de Vale da Coelheira, M1 e Pedrouzos), seis dólmens câmaras poligonais abertas (M3 de As Pereiras, M1 de Vale da Coelheira, M6 de Serra das Motas, Mamoa de Portela de Pitões, M7 de Penedos da Canteira e Mamoa de Munixeito), três de câmaras poligonais fechadas (M5 de Vale da Coelheira, M5 de Chão de Lamas e M1 de Touro Morto), dois de corredor (M1 de Chão de Escusalha e M5 de Veiga de Maus de Salas) e três com câmara e corredor indiferenciados (M2 de Chão dos Cabanos, M9 de Antas do Mezio e M6 de Outeiro do Ferro), com uma massa tumular de altura média.

No que se refere a *tumuli* altos apenas se identificaram três com uma câmara poligonal aberta (M10 de Serra das Motas e M1 e M3 de Outeiro do Ferro), dois com câmara poligonal fechada (M4 de Chão de Lamas e M8 de Outeiro do Ferro) e quatro com câmara poligonal e corredor (M1 de Outeiro de Ferro-Penagache, M1 de Chão de Lamas, M1 de Casa da Moura e M8 de Antas do Mezio).

4.8.7. Volume tumular e Tipologia:

Entre os *tumuli* com um volume reduzido prevalecem os dólmens de câmara poligonal aberta (44%) e as cistas (33%), menos frequentes são os de câmara poligonal fechada e de câmara e corredor indiferenciados (11%). Já entre os volumes tumulares baixos, se os dólmens de câmara poligonal aberta continuam a ser os mais numerosos (35%), o mesmo não acontece com as cistas que passam a ser dos menos frequentes (6%), sendo neste conjunto suplantadas pelos dólmens de corredor (24%) e pelos de câmara poligonal fechada e os de câmara e corredor indiferenciados, que representam uns idênticos 18%.

No conjunto de volumes altos apenas se identificam a tipologia de três monumentos, correspondendo um a uma câmara poligonal fechada (M4 de Chão de Lamas) e duas câmaras poligonais de corredor (M5 das Antas do Mezio e M1 de Casa da Moura). Mais reduzidas ainda são as possibilidades de identificar tipologias entre os monumentos de volumes considerados elevados, verificando-se apenas para um monumento de câmara poligonal aberta (M1 de Outeiro de Ferro-Penagache).

Fazendo agora uma leitura horizontal do quadro, acima apresentado, observa-se que entre as cistas predominam os volumes tumulares reduzidos (86%), estando também representados volumes baixos (14%). Entre as antas com câmara poligonal aberta continuam a prevalecer os volumes tumulares reduzidos (53%), sendo também expressiva a percentagem de volumes baixos (40%) e menos expressiva (7%) a dos altos.

Já entre as câmaras poligonais fechadas passam a prevalecer os volumes tumulares baixos (50%), passando os volumes reduzidos para segundo lugar (33%) e os volumes altos continuam a ser os menos representativos (17%). Por sua vez, entre os dólmens de corredor não se observam volumes tumulares reduzidos. Os volumes baixos representam 67% e os altos 33%.

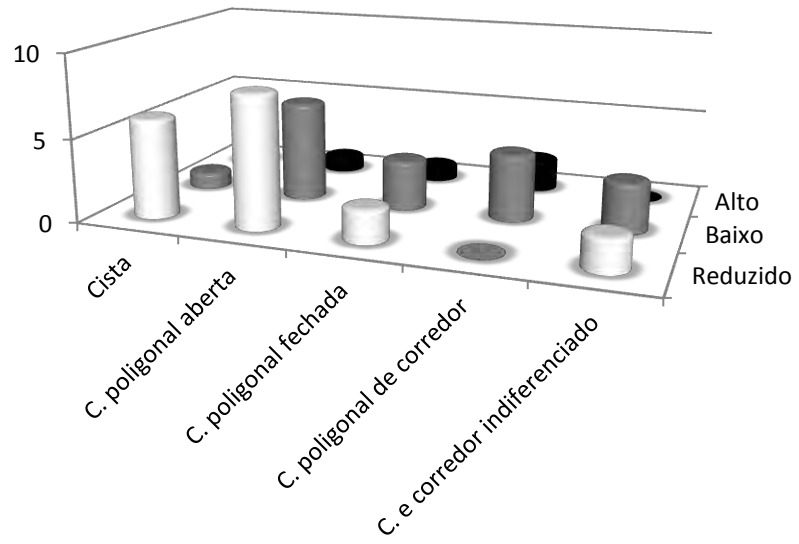


Gráfico 18: Relação entre volume tumular e tipologia da anta.

Por fim, entre os dólmens de câmara e corredor indiferenciados são os volumes tumulares altos que não se observam, estando esta tipologia associada em 60% dos casos a volumes baixos, sendo os restantes 40% representados por volumes reduzidos.

4.8.8.Tipologia e composição da massa tumular:

Relativamente à tipologia, o peso dos monumentos nos que não foi possível identificar a tipologia, apesar de conservarem vestígios de ortostatos, centra-se entre os 70% e os 90%, consoante a composição da massa tumular.

Nos casos em que nos foi possível identificar a tipologia conclui-se que entre as mamoas em que se identificou couraça, oito recobrem câmaras poligonais abertas, seis cistas, cinco albergam dólmens de câmara e corredor indiferenciados, cinco dólmens de corredor e dois de câmara poligonal fechada. Entre as que apresentam a massa tumular composta de terra e pedras identificaram-se três câmaras poligonais abertas, três câmaras poligonais fechadas, duas câmaras poligonais de corredor e uma cista. Por fim as que são

compostas apenas de terra cobrem quatro câmaras poligonais abertas, uma cista, uma câmara poligonal fechada e um dólmen de câmara e corredor indiferenciados.

4.9. Material de construção:

No atual estado de conservação é difícil analisar certos parâmetros como tipologia ou material de construção, uma vez que 57% dos monumentos registados não conservam ortostatos visíveis á superfície.

Nos restantes 43% verifica-se um claro predomínio do granito como material de construção, estando este presente em 97% dos casos em que se conserva pelo menos um ortostato. Em 95% destes o granito constitui o único material construtivo identificado, surgindo associado ao xisto em 1% (M3 de Os Aceviñeiros e M1 de Fonte do Bido) e noutro a migmatite (M2 e M4 de Os Aceviñeiros e M1 de Pedrouzos).

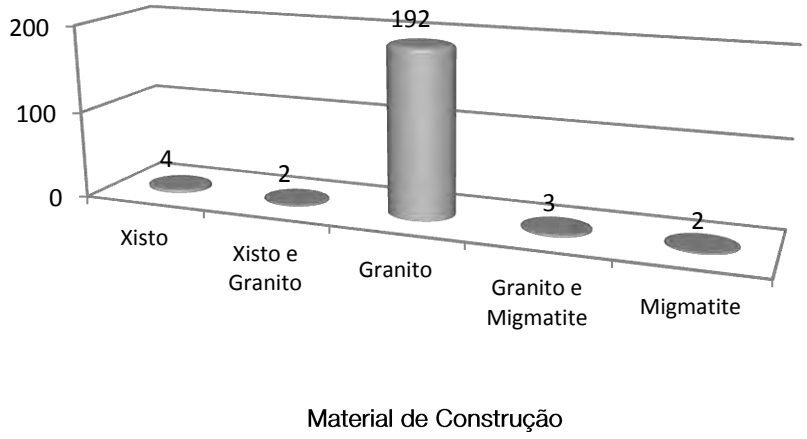


Gráfico 19: Distribuição de monumentos em função do material de construção.

Os monumentos construídos em xisto constituem, para além do caso atrás mencionado em que este material surge associado a granito, 2%, enquanto a migmatite apenas representa 1%.

4.9.1. Conservação das estruturas internas:

Dos 476 monumentos analisados apenas 206 (43%) conservam vestígios de ortostato e destes a grande maioria (74%) conserva menos de cinco ortostatos e apenas 23% conservam entre 5 a 9 esteios, sendo ainda mais reduzida (3%) a percentagem dos que conservam 10 ou mais ortostatos.

Cruzando a informação relativa à conservação de estruturas internas com a composição da massa tumular verifica-se que apenas no caso dos monumentos que conservam a couraça o número de monumentos que conserva vestígios de estruturas internas suplanta os dos que não conservam qualquer vestígio da mesma. Entre os monumentos de terra e de terra e pedras são mais os monumentos em que não aparece qualquer esteio, sendo que a diferença é maior no caso dos monumentos de terra em que chega aos 70% face aos 53% dos monumentos em que estas estruturas não se encontram visíveis em monumentos de terra e pedras.

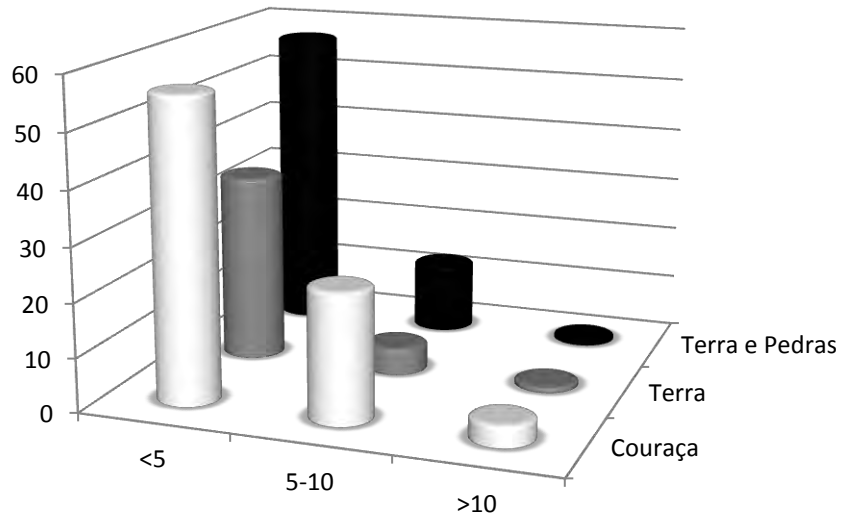


Gráfico 20: Relação entre composição da massa tumular e conservação das estruturas internas.

Aprofundando um pouco esta relação verifica-se que também no que diz respeito ao número de ortostatos conservados é nos monumentos com couraça que se conserva a maioria dos monumento em que se conservam 10 ou mais esteios (M1 de Outeiro de Cavaladre, 10 ortostatos; M8 das Antas do Mezio, 10 ortostatos; Mamoa de Eireira, 15 ortostatos e M6 de Chão de Escusalha, 10 ortostatos), sendo que nos monumentos em

terra e pedras apenas se conserva um monumento nestas condições (M5 de Veiga de Maus de Salas, 11 esteios) e outro (M6 de As Pereiras, 12 esteios) no das que têm a massa tumular composta exclusivamente de terra.

Entre os monumentos com *tumuli* apenas de terra, ou de terra e pedras em que se conservam ortostatos a maioria conserva menos de cinco. Estes correspondem a 85% dos monumentos de terra e a 80% nos de terra e pedras. Nestes monumentos os que conservam entre cinco e nove ortostatos representam 18% dos de terra e pedras e 12% dos de terra.

4.9.2. Material de construção e geologia:

Apesar de concordarmos que no que se refere ao material de construção o verdadeiro significativo é a presença ou não de afloramentos rochosos à superfície com propriedades consideradas adequadas para a construção da sepultura e eventualmente fácil de extrair e transportar para o local escolhido, não quisemos deixar de analisar a relação entre os dados relacionados com o material utilizado na construção e a geologia.

Os monumentos em que se conservam ortostatos de xisto coincidem com manchas xistosas nos casos de Fonte do Bido M3 e M5, Chão de Lamas M2, mas Pedrouzos M2 situa-se sobre uma mancha granítica. Contudo verifica-se que este monumento se encontra relativamente próximo (110m) de uma mancha de xisto, estando estes visíveis à superfície, a uma pequena distância do monumento.

Entre os dois casos em que se conservam ortostatos de granito e xisto, Fonte do Bido M1 coincide com uma mancha de quartzite e xisto e Os Aceviñeiros M3 com uma de xisto. Contudo a primeira situa-se a 12m de uma área de xisto e a 75m de outra, de granito. Por sua vez os monumentos em que se conservam ortostatos de granito e migmatite encontram-se sobre uma mancha de xisto nos casos de M2 e M4 de Os Aceviñeiros e numa de granito em Pedrouzos M1.

Os Aceviñeiros situam-se a menos de 50m de uma mancha de gneisse, mas o caso mais interessante é o de Pedrouzos M1 que se encontra a 133m de uma mancha de xisto

que se avista à superfície a partir do monumento e a uns 980m de filões de gneisse. Os monumentos com ortostatos de migmatite coincidem ambos com manchas graníticas. As Catro Cruces M1 situa-se a 500m de xisto e a 800m de quartzites e xistos e Monte das Motas M3 situa-se a cerca de 200m de uma mancha de uma mancha de xisto e a 400m de quartzitos e xistos.

Por fim os monumentos que conservam ortostatos de granito coincidem em apenas três casos (Os Bermús M1, Cista de Lordelo e Mamoa de Eireira) com filões mineralizados sem que se avistem afloramentos nas proximidades, sendo que a primeira se situa a cerca de 100m de uma mancha de granito. Chan da Carreira M2 e Dólmen de Herville situam-se a 3Km da mancha granítica, a 2km de uma mancha granítica situam-se Fonte da Pegada M1 e M4 e As Pereiras M1, M5 e M6. E a 1Km mamoa de A Pereira e a cerca de 300m das Mámoas de Seoane M2.

Relativamente à relação entre material de construção e geologia esta questão prestou-se especial atenção aos grupos em que se conservam monumentos construídos com materiais distintos. È o caso de Fonte do Bido, com um monumentos em granito e dois de granito e xisto. Este conjunto implanta-se sobre uma mancha se xisto e filões de quartzites e xisto, mas muito próximo (400m) de uma mancha granítica.

Pedrouzos com um monumento com ortostatos de granito e outro de granito e migmatite encontram-se sobre uma mancha granítica mas a 100m de uma mancha de xisto. Em Chão de Lamas onde se identificaram três monumentos que conservam ortostatos de granito e um de xisto situa-se sobre uma mancha de xisto mas a 350m de granitos. Curiosamente o monumento de xisto (M2) é o que se encontra mais próximo desta mancha granítica.

Em Os Aceviñeiros um monumento conserva ortostatos de granito e xisto, um de granito e dois de granito e migmatite. Todos eles coincidem com substrato xistoso, bem como um dos que não conserva ortostatos. Dois dos monumentos que não conservam ortostatos encontram-se em substrato granítico e um deles sobre filões mineralizados.

Por fim em Monte das Motas, M2 conserva ortostatos de granito e M3 de migmatite, ambos coincidem com manchas de granito, estando, este ultimo, a cerca de 200m de um afloramento de quartzite e xisto.

Nos monumentos em que, no terreno, não se avistam afloramentos à superfície (65 monumentos), dois deles (Mamoa de Eireira e a Cista de Lordelo) situam-se sobre filões mineralizados e conservam ortostatos de granito; treze situam-se sobre gneisses e dois deles (Mámoas de Seoane M2 e A Pereira) conservam ortostatos de granito. Dezasseis encontram-se sobre granitos e apenas dois (A Chán M4 e Santo Cristo de Miranda) conservam ortostatos e são desse material; quatro estão sobre grano dioríticas (apenas Os Cotareles conserva ortostatos de granito), outras tantas estão sobre terraços e aluviões (Mamoa de Felgueiras conserva ortostatos de granito). Oito estão em quartzites e xistos e apenas um (Mamoa do Adro Velho) conserva ortostatos sendo estes de granito. Por fim dezoito estão sobre manchas de xisto, sendo que nenhum conserva ortostatos.

Traçando um Buffer de 500m em redor do monumento apenas se verifica que se alargam os casos em que os monumentos abarcam nas proximidades diferentes tipos de rocha. Na maioria abarcam dois tipos, mas também se encontram grupos implantados sobre três tipos de substrato geológico (A Formiga, Alto do Buscal, Antas do Mezio, Cousso, Fonte do Bido, Gontim, Lameiras e Os Bermús) ou mais (Os Aceviñeiros, Serra das Motas e Vilachán do Monte).

Atualmente tem-se defendido que o meio geológico é apenas uma condicionante mais no que se refere á implantação dos monumentos[223]. Outros fatores determinariam a escolha do próprio local de construção, ainda que para alguns autores a adaptação ao meio geológico seja também sinónimo de uma capacidade de adaptação ao meio, mas também de uma economia de esforços[224].

---

223 Conferir, também, por exemplo, Criado Boado e Grajal Blanco Blanco (1981), Bello Diéguez, Criado Boado e Vázquez Varela (1985), López Plaza (1992), Eguileta Franco (1993-94 e 1999), Silva Hermo (1995), Kalb (1996), López Plaza, López Plaza e López Moro (2008) ou Silva Hermo, Prieto Lamas e Rivas Brea (2010).

223 Conferir com Vázquez Varela (1991).

224 Conferir com Vázquez Varela (1991b).

4.9.3. Material de construção e afloramento rochoso:

A questão da distância ao afloramento granítico tem sido bastante debatida devido às implicações na questão do transporte. Esta tem sido usada por autores como Bello Diéguez, Criado Boado e Vázquez Varela (1984) para análises de tipo demográfico. Outros autores colocam a possibilidade de que se usassem animais como apoio a este transporte[225], ou consideram que pelas dimensões médias do megalitismo galego uma família conseguiria construir um monumento nas épocas mortas da atividade agrícola. Ainda assim continuam a faltar as análises petrográficas de detalhe que permitam com alguma certeza identificar a distância a canteiras e possíveis rotas de transporte ou equacionar a incidência dos fatores litológicos nas caraterísticas arquitetónicas, como o efetuado para o megalitismo da peneplanície salmantina (López Plaza, López Plaza e López Moro, 2008).

Pela nossa parte, entre os 195 monumentos estudados em que se identificou a utilização do granito como material de construção, 82% estabelece relação visual com um afloramento do mesmo material, sendo que este se encontra a mais de 100m do monumento em apenas 23% dos mesmos. O mais frequente é que o potencial material de construção se encontre a menos de 50m do local escolhido (40%), dos quais cerca de 20% se encontram no próprio local de construção.

Em três monumentos construídos com granito[226] encontram-se nas proximidades afloramentos de migmatite. Dois monumentos em que o granito foi usado como material de construção encontram-se nas proximidades tanto de afloramentos de granito como de xisto. Num dos casos, M1 de Serra das Motas o afloramento dista cerca de 500m do monumento e no outro M10 do mesmo grupo, distando neste caso apenas 40m. Também é possível encontrar afloramentos de granito e migmatite nas proximidades de dois monumentos em que o granito foi usado como material de construção. Na Mamoa de A Anta o afloramento encontra-se no próprio local e na Mamoa de Pitões a menos de 50m.

---

225 Conferir com as considerações apontadas por Criado Boado e Fábregas Valcarce para o megalitismo galego (1989) ou o estudo realizado por Ramil Rego em Villalba (1997b).

226 Dois deles encontram-se no próprio local do afloramento (Mamoa do Cruce de Xermeade e M2 de Monte das Motas) e o outro (Mamoa de Catro Camiños) a cerca de 250m do monumento.

Apenas num caso (M6 de Serra das Motas) existe uma relação com um afloramento de xisto, noutro com ardósia (M3 do Alto de S. Paio), distando em ambos os casos menos de 50m do monumento.

Entre os monumentos em xisto existem dois casos em que nas proximidades se podem encontram afloramentos do mesmo material. Num deles, M5 de Fonte do Bido, o afloramento encontra-se a cerca de 80m do monumento e no outro, M2 de Pedrouzos, este encontra-se a cerca de 80m. Apenas num caso (M3 de Fonte do Bido), se estabelece relação visual com um afloramento granítico, o qual se encontra a uma distância de 205m do monumento.

Em dois monumentos construídos com migmatite (M1 de As Catro Cruces e M3 de Monte das Motas) é possível encontrar no próprio local de construção um afloramento deste material.

Também entre os monumentos de granito e xisto apenas num monumento (M1 de Fonte do Bido) é possível encontram nas proximidades um afloramento granítico, estando este a cerca de 5m do monumento e noutro (M3 de os Aceviñeiros) afloramentos de granito e de xisto a cerca de 200m.

Entre os monumentos de granito e migmatite é possível encontrar a cerca de 240m afloramentos destes materiais no caso de M2 e M4 de Os Aceviñeiros. Apenas se estabelece relação num caso (M1 de Pedrouzos) com um afloramento de xisto que se encontra a 120m de distância.

4.9.4. Material de construção e tipologia:

Passemos então a analisar a relação entre o material de construção empregue e as particularidades construtivas das sepulturas megalíticas. Começaremos a nossa análise por uma tentativa de encontrar relações entre as tipologias das estruturas internas e o material de construção utilizado.

	TIPOLOGIA						
MATERIAL ORTOSTATOS	Cista	C. poligonal Aberta	C. poligonal Fechada	C. poligonal Corredor	C. e corredor Indiferenciado	Indeterminada	Sem Indicação
Xisto	0	0	0	0	0	4	0
Granito	9	15	7	6	6	150	0
Granito e Xisto	0	0	0	0	0	2	0
Granito e Migmatite	1	0	0	0	0	2	0
Migmatite	0	0	0	0	0	2	0
Sem Indicação	0	0	0	1	0	1	269

Tabela 23: Relação entre tipologia e material de construção.

As cistas apresentam em 90% dos casos ortostatos de granito e apenas 10% de granito e migmatite. As Antas de câmara e corredor indiferenciados são todas de granito, tal como as de câmaras poligonais abertas e as de poligonais fechadas. As de corredor são também quase todas de granito com a exceção de um caso em que não se identificou o material de construção.

4.9.5. Material de construção e composição da massa tumular:

Da análise tipológica não parece haver grandes deduções a fazer, a não ser a clara preferência pelo granito, independentemente da tipologia. Mas esta análise é sempre bastante condicionada tendo em conta todas as dificuldades sentidas na identificação tipológica, como anteriormente exposto. Passemos então a estudar a possibilidade de relacionar o material de construção e a composição da massa tumular, uma vez que o numero de casos a ter em conta é significativamente maior.

	Tipologia			
Material Ortostatos	Couraça	Terra	Terra e Pedras	Sem Informação
Xisto	2	0	2	0
Granito	78	40	71	5
Granito e Xisto	2	0	0	0
Granito e Migmatite	3	0	0	0
Migmatite	1	1	0	0

Tabela 24: Relação entre composição da massa tumular e material de construção.

Entre os monumentos com couraça conservam-se ortostatos em 49% dos casos, sendo que os que se constroem em granito ascendem a 91% dos mesmos, com a exceção de 3 monumentos em que se identificou a presença de granito e migmatite (M2 e M4 de Os Aceviñeiros e M1 de Pedrouzos), dois com xisto (M3 e M5 de Fonte do Bido), dois com granito e xisto (M3 de os Aceviñeiros e M1 de Fonte do Bido) e um com migmatite (M1 de As Catro Cruces). Entre os que se compõem de terra e pedras os que utilizam o granito como material de construção ascendem aos 97% com apenas duas exceções de construção com xisto (M2 de Pedrouzos e M2 de Chão de Lamas). Enquanto os de terra são também de granito em 98% dos casos com apenas uma exceção (M3 de Monte das Motas), desta feita de migmatite.

4.10. Ideias síntese:

1. Relativamente à arquitetura dos monumentos tumulares e megalíticos verifica-se uma tendência para monumentos de tamanho médio, com diâmetros entre os 10 e os 20m. Tanto das medidas dos diâmetros NS como nos EW prevalecem os monumentos com diâmetros entre os 10 e os 15m, com valores muito próximos dos

que apresentam diâmetros entre os 15 e os 20m. Em ambos os diâmetros, valores entre inferiores e 5m e superiores a 30m são os menos representados.

2. Diretamente relacionada com os diâmetros, também a superfície média ocupada é reduzida na maior parte dos monumentos tumulares e megalíticos desta região, sendo pontuais as superfícies superiores e 500m^2.

3. Do cruzamento entre as medidas de ambos os diâmetros e do cálculo do índice de alongamento sobressai a tendência para morfologias semiesféricas, sendo que, mesmo nos casos em que se verificam formas ovais ou elípticas, o índice de alongamento é quase sempre pequeno. Entre estas últimas prevalece a orientação EW, independentemente o tamanho.

4. Na leitura inversa destaca-se que, embora prevaleçam os tamanhos médios, independentemente da orientação, entre os *tumuli* de planta circular estes são seguidos pelos tamanhos grandes, enquanto entre os de planta elíptica são os de tamanho pequeno que surgem em segundo lugar.

5. No que se refere à altura prevalecem monumentos com alturas entre os 0,5m e os 1,5m, sendo expressivo o número de monumentos com alturas inferiores a 0,5m. Estas alturas extremamente baixas podem estar associadas ao desgaste da massa tumular ao longo do tempo, agravada pelas ações de destruição pelas quais se vêm afetadas, que afetam de forma direta a altura do *tumulus*.

6. O cruzamento de dados relativos ao tamanho do diâmetro maior e a altura dos monumentos, realça uma coincidência entre os monumentos pequenos e alturas baixas e entre monumentos de tamanho médio e alturas também médias. Apenas os monumentos grandes apresentam alturas médias. Ainda assim, 38% destes monumentos têm também alturas grandes. Esta relação parece sublinhar a forma semiesférica dos monumentos tumulares do Alto Minho e da Galiza.

7. Da mesma forma, deteta-se uma tendência para volumes reduzidos, diminuindo o peso percentual em função do aumento do volume, com os volumes reduzidos e baixos a corresponder a 96% dos casos estudados. Assim volumes tumulares altos

devem ser considerados verdadeiramente excecionais, como nos casos de Mota Grande e M1 de Cerraque.

8. Independentemente do volume, mantém-se, regra geral, a preferência por uma implantação em divisórias. Contudo os monumentos com volumes reduzidos (inferiores a 50m^3) são mais comuns em portelas e os que apresentam um volume superior a 1600m^3 em portelas de divisória.

9. Num pequeno livro dedicado à construção megalítica Benedicto Salas (2010) assinala que a altura dos esteios teria que estar previamente definida para proporcionar uma base de apoio mais ou menos horizontal à cobertura, levando-nos a questionar se o mesmo não se poderia pensar em relação ao volume da mamoa, tendo em conta a função que a mesma representa em termos de estabilidade das estruturas internas.

10. Relativamente à comparação da massa tumular prevalecem os monumentos com couraça, seguidos dos que são de terra e pedras e por fim apenas de terra, ainda que com valores bastante equilibrados entre si.

11. Interessante é a associação entre a altura dos monumentos e a composição da massa tumular, já que em todos os intervalos de alturas prevalecem os monumentos com indícios de couraça, à exceção dos monumentos mais baixos em que os monumentos de terra são mais frequentes. Destacando desta relação a interferência da presença da couraça na conservação da altura da massa tumular e também a evidência de que este elemento representa um papel de sustentação das forças centrífugas das terras que compõem o *tumulus*. Verificam-se duas exceções ao acima exposto. Nos monumentos mais altos, M1 de Outeiro Ferro-Penagache apresenta um *tumulus* apenas de terra e pedras e M1 de Cerraque é apenas de terra.

12. Analisando a composição da massa tumular combinada com o índice de alongamento verifica-se que todos os monumentos com um índice de alongamento entre 1,5 e 2 apresentam indícios de couraça e no único caso com um alongamento superior a 2 a massa tumular é de terra e pedras. Todos os outros valores se encontram dentro das tendências gerais no que diz respeito à composição da

massa tumular, com a exceção dos monumentos de planta circular em que prevalecem os monumentos de terra e pedra.

13. No que se refere á tipologia verifica-se um claro predomínio de monumentos simples em relação aos de corredor.

14. A distribuição espacial das tipologias revelou igualmente uma interessante evidência de predomínio dos monumentos de corredor e de câmara poligonal fechada no distrito de Viana do Castelo, enquanto as cistas e as câmaras poligonais abertas prevalecem em Ourense. Não se identificaram monumentos de corredor ou cistas na província de Pontevedra. Estas conclusões devem ser ponderadas com cautela uma vez que apenas em 10% dos monumentos que conservam ortostatos foi possível identificar a tipologia.

15. Algumas observações podem sugerir uma relação entre o relevo orográfico e a tipologia de monumentos tumulares e megalíticos. Em primeiro lugar a expressiva (29%) representação de cistas em vale aberto, a associação da câmara poligonal aberta com balcão e com portelas situadas em divisórias, bem como a presença de câmaras poligonais fechadas apenas em portelas e divisórias.

16. Da análise da relação entre tipologia e tamanho observa-se que enquanto, entre as cistas existe uma tendência para se associar a *tumuli* de tamanho pequeno ou médio, entre as restantes tipologias é mais usual encontrar *tumuli* de tamanho médio ou grande.

17. Em relação à orientação verifica-se que entre as cistas e os monumentos de câmara poligonal e corredor existe uma clara relação com a orientação EW. Esta orientação continua válida, mas é menos significativa entre os monumentos de câmara poligonal aberta. Os monumentos de câmara poligonal fechada são os únicos em que prevalece uma orientação no sentido NS. Também interessante é a associação das câmara poligonais abertas com *tumuli* de planta circular, quando em todas as outras tipologias prevalecem as plantas elípticas.

18. No que se refere à orientação não parece confirmar-se a existência de uma relação entre o alongamento da massa tumular no sentido EW e a tipologia de corredores

abertos nesse sentido, ainda que nos monumentos de câmara e corredor indiferenciados o numero de monumentos que se orienta nesse sentido seja superior ao dos se orientam pelo eixo NS. Independentemente da tipologia prevalecem as superfícies médias e pequenas.

19. Segundo Michael Hoskin (1998 e 2001) esta orientação das estruturas internas no sentido EW, em que os dólmens se encontram orientados para o nascimento do sol, com raras exceções, que não se enquadram na nossa área de estudo, sendo inclusive referida a orientação dos dólmens que se encontram no território fronteiriço entre o Norte de Portugal e a Galiza para além desta orientação caraterística apresentam uma orientação dentro de um arco limitado entre 100º-107º (Hoskin, 1998: 57), enquanto no Alto Minho português foram analisadas apenas oito sepulturas, todas consideradas também com uma orientação nascente.

20. Entre as cistas, os monumentos de câmara poligonal fechada e os monumentos de câmara e corredor indiferenciados, são mesmo as únicas registadas. Nos monumentos de câmara poligonal e de corredor apenas estão representadas superfícies médias e um monumento com superfície grande. Enquanto entre as câmaras poligonais abertas para além das superfícies médias e grandes está representada num caso uma superfície muito grande.

21. Entre as cistas e os monumentos de câmara poligonal aberta predominam os monumentos de volumes reduzidos, mas estão também representados os volumes baixos, ainda que, nestes últimos, estão também representados volumes elevados. Já entre as câmaras poligonais fechadas e os monumentos de corredor e de corredor indiferenciado passam a prevalecer os volumes baixos.

22. Entre os monumentos que conservam ortostatos o granito é o único material de construção identificado em 95% dos casos. Pouco expressivos são os monumentos de xisto, surgindo este como único material de construção ou associado ao granito. Entre os primeiros verifica-se que em 40% dos casos os monumentos se encontram a menos de 50m da potencial canteira, metade das quais se encontram no próprio local de construção.

23. Nos monumentos de xisto as potenciais canteiras situam-se a cerca de 80m do local de construção e apenas num caso se encontra a cerca de 200m de um afloramento de granito. Os monumentos de migmatite encontram potenciais canteiras no próprio local de construção. Entre os monumentos mistos é usual encontrar potenciais canteiras a menos de 250m do local de construção.

24. O granito é o único material de construção identificado em monumentos de câmara e corredor indiferenciados, câmaras poligonais abertas e fechadas. No caso das cistas, embora prevaleça também o granito, foram identificadas cistas com ortostatos de migmatite. Por fim entre as câmaras poligonais de corredor conta-se um caso em que não foi identificado o material de construção.

25. Do cruzamento entre o material de construção e a composição da massa tumular a observação mais significativa é a conservação de ortostatos em 49% dos monumentos protegidos por couraça.

5. Análise de uma realidade patrimonial



Figura 36: Mamoa de Arques.

Passaremos a analisar os dados recolhidos durante o trabalho de campo no apartado da conservação das sepulturas, incluídos na ficha de trabalho com o objetivo de avaliar o estado de conservação destes monumentos entendidos como recurso arqueológico, mas com uma importante componente patrimonial.

Assim, partindo do anteriormente proposto pelo grupo de investigação dirigido pelo professor Antón Rodríguez Casal para o megalitismo da Costa da Morte, traçaram-se algumas balizas que enquadram de forma mais objetiva os monumentos considerados de acordo com um estado de conservação considerado bom, satisfatório ou mau. Definindo-se os níveis de aceitação das alterações que definem cada um destes níveis.

Assim estipulou-se que seriam aceitáveis para podermos considerar um monumento como estando bem conservado, quando este não se encontre inalterado:

1. Afetados apenas por agentes naturais;

2. Violações antigas;

3. Atividade florestal ou agrícola moderada;

4. Pequenas construções que afetem apenas de forma superficial o monumento.

Entre os monumentos em estado de conservação satisfatório contam-se os que se vêm afetados por:

1. Atividade florestal forte,
2. Atividade agrícola continuada,
3. Construções que não alterem mais de 30% do monumento;
4. Caminhos ou estradas que não alterem mais de 30% do monumento;
5. Atividades extrativas que não alterem mais de 30% do monumento.

Por fim os monumentos assinalados como estando em mau estado de conservação são os que se encontram substancialmente alterados por:

1. Atividades florestal ou agrícola intense;
2. Caminhos ou estradas que afetam mais de 30% dos monumento;
3. Construções que afetam mais de 30% dos monumento;
4. Formação de albufeiras.

Poderíamos questionar a adequação destes critérios, em especial os que definem os monumentos considerados em bom estado, já que *à posteriori* nos parece pelo menos discutível a introdução de agentes de destruição como as violações antigas ou as pequenas construções entre alterações aceitáveis de um tumulo. Porém somos conscientes de que uma análise deste tipo necessitaria de ser ponderada caso a caso, pelo que a entrada em linha de consta deste tipo de critérios tem a vantagem de tornar esta avaliação mais objetiva e de permitir uma análise estatística mais coerente como a que se apresenta em seguida.

5.1. Estado de conservação:

Foram analisados em relação ao estado de conservação 314 monumentos, 52% dos quais em estado de conservação considerado bom, 29% satisfatório e 17% encontram-se em estado de conservação considerado mau.

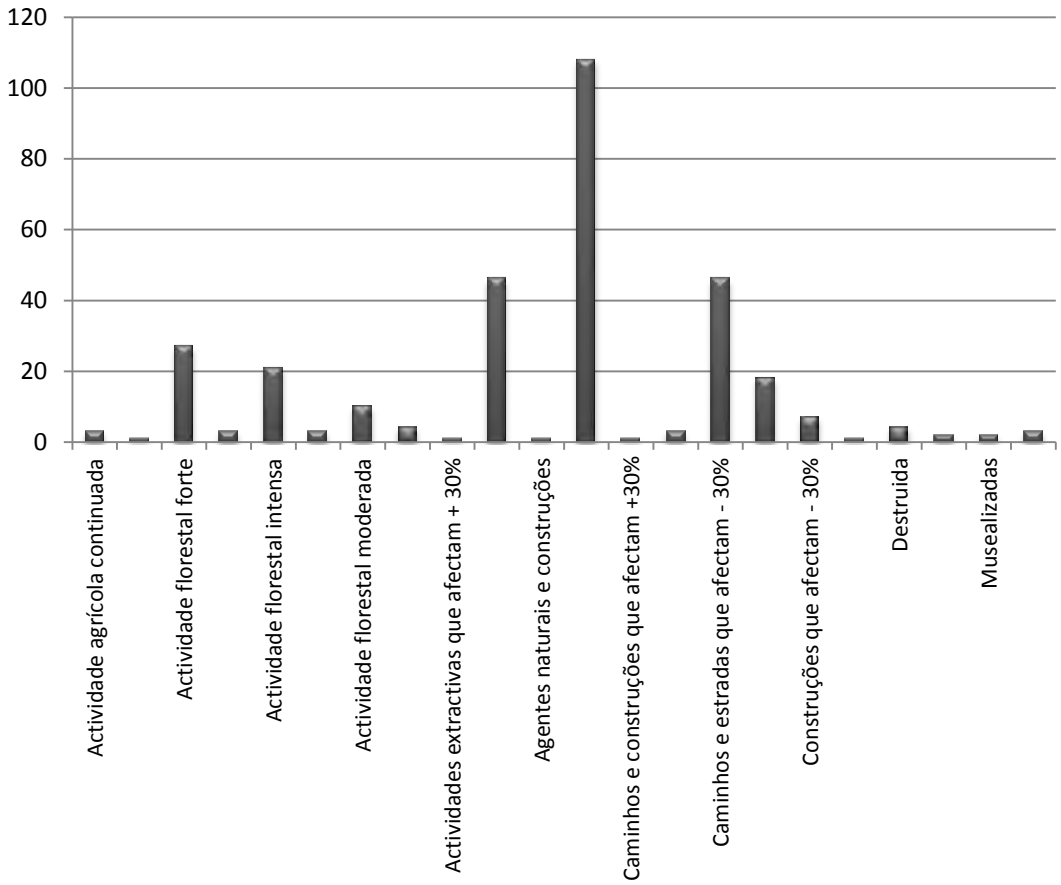


Gráfico 21: Distribuição dos monumentos em função dos agentes de destruição.

Da análise dos agentes de destruição ressalta que entre os entre os megálitos em bom estado de conservação mais de 90% se encontram ainda assim alterados por violações antigas e agentes naturais. Ainda significativa é a percentagem dos afetados por atividade florestal moderada (6%), sendo os restantes alterados por pequenas construções e por

atividade agrícola moderada. Assim apesar do elevado número de mamoas em bom estado de conservação apenas 1% se encontra musealizada sendo muito pequena a percentagem das que não se vêm afetados por agentes de alteração.

Entre os monumentos com um estado de conservação considerado satisfatório verifica-se que quase metade (50%) encontram-se prejudicados pela abertura de caminhos e estradas, ainda que estas não afetem mais que 30% do monumentos. Também elevada é a percentagem de monumentos alterados por atividade florestal forte (29%), menos peso têm as pequenas construções (9%) à que se somam as que se encontram associadas a caminhos e estradas, com um peso idêntico ao da atividade agrícola continuada (3%) e as atividades extrativas que afetam menos de 30% (1%). Especial menção, pela relevância que têm em termos simbólicos, é a dos 2% de monumentos prejudicados por valas de escavação (M6 de Outeiro do Ferro e Mamoa de Eireira).

Já entre os monumentos em mau estado de conservação o principal agente de destruição é a atividade florestal intensa (38%), mas também a abertura de caminhos e estradas (33%), as atividades extrativas (7%), as mamoas submersas (6%), os que se vêm modificados tanto por atividade florestal forte como pela abertura e caminhos representam 4%. Menor peso percentual representa as construções e as construções associadas a caminhos e estradas (2%). De salientar que 7% dos monumentos se encontram completamente destruídos.

Do que se conclui uma nítida associação entre atividades florestais e degradação e, em última análise destruição das mamoas. Ainda que se verifique igualmente uma associação entre atividades florestais e monumentos classificados como em estado de conservação satisfatório, é percentualmente mais forte a sua associação com monumentos em mau estado. Também a abertura se caminhos e estradas resultam fatores bastante nocivos para a conservação. O mesmo se pode dizer sobre atividades extrativas que, em todos os casos verificados, se associam a monumentos em mau estado ação. Já no caso de construções a tendência é para que a associação se estabeleça com monumentos em estado de conservação considerado satisfatório.

Também no que se refere à relação entre conservação e uso do solo se verifica que, entre os monumentos situados em terrenos de utilização agrícola, a maioria está em estado considerado satisfatório, mas são também expressivos números dos que se encontram em

bom estado e menor o dos que estão em mau estado. Entre os monumentos que se encontram em terrenos de utilização agrícola condicionada também predominam os monumentos em estado razoável, mas é idêntico o número dos que se encontram em bom e em mau estado.

	Dedicação do meio							
Estado de Conservação	Frondosas	Horta	Monte Baixo	Monte Baixo e Prado	Monte Baixo e Frondosas	Monte Baixo e Reflorestação	Reflorestação	Industrial
Bom	3	2	133	5	0	8	11	0
Satisfatório	3	1	60	1	1	9	17	0
Mau	1	0	23	3	0	6	18	3

Tabela 25: Relação entre estado de conservação e dedicação do meio.

Já entre os situados em solos de utilização não agrícola, seja ele florestal ou de prado os que se encontram em bom estado são mais frequentes e só depois viriam os que estão num estado considerado satisfatório, sendo os que se encontram em mau estado os menos numerosos. Verifica-se ainda a completa associação entre monumentos em mau estado de conservação e terrenos de utilização industrial.

Analisando agora o estado de conservação dos monumentos em função da dedicação do seu meio envolvente verifica-se, no caso dos que estão em terrenos de frondosas um equilíbrio entre os que se encontram em bom estado e os que se estão num estado satisfatório. Nos situados em hortas são mais frequentes os que se encontram em bom estado, assim como acontece com os que se encontram implantados em terrenos de

monte baixo e de monte baixo e prado. Entre os que se encontram em terrenos de monte baixo e frondosas e de monte baixo e reflorestação passam a ser mais frequentes os monumentos que num estado de conservação razoável, mas no caso de monumentos dos que estão em terrenos reflorestados os números são muito idênticos para os que se encontram em mau estado e satisfatório. Já entre as mamoas situadas em terreno de utilização industrial todas estão em mau estado de conservação. Do que se conclui que os espaços utilização industrial e os de reflorestação devem ser considerados verdadeiramente prejudiciais para a conservação dos monumentos tumulares e megalíticos.

5.1.1. Estado de conservação em função da implantação:

Passaremos a analisar o estado de conservação em função da implantação dos monumentos no meio natural, partindo do princípio que também as condições naturais podem influenciar de forma assimétrica a conservação deste património. Fatores como a implantação em posições orográficas mais expostas ou abrigadas em relação a agentes erosivos pode influenciar a conservação, por exemplo da massa tumular. Por outro lado algumas caraterísticas da paisagem antropizada como dedicação do meio ou uso do solo interferem diretamente com esta preservação, determinando em alguns casos a total destruição do monumento. Analisemos então esta relação em função dos dados disponíveis.

5.1.1.1. Estado de Conservação em função da orografia:

Passando a analisar o estado de conservação em função das condições de implantação do monumento verifica-se que entre os monumentos que se encontram em divisória é maior o número de monumento considerado em bom estado de conservação, sendo que, 29% estão num estado de conservação satisfatório e 20% em mau estado. Por sua vez nos situados em vale aberto é superior o número de monumentos com um estado de conservação satisfatório, representando os que se encontram em mau estado 17% e os que se encontram em bom estado 2%.

Nos monumentos em balcão os monumentos em bom estado de conservação representam 50% (Monte Medoña e M5 de Campo dos Mouros) e os restantes representam 25% respetivamente, ainda que estas representem apenas um monumento[227]. Entre as mamoas situadas em portela as consideradas em situação de conservação satisfatória representam 27% e os em mau estado representam 14%.

Analisando agora as condições de conservação em função do meio mais próximo, verifica-se que em todos são mais numerosos os monumentos em bom estado, seguido dos quês e encontram en situação razoável e por fim dos que se encontram mal conservados.

5.1.1.2. Estado de Conservação em função da profundidade do solo:

A profundidade do solo pode ser também um bom indicador no que se refere ao estado de conservação das mamoas, uma vez que pode indicar a presença de elementos de desgaste e erosão do solo que afetariam da mesma maneira as massas tumulares.

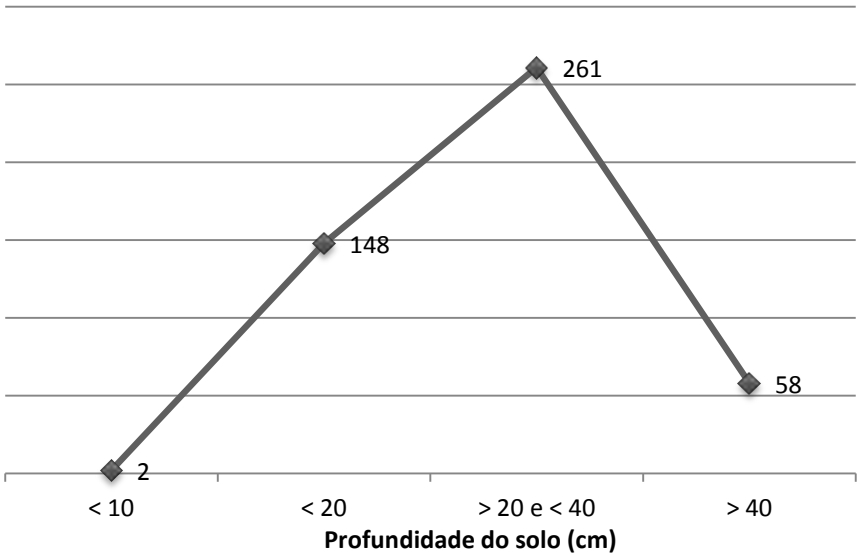


Gráfico 22: Distribuição de monumentos tumulares e megalíticos em função da profundidade do solo.

227 O monumento em mau estado de conservação é o M2 de O Tetón e o satisfatório é a Mamoa de Cachadiñas.

Mais de metade dos monumentos tumulares estudados situam-se em solos com uma profundidade entre 20 e 40 cm, uma boa percentagem (31%) situam-se em solos com menos de 20cm de profundidade e apenas 12% se encontram em solos com profundidade acima dos 40cm. Apenas M2 de A Portela e M1 de Touro Morto se associam a solos inferiores a 10cm.

Independentemente da profundidade do solo prevalecem os monumentos considerados em boas condições, vindo depois os que estão num estado satisfatório e por último os que se encontram mal conservados. Com a exceção dos que se encontram sobre solos com uma profundidade inferior a 10cm em que em ambos os casos[228] se encontram em bom estado de conservação.

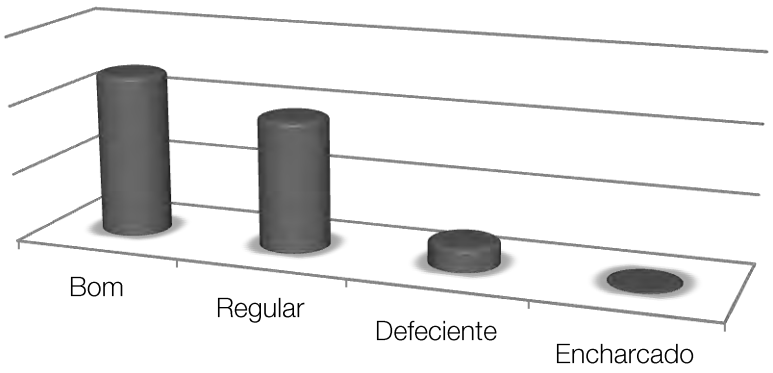


Gráfico 23: Conservação em função da capacidade de drenagem do solo.

Analisando os solos em função da capacidade de drenagem verifica-se, no entanto que 50% dos monumentos tumulares se situam em solos com boa capacidade de drenagem, 41% em solos com uma capacidade de drenagem regular, sendo esta deficiente em 7% dos casos e praticamente nula em 0,42% dos casos (Mamoa de Porrinhoso e M4 de Monte do Faro).

228 M2 de A Portela e M1 de Touro Morto.

5.1.1.3. Estado de Conservação em função da capacidade de drenagem do solo:

Verifica-se que em solos com boa capacidade de drenagem, assim como em solos em que esta é regular ou deficiente a mesma relação explicada anteriormente continua válida. Contudo em solos encharcados não foi possível encontrar nenhum monumento em bom estado de conservação e apenas um (Mamoa de Porrinhoso) foi considerado razoável e outro (M4 de Monte do Faro) foi assinalado como estando em mau estado de conservação.

Aprofundando um pouco mais esta relação, procurou-se perceber como a capacidade de drenagem poderia afetar o volume da massa tumular, concluindo-se que prevalecem sempre os volumes reduzidos ou médios.

	Volume			
Drenagem	Reduzido	Médio	Alto	Elevado
Boa	117	91	8	3
Regular	92	77	6	2
Deficiente	22	13	0	0
Encharcado	2	0	0	0

Tabela 26: Relação entre capacidade de drenagem do solo e volume conservado.

No caso monumentos implantados em solos com uma boa ou regular capacidade de drenagem registam-se ainda volumes altos e elevados, ainda que com menos frequência. Já entre os monumentos situados sobre solos com uma deficiente de drenagem apenas se verificam volumes reduzidos e médios e nos solos encharcados apenas se encontram volumes reduzidos.

5.1.1.4. Estado de conservação em função da dedicação do meio:

Mais de metade (61%) dos monumentos tumulares catalogados situam-se em terrenos ocupados na atualidade por monte baixo, 14% situam-se em áreas de reflorestação e 10% em zonas de monte baixo e prado.

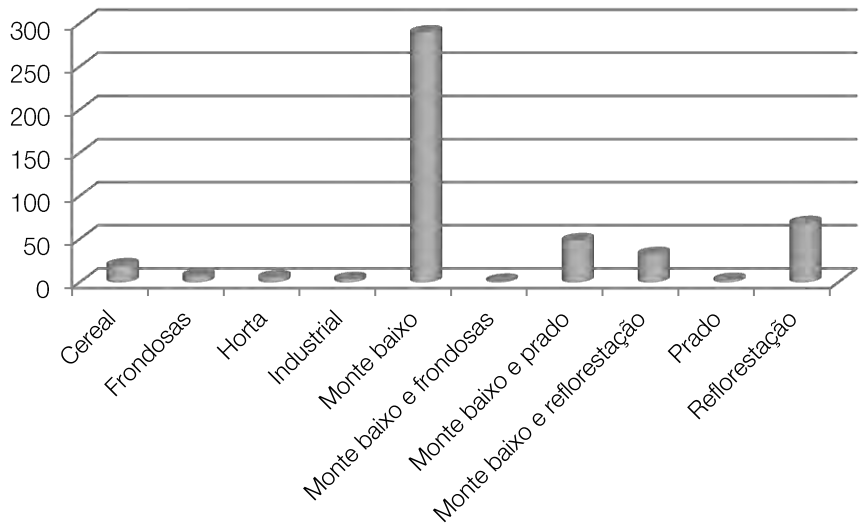


Gráfico 24: Distribuição de monumentos tumulares em função da dedicação do meio envolvente.

Registam-se também monumentos tumulares em áreas de monte baixo e reflorestação (7%), de cultivo de cereal (4%), hortas, frondosas, prado ou de ocupação industrial, sendo que nestes casos os monumentos tumulares representam 1% ou menos do total de monumentos tumulares estudados.

5.2. Ideias síntese:

1. Verifica-se uma clara associação entre terrenos de exploração agrícola e monumentos em estado de conservação considerado satisfatório, com um peso ainda assim significativo de monumentos em bom estado de conservação. Nos terrenos de exploração agrícola condicionada continuam a prevalecer os monumentos em estado de conservação razoável, mas o número de monumentos

em bom estado é idêntico ao dos monumentos em mau estado de conservação. Os monumentos em solos de utilização não agrícola, seja ela de aproveitamento florestal ou de prado encontram-se, na maior parte dos casos, em bom estado de conservação. Outro tipo de atividades, como as extrativas ou industriais associam-se a monumentos em mau estado de conservação.

2. Estas evidências retiradas da análise cartográfica reforçam-se com o observado no local durante o trabalho de campo. Metade dos monumentos observados encontram-se em bom estado de conservação, com uma boa percentagem considerada em estado de conservação satisfatório. Entre os monumentos considerados em estado de conservação satisfatório destaca-se que cerca de metade se vêm afetados por abertura de caminhos, sendo as atividades florestais a segunda causa de alteração. Já entre os monumentos em mau estado o principal agente de alteração é mesmo a atividade florestal e a abertura de caminhos. Mas outras atividades, como as extrativas, que apesar de percentualmente pouco expressivas são bastante nocivas para a conservação destes monumentos, estando em todos os casos associadas a monumentos em mau estado de conservação.

3. Tanto em relação à orografia como ao meio envolvente, prevalecem sempre os monumentos em bom estado de conservação.

4. O estado de conservação parece também ser independente da classe edafológica e da profundidade do solo. Já no que se refere à capacidade de drenagem do solo verifica-se uma clara dissociação entre os terrenos encharcados e os monumentos em bom estado de conservação.

5. Independente da capacidade de drenagem parece ser também o volume conservado pela massa tumular, prevalecendo en todos os casos os volumes reduzidos ou médios. Ainda assim é nos solos de boa ou satisfatória capacidade de frenagem que se verificam os volumes mais altos, enquanto nos monumentos encharcados apenas se identificam volumes reduzidos.

6. Relativamente à conservação das estruturas internas salienta-se que é bastante reduzida a percentagem de monumentos que conserva ortostatos e entre estes é pouco expressiva a percentagem dos que conserva cinco ou mais ortostatos.

7. Apenas nos monumentos que conservam também indícios de couraça o número de monumentos que conserva ortostatos ultrapassa o dos que não os conservam. É também entre os monumentos com couraça que se encontra a maioria dos monumentos com 10 ou mais ortostatos.

PROPOSTA INTERPRETATIVAS E PERSPETIVAS DE FUTURO



Figura 37: Mamoa 2 de Monte Aloia.

Chegados a este ponto do nosso estudo e como reflexão final parece confirmar-se, pelo menos no que se refere às questões espaciais e à arquitetura megalítica, a ideia de identidade cultural, que vinha sendo apontada na literatura arqueológica desde os inícios do século XX, em concreto a partir de que López Cuevillas faça eco desta ideia. Desde os seus primeiros trabalhos está presente a preocupação de procurar paralelismos na cultura megalítica do Norte de Portugal, mas é na obra que publica com Bouza Brey, *Os Oestrimnios, os Saefes e a Ofiolatría* en Galiza, que a imagem desta identidade ganha contornos mais definidos, sendo retomada em obras posteriores em que o tema do megalitismo português, seja de forma individualizada ou enquadrado no âmbito do Noroeste é tratado ao longo de toda a sua carreira.

Duas outras figuras importantes na definição dessa imagem de unidade cultural do Noroeste em épocas pré-históricas foram Georg e Vera Leisner. Na tese de doutoramento de Georg Leisner, *Verbreitung und typologie der Galizisch Nordportugiesischen Megalithgräber*, ambos os territórios eram estudados de forma integrada e traça-se um esquema tipológico único para ambas as realidades arquitetónicas. Anos antes já José Fortes estudara de forma integrada a necrópole de Salas, constituindo um precedente para

o trabalho dos Leisner, mas sem alcançar a dimensão tanto metodológica como teórica que esta ultima representa. Segue-se um período de abandono desta imagem de unidade, que coincide com o momento de isolamento que tanto a pré-história portuguesa como a espanhola atravessaram durante os regimes fascistas, sendo retomada novamente assim que os mesmos foram depostos, momento que coincide, em ambos os territórios com um processo de profunda reformulação teórica da arqueologia.

Salienta-se porém que, apesar de se retomar o tema do ponto de vista literário e de, como aludíamos no prólogo deste trabalho, serem vários os apelos a que se realizassem estudos integrados do megalitismo do Noroeste Peninsular, não se conhecem outras tentativas de implementar projetos com esta orientação, fazendo da ideia de identidade cultural um conceito abstrato que apenas se vislumbra em algum paralelismo que se procura encontrar em termos cronológicos ou tipológicos, não sendo assumido como uma realidade concreta que importa estudar, aprofundar e, como foi nossa intenção, inclusivamente questionar.

Vários fatores podem ter contribuído, em nosso entender, para dificultar que esta intenção, expressa desde finais da década de setenta do século passado, se convertesse em projetos concretos. Em primeiro lugar, destacaríamos possíveis dificuldades administrativas, que se fariam sentir sobretudo durante a década de oitenta e que se prendem com financiamentos, com a gestão de autorizações, com a necessidade de coordenar uma equipa internacional, obstáculos que não deveriam ser fáceis de ultrapassar nesse momento em que a abertura ao exterior estava ainda a dar os primeiros passos e em que os grupos de investigação se empenhavam, tanto na Galiza como no Norte de Portugal, em projetos de vulto a nível regional.

Na década noventa, após a adesão à CEE parte destes obstáculos se diluem, abrindo-se também, a médio prazo, novas possibilidades de apoio financeiro para um projeto a este nível. Contudo, nesta fase, outro tipo de impedimentos poderiam justificar que se continuasse a adiar a concretização de tal projeto transfronteiriço, já que do processo de renovação da arqueologia regional a que antes aludíamos, resulta uma clara diferenciação em termos metodológicos, centrando-se as equipas do Norte de Portugal numa arqueologia sobretudo centrada na escavação e na análise dos resultados das mesmas, enquanto na Galiza, por constrangimentos de ordem administrativa e financeira, os projetos se têm

centrado em estudos no âmbito da integração espacial. Diferenças que, em nosso entender, poderiam também resultar de diferenças na própria estrutura curricular das universidades que integram o ensino da arqueologia. É certo que, tanto no sistema de ensino superior português como espanhol, a arqueologia esteve integrada nos cursos de História, contudo enquanto na Galiza a licenciatura em História englobava, tradicionalmente, uma forte componente de Geografia, no Norte de Portugal a Geografia foi sempre uma licenciatura autónoma. Situação que poderia ajudar a justificar a aposta por desenvolver projetos com uma orientação, que poderíamos classificar de historicista, já que os principais projetos de investigação desenvolvidos nas últimas duas décadas no âmbito da pré-história do Norte de Portugal, associam-se ao objetivo de conhecer a evolução do povoamento de áreas muito concretas, boa parte delas situadas na região transmontana. Interesse que tem também desviado a atenção do fenómeno megalítico propriamente dito para se centrar na escavação e no estudo dos grandes povoados calcolíticos da região. Em ultima análise, este contexto explicaria também, para o Norte de Portugal, o escasso desenvolvimento de algumas linhas de investigação que têm vindo a ser desenvolvidas com bastante êxito na Galiza. Veja-se por exemplo o pouco que se sabe sobre a inclusão de referências a megálitos na documentação medieval.

Como se comentava a propósito, excluída a possibilidade de que essas referências não existam mediante uma pequena sondagem em alguns compêndios documentais, resta-nos ponderar duas explicações, complementares entre si, para justificar a falta de interesse por esta linha de investigação no Norte de Portugal. Por um lado a atenção que os pré-historiadores do Norte de Portugal têm centrado, nas últimas décadas, em centros monumentais muito concretos, em particular a Serra da Aboboreira e o planalto transmontano, não havendo grande investimento em ações de prospeção e de inventariação fora desses núcleos. Ora é nestas últimas que a análise da documentação medieval poderia efetivamente proporcionar resultados imediatos. Por outro lado e, possivelmente, decorrente desta primeira constatação, as linhas de investigação têm-se centrado no estudo das arquiteturas megalíticas e dos materiais arqueológicos a elas associados, desvalorizando outros campos de ação como a arqueologia espacial, uma vez mais esvaziando o interesse pela análise documental. Poderíamos ainda encontrar uma terceira explicação para que esta linha de investigação esteja ainda por explorar, sendo, também esta, decorrente da primeira e da metodologia aplicada que deixa fora do campo

de ação destas equipas de investigação métodos, como a análise documental, que não se encaixam de forma clássica na linha da investigação arqueológica mais pura, ou clássica.

Seguindo o exemplo do que tem sido feito na Galiza, é possível que esta nova linha de investigação, traga também para o Norte de Portugal, importantes avanços quanto à evolução da relação entre os monumentos megalíticos e comunidades que, ao longo de um tramo cronológico muito dilatado se apropriam deles, conferindo-lhes novo valor, novos significados e novos usos. Mostra-nos também o exemplo dos trabalhos desenvolvidos entre outros por Marcos Martinón, Antón Rodríguez Casal, Juan Carneiro Rey ou Felipe Criado e Mariano Grajal, como este estudo tem um enorme potencial em termos de informação arqueológica de apoio, ou complementar, a atividades de prospeção, mas talvez a sua maior aportação se possa vir a revelar no campo da conservação patrimonial. Esta documentação permitiria igualmente preencher parte das lacunas no conhecimento que temos sobre estes monumentos desde as últimas reutilizações funerárias e a sua inclusão nas obras de cariz histórico do humanismo renascentista.

Foi, efetivamente, durante o século XVI que começaram a aparecer as primeiras referências a mamoas e antas do Norte de Portugal, em obras literárias. Nestas incluem-se esporádicas descrições destes monumentos, reconhecendo-lhes uma função funerária, ainda que se separe, na obra de João de Barros, os dólmens, interpretados como sepulturas de homens nobres falecidos em combate e as mamoas explicadas como sepulturas de ladrões. Estas breves conjeturas que nos levam contudo a propor que se inclua esta obra entre as primeiras a dedicar alguma atenção ao megalitismo, recuando este interesse pelo estudo do megalitismo, da primeira metade do século XVIII com as referências que Afonso de Madre de Deus Guerreiro ou Martinho de Mendonça e Pina a monumentos megalíticos, até ao século XVI. Momento no qual, na Galiza, os megálitos continuam ausentes das obras literárias, mas continuam presentes na documentação arquivística dos séculos XV, XVI e mesmo do século XVII.

Precisamente do século XVII data o Processo Vázquez de Orjas no qual se encontram múltiplas referências a monumentos megalíticos. Estes surgem agora imbuídos de um caracter mítico-simbólico que parece justificar o processo de destruição sistemática que se descreve neste compêndio documental. Por seu lado, no Norte de Portugal não se encontram indícios desta função mítico-simbólica. Contudo esta ausência pode derivar do

atraso no estudo documental, a que antes nos referíamos, que não permite avaliar esta conotação, já que nos parece lógico supor que estas mamoas estiveram, da mesma forma que as galegas, sujeitas a uma espoliação que assenta em raízes históricas bastante antigas. Acresce a evidência, encontrada em M2 da Portela do Pau de violações decorrentes da ação de "*caçadores de tesouros*".

Ao longo do século XVIII, com a chegada dos ideais iluministas a Portugal e Espanha, vão-se esvaindo essas conotações míticas em torno aos megálitos. O despontar de uma consciência patrimonial, parece fazer com que os megálitos passassem definitivamente a ser encarados como vestígios de um passado que importa preservar, mas que, por enquanto, apenas a um punhado de intelectuais interessa verdadeiramente estudar. Constitui exceção a esta regra, no caso galego, o Padre Sarmiento, que se dedica a desmistificar estes túmulos, que interpreta no quadro da romanização. Para o megalitismo do Norte de Portugal não se encontram dados relativos a este período, a não ser a possibilidade de que se incluam alguns destes dólmens na lista elaborada pelo Abade José Gaspar Simões.

Aos iluministas do século XVIII se devem as primeiras formulações teóricas sobre o fenómeno tumular e megalítico, que se irão completando com as aportações das gerações seguintes de intelectuais. É assim que, em meados do século XIX, a par com as numerosas adições ao catálogo dos monumentos galegos conhecidos, incorporadas pelo trabalho de homens como Manuel Murguía, Leandro Saralegui y Medina, Benito Vicetto ou Leopoldo Martínez Padín, ou do Norte de Portugal, por Martins Sarmento, Leite de Vasconcelos, Henrique Botelho ou Félix Alves Pereira e se realizam as primeiras explorações em megálitos desta região. Estas intervenções eram, em regra, realizadas de forma apressada e amadora, mas também se conhecem exemplos de outras levadas a cabo de forma mais sistemática, como por exemplo as de Martins Sarmento. As escavações são ainda pouco frequentes na Galiza, onde entre a grande quantidade de autores que se dedica ao estudo das antiguidades pré-históricas, apenas Villaamil y Castro e Barros Sivelo parecem ter entendido a necessidade de as estudar com base em métodos arqueológicos. Fruto deste esforço e dedicação pessoal, na maior parte dos casos, sem o devido apoio institucional, lançam-se as primeiras hipóteses interpretativas no que diz respeito à origem, função e tipologia dos monumentos, assim como à cultura material e às representações artísticas a eles associadas.

Em finais do século XIX começam também a encontrar-se indícios de uma proximidade mais consistente entre os investigadores mabas regiões, com contatos pessoais, trocas de publicações e inclusões de referências a obras realizadas. Ainda que as posições assumidas por uns e outros não parecem coincidir quanto à grande maioria dos temas acima enunciados, é inegável que esta aproximação intelectual prepara o terreno para a noção de identidade cultural que viria a despontar na primeira metade do século XX.

O século XX foi, no que diz respeito ao estudo do megalitismo, marcado por momentos de avanço e de estagnação. As duas primeiras décadas, nas que os estudos galegos conheceram um avanço significativo, enquanto os do Norte de Portugal, parecem manter um certo ritmo, não tão intenso como o que se verificava no final do século XIX, mas ainda assim de grande valor. A situação muda em finais da década de vinte, iniciando-se um período de estagnação nos estudos de caráter regional, que apenas se vê interrompida pelos esporádicos trabalhos de alguns arqueólogos europeus, que centrando sobretudo as atenções nas regiões mais a Sul, não deixam de abordar a questão do megalitismo do Noroeste. Cabe, neste contexto, destacar a obra do casal Leisner pela sua relevância em termos do megalitismo peninsular, mas também no noroeste, por onde começa, aliás, a formação do seu valioso corpus documental, com o trabalho de doutoramento de Georg Leisner de 1938.

Este trabalho vem de certa forma respaldar a ideia de uma identidade cultural entre o megalitismo galego e do Norte de Portugal que vinha sendo avançada desde início do século, primeiro de forma moderada por homens como José Fortes ou Vázquez Nuñez e mais tarde de maneira peremptória e sistemática por Mendes Correia e em especial por López Cuevillas. Graças a esta noção ou quem sabe mesmo, abrindo-lhe a porta, intensificam-se neste inicio de século os contatos entre os pré-historiadores do Norte de Portugal e da Galiza, adquirindo um caráter mais estável. Verifica-se contudo uma assimetria neste interesse mútuo, sendo mais forte o desejo de se conhecer o que ia fazendo no Norte de Portugal por parte dos investigadores galegos, do que o inverso. Esta desigualdade parece decorrer de uma maior atenção dos arqueólogos portugueses ao fenómeno tumular e megalítico da região Centro e Sul, onde os estudos evoluem de forma significativa, centrando sobre eles a atenção, mesmo dos poucos autores que persistem em manter vivo o interesse pelo megalitismo da região Norte, procurando aí paralelos e ligações, que os

galegos procuram mais a Norte, veja-se por exemplo o peso que tem a questão das relações atlânticas nos trabalhos deste período.

Esta fase de impasse parece ultrapassar-se em meados da década de setenta e começa a demonstrar novamente um momento de grande vitalidade na década seguinte, onde, como antes se explicou, foram vários, os fatores que obstaculizaram que esta noção pudesse ser testada de forma efetiva com base em trabalhos de natura transfronteiriça. Não é nossa intenção voltar a frisar os argumentos acima expostos, ou passar em análise as grandes linhas de desenvolvimento da arqueologia desta região durantes as últimas décadas, já que estas foram enunciadas em capítulo próprio. Importa contudo sistematizar algumas questões que têm sido tratadas durante este período, cujo estado da arte também se inclui no apartado historiográfico. Destaquemos assim como as grandes questões em debate se têm centrado em torno de ideias chave como a origem e evolução diacrónica do fenómeno, redirecionada agora da questão geográfica para a cronológica e associada à questão mais vasta da neolitização e nas perspetivas mais recentes recuando para incluir as próprias comunidades mesolíticas locais. Um estudo realizado por Philine Kalb cruzando as datações provenientes de monumentos megalíticos portugueses e de concheiros ou de outro tipo de assentamento associados a comunidades recolectoras, demonstra como efetivamente ambas as sociedades coexistem ao longo de cerca de 3000 anos. Associada também ao tema da evolução do fenómeno megalítico, surge uma segunda questão bastante debatida, em torno aos momentos finais deste processo e a todas as transformações observadas no registo material e as mudanças sociais e ideológicas intuídas a partir delas.

Outra linha de investigação, esta com caráter de continuidade, mas sofrendo uma mudança de perspetiva, é a das arquiteturas. Deixando de lado as posturas iniciais, de pendor descritivo, os estudos arquitetónicos passam a centrar-se em aspetos mais técnicos, no que se refere à construção, e conceptuais no capítulo das tipologias. A massa tumular tem vindo a ser objeto de grandes atenções neste âmbito e tem-se revelado um elemento central do fenómeno no que se refere a complexidade estrutural e a significado ritual e simbólico. Ficando em aberto a necessidade de cruzar as suas particularidades construtivas com as das câmaras internas que acolhiam. Só quando se conseguir esta abordagem integrada se revelará o seu verdadeiro significado, pois é nossa convicção que

massa tumular e estrutura interna devem sempre ser encaradas, não como um conjunto monumental, mas evidentemente como um monumento.

A questão da distribuição e implantação no espaço natural é outras das linhas que tem vindo a ganhar maior destaque à medida que avançam os trabalhos de prospeção e inventariação. De uma postura inicialmente mais cautelosa, que estudava o meio como um potencial recurso a explorar na procura de matérias-primas, passou-se a uma abordagem mais incisiva, na que se procura conhecer integralmente as potencialidade do meio natural, como recurso para explicar determinadas particularidades observadas na relação que os vestígios materiais estabelecem com o espaço a distintas escalas.

O tema tão insistentemente debatido em épocas pretéritas, da função atribuída a mamoas e a dólmens parece ter perdido algum peso com a comprovações da utilização funerária de ambos. Contudo, estamos convencidos que a questão funcional permanece válida, a outros níveis, já que a arqueologia processualista veio deixar clara que esta não deve ser encarada como a sua única função. Assim a questão da função ou do significado destes elementos ganha um novo enfoque, partindo de preocupações mais de âmbito socioeconómico para, mais recentemente, ganhar novo peso com a possibilidade de profundas implicações ideológicas, na que as arquiteturas seriam apenas um elemento de uma rede de relações nas que se incluem também o espaço natural, a cultura material e as representações artísticas. Em resumo podemos perceber como estas grandes questões nos permitem uma abordagem espacial, tal como a descrevíamos na introdução da segunda parte de nosso trabalho, em que se definem a partir da análise espacial, objetivos de ordem económica, social e ideológica.

Chegados a este ponto não é lógico pretender acercar-nos a estas questões apenas de um ponto de vista espacial, tornando-se necessário chamar para o debate questões cronológicas, elementos da cultura material ou manifestações artísticas que fazem parte deste fenómeno mas que implicam abordagens metodológicas distintas às que utilizamos neste trabalho, mas que não podemos deixar de levar em conta, pois o que tentamos fazer agora é uma abordagem integrada do megalitismo da região galaico-portuguesa do Minho.

Relativamente à primeira questão, contamos com escassos indícios que nos permitam esclarecer de forma segura as grandes questões cronológicas em torno deste fenómeno. Para a nossa área de estudo encontram-se publicadas apenas oito datas, provenientes de

quatro monumentos. No núcleo do Alto da Portela do Pau (Outeiro do Ferro) foram datadas as Mamos 1, 2 e 3 escavadas no início da década de noventa por Vítor Oliveira Jorge, António Martinho Batista, Eduardo Jorge Lopes da silva e Susana Oliveira Jorge. Dois destes monumentos, mamoa 1 do Alto da Portela do Pau (4350-4250a.C.) e mamoa 2 do mesmo conjunto (3970-3790a.C. e 3980-3810a.C.) são dólmens de corredor, sendo este ultimo um dos casos que Vítor Oliveira Jorge apelida de dólmen de vestíbulo. Neste monumento foi ainda obtida uma terceira data para o mesmo episódio (4350-4160a.C.), associado a uma estrutura de condenação, que o recuaria para a segunda metade do V milénio a.C..

As restantes datações correspondem a monumentos tumulares sem estrutura interna definida. No mesmo núcleo do Alto da Portela do Pau dataram-se este tipo na mamoa 3 (4220-3990a.C. e 4220-3980a.C.), situada a escassos metros de M2 e que, tal como no caso anterior, proporcionou uma terceira datação algo desfasada em relação às restantes, que são bastante consistentes entre si. O segundo monumento deste tipo é a mamoa 2 de San Bieito, onde Eguileta Franco (1999) obteve uma datação que aponta para 2717±270, durante um processo de escavação em que apesar do pouco espólio recuperado se identificou a presença de pontas de seta de base concava e reta, pouco usuais no contexto funerário do Noroeste Peninsular.

Nos últimos trabalhos realizados na Galiza os dados cronológicos mais relevantes provêm da datação direta de pigmentos de pintura. Se bem que boa parte destas análises tenham sido realizadas para monumentos da província da Coruña, dispomos, para a de Pontevedra de duas datações obtidas para a mamoa de Monte dos Marxos (Rodeiro). Aí foram datadas, por Carrera Ramírez e Fábregas Valcarce, duas capas de pintura, obtendo-se uma datação de entre 3800-3600 a.C. para a superficial e de 4340- 3970 a.C. para a inferior. Não se conhecem, de momento datações provenientes de dólmens de câmara poligonal simples, pois ainda que a estrutura da mamoa de Monte dos Marxos não esteja identificada com segurança, alguns indícios parecem apontar para que se tratasse de um dólmen de corredor.

Dos poucos dados baralhados para a região galaico-portuguesa do Minho, conclui-se porém o seu enquadramento dentro dos limites cronológicos e das fases propostas como linhas gerais de evolução do megalitismo do Noroeste. Com os monumentos a de câmara

simples ou com enterramento tumular sem câmara pétrea a centralizarem-se em datas a partir de 4300a.C. e com uma concentração máxima entre 4000 e 3800 a.C. para o Norte de Portugal e entre 3900-3700 a.C. para a Galiza. Neste contexto de enquadram as datações obtidas para M3 do Alto da Portela do Pau, que, tal como propõe os diretores da escavação, seria a mais antiga das escavadas neste núcleo, sendo que em momentos finais poderia ter sido contemporânea da construção de M2, situada a escassos metros de distancia, mas já com uma arquitetura distinta e com uma complexidade decorativa acentuada.

Também este polimorfismo sincrónico é consistente com o contexto geral verificado para o Noroeste, em que por volta de 3800-3700a.C., ou seja em paralelo com a concentração de datações de dólmens simples ou de enterramentos tumulares sem estrutura interna definida se encontra outra convergência de datas provenientes de dólmens de corredor e relacionadas com a sua construção. Note-se contudo que surgem aqui alguns elementos dissonantes. Em primeiro lugar das datações que dispomos para dólmens de corredor apenas a de M2 seria consistente com esta concentração, já que a de M1 aponta para momento anteriores. Porém o contexto em que se recolheram as amostras datadas é distinto, já que no primeiro caso parecem associar-se a uma estrutura de condenação e clausura do monumento, pelo que também estas recuariam a construção do monumento para momentos anteriores. Ambas as datações são contudo consistentes com as obtidas para Monte dos Marxos, sendo esta coincidência particularmente relevante para o caso de M2 do Alto da Portela do Pau, onde foram assinaladas também complexas gravuras e alguns indícios de pintura.

Durante o resto do IV milénio e nos primeiros terços do III todas as datações dizem respeito a dólmens de corredor. As datações finais para a utilização de monumentos de corredor, associada ao campaniforme são contemporâneas do aparecimento, durante a segunda metade do III milénio a.C. (2800-2700a.C.) de monumentos sob *cairn*, com ou sem câmara, fase na que incluiríamos a datação obtida em M2 de San Bieito.

Parece assim justificar-se com relativa segurança a utilização das datações gerais, obtidas no quadro do megalitismo do Noroeste até que se incremente o número de dados disponíveis a nível local, sempre ressalvando devidas cautelas que decorram das especificidades verificadas nesta área, como atrás mencionado para o caso dos dólmens de

corredor, em que se manifesta uma anterioridade das datas apontadas para os dois casos datados em relação á grande concentração apontada para esta tipologia no Noroeste. Esta estaria em consonância com o panorama cronológico proposto para o megalitismo salmantino por Germán Delibes, em que os dólmens de corredor estão presentes desde as primeiras fases, em paralelo com a presença de túmulos de menor dimensão ou por Fernández Eraso para o biscaínho em que se verificou a sobreposição das datações obtidas para os dólmens de corredor com as associadas a dólmens simples.

Tendo em conta a escassez de escavações arqueológicas nesta área é também bastante restrito o nosso conhecimento acerca da cultura material associada a estes monumentos. Destacamos pela sua relevância, perante a escassez generalizada de dados, os resultados das escavações levadas a cabo na região de Castro Laboreiro e da Baixa Limia.

Na Baixa Limia, para além da atrás referida escavação de M2 de San Bieito, foram escavadas por Eguileta Franco as mamoas 1 e 5 de Outeiro de Cavaladre. O primeiro é um dólmen de corredor e a sua escavação permitiu identificar um espólio caraterizado por fragmentos cerâmicos, elaborados manualmente e de acabamento simples, pontas de seta em xisto e fragmentos de um possível cinzel. O segundo é uma estrutura cistoide associada durante a escavação a um espólio contendo fragmentos cerâmicos, elaborados manualmente e de acabamento simples, onze pontas de seta, micrólitos, uma pequena lâmina, restos de talha de sílex, seixo cristalizado, prismas de quartzo, um machado, um seixo rodado e outro cristalizado.

Ainda dentro da área de estudo foi escavada, por Parcero Oubiña, no âmbito de uma obra de acompanhamento, a M3 do Alto de San Bieito uma sepultura tumular onde foram identificados múltiplos fragmentos cerâmicos de fabrico manual, permitindo reconstituir nove recipientes lisos e sete campaniformes, ocre e restos de talhe.

Na parte portuguesa foram escavadas para além das também atrás mencionadas mamoas 1, 2 e 3 do Alto da Portela do Pau, a mamoa 6 do mesmo núcleo e na região mais litoral foram escavadas, por Eduardo Jorge Lopes da Silva, as mamoas de Eireira, Chafé e S. Romão do Neiva. Na primeira foram exumados três fragmentos de cerâmica campaniforme, dois com estilo pontilhado geométrico e um com pontilhado linear, de tipo Marítimo, bem como micrólitos geométricos e um seixo rolado de cor negra. Em M2 foi

exumado um espólio mais rico composto por percutores de quartzo, um disco circular em micaxisto, análogo ao encontrado, por Fábregas Valcarce e Félix la Fuente, em M6 de Os Campiños. Uma ponta de seta em xisto, um fragmento de cristal de quartzo, uma lasca de seixo rolado, uma lâmina de quartzo leitoso retocada e outra sem retoque, fragmentos cerâmicos sem decoração e dois com puncionamentos ou pequenas incisões. Ambos os monumentos se correspondem com a tipologia de dólmen de corredor.

A escavação da mamoa 3 deste conjunto apenas permitiu identificar um fragmento de campaniforme, descontextualizado, já que foi encontrado nas imediações, não sendo sequer segura a sua atribuição a este monumentos e um pequeno cristal de quartzo. Em M6 do Alto da Portela do Pau, tal como o anterior caraterizado pelas pequenas dimensões e sem estrutura interna definida foram recuperados quatro cristais de quartzo e uma enxó de anfibolito. Os resultados da escavação das mamoas de Chafé e S. Romão do Neiva não estão ainda convenientemente divulgados, enquanto no caso da mamoa de Eireira apenas se refere entre o material lítico mais significativo dois machados de pedra polida, dezassete pontas de seta de base triangular, cinco lâminas de sílex e um elevado número de lascas residuais de quartzite. Foram também recolhidos mais de duas centenas de fragmentos cerâmicos, predominantemente lisa, com destaque para um fragmento com decoração campaniforme.

Não pretendendo fazer aqui uma análise exaustiva das particularidades das peças enunciadas, uma vez que o cerne do nosso trabalho parte de uma metodologia de análise espacial suportada por um trabalho de prospeção, mas não podíamos deixar de incluir esta pequena síntese do material recolhido nas escassas intervenções arqueológicas da região, para observar que, com a exceção das pontas de seta de base concava e reta provenientes da mamoa 2 de San Bieito, a maioria dos restantes elementos se enquadra de forma natural na cultura material característica do megalitismo do Noroeste.

Uma primeira visão dos dados recolhidos mostra uma realidade consistente com o que tem vindo a ser apontado como linhas gerais para o megalitismo do Noroeste Peninsular, observando-se, em termos de distribuição uma mancha costeira dispersa e menos numerosa que se vai adensando à medida que nos adentramos para o interior. Contrastando esta visão genérica com os dados por nós recolhidos verifica-se efetivamente uma maior presença das mamoas isoladas em altitudes baixas, com um número pouco

expressivo em altitudes elevadas, justificando a sua associação à zona litoral topograficamente mais deprimida. Enquanto os monumentos que tendem a formar núcleos, desde os mais pequenos, com apenas duas mamoas até aos maiores com algumas dezenas, coincidem com zonas de altitudes médias ou altas, havendo também uma clara associação entre os conjuntos maiores e as grandes divisórias de águas das regiões montanhosas interiores.

Também a análise das tipologias mostra um predomínio na região galaico-portuguesa do Minho de tipologias simples em relação às de corredor e a associação a espólios pouco expressivos que em termos quantitativos como qualitativos, como tem vindo a ser apontado para o megalitismo do Noroeste Peninsular. Contudo a análise espacial destas tipologias é particularmente sugestiva.

Esta análise revela uma interessante evidência concentração dos monumentos de corredor e de câmara poligonal fechada no distrito de Viana do Castelo, enquanto as cistas e as câmaras poligonais abertas prevalecem em Ourense. Não se identificaram monumentos de corredor ou cistas na parte da província de Pontevedra por nós estudada.

A distribuição geral anteriormente enunciada coincide com a proposta, por exemplo, por Armendáriz para o megalitismo do País Basco, onde se verifica uma clara distinção entre os dólmens de montanha dos de vale, sendo estes últimos fundamentalmente dólmenes de corredor com um rico espólio, que se encontram em vales abertos, aptos para a agricultura, enquanto os primeiros são de dimensão menor e planta simples, ainda que se conheçam também algumas galerias, com espólio mais pobre, localizados em zonas de pasto.

Tendo em atenção o anteriormente exposto acerca da questão cronológica considera-se razoável, tendo em conta a escassa informação disponível a nível local, tratar possíveis considerações de índole diacrónica a partir da análise das tipologias identificadas, apesar do escasso número de monumentos em que foi possível identificar essa tipologia (10%), comparando com o total das mamoas estudadas, o que se torna ainda mais limitador tendo em atenção que das catorze mamoas escavadas cerca de um terço não continham estruturas de enterramento que encaixassem dentro da tradicional tipologia apontada para estes monumentos.

Fazendo, então, uma leitura diacrónica da realidade observada, esta dispersão diferenciada das tipologias, poderia, indicar possíveis vias de penetração, sendo que neste caso concreto, para as fases iniciais do fenómeno. De momento devemos assumir estes momentos iniciais como coincidindo grosso modo com a primeira grande ocupação efetiva do território, já que não de confirmou ainda de forma segura a existência de uma etapa neolítica pré-megalítica como ocorre noutras regiões, como por exemplo, o País Basco, onde Fernández Eraso e Mujika Alustiza, referem uma ocupação neolítica associada a evidências de habitats estáveis e a práticas de uma economia mista anterior à introdução da arquitetura funerária megalítica ou as Astúrias onde, como têm vindo a demonstrar os trabalhos de Blas Cortina, antes da fase megalítica, algures ao longo do V milénio se registam indícios de uma atividade agrícola incipiente, sendo contudo com o megalitismo que esta ganha verdadeira expressão, com a ocupação de novos territórios. Este cenário é contudo semelhante ao proposto para a Cornija cantábrica por Arias Cabral ou por Philine Kalb para o Centro-Oeste português, onde se identifica uma fase neolítica pré-megalítica sem evidência de atividade agrícola.

Na nossa área, a presença de monumentos de câmara poligonal fechada, considerada uma das mais antigas, nas zonas mais ocidentais poderia indicar uma possível via de penetração marítima seguindo o curso dos grandes rios para o interior, onde começam a surgir tipologias como as câmaras poligonais abertas que prevalecem nas províncias mais interiores. Os monumentos de corredor são novamente mais numerosos em Viana do Castelo, sendo estas tipologias mais complexas associadas como foi anteriormente referido a um momento de desenvolvimento pleno do sistema agrícola. Porém a tipologia associada aos momento tardios do fenómeno tumular e megalítico, a cista, volta a prevalecer nas províncias interiores. Este movimento poderia contudo coincidir com a dualidade de exploração económica apontada na análise que Eguileta Franco faz dos povoados da Baixa Limia. Também para o caso biscainho, ainda que se admita algum desfasamento cronológico, estas diferenças têm sido interpretadas, por autores como Armendáriz, como reflexos de organizações sociais distintas, sendo os de vale produto de sociedades sedentárias, de economia mista, enquanto os de montanha responderiam a exigências mais modestas de grupos transumantes, menos numerosos que teriam a pastorícia como principal meio de subsistência. Já no megalitismo salmantino, se a tendência, em termos de implantação, vai no sentido de se procurarem os fundos de vale para a construção de monumentos, observa-se como estes proporcionam, nessa região, condições propícias ao

desenvolvimento de uma economia diversificada, tal como vem sendo proposto desde alguns anos a esta parte por Socorro López Plaza.

Assim, questionamo-nos se também nós poderíamos assumir esta pauta de distribuição tipológica diferenciada como um indício de uma mesma vocação económica diferenciada, em que os monumentos das fases iniciais do fenómeno megalítico (primeira metade do IV milénio, ou inclusivamente um pouco antes em finais do V milénio a.C.) se associariam com terras de vocação essencialmente pastoril, distribuindo-se ao longo das grandes divisórias dos rios de forma continua desde o litoral até á alta montanha. Numa fase de Megalitismo Pleno (a partir de meados do IV milénio) parece evidenciar-se uma complexificação das arquiteturas funerárias associando-se agora a áreas de clara vocação agrícola, regressando novamente numa fase já tardia do fenómeno a procurar uma pauta idêntica à primeira, sendo esta enquadrada já num sistema económico agropecuário perfeitamente estabelecido.

A comprovação desta hipótese remete-nos para uma abordagem mais profunda de fatores económicos associados ao megalitismo, através da análise cruzada dos monumentos e dos solos, em termos de potencialidades e de uso. As mamoas da região galaico-portuguesa do Minho implantam-se preferencialmente sobre *cambissolos húmicos*, solos ligeiros e aptos para o cultivo. Sendo também frequentes os monumentos que se encontram sobre *leptossolos* e solos *ranker*. Sendo verdadeiramente excecionais os monumentos construídos sobre *cambissolos calcário*s, *crómicos* ou *gleyco* e *regossolos dístricos*. Da análise da distribuição espacial dos monumentos tumulares e megalíticos em função da capacidade produtiva do solo, verificou-se que mais de metade (52%) se situa sobre solos de utilização florestal e 31% em zonas de prado, apenas 8% estão em terrenos de utilização agrícola, sendo que, metade destes, são considerados de utilização agrícola condicionada. Estes números podem, contudo, estar condicionados por fatores como diferentes graus de conservação em função da dedicação do meio onde se insere o megálito, sendo que, ao analisarmos o estado de conservação dos monumentos se verifica que se encontram mais alteradas as mamoas que se situam em terrenos de exploração agrícola que as que ocupam terrenos não agrícolas.

Por outro lado não devemos esquecer que a existir uma relação entre a implantação das sepulturas megalíticas e os territórios de exploração económica esta dificilmente se

estabeleceria de forma direta. Ou seja, os monumentos estariam nas proximidades ou em zonas dominantes a eventuais áreas de interesse económico. Assim, traçando um Buffer em torno ao local de construção das mamoas e cruzando-o com a carta de solos verifica-se que num raio de 500m a grande maioria dos núcleos megalíticos abarcaria zonas com vocações produtivas complementares, pelo que a análise deve, em nosso entender, ser enquadrada num contexto mais flexível, que tenha em consideração a existência de estratégias diferenciadas de exploração dos recursos naturais.

Continuando a análise das relações económicas inferidas a partir da análise espacial, encontramos na proximidade aos recursos hídricos outra constante no que se refere à implantação tumular, essencial, tanto para o desenvolvimento da atividade agrícola como pastoril e por conseguinte consistente com a prática de estratégias de susbsistência diferenciadas.

Encerramos estas reflexões dedicadas às implicações de caráter económico inferidas a partir da implantação das sepulturas megalíticas, abordando a questão da exploração do meio geológico. Os estudos geológicos contam-se entre os primeiros que poderíamos enquadrar no âmbito da arqueologia espacial do noroeste, embora estes se tivessem centrado quase exclusivamente em torno a um possível determinismo geológico, intuído a partir da clara vinculação das arquiteturas megalíticas ao granito, que também se confirmou no decurso do presente estudo.

O substrato granítico predomina também em termos totais na nossa área de estudo, o que, em nosso entender, não invalida a força da sua associação com os monumentos tumulares e megalíticos, já que se observa observa que o granito é o único material de construção identificado em 95% dos casos analisados. Sendo mesmo o único material de construção identificado em monumentos de câmara e corredor indiferenciados, de câmaras poligonais abertas e de câmaras poligonais fechadas. No caso das cistas, embora prevaleça também o granito, foram identificados exemplos em que se empregou a migmatite. Uma relação idêntica foi observada na peneplanície salmantina por Socorro López Plaza, Miguel López Plaza e Francisco Javier López Moro (2008: 122) onde estudos petrográficos bastante detalhados permitiram traçar interessantes relações entre material de construção e características arquitetónicas dos monumentos. Assim, observou-se, como os materiais

mais idóneos, entre os quais o granito, eram escolhidos para os ortostatos de maior tamanho.

Os potenciais locais de extração destes materiais encontram-se no caso do granito nas proximidades do monumento, mas também devemos salientar que é nos monumentos com esteios de granito que se registam distâncias a afloramentos do mesmo material superiores a 1000m. São estes os casos de M1 de Fonte da Pegada, M1, M5 e M6 de As Pereiras, em que a mancha granítica mais próxima se encontra a cerca de 2Km do local de construção e de M2 de Chan de Carreira e do Dólmen de Herville, em que este se encontra a cerca de 3Km. Ficaria por explicar, nestes casos, se o recurso a um material trazido de canteiras realtivamente afastadas do local de construção, contrariando a tendência geral, para se utilizar o material existente no local, se justitifca por questões construtivas ou se, por outro lado, se enquadra numa hipótese como a apontada por Philine Kalb, para Vale de Rodrigo 2, onde apesar de ser preponderante o material de origem local se integra blocos cuja canteira se situaria vários quilómetros do local de construção, justificando esta inclusão com uma importância potencial do local de onde foram trazidos os blocos, hipótese idêntica à defendida por mais recentemente por Wheatley e Murrieta Flores, para quem os blocos construtivos não podem ser encarados como simples materiais de construção, uma vez que corresponderiam a uma apropriação de paisagens com importância prévia.

Voltando à nossa realidade concreta a aceitar fatores de ordem ideológica na escolha do material de construção, esta ocorreria em casos muito pontuais, como se deduz do acima exposto e apenas se aplicaria aos monumentos de granito, já que nos monumentos de xisto as potenciais canteiras se situam-se a menos de 100m do local de construção e os de migmatite encontram potenciais canteiras no próprio local de construção e mesmo entre os monumentos mistos é usual encontrar potenciais canteiras a menos de 250m do local de construção.

Outro estímulo à exploração do meio geológico seria a obtenção de matéria-prima para o fabrico de utensílios. Contudo a escassez de escavações e de estudo sistemáticos da cultura material não nos permite ir além do que tem sido proposto para o Noroeste Peninsular de utilização preferencial de matéri-prima de origem local, embora se assinale também a presença de materiais ausentes nas proximidades.

Explorados os elementos de ordem económica que se poderiam relacionar com a implantação das mamoas estudadas, passemos agora a analisar outra ordem de fatores que poderiam relacionar-se com essa distribuição dos monumentos de forma diferenciada na paisagem, onde as mamoas surgem essencialmente associadas a altitudes médias, em redor dos 700m, mas também se encontram representadas em altitudes superiores e mesmo em cotas quase ao nível da costa. Também no que se refere às altitudes se observou uma distribuição diferenciada das distintas tipologias identificadas, observando-se como as cistas e as câmaras poligonais abertas se associam preferencialmente com altitudes médias e altas, enquanto os com câmara poligonal fechada e os dólmens de corredor procuram sobretudo altitudes médias e baixas. Por sua vez os monumentos de câmara e corredor indiferenciados são mais frequentes em altitudes baixas, sendo a sua frequ~encia menor á medida que aumenta a altitude. Ou seja uma vez mais se reforça a imagem de uma pauta diferenciada em termos de distribuição das distintas tipologias.

Em termos de distribuição geral podem ser vários os fatores de ordem económica, social ou ideológica nos quais procurar esta vinculação entre os locais de implantação e as altitudes em torno aos 700m, podendo esta escolha vincular-se com outras regularidades observadas em termos de visibilidades ou de relação com os grandes acidentes fisiográficos. Assim talvez seja inconsequente procurar de forma isolada, uma explicação pera esta constatação, já que da tentativas de estabelecer relações entre o fator altitude e outras condicionantes como material de construção, recursos hídricos, solos, ou mesmo com dimensões, composição da massa tumular, etc., apenas a tipologia se revelou, como vimos, consistente, sendo esta explicada pelo anteriormente observado quanto à distribuição geográfica dessas mesmas tipologias, pelo que analisaremos esta regularidade a partir de outros dados observados relativamente à orografia.

Do trabalho de análise espacial, assim como na observação direta durante a fase de recolha de informação a primeira evidência quanto à relação entre mamoas e relevo é a forte relação que se estabelece entre as grandes divisórias de águas e a implantação das mamoas. Uma segunda observação é a de uma também forte presença destes monumentos em portelas. Na envolvente mais próxima parece também comprovar-se uma clara preferência por zonas chãs, sendo ainda assim importante a percentagem de monumentos que se encontram em ladeira. Estas pautas de distribuição têm, como anteriormente se expôs, sido interpretadas de diferente forma.

Por um lado a grande concentração de mamoas nas grandes divisórias fluviais foi durante bastante tempo associada a uma possível função destas sepulturas megalíticas como elementos de delimitação e apropriação territorial. Esta hipótese nunca foi, contudo convenientemente comprovada, devido à já famosa invisibilidade dos locais de habitação dessas comunidades. Os poucos indícios de ocupação não funerária desta zona encontram-se associados aos assentamentos ao ar livre pré-campaniformes e campaniformes estudados por Eguileta Franco para a região da Baixa Limia. Estes seriam em parte sincrónicos com os momentos finais de desenvolvimento do fenómeno megalítico da região. É também este o contexto de povoados de caráter mais estável que têm vindo a ser estudados na região transmontana. Em ambas as regiões parecem encontrar-se evidências de uma ocupação paralela do espaço doméstico e do espaço funerário.

Contudo noutras regiões onde os assentamentos domésticos estão mais bem documentados, como parece ser o caso da área salmantino-zamorana, parece, como têm vindo a defender alguns autores, entre os quais se tem destacado Germán Delibes, a relação entre habitat e espaço funerário deve igualmente ser enquadrada em dois contextos completamente distintos. Num primeiro momento todo o esforço construtivo se investe na construção dos grandes túmulos, coexistindo estes com modestos assentamentos, para numa segunda fase a relação se inverter afirmando-se a estabilidade do assentamento, num momento de recuo da monumentalidade funerária. Como vimos anteriormente, na área em estudo, não temos, de momento, conhecimento de assentamentos, que se posam enquadrar nessa primeira fase, coincidente com os momentos iniciais e de desenvolvimento pleno do megalitismo, conhecendo-se apenas alguns indícios de povoados abertos coincidentes com essa segunda fase.

Uma vez mais conscientes da parcialidade deste tipo de análises não nos restam alternativas, por enquanto, se não afrontar questões sociais ou territoriais a partir da análise espacial das próprias necrópoles megalíticas. Assim, com os dados recolhidos procedemos ao estudo das análises de visibilidade, verificando-se que, a partir dos grupos principais de monumentos estudados, se abarca, dentro de um arco visual bastante amplo paisagens diversificadas e, sobretudo, com vocações económicas complementares. Esta importância concedida ao domínio visual a partir do local de implantação, pode reforçar a leitura do fenómeno tumular e megalítico a partir de uma leitura territorial, independentemente da atribuição de um papel delimitador ou centralizador a essa implantação. Tradicionalmente

procurou explicar-se a grande concentração de mamoas nas grandes divisórias de águas com um suposto papel de delimitação, que poderia também justificar a presença de alguns alinhamentos. Á luz dos dados analisados, esta explicação parece-nos algo redutora, já que se atendermos à importância que têm, por exemplo as portelas, como fator de decisão na escolha do local de construção, poder-se-ia perfeitamente ponderar uma função centralizadora, até porque em muitos dos casos analisados o domínio visual é circular. Por outro lado e ainda, sem perder as suas conotações territoriais poderíamos interpretar que a sua implantação fosse eventualmente associada à necessidade de assinalar locais chave e não apenas a centralidade ou a periferia de um território.

Como se alertou previamente a análise de visibilidades fica condicionada à inexistência de estudos de paleobotânica que permitam reconstituir a paleovegetação dos territórios analisados. No nosso caso apenas dispomos da análise antracológica realizada para as Mamoas do Alto da Portela do Pau (Outeiro do Ferro) por Isabel Figueiral, onde se regista a forte presença de Ericáceas e Leguminosas, caraterizadas pela elevada capacidade de ocupar terrenos agrícolas abandonados ou terrenos recentemente desflorestados. Estão também presentes os carvalhos (*Quercus róbur* e *Quercus pyrenaica*), duas espécies de se desenvolvem normalmente em altitudes distintas, sendo aceitável pensar que atendendo à altitude a que se situa o núcleo o *Quercus róbur* provenha de lenha recolhida em altitudes inferiores. O Vidoeiro está presenta na amostra de M2. Estes resultados são consistentes com o observado a partir das análises polínicas realizadas a partir das amostras recolhidas na necrópole de San Bieito. Pelo que temos apenas uma visão muito parcial desta paisagem e restringindo-se apenas a uma parte muito reduzida da área analisada.

Haveria ainda que questionar se esta importância concedida à visibilidade a partir do túmulo tem efetivamente uma implicação territorial segura, uma vez que, como defende John Barnatt, fica por determinar para quem é importante, esta relação visual, para os vivos ou para os próprios antepassados. Em nosso entender a lógica de visibilidade de e para as mamoas poderia responder a esta questão. Sendo a visibilidade para o monumento de extrema importância para a comunidade dos vivos que aí teria uma referência importante, independentemente do contexto e da forma como esta se proporciona (fixa ou móvel), enquanto a visibilidade a partir do monumento deveria ser lida num enquadramento ritual e simbólico em que a comunidade dos antepassados vela pelo território ocupado e/ou atravessado pelos seus descendentes. Obviamente aceitamos que a mesma implica

necessariamente algum grau de importância para a comunidade dos vivos que ao estabelecer a relação visual para o monumento teriam essa perceção de que os seus antepassados velariam por eles.

Por outro lado não deveríamos deixar de fora desta análise a própria arquitetura do monumento, já que como propõe Barnatt, esta determina o que é visto, o que permanece escondido e o que a revelado apenas a determinadas distancias. Assim, em Carnac, Roughley, encontra diferenças ao nível da relação entre implantação e visibilidade entre dólmens de corredor e galerias cobertas. A uma escala reduzida parece que os dólmens de corredor foram pensados para potenciar a sua visibilidade na paisagem a uma escala mais alargada, enquanto numa relação de proximidade parecem ter uma visibilidade atenuada. Conforme o observador se aproxima este deixa de ser visível, para reaparecer de forma bastante repentina a curta distância, efeito que poderia otimizar o impacto da arquitetura. Enquanto as galerias parecem menos visíveis a larga distancia e não tem os mesmos efeitos a curta distância. Entre os monumentos desta tipologia existe um elevado nível de intervisibilidade dentro do grupo, sendo esta mais escassa entre os distintos grupos. A sua implantação parece ter sido pensada, como grupo, à escala local, enquanto os dólmens de corredor foram pensadas para serem mais proeminentes no contexto paisagístico geral.

Do nosso estudo depreende-se que existe um forte vínculo visual entre os monumentos do mesmo núcleo, situação que tem sido interpretada como indício de uma hierarquia entre os mesmos, mas também é percetível que alguns monumentos procuram locais de implantação de onde dominam visualmente os monumentos de outros grupos. Uma constatação que poderá estar imbuída de fortes implicações sociais, questão a que regressaremos um pouco mais á frente.

Interessa-nos de momento o estudo das visibilidades, focado, agora, a partir de uma relação estabelecida a partir da envolvente para o monumento. É bem sabido que a necessidade de tornar visível o monumento explica parte das soluções adotadas em termos de implantação e poderia mesmo justificar a própria monumentalidade da própria arquitetónica. No estudo por nós efetuado parece deduzir-se uma relação reciproca entre visibilidade de e para o monumento, sendo que esta foi testada apenas numa base cartográfica, não permitindo uma análise como a acima proposta para os monumentos de Carnac. Contudo neste caso concreto interessava-nos a questão das visibilidades acrescida

que determinados pontos de implantação conferem às arquiteturas megalíticas (portelas, cumes e divisórias) perspetivada a partir não de um elemento estático, como se testou para o caso da visibilidade a partir do monumento, já que desconhecemos outros tipos de assentamentos contemporâneos destes núcleos funerários a partir dos quais traçar essa análise, mas centrada a partir da hipótese de um observador dinâmico.

Esta perspetiva transporta-nos quase de forma direta para a já bastante debatida questão da associação entre mamoas e trânsito. Trabalhos realizados noutras regiões peninsulares têm demonstrado a mesma relação entre implantação tumular e vias naturais de trânsito que tem vindo a ser proposta para o caso galego por diversos autores citados ao longo dos capítulos prévios. Veja-se como exemplo as propostas de associação entre implantação de megálitos e vias de trânsito propostas por Delibes de Castro para o caso do Centro e Este da Meseta, por Socorro López Plaza e Salvador Mateos, por Galilea Martínez para o de Álava, ou por Andrés Rupérez, em Aragão. Ou mesmo já fora do contexto peninsular, por Magdalena Midgley.

Também para o caso concreto do megalitismo da nossa região surgem elementos que permitem estabelecer uma relação entre a implantação das mamoas e o trânsito. Entre os principais argumentos a favor deste vínculo chama a atenção a presença de alinhamentos, mais ou menos extensos e a implantação de monumentos em pontos-chave para o trânsito, como seriam as portelas. Em especial constata-se a presença de pares de mamoas implantadas em portelas, que como foi sublinhado anteriormente poderia reforçar ainda mais esta associação com o fator de mobilidade ou trânsito.

Interessante parece ser, também, a presença destes alinhamentos em especial na região mais montanhosa onde a presença de certos acidentes orográficos dificultaria o trânsito, tornando mais necessária a sinalização dos pontos onde os mesmos poderiam ser facilmente ultrapassados.

Por outro lado, permanecem em relação a esta questão, algumas questões pertinentes que não foram ainda seguramente esclarecidas. Em primeiro lugar, entendemos que a existência de uma relação entre determinadas caraterísticas da implantação tumular com as vias de trânsito, não implica necessariamente que a rota passa-se efetivamente junto destes monumentos, uma vez que a relação poderia ser apenas visual, com os monumentos a assinalar o sentido e não o local por onde se transitava. Em segundo lugar fica também por

caraterizar essas próprias vias. É certo que elas têm sido usadas em vários casos como ponto de partida para a definição de vias de penetração de matérias-primas ou de elementos exóticos identificados nos enxovais funerários, contudo esta associação não nos parece consistentemente comprovado, pelo menos no que a esta região se refere.

É nossa convicção que a presença de vias de trânsito, não é necessariamente sinónimo de sistemas de trocas, podendo encontrar-se outras justificações económicas para essa mesma realidade. É o que propõe Galilea Fernández (2010) para a região de Álava associando essas vias à existência de uma transumancia a pequena escala em que pequenos grupos de pastores passam o inverno no vale e no verão sobem à montanha. A relação da implantação megalítica com as rotas de transumancia tem sido estudada para o Sul da Península Ibérica por diversos autores, entre os quais Chapman, Galán Domingo e Martín Bravo ou Ruíz-Gálvez. Não poderíamos supor um sistema idêntico para esta região, onde concretamente para a àrea de Castro Laboreiro se encontra documentado um sistema muito semelhante até bem entrado o século XX?

Por outro lado as explicações não têm necessariamente que passar por uma leitura económica, podendo estas vias estar associadas a outra ordem de fatores, inclusivamente de ordem ideológica, funcionando o monumento como um local de peregrinação, tal como tem vindo a propor Barnatt. De certa forma, a própria noção de mobilidade parece, também ela, transpor a barreira e insinuar-se plena de significados simbólicos e rituais, uma vez que, como tem vindo a sugerir Cauwe parece ser uma característica inerente aos próprios antepassados, bem documentada em regiões onde se conserva material osteológico.

Uma outra forma de dar destaque aos monumentos funerários no meio natural é a sua arquitetura, recurso base da sua monumentalidade. Na análise historiográfica havíamos destacado esta como uma questão que tem vindo a sofrer mudanças de perspetiva ao longo do tempo, encontrando-se atualmente o debate centrado em torno do polimorfismo arquitetónico e da grande complexidade e importância tanto funcional como simbólica da massa tumular. Destacávamos igualmente a grande dificuldade em delinear propostas tipológicas que integram a configuração dos elementos internos e externos do monumento. O nosso estudo centrou-se essencialmente nesta segunda questão, já que a primeira exige uma maior definição cronológica que a que atualmente dispomos para esta região.

Na área de estudo prevalecem, as massas tumulares de tamanho médio, com diâmetros entre os 10 e os 20m e alturas, igualmente, médias entre os 0,5 e os 1,5m, apresentando morfologias semiesféricas. Assim sendo verifica-se uma tendência para volumes reduzidos (inferiores a 50m^3). Relativamente ao volume, detetou-se uma relação entre esta caraterística e a implantação do túmulo, observando-se uma tendência para encontrar os monumentos com volumes reduzidos em portelas. Associação que ilustra bem como a monumentalidade deve ser lida combinando a arquitetura e a paisagem envolvente. Porém, é também nas portelas de divisória que vamos encontrar os tumuli que apresentam um volume superior a 1600m^3.

Num pequeno livro dedicado à construção megalítica, Benedicto Salas assinala que a altura dos esteios teria que estar previamente definida para proporcionar uma base de apoio estável à cobertura, levando-nos a questionar se o mesmo não se poderia pensar em relação ao volume da mamoa, tendo em conta a função que a mesma representa em termos de estabilidade das estruturas internas.

Por fim, no que concerne à sua composição, as mamoas que conservam indícios de couraça são as mais abundantes, sendo no entanto esta prevalência inferior à observada por Eguileta Franco para a Baixa Limia, podendo explicar-se esta diferença pela presença nos monumentos minhotos de sedimentos barrentos que dispensaria a colocação da couraça.

No que se refere às estruturas internas e para além das anteriormente analisadas diferenças na distribuição espacial das tipologias verifica-se uma relação diferenciada entre o relevo e a implantação dos sepulcros. Assim, resulta expressiva a presença de cistas em vale aberto, assim como de monumentos de câmara poligonal aberta em balcões e em portelas situadas em divisórias, bem como a presença de câmaras poligonais fechadas apenas em portelas e divisórias.

Analisadas de forma sucinta as características gerais de elementos internos e externos dos monumentos, foquemos a nossa atenção nas interações que se estabelecem entre ambos. A primeira observação cruza a dimensão do tumulus com a estrutura da câmara interna, observando-se uma distinção entre as cistas que surgem geralmente associadas a mamoas de tamanho pequeno ou médio e as restantes tipologias onde é mais usual encontrar tumuli de tamanho médio ou grande.

Em relação à orientação do eixo de alongamento da massa tumular verifica-se que entre as cistas e os dólmens de corredor existe uma clara propensão para manter uma orientação EW. Esta orientação continua válida, mas é menos significativa entre os monumentos de câmara poligonal aberta. As mamoas associadas a dólmens com câmara poligonal fechada são os únicos em que prevalece um alongamento no sentido NS. Também interessante é a associação das câmara poligonais abertas com tumuli de planta circular, quando em todas as outras tipologias prevalecem as plantas elípticas.

Segundo Michael Hoskin esta orientação, medida apenas para as estruturas internas, no sentido EW, associar-se-ia a uma relação astronómica com o nascimento do sol. Esta orientação é observada para toda a Pnínsula Ibérica, com raras exceções, que não se enquadram na nossa área de estudo, sendo inclusive referida a orientação dos dólmens que se encontram no território fronteiriço entre o Norte de Portugal e a Galiza por, para além desta orientação caraterística, apresentarem uma orientação dentro de um arco limitado entre 100º-107º.

Torna-se assim bastante interessante o alongamento da massa tumular de monumentos com cãmara poligonal fechada no sentido NS, pelo menos na maioria dos casos analisados. Podendo justificar-se esta particularidade construtiva com o caráter fechado destas sepulturas, nas quais a orientação não deveria ser um elemento valorizado, ou, pelo menos, não o era da mesma forma que se observa nas restantes tipologias.

Ainda no que se refere à orientação não parece confirmar-se a existência de qualquer vinculo entre o alongamento da massa tumular no sentido EW e a tipologia de dólmen de corredor, já que, esta orientação de verifica de igual modo entre as cistas e, ainda que de forma não tão vincada nas antas poligonais abertas. Assim a orientação das sepulturas megalíticas parece associar-se a imperativos de ordem ritual ou simbólica e não meramente formal, como se propôs inicialmente.

Por outro lado é nossa convicção que a questão a orientação astronómica deveria ser complementada com uma análise espacial da implantação de cada monumento, devido à possibilidade de existirem acidentes naturais que interfiram com a leitura do movimento dos corpos celeste.

Fica assim justificada, pelo menos em alguns parâmetros a profunda relação entre a massa tumular e as estruturas internas que incluem e escondem e a existência de uma relação entre as soluções construtivas, formais e mesmo simbólicas de ambos os elementos que apenas seremos capazes de aprofundar com o contributo de novas escavações. Parece observar de igual forma algumas tendências construtivas e formais diferenciadas entre os monumentos em função da sua tendência para uma implantação dispersa ou nuclearizada na paisagem envolvente. Em termos construtivos observam-se algumas regularidades entre os monumentos com tendências para formarem núcleos, mostrando alguma consistência em termos de dimensões e de características construtivas, sobretudo entre os conjuntos mais pequenos e mais difícil de detetar nos grandes núcleos, onde prevalece um polimorfismo mais acentuado, onde, como propõe Miguel Angel de Blas Cortina a mensagem de cada uma destas formas tumulares evidenciam uma complexidade de condutas que não encaixam numa imagem cultural uniforme.

Ponderados os resultados do trabalho realizado verifica-se que existe efetivamente uma identidade cultural no que diz respeito ao fenómeno tumular e megalítico da região galaico-portuguesa do Minho, tanto no que se refere à implantação como à arquitetura e não apenas confinada à expressão artística a ele associada. Permanece contudo aberta a questão de perceber se esta se verifica em todo o período ou apenas em momentos pontuais, uma vez que se a distribuição distinta em relação á tipologia parece apontar para que esta coincidência ocorra em apenas alguns momentos, a dificuldade em perceber essa mesma tipologia a partir de um trabalho de prospeção podem retirar força a esta conclusão.

Passemos então a analisar o complexo tema do significado desta expressão funerária, partindo de uma imagem de complexidade onde se interligam fatores de ordem económica, social, ritual e simbólica. Do atrás exposto parece-nos consistente separar aqui duas ordens de leitura da questão. Por um lado teríamos a abordagem económica e social que, em condições ideais teriam que ser estudadas, ou quando muito complementadas, com a análise de outro tipo de assentamento de caráter mais funcional onde incluímos boa parte das considerações atrás traçadas.

Mas existe também, e não nos devemos esquecer, um significado intrínseco à própria natureza funerária desta expressão arquitetónica. Esta tem necessariamente que ser enquadrada na esfera do simbolismo e da ritualidade. Todos os elementos que integram

este contexto funerário devem ser lidos a partir de uma pauta cerimonial relacionada com a morte e necessariamente de carater ideológico. Infelizmente também aqui parte importante da informação nos foi subtraída, por condições naturais ou conjunturais que nos levam a ter apenas um fragmento de toda a informação que outrora estes túmulos continham. Não se preservam os materiais osteológicos, privando-nos de observar o elementos mais significativo de todo este conjunto, o corpo aí depositado, e mesmo o material que se conserva, fazendo parte do enxoval funerário que o acompanhava, foi, também ele, sistematicamente pilhado ao longo de distintas épocas e pelas mais diversas razões.

O que nos resta então que nos permita tentar compreender o significado simbólico destes monumentos? Resta-nos os poucos vestígios da cultura material que se conservam e que foram recuperados em condições que permitem a sua contextualização, as arquiteturas e as manifestações artísticas. Pela natureza do trabalho por nós realizado ambos estas temas não foram, por nós, abordados de forma consistente, atendendo à escassez dos dados disponíveis. Outros autores têm tratado estes temas no contexto do Noroeste, destacando-se os de Fernando Carrera Ramírez para o tema da arte e de Ramón Fábregas Valcarce para os materiais líticos. A partir do trabalho de ambos podemos avaliar como atendendo à escassez de escavações os elementos conhecidos são verdadeiramente escassos. Para o caso da arte apenas se identificaram vestígios de pinturas e/ou gravuras em sete dos monumentos por nós catalogados. Já no que se refere à cultura material, para além do espólio acima indicado relativo a escavações recentes na área conhecem-se apenas mais uma goiva, um machado polido, duas lâminas, algumas lascas e menos de uma dezena de pontas de seta de base triangular. O que num universo de quatrocentos e setenta e seis túmulos é verdadeiramente parco.

Assim, sendo, refletir sobre o significado ritual destas sepulturas seria, à luz dos dados de que atualmente dispomos, reiterar uma série de questões que pouco trariam de concreto para o esclarecimento deste debate. Deixemos então estas questões como linhas de investigação em aberto e reservaremos para futuros projetos cebtrados na cultura material e nas manifestações artísticas, uma abordagem da questão do simbolismo.

Não é esta a única linha de investigação que gostaríamos de deixar como proposta para futuros projetos de investigação, já que ao longo deste trabalho nos foram surgindo algumas questões paralelas que não tivemos oportunidade de aprofundar. Uma delas, já a

referimos anteriormente, e diz respeito ao estudo da documentação arquivística portuguesa procurando referências a túmulos megalíticos e partindo dela como forma de completar o mapa de distribuição dos monumentos megalíticos. Este tipo de análise permitir-nos-á, também já aqui o dissemos, retirar importantes ilações acerca do processo de destruição/conservação a que estes se viram sujeitos ao longo de distintas épocas, podendo ser uma ferramenta bastante útil, igualmente na definição de estratégias de conservação e revalorização dos mesmos.

Por fim gostaríamos de, uma vez mais salientar a necessidade de formar equipas internacionais que colaborem na análise deste fenómeno que como se colocou em evidência ao longo deste trabalho não conhecia as fronteiras que lhe foram impostas até ao momento. Esperamos que esta tese sirva como um estímulo para relançar o debate em torno desta proposta de estudo integrada, das suas potencialidades e das suas dificuldades. Aproveitando estas reflexões finais, atrevemo-nos a dar um outro passo no sentido abrir a porta a novos contributos, propondo que se dê continuidade ao estudo por nós iniciado, completando os dados que aqui faltaram, possivelmente com a adoção de outras orientações metodológicas, centradas na escavação, permitindo abordar a partir dos dados dessa forma obtidos temas como as manifestações artísticas e a cultura material. Agora sim, partindo de uma visão global do que se conserva, estamos em condições de definir um projeto mais ambicioso que dê continuidade ao que agora se apresenta e que o complemente com ações de escavação, de ações conservação e de revalorização do património megalítico desta região transfronteiriça.

Um projeto integrado necessitará da definição de uma área de estudo mais restrita, pelo que me atrevo a propor o grande núcleo da serra do Laboreiro/Leboreiro como base para um projeto transfronteiriço de estudo, conservação e revalorização dos monumentos do património megalítico. Esta parece-nos a escolha acertada para um projeto deste âmbito pela sua reconhecida associação a uma das necrópoles mais importantes em termos numéricos de toda a região, mas também ela de caráter transfronteiriço. Acresce a particularidade de já se terem aí iniciados trabalhos, que no início da década de noventa pretenderam dar corpo a um *"Estudo do conjunto megalítico do Planalto de Castro Laboreiro"* da autoria de Vítor e Susana Oliveira Jorge, António Marinho Batista e Eduardo Jorge Lopes da Silva, mas que se viu interrompido em 1994, ficando os monumentos escavados ficaram em condições de conservação deficitárias, tornando necessário estudar

medidas urgentes de consolidação das estruturas arquitetónicas e de proteção das gravuras identificadas durante esses trabalhos.

Esta nova proposta passaria por ampliar os objetivos do projeto apresentado em inícios da década de noventa para o Planalto de Castro Laboreiro, quer em termos geográfico, abarcando a totalidade do núcleo da Serra do Leboreiro/Laboreiro, onde, também do lado galego este núcleo tem sido objeto de grande interesse, no âmbito de projetos mais vastos como o estudo de Eguileta Franco para toda a Baixa Limia e onde, como se viu, se levou a acabo uma escavação na Mota Grande, os quais reforçam a ideia de que estamos perante uma grande necrópole separada por uma fronteira imposta artificialmente em momentos bastante recentes da história desta região.

Impõe-se também a necessidade de alargar o projeto inicial, em termos conceptuais, enquadrando o estudo arqueológico num projeto mais vasto de conservação e revalorização patrimonial, focado numa perspetiva de recuperação da relação da comunidade local com este património e não necessariamente, ou pelo menos não exclusivamente, numa ótica de criação de recursos turísticos. Exemplos do que agora propomos encontram-se aqui bem nas propostas apresentadas por Eguileta Franco para o Vale do Salas, ou um pouco mais distante para a Serra da Aboboreira, que continua a ser uma referência ao nível das estratégias de investigação à escala de toda uma necrópole. Já como modelo para um possível projeto de revalorização patrimonial haveria que procurar partir de modelos testados em diferentes âmbitos, tanto regionais e como peninsularer, tentando encontrar as estratégias que melhor se enquadram neste contexto concreto.

Muitos dos projetos de revalorização que atualmente se têm implementado partilham preocupações comuns com a vigilância, limpeza, criação de acessibilidades, sinalização de monumentos e disponibilização de informação divulgativa, como proposto por Germán Delibes de Castro para os dólmenes de Sedano (Burgos), de Manuel Ceberio Rodríguez para o património megalítico de Guipúzcoa, ou de Manuel Calado para a região de Évora. Existem também algumas propostas mais ambiciosas como o exemplo seguido em Alcalar. No caso que agora propomos o estado atual de degradação dos monumentos torna aconselhável a adoção de medidas de conservação de pinturas e gravuras na linha do vem sendo proposto em diversos artigos da autoria de Carrera Ramírez, e, porque não a reconstituição do volume tumular das mamoas que foram alvo de escavação e que foram

posteriormente abandonadas. Medias como estas parecem-nos pertinentes, mesmo independentemente, de estarem ou não integradas num projeto mais ambicioso.

Terminamos este trabalho com a grata satisfação de perceber que este não se fecha, que se deixa uma porta para que tenha continuidade. Esperamos assim que o nosso trabalho sirva de inspiração para aqueles queiram pegar nestas linhas e converte-las em projetos concretos, como um dia nós pegamos numa ideia proposta numa reunião científica que parecia ter ficado esquecida por quase um quarto de século e tentamos dar-lhe corpo, fazendo dela o fio condutor desta nossa dissertação.

Bibliografia

ABAD GALLEGO, X.C.

- (1990-91) "La excavación de la Mámoa n.º 2 de Cotogrande (Cabral-Vigo)", *Castrelos,* 3-4, pp. 29-43, Vigo.
- (1992-93) "Balance de las actuaciones arqueológicas llevadas a cabo en la Necrópolis Megalítica de Cotogrande (Cabral) (campaña de 1989-1992)", *Castrelos*, 5-6, pp. 7-28, Vigo.
- (1993) "La variabilidad en las estructuras funerarias tumulares del Noroeste Peninsular: el ejemplo de la Gran Necrópolis Peinador-Galiñeiro", *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología*, I, Vigo, pp. 391-398.
- (1995) "Un ejemplo de readaptaciones constructivas en un enterramiento tumular: Cotogrande n.º 5", *Minius*, 4, pp. 13-30, Ourense.
- (1996) "El fenómeno megalítico y su presencia en la comarca de Vigo", *Boletín do Instituto de Estudios Vigueses*, 2, pp. 129-145, Vigo.
- (1996-97) "Materiales líticos procedentes de la Necrópolis Megalítica de Monte Penide (Redondela)", *Castrelos*, 9-10, pp.11-16, Vigo.
- (1997) "Chan da Seca (Valadares) O primero xacemento campaniforme localizado no Concello de Vigo", *Boletín de Estudios Vigueses*, 3, pp. 205-219, Vigo.
- (2000) "Actuaciones arqueológicas en la Necrópolis tumular de Cotogrande (Cabral-Vigo) Campañas de 1989-1992", *Brigantium*, XII, pp. 75-84, A Coruña.

ABAD GALLEGO, X.C.; HIDALGO CUÑARRO, J.M.

- (1995) "Excavación Arqueolóxica de urxencia na mámoa N.º 1 de Cotogrande (Vigo, Pontevedra)", *Arqueoloxía – Informes*, 3: Campaña 1989, pp. 155-158, Santiago de Compostela.
- (1996-97) "Excavación de Urgencia en la "Mámoa" de Cotogrande (Vigo-España)", *Castrelos*, 9-10, pp. 17-35, Vigo.

ABERG, N.

- (1921) *La civilisation Enéolithique en la Péninsule Ibérique*, Uppsala.

ACADEMIAE SCIENTIARUM OLISIPONENSIS

- (1988) *Portugaliae Monumenta Historica. A saeculo octavo post christum usque ad quintumdecimum, Inquisitiones,* I, Lisboa.

ACUÑA CASTROVIEJO, F.

- (1987) "Novas pezas campaniformes de Budiño (Porriño - Pontevedra)", *Castrelos*, 0, pp. 55-60, Vigo.

ACUÑA CASTROVIEJO, F.; ÁLVAREZ BLÁZQUEZ, X.M.; GARCÍA MARTÍNEZ, M.C.

- (1970) "Cista y ajuar funerario de Atios", *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XXV, pp. 20-36, Santiago de Compostela.
- (2008) "Cista e enxoval funerario de Atios (Porriño)", *Escritos sobre arqueoloxía. Xosé María Álvarez Blázquez,* I, pp. 115-132, Gondomar.

AIRA RODRÍGUEZ, M.J.; GUITIÁN OJEA, F.

- (1984) "Estudio polínico y edafológico de los yacimientos de Regueiriño y Fontela (Península del Morrazo, Pontevedra)", *Pontevedra Arqueológica,* I, pp. 99-112, La Guardia.

ALCINA FRANCH, J.

- (1991) "La arqueología en España: una previsión crítica de sus planteamientos teóricos", *Separata de Trabajos de Prehistoria,* XLVIII, pp. 13-28, Madrid.

ALEXANDER, J.

- (1977) “The «frontier» concept in prehistory: the end of the moving frontier”, *Hunters, gatherers and first farmers beyond Europe*, pp. 25-40, Leicester.

ALMAGRO-GORBEA, M.

- (2004) “La Real Academia de la Historia, una institución al servicio de la arqueología española”, *Pioneros de la arqueologia en España. Del siglo XVI a 1912*, pp. 55-68, Alcalá de Henares.

ALONSO MATHÍAS, F.; BELLO DIÉGUEZ, J.M.

- (1994) “Aportaciones del monumento de Dombate al megalitismo Noroccidental: dataciones de carbono 14 y su contexto arqueológico”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35: *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, VIII, pp. 153-168, Porto.
- (1997) “Cronología y periodización del fenómeno megalítico en Galicia a la luz de las dataciones por carbono 14”, *O Neolítico atlántico e as orixes do megalitismo*, pp. 507-520, Santiago de Compostela.

ALONSO ROMERO, F.

- (1998) “Las Mouras constructoras de megalitos: estudio comparativo del folklore gallego con el de otras comunidaes europeas”, *Anuario Brigantino*, 21, pp. 11-28, Betanzos.

ÁLVAREZ FERNÁNDEZ, O.; DÍAZ LOSADA, E.; GONZÁLEZ PORTO, A.V. e SAÁ OTERO, M.P.

- (1996) “Análisis polínico de paleosuelos y sedimentos turbosos en el SW de Orense (Epaña)”, *Botânica Macaronésica,* 23, pp. 177-190, Las Palmas de Gran Canaria.

ÁLVAREZ VIDAURRE, E.

- (2011) *Historia de la percepción del megalitismo en Navarra y Guipúzcoa: aproximación a una "biografía" de sus monumentos*, Pamplona.

ANDRÉS RUPÉREZ, M.T.

- (1986) *Sobre la cronología dolménica: País Vasco, Navarra, y Rioja*, Zaragoza.
- (1987) “Megalitismo de la vertiente izquierda del Ebro Alto y Medio: algunos problemas y perspectivas”, *El Megalitismo en la Península Ibérica*, pp. 149-157, Madrid.
- (1990) "El fenómeno dolménico en el País Vasco", *Munibe*, 42, pp. 141-152, Donostia.
- (1997) “Fases de implantación y uso dolménico en la Cuenca Alta y Media del Ebro (CAME), *O Neolítico Atlántico e as orixes do Megalitismo,* pp. 431-444, Santiago de Compostela.
- (1998) *Colectivismo funerário Neo-eneolítico. Aproximación metodológica sobre datos de la Cuenca alta y media del Ebro,* Zaragoza.
- (1999) “Los caminos y los sepulcros megalíticos”, *Caminos y comunicaciones en Aragón*, pp. 29-42, Zaragoza.
- (2000) "El Megalitismo en la Cuenca Alta y Media del Ebro” *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, III: *Neolitização e megalitismo da Península Ibérica*, pp. 255-270, Porto.

APARICIO CASADO, B.

- (1985-86) “Sobre el supuesto ídolo calcolítico de A Caeira (Poio-Pontevedra)”, *Pontevedra Arqueológica*, II, pp. 65-81, La Guardia.
- (1988) “Megalitización y castrización en la margen derecha de la ría de Pontevedra”, *Pontevedra*, 4, pp. 11-25, Vigo.

ARCE MÉNDEZ, A.; RAMIL REGO, E.

- (2007) *Pioneiro da Arqueoloxía: Fermín Bouza-Brey e Trillo (1901-1973),* Vilalba.

ARGOTE, J.C. de

- (1738) *De Antiquitatibus conventus Bracaraugustani*, Lisboa.
- (1747) *Memórias para a Historia ecclesiastica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas*, Lisboa.

ARMADA PITA, X.L.

- (2003) "O legado de Federico Maciñeira e o patrimonio prehistórico de As Pontes na xénese da arqueoloxía galega", *Património histórico de As Pontes de García Rodríguez*, pp. 27-124, Noia.
- (2004) "Pericot e a arqueoloxía galega: ensaio de aproximación", *Gallaecia,* 23, pp. 251-271, Santiago de Compostela.

ARMENDÁRIZ, A.

- (1987) "Problemas sobre el origen del Megalitismo en el País Vasco", *El Megalitismo en la Península Ibérica*, pp.143-148, Madrid.

ARNAUD, J.M.

- (1978) "O Megalitismo em Portugal: problemas e perspectivas", *Actas das III Jornadas arqueológicas da Associação dos Arqueólogos portugueses*, pp. 99-108, Lisboa.

AYARZAGÜENA SANZ, M.

- (1992) *La arqueología prehistórica y protohistórica española en el siglo XIX,* Madrid.

- (2004) “El nacimiento de la arqueología científica en España”, *Pioneros de la arqueología en España. Del siglo XVI a 1912*, pp. 75-78, Alcalá de Henares.

BAPTISTA, A.M.

- (1997) “Arte megalítica no planalto de Castro Laboreiro (Melgaço, Portugal e Ourense, Galiza)”, *Brigantium,* 10: *III Coloquio Internacional de Arte Megalítico*, pp. 191-216, A Coruña.

BARBOSA, I.V.

- (1886) *Monumentos de Portugal: historicos, artisticos e archeologicos*, Lisboa.

BARNATT, J.

- (1998) “Monuments in the landscape: thoughts from the Peak”, *Prehistoric ritual and religion*, pp. 92-107, Bridgend.

BARREIRO FERNÁNDEZ, X.R.

- (1993) “A Historia da Historia. Aproximación a unha historiografia galega: de Murguía a Risco”, *SEMATA,* 5: *Galicia e a Historiografia*, pp.183-209, Santiago de Compostela.
- (2001) “Murguía, Historiador”, *Congreso sobre Manuel Murguía,* pp. 13-29, Santiago de Compostela.

BARROS SIVELO, R.

- (1875) *Antigüidades de Galicia,* Noia (2007).
- (1888) “Estudios Arqueológicos”, *Galicia Moderna,* IV (175), p. 2, La Habana.

BARROS, J. de

- (1549) *Geographia d`entre Douro e Minho e Tras-os-Montes,* Porto (1919).

BELLO DIÉGUEZ, J.M.

- (1993) "Autoctonismo Vs. relaciones en el megalitismo Noroccidental. El caso de los monumentos de Dombate", *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueologia,* I, pp. 25-32, Vigo.
- (1994) "Grabados, pinturas e ídolos en Dombate (Cabana, La Coruña), Grupo de Viseu o Grupo Noroccidental? Aspectos taxonómicos y cronológicos", *Estudos Pré-Históricos*, 2: *Actas do Seminario "O Megalitismo no Centro de Portugal*", pp. 287-304, Viseu.
- (1995) "Arquitectura, arte parietal y manifestaciones escultóricas en el megalitismo noroccidental, Arqueoloxía e arte na Galicia Prehistórica e Romana", *Colección Monografias,* 7, pp. 31-98, A Coruña.
- (1996a) "Aportaciones del dolmen de Dombate (Cabana, La Coruña) al Arte megalitico Occidental", *Revue Archéologique de L`Ouest,* 8, pp. 23-39, Rennes.
- (1996b) "La arquitectura megalítica"*, El Fenómeno Megalítico en Galicia*, pp. 87-111, Vilalba.
- (1996c) "Grabados y pinturas en el mundo megalítico atlántico europeo", *Série Arqueología Divulgativa,* 2: *Los motivos geométricos en los grabados rupestres prehistóricos del continente Europeo,* pp. 11-43, Vigo.
- (2003) "Un siglo de arte megalítica en Galicia", *Primer symposium Internacional de Arte Prehistórico. El arte Prehistorico desde los inicios del siglo XXI,* pp. 341-350, Ribadesella.
- (2005) "Arte megalítica en Galicia, Arte e Cultura de Galicia e Norte de Portugal", *Colección Arqueoloxía*, I, pp. 49-84, Vigo.

BELLO DIÉGUEZ, J.M.; CRIADO BOADO, F.; VÁZQUEZ VARELA, J.M.

- (1982a) “Aproximación a un modelo económico-social del megalitismo del Noroeste Peninsular”, *Brigantium*, III, pp. 33-39, A Coruña.
- (1982b) “Megalitismo y medio fisico en el NW de la Península Ibérica: estado de la cuestión y perspectivas”, *Zephyrus*, XXXIV-XXXV, pp. 109-118, Salamanca.
- (1982c) “Sobre la cultura megalítica y los caminos antiguos en Galicia”, *El Museo de Pontevedra,* XXXVI, pp. 143-163, Pontevedra.
- (1984a) “Medio fisico y sociedades megaliticas. Aproximacion a los problemas constructivos de los megalitos en el NW peninsular”, *Gallaecia,* 7-8, pp. 31-57, Santiago de Compostela.
- (1985) “Megalitismo y medio geologico en el Noroeste peninsular”, *Revista Guimarães*, XCIV, pp. 3-9, Guimarães.
- (1987) *La cultura megalítica de la provincia de La Coruña y sus relaciones con el marco natural: implicaciones socio-económicas,* La Coruña.

BELLO DIÉGUEZ, J.M.; PEÑA SANTOS, A. de la

- (1995) “Galicia na Prehistoria”, *Historia de Galicia*, I, Oleiros.

BENEDICTO SALAS, R.

- (2010) *Introducción a la construcción megalítica*, Zaragoza.

BERMEJO BARRERA, J.C.

- (1989) “Los antepasados imaginários en la historiografia gallega”, *Cuadernos de Estúdios Gallegos,* XXXVIII, pp.73-91, Santiago.

BETTENCOURT, A., et al.

- (2000-2001) A estação arqueológica dos Penedos Grandes, Arcos de Valdevez (Norte de Portugal) Noticia Preliminar, *Portugália,* XXI/XXII, pp. 201-217, Porto.

BETTENCOURT, A.; DINIS, A.; CRUZ, Carlos; SILVA, I.

- (2003) "O povoamento Calcolítico do alvéolo de Vila Chã, Esposende (Norte de Portugal) Notas das escavações arqueológicas de Bitarandos", *Portugália*, XXIV, pp. 25-44, Porto.

BETTENCOURT, A.; SANDE LEMOS, F. de; ARAÚJO, M.T.

- (2003) "O Complexo Arqueológico de Vale Ferreiro, Serafão, Fafe (Norte de Portugal)", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XLIII, pp. 123-141, Porto.

BETTENCOURT, A; REBELO, T.

- (1988-89) "Monumentos megalíticos da Serra do Arestal", *Portugália,* IX/X, pp. 7-30, Porto.

BINFORD, L.

- (1962) "Archaeology as anthropology", *American Antiquity*, 28, pp. 217-225, Washington.

BLANCO CHAO, R.; MARTÍNEZ CORTIZAS, A.; PÉREZ ALBERTI, A.; COSTA CASAIS, M.

- (1998) "Aplicaciones a la geomorfologia al estúdio de un yacimiento arqueológico", *Gallaecia,* 17, pp. 3-28, Santiago de Compostela.

BLAS CORTINA, M.A.

- (1983-84) "El megalitismo en Asturias; Consideraciones sobre el estado actual de la investigación", *Portugália*, IV-V (*Actas do Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste)*, pp. 63-69, Porto.
- (1987) "La ocupación megalítica en el borde costero cantábrico: el caso particular del sector asturiano", *El Megalitismo en la Península Ibérica*, pp. 127-141, Madrid.

- (1995) “El megalitismo en Asturias: consideraciones sobre el estado actual de la investigación”, *Portugália,* XVI, pp. 63-69, Porto.
- (1997) “Megálitos em la región cantábrica: una visión de conjunto”, *O Neolítico Atlántico e as orixes do Megalitismo,* pp.331-334, Santiago de Compostela.
- (2010) “Poder ancestral y territorio neolítico; en torno a Peña Tú y los túmulos de la costa oriental de Asturias”, *Munibe, 32: Actas del Congreso Internacional sobre Megalitismo y otras manifestaciones funerarias contemporáneas en su contexto social, económico y cultural,* pp. 94-119, Donostia.

BONILLA RODRÍGUEZ; FÁBREGAS VALCARCE, R.

- (2009) *Círculos de engaños: excavación del cromelech de A Mourela (As Pontes de García Rodríguez, A Coruña),* Santiago de Compostela.

BOSCH GIMPERA, P.

- (1928) “Los antiguos iberos y su origen”, *Conferências dadas en el Centro de Intercambio Intelectual Germano-Español,* 15, Madrid.
- (1932) “Etnología de la Península Ibérica”, Barcelona.
- (1966) “Cultura megalítica portuguesa y culturas españolas”, *Revista Guimarães,* LXXVI, pp. 249-306, Guimarães.
- (1975) “Prehistoria de Europa. Las raíces prehistóricas de las culturas de Europa”, *Colección Colegio Universitario*, 5, Madrid.

BOTELHO, H.

- (1896a) “Antas do concelho de Villa-Pouca- de-Aguiar”, *O Archeologo Português*, II, n.º 3, pp. 81 -83, Lisboa.
- (1896b) “Antas e Castros do concelho de Alijó”, *O Archeologo Português*, II (10-11), pp. 264-266, Lisboa.

- (1896c) “Dolmens do concelho de Villa-Real”, *O Archeologo Português*, II (12), pp. 298-299, Lisboa.
- (1897) “Antiguidades de Trás-os-Montes”, *O Archeologo Português*, III, pp. 69-72, Lisboa.
- (1898) “Antas do concelho de Alijó”, *O Archeologo Português*, IV (7-9), pp. 180-192, Lisboa.
- (1900) “Noticias prehistoricas: Dolmens do concelho de Villa Pouca de Aguiar”, *O Archeologo Português*, V (9-10), pp. 281-282, Lisboa.
- (1901) “Dolmens no concelho de Villa Real (continuação), *O Archeologo Português*, VI (8-12), pp. 164-167, Lisboa.
- (1904a) “Antas do concelho de Villa Pouca de Aguiar”, *O Archeologo Português*, IX (7-10), pp. 167-169, Lisboa.
- (1904b) “Archeologia de Trás-os-Montes”, *O Archeologo Português*, IX (3-6), pp. 49-59, Lisboa.
- (1905) “Dolmens no concelho de Murça”, *O Archeologo Português*, I (12), pp. 335-337, Lisboa.
- (1907) “Objectos prehistoricos do concelho de Alijó”, *O Archeologo Português,* XII (1-4), pp. 25-26, Lisboa.

BOURDÉ, G.; MARTIN, H.

- (1990) “As escolas históricas”*, Coleção Forum da História,* 4, Mem Martins.

BOUZA BREY, F.

- (1927) “Estazóns prehistóricas da Ria de Arousa: Anta e penedo grabado de Oleiros”, *Arquivos do Seminario de Estudos Galegos*, I, pp. 21-29, Santiago de Compostela.

BOUZA BREY, F.; CARRO OTERO, J.; GARCÍA MARTÍNEZ, C.

- (1973) “Excavación de túmulos dolménicos en San Andrés de Lousada (Lugo)”, *Noticiario arqueológico Hispánico: prehistoria, 2*, pp. 41-55, Madrid.

BÓVEDA FERNÁNDEZ, M.J.

- (2009) “Intervención arqueolóxica na mámoa de Chousa Nova e no seu contorno, no termo municipal de Silleda, (Pontevedra)”, *Actuacións Arqueolóxicas,* pp. 196-197, Xunta da Galicia.

BRIARD, J.

- (1995) *Les mégalithes de L`Europe Atlantique. Architecture et art funéraire (5000-2000a.C.)*, Paris.

BRITO, Frei B. de

- (1596) *Monarquia Lusitana. Parte Primeira* , Lisboa (1973).

BRITO, M.J. da C.

- (1910) “Antas do concelho de Ponte de Lima”, *O Archeologo Português*, XV (1-12), pp. 313-317, Lisboa.

BROWN, J.A.

- (1981) “The search for rank in prehistoric burials”, *The archaeology of death,* “Colection New Directions in Archaeology”, pp. 25-37, Cambridge.

BUENO RAMÍREZ, P.; BARROSO BERMEJO, R.; BALBÍN BEHRMANN, R.

- (2010) "Megalitos en la Cuenca interior del Tajo", *Munibe*, 32: *Actas del Congreso Internacional sobre Megalitismo y otras manifestaciones funerarias contemporáneas en su contexto social, económico y cultural*, pp.152-187, Donostia.

BUENO RAMÍREZ, P.; BALBÍN BHERMANN, R. et al.

- (1999) *El dolmen de Navalcán. El poblamiento megalítico en el Guadyerbas,* Toledo.

BUENO RAMÍREZ, P.; FÁBREGAS VALCARCE, R.; BARCIELA GARRIDO, P.

- (2003) "Placas, Estatuas, Ídolos. Representaciones antropomorfas megalíticas en Galicia, A Carballeira (Pontevedra)", *Brigantium*, XIV, pp. 47-61, A Coruña.

CALADO, M.

- (2008) "Megalitismo em Évora: musealizar e interpreter", *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Património Histórico*, 67: Especial Monográfico, pp. 126-129, Junta de Andalucía.

CALDAS, M.J.

- (1887) "Archéologie préhistorique dans la province de Minho", *Compte Rendu de la neuviéme session à Lisbonne*, pp. 333-351, Lisboa.

CÁMARA SERRANO, A.

- (2008) "Biografía de un concepto", *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Património Histórico, 67: Especial Monográfico*, pp.68-71, Junta de Andalucía.

CANO PAN, J.; VIDAL LOJO, M.; VÁZQUEZ LIZ, P.

- (2000). "El túmulo de Os Consellos (Nigrán, Pontevedra), *Brigantium*, 12: *A Arqueoloxía Galega hoxe: de 1988 a 1998*, pp. 85-92, A Coruña.

CARBALLO ARCEO, L.X.; FÁBREGAS VALCARCE, R.; LEDO BERNÁRDEZ, M.; CONSTELA DOCE, X.

- (1998) "Dos nuevos yacimientos con cerámica tipo Penha en el valle del Miño", *Zephyrus*, 51, pp. 87-110, Salamanca.

CARBALLO ARCEO, L.X.; VÁZQUEZ VARELA, J.M.

- (1980) "Nuevos hallazgos de arte megalitico en la provincia de Pontevedra: a Mamoa da Braña", *Gallaecia,* 6, pp. 245-255, Santiago de Compostela.

CARDOSO, J.L.

- (1999) "O Professor Mendes Correia e a arqueologia portuguesa", *Al - madan*, 8, pp. 138-156, Almada.
- (2002) *Pré-História de Portugal*, Editorial Verbo.

CARDOZO, M.

- (1929) "Ainda o espólio de Alvão", *Revista Guimarães*, XXXIX (3-4), pp. 194-199, Guimarães.

CARNEIRO REY, J.A.

- (1995) "El fenómeno tumular en Narón: análisis de localización", *Estudios Mindonienses,* 11, pp. 293-361, Ferrol.

CARRERA RAMÍREZ, F.

- (1996) *Arqueología y restauración. Un ejemplo aplicado a los yacimientos megalíticos,* "Monografias", 2, (Santiago), pp. 13-123, Lugo.
- (2002) "Sugerencias para la preservación del patrimonio megalítico", *Minius,* X, pp. 47-70, Vigo.

- (2006a) “Arte parietal en monumentos megalíticos del area noroccidental peninsular”, *Arte parietal megalítica en el Noroeste Peninsular, conocimiento y conservación,* pp. 61-151, Santiago de Compostela.
- (2006b) “Conservación de monumentos megalíticos y arte parietal en el Noroeste Peninsular”, *Arte parietal megalítica en el Noroeste Peninsular, conocimiento y conservación,* pp. 263-292, Santiago de Compostela.
- (2008a) “Traballos de documentación e protección da pintura megalítica da mámoa dos Muiños, Agolada (Pontevedra)”, pp. 60-61, *Actuacións Arqueolóxicas, Ano 2006*, Xunta da Galica.
- (2008b) “El dolmen de Os Muiños (Agolada, Pontevedra) Intervención para la documentación y protección de la pintura megalítica conservada”, *Gallaecia,* 27, pp.113-135, Santiago de Compostela.
- (2008c) “Tras la bruma. Megalitos, difusión y conservación en el noroeste de España”, *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Património Histórico, 67: Especial Monográfico*, pp. 134-141, Junta de Andalucía.
- (2011) “El arte prehistórico y su conservación”, *El dolmen de Dombate. Arqueologia, arquitectura y conservación,* pp. 229-266, A Coruña.

CARRERA RAMÍREZ, F.; FÁBREGAS VALCARCE, R.

- (2002) “Datación radiocarbónica de pinturas megalíticas del Noroeste Peninsular”, *Trabajos de Prehistoria*, LIX (1), pp. 157-166, Madrid.
- (2003) “Caracterización y Conservación de pintura megalítica: objetivos, métodos y primeros resultados”, *Primer symposium Internacional de Arte Prehistórico. El arte Prehistórico desde los inicios del siglo XXI,* pp. 315-339, Ribadesella.
- (2006) “Datación directa de pinturas megalíticas de Galicia”, *Arte parietal megalítica en el Noroeste Peninsular, conocimiento y conservación,* pp. 37-60, Santiago de Compostela.
- (2008) “El estudio científico de los megalitos. Últimas dataciones directas en el noroeste de la Península Ibérica”, *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico,* 67: *Especial Monográfico*, pp. 79-83, Junta de Andalucía.

CARTAILHAC, É.

- (1886) *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, Paris.

CASTILLO RODRÍGUEZ, F.; PÉREZ ALBERTI, A.; RODRÍGUEZ CALO, L.

- (1999) "O relevo e as súas interaccións coa atmósfera", *Atlas climático de Galicia,* pp. 57-73, Santiago de Compostela.

CASTRO CARRERA, J.C., VÁZQUEZ COLLAZO, S.

- (2006) "La Mámoa do Rei, Rehabilitación de un yacimiento tumular en el marco de su puesta en valor (Chan de Castiñeiras, Vilaboa-Pontevedra)", *IV Congreso Internacional sobre Musealización de Xacementos Arqueolóxicos: Conservación e Presentación de Xacementos Arqueolóxicos no Medio Rural. Impacto Social no Território*, pp. 205-211, Santiago de Compostela.

CASTRO LÓPEZ, R.

- (1920) *Reseña histórico-descriptiva de la parroquia de Vilar de Ortelle y su comarca*, Mondariz.

CAUWE, N.

- (1997) "Les morts en movement. Essai sur l`origine des rites funéraires mégalithiques", *O Neolítico Atlántico e as orixes do Megalitismo,* pp. 719-737, Santiago de Compostela.
- (1998) "Sépultures collectives du Mésolithique ao Néolothique", *Sépultures d`Occident et genèses des mégalithismes (9000-3500 avant notre ère),* Paris.

CEBERIO RODRÍGUEZ, M.

- (2010) "Estudio, conservación y protección del patrimonio megalítico en Guipuzkoa", *Munibe, 32: Actas del Congreso Internacional sobre Megalitismo y otras*

manifestaciones funerarias contemporáneas en su contexto social, económico y cultural, pp. 354-367, Donostia.

CHAO ÁLVAREZ, J.

- (2000) "Intervención arqueológica en A Mota Grande: aproximación a sua arquitectura", *Brigantium*, XII, pp. 23-40, A Coruña.

CHAPMAN, R.

- (1979) "Transhumance and megalithic tombs in Iberia", *Antiquity*, 53, pp. 150-152, Gloucester.
- (1981) "The emergence of formal disposal areas and the "problem" of megalithic tombs in prehistoric Europe", *The archaeology of death*, "New directions in archaeology", pp. 71-81, Cambridge.

CHAPMAN, R.; BENJAMIN, R.G.

- (2000) "Paleoecology and the percption of prehistoric landscapes. Some comments on visual approaches to phenomenology", *Antiquity*, LXXIV (284), pp. 316-319, Gloucester.

CHILDE, V.G.

- (1925) *The dawn os european civilization,* 4.ª Ed. (1947), Londres.
- (1936) *Man makes himself,* Londres.

CLARK, J.G.D.

- (1939) *Archaeology and society: reconstructing the prehistoric past,* Londres.

COIMBRA, F.A.R.

- (1992-93) "Ricardo Severo e o desenvolvimento da arqueologia no Porto", *Portugália*, XIII-XIV, pp. 307-314, Porto.

COLMONT, G.R.

- (2002) "Locating the sources of megalithic blocks", *Origin and development of the megalithic monuments of Western Europe*, I, pp. 357-364, Bougon.

COMENDADOR REY, B.

- (1998) *Los inicios de la metalurgia en el Noroeste de la Peninsula Ibérica*, "Brigantium", 11, A Coruña.
- (2001) "La Edad del Bronce en Galicia: balance y perspectivas", *Arqueología prehistórica na Terra de Celanova,* pp. 103-130, Celanova.

CORNIDE Y SAAVEDRA, J.

- (1893-97) "Estado de Portugal en el año 1800", *Memorial histórico español,* XVI, XVII e XVIII, Madrid.

CORREIA, A.A.M.

- (1924) "Nótulas arqueológicas: Pinturas e insculturas megalíticas", *Revista de Estudos Históricos*, I (1-2), pp. 65-66, Porto.
- (1928) "A Lusitânia Pré-Romana", *História de Portugal*, pp. 79-156, Barcelos.
- (1933) *No centenário de Martins Sarmento: conferência realizada na Universidade do Porto em 9 de Março de 1933*, pp. 7-31, Lisboa.
- (1947) "Histoire des recherches préhistoriques en Portugal", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia da SPAE e do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular*, XI: (1-2), pp. 115-170, Porto.

CORREIA, V.

- (1913) “As Antas”, *Illustração Portuguesa*, 369, pp. 350-352, Lisboa.

CORTE REAL, D. de M.

- (1965) “Alguns documentos para a história da arqueologia em Portugal: Decreto de D. João V de protecção dos vestígios arqueológicos”, *Conimbriga*, IV, pp. 103-105, Coimbra.

CORTELLE FERNÁNDEZ, C.

- (1997) *Benito Vicetto na historiografía galega, Ferrolterra Galaico-Romana,* pp. 191-201, Ferrol.

COSTA, A. de J.

- (1965) *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae,* I, Braga.

COSTA, F.A.P.

- (1868) *Monumentos prehistoricos: dolmins ou antas de Portugal, noções sobre o estado prehistorico da terra e do homem seguidas da descripção de alguns dolmins ou antas de Portugal*, Lisboa.

COSTAS GOBERNA, F.J.; HIDALGO CUÑARRO, J.M.; PEREIRA GARCÍA, E.

- (1998) “El calcolítico y la Edad de Bronce en Vigo y su entorno”, *Castrelos*, 11, pp. 67-94, Vigo.

CRIADO BOADO, F.

- (1984-85) "«El tercer factor» o la lógica oculta del emplazamiento de los túmulos megaliticos Gallegos", *Cuadernios de Estudios Gallegos,* XXXV (100), pp. 7-22, Santiago de Compostela.
- (1988) "Arqueología del Paisaje y Espacio Megalítico en Galicia", *Arqueologia Espacial,* 12: *Seminario sobre arqueología espacial,* Lisboa-Teruel, Universidade Lusíada de Lisboa e Escola Superior de Tecnologia de Tomar, pp. 61-117.
- (1989) "Megalitos, espacio, pensamiento", *Trabajos de Prehistoria,* XLVI, pp. 75-98, Madrid.
- (1991) "Arqueoloxía da Paisaxe: estudio da Serra do Bocelo e do Val do río Furelos (A Coruña)", *Larouco*, 1, pp. 99-105, A Coruña.
- (1993) "Espacio monumental y paisajes prehistóricos en Galicia", *Concepcións espaciais e estratexias territoriais na historia de Galicia*, I, pp. 23-54, Santiago de Compostela.
- (1999) "Del terreno al espacio: planteamientos y perspectivas para la arqueología del paisaje", *TAPA*, 6, Santiago de Compostela.

CRIADO BOADO, F.; AIRA RODRÍGUEZ, M.J.; DÍAZ-FIERROS VIQUEIRA, F.

- (1986) *La Construcción del paisaje: Megalitismo y ecología. Sierra de Barbanza,* Santiago de Compostela.

CRIADO BOADO, F.; FÁBREGAS VALCARCE, R.

- (1989) "The megalithic phenomenon of NorthWest Spain main trends", *Antiquity*, LXIII (241), pp. 682-696, Oxford.
- (1994) "Regional patterning among the megaliths of Galicia (NW Spain)", *Oxford Journal of Archaeology,* XIII (1), pp. 3-47, Oxford.

CRIADO BOADO, F.; FÁBREGAS VALCARCE, R.; VAQUERO LASTRES, J.

- (1990-91) "Concentraciones de túmulos y vías naturales de acceso al interior de Galicia", *Portugália*, XI-XII, pp. 27-38, Porto.

CRIADO BOADO, F.; GRAJAL BLANCO, M.

- (1981) "Relación entre la distribución de mámoas y el medio físico en la zona de Sobrado-Curtis", *Brigantium*, II, pp. 7-26, A Coruña.

CRIADO BOADO, F.; RODRÍGUEZ CASAL, A.A.

- (1983) "Megalitismo e medio xeolóxico nas comarcas de Xallas e Melide (Galiza)", *Actas del II Seminarios de arqueología del Noroeste,* pp. 59-84, Madrid.

CRIADO BOADO, F.; VAQUERO LASTRES, X.

- (1993) "Monumentos, nudos en el pañuelo. Megalitos, nudos en el espacio: análisis del emplazamiento de los monumentos tumulares gallegos", *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie I: *Prehistoria y Arqueologia*, VI, pp. 205-248, Madrid.

CRIADO BOADO, F.; VILLOCH VÁZQUEZ, V.

- (1998) "La monumentalización del paisaje: percepción y sentido original en el megalitismo de la Sierra de Barbanza (Galicia)", *Trabajos de Prehistoria*, LV (1), pp. 63-80, Madrid.

CRUZ, D.J. da

- (1985) "Necrópole megalítica da Serra do Alvão", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia,* XXV (2-4), pp. 396-406, Porto.
- (1988) "O Megalitismo do Norte de Portugal", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia,* XXVIII, pp. 15-41, Porto.

DANIEL, G.

- (1938) “The megalithic tombs of northern Europe”, *Antiquity*, XII (47), pp. 297-310, Gloucester.
- (1941) “The dual nature os the megalithic colonization os prehistoric Europe, *Proceedings of the Prehistoric Society,* 7, pp. 1-49, London.
- (1973) “Spain and the problem os European Mégalithic origins”, *Estudios dedicados al Professor Dr. Luis Pericot,* pp. 209-214, Barcelona.
- (1974) *Historia de la arqueologia: de los anticuarios a V. Gordon Childe*, “Col. El Libro de Bolsillo”, Madrid.

DAVEAU, S.

- (1994) *Geografia de Portugal.* II: *O ritmo climático e a paisagem,* 2.ª Ed., Lisboa.
- (1995) *Geografia de Portugal.* I: *A posição geográfica e o território,* 3.ª Ed., Lisboa.

DELIBES DE CASTRO, G.

- (1991) “Megalitos ¿Todavía una civilización de muertos?, *Arqrítica. Crítica de Arqueología Española,* II (2), pp. 9-10, Madrid.
- (1995) “Ritos funerarios, demografía y estructura social entre las comunidades neolíticas de la Submeseta Norte”, *Arqueoloxía da Morte na Península Ibérica desde as Orixes ata o Medievo,* pp. 63-94, Xinzo de Limia.
- (1996) “Notas sobre el horizonte megalítico en el Centro y Este de la Submeseta Norte”, *Gallaecia,* 14-15, pp. 151-165, Santiago de Compostela.
- (1997) “De la tumba dolménica como referente territorial, al poblado estable: notas sobre el hábitat y las formas de vida de las comunidades megalíticas de la submeseta Norte”, *O Neolítico Atlántico e as orixes do Megalitismo,* pp. 779-808, Santiago de Compostela.
- (2000) “Itinerario arqueológico de los dólmenes de Sedano (Burgos)”, *Trabajos de Prehistoria*, LVII (2): *Presentando el pasado. Arqueología y turismo cultural*, pp. 89-103, Madrid.

- (2010) “La investigación de las sepulturas colectivas monumentales del IV milenio A.C. en la Submeseta Norte española. Horizonte 2007”, *Munibe, 32: Actas del Congreso Internacional sobre Megalitismo y otras manifestaciones funerarias contemporáneas en su contexto social, económico y cultural,* pp.12-56, Donostia.

DELIBES DE CASTRO, G.; FERNÁNDEZ MIRANDA, M.

- (1981) “El enterramiento de el Vado en Celada de Roblecedo (Palencia) y el inicio del Bronce Antiguo en el Alto Pisuerga”, *Trabajos de Prehistoria,* 38, pp. 153-192, Madrid.
- (2000) “La trayectoria cultural de la Prehistoria reciente (6400-2500 BP) en la Submeseta Norte, principales hitos de un processo”, *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, III: *Neolitização e megalitismo da Península Ibérica*, pp. 95-122, Porto.

DELIBES DE CASTRO, G.; SANTONJA GÓMEZ, M.

- (1984) “Aspectos generales del fenómeno megalítico de la Submeseta Norte”, *Actas de la Mesa Redonda sobre Megalitismo Peninsular*, pp. 145-164, Madrid.
- (1986) *El fenómeno megalítico en la provincia de Salamanca*, Salamanca.

DENNELL, R.W.

- (1985) “The hunter-gatherer/agricultural frontier in prehistorical temperate Europe”, *The archaeology of Frontiers and Boundaries,* pp. 113-139, Londres.

DEVIGNES, M.

- (1997) “Au sujet de la presence de peintures mégalithiques en péninsule ibérique”, *O Neolítico Atlántico e as orixes do Megalitismo,* pp. 809-817, Santiago de Compostela.

DIAS, L.T.

- (2006) “Paisagem, Tempo, Memória na região norte do Norte de Portugal”, *IV Congreso Internacional sobre Musealización del Xacementos Arqueolóxicos: Conservación e Presentación de Xacementos Arqueolóxicos no Medio Rural. Impacto Social no Territorio*, pp. 39-46, Santiago de Compostela.

DÍAZ SANTANA, B.

- (2001) “Los celtas y la historia”, *Cuadernos de Estudios Gallegos,* XLVIII (114), pp. 181-213, Santiago de Compostela.

DÍAZ-ANDREU, M.

- (2002) *Historia de la arqueología. Estudios*, Madrid.

DIÉZ SANJURJO, M.

- (1904) “Los caminos antiguos y el itinerario n.° 18 de Antonino en la provincia de Orense”, *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, II (37-39), pp. 221-275 e 269-275, Ourense.

EGUILETA FRANCO, J.M.

- (1987) “Catálogo dos materiais ergolóxicos depositados no Museo de Ourense procedentes de túmulos prehistóricos”, *Boletín Auriense*, XVII, pp. 9-98, Ourense.
- (1989) “Prospección e escavación arqueolóxica na Baixa Limia "O Encoro do Lindoso e o sei entorno" (Ourense)”, *Arqueoloxia/ Informes*, 3, pp. 107-114, A Coruña.
- (1993-94) "As mámoas dos concellos da Baixa Limia. Aportación al católogo de monumentos tumulares de la comarca”, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XLI (106), pp. 41-64, Santiago de Compostela.
- (1995) “El volumen de los monumentos megaliticos: aportación a los patrones de emplazamiento en la comarca de A Baixa Limia (Ourense, Galicia)”, *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, LXI, pp. 9-30, Valladolid.

- (1996) “Yacimientos calcolíticos al aire libre en torno al embalse de As Conchas (Baixa Limia, Ourense, Galicia)”, *Minius,* V, pp. 41-64, Vigo.
- (1997a) “Megalitos y coordenadas espaciales en la Baixa Limia Gallega: ¿una neolitización tardía en la Galicia interior?”, *O Neolítico Atlántico e as Orixes do Megalitismo*, pp. 553-571, Santiago de Compostela.
- (1997b) “Prehistoria reciente de la Baixa Limia gallega (Ourense, Galicia): propuestas para un análisis en el espacio y en el tiempo”, *II Congreso de Arqueología Peninsular*, II: *Neolítico, calcolítico y Bronce*, pp. 425-436, Zamora.
- (1999) *A Baixa Limia Galega na Prehistoria Recente: arqueoloxía dunha paisaxe da Galicia Interior,* Ourense.
- (2000) “Megalitos e tránsito: aproximación ó estudio de vías de comunicación prehistóricas“, *Lethes: Cuadernos Culturais da Limia*, 2, pp. 46-61, Ourense.
- (2003) *Mámoas y paisaje, Muerte y vida en Val de Salas (Ourense). El fenómeno megalítico en un valle de montaña*, Vigo.

EOGAN, G.

- (1997) “Cohesion and diversity: passage tombs of North-western Europe and their social and ritual fabric”, *O Neolítico Atlántico e as orixes do Megalitismo,* pp. 43-64, Santiago de Compostela.

FABIÃO, C.

- (1999) “Um século de Arqueologia em Portugal”, *Al - madan*, 8, pp. 104-126, Almada.

FÁBREGAS VALCARCE, R.

- (1984) “La industria de piedra pulida en las sepulturas megaliticas de Galicia”, *Trabajos de Prehistoria*, 41, pp. 129-163, Madrid.
- (1988a) “Cronologia y periodización del megalitismo en Galicia y norte de Portugal”, *Espacio, Tiempo y Forma*, pp. 279-291, Madrid.

- (1988b) “Megalitismo de Galicia”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia,* 28, pp. 57-73, Porto.
- (1989) “Le phénomène du mégalithisme dans le nord-ouest de l`Espagne”, *L`Anthropologie*, XCIII, pp. 219-230, Paris.
- (1990-91) “Industria litica y mamoas del Noroeste: algunos caracteres fundamentals”, *Castrelos,* III-IV, pp. 45-63, Vigo.
- (1991) *Megalitismo del Noroeste de la Península Ibérica. Tipología y secuencia de los materiales líticos,* “Aula Abierta”, Madrid.
- (1993a) “El fenómeno tumular en el Bronce del Noroeste”, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueologia,* I, pp. 85-91, Vigo.
- (1993b) “Las representaciones de bulto redondo en el megalitismo del Noroeste”, *Trabajos de Prehistoria*, 50, pp. 87-101, Madrid.
- (1995a) “El silencio de las fuentes: prácticas funerárias en el Bronce del Noroeste y su contexto europeo”, *Complutum*, 6, pp. 153-166, Madrid.
- (1995b) “La realidad funeraria en el noroeste del Neolítico a la Edad del Bronce”, *Arqueoloxía da Morte: arqueoloxía da morte na PI desde as orixes ata o medievo,* pp. 97-121, Xinzo de Limia.
- (2003) “Los avatares de una mámoa: fechas C-14 del túmulo 7 de A Mourela (As Pontes, A Coruña)”, *Gallaecia*, 22, pp. 63-71, Santiago de Compostela.
- (2012) *Os petróglifos e o seu contexto: un exemplo da Galicia meridional,* Vigo.

FÁBREGAS VALCARCE, R.; CARBALLO ARCEO, X.; VILLOCH VÁZQUEZ, V.

- (1999) “Petroglifos y asentamientos: el caso de Monte Penide (Redondela, Pontevedra)”, *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, LIX, pp. 93-118, Valladolid.

FÁBREGAS VALCARCE, R.; FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, C.; RAMIL REGO, P.

- (1997) “La adopción de la economía productora en el Noroeste Ibérico”, *O Neolítico Atlántico e as Orixes do Megalitismo*, pp. 463-484, Santiago de Compostela.

FÁBREGAS VALCARCE, R.; FUENTE ANDRÉS, F.

- (1988) *Aproximaciones a la cultura material del Megalitismo gallego: la industria lítica pulimentada y el material cerámico,* ("Arqueohistorica", 2), Santiago de Compostela.
- (1991-92) "Excavación da mámoa 6 de Os Campiños (Leiro, Rianxo): campaña de 1984, *Brigantium,* VII, pp. 91-149, A Coruña.

FÁBREGAS VALCARCE, R.; PENEDO ROMERO, R.

- (2001) "Antropomorfo grabado en un túmulo megalítico de Agolada (Pontevedra)", *Gallaecia,* 20, pp. 97-105, Santiago de Compostela.

FÁBREGAS VALCARCE, R.; VILASECO VÁZQUEZ, X.I.

- (2002) "O megalitismo na comarca de Deza. Un proxecto para a conservación do patrimonio arqueolóxico inmoble", *Descubrindo. Anuario de Estudios e Investigación de Deza,* 4, pp. 107-126, Lalín.
- (2003) "El neolítico y el megalitismo en galicia: problemas teórico-metodológicos y estado de la cuestión", *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo*, pp. 281-304, Lisboa.
- (2004) "El megalitismo gallego a inicios del siglo XXI", *Los enterramientos en la Península Ibérica durante a Prehistoria reciente*, pp. 63-87, Málaga.

FARALDO, A.

- (1973a) "*Artigos de «El Recreo Compostelano»"*, *Grial*, 40, pp. 153-170, Vigo.
- (1973b) "Artigos de «El Recreo Compostelano»", *Grial*, 41, pp. 288-307, Vigo.

FERNÁNDEZ ALONSO, B.

- (1908-09) "Galicia Prehistórica", *Boletin de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, III (65 a 68), pp. 292-296, 327-332, 347-354 e 368-371, Orense.

FERNÁNDEZ ERASO, J.

- (2002) “Nuevos datos de la prehistoria reciente en la Rioja Alavesa”, *Espacio, Sociedad y economía,* pp. 37-56, Álava.

FERNÁNDEZ ERASO, J.; MUJIKA ALUSTIZA, J.A.

- (2006) “Le phénomène funeraire dans le Pays Basque pendant le Néolitique et l`age des metaux: contextes culturels”, *BAR International Series,* 1521, pp. 31-42, Oxford.

FERNÁNDEZ ERASO, J.; MUJIKA ALUSTIZA, J.A.; PEÑALVER IRIBAUEN, X.

- (2010) “Hábitat y mundo funerário en la prehistoria reciente del País vasco: nuevas evidencias”, *Munibe, 32: Actas del Congreso Internacional sobre Megalitismo y otras manifestaciones funerarias contemporáneas en su contexto social, económico y cultural*, pp. 250-269, Donostia.

FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C.; FÁBREGAS VALCARCE, R.

- (1996) “Obermaier y la Prehistoria en el Noroeste de la Península Ibérica”, *El Hombre fósil 80 años después*, pp. 99-126, Santander.

FERREIRA, F.B.

- (1965) “Nova luz sobre a cronologia das civilizações neolíticas”, *Conimbriga,* IV, pp. 7-12, Coimbra.

FIGUEIRAL, I.

- (1995) “Mamoas 1 e 2 do Alto da Portela do Pau (Castro Laboreiro, Melgaço): Resultados preliminares do estudo antracológico”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXXV (3):*1º Congresso de Arqueologia Peninsular*, pp. 227-232, Porto.

- (1997) "Mamoas 1 e 2 do Alto da Portela do Pau (Castro Laboreiro, Melgaço): resultados preliminares do estudo antracológico", *As mamoas do Alto da Portela do Pau,* pp. 127-130, Porto.

FILGUEIRA VALVERDE, J.

- (1994) *Fray Martín Sarmiento (1695-1772),* "Col. Ilustrados, Sociólogos y Economistas Gallegos", La Coruña.

FILGUEIRA VALVERDE, J.; GARCÍA ALÉN, A.

- (1977) "Inventario de monumentos megalíticos: catalogación arqueológica y artística", *El Museo de Pontevedra*, XXXI, pp. 47-130, Pontevedra.

FLEMING, A.

- (1973) "Tombs for the living", *MAN: New Series,* 8, pp.177-193, London.

FONTES, J.

- (1901) A Necrópole Dolmenica de Salles (Terras de Barroso), *Portugália*, 1ª Série, I, pp. 664-681, Porto.
- (1955) "O Dr. Santos Rocha e a Arqueologia Portuguesa", *Arqueologia e História*, 8ª Série, VI, pp. 101-120, Lisboa.
- (1959) "Leite de Vasconcellos : arqueólogo", *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia realizado em Lisboa de 15 a 20 de Dezembro de 1958 em homenagem ao Doutor José Leite de Vasconcelos*, I, pp. 27-36, Lisboa.

FULGOSIO, F.

- (1867) *Provincia de Pontevedra*, "Col. Crónica General de España", Madrid.
- (1888) "Monumentos prehistóricos: la piedra vacilante de Silva Boa", *Galicia Diplomática*, III (25), p. 2, A Coruña.

GALÁN DOMINGO, E.; MARTÍN BRAVO, A.M.,

- (1991-92) “Megalitismo y zonas de paso en la cuenca estemeña del Tajo”, *Zephyrus*, 44-45, pp. 193-205, Salamanca.

GALÁN DOMINGO, E.; RUÍZ-GÁLVEZ, M.

- (2001) “Rutas ganaderas, transumancia y caminos antiguos. El caso del Occidente Peninsular entre el Calcolítico y la Edad del Hierro”, *Los rebaños de Gerión. Pastores y transumancia en Iberia antigua y medieval*, pp. 279-311, Madrid.

GALILEA MARTÍNEZ, F.

- (2010) “Dólmenes y caminos. Estudio del emplazamiento de los megálitos en Álava”, *Munibe, 32: Actas del Congreso Internacional sobre Megalitismo y otras manifestaciones funerarias contemporáneas en su contexto social, económico y cultural,* pp. 426-471, Donostia.

GALLAY, A.

- (2006) *Les sociétés mégalithiques. Pouvoir des hommes, mémoire des morts, “*Colection Le savoir Suisse”, *37,* Lausanne.

GARCÍA ALÉN, A.

- (1965) “Excavaciones de A Lanzada”, *El Museo de Pontevedra*, XIX, pp. 41-43, Pontevedra.

GARCÍA SANJUAN, L.

- (2008) “Muerte, tiempo, memoria. Los megalitos como memoriales culturales”, *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Património Histórico, 67: Especial Monográfico*, pp. 34-45, Junta de Andalucía.

GARCÍA-LASTRA MERINO, M.

- (1984) “Primeros resultados de la campaña de excavaciones arqueológicas 1982 en el yacimiento campaniforme de “O Fixón” (Hío, Cangas de Morrazo, Pontevedra)”, *Pontevedra Arqueológica,* I, pp.113-135, Pontevedra.
- (1985-86) “El yacimiento de «Chan da Armada» (Vilaboa, Pontevedra): resultados de la excavacion arqueologica en 1983”, *Pontevedra Arqueológica*, II, pp. 41-61, Pontevedra.

GERALDES, A.

- (1996) “Brandas e inverneiras: particularidades do sistema agro-pastoril crastejo", *Cadernos Juríz., Xurés,* 2, Lisboa.

GIL MERINO, A.

- (1992) *La vida y obra de Don José Cornide Saavedra (Breve biografía)*, La Coruña.

GIOT, P.R.

- (1977) “Le rituel funérarire, les mégalithes et la religión néolithique”, *L`architecture mégalithique*, pp.7-14, Vannes.

GÓMEZ NIETO, G.

- (2000) “A Lima, Valle de Monterrei y As Frieiras”, *Galicia-Geografia,* XX, pp. 20-107, A Coruña.

GÓMEZ NISTAL, C.

- (2000) *El fenómeno tumular y megalítico en la Galicia Suroccidental: estado actual de la investigación, Tesis de Licenciatura inédita,* Universidade de Santiago de Compostela.

- (2001) “Neolitización y Megalitismo en el entorno de la Ria de Vigo: estado actual de la Investigación”, *Gallaecia*, 20, pp.39-59, Santiago de Compostela.

GÓMEZ NISTAL, C.; RODRÍGUEZ CASAL, A.A.

- (2000) “El fenómeno tumular y megalítico en la Galicia Suroccidental: aspectos historiográficos y estado actual de la investigación”, *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, III: *Neolitização e megalitismo da Península Ibérica*, pp. 321-336, Porto.

GÓMEZ-ORELLANA RODRÍGUEZ, I., RAMIL REGO, P., MUÑOZ SOBRINO, C.

- (2010) “La reconstrucción paisajística en el Noroeste Ibérico. El registro polínico como herramineta para la deducción de la incidencia de los cambios ambientales y las alteraciones antrópicas sobre el paisaje”, *Arqueoloxía: Ciencia e Restauración,* 4, pp. 31-55, Lugo.

GRACIA ALONSO, F.

- (2009) *La arqueología durante el primer franquismo (1939-1956),* Barcelona.

GREEN, S.W.; PERLMAN, S.M.

- (1985) “Frontiers, boundaries and open social systems”, *The archaeology of Frontiers and Boundaries,* pp. 3-13, Londres.

GUILAINE, J.

- (1997) “La Méditerranée el l`Atlantique. Influx, symétries, divergences au fil du néolithique”, *O Neolítico Atlántico e as orixes do Megalitismo,* pp. 23-42, Santiago de Compostela.

HERCULANO, A.

- (1846) *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III,* I, Venda Nova (1984).

HIDALGO CUÑARRO, J.M.; COSTAS GOBERNA, F.J.

- (1980a) "El gran conjunto megalitico de Monte Penide, Redondela – Pontevedra", *El Museo de Pontevedra,* XXXIV, pp.79-89, Pontevedra.

HODDER, I.

- (1986) *Reading the past: current approaches to interpretation in archaeology,* 3.ª ed.: 2003, Crambridge.
- (1991) *Archaeological theory in Europe. The last three decades,* Londres.
- (1997) "From space to place: currente trends in spatial archaeology", *Arqueología espacial,* 12: *Seminário sobre arqueología espacial,* pp. 9-16, Teruel.

HOLTORF, C.J.

- (1997) "Beyond chronographies of Megaliths: understanding monumental time and cultural memory", *O Neolítico Atlántico e as orixes do Megalitismo,* pp.101-114, Santiago de Compostela.

HOSKIN, M.

- (1997) "Tombs, temples and orientations", *O Neolítico Atlántico e as orixes do Megalitismo,* pp. 93-100, Santiago de Compostela.
- (1998) "Studies in Iberian archaeoastronomy. Orientations of mehalithic tombs of Northern and Western Iberia", *Archaeoastronomy,* XXIX (23), pp. 39-87, Cambridge.
- (2001) *Tombs, temple and their orientations: a new perspective on mediterranean prehistory,* Bognor Regis.

- (2008) “El estudio científico de los megalitos. La arqueoastronomía”, *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Património Histórico, 67: Especial Monográfico*, pp. 84-91, Junta de Andalucía.

IGLESIAS DIÉGUEZ, A.

- (2001) “Manuel Murguía: Ideólogo do Celtismo”, *Congreso sobre Manuel Murguía,* pp. 279-282, Santiago de Compostela.

JONES, S.B.

- (1959) “Boundary concepts in the setting of place and time”, *Annals of the Association of American Geographers,* XLIX (3), pp. 241-255, Washington.

JORGE, S.O.

- (1986) *Povoados da pré-história recente a região de Chaves, Vila Pouca de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental): bases para o conhecimento do IIIº e principios do IIº milénios a.C. no Norte de Portugal,* Tese de Doutoramento inédita*,* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- (1989) “Datas de Carbono 14 para a pré-história recente do Norte de Portugal: os dados e os problemas”, *Livro de Homenagem a Jean Roche*, pp. 154-183, Porto.
- (1991) “Habitats du Néolithique et du Chalcolithique du Nord du Portugal (Ive MILL. AV. J.C.)”, *Separata da Revista História*, XI, Porto.
- (2000) “Problematizando a pré-história recente de Portugal (VI-II milénios a.C.)”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XL (3-4), pp. 75-99, Porto.

JORGE, S. e V.

- (1998) *Arqueologia – Percursos e Interrogações*, Porto.

JORGE, S. e V.; MURALHA CARDOSO; J.; SOUSA PEREIRA, L.; SÁ COIXÃO, A.

- (2004) "Reflexões preliminares a propósito de formas de organização do espaço e de técnicas de construção em sítios pré-históricos recentes (Calcolítico/I. Bronze) do tipo de Castelo Velho e de Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa) - semelhanças e diferenças em relação às construções megalíticas e afins", *Portugália*, XXV, pp. 53-73, Porto.

JORGE, S.O.; SOEIRO, T.

- (1981-82) "Escavações arqueológicas na Vinha da Soutilha (Mairos, 1981)", *Portugália*, II-III, pp. 10-26, Porto.

JORGE, V.O.

- (1979) "O Megalitismo do Norte de Portugal", *Actas da 1ª Mesa Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal*, pp. 83-101, Porto.
- (1980) "Escavação da Mamoa 1 de Outeiro dos Gregos", *Portugália,* 1, pp. 9-28, Porto.
- (1982) *Megalitismo do Norte de Portugal: O distrito do Porto – os monumentos e a sua problemática no contexto europeu,* Tese de doutoramento inédita, Universidade do Porto.
- (1983-84) "Megalitismo do Norte de Portugal: Um novo balanço", *Portugália*, IV-V: *Actas do Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste: Homenagem a Rui de Serpa Pinto*, pp. 37-45, Porto.
- (1984a) *Datas de C14 para o Megalitismo do Norte de Portugal: breve nota*, Porto.
- (1984b) "Problemática do Megalitismo do Norte de Portugal". *Actas de la Mesa Redonda sobre Megalitismo Peninsular*, pp. 33-44, Madrid.
- (1985) "Micrólitos Geométricos provenientes de monumentos megalíticos do Norte de Portugal: Breve Nota", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXV (2-4), pp. 385-394, Porto.

- (1986) “O Projecto do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira (Norte de Portugal); Resultados de oito anos de trabalho”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, III, pp. 239-256, Porto.
- (1987a) “Megalitismo de Entre-Douro-e-Minho e de Trás-os-Montes (Norte de Portugal): Conhecimentos actuais e linhas de pesuisa a desenvolver”, *El Megalitismo en la Península Ibérica*, pp. 111-125, Madrid.
- (1987b) “Megalitismo de Entre-Douro-e-Minho e de Trás-os-Montes (Norte de Portugal): Conhecimentos actuais e linhas de pesquisa a desenvolver”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, IV, pp. 269-286, Porto.
- (1990a) “Les monuments mégalithiques du Nord du Portugal”, *Probleme der megalithgräberforschung. Vorträge zum 100 Geburtstag von Vera Leisner,* pp. 35-52, Berlim.
- (1990b) “Condições e pressupostos de uma Pré- História de Portugal, hoje”, *Nova História de Portugal*, I: *Portugal: das origens à romanização*, pp. 9-13, Lisboa.
- (1991) “Megalitismo do Norte de Portugal: Algo de novo? Algumas notas pessoais”, *Arqueologia,* 21, pp. 7-11, Porto.
- (1992) “As Mamoas Funerárias do Norte de Portugal (do Neolítico à Idade do Bronze Antigo) como elementos indicadores de uma progressiva complexidade social: Esboço preliminar da questão”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, IX, pp. 463-480, Porto.
- (1993a) “A pré-história portuguesa hoje: balanço dos conhecimentos actuais e perspectivas de investigação, *Arqueologia*, 23, pp. 47-77, Porto.
- (1993b) “Novas datas de C14 para estações pré-históricas do Norte de Portugal”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, X, pp. 417-432, Porto.
- (2000a) “A propósito de Megalitismo português: duas breves intervenções”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XL (3-4), pp. 203-207, Porto.
- (2000b) “Alguns problemas em foco, após duas décadas de estudo do megalitismo português”, *Neolitização e Megalitismo na Península Ibérica – Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, pp. 357-367, Porto.

- (s.d.) "Arqueologia dos monumentos da Pré-História recente – algumas sugestões interpretativas", *Ciência e Técnicas do Património*, I, pp. 13-26, Porto.

JORGE, V.O.; ALONSO MATHÍAS, F.

- (1997) "Datações pelo radiocarbono para as mamoas 1,2 e 3", *As mamoas do Alto da Portela do Pau,* pp. 123-126, Porto.

JORGE, V.O.; BAPTISTA, A.M.; SILVA, E.J. da; JORGE, S.O.

- (1997) *Mamoas do Alto da Portela do Pau (Castro Laboreiro, Melgaço)*, Porto.

JORGE, V.O.; DEVIGNES, M.; CUNHA, A.L. da; BELLO DIÉGUEZ, J.M.

- (1994) "Espagne et Portugal: L`art mégalithique peint", *Archéologia*, 304, pp. 42-57, Dijon.

JORGE, V.O.; SILVA, E.J.L. da; BAPTISTA, A.M.; JORGE, S.O.

- (1995) "Escavação na mamoa 1 do Alto da Portela do Pau (Castro Laboreiro, Melgaço) – 1992", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXXV (3): *1º Congresso de Arqueologia Peninsular*, pp. 191-197, Porto.

JOUSSAUME, R.

- (1985) *Des dolmens pour les morts. Les mégalithismes à travers le monde*, "Colection La Mémoire du temps", Paris.
- (1990) *Mégalithisme et société, Table Ronde C.N.R.S. des Sables d`Olonne*, La Roche.

JÚNIOR, J.R. dos S.

- (1930) *Pinturas Megalíticas no Concelho de Carrazeda de Anciães*, Porto.

- (1933) “As pinturas prè-históricas do Cachão da Rapa”, *Trabalhos da SPAE*, VI, Porto.

KALB, P.

- (1987) “Monumentos megalíticos entre Tejo e Douro”, *El Megalitismo en la Península Ibérica*, pp. 95-109, Madrid.
- (1989) “O Megalitismo e a neolitização no Oeste da Peninsula Ibérica”, *Arqueologia*, 20, pp. 33-48, Porto.
- (1996) “Megalith-building, stone transport and territorial markers. Evidence from the Vale de Rodrigo, Évora, south Portugal”, *Antiquity,* 70, pp. 683-685, Gloucester.

KALB, P.; HÖCK, M.

- (1997) “Untersuchungen im Megalithgebiet von Vale Rodrigo, Concelho Évora, Portugal”, *Madrider Mitteilungen,* 38, pp. 1-20, Madrid.
- (1994) “Vale Rodrigo 3, Concelho Évora, Portugal: vorbericht über die Ausgrabungen 1992”, *Madrider Mitteilungen,* 35, pp. 69-77, Madrid.

LAPORTE, L.

- (2010) “Restauration, reconstruction, appropriation, evolution des architectures mégalithiques das l`Ouest de la France”, *Munibe, 32: Actas del Congreso Internacional sobre Megalitismo y otras manifestaciones funerarias contemporáneas en su contexto social, económico y cultural,* pp.120-150, Donostia.

LARSSON, L.

- (1998) “Rock, Stone and mentality. Stones that unite, stones that subjugate – a megalithic tomb in the Vale de Rodrigo, Southern Portugal”, *Konferenser*, 40: *The World-view of Prehistoric man*, pp. 137-155, Antikvitets Akademien.

LAUTENSACH, H.

- (1967) *Geografia e España y Portugal,* Barcelona.

LEISNER, G.

- (1938) *Verbreitung und typologie der Galizisch Nordportugiesischen Megalithgräber*, München.
- (1945) "A Cultura Eneolítica do Sul da Espanha e suas relações com Portugal", *Arqueologia e História*, 8ª Série, I, pp. 11-28, Lisboa.

LEISNER, G.; LEISNER, V.

- (1956) *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel der Westen*, I, Berlin.
- (1959) *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel der Westen*, II, Berlin.

LEISNER, V.

- (1965) *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel der Westen*, III, Berlin.
- (1983) "As diferentes fases do Neolítico em Portugal", *Arqueologia*, 7, pp. 7-15, Porto.
- (1998) *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel der Westen*, IV, Berlin.

LEISNER, V.; KALB, P.

- (1998) *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel der Westen*, I-VII, Berlin.

LEWIS-WILLIAMS, D., PEARCE, D.

- (2005) *Inside the Neolithic mind,* Londres.

LIMA, A.C.P.S.

- (1993) *Sistemas de povoamento e ocupação do espaço em Castro Laboreiro - Serra da Peneda,* Tese de mestrado inédita, Universidade do Porto.
- (1996) "Castro Laboreiro: povoamento e organização de um território Serrano", *Cadernos Juríz – Xurés:* 1, Braga.

LIMA, C.C.S.N.

- (1996) *Os monumentos com "tumulus" da Serra da Aboboreira: seu enquadramento na problemática da conservação, restauro e valorização de estações e sítios arqueológicos – contributos para um projecto de desenvolvimento regional,* Tese de Mestrado inédita, Universidade do Porto.

LÓPEZ DE AZCONA, J.M.; PARGA PONDAL, I.; TORRE ENCISO, U.

- (1953) "Tuy (Pontevedra): Mapa Geológico de España: Escala 1:50.000", *Mapa Geológico de España: Escala 1: 50.000,* Madrid.
- (1954) "Oya (Pontevedra): Mapa Geológico de España: Escala 1:50.000", *Mapa Geológico de España: Escala 1: 50.000,* Madrid.
- (1956) "A Guardia (Pontevedra): Mapa Geológico de España: Escala 1:50.000", *Mapa Geológico de España: Escala 1: 50.000,* Madrid.

LÓPEZ CUEVILLAS, F.

- (1926) "Papeletas arqueolóxicas e folklóricas da bisbarra de Verín", *Nós*, 38, pp. 4-11, A Coruña.
- (1943-44) "Relaciones prehistóricas de los Finisterres atlánticos", *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos históricos y artísticos de Orense*, XIV, pp. 207-232, Ourense.
- (1948a) "El Nordeste de Portugal y el arte megalitico", Archivo *Español de Arqueologia*, XXI (72), pp. 245-254, Madrid.

- (1948b) “La cultura megalítica del noroeste peninsular”, *Boletin del Museo Arqueológico Provincial de Orense*, pp. 39-57, Ourense.
- (1949a) “Sobre el número de Mámoas y su distribución en Galicia”, *Boletin del Museo Arqueológico provincial de Orense*, V, pp. 5-11, Ourense.
- (1952) “Las relaciones atlanticas”, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, VII (22), pp. 424-425, Santiago de Compostela.
- (1955a) “Caracteres de la cultura Megalítica del Noroeste”, III *Congreso Nacional de Arqueología* (Galicia, 1953), pp. 261-272, Zaragoza.
- (1955b) “El comienzo de la Edad de los Metales en el Noroeste Peninsular”, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, X (30), pp. 5-39, Santiago de Compostela.
- (1958) “Sobre las relaciones com Bretaña y con Inglaterra”, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 41, pp. 263-268, Santiago de Compostela.
- (1959) “La época megalítica en el noroeste de la Península”, *Cesaraugusta*, 13-14, pp. 21-77, Zaragoza.
- (1967) “Historia común de Galicia e do Miño”, *Actas e Comunicaciones da Primera y Segunda Asembleas Lusitano-Gallegas*, pp. 97-99, Madrid.
- (1973) “A Edade Megalítica”, *Historia de Galicia*, III, pp. 43-122, Buenos Aires.

LÓPEZ CUEVILLAS, F.; BOUZA BREY, F.

- (1929) *Os Oestrimnios, os Saefes e a Ofiolatría en Galiza*, A Coruña.
- (1931) “La Civilización neo-eneolítica gallega”, *Arquivo Español de Arte y Arqueología*, 19, pp. 1-21, Madrid.

LÓPEZ GARCÍA; J.C.

- (1997) “A influencia do celtismo na obra de José Villaamil y Castro”, *Gallaecia,* 16, pp. 97-109, Santiago de Compostela.

LÓPEZ PLAZA, S.

- (1982) *Aspectos arquitectónicos de los sepulcros megalíticos de las provincias de Salamanca y Zamora,* Salamanca.
- (2001) "Megalitismo en la penillanura salamantina: alguns consideraciones", *Minius,* IX, pp. 25-38, Vigo.

LÓPEZ PLAZA, S.; ALONSO ROMERO, F.; CORNIDE CASTRO, M.; ÁLVAREZ SANTOS, A.

- (1991-92) "Aplicación de la astronomía en el estudio de la orientación de sepulcros megalíticos de corredor en la zona Noroccidental de la Península Ibérica", *Zephyrus*, XLIV-XLV, pp. 183-192, Salamanca.

LÓPEZ PLAZA, S. e M.; LÓPEZ MORO, F.J.

- (2008) "Los factores litológicos como indicadores del paisaje en el Megalitismo de la penillanura salmantina (Centro-Oeste de España), *Zephyrus,* LXI, pp. 107-130, Salamanca.

LÓPEZ PLAZA, S.; SALVADOR MATEOS, R.; LUIS FRANCISCO, J.

- (2000) "Megalitismo y vías naturales de comunicación en el SO Salmantino", *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, III: Neolitização e megalitismo da Península Ibérica*, pp. 271-288, Porto.

LÓPEZ SÁEZ, J.A.; CRUZ, D.J.

- (2002) "Orquinha dos Juncais (Vila Nova de Paiva, Viseu) Alálises polínicas", *Portugália*, XXIII, pp. 5-34, Porto.

LÓPEZ SAÉZ, J.A.; LÓPEZ MERINO, L.; PÉREZ DÍAZ, S.

- (2010) "Neolitización, megalitismo y antropización del paisaje en Galicia entre el VII y el IV milanio cal. B.C.", *Munibe, 32: Actas del Congreso Internacional sobre*

Megalitismo y otras manifestaciones funerarias contemporáneas en su contexto social, económico y cultural, pp. 488-496, Donostia.

LÓPEZ, P.

- (1984a) "Estudio polínico de los sedimentos del yacimiento de Lavapés", *Pontevedra Arqueológica,* I, pp.179-181, La Guardia.
- (1984b) "Análisis palinológico de los sedimentos arqueológicos del yacimiento de O Fixón (Viñó, Hío, Cangas de Morrazo)", *Pontevedra Arqueológica,* I, pp.145-147, La Guardia.

LÓPEZ-ROMERO GONZÁLEZ, E.

- (2005) *Arqueología del Paisaje y Megalitismo en e Centro-Oeste Peninsular: Evolución de las pautas de poblamiento en torno a la Cuenca Del Río Sever (España-Portugal)*, Tese de doutoramento inédita, Madrid.

LOPO, A.P.

- (1908) "Antigualhas Trasmontanas", *O Archeologo Português*, XIII (7-12), pp. 248-252, Lisboa.
- (1910) "Noticias archeologicas e lendarias das margens do Sabor", *O Archeologo Português*, XV (1-12), pp. 317-321, Lisboa.

LORENZO FERNÁNDEZ, J.; LÓPEZ CUEVILLAS, F.

- (1958) "Dos necrópolis dolménicas", *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XIII (41), pp. 284-291, Santiago de Compostela.

LUENGO, J.M.

- (1952) "Exploraciones de Mámoas en Aranga y Cambás (La Coruña)", *Cuadernos de Estudios Gallegos*, VII, pp. 187-195, Santiago de Compostela.

MACIÑEIRA, F.

- (1893) *Prehistoria gallega (I* e *II)*, *Galicia Diplomática*, 20-21, pp. 127-128 e 135-136, A Coruña.
- (1924) "Relaciones marítimas entre el Norte de Galicia y las Islas Británicas en tiempos prehistóricos", *Boletín de la Real Academia Gallega*, XIV (160-162), pp. 73-81, 104-110 e 140-147, A Coruña.
- (1929) "Notable grupo de círculos líthicos y túmulos dolménicos de la cuenca superior del Eume", *Arquivos do Seminario de Estudos Galegos*, II, pp. 197-234, Santiago de Compostela.
- (1941) "El vaso campaniforme y condiciones de sus intactos yacimientos tumulares en la estacion de Puentes, del Cabo Ortegal", *ATLANTIS: Actas e Memorias de la Sociedad Española de Antropologia, Etnografia y Prehistoria*, XVI (3-4), pp. 356-369, Madrid.
- (1942) "Túmulos Préhistóricos: inventario descriptivo de los doscientos ochenta y seis túmulos prehistóricos hasta ahora descubiertos en la avanzada comarca del cabo Ortegal", *Boletín de la Real Academia Gallega*, XXIII (265-268), pp. 21-29 e 124-134, A Coruña.
- (1947) *Bares. Puerto hispánico de enlace de la primitiva navegación occidental,* Santiago de Compostela.

MANRIQUE LÓPEZ. J.J.

- (2008) "Parque arqueológico del megalitismo en Gorafe (Granada)", *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Património Histórico*, 67: *Especial Monográfico*, pp. 96-107, Junta de Andalucía.

MARQUES, A.H. de O.

- (1984) *História de Portugal,* II: *Do Renascimento às Revoluções Liberais,* 10.ª Ed., Lisboa.

MARQUES, Teresa

- (1991) "Arqueologia em Portugal: que fazer?", *Arqueologia*, 21, pp. 5-7, Porto.

MARTÍNEZ CORTIZAS, A.; PÉREZ ALBERTI, A. (Dir.)

- (1999) *Atlas climático de Galicia,* Santiago de Compostela.

MARTÍNEZ NAVARRETE, M.I.

- (1990) "La prehistoria española en los ultimos cincuenta años: teoría y práctica", *Hispania,* I (175), pp. 439-457, Madrid.

MARTÍNEZ PADÍN

- (1849) *Historia política Religiosa y descriptiva de Galicia,* I, Madrid.

MARTÍNEZ SALAZAR, A.

- (1909-10) "Sobre Apertura de Mámoas a principios del siglo XVII", *Boletín de la Real Academia Gallega*, III (26-36), pp. 25-27, 52-56, 73-74, 97-100, 121-126, 145-147, 169-170, 193-196, 217-221, 258-261, 265- 267, Coruña.

MARTINÓN-TORRES, M.

- (2000) "Murguía e a Arqueoloxía Galega", *Boletín de la Real Academia Galega*, 361, pp. 221-244, A Coruña.
- (2001) *Os monumentos megalíticos despois do Megalitismo: arqueoloxía e historia dos megalitos galegos a través das fontes escritas (s. VI a XIX),* Valga.
- (2004) "El Padre Sarmiento y el Megalitismo Gallego", *Cuadernos de Estudios Gallegos,* LI (117), pp. 435-448, Santiago de Compostela.

- (2006) “On the life-histories of megaliths in Northwest Iberia”, *BAR International Series,* 1521, pp. 43-51, Oxford.

MARTINÓN- TORRES, M.; RODRÍGUEZ CASAL, A.A.

- (2000) “Aspectos historiográficos del megalitismo gallego: de la documentación medieval al siglo XIX”, *Actas do 3.º Congresso de Arqueología Peninsular,* III: *Neolitização e megalitismo da Península Ibérica*, pp. 303-319, Porto.

MARTINS, A.C.N.

- (1999) “Possidónio da Silva, a R.A.A.C.A.P. e os estudos pré-históricos no Portugal de oitocentos”, *Arqueologia,* 24, pp. 15-21, Porto.
- (2001) “Estudos pré-históricos e nacionalismo: uma perspectiva possidoniana”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, IV (1), pp. 61-93, Lisboa.

MARTINS, M.M.

- (1986) “Arqueologia Portuguesa – algumas reflexões”, *Arqueologia,* 14, pp. 2-4, Porto.

MASSET, C.

- (1997) *Les Dolmens. Sociétès néolithiques et pratiques funeraires: les sepultures collectives d`Europe Occidentale,* 2.ª ed., Paris.
- (1999). “Mégalithisme, société, aspects démographiques”, *Mégalithismes de l`Atlantique à l`Ethiopie*, “Collection des Hespérides”, pp.7-22, Paris.

MIDGLEY, M.S.

- (2008) *The megaliths of Northern Europe*, Londres.

MOARES DOMÍNGUEZ, C., MARTÍNEZ CORTIZAS, A., PÉREZ ALBERTI, A.

- (1993). "Procesos de edafización sobre algunos materiales de origen periglaciar en las sierras orientales de Galicia (NW de la Península Ibérica)", *La evolución del paisaje en las montañas del entorno de los caminos jacobeos: cambios ambientales y actividad humana*, pp. 125-131, Santiago de Compostela.

MOHEN, J.P.

- (2003) *Cultes et Rituels mégalithiques. Les sociétés néolithiques de L Èurope du nord,* Tours.

MOHEN, J.P.; SCARRE, C.

- (2002) *Les tumulus de Bougon complexe mégalithique du V au III millénaires*, París.

MORA, G.

- (2004) "La arqueologia en España durante el Renacimiento y la ilustración", *Pioneros de la arqueologia en España. Del siglo XVI a 1912*, pp.17-21, Alcalá de Henares.

MURALHA, J.; VALE, A.M.; JORGE, V.O.; PEREIRA, L.S.; VELHO, G.L.

- (2005) "Sítio pré-histórico de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): principais conclusões das escavações de 2005", *Portugália,* XXVI, pp. 41-52, Porto.

MURGUÍA, M.

- (1865) *Historia de Galicia,* I, 1.ª Edición, Lugo (2.ª Edición, 1901).
- (1888) *España, sus monumentos y artes, su naturaleza e Historia. Galicia,* Barcelona.

NARVARTE SANZ, N.

- (2005) *Gestión Funeraria dolménica en la Cuenca Alta y Media del Ebro: fases de ocupación y clausuras,* "Colección Historia – Arqueología", 16, Logroño.

NEIVA, J. M.C.

- (1938) *O Dólmen da Fonte Coberta, Separata do Boletim da Associação de Filosofia Natural,* I (5), pp. 61-82, Porto.

NUNES, J. de C.

- (1951) "Escavações no dólmen da Barrosa (Âncora)", *Revista Guimarães*, LXI (1-2), pp. 196-204, Guimarães.
- (1955) "Escavações no dólmen da Barrosa (Âncora) II", *Revista Guimarães ,* LXV, pp. 5-10, Guimarães.

OBERMAIER, H.

- (1923) "Impresiones de un viaje prehistórico por Galicia", *Boletín Arqueológico de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, VII (148-149), pp. 1-21, 25-48, Orense.

OCAMPO, F. de

- (1574) *Coronica General de España,* Alcalá de Henares.

OLIVEIRA, A.L.

- (1968) "Castro Laboreiro: a terra, o homem e a tradição", *Separata da Revista Comunidades Portuguesas*, 10, Lisboa.

PAÇO, A.; PINTO, E.

- (1961) *Vasos campaniformes da Mamoa de Guilhabreu: Vila do Conde,* Vila do Conde.

PARCERO OUBIÑA, C.

- (1997) "La Arqueología en la gasificación de Galicia 3: Excavación del Túmulo nº 3 del Alto de San Cosme", *Tapa*, 5, Santiago de Compostela.

PARGA PONDAL, I.

- (1972-73) "El estado actual de los conocimientos geológicos de Galicia y la labor del Laboratorio Geológico de Lage", *Revista del Instituto José Cornide de Estudios Coruñeses*, 8-9, pp. 299-307, A Coruña.
- (1958) "El relieve geográfico y la erosión de los granitos en Galicia", *Homaxe a Ramón Otero Pedrayo,* pp. 129-137, Vigo.

PARREIRA, R.

- (2008) "El conjunto megalítico de Alcalar (Algarve, Portugal)", *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Património Histórico*, 67: *Especial Monográfico*, pp. 131-133, Junta de Andalucía.

PATIÑO GÓMEZ, R.

- (1984) "Excavación de la Mámoa 1 de Chan da Cruz (Vilaboa)", *Pontevedra Arqueológica,* 1, pp. 17-44, Pontevedra.
- (1985a) "Dos primeras dataciones de Carbono 14 para la cultura megalítica gallega", *Arqueologia*, 11, pp. 67-73, Porto.
- (1985b) "Excavación da mámoa I de As Rozas (Campolameiro)", *Pontevedra Arqueológica*, I, pp. 45-74, Pontevedra.

- (1994) “La cultura megalitica en la provincia de Pontevedra: un nuevo balance”, *Actas del III Colóquio Galaico-Minhoto*, II, pp. 591-605, Viana do Castelo.

PATIÑO GÓMEZ, R.; PEÑA SANTOS, A.

- (1984) “Primeros resultados de dos años de investigacion sobre el mundo megalitico en la provincia de Pontevedra”, *Actas del II Coloquio Galaico-Minhoto,* II, pp. 285-296, Santiago de Compostela.

PEÑA SANTOS, A. de la

- (1973) “Excavación de una mámoa en “Chan da Cruz”, Vilaboa”, *El Museo de Pontevedra,* XXIX, pp. 105-120, Pontevedra.
- (1982) “Excavaciones arqueológicas de urgencia en la Provincia de Pontevedra durante el año 1981”, *El Museo de Pontevedra,* 36, pp.71-82, Pontevedra.
- (1984a) “Sondeo estratigráfico en el yacimiento de “O Regueiriño” (Moaña)”, *Pontevedra Arqueológica,* I, pp. 85-90, Pontevedra.
- (1984b) “Sondeo estratigráfico en el yacimiento de “A Fontela” (Moaña)”, *Pontevedra Arqueológica,* I, pp. 91-97, Pontevedra.
- (1984c) “El yacimiento de Lavapés (Cangas de Morrazo): balance de las excavaciones 1981-1982”, *Pontevedra Arqueológica,* I, pp. 149-165, Pontevedra.
- (1985) “Excavación arqueológica de urgencia en la mámoa de Monte Mon (Poio, Pontevedra)”, *Pontevedra Arqueológica,* I, pp. 74-83, Pontevedra.
- (1985-86) “La Mámoa de As Pereiras (Mos-Pontevedra)”, *Pontevedra Arqueológica,* II, pp.7-16, Pontevedra.
- (2003) *Galicia Prehistória, castrexo e primeira romanización*, Vigo.

PEÑA SANTOS, A. de la; REY GARCÍA, J.M.

- (1997) "Arte Parietal megalítico y grupo galaico de arte rupestre una revisión crítica de sus encuentros e desencuentros en la bibliografía arqueológica", *Brigantium,* X, pp. 301-331, A Coruña.

PENEDO ROMERO, R.M.

- (1995) "Escavación Arqueolóxica na mámoa 14 de A Cruz, Alperiz (Lalín, Pontevedra)", *Arqueoloxía – Informes*, 3*: Campaña 1989*, pp. 179-182, Santiago de Compostela.

PEREIRA GONZÁLEZ, F.

- (1996) "O pensamento arqueológico e antropolóxico de Leandro Saralegui y Medina (1839-1910)", *Cuadernos de Estúdios Gallegos,* XLIII (108), pp. 9-33, Santiago de Compostela.
- (1997) "As opinións sobre a humanidade primitiva na Galicia do séc. XIX e as súas relacións coa información Arqueolóxica", Gallaecia, 16, pp. 71-95, Santiago de Compostela.
- (1998) *O emprego da información Arqueolóxica en Galicia. 1800-1922,* Valga.
- (2004) "O celtismo na historiografia galega do século XVIII", *Gallaecia,* 23, pp. 221-249, Santiago de Compostela.
- (2007) "A cuestión das orixes na historia de Galiza", *Gallaecia,* 26, pp. 285-312, Santiago de Compostela.

PEREIRA, F.A.

- (1902) "Um passeio archeologico no concelho de Arcos de Valdevez", *O Archeologo Português*, VIII (8-9), pp. 193-209, Lisboa.
- (1903) "Novas Mamoas da Serra do Soajo", *O Archeologo Português*, VIII (3), pp. 72-75, Lisboa.

PÉREZ ALBERTI, A.

- (1982) *Xeografía de Galicia*, I: *O Medio*, pp. 9-109, A Coruña.
- (2004) "El análisis geomorfológicos en la reconstrucción paleoambiental el ejemplo de los procesos de origen frío en el noroeste de la Península Ibérica", *Polígonos: Revista de geografía,* 14, pp. 139-165, León.

PÉREZ ARRONDO, C.L.

- (1987) "El fenómeno megalitico en la margen derecha del Ebro: La Rioja. Estado de la cuestion y principales problemas", *El Megalitismo en la Península Ibérica*, pp. 159-180, Madrid.

PINA, M. de M. e

- (1733) *Noticias da conferencia que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 30 de Julho de 1733*, "Colleçam dos documentos e memorias da Academia Real da Historia Portugueza", pp. 1-22, Lisboa.

PINTO, R. de S.

- (1931) *As antas portuguesas,* "Almanaque Lello", pp. 113-114, Porto.

RAMIL REGO, C.; FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, C.

- (1996) "Referencias paleoecológicas en torno al fenómeno megalítico en el NW Ibérico", *El Fenómento megalítico en Galicia*, pp. 39-53, Vilalba.

RAMIL REGO, E.

- (1997a) "Megalitismo en el Concello de Vilalba (Lugo): su relación con el medio natural", *O neolítico atlántico e as orixes do megalitismo,* pp. 537-552, Santiago de Compostela.
- (1997b) *Os primeiros campesiños de Galicia,* "Colección Serie Laranxa", 2, Lugo.

RAPOSO, L.

- (1992) “A arqueologia fora das universidades”, *Al - madan* IIª Série, 1, pp. 38-43, Almada.

RENFREW, C.

- (1973) *Before civilization: the radiocarbon revolution and prehistoric Europe,* Londres.
- (1979) “Colonialism and Megalithismus”, *Problems in European prehistory,* pp. 262-280, Edimburgh.
- (1981) “Introduction: the megalith builders of Western Europe”, *The megalith builders of Western Europe. The latest evidence presented by nine leading authorities,* Londres.
- (1984) *Approaches to social archaeology*, Edinburgh.

RENFREW, C.; BAHN, P.

- (2008) *Arqueología, conceptos clave*, Akal Universitaria, 278, Madrid.

RIBEIRO, C.

- (1874) “A archeologia”, *Boletim architectonico e de archeologia da Real Associação dos architectos e archeologos portuguezes*, 1, pp. 5-8, Lisboa.

RIBEIRO, O.

- (1945) *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlãntico,* Lisboa (1993).

RICÓN VIRULEGIO, A.

- (1969) “As dúas facianas do viaxe de Don Xosé Cornide a Portugal”, *Grial,* N.º 25, pp. 308-324, Vigo.

RÍO BARJA, F.X.; RODRÍGUEZ LESTEGÁS, F.

- (1992) *Os ríos galegos: morfoloxía e réxime,* Santiago de Compostela.

RISCO, V.

- (1959) "Letras de Duelo: En memoria de Florentino Lopez Cuevillas", *Boletin de la Real Academia Gallega*, XXIX (333-338), pp. 127-133, A Coruña.
- (1980) "En lembranza de Florentino López Cuevillas", *Florentino López Cuevillas*, "Col. Conciencia de Galicia", pp. 157-165, Vigo.

ROCHA, A.S.

- (1908) "Phases do neolithico em Portugal", *O Archeologo Português,* 7-12, pp.193-201, Lisboa.

RODRIGES, R.

- (1895) "Dolmens ou antas de Villa Pouca de Aguiar", *O Archeologo Português*, I (2), pp. 36-37, Lisboa.

RODRÍGUEZ CAO, C.

- (1993) "Nuevas aportaciones al arte megalítico. La Mota Grande (Verea-Orense)", *Boletín Auriense*, XXIII, pp. 9-19, Ourense.

RODRÍGUEZ CASAL, A.A.

- (1979) "O Megalitismo na Galiza: a súa problemática e o estado actual da investigación", *Actas da 1.ª Mesa Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal*, pp. 103-113, Porto.
- (1983) "A Mámoa de Monte Campelos e o seu enterramento secundario. Novos datos encol do megalítico final galego", *Boletín do Museo Provincial de Lugo,* I, pp. 7-17, Lugo.

- (1983-84) "O megalitismo galego: a problemática suscitada a partir das investigacións mais recentes", *Portugália*, IV-V: *Actas do colóquio inter-universitário de arqueologia do Noroeste (Homenagem a Rui de Serpa Pinto)*, pp. 47-51, Porto.
- (1989) *La necrópolis megalítica de Parxubeira (San Fins de Eirón, Galicia) Campañas arqueológicas de 1977 a 1984,* "Col. Monografias Urgentes do Museo"*,* 4, A Coruña.
- (1990a) "Die Megalithkultur in Galicien", *Probleme der megalithgräberforschung. Vorträge zum 100 Geburtstag von Vera Leisner,* pp. 53-72, Berlin.
- (1990b) "Problemas y cuestiones de metodo relativos al megalitismo: una aproximación teórica", *Gallaecia*, 12, pp. 81-89, Santiago de Compostela.
- (1990c) *O Megalitismo. A primeira arquitectura monumental de Galicia,* "Biblioteca de Divulgación, Serie Galicia", 4, Santiago de Compostela.
- (1992a) "Elements symbolico-funeraires dans le mégalithisme galicien", *Révue Archéologique de L`Ouest*, 5, pp. 213-221, Rennes.
- (1992b) "Encuadre cronológico y cultural de los materiales arqueológicos de los sepulcros de falsa cúpula de Portugal", *Finis Terrae*, pp. 71-95, Santiago de Compostela.
- (1993) "Análise historiográfica do megalitismo galego", *Semata*, 5: *Galicia e a Historiografia,* pp. 53-71, Santiago de Compostela.
- (1996) *Reflexiones desde Galicia sobre el Megalitismo Atlántico, El fenómeno megalítico en Galicia*, pp. 13-38, Vilalba.
- (1997) "Neolitización e megalitismo en Galicia", *Neolítico Atlántico e as Orixes do Megalitismo,* pp. 447-462, Santiago de Compostela.
- (1998) "Las estelas antropomorfas de Parxubeira en el contexto de la estatuaria megalítica del noroeste de la Península Ibérica", *Actes du 2ème colloque international sur la statuaire megalithique*, pp. 73-81, Saint-Pons-de-Thomières.
- (1999) "Le mégalithisme en Galice. Tumulus, dolmens et rites funéraires*", Mégalithismes de l`Atlantique à l`Ethiopie, Collection des Hespérides,* pp. 93-106, Paris.

- (2000) “O mundo megalítico nas comarcas da Costa da Morte”, *Actas II Simposio de Historia da Costa da Morte: Nas orixes da nosa identidade*, pp. 7-28, A Coruña.
- (2002) “Imagen apotropaica y espacio ritual funerario en el megalitismo gallego (4000-2000 a.C.)”, *Semata,* XIV, pp.15-36, Santiago de Compostela.
- (2006a) “An introduction to the Atlantic Megalithic Complex”, *BAR International Series,* 1521, pp. 1-10, Oxford.
- (2006b) “Research on the megalithic culture of Galicia (NW Iberian Peninsula) during the last century”, *BAR International Series,* 1521*,* pp. 53-65, Oxford.
- (2006c) “Del monumento funerario megalítico como documento histórico a su consideración como mercancía de consumo cultural”, *Semata*, XVII, pp.13-34, Santiago de Compostela.
- (2010) “El fenómeno umular y megalítico en Galicia: caracterización general, problemas y perspectivas”, *Munibe, 32: Actas del Congreso Internacional sobre Megalitismo y otras manifestaciones funerarias contemporáneas en su contexto social, económico y cultural,* pp.58-93, Donostia.

RODRÍGUEZ CASAL, A.A.; EGUILETA FRANCO, J.M.; GÓMEZ NISTAL, C.; RAMOS ALVITE, E.; ROMANÍ FARIÑA, E.

- (1997) “Metodología y primeras valoraciones de un proyecto interdisciplinar sobre el fenómeno tumular en la provincia de Lugo”, *O Neolítico Atlántico e as orixes do Megalitismo,* pp. 521-536, Santiago de Compostela.

RODRÍGUEZ CASAL, A.A.; GÓMEZ NISTAL, C.; ROMANÍ FARIÑA, E.

- (1998) “El fenómeno tumular y megalitico en las tierras de Sarria / O Incio (Lugo)”, *Gallaecia,* 17, pp. 69-105, Santiago de Compostela.

ROUGHLEY, C.

- (2004) “The neolithic landscape of the Carnac region, Brittany: new insights form digital approaches”, *Proceedings of the prehistoric society,* 70, pp. 153-170

SÁ, V. e

- (1928) "Condições geográficas", *História de Portugal,* I, Barcelos.

SANCHES, M. de J.

- (1986) "Breve síntese do Povoamento Pré-Histórico no Planalto Mirandês", *Revista da Faculdade de Letras – História*, II Série, II, pp. 445-453, Porto.
- (1987) "O Buraco da Pala – um abrigo pré-histórico no concelho de Mirandela (notícia preliminar das escavações de 1987)",*Separata da revista "Arqueologia"*, 16, Porto.
- (1992) *Pré-história recente do Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes),* "Col. Monografias Arqueológicas", 3, Porto, GEAP.
- (1995) *O Abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) no contexto da pré-história recente de Trás-os-Montes e Alto Douro,* Tese de Doutoramento inédita, Universidade do Porto.
- (1997) *Pré-História recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*, I, Porto.
- (1999) "A Arqueologia e o meio natural: o caso da implantação do sistema agro-pastoril em Trás-os-Montes e Alto Douro", *Arqueologia*, 24, pp. 43-59, Porto.
- (2000) "Reflexões sobre o povoamento do Neolítico inicial do Norte de Portugal (VIº-IVº mil. A.C.)", *Neolitização e Megalitismo na Península Ibérica – Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, pp. 181-201, Porto.
- (2000-2001) "O Crasto de Palheiros (Murça) Do Calcolítico à Idade do Ferro, *Portugália,* XXI-XXII, pp. 5-40, Porto.

SANCHES, M. de J.; BOTELHO, I.J.T.M.; SILVA, M.M.S.

- (1990-91) "Mamoa I da Pedreira, S. Pedro do Vale do Conde (Marmelos – Mirandela) – escavação de emergência", *Portugália*, XI-XII, pp. 39-52, Porto.

SANCHES, M. de J.; LEBRE, A.G.; SANTOS, A.M.

- (1988) "A mamoa do Barreiro: Um tumulus do Leste de Trás-os-Montes", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, *XXVII (1-4),* pp. 89-102, Porto.

SANCHES, M. de J.; NUNES, S.A.; SILVA, M.S.

- (2004) "Resultados da escavação da Mamoa D'Alagoa (Toubres - Jou) - Murça (Trás-os-Montes)", *Portugália*, XXV, pp. 5-42, Porto.
- (2005) "A Mamoa 1 do Castelo (Jou) – Murça (Trás-os-Montes): Resultados dos trabalhos de escavação e de restauro dum Dólmen de Vestíbulo", *Portugália*, XXVI, pp. 5-39, Porto.

SÁ-NOGUEIRA, B. de

- (2005) *Portugaliae tabellionum instrument. Documentação notarial portuguesa,* V. I (1214-1234), "Col. Fontes para a história de Portugal", 2, Lisboa.

SANTIAGO Y GÓMEZ, J. de

- (1896) *Historia de Vigo y su comarca,* Madrid.

SANTONJA GÓMEZ, M.

- (1987) "Anotaciones en torno al megalitismo del Occidente de la Meseta (Salamanca y Zamora), *El Megalitismo en la Península Ibérica*, pp. 199-210, Madrid.

SANTOS ESTÉVEZ, M.; PARCERO OUBIÑA, C.; CRIADO BOADO, F.

- (1997) "De la arqueología simbólica del paisaje a la arqueología de los paisajes sagrados", *Trabajos de Prehistoria*, pp. 61-80, Madrid.

SANTOS SOLLA, J.M.

- (1996) “El Bajo Miño”, *Galicia. Geografia,* XIX, pp. 380-513, A Coruña.

SARALEGUI Y MEDINA, L.

- (1867) *Estudios sobre la Época Céltica en Galicia,* Ferrol.
- (1888a) “La Edad de la Piedra en Galicia”, *Estudios sobre la Galicia,* pp. 153-176, A Coruña.
- (1888b) “Los Arios en Galicia”, *Estudios sobre la Galicia,* pp. 127-145, A Coruña.

SARALEGUI Y MEDINA, M. de

- (1918) *Los monumentos megalíticos en España,* Madrid.

SARMENTO, F.M.

- (1880) “Observações acêrca do Vale do Âncora”. *O Pantheon*, I, pp. 2-20.
- (1885) “A Civilização da pedra polida no Minho”, *Revista Científica*, 3, p.7, Porto.
- (1896) “Materiaes para a archeologia do districto de Vianna”, *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*, IV, pp. 23-31 e 146-149, Porto.

SARMIENTO, Fr. M.

- (1745) *Viaxe a Galicia*, A Coruña (2001).

SAVORY, H.N.

- (1969) “Espanha e Portugal”, *Historia Mundi*, 14, Lisboa.

SCARRE, C.

- (1998) “Traditions of death: mounded tombs, megalithic art and funerary ideology in Neolithic Western Europe”, *Understanding the Neolithic of North-Western Europe,* pp. 161-187, Somerset.
- (2008) “Nuevos enfoques para el estudio de los monumentos megalíticos de Europa Occidental”, *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Património Histórico, 67: Especial Monográfico*, pp.12-23, Junta de Andalucía.

SERRÃO, E. da C.

- (1979) “Sobre a periodização do Neolítico e do Calcolítico do Território português”, *Actas da 1ª Mesa Redonda sobre o neolítico e o calcolítico em Portugal*, pp. 147-172, Porto.

SEVERO, R.

- (1888) *Les Ages Préhistoriques de L´Espagne et du Portugal de M. Émile Cartaillac*, “Col. Paleoethnologia Portugueza”, 2 , Porto.
- (1898*) “*Carlos Ribeiro”, *Revista de Sciencias naturaes e sociaes*, V (20), Porto.
- (1903) “As necropoles dolmenicas de Traz-os-Montes: estudo sobre o espolio dos dolmens do concelho de Villa Pouca d`Aguiar, explorados pelos Reverendos padres José Brenha e Raphael Rodrigues”, *Portugália*, I (4), Porto.

SHEE, E.

- (1981) *The Megalithic art of Western Europe*, Oxford.
- (1997) “Perspectives on the megaliths os North West Europe”, *O Neolítico Atlántico e as orixes do Megalitismo,* pp. 117-127, Santiago de Compostela.

SHEE, E.; GARCÍA MARTÍNEZ, M.C.

- (1973) "Tres tumbas megaliticas decoradas en Galicia", *Trabajos de Prehistoria,* XXX, pp. 335-348, Madrid.

SILVA HERMO, B.

- (1995) "Estudio de conservación dos monumentos megalíticos de Galicia", *Arqueoloxía – Informes*, 3*: Campaña 1989*, pp. 247-251, Santiago de Compostela.

SILVA HERMO, B., PRIETO LAMAS, B., RIVAS BREA, T.

- (2010) "O megalitismo da Costa da Morte: materiais construtivo e processos de alteraçao", *Arqueoloxía: Ciencia e Restauración*, 4, pp. 21-30, Lugo.

SILVA, A.C.

- (1985) "1880-1980 – No centenário do «Congresso de Lisboa»: algumas considerações a propósito da investigação paleolítica em Portugal", *Arqueologia*, 12, pp. 13-19, Porto.

SILVA, A.C.; MARQUES, T.

- (1992) "Estrutura Oficial da Arqueologia", *Al - madan*, IIª Série, 1, pp. 32-35, Almada.

SILVA, E.J.L.

- (1988) "A Mamoa de Afife: Breve sintese de 3 campanhas de escavação", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXVIII, pp. 127-132, Porto.
- (1994) "Megalitismo do Norte de Portugal: o litoral minhoto", *Actas do Seminário «O Megalitismo no Centro de Portugal»*, "Col. Estudos Pré-Históricos", 5, pp. 157-169, Viseu.

- (1997) “Arte megalítica na costa Norte de Portugal”, *Brigantium*, 10: *III Coloquio Internacional de Arte Megalítico*, pp. 179-189, A Coruña.
- (2003) “Novos dados sobre o Megalitismo do Norte de Portugal”, *Trabalhos de Arqueologia*, 25: *Muita gente, poucas antas?Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*, pp. 269-279, Lisboa.

SILVA, F.A.P. da

- (1997) “Problemáticas em torno do megalitismo do Centro-Norte litoral de Portugal”, *O Neolítico Atlántico e as orixes do Megalitismo,* pp. 635-656, Santiago de Compostela.

SIMÕES, A.F.S.

- (1878) *Introdução á archeologia – Parte primeira: Antiguidades prehistoricas*, Lisboa.

SIRET, H. e L.

- (1887) *Les premiers ages du métal dans le sud-est de l`Espagne,* Anvers.

SMITH, E.

- (1923) *The ancient Egyptians and the origin of civilization*, Londres.

SOARES, N.M.S.R.

- (2000) “O núcleo megalítico do Mezio (Arcos de Valdevez)”, *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular: Neolitização e Megalitismo na Península Ibérica*, pp. 369-374, Porto.

SOBRINO LORENZO-RUZA, R.

- (1953) “Megalitos de Monte Corzán”, *Zephyrus,* IV, pp.177-186, Salamanca.
- (1956a) “Excavación de una sepultura megalítica en Moraña, Península de Morrazo (Pontevedra)”, *Noticiario Arqueológico Hispánico,* III-IV (1-3), pp. 27-36, Madrid.
- (1956b) “Prospecciones Arqueológicas en Morrazo”, *Museo de Pontevedra,* X, pp. 17-22, Pontevedra.

SOUSA, I.C. de

- (1993) *André de Resende e a História da Antiguidade da Cidade de Évora, “*Col. Conferências & Debates”, Estarreja.

SOUTO GONZÁLEZ, X.M. (coord.)

- (1999) *Xeografía do Eixo Atlántico*, (Vigo).

SUÁREZ OTERO, J.

- (1983) “Os abrigos da Cunchosa: novos datos sobre tipos de asentamentos e complexos ergolóxicos na prehistoria galega”, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XXXIV (99), pp. 51-85, Santiago de Compostela.
- (1997) “Del yacimiento de A Cunchosa al Neolítico en galicia. Primera aproximación al contexto cultural de la aparición del megalitismo en galicia”, *O Neolítico atlántico e as orixes do megalitismo,* pp. 485-506, Santiago de Compostela.

TABOADA Y LEAL, N.

- (1840) *Descripcion topográfico-historica de la ciudad de Vigo, su ria y alrededores; com una noticia biográfica de vários hombres ilustres hijos del pais*, Santiago de Compostela.

TARRÚS I GALTER, J.

- (2010) “El Megalitismo pleno en Catalunya: de los sepulcros de corredor a los dólmenes simples, entre el IV y el III milenios a.C.”, *Munibe, 32: Actas del Congreso Internacional sobre Megalitismo y otras manifestaciones funerarias contemporáneas en su contexto social, económico y cultural,* pp.188-211, Donostia.

TEIRA MAYOLINI, L.C.

- (1994) *El megalitismo en Cantabria. Aproximación a una realidad arqueológica olvidada*, Santander.

TEIXEIRA, C.

- (1948) *Notas sobre algumas construções megalíticas minhotas*, *Revista Guimarães*, LVIII (1-2), pp. 108-111, Guimarães.

TILLEY, C.

- (1994). *A phenomenology of Landscape: places, paths and monuments*, “Colection Explorations in anthropology”, Oxford.

TRIGGER, B.

- (1992) *Historia del pensamiento arqueológico*, “Colección Crítica/Arqueología”, Barcelona.

VAQUERO LASTRES, J.

- (1990) “Ríos y Tumbas: sobre el emplazamiento de túmulos en el NW Peninsular”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXX (1-4), pp. 151-168, Porto.
- (1991-92) “Del análisis del emplazamiento al estudio de la distribución de túmulos en el NW”, *Brigantium,* VII, pp. 151-176, A Coruña.

- (1993a) “Cubeta de As Pontes: túmulos y problemática de intervención”, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología,* I, pp. 283-289, Vigo.
- (1993b) “Túmulos del NW Peninsular: escenas”, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología,* I, pp. 39-45, Vigo.
- (1993c) “Ver e moverse: túmulos en el NW Peninsular”, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología,* I, pp. 399-404, Vigo.
- (1999) *Les Extrêmes distincts: la configuration de l`espace dans les sociétés ayant bâti tertres funéraires dans le Nord-Ouest ibérique* (BAR International Series, 821), Oxford.

VASCONCELOS, J. L. de

- (1890) *Borges de Figueiredo e a Archeologia Portugueza (Noticia necrologica lida na sessão das sciencias ethnicas da Sociedade de Geographia de Lisboa),* Lisboa.
- (1897) *Religiões da Lusitânia na parte que principalmente se refere a Portugal*, I, Lisboa.
- (1909) “Dolmens da Boulhosa (Alto Minho)”, *O Archeologo Português*, XIV (9-12), pp. 294-296, Lisboa.
- (1915) *Historia do museu etnologico português (1893-1914)*, Lisboa

VÁZQUEZ COLLAZO, S.

- (1993) “Un espacio entre túmulos: sondeo en Entrepiñeiro (Mos)”, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología,* I, pp. 381-386, Vigo.
- (2000) “Intervención arqueolóxica de urxencia no xacemento de Entrepiñeiro (Mos, Pontevedra)”, *Brigantium*, XII, pp. 93-122, A Coruña.

VÁZQUEZ NÚÑEZ, A.

- (1901) “Las Mámoas”, *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos históricos y artísticos de Orense*, I (20), pp. 345-353, Ourense.

- (1904) “Estudios Protohistóricos: La Edad del Bronce en el Museo Provincial de Orense”, *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos históricos y artísticos de Orense*, II (34), pp. 261-268, Ourense.

VÁZQUEZ VARELA, J.M.

- (1991-92) “Aspectos económicos y sociales de la construcción de monumentos megalíticos en el Noroeste de la Península Ibérica”, *Brigantium,* VII, pp.177-183, A Coruña.
- (1991) “O megalitismo, economia, sociedade e relixión”, *Galicia: Historia,* pp. 174-196, Santiago de Compostela.
- (1997) “La ideologia en el arte megalítico de la Península Ibérica”, *Brigantium,* X, pp. 15-22, A Coruña.

VÁZQUEZ VARELA, J.M.; BELLO DIÉGUEZ, J.M.; CRIADO BOADO, F.

- (1983) “Megalitismo y medio edafologico en el Noroeste Peninsular”, *Cuadernos do Laboratorio Xeolóxico de Laxe*, 5, pp. 47-54, A Coruña.

VÁZQUEZ VARELA, J.M.; DOVAL GALAN, F.

- (1991) “Los intercambios en la cultura megalitica de Galicia”, *Paleoecologia e Arqueologia II,* pp. 209-212, Vila Nova de Famalicão.

VÁZQUEZ VARELA, J.M.; POMBO MOSQUERA, X.A.

- (1992) “A demografia megalítica no Noroeste da Peninsula Iberica”, *Cuadernos de Estudios Gallegos,* XL (105), pp. 7-20, Santiago de Compostela.

VEREA Y AGUIAR, J.

- (1838) *Historia de Galicia: primera parte, que comprende los origenes y estado de la historia en el año de 1852*, Ferrol.

VICETTO, B.

- (1865) *Historia de Galicia,* I, Ferrol.

VIDAL ROMANÍ, J.R.

- (1977-78) "El periodo cuaternario en Galicia", *Gallaecia,* 3-4, pp.19-30, Santiago de Compostela.
- (1989) "Galicia", *Mapa del Cuaternario de España 1.1000000,* pp. 95-102, Madrid.

VIDAL ROMANI, J.R., et al.

- (2010) "Geocarcaterización de yacimientos arqueológicos em medio sedimentario: cronología absoluta y relativa, *Arqueoloxía: Ciencia e Restauración,* 4, pp-7-19, Lugo.

VILASECO VÁZQUEZ, X.I.

- (1993) "Estructuras de acceso no megalitismo do NW Peninsular: unha aproximación teórica", *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología*, I, pp. 387-389, Vigo.
- (2001) "As escavacións arqueolóxicas en monumentos tumulares de Galicia: 1965-1998. Cuestións metodolóxicas e bibliométricas", *Gallaecia,* 20, pp. 61-95, Santiago de Compostela.
- (2006) "Á beira da morte. Algúns exemplos europeos sobre a utilización do contorno inmediato aos monumentos megalíticos funerários como posíbeis modelos para Galicia", *Galicia*, 25, pp. 7-44, Santiago de Compostela.

VILASECO VÁZQUEZ, X.I.; FÁBREGAS VALCARCE, R.

- (1998) "O Neolítico e a primeira arquitectura monumental", *Historia da Arte Galega*, I: *Prehistoria, Arte Castrexa, Arte da Romanización,* pp. 17-32, Vigo.

VILELA, S.

- (1876) *Os Dolmens*, Lisboa.

VILLAAMIL Y CASTRO, J.

- (1873) *Antigüedades Prehistóricas y Célticas de Galicia*, Lugo.
- (1878) "Pobladores, ciudades, monumentos y caminos antiguos del Norte de la Provincia de Lugo", *Boletín de la Sociedad Geográfica de Madrid*, V (2), pp. 81-139, Madrid.
- (1887) *Memoria sobre la creación de un Museo Arqueológico en la ciudad de Santiago,* Madrid.

VILLARES, R.

- (2000) "A formación de Murguía como historiador", *Grial*, 147: *"Sobre Manuel Murguía e Carballo Arceo"*, pp. 385-398, Mos.

VILLOCH VÁZQUEZ, V.

- (2000) *La Configuración Social del Espacio entre las Sociedades Constructoras de Túmulos en Galicia: Estudios de Emplazamiento Tumular,* Tese de Doutoramento inédita, Universidade de Santiago de Compostela.
- (2001) "El emplazamiento tumular como estrategia de configuración del espacio social: Galicia en la Prehistoria reciente", *Complutum*, 12, pp. 33-49, Madrid.

VILLOCH VÁZQUEZ, V.; SANTOS ESTÉVEZ, M.; CRIADO BOADO, F.

- (1997) "Forms of Ceremonial Landscapes in Iberia from Neolithic to Bronze Age: Essay on an Archaeology of Perception", *Tapa*, 2: *Landscape, Archaeology, Heritage*, pp. 19-25, Santiago de Compostela.

VITORINO, P.

- (1924) "O dolmen de Zêdes", *Revista de Estudos Históricos,* 4, pp. 148-152, Porto.

WHEATLEY, D.

- (2000). "Visual perception and GIS: developing appreciation to the study of archaeological visibility", *Beyond the map: archaeology and spatial Technologies*, "NATO Science Series", pp. 1-27, Amesterdão.

WHEATLEY, D.; MURRIETA FLORES, P.

- (2008) "Grandes Piedras en un mundo cambiante: la arqueología de los megalitos en su paisaje", *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 67: Especial Monográfico*, pp. 24-33, Junta de Andalucía.

ZAPATERO MAGDALENO, P.; DELIBES DE CASTRO, G., PÉREZ MARTÍN, R,: BENET JORDANA, N.

- (1997) "De la tumba dolménica como referente territorial, al poblado estable", *O neolítico atlántico e as orixes do megalitismo*, págs. 779-808, Santiago de Compostela.

ZEVI, B.

- (1948) *Saber ver a arquitetura,* Lisboa (1977),